

Organizadores:
Prof^a. Dr^a. Rut Friedrich Marquette
Prof. Dr. João Serafim Tusi da Silveira

Vol. II

PRODUTOS AGROALIMENTARES E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



FICHA CATALOGRÁFICA

Organizadores

Rut Maria Friedrich Marquette
João Serafim Tusi da Silveira

Diagramação

Franco da Silveira
Nagielly Cigana Mello

Imagem de capa

Tiago Beck

Revisores

Profª Drª Marcela Guimarães
Profª Drª Elsbeth Léia Spode Becker
Profª Drª Vânia Antunes
Profª Ms. Mônica Vargas
Profª Drª Lurdes Marlene Seide Froemming
Profª Drª Marlene Huebes Novaes
Prof. Dr. António José Duque Pirra
Profª Drª Vanusa Andrea Casarin
Profª Drª Yolanda Flores e Silva
Prof. Dr. Vilmar Antônio Boff
Profª Drª Carmen Regina Dorneles Nogueira
Prof. Dr. Daniel Baggio
Prof. Dr. Lucas Veiga Ávila
Prof. Dr. João Serafim Tusi da Silveira

Produtos agroalimentares e desenvolvimento regional / Organização:
Rut Maria Marquette, João Serafim Tusi da Silveira. – Santo Ângelo:
FuRI, 2016.

v. 2
ISBN 978-85-7223-433-7

1. Gastronomia 2. Desenvolvimento regional I. Marquette, Rut Maria
Friedrich (org.) II. Silveira, João Serafim Tusi da (org.)

CDU: 641.5:338.1(816.5)

Responsável pela catalogação: Fernanda Ribeiro Paz CRB 10/ 1720.

SUMÁRIO

I	PREFÁCIO	4
II	APRESENTAÇÃO	7
III	CAPÍTULO I - GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES DE PRODUTOS AGROALIMENTARES	8
	1. O programa mulheres mil e a gastronomia como forma de inclusão produtiva de mulheres	8
	2. O processo decisório de compra dos consumidores de vinho	31
	3. Sucessão rural familiar: desafios e perspectivas no município de Catuípe – RS	50
	4. A importância da gestão das agroindustriais familiares para o desenvolvimento rural	68
	5. Fatores de sustentabilidade: uma análise do gerenciamento de resíduos em reformas de ambientes internos	80
	6. Mensuração de ativos biológicos: uma busca ao “valor justo” – estudos de caso do setor de papel e celulose	96
	7. Agricultura familiar: condições para uma agricultura de subsistência em cacoal - Rondônia	115
	8. Agricultura familiar contemporânea no Brasil: um debate entre os espaços rural e o urbano	133
	9. Análise dos impactos ambientais e da viabilidade da produção de tomate e morango com a utilização de técnicas de transição orgânica	153
	10. A estratégia de diversificação do sustento no meio rural a partir da exploração do turismo: o caso da erva mate pagnussat de Marau - RS	171
	11. Milho: a versatilidade de um alimento saboroso e os retratos de uma história.....	187
	12. Estratégia de hedge ativo com contratos futuros para comercialização	199
	13. Indicadores de sustentabilidade de agroecossistemas familiares do município de Boa Vista do Buricá/RS	222
IV	CAPÍTULO II - DESENVOLVIMENTO REGIONAL	246
	1. Reflexões teóricas para o processo de desenvolvimento	246
	2. Desenvolvimento regional	264
	3. Eficácia das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável no estado do Paraná	280
	4. Perspectivas e discussões sobre desenvolvimento regional: São Francisco de Paula	300
	5. O desenvolvimento da microrregião de Frederico Westphalen/RS: análise a partir do IDESE 2011, 2012 e 2013	316
	6. Sustentabilidade social e desenvolvimento regional: um estudo sobre o arranjo produtivo local do leite de Santana do Livramento.....	332
	7. A revolução verde como processo de colonialidade do saber na América Latina	352
	8. O alimento como estratégia de atração turística nos vales do rio pardo e do Taquari – RS	362
	9. Os polono brasileiros e o legado gastronômico daiguaria típica do pierogi em Guarani das Missões-RS	376
	10. Diagnóstico socioeconômico dos produtores de café do município de Araguari-MG	390
	11. Programa estadual de agroindústria familiar “sabor gaúcho”: estudo de caso na região das missões/RS....	405
	12. Similaridades em meio a diferenças: influências institucionais nas práticas de gestão de pessoas em hotéis brasileiros e alemães	425
	13. Turismo, gastronomia e desenvolvimento – rota via orgânicos	447
	14. Novas tecnologias para o desenvolvimento da uva merlot: caso da vinificação na região de Urupema	470

I PREFÁCIO

Quando a colega Rut Marquetto, em Dez 2013, me desafiou para colaborar na elaboração do “Projeto de Internacionalização do Mestrado em Gestão Estratégica de Organizações da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus de Santo Ângelo, RS, Brasil”, respondendo ao Edital FAPERGS 12/2013 com o projeto “A Dinâmica Do Desenvolvimento Regional Em Territórios De Baixa Densidade Demográfica: Turismo E Valorização Da Produção Endógena Gastronômica Tradicional”, estava longe de imaginar as repercussões que o mesmo projeto teria na minha vida acadêmica e pessoal (e julgo que o sentimento é recíproco a todos os participantes).

Mais do que um simples projeto de intercâmbio Luso-Brasileiro, este viria a ser uma oportunidade de partilha de experiências e conhecimento entre as universidades envolvidas, mas, sobretudo entre as pessoas envolvidas, que aproveitaram a oportunidade e cujo destino se encarregou de juntar!

Um bem-haja a todos os envolvidos, e às populações indígenas/locais de ambos os territórios, pois estou certo que, esteja onde estiver, Pedro Álvares Cabral estará certamente felicíssimo desta nossa cooperação bilateral com os irmãos das terras de “Vera Cruz”, descobertas pela frota de navios por ele comandada, a 22 de abril de 1500!

O volume II do livro “Turismo, Gastronomia e Desenvolvimento na Região das Missões – Brasil”, abordando a temática dos “Produtos Agroalimentares e Desenvolvimento Regional”, que agora se apresenta, agrega um conjunto de trabalhos de pesquisa compilados de forma excelente pelas colegas Rut Marquetto, Vanusa Casarin e Magna Bergman, ilustres docentes e mestrandas da URI. Tive o grato prazer de conhecer, conviver e trabalhar com elas durante um mês, precisamente no território/laboratório que lhe serve de suporte: a Região das Missões. É, portanto, com enorme prazer que escrevo estas palavras, as quais pretendem convidar os leitores potencias a uma leitura atenta e crítica dos diferentes capítulos que a completam, no sentido de contribuir para o desenvolvimento turístico e agroindustrial desta região.

Turismo e gastronomia são vulgarmente referidos por investigadores e técnicos (mais ou menos disciplinares, multidisciplinares ou transdisciplinares) como diferentes faces da mesma moeda, almejando o desenvolvimento de territórios específicos. Tal faceta está patente e é problemática central na generalidade dos trabalhos que integram esta obra.

Neste volume II, os diversos autores convidam o leitor a uma viagem à descoberta das potencialidades e riquezas gastronômicas “escondidas” na região missioneira do estado do Rio Grande do Sul. Fala-se de diversidade e originalidade, de patrimônio cultural e de legado histórico de povos indígenas e de diferentes

etnias migratórias africanas e européias que ocuparam o território ao longo da sua história. Dando voz aos maiores conhecedores do seu património gastronômico, as comunidades locais, os autores refletem e enfatizam, com recurso a diferentes abordagens científicas, culturais e etnográficas, sobre o potencial turístico da gastronomia missioneira.

A importância social e econômica do turismo temático e a complementaridade entre rotas e roteiros turísticos temáticos surgem como indutoras de efeitos econômicos, através da criação de emprego e geração e retenção local de valor, além de modificar estilos de vida e padrões de comportamento, através do intercâmbio cultural e da troca de experiências.

Neste livro, somos convidados a conhecer a história da alimentação em diversas localidades e a descobrir que tal significa reviver comportamentos, hábitos e costumes, alguns dos quais teimam em perdurar no tempo até os dias de hoje. O ato de comer não se resume a um mero ato de sobrevivência, mas surge de forma muito mais importante, como um momento recheado de aspetos culturais e simbólicos onde as memórias gustativas são pedaços de nossas vidas, recordados com carinho e afeto, com relevância na formação das identidades individuais e coletivas. O envolvimento de diferentes agentes locais na inventariação das especificidades gastronômicas permite a identificação de um conjunto de subsídios para a promoção de eventos turísticos e culturais promotores e valorizadores do património gastronômico local.

Nessas manifestações turístico-culturais o leitor é convidado a apreciar odores e sabores moldados pelo relevo, altitude e clima. A diversidade gastronômica é ela própria um atrativo roteiro para apreciar outras experiências turístico-gastronômicas no território marcadamente rural e de baixa densidade, mais ou menos urbanizado, onde pequenas ações desenvolvidas e promovidas a partir da Universidade, podem ter impacto importante no que respeita a inovação e sustentabilidade no setor da gastronomia.

O Livro “Turismo, Gastronomia e Desenvolvimento na Região das Missões-Vol II” é, portanto, uma obra de pontes e parcerias múltiplas. Promove conexões em torno da gastronomia, vinho e alimentação; do enoturismo ao turismo gastronômico; do ecoturismo ao ambiente, e da forma como estes fatores se agregam para promover um verdadeiro desenvolvimento territorial.

O estabelecimento de redes entre acadêmicos e pesquisadores que se verifica neste livro, lança pontes geográficas internacionais entre Brasil e Portugal, especificamente entre a Região das Missões no Rio Grande do Sul e a Região do Douro e Trás-os-Montes em Portugal, materializadas através da troca de experiências entre investigadores da URI, Campus de Santo Ângelo; do Instituto Federal Farroupilha, Campus São Borja e da UTAD em Vila Real, Portugal. Estes enlances materializam-se em grande parte nesta obra.

Foi neste contexto que tive o feliz prazer de escrever esta pequena introdução, à guisa de prefácio. Até à próxima, Rio grande do Sul!

António José Duque Pirra

E-mail: apirra@utad.pt

PhD, Prof. Auxiliar

Investigador integrado do Centro de Química - Vila Real, Grupo de Ambiente

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Escola de Ciências Agrárias e Veterinárias

Deptº Agronomia, Quinta De Prados

5000-801 Vila Real (Portugal)

Vila Real, 13 de fevereiro de 2017.

II APRESENTAÇÃO

Após a publicação do Livro **TURISMO, GASTRONOMIA E DESENVOLVIMENTO NA REGIÃO DAS MISSÕES – BRASIL**, Volume I sentimos a necessidade em avançar nas discussões acerca do desenvolvimento regional, turismo e gestão de organizações de produtos agroalimentares, mas com a inserção de cases de diversas regiões do Brasil, objetivando ampliar e intercambiar conhecimentos regionais.

O Programa de Pós-graduação em Gestão Estratégica de Organizações – Mestrado Profissional da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (PPGGEO) – URI, Campus de Santo Ângelo, juntamente com seus parceiros, uniu esforços que resultaram em contribuições subsidiadas por trabalhos realizados em diferentes instituições de ensino e de pesquisa regionais, nacionais e internacionais.

Neste livro, o leitor encontra evidências, contraposições, similaridades, estagnações e segregações sobre aspectos relacionados a produções agroalimentares, ao turismo e ao desenvolvimento regional, que favorecem reflexões acerca de potenciais alternativas fundamentadas na gestão de organizações. Ao longo do livro, incluem-se 13 subcapítulos para dar conta do **CAPÍTULO I - GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES DE PRODUTOS AGROALIMENTARES**, e mais 14 subcapítulos versando a temática do **CAPÍTULO II - DESENVOLVIMENTO REGIONAL**.

Sua leitura é particularmente recomendada a pesquisadores, professores e estudantes, quadros associativos e particulares que operam, estudam ou, por qualquer outro motivo, se interessam pelas questões entorno da gestão de organizações de produtos agroalimentares, pela agricultura, pelo desenvolvimento regional e pelo turismo.

Espera-se que esta obra contribua efetivamente para diferentes leitores, organizações e instituições, subsidiando discussões e o aprofundamento da temática sobre a gastronomia e o turismo missioneiros, com vistas ao desenvolvimento local e regional sustentável.

Rut Maria Friedrich Marquette
João Serafim Tusi da Silveira

Dezembro de 2016.

III CAPÍTULO I - GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES DE PRODUTOS AGROALIMENTARES

1. O PROGRAMA MULHERES MIL E A GASTRONOMIA COMO FORMA DE INCLUSÃO PRODUTIVA DE MULHERES

TRINDADE, Fernanda de Magalhães¹

1. INTRODUÇÃO

Este artigo desdobra-se de uma pesquisa de doutorado em Educação nas Ciências e tem como objetivo compreender as significações produzidas pelo Programa Mulheres Mil em mulheres que participaram do curso de Produção, elaboração e distribuição de alimentos derivados da pesca em 2012, no município de São Borja, Rio Grande do Sul (RS).

Pretendo focar minha atenção nas mulheres beneficiárias do Programa Mulheres Mil, para compreender de que forma elas nomeiam, apresentam, produzem, significam tal Programa, tendo como base a capacitação, a inclusão produtiva no mundo do trabalho público, a geração de emprego e renda e o combate à desigualdade de gênero.

Para tanto, utilizo a análise cultural no exame do processo de produção de significados. Recorro a esse tipo de análise para compreender a linguagem que produz a materialidade do Programa examinado, conforme a cultura na qual estamos inseridos/as e somos, ao mesmo tempo, produtores/as. Os Estudos Culturais caracterizam-se pelo caráter interdisciplinar que exploram as formas de produção de significados e sua difusão nas sociedades atuais. Esse processo de produção de significados mostra a regulação dos discursos e das ações presentes nas políticas públicas (Armand MATTELART & Érik NEVEU, 2004; Richard JOHNSON et al., 2006).

Neste contexto dos Estudos Culturais, o uso que faço do conceito de gênero me afasta das abordagens “colam” um determinado gênero a um sexo anatômico que lhe seria naturalmente correspondente, e que tendem a focalizar desigualdades e subordinações derivadas do desempenho de papéis, funções e características culturais próprias de mulheres e de homens, para aproximar-me de abordagens que tematizam o social e a cultura, em sentido amplo, assumindo que estes são constituídos, atravessados e/ou organizados por discursos instituintes de feminilidades e de masculinidades que, ao mesmo tempo, os produzem e/ou ressignificam (Linda NICHOLSON, 2000; Guacira LOURO, 2003; Dagmar MEYER, 2003).

¹ Instituto Federal Farroupilha, IFFar, RS, Brasil. E-mail: fernanda.trindade@iffarroupilha.edu.br.

Assim, definido o que entendo por gênero, destaco que neste artigo não seguirei as normativas tradicionais em minhas citações, com a intenção de visibilizar as contribuições das autoras mulheres, o que se dá igualmente com os autores homens, no sentido de pensar a linguagem como um artefato inclusivo e de promoção da igualdade de gênero, de acordo com o Manual para o uso não sexista da linguagem (2014). Desta forma, utilizo o nome e o sobrenome dos/as autores/as na primeira vez em que são mencionados neste artigo.

Neste contexto investigativo e movida pelo desejo de interagir, conhecer e apreender as significações resultantes do Programa Mulheres Mil, realizei entrevistas narrativas – compreendendo-as como narrativas de si – como um meio de confirmar e/ou ampliar fatos e interpretações, bem como expandir entendimentos sobre as mulheres da pesquisa e de que forma elas vivenciam e interpretam a sua participação no Programa Mulheres Mil.

Assim, definidos o objetivo e a metodologia utilizada, na primeira seção após a introdução, trago uma breve definição do Programa Mulheres Mil, especialmente sobre o curso de Produção, elaboração e distribuição de alimentos derivados da pesca, realizado no município de São Borja em 2012. Na segunda, faço uma análise das entrevistas narrativas aplicadas em mulheres que participaram desse Programa, refletindo sobre os processos de produção de significados e ampliando a compreensão sobre a forma que interpretam, de diferentes modos, aspectos cotidianos e suas experiências.

2. O Programa Mulheres Mil: educação, cidadania e desenvolvimento sustentável para as mulheres

O Programa Mulheres Mil: educação, cidadania e desenvolvimento sustentável faz parte do Plano Brasil sem Miséria (BSM), lançado no dia 2 de junho de 2011, no Palácio do Planalto, em Brasília. Tal plano foi desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e tinha o objetivo ambicioso de superar a extrema pobreza até o final do ano de 2014 (BRASIL, 2013).

O fenômeno da pobreza, alvo do Plano BSM, é fruto das relações sociais e atinge de forma distinta homens e mulheres, sendo estas últimas as principais afetadas. No Brasil, é considerada vulnerável a pobreza os indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a metade ($\frac{1}{2}$) do salário mínimo. São definidos como pobres os indivíduos com renda familiar per capita igual ou inferior a um quarto ($\frac{1}{4}$) do salário mínimo. E são considerados indivíduos extremamente pobres aqueles cuja renda per capita mensal é igual ou inferior a R\$70,00 (setenta reais) mensais (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

O Plano BSM está organizado em três eixos, sendo que o terceiro eixo refere-se à inclusão produtiva, estando voltado para aumentar as capacidades e as

oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres. Na parte urbana destaca-se o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), no qual está inserido o Programa Mulheres Mil.

O Programa Mulheres Mil passou a integrar o Pronatec no início de 2014, quando o MDS e o Ministério da Educação (MEC) firmaram parceria. Entretanto, sua implantação começou em 2007, inicialmente em 13 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) das regiões Norte e Nordeste, com meta de expandir para outras regiões do país.

O Programa é uma cooperação dos IFs com a Associação das Faculdades Comunitárias Canadenses (ACCC), e estruturado a partir dos conhecimentos desenvolvidos pelos *Community Colleges* canadenses em suas experiências de promoção da equidade, de atendimento às populações desfavorecidas e do desenvolvimento e aplicação do Sistema de Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia (ARAP). No Brasil, o Sistema foi adaptado a nossa realidade, prevendo um plano educacional para elevar a escolaridade, com cursos profissionalizantes ofertados na modalidade de educação de mulheres jovens e adultas, integrados ao Ensino Fundamental e/ou Médio (BRASIL, 2008; BRASIL, 2014).

O Programa foi acolhido pelos IFs, que criam mecanismos para a promoção do acesso das mulheres afastadas da possibilidade de inclusão ao conhecimento (educação), à tecnologia e à inovação, oferecendo educação profissional e tecnológica, por meio da formação inicial e continuada, atendendo as demandas sociais e peculiaridades regionais (BRASIL, 2012). Sendo assim, juntamente com instituições parceiras, os IFs são responsáveis pela formulação e execução dos projetos locais, de acordo com as necessidades das mulheres e das comunidades em que estão inseridas, bem como com a vocação econômica regional, proporcionando o aumento da escolaridade e a inserção no mundo do trabalho público.

Mesmo com implantação iniciada em 2007 e com a incorporação ao Pronatec em 2014, o Programa Mulheres Mil foi instituído em 2011, pela portaria nº 1.015 de 21 de julho do mesmo ano, e utiliza a metodologia de Acesso, Permanência e Êxito, que privilegia temas transversais para a formação cidadã das mulheres, como: direitos e deveres da mulher, elevação da autoestima, saúde, comportamento sustentável, cooperativismo, inclusão digital, empreendedorismo e responsabilidade ambiental, promovendo a inclusão produtiva, a mobilidade no mundo do trabalho e o exercício pleno da cidadania. O uso dessa metodologia tem o propósito de investir nas mulheres enquanto indivíduos, buscando promover a igualdade de gênero e o desenvolvimento social e econômico sustentável (BRASIL, 2014).

O Programa Mulheres Mil está inserido no conjunto de prioridades das políticas públicas do Governo Federal, nos eixos de promoção da equidade,

igualdade de gênero, combate à violência contra as mulheres e acesso a educação (BRASIL, 2008). De acordo com Brasil (2011, p. 1),

[...] o Programa está alinhado a um contexto e conjunto de prioridades das políticas públicas e das diretrizes da política externa do Governo Brasileiro, entre elas o alcance do projeto Metas Educativas 2021 – a educação que queremos para a geração bicentenário – promovido pela Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e aprovado pelos Chefes de Estados e Governos dos países membros em dezembro de 2010 (BRASIL, 2011, p. 1).

Este Programa consiste em uma política para a inclusão produtiva de mulheres, constituindo-se um investimento do Estado para a ampliação do bem-estar social em outras populações, neste caso as mulheres de baixa renda e vulneráveis socialmente, na direção de que a pobreza seja erradicada e a desigualdade social diminuída (Maria Francisca COELHO, Luziele Maria TAPAJÓS e Monica RODRIGUES, 2010). No contexto internacional, o Programa Mulheres Mil contribuiu para o alcance das Metas do Milênio promulgadas pela ONU em 2000 e aprovada por 191 países, entre as quais estão a erradicação da pobreza extrema e da fome, a promoção da igualdade entre gêneros, a autonomia das mulheres e a garantia da sustentabilidade ambiental (BRASIL, 2008).

O Programa Mulheres Mil conta com o apoio das Secretarias Municipais responsáveis pelas políticas públicas de assistência social, de trabalho, de saúde, de educação, entre outras. São ofertados cursos de profissionalização, com carga horária mínima de 160 horas. As mulheres participantes são indicadas pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) local e devem estar inscritas no Cadastro Único, obedecendo ao critério de renda mensal e condição de vulnerabilidade social.

São identificados grupos de mulheres – catadoras de resíduos sólidos, mulheres da colônia de pescadores, lavadoras, domésticas etc. – e, com base nas atividades que realizam, o Programa é estruturado na forma de cursos de capacitação educacional e profissional. O Programa apoia-se em módulos flexíveis, de acordo com o universo de mulheres. Os módulos são organizados de forma a avaliar a aprendizagem prévia das mulheres, bem como a contribuir com o aumento da autoestima, com a elevação da escolaridade e com o acesso ao mundo do trabalho e ao empreendedorismo, oferecendo formação em áreas profissionais específicas de acordo com a realidade de cada comunidade.

As mulheres indicadas pelo CRAS são convidadas a participar do Programa, não havendo obrigatoriedade. Entretanto, aquelas que optam por frequentá-lo, recebem auxílio de uma bolsa-formação com valores referentes à frequência escolar das mulheres em sala de aula, variando, em média, de R\$100,00 (cem reais) a R\$200,00 (duzentos reais). Este valor muda de acordo com o Estado em que o Programa é realizado, pois se trata de uma política aberta para manutenção

estadual (CALENDÁRIO BOLSA FAMÍLIA, 2015). Essa estratégia faz com que o Programa tenha um maior alcance, atingindo um maior número de mulheres.

2.1 Produção, elaboração e distribuição de alimentos derivados da pesca

O Programa Mulheres Mil teve sua primeira edição no Instituto Federal Farroupilha (IFFar) – Campus São Borja em 2012, no período compreendido entre março e agosto, e teve como enfoque central a Produção, elaboração e distribuição de alimentos derivados da pesca. O município de São Borja está inserido no território da pesca da Região das Missões – RS é banhado pelo Rio Uruguai, enquadrando-se dentro do perfil da Pesca Artesanal de Água Doce.

A pesca tornou-se uma alternativa à exploração econômica neste município, de onde muitos pescadores/as retiram o seu sustento e o de suas famílias. Contudo, apesar da biodiversidade da região e levando em consideração o potencial dos rios que compõem a bacia do Rio Uruguai, a produção de pescado é baixa. Com o intuito de dar assistência a esta parcela da população que sobrevive da pesca no município de São Borja, bem como desenvolver a atividade pesqueira e trazer qualidade de vida, o IFFar – Campus São Borja desenvolveu um trabalho de formação com os pescadores e suas famílias, por meio do Programa de Certificação Profissional (Rede CERTIFIC), do qual derivou o Proeja Fic (Proeja é o Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos e o Proeja FIC é o Proeja Formação Inicial e Continuada, realizado com estudantes que estão cursando estudo fundamental ou médio) em Pesca Artesanal de Água Doce, que atendeu 30 alunos.

As ações desenvolvidas tiveram boa aceitação pela comunidade de pescadores, e o Programa Mulheres Mil, com o curso de qualificação profissional Produção, elaboração e distribuição de alimentos derivados da pesca veio para somar a essas ações, atendendo às mulheres esposas e filhas de pescadores, com baixo nível de escolaridade, em situação de vulnerabilidade social e econômica, que também buscavam por uma qualificação profissional na área da pesca.

Assim, o objetivo deste curso realizado pelo Programa Mulheres Mil, foi capacitar as mulheres pescadoras, esposas e filhas de pescadores para o processo de produção, elaboração e distribuição de alimentos derivados da pesca. Dentre os objetivos específicos, estavam: promover o desenvolvimento pessoal através da autoestima, cidadania e das relações humanas, tendo como premissa o desenvolvimento de ações empreendedoras sustentáveis; viabilizar a inclusão no mundo de trabalho por meio de ações cooperativas (INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA, 2011).

Os resultados esperados eram o de possibilitar a inclusão das mulheres no mundo do trabalho formal, organizar a produção e distribuição do peixe e seus

derivados por meio de ações sustentáveis e cooperativas e facilitar o acesso das mulheres às políticas públicas e aos seus direitos (INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA, 2011). Nota-se a importância que a capacitação para o ingresso no mundo do trabalho público e formal representa nesta política destinada as mulheres, talvez pela forte representatividade das mesmas no crescimento e desenvolvimento econômico do país, tanto ou mais que os homens, já que é a maioria da população brasileira.

Para a sua realização, o Programa contou com a participação de uma equipe multidisciplinar, composta por gestoras, coordenadora de extensão, orientadora educacional, pedagogas, assistente social, psicóloga, médico, odontóloga, educadores/as especialistas em emprego e empreendedorismo, educadores/as especialistas em pesquisa e inovação, educadores/as técnico-administrativos, comunicadores, educadoras especialistas para a aplicação de metodologias e instrumentos de reconhecimento de aprendizagem prévia, pesquisadores/as, estagiários/as, especialista na saúde da mulher e docentes.

Além da equipe multidisciplinar, contou com a participação de entidades parceiras, tais como: Prefeitura de São Borja, Universidade Federal do Pampa (Unipampa) – Campus São Borja, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de São Borja (EMATER), Associação de Pescadores São Borja, Colônia de Pescadores de São Borja.

O curso de Produção, elaboração e distribuição de alimentos derivados da pesca teve carga horária de 180 horas e utilizou variadas metodologias e recursos didáticos para a aprendizagem, tais como: aulas expositivas dialogadas, leituras de textos com estratégias lúdicas, dinâmicas, trabalhos em grupos, palestras, visita domiciliar, entrevistas, viagem técnica, debates, aulas práticas no laboratório de informática e no laboratório de gastronomia.

As disciplinas contempladas por este programa foram divididas em cinco módulos, sendo: I) Língua Materna: Português; Matemática; Língua Estrangeira; Espanhol; II) Autoestima e Relações Humanas; Cidadania e Direitos da Mulher; História da Mulher; Saúde Física e Mental da Mulher; III) Educação Socioambiental e na Gestão Pesqueira; Emprego Formal e Mercado de Trabalho; IV) Inclusão Digital; Artesanato e Fotografia; V) Biofísica dos Alimentos; Nutrição; Produção de alimentos com o pescado.

As mulheres que participaram do Programa Mulheres Mil: produção, elaboração e distribuição de alimentos derivados da pesca receberam uma bolsa no valor de R\$ 100,00 (cem reais). Para tanto, deveriam cumprir um mínimo de 75% de presença e 70% de aproveitamento para aprovação.

2.2 As Mulheres Mil

Utilizo neste artigo o termo Mulheres Mil para me referir as mulheres participantes do programa e entrevistadas nesta pesquisa, como forma de preservar seu anonimato. A pretensão inicial do Programa Mulheres Mil: produção, elaboração e distribuição de alimentos derivados da pesca era atender 100 mulheres ligadas à pesca. Contudo, como a totalidade das vagas não foi preenchida, foi disponibilizado para as mulheres atendidas pelas CRAS e CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) do município de São Borja, em situação extrema de vulnerabilidade social.

Este diagnóstico foi realizado pelo Instituto Federal Farroupilha - IFFar – Campus São Borja, compreendido entre 12 e 22 de dezembro de 2011, durante o período de matrículas para o curso que ocorreria em 2012. Foi utilizada a técnica de questionário – com 21 perguntas abertas e fechadas – aplicado às cem mulheres selecionadas para participar programa.

Uma das exigências do programa é que as beneficiárias tenham idade igual ou superior a 18 anos. Assim, das 100 Mulheres Mil que participaram do curso de qualificação em 2012, 16 tinham idade entre 18 e 30 anos; 35 tinham entre 30 e 40 anos; 29 entre 40 e 50 anos e 20 possuíam mais de 50 anos. Devido à maioria das Mulheres Mil, 67 delas estavam em um relacionamento estável, dividindo-se entre casadas (47) e com união estável (20). A outra parte dividia-se em: 15 solteiras, 13 separadas/divorciadas e 5 viúvas.

A maior parte das Mulheres Mil dividia sua residência com outras pessoas: 6 delas moravam com duas pessoas; 24 com três; 36 com quatro; 18 com cinco pessoas; e 14 conviviam com seis ou mais pessoas. Apenas duas das entrevistadas afirmaram viver sozinhas. Quanto ao número de filhos, 93 das mulheres declararam que os tinham, contra 7 que ainda não eram mães. As idades dos filhos variavam: 15 Mulheres Mil tinham filhos com até um ano; 46 tinham filhos com idades entre dois e dez anos; 28 entre onze e vinte anos; 8 possuíam filhos de vinte a trinta anos; e 3 tinham filhos com mais de trinta anos.

Como a maioria dos filhos estava em idade escolar, 89 Mulheres Mil afirmaram que seus filhos frequentavam a escola, contra 11 que disseram que não. Destaco que a frequência escolar é um dos pré-requisitos para o repasse da Bolsa Família para as mulheres, todas em situação de vulnerabilidade social e cadastradas no Cadastro Único para receber essa bolsa.

Quanto ao investimento em sua própria educação, apenas 16 estudavam na época em que foi aplicado este questionário, enquanto que as outras 84 não. Entre as mulheres que estudavam 11 eram alunas do Proeja FIC Pesca, oferecido pelo próprio IF – Campus São Borja; 1 frequentava o EJA; 2 estavam concluindo o ensino fundamental; e as outras 2 estavam no 2ª ano do ensino médio.

Quanto ao nível de escolaridade, 38 delas possuíam ensino fundamental incompleto; 33 concluíram essa modalidade de ensino; 24 tinham ensino médio incompleto; e apenas 5 ensino médio completo. Além da educação escolar formal, 48 das mulheres já participaram de cursos oferecidos pela comunidade onde vivem. Entre esses cursos estão: ProJovem Adulto; Curso de Produtores de Mudanças, oferecido pelo CRAS; cursos de artesanato, de edredom, de manicure, de padaria, de informática, de pintura. As 52 restantes não frequentaram curso algum.

O interesse em continuar estudando foi manifestado por 96 das Mulheres Mil. As principais justificativas para continuar seus estudos e frequentar o curso ofertado pelo Programa Mulheres Mil foram: conseguir um trabalho bom; o interesse em cursar o EJA (Educação de Jovens e Adultos); ter uma vida melhor; querer estudar, mas ter vergonha de ir à escola em função da idade; pretender frequentar uma faculdade; ter uma profissão; falta de oportunidade de estudar quando criança; adquirir mais conhecimento.

As 4 mulheres que não demonstraram interesse em continuar os estudos alegaram falta de motivação, que talvez possa ser justificada pela sobrecarga da dupla, ou até tripla jornada de trabalho, dividindo-se entre o trabalho em casa, fora de casa e os estudos. Dados da Síntese de Indicadores Sociais comprovam que a média de horas semanais trabalhadas por mulheres com 16 anos ou mais de idade em afazeres domésticos corresponde a 21,2 horas, enquanto que a dos homens totaliza 10 horas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015).

Todas as Mulheres Mil possuíam título de eleitor, cadastro de pessoa física, carteira de identidade e as certidões de nascimento e casamento (quando casadas).

Muitas das entrevistadas (30) eram trabalhadoras do lar. As demais se dividiam em artesã (6), pescadora (28), estudante (16), outra (20). Nenhuma das mulheres declarou-se como trabalhadora com carteira assinada, nem como sem ocupação. Das 20 Mulheres Mil que escolheram outra opção de ocupação, afirmaram ser: 14 diaristas; 4 catadoras de material reciclável, 1 babá e 1 que fazia e vendia doces.

Das 100 mulheres que participaram da pesquisa, 55 não trabalhavam e, conseqüentemente, não contribuía com as despesas da família; 16 trabalhavam, mas, mesmo assim, dependiam da família para sobreviver; enquanto que 29 delas trabalhavam e sustentavam sozinhas suas famílias.

A renda familiar mensal de 63 das mulheres era de menos de um salário mínimo, enquanto que 29 sobreviviam com um salário mínimo (R\$545,00 na época da entrevista) e 8 com dois salários mínimos (R\$1.090,00). Devido aos baixos rendimentos mensais das famílias das mulheres entrevistadas, o número de beneficiárias de programas de transferência de renda do Governo Federal também

era grande, equivalendo a 85 delas. Apenas 15 afirmaram não receber auxílio governamental.

O Programa Bolsa Família contemplava a maioria das Mulheres Mil e suas famílias e os valores repassados variavam, podendo ser: R\$32,00; R\$68,00; R\$70,00; R\$102,00; R\$134,00; R\$160,00; R\$166,00; R\$174,00; R\$198,00; R\$204,00; R\$234,00; e R\$237,00. Três delas possuíam familiares que recebiam o Benefício de Prestação Continuada (BPC) com o valor de R\$ 622,00.

Apesar da situação de vulnerabilidade social, da baixa escolaridade e baixos salários, 37 das Mulheres Mil possuíam casa própria, enquanto que a casa de 21 delas era alugada e de 42 era cedida. As casas eram simples, mas a maioria é equipada com eletrodomésticos necessários para sobrevivência e para o lazer: 91 possuíam televisão; 75 possuíam vídeo cassete/dvd; 97 tinham aparelho de som; 94 geladeira; 98 possuíam fogão. Um dado que chama atenção é que 93 das mulheres possuíam celulares, mas apenas 5 tinham um aparelho de telefone fixo em suas residências. E somente 8 delas eram portadoras de computadores.

A participação em associações não era frequente entre as mulheres inscritas no Programa Mulheres Mil. Das 27 delas que participavam de algum tipo de associação, 13 eram de associações de moradores nos bairros onde viviam, 4 participavam da Colônia de Pescadores e 10 da Associação de Pescadores.

Apesar de residirem em bairros diversos do município, em periferias de São Borja, as entrevistadas relataram características negativas semelhantes do local onde viviam, tais como: pobreza extrema, violência, área de tráfico de drogas; falta de segurança, não tem serviço de saúde com qualidade, lixo nas ruas, mora próximo ao lixão da cidade, falta de estrutura (saneamento básico, calçamento, iluminação pública, alagamento quando chove, etc.). Entre os pontos positivos estavam elencados: lugar calmo, bons vizinhos, próximo da escola, seguro, acesso à saúde/agente de saúde, CRAS, próximo do centro da cidade, tem calçamento, iluminação pública, acesso a lazer. Algumas mulheres não identificaram nada de positivo no lugar onde moravam, ou seja, consideraram todos os aspectos negativos.

2.3 As significações do Programa Mulheres Mil

Nesta seção, analiso as entrevistas narrativas aplicadas às Mulheres Mil no período compreendido entre agosto e setembro de 2016, que foram transcritas e corrigidas, mas mantendo algumas expressões singulares das falas das entrevistadas, a fim de não descaracterizá-las, para não expô-las a nenhum tipo de constrangimento. São mulheres que sobrevivem da pesca, trabalhadoras, com ideais e dificuldades: Mulheres Mil.

Muitas não tiveram a oportunidade de estudar, pois tinham que trabalhar para ajudar a família com as despesas da casa, conforme percebemos em suas falas: “É que eu me criei na lavoura e lá nós não tínhamos condições de estudar. Nós tínhamos que trabalhar na lavoura” (MULHERES MIL, 2016). A falta de oportunidade de estudar enquanto criança também foi manifestada como um dos motivos de participação no Programa Mulheres Mil, durante a aplicação dos questionários.

Situação semelhante aconteceu com os dois filhos homens de uma das entrevistadas, que não estudaram porque precisaram se dedicar ao trabalho público e rentável: “Trabalham, só trabalham. Não tiveram a oportunidade de estudar ainda. Tem que trabalhar né” (MULHERES MIL, 2016). A filha menor trabalhava com ela, auxiliava dentro de casa e na venda dos produtos da pesca.

A abertura da Unipampa e do IFFar em São Borja criou possibilidades de estudos para jovens e adultos de diferentes idades, que não tinham condições financeiras de mudarem de cidade para frequentar um curso técnico e/ou superior, inclusive para a filha desta Mulher Mil, que voltou a estudar e formou-se em Assistência Social pela Unipampa. Depois de formada “ela achou melhor ir embora pra arrumar serviço mais ligeiro. Ela me ajudava lá, daí fiquei só eu. Os outros já ficaram pra lá, morando né. Foram pra lá e ficaram” (MULHERES MIL, 2016).

Todos mudaram para Porto Alegre em busca de mais oportunidades, tais como o ingresso no mundo do trabalho público, o que demonstra que as condições de empregabilidade e geração de renda em São Borja não estão favoráveis. Outro fator que merece análise é o fato de somente a filha mulher dedicar-se aos estudos, ingressar na universidade e formar-se em um curso superior, que vai de encontro aos dados da Síntese de indicadores Sociais (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015). Enquanto que a taxa de conclusão do ensino médio de homens entre 20 e 22 anos era de 54,9% em 2014, para as mulheres essa taxa atingiu 66,9%, 12,0 pontos percentuais acima da dos homens. A diferença na taxa de conclusão do ensino médio ainda era maior entre jovens brancos e pretos ou pardos desse grupo etário, atingindo 19,1 pontos percentuais.

Com relação ao Ensino Superior, a taxa de homens matriculados com idade entre 18 e 24 anos, em 2014, era de 53,2%, enquanto que as mulheres representavam 63,3%, no mesmo período (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015). A vantagem da filha mulher em relação aos irmãos pode estar relacionada às posições de gênero, intrincados em nossa sociedade patriarcal, que direcionam os jovens mais cedo para o mundo do trabalho público e produtivo, responsabilizando-os pela renda e sustento da casa, fazendo com que eles conciliem mais frequentemente estudo e trabalho, agravando seu atraso escolar.

Outro fator que talvez tenha contribuído para que a jovem retomasse os estudos, deve-se a democratização do acesso ao Ensino Superior, que foi

estimulada por uma série de políticas públicas, que vão desde o aumento das reservas de vagas nas instituições públicas direcionadas aos alunos de diferentes perfis, entre eles os procedentes de escolas públicas e com baixa renda familiar, até o aumento do financiamento estudantil reembolsável (como o Fundo de Financiamento Estudantil – FIES) e não reembolsável (como o Programa Universidade para Todos – Prouni), disponível aos alunos das instituições privadas.

Contudo, mesmo com o baixo nível de escolarização formal, as Mulheres Mil foram capacitadas pela vida. A maior parte delas casou-se com um pescador e especializou-se em produtos alimentícios a base de peixe. Antes do Programa Mulheres Mil, participaram de outros cursos sobre alimentação, promovidos por empresas como a EMATER e o IFFar, que as impulsionaram a vender peixes e derivados, algumas em suas próprias casas, outras abrindo seu próprio restaurante.

O ingresso no mundo do trabalho público deu-se aos poucos, segundo depoimento de uma das entrevistadas, que diz ter começado vendendo lanches no late Clube de São Borja durante os finais de semana. Uma vez por semana realizava um almoço, um jantar com peixe: “fazia pastel, isquinha de peixe” (MULHERES MIL, 2016). Com a troca de direção teve que sair, o que a levou a procurar por outro local onde pudesse dar continuidade as “comidinhas”. Encontrou um lugar para alugar aos fundos da lanchonete de um primo, um local pequeno, que foi aumentado para o funcionamento do seu restaurante atual. “Nós alugamos ali. [...] como a gente não tinha um lugar pra trabalhar, e pra nós agregarmos o preço do peixe, daí nós resolvemos alugar ali um espacinho pra gente vender o peixe” (MULHERES MIL, 2016).

É possível perceber na fala da entrevistada a vontade de agregar valor ao produto vendido, o peixe, transformando-o em alimentos prontos para a venda e o consumo, como forma de melhorar a renda da família. Da mesma forma, as Mulheres Mil demonstram sua preocupação em manter o empreendimento dentro dos padrões de higiene estabelecidos pela vigilância sanitária: “A cozinha tá toda adequada como a saúde quer. Ali o galpão a gente não arrumou porque nós queremos assim, que é bem campeiro mesmo. Daí ele teve que aumentar mais aquele outro espaço pra lá, ele teve que aumentar. Daí a gente aluga” (MULHERES MIL, 2016).

O restaurante funciona em um galpão, oferece serviços de buffet e à la carte. Teve início no mesmo ano do ingresso no Programa Mulheres Mil.

“Naquela época, parece que foi uma reunião que saiu lá no Ubaldo, aqui. Daí ia ter esse projeto pras mulheres, pra estudarem, pra se aperfeiçoarem mais. Daí eu fui e foi muito bom.”

“Eu tenho a memória ruim pra guardar. Quem chamou, eu não lembro, mas naquela época foi à diretora com umas professoras lá do Instituto. Daí eles foram e convidaram também os presidentes dos pescadores pra ver se tinha alguém interessado em ir, daí como a gente participava [...]”

“Eu até não tava muito a fim de ir porque eu tenho problemas assim pra gravar as coisas, pra aprender, sabe? Eu tenho. Daí eu resolvi, vou ir, vou ver como é que vai ser e gostei, gostei mesmo. Fiz até o final” (MULHERES MIL, 2016).

A participação no Programa Mulheres Mil teve o apoio das famílias, e certo deboche, por voltar a estudar depois de certa idade: “Todo mundo apoiou. Até ninguém foi contrário, davam risada até de eu ir pro colégio. Eu dizia pra eles eu vou pro colégio, não pra estudar só pra comer merenda. Nós tínhamos merenda também no colégio” (MULHERES MIL, 2016). O mesmo fato foi relatado no questionário, aplicado durante a matrícula no Programa, que consta a vergonha em voltar a estudar por causa da idade avançada.

Além do incentivo familiar, os filhos também auxiliaram nas dificuldades encontradas em algumas disciplinas do Programa Mulheres Mil.

“Muitas coisas eu tinha que pedir pra eles me ajudarem né, a guria me ajudar, com as contas né, ai coisa triste. Ela tava fazendo faculdade né, aí ela me ensinava. Tinha de informática, ai, tanta coisa. Uma tal de redação que eu não pude pegar nada, “Deusolivre”. Tanto tempo que eu tinha parado de estudar. Mas foi bom, bah, muito bom mesmo.”

“Vocês são novos, a memória pelo menos já tá mais acostumada a estudar, a gente que não é acostumado a estudar. Ah, no começo “Deusolivre”, que dificuldade. Mas foi muito bom” (MULHERES MIL, 2016).

Percebe-se que o “deboche” por parte da família pela retomada aos estudos está enraizado na fala das Mulheres Mil, que atribuem aos mais jovens a boa memória e a capacidade de estudar. Mesmo com as dificuldades, as entrevistadas afirmaram que o ingresso no programa foi importante e contribuiu tanto com técnicas de aprendizagens para o seu trabalho com o peixe, como para o relacionamento dentro de casa, o que pode ser justificado pela variedade de disciplinas desenvolvidas pelo programa, que focaram desde áreas técnicas como Nutrição, Produção de Alimentos com o Pescado, Biofísica dos Alimentos, Artesanato e Fotografia, Emprego Formal e Mercado de Trabalho, até áreas voltadas ao desenvolvimento pessoal e social, tais como: Autoestima e Relações Humanas, Cidadania e Direitos da Mulher, Saúde Física e Mental da Mulher, que fogem um pouco as disciplinas tradicionais trabalhadas na escolarização formal.

Segundo as Mulheres Mil (2016), o relacionamento familiar mudou após a participação no Programa Mulheres Mil, “Mudou em tudo né, em casa também, porque a gente estudava um monte de coisas com a família, religião também” (MULHERES MIL, 2016). Além disso, o Programa também incentivava o relacionamento social e o desenvolvimento de atividades lúdicas.

“Muita coisa boa. Sei que na hora do recreio até jogar boliche nós jogamos, nunca na vida tinha jogado.”

“A nossa turma era toda turma dos pescadores quase, tudo conhecido. Na hora do recreio, nós adorávamos quando chegava a hora do recreio, pra

nós irmos jogar boliche. Tinha professor que ia jogar conosco” (MULHERES MIL, 2016).

As entrevistadas demonstraram serem mulheres com bom relacionamento com os demais, tanto no Programa Mulheres Mil, como fora dele, no seu convívio diário.

“Eu sempre tive um bom relacionamento com todos eles né, com as pessoas, com todos eles. [...] é a mesma coisa que tu tá no colégio, estudando ou dando aula, tu tens contato com todas as pessoas ali, todo dia, depois tu sais e aí né. Mas eu sempre continuo né me relacionando com eles né, com os pescadores e com as pessoas” (MULHERES MIL, 2016).

O bom relacionamento também é refletido no trabalho no restaurante.

“Lá onde deu trabalho sempre tem gente né, três vezes na semana, gente nova que chega lá. Mesmo que eu não converso muito, que eu fico só na cozinha, né, porque se eu vou ficar no salão daí não tem né. Então um pouco mais eu converso, mas na hora tem pessoas que vão lá na cozinha me cumprimentar e me dar oi” (MULHERES MIL, 2016).

Além disso, algumas demonstraram capacidade de liderança, desempenhando cargos de direção na Associação e Colônia de Pescadores de São Borja. Quando questionadas sobre a contribuição do Programa, as Mulheres Mil afirmam:

Eu achei muito bom, porque tinha sobre alimentação, tinha sobre higiene, tinha, ai, como é que eu vou explicar, assim, por exemplo, as mulheres que elas explicavam e falavam coisas que eu nunca tive oportunidade quando ia no colégio de aprender, nem depois de adulta também, só trabalhando e trabalhando, e nunca estudei na vida, muita coisa que a gente fez lá que nunca pensei que a gente ia aprender (MULHERES MIL, 2016).

Percebe-se na fala das Mulheres Mil a herança de uma família patriarcal, de mulheres que não puderam estudar e para quem o Programa Mulheres Mil representou a oportunidade não apenas de ingresso no mundo do trabalho público, mas de acesso à educação. Enquanto o trabalho representa o combate à pobreza e as desigualdades sociais, a educação é significada como caminho para a promoção e efetivação da cidadania. Destaco a importância desta política pública que permite a sobrevivência e a integração das mulheres beneficiárias, por meio da (re) distribuição não apenas de bens materiais, como comida e dinheiro, mas sob a forma de bens culturais, como os saberes, a educação.

Conforme as entrevistadas a educação modificou e aperfeiçoou as formas de trabalho.

“Alguma coisa assim, no sentido pra bom, entendeu? [...] Muita coisa a gente aprendeu sobre, como eu te falei, que a gente aprendeu, como é que eu vou te dizer, sobre as etiquetas, sobre higiene, eu já tinha também, sobre alguma alimentação nova que a gente aprendeu, um monte de coisa né. [...] Depois nós aprendemos lá também como manusear os alimentos, muita

coisa boa a gente aprendeu. [...] Foi isso que modificou, foi bom. Muitas coisas que a gente não sabia, a gente ficou sabendo” (MULHERES MIL, 2016).

A dificuldade em se expressar sobre o programa está presente na fala das entrevistadas, que lembram aspectos referentes às atividades que desenvolvem e o meio em que estão inseridas: o restaurante, a alimentação, a higiene, a etiqueta, o peixe e derivados.

As disciplinas que mais significados geraram foram, conseqüentemente, as sobre alimentação, higiene, etiqueta e postura profissional. Nota-se a preocupação das Mulheres Mil quanto às exigências do mundo do trabalho público para a profissionalização da cozinheira, que, segundo Marise Ramos (2006, p. 51) é o “processo pelo qual ocupações adquirem o status de profissão, devendo-se esclarecer o caráter historicamente contingente desse processo e suas formas e variações em diferentes sociedades”.

O trabalho está intrincado na vida de todos os indivíduos, como condição básica para a geração de renda e sobrevivência. Define o papel que homens e mulheres passam a ter na sociedade. Desta forma, é natural que as Mulheres Mil destaquem, dentre os aprendizados do Programa, as disciplinas relacionadas com a sua ocupação – cozinheira – que necessita ter a sensibilidade para criar e/ou reproduzir pratos carregados de sabores, cores, odores, temperos, bem como escolher mercadorias de qualidade e preço justo, coordenar equipe de trabalho, controlar gastos, etc.

Além das funções específicas de um bom cozinheiro, são muitas as exigências para a abertura e funcionamento de um restaurante, que reúne obrigações legais que todo o empreendedor deve seguir, como leis sanitárias e trabalhistas, código de postura e zoneamento do município (regras municipais), normas de segurança e bombeiros (proteção e central de gás) (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, 2015).

Assim, para exercer o ofício de cozinheira e ter seu próprio restaurante, as entrevistadas tiveram que se profissionalizar, e os cursos oferecidos pela EMATER e pelo Programa Mulheres Mil fizeram parte deste processo. A educação resulta em um saber científico e prático aplicado no dia-a-dia dessas mulheres. As aprendizagens foram incorporadas no trabalho diário do restaurante e dos alimentos que vendem em casa, mediante encomenda, levando a uma diversificação dos produtos vendidos.

“Eu já vinha trabalhando com peixes, já vendia, [...] faz tempo que eu venho vindo, devagarzinho, devagarzinho né. Depois ali no curso do Mulheres Mil nós aprendemos mais uns pratos ainda de peixe, tudo com peixe. [...] Eu vendo um monte de coisa ainda. Faço. Eu coloco no Buffet lá pratos que nós aprendemos a fazer: lasanha, panqueca e peixe assado e um monte de coisa mais que aprendemos”.

“Eu cuido lá e da minha casa, preparo os peixes pra lá. Preparo aqui pra eu vender também, quando querem um peixe cortado, inteiro, assado, comprar. Eu vendo peixe aqui também. Meu trabalho é com peixe, trabalho só com peixe”.

“Tem pessoas que me ligam ‘Ai quero pastelzinho!’, ‘Quero lasanha!’, só marcar o dia que eu faço e venho levar. É o meu trabalho né [...]. Às vezes pego aniversário pra fazer com peixe” (MULHERES MIL, 2016).

Percebe-se que a matéria-prima é proveniente da natureza, mais especificamente do Rio Uruguai: o peixe. Temos uma dimensão cultural associada ao ato de cozinhar, visto que grande parte das Mulheres Mil é casada com pescadores, membro da Associação ou Colônia de Pescadores e moradora do município de São Borja, banhada pelo Rio Uruguai e que tem sua gastronomia fortemente ligada aos peixes de água doce. Desta forma, no ato de cozinhar as Mulheres Mil criam um elo entre a cultura local e a natureza – o peixe, que é transformado e servido à mesa (ATALA, 2009).

Neste caso específico, esse elo entre cultura e natureza favorece a geração de renda para as Mulheres Mil, pois não há custos para a obtenção da matéria-prima e a receita obtida com a venda do peixe e derivados é, conseqüentemente, lucro. O grande problema enfrentado com a dependência da natureza é quando o rio não está para peixe, tais como os períodos de enchente, de estiagem, de proibição da pesca, acarretando na alternância entre períodos de trabalho e não trabalho ao longo da vida.

“A gente tem a despesa da casa né e o peixe às vezes dá, às vezes não dá né. Às vezes ele (o esposo) vai pro rio e traz peixe, às vezes traz bem pouquinho, então daí tem que fazer dar cria aquele dinheiro da venda, pagar luz, água, alimentação, tem que manter as coisas lá, comprar tudo né, não é fácil”.

“É o que nós temos aqui no Rio Uruguai né, quando tem né. Porque às vezes ele (o esposo) vai pro Rio e vem só Piava, vem Grumatam, vem Pintado. Nós temos o Dourado e o Surubi que tão proibidos até agora né” (MULHERES MIL, 2016).

As Mulheres Mil foram enfáticas ao afirmar que seus esposos ficam “direto no Rio pescando” (MULHERES MIL, 2016). Cabe a elas os cuidados com o restaurante e com a casa, o que demonstra os contrastes relativos ao mundo do trabalho público e privado e a acumulação desta dupla jornada pelas mulheres, indo de encontro aos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015), em que a jornada total das mulheres (trabalho público e privado), é superior a dos homens em 5 horas semanais. Enquanto eles dedicam 41,6 horas semanais ao trabalho público e 10 horas ao trabalho privado, elas gastam 35,5 e 21,2 horas respectivamente.

Quando o rio não está para peixe, uma das entrevistas conta com a “ajuda” do esposo nas atividades do restaurante. Contudo, este auxílio refere-se às atividades no caixa, comprovando que mesmo com o ingresso das mulheres no mundo do trabalho público, ainda há a divisão de tarefas.

O trabalho produtivo realizado pelas mulheres no mundo público possui estreita relação com o trabalho doméstico e reprodutivo, cabendo a elas as atividades já desempenhadas dentro de casa, neste caso, na cozinha. Nota-se na fala dessa Mulher Mil que o trabalho do esposo no restaurante é visto como uma ajuda, deixando claro que cabe a ela tal função. Da mesma forma, seu trabalho remunerado não ameaça a atividade da pesca realizada pelo esposo e seu papel de provedor do lar, estando relacionada com a ideia de complementariedade.

Essa estrutura traz à tona questões referentes ao patriarcado e a divisão sexual do trabalho, em que homens são responsáveis pela produção e as mulheres pela reprodução, as quais Anita Brumer (2004, p. 212) analisa a partir de dois aspectos:

O primeiro é que a unidade familiar de produção caracteriza-se por reunir os esforços de todos os membros da família, com vistas ao benefício de todos, havendo uma necessária aproximação entre unidade de produção e unidade de consumo. O segundo é que vivemos em uma sociedade paternalista, e de certo modo machista, em que se atribui ao homem o papel de responsável pelo provimento da família.

Além do esposo, a entrevistada conta também com a ajuda de uma funcionária: “É só eu e o meu marido. Eu tenho mais uma menina que limpa a louça pra mim e me ajuda” (MULHERES MIL, 2016). A contratação de uma mulher, neste caso, também assume o caráter de ajuda, o que reforça a tradicional divisão sexual do trabalho, em que as mulheres permanecem como ajudantes no trabalho público. Outro fator que reforça o caráter da divisão do trabalho é o fato de ter sido uma mulher a contratada para exercer as atividades relativas à limpeza da louça.

A atividade pesqueira enquadra-se no perfil do trabalho precário, que concentra setores da economia de caráter sazonal (TERESA SÁ, 2012). Seguindo a mesma lógica, Glória Rebelo (2004), construiu o perfil do trabalhador precário para Portugal, que se assemelha a realidade brasileira: mulheres, jovens, idosos, trabalhadores/as pouco qualificados/as. Desta forma, as Mulheres Mil e suas famílias sofrem com a precariedade do trabalho ligado a pesca, que se associa a um determinado contrato de trabalho denominado “empregos sem estatuto” – empregos incertos, instáveis, a tempo parcial, sem vínculos empregatícios, com menos regalias sociais, informais, com baixos salários – que se opõe ao contrato de trabalho tradicional, que assegura aos/às trabalhadores/as um trabalho a tempo inteiro, com duração indeterminada, carteira assinada, proteção social (KOVÁCS, 2002; OLIVEIRA, 2009).

A precariedade do trabalho foi/é uma constante na vida dos trabalhadores das classes populares. Devido a essa condição de vulnerabilidade e da dependência do Rio Uruguai, as Mulheres Mil demonstraram que a bolsa de R\$100,00 (cem reais) oferecida pelo Programa Mulheres Mil “ajuda, bah, ajudava bastante. Pra gente ajuda né” (MULHERES MIL, 2016).

O dinheiro era usado em conjunto com o esposo para comprar materiais e/ou para pagar as contas de água, luz. As Mulheres Mil enfatizaram que “Tem mulheres que fazem isso. Meu dinheiro é meu”. E argumentaram que a relação com o esposo é diferente: “Se ele tem conta pra pagar nós trabalhamos juntos, pagamos juntos. Ninguém, nem ele é dono do dinheiro nem eu. Por que não adianta, tem mulheres que ai o dinheiro é meu gasto onde eu quero” (MULHERES MIL, 2016).

Nota-se que a renda obtida, neste caso o dinheiro da bolsa de estudos, “[...] não é gasto individualmente pela mulher, ele é transferido para a família, para o bem-estar e qualidade de vida, sendo seu uso de forma coletiva” (LUNARDI, 2012, p. 132). Assim, entende-se que a participação das mulheres no Programa Mulheres Mil proporcionou o acesso a recursos financeiros, mas não houve uma mudança significativa nas relações de gênero acerca do uso desse recurso.

Contudo é preciso destacar que mesmo não tendo liberdade e controle sobre o dinheiro, as Mulheres Mil acreditam que houve uma mudança e que a bolsa de estudos ajudou a melhorar a situação financeira família. Porém, não há uma liberdade individual, refere-se ao acesso da família a renda, para pagar as contas e gastos domésticos. Percebe-se nas falas que há um acordo e apoio mútuo entre o casal, uma combinação e decisão conjunta de onde aplicar a renda. Marido e mulher parceiros nos negócios e na divisão dos lucros e despesas, em que cada um contribui com seus conhecimentos e competências (BRANDTH & HAUGEN, 2010).

Trata-se de uma autonomia econômica imaginária e não real, especialmente para as Mulheres Mil, pois a bolsa recebida por elas remeteria ao aumento da liberdade de gastá-la, o que não ocorre. No momento em que a renda é misturada com a de seu esposo, perde-se o controle sobre ela, ficando difícil contabilizar o que é de um e o que é de outro, o que resulta, na maioria das vezes, em um domínio dos homens sobre o recurso, já que ele sempre foi o provedor da família, detentor da receita oriunda da pesca (LUNARDI, 2012).

Contudo, as Mulheres Mil argumentaram que se não houvesse esta transferência de renda condicionada a frequência no Programa, teriam ido igualmente,

“[...] no começo também eles ajudavam com cem reais por mês, ali uma época parecia que tava meio atrasando e alguns alunos começaram a reclamar. Eu nunca reclamei porque nem ia por interesse, ia mais pra eu aprender mesmo.”

“[...] porque eu sempre, nós faz tempo que trabalhamos com peixe e eu sempre me dediquei a aprender alguma coisa pra eu não pegar nosso peixe e vender assim inteiro, aí tu vai vender mais barato, coisa assim, então eu queria aprender alguma coisa mais com o peixe sabe, pra agregar valor no peixe.” (MULHERES MIL, 2016).

Aqui novamente percebe-se na fala das entrevistadas a vontade de agregar valor ao produto final, aumentar a renda da família e minimizar a situação de

precariedade do trabalho. Tudo isto foi possível graças ao Programa Mulheres Mil que, calcado na educação, possibilitou a profissionalização de mulheres e seu crescimento econômico, capacitando-as para a produção, elaboração e distribuição de alimentos derivados da pesca.

As entrevistadas reconheceram a importância do Programa Mulheres Mil para a sua profissionalização, como forma de agregar valor ao produto final, o peixe, e atribuíram significação importante à educação e a participação no Programa: “a gente aprendeu, muita coisa né”. Por meio do Programa, as mulheres tiveram contato com outros modos de produzir, bem como novas referências além dos pescadores com quem trabalhavam.

“E tinha um professor também que vinha dar aula pra nós sobre criação de peixe e coisa né. [...] eram bem boas as aulas dele. Nós saíamos, íamos visitar outras cidades onde tinha criação de peixe [...]. Até nós tínhamos uns projetos pra criarem e fazerem um centro [...] pra criar peixe, pra fazer açude, pra um laboratório, tanta coisa. Bem no fim ele foi e sei lá pra onde é que foi. Mas foi muito bom, a gente aprendeu bastante coisa. Se tu não praticar tu esquece. Esquece. Eu não esqueço do meu peixe porque eu lido com ele todos os dias” (MULHERES MIL, 2016).

Além da fala, os gestos também demonstram as significações que as entrevistadas atribuem ao Programa Mulheres Mil. Durante a entrevista, uma delas abriu o avental que utilizava, visto que estava trabalhando no restaurante, e por baixo usava a camiseta do Programa, a qual me mostrou orgulhosa. A outra identificou o crachá institucional que eu usava e exclamou: “Eu tenho um desses!” Percebe-se que as significações do Programa estão diretamente relacionadas com a prática da vida das Mulheres Mil: educação, trabalho e renda.

Em sua fala, elas lembraram com carinho o dia da formatura, talvez a única em sua vida marcada pela vulnerabilidade social; e algumas lamentaram o fato de a família não poder estar presente: “No dia da minha formatura nenhuma das cria daqui puderam ir e o meu marido também não pode ir, tava no Rio” (MULHERES MIL, 2016). Percebe-se a importância do trabalho para a geração de renda e sustento da família, que impediu o esposo de faltar um dia para comparecer a formatura.

Outro momento destacado entre risos por uma das entrevistadas que marcou a sua volta aos estudos, bem como a participação no Programa Mulheres Mil foi o desfile no dia 20 de setembro, dia em que se comemora a Revolução Farroupilha. “Nós fizemos até desfilar, nós tivemos que desfilar. Na semana farroupilha, lembra? Não vai ter este ano desfile? Nós lá, desfilando, Deusolivre”. A educação, bem mais que a capacitação para o mundo do trabalho público, proporcionou as Mulheres Mil vivências que talvez sejam únicas, próprias do mundo escolar, como o dia da formatura e o desfile Farroupilha.

Desta forma, pela educação e capacitação para a Produção, elaboração e distribuição de alimentos derivados da pesca, as Mulheres Mil agregaram valor ao produto e expandiram seus negócios. “Já faz uns quatro anos que nós temos lá. Nós já vínhamos começando, vinha começando, devagarzinho né. Nós tínhamos já o espaço. Só que nós estávamos uma vez na semana só. Agora três. Agora no inverno caiu um pouco, mas sempre tem gente (MULHERES MIL, 2016)”. O restaurante abre quarta, sexta e sábado “das oito e meia em diante já começa a servir daí. Às vezes já tem reserva quando eu vou pra lá, às vezes não tem. Sempre chega gente na hora né” (MULHERES MIL, 2016).

As Mulheres Mil também investiram em equipamentos para a produção de alimentos: “Eu comprei o fogão, panela, tudo essas coisas né eu comprei de lá tudo. [...] Parei de gastar com a filha, já comprei o que tinha que comprar de panela. Ainda falta coisa. Comprei aquele bifezinho, máquina serra-fita e o jato, essas coisas eu comprei tudo né” (MULHERES MIL, 2016).

As entrevistadas acreditam que a situação financeira melhorou após o Programa, conforme mostra a transcrição de suas falas: “Melhorou pouco né, a gente que trabalha assim, tem dias que dá bem, dá menos outros dias né, e eu tava comprando material pra cozinha pra isso, praquilo, mas deu pra gente conseguir tudo né” (MULHERES MIL, 2016). Complementam ainda:

“Que que eu vou te dizer, eu acho que assim oh, ela mudou um pouco através do peixe que eu agrego valor né, através do pratos, através da venda de como, como é que eu vou dizer assim, como agregar o valor que a gente aprendeu também né. Muita gente vai lá no rio e pega um peixinho e traz e vende. Eu já descamo, já limpo, já boto no (pausa, subentende-se forno), isso aí que eu acho que mudou né. Faz tempo que eu venho fazendo isso pra melhorar né. Não vou dizer que melhorou 100% mas dá pra sobreviver”. “Deu uma aumentada um pouco mais né, com toda essa crise aí aumentou um pouquinho. As vezes aumenta, as vezes diminui. Não dá pra gente dizer assim, cada mês aumenta mais porque às vezes cai, às vezes aumenta e assim vai né”. (MULHERES MIL, 2016).

Algumas mulheres investiram o dinheiro na formação dos filhos. “Aos poquitos vai indo né. Formei a filha, também, tudo né, tudo nesse tempo. Agora recém que nós vamos começar a trabalhar pra nós mesmos né. [...] Tu sabes, uma formatura custa né. E sustentar três anos estudando sem poder trabalhar, só a gente né”. Percebem-se as prioridades das entrevistadas na hora de investir seu dinheiro: na educação dos filhos. Educação esta que muitas delas não tiveram acesso.

As oportunidades oferecidas pelo Programa Mulheres Mil proporcionaram as entrevistadas muito mais do que a expansão do restaurante, a compra de equipamentos e o aumento da renda. Inseriram as Mulheres Mil no mundo do trabalho público, agregaram valor ao produto e possibilitaram novas formas de socialização. Contudo, o maior ganho foi o ingresso no mundo da educação, possibilitando qualificação, profissionalização.

“Eu era uma pessoa meio neutra em muitas coisas né, porque a gente não teve oportunidade de estudar, de aprender, daí depois do Programa parece que abriu mais os olhos da gente, viu mais, ficou mais atenta também em muitas coisas que a gente viu que tinha que ser e aprender né [...]. Achei muito bom” (MULHERES MIL, 2016).

Assim como a melhoria na situação financeira, o Programa também gerou um reconhecimento profissional.

“Eu acredito que sim, porque tem pessoas que me conhecem porque eu estudei lá, porque eu fiz o curso lá e me conhecem pelo nome, outros já vão lá (no restaurante). Até teve uma menina que estagiou lá este ano também, tá fazendo o técnico em cozinha, ela estagiou lá comigo agora esse ano. Então eu acho assim, se não tivesse esse conhecimento, esse relacionamento não iam me procurar né, pra fazer o estágio lá comigo. Porque com a informação a gente vai longe né [...]. Uma pessoa legal e uma pessoa ruim todo mundo sabe.”

Percebe-se, assim, que é a educação que capacita as Mulheres Mil, que oferecem como contrapartida principal a frequência no Programa, resultando na elevação dos níveis de formação. Desta forma, destaco que o Programa Mulheres Mil concede as suas beneficiárias profissionalização em troca do interesse e da frequência; autonomia econômica em troca de capacidade de controle; reconhecimento em troca de competência.

2.4 Muito longe do fim

A análise cultural e as entrevistas narrativas permitiram concluir que o Programa Mulheres Mil: Produção, elaboração e distribuição de alimentos derivados da pesca muito significou na vida das mulheres que dele participaram. Ofereceu profissionalização para as atividades ligadas a pesca, capacitou-as para o ingresso no mundo do trabalho público e contribuiu para o aumento da renda familiar.

Mas a maior contribuição deste programa foi o retorno ao mundo da educação, à vida escolar e as diversas possibilidades que este meio proporciona. As Mulheres Mil além dos conhecimentos teóricos e práticos, tiveram acesso a atividades lúdicas, ao desenvolvimento da autoestima, a convivência com as colegas e professores/as e ao reconhecimento das atividades desempenhadas, dentro e fora da sala de aula.

Percebo que o Programa Mulheres Mil representou mudanças na vida das participantes, contudo, destaco que se trata de uma autonomia imaginária e não real, visto que os benefícios são de uso familiar e não utilizados pelas próprias mulheres. Questiono, ainda, a curta duração do curso e o caráter das atividades desenvolvidas – cozinha e artesanato – o que acaba por reforçar as atividades ditas femininas.

Questiono se estes investimentos educacionais por parte do Estado brasileiro são suficientes para tornar estas mulheres autônomas e contribuir para a igualdade de gênero, ou se são políticas compensatórias, focalizadas nas mulheres, conforme sugere Lourdes Bandeira (2004). Segundo esta autora, enquanto as políticas focadas nas relações de gênero buscam compreender a diferenciação entre os processos de socialização do feminino e do masculino, bem como dar visibilidade aos mecanismos culturais que envolvem as formas de subjetivação e diferenciação entre mulheres e homens, as políticas focadas nas mulheres, como este programa, são alicerçadas por pressupostos essencialistas e reforçam os processos que envolvem a reprodução e a sexualidade como inerentes às mulheres, justificando, assim, a necessidade e a criação de políticas compensatórias para as assimetrias de gênero daí decorrentes. O resultado são políticas que reforçam o fato de que a pobreza é maior entre elas, oferecendo cursos de capacitação para atividades consideradas extensões das já realizadas dentro de casa e sem reconhecimento social.

Assim, acredito que para alcançar, de fato, a autonomia real das Mulheres Mil, os investimentos educacionais devem ter continuidade, desde os primeiros níveis, com cursos de alfabetização, até a verticalização do ensino, com ingresso em cursos como o EJA (Educação de Jovens e Adultos, para pessoas que não concluíram o ensino fundamental e/ou médio na idade apropriada), cursos técnicos e culminando com o ingresso em cursos superiores. Para as participantes do Programa Mulheres Mil: Produção, elaboração e distribuição de alimentos derivados da pesca, hoje o IFFar Campus São Bora oferece esta verticalização do ensino, com os cursos Proeja Cozinha, Técnico em Cozinha e o Curso Superior em Gastronomia.

Mesmo questionando a eficiência real do Programa Mulheres e da gastronomia como forma de incluir as mulheres produtivamente no mundo do trabalho público, é possível concluir por meio das entrevistas narrativas com as participantes, que se trata de um primeiro passo importante na busca da cidadania e igualdade de gênero.

Referências

ATALA, A. **A cozinha está em revolução.** Disponível em: <http://www.egosto.com/conteudos/files/48-52%20Entrevista%20194A.pdf>. Acesso em: 30 de jul. de 2009.

BANDEIRA, L. **A transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas.** Brasília, DF: Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL; Secretaria Especial de Política para as Mulheres – SPM, 2004. Disponível em: http://www.spm.gov.br/arquivos-diversos/.arquivos/integra_transversalidade_genero. Acesso em: 02 jul. 2016.

BRANDTH, Berit & HAUGEN, Marit S. Doing farm tourism: the intertwining practices of gender and work. **Journal of Women in Culture and Society**, Chicago, v. 35, n. 2, p. 425-446, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Mulheres Mil** – Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável, 2008. Disponível em: <<http://mulheresmil.mec.gov.br/>>. Acesso em: 05 nov. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional Mulheres Mil**: Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável. Preâmbulo, 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8598-programa-mulheres-mil-110811-pdf&category_slug=agosto-2011-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 07 abr. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cartilha Pronatec**, 2012. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_25/Cartilha_Pronatec_BSM_V.2012.pdf>. Acesso em: 06 Out. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano Brasil sem Miséria no seu Município**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.brasilsemiseria.gov.br/documentos/Cartilha,P20BSM,P20no,P20seu,P20Municipio2013.pdf.pagespeed.ce.Y2NRll0uGh.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cartilha Mulheres Mil**, 2014. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/cartilha_mulheres_mil.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2015

BRUMER, Anita. Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Rev. Estudos feministas**, Florianópolis, n. 12, 2004.

CALENDÁRIO BOLSA FAMÍLIA. **Pronatec 2015** – inscrições, cursos, 2015. Disponível em: <<http://calendariobolsafamilia.com/pronatec-2015-inscricoes/>>. Acesso em: 10 out. 2015.

COELHO, Maria Francisca P.; TAPAJÓS, Luziele Maria de S.; RODRIGUES, Monica. (Orgs). **Políticas sociais para desenvolvimento**: superar a pobreza e promover a inclusão. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; UNESCO, 2010. ISBN: 978-85-60700-37-0

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo**, 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 23 jul. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66777.pdf>>. Acesso em: 19 mai. 2015.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Plano de trabalho**: proposta de implantação do Programa Mulheres Mil. São Borja: Campus São Borja, 2011.

JOHNSON, Richard et al. **O que é, afinal, Estudos Culturais?** In: SILVA, T. T. da. (Org.). **O que é, afinal, Estudos Culturais**. Belo Horizonte: Autêntica 2006.

KOVÁCS, Ilona. **As Metamorfoses do Emprego**. Oeiras: Celta, 2002.

LOURO, Guacira. **Currículo, gênero e sexualidade**: o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J. & GOELLNER, S. V. **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 41-52.

LUNARDI, Raquel. **Mudanças nas relações de trabalho e gênero no turismo rural**. 2012. 220 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2012.

MANUAL PARA O USO NÃO SEXISTA DA LINGUAGEM: o que bem se diz bem se entende. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria de Políticas para as Mulheres. 2014. Disponível em: <http://www.spm.rs.gov.br/upload/1407514791_Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2016.

MATTELART, Armand & NEVEU, Érik. **Introdução aos estudos culturais**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MEYER, Dagmar. E. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, G. L.; NECKEL, J. F. & GOELLNER, S. V. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na Educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p. 9-27.

NICHOLSON, Linda. **Interpretando o gênero**. In: Estudos Feministas. Florianópolis: UFSC, 2000. v. 8, n. 2, p. 9-41.

OLIVEIRA, Luísa. **A situação de desempregados e inativos**. In: FREIRE, João (Org.). **Trabalho e Relações Laborais**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009. p. 131 -165.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências**: autonomia ou adaptação? 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p.320.

REBELO, Gloria. **Flexibilidade e Precariedade no Trabalho**. Lisboa: Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2004.

SÁ, Teresa. **“Precariedade” e “trabalho precário”**: consequências sociais da precarização laboral. Configurações [Online], 7, 2012.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. **Conheça as obrigações legais do setor de bares e restaurantes**, 2015. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/conheca-as-obrigacoes-legais-do-setor-de-bares-e-restaurantes,501ad1eb00ad2410VgnVCM100000b272010aRCRD>>. Acesso em: 01 out. 2016.

2. O PROCESSO DECISÓRIO DE COMPRA DOS CONSUMIDORES DE VINHO

ZAMBERLAN, Luciano¹
 SPAREMBERGER, Ariosto²
 TURRA, Charline³

1. INTRODUÇÃO

O Cooperativismo na Região Missioneira iniciou com as reduções jesuíticas. A partir de 1682 os jesuítas espanhóis retomaram a experiência reducional no território rio-grandense dando origem aos sete povos das missões (LUGON, 1977). A agricultura familiar, o pequeno comércio e a indústria tradicional afirmaram-se como as bases da estrutura de produção e de formação dos grupos sociais no período compreendido entre o início da recolonização da região (LAMARCHE, 1993). O cooperativismo surge como uma nova forma de organizar o processo produtivo, sócio econômico, garantir o desenvolvimento dos cooperados e de suas cooperativas e gerar riquezas de forma coletiva através da cooperação.

Para Oliveira (2003), pela própria dificuldade de enfrentar o crescente nível de competitividade entre empresas, as pessoas procuram agrupar-se, já que assim suas atividades podem ser mais bem desenvolvidas e operacionalizadas, na busca de resultados comuns e compartilhados. Atualmente, em todas as regiões do estado do Rio Grande do Sul, observa-se a diversificação das pequenas propriedades a fim de agregarem mais renda e manter os agricultores no campo. A vitivinicultura tem se tornado uma das atividades explorada pelos agricultores da região noroeste do RS e o Cooperativismo tem se tornado uma forma de viabilizar novos investimentos, trabalhar em conjunto e centralizar esforços em torno de um objetivo comum.

A Vitivinicultura brasileira vem crescendo significativamente nesses últimos anos. Esse crescimento se deve principalmente pelas novas tecnologias utilizadas, desde o plantio até a elaboração de vinhos, além do aumento da área produtiva em nosso estado. Para Mello (2010), a vitivinicultura é uma atividade importante para a sustentabilidade da pequena propriedade no Brasil. Nos últimos anos, tem se tornado importante, também, na geração de emprego em grandes empreendimentos, que produzem uvas de mesa e uvas para processamento.

Neste intuito é que a Cooperativa de Vinho e Economia Solidária Fronteira Noroeste – Coopervino foi fundada. Conta com 35 associados, pertencentes aos

¹ Professor e Pesquisador adscrito ao DACEC/UNIJUI, Coordenador do Curso de Administração, mestre em Gestão empresarial e doutorando em Administração.

² Professor e Pesquisador adscrito ao DACEC/UNIJUI. Pró-Reitor – UNIJUI, Bacharel em Administração, Tecnólogo em Cooperativismo, especialista, mestre e doutor em Administração. E-mail: ariosto@unijui.edu.br.

³ Graduada em Administração pela UNIJUI. Possui experiência na área de Administração. E-mail: charline.turra@unijui.edu.br.

municípios de Tucunduva, Tuparendi, Porto Mauá, Novo Machado e Três de Maio. A referida cooperativa produz derivados da uva: vinho, sucos, geleias e a própria fruta *in natura*.

Analisar e conhecer o comportamento dos consumidores de vinhos é indispensável tanto para quem o vende como para quem o produz. O presente estudo tem como objetivo principal analisar e compreender o comportamento dos consumidores de vinho, fabricado pela Cooperativa de Vinho e Economia Solidária Fronteira Noroeste – Coopervino, e demonstrar a seus associados e dirigentes aspectos importantes que possam ser úteis para o desenvolvimento da cooperativa e sua inserção no mercado regional.

O trabalho encontra-se estruturado em três partes. A primeira apresenta-se o referencial teórico relacionado ao tema desde estudo. Na segunda encontra-se os procedimentos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa e na terceira, os resultados obtidos e a conclusão a partir do levantamento dos dados.

2. A Vitivinicultura no Brasil

A origem do vinho, sem dúvida, tem importância histórica e religiosa. Para Teixeira (2011), a bebida é considerada tão antiga quanto a civilização. Acompanhou a evolução econômica, sociocultural, esteve presente em banquetes de filósofos gregos, de romanos e na Eucaristia Cristã. Os portugueses introduziram a *Vitis vinifera* no que hoje é o estado de São Paulo em 1532. Cem anos mais tarde, um jesuíta, o padre Roque Gonzáles de Santa Cruz, plantou variedades espanholas nas terras do atual estado do Rio Grande do Sul. As duas experiências fracassaram. Por volta de 1875, imigrantes italianos iniciaram o cultivo de variedades de sua terra na Serra gaúcha (GIL, 2009).

Camponeses e operários italianos viam na América novas oportunidades. Ao chegarem à Serra Gaúcha os primeiros imigrantes italianos ajudaram a estabelecer os vinhedos com variedades nativas de suas regiões de origem. Até então, o vinho que aqui se consumia tinha procedência de variedades americanas (CATALUÑA, 1991). O primeiro ciclo de expansão da viticultura brasileira, portanto, teve como base o cultivo de uvas americanas, rústicas e adaptadas às condições climáticas locais. Esta fase também estabeleceu novos rumos para a tecnificação da vitivinicultura nacional, principalmente visando prevenir o ataque de pragas e doenças (SOUZA, 1996).

De início, a produção se destinava apenas para o consumo da família, aos poucos se iniciou a comercialização na Capital e em cidades vizinhas. A produção da uva, a elaboração e consumo dos derivados dessa produção estão impregnados na cultura italiana. É uma tradição passada de pai para filho, geração para geração,

ao longo dos séculos. O vinho é o produto agrícola mais rico em matrizes e variedades, pois muitos fatores definem seu caráter: o solo; o clima; o método de cultivo; a variedade; o momento de colheita; a forma, a duração, a temperatura e o lugar de elaboração; a técnica de clarificação empregada; o recipiente nos quais repousou durante o tempo transcorrido e partir da colheita; o lugar em que foi engarrafado e em quais condições de luminosidade e temperatura; a idade do vinho e, sobretudo a qualidade das uvas obtidas em cada safra (GIL, 2009).

O Rio Grande do Sul, mais precisamente a Serra Gaúcha destaca-se como maior e melhor produtor de vinhos do Brasil. Além disso, possui uma das melhores regiões para cultivo das uvas destinadas a produção de vinhos e espumantes a fim de atender o mercado com vinhos de melhor qualidade (MELLO, 2010). A viticultura, no Brasil, ocupa uma área de, aproximadamente, 81 mil hectares, com vinhedos estabelecidos desde o extremo sul do país, até regiões situadas muito próximas ao equador. Rio Grande do Sul são elaborados, em média anual, 330 milhões de litros de vinhos e mostos (sumo de uvas frescas que ainda não tenham passado pelo processo de fermentação). (MAPA, 2016). Em função da diversidade ambiental, existem polos com viticultura característica de regiões temperadas, com um período de repouso hibernar; polos em áreas subtropicais, onde a videira é cultivada com dois ciclos anuais, definidos em função de um período de temperaturas mais baixas, no qual há risco de geadas; e, polos de viticultura tropical, onde é possível a realização de podas sucessivas, com a realização de dois e meio a três ciclos vegetativos por ano. A produção de uvas é da ordem de 1,2 milhões de toneladas/ano. Deste volume, 45% é destinado ao processamento, para a elaboração de vinhos, sucos e outros derivados, e 55% comercializado como uvas de mesa (IBRAVIN, 2010).

Conforme dados da IBRAVIN (Instituto Brasileiro do Vinho), do total de produtos industrializados, 77% são vinhos de mesa e 9% são sucos de uva. Grande parte da produção brasileira de uvas e derivados da uva e do vinho é destinada ao mercado interno. O principal produto de exportação, em volume, é o suco de uva, sendo 15% do total destinado ao mercado externo; apenas 5% da produção de uvas de mesa é destinada à exportação e menos de 1% dos vinhos produzidos são comercializados fora do país. Segundo Mello (2010), a pesquisa realizada pelo IBGE, no ano 2010, demonstra a redução na produção de uvas na maioria dos Estados brasileiros. Esta queda foi de 3,74% em 2010, em relação ao ano de 2009.

Em levantamento realizado pela Divisão de Enologia da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado, em 2011, o Rio Grande do Sul colheu mais de 708 milhões de quilos de uva, 88% são de variedades comuns. Esse volume se refere à uva colhida no RS, líder nacional, e destinada à industrialização. No que se refere à qualidade esta safra também foi melhor em relação ao ano anterior. Segundo Manosso (2011), o rompimento da barreira dos 700 milhões de quilos não

surpreendeu, pois há quatro ou cinco anos já se obteve esse potencial de produção, porém o comportamento do clima vinha impedindo safras maiores.

O Estado do Rio Grande do Sul, responsável por cerca de 90% da produção nacional desses produtos, possui informações relativas à produção de uvas, vinhos e derivados e à comercialização, cuja análise permite ter uma boa aproximação do desempenho da agroindústria vinícola do país (MELLO, 2010). De acordo com Manosso (2011), chama a atenção o crescimento da produção de uvas viníferas. De 46 milhões de quilos em 2010 saltou para 82,5 milhões, representando 78%. Mesmo com esse aumento significativo, as uvas viníferas representam 11,7% do total de uvas colhidas, ou seja, 88,3% são uvas comuns.

Quanto ao consumo de vinho per capita no Brasil é de aproximadamente 2 litros por ano, o que coloca o país em uma das últimas posições no mundo. O Brasil possui um mercado com um potencial extraordinário de crescimento. Os países, como o Chile e a Argentina, grandes consumidores, apresentam um consumo individual acima de 25 litros de vinho/ano, enquanto nas nações mais velhas da Europa, o consumo supera os 30 litros anuais por habitante. Já os brasileiros, não têm hábito de beber vinho. Seu consumo está associado a festas e comemorações do que a situações do dia a dia. A vitivinicultura brasileira tem evoluído de maneira significativa nos últimos anos e conseqüentemente vem produzindo vinhos de ótima qualidade. Desde 1995, o Brasil é membro da OIV (Organização Internacional do Vinho), órgão que normatiza a produção de vinhos, o que resulta no alto padrão dos vinhos produzidos em nosso país (FERREIRA, 2011).

2.1 O Processo Decisório de Compra

Para Sandhusen (1998), comprar um produto é apenas uma etapa em um processo que pode ter começado muito antes da decisão, e que terá conseqüências muito tempo depois. Diversos fatores podem moldar o resultado final, incluindo motivações internas e influências externas como pressões sociais a atividades de marketing. De alguma maneira, os indivíduos organizam todos estes fatores e tomam decisões que são lógicas e coerentes para eles (BLACKWELL, ENGEL, MINIARDI, 2000).

Conforme Schiffman e Kanuk (2000) uma decisão é uma escolha de uma opção entre duas ou mais alternativas. Para que seja possível tomar uma decisão, é preciso que mais de uma alternativa esteja disponível. O processo de tomada de decisão elaborado por Blackwell, Engel e Miniardi (2000), tem como objetivo “analisar como os indivíduos ordenam os fatos e as influências para tomar decisões que são lógicas e consistentes para eles”. Este modelo apresenta cinco estágios de tomada de decisão, os quais na prática podem afetar uns aos outros ou o processo como um todo, sendo eles: Reconhecimento da Necessidade, Busca da Informação, Avaliação de Alternativas, Compra e Avaliação Pós-Consumo.

Para Blackwell, Engel e Miniardi (2000), o Reconhecimento de Necessidade refere-se ao estágio inicial de qualquer processo de tomada de decisão, é o reconhecimento da necessidade. Uma percepção da diferença entre a situação desejada e a situação real suficiente para despertar e ativar o processo decisório. Conforme Semenik e Bamossy (1995) dependendo do estado da necessidade, os consumidores darão diferentes graus de importância à decisão. Além disso, os desejos de informação variam de um estado de necessidade para outro. Se os profissionais reconhecerem esses estados, poderão adequar o design, estratégias, preço de seus produtos para atender aos desejos de seus consumidores.

O próximo passo é a busca interna na memória para determinar se sabe o bastante sobre as opções disponíveis para permitir que uma escolha seja feita sem mais Busca de Informação, ou aquisição de informação relevante para a decisão no ambiente, (busca externa). (BLACKWELL, ENGEL, MINIARDI, 2000). Reconhecendo a necessidade o consumidor vai à busca de informações para que possa atendê-lo. Segundo Sheth, Mittal e Newman (2001), o cliente se baseia em um conhecimento anterior, ou busca novas soluções por meio da aquisição, avaliação e integração de novas informações. A busca por informações varia para cada consumidor e os tipos de produtos, que podem demonstrar comportamentos diferentes em determinada situação. Alguns preferem marcas, outros consideram as características do produto, e alguns preferem os mais baratos.

A Avaliação de alternativa pré-compra é a avaliação de opções em termos de benefícios esperados e estreitamento da escolha para a alternativa preferida. Neste estágio do processo o consumidor faz uso de critérios de avaliação dos padrões e especificações usados para comprar produtos e marcas diferentes (BLACKWELL, ENGEL, MINIARDI, 2000). De acordo com Schiffman e Kanuk (2000), quando consumidores avaliam alternativas potenciais, tendem a usar dois tipos de informações: uma lista de marcas de onde planejam fazer sua escolha e o critério que será adotado para avaliar cada marca. Fazer uma escolha a partir de uma amostra de todas as marcas é uma característica que ajuda a simplificar o processo de tomada de decisão.

O quarto passo, a Compra, aquisição da alternativa preferida ou de uma substituta aceitável. A compra, na maioria das vezes acontece em algum tipo de ponto de venda de varejo, normalmente exigirá contato com um vendedor (BLACKWELL, ENGEL, MINIARDI, 2000). Segundo Kotler (1999), uma pessoa pode influenciar tanto positiva como negativamente na compra de determinado produto. Conforme Schiffman e Kanuk (2000), para que um consumidor tome uma decisão, é preciso que várias alternativas estejam disponíveis, inclusive a de não comprar.

Já a Avaliação de alternativa pós-compra, é a avaliação do grau em que a experiência de consumo produziu satisfação. Ela não cessa uma vez que a venda foi feita e o produto consumido, especialmente quando o envolvimento é alto. As

avaliações de alternativa pós-compra podem assumir uma de duas formas: satisfação ou insatisfação do cliente (BLACKWELL, ENGEL, MINIARDI, 2000). Schiffman e Kanuk (2000) afirmam que quando um consumidor utiliza um produto, realizam uma avaliação de acordo com suas expectativas. Dessa avaliação existem três resultados possíveis: desempenho efetivo de acordo com as expectativas, levando a um sentimento de neutralidade; desempenho ultrapassa as expectativas, causando uma desconfirmação positiva das expectativas; e o desempenho abaixo das expectativas, causando a desconfirmação negativa, ou seja, insatisfação.

Os consumidores estão constantemente avaliando suas compras, à medida que os produtos são integrados em suas atividades diárias. Os profissionais de marketing estão constantemente atentos para este fator, para que possam melhorar e aprimorar os produtos oferecidos bem como sua publicidade (SOLOMON, 2002).

2.2 Envolvimento

Um fator significativo que influencia a forma como as decisões de compra são tomadas é o nível de envolvimento do consumidor, ou seja, a quantidade de esforço despendida na satisfação de uma necessidade (ETZEL, WALKER, STANTON, 2001). O envolvimento conforme Giglio (1996) pode ser entendido como a importância que o cliente dá ao consumo, isto é, o quanto ele imagina que sua vida poderá mudar após a compra e o quanto ele está disposto a se esforçar para realizá-la.

Sheth, Mittal e Newman (2001) acrescentam ainda que se pode expandir a definição de envolvimento de modo que se refira além da relevância, ao grau em que o cliente julga um produto ou serviço interessante. Esse sentimento descreve as relações dos clientes com alguns produtos específicos. Pode-se constatar, portanto, o apreço de algumas pessoas por carros, outras por roupas, por computadores, algumas por perfumes, bebidas, calçados, enfim todos têm uma atividade favorita, um produto favorito ou ainda uma marca favorita.

Engel, Blackwell e Miniard (2000) propõe um conjunto de fatores determinantes de envolvimento. O enfoque proposto por estes autores descrevem os fatores pessoais, os fatores de produto e os fatores situacionais. Nos fatores pessoais o envolvimento é mais forte quando o produto ou serviço é percebido como reforçando a autoimagem. Neste caso, o envolvimento é duradouro e estável. Enquanto nos fatores de produto, os produtos ou marcas se tornam mais envolventes quando revelam algum risco na compra ou no uso. Porém se o risco torna-se inaceitável, o consumidor acaba evitando a compra. E nos fatores situacionais, o envolvimento situacional muda com o tempo e diminui uma vez que os resultados da compra tenham sido resolvidos. Porém em alguns casos, um

produto não envolvente pode assumir um grau de relevância maior devido a forma como será usado.

O envolvimento pode ser contínuo quando o interesse é permanente, ou situacional quando o grau de interesse ocorre em uma situação ou ocasião específica. Essa relação de envolvimento permanente que as pessoas devolvem, na qualidade de usuária, com determinados produtos e serviços, na percepção de Sheth, Mittal e Newman (2001) é denominada envolvimento profundo.

Schiffman e Kanuk (2000) alertam que o nível de envolvimento de um consumidor depende do grau de aplicabilidade pessoal que o produto representa para ele. O envolvimento tende a ser maior quando o consumidor não tem informação sobre alternativas que satisfaçam sua necessidade; quando a quantia em dinheiro envolvida é alta; quando o produto tem considerável importância social e quando o produto é visto como tendo potencial para fornecer benefícios significativos (ETZEL, WALKER, STANTON, 2001).

Neste contexto, a medida que o envolvimento com um produto aumenta, o consumidor dedica mais atenção aos anúncios relacionados ao produto, empenha mais esforços para entendê-los e concentra mais a atenção nas informações que estes anúncios apresentam (SOLOMON, 2008).

O envolvimento é uma motivação pessoal percebida perante um produto ou serviço num contexto especial, que assume a forma de uma escala que pode ser de baixo a alto. Torna-se ativado e sentido quando características pessoais como necessidades, valores e autoconceito são confrontadas com estímulos de marketing adequados dentro de uma situação (ENGEL, BLACKWELL, MINIARD, 2000).

3. METODOLOGIA

Quanto a sua natureza caracteriza-se o estudo como pesquisa aplicada, ou seja, aquela que envolve a solução de um problema de ordem prática e específica. Já no que diz respeito à abordagem, podemos classificá-la como quali-quantitativa, expressando através da subjetividade os resultados da pesquisa.

Na classificação do objetivo da pesquisa, utilizou-se do estudo exploratório-descritivos combinados, que conforme Lakatos e Marconi (2001) são estudos exploratórios que têm por objetivo descrever completamente determinado fenômeno.

A pesquisa exploratória tem como objetivo a formulação de questões ou de um problema, com finalidade de aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos.

A pesquisa descritiva tem como objetivo descrever as características de determinado fenômeno, ou estabelecer as relações entre variáveis. No caso deste estudo, foi descrita a situação da cooperativa em números e fatos para que a compreensão da situação da mesma seja ampla, bem como do que está sendo proposto.

Segundo Güllich, Lovato e Evangelista (2007), a pesquisa descritiva tem como característica a observação dos fatos, registros, análise, classificação e a interpretação dos mesmos, sem a interferência do pesquisador sobre eles. Ou seja, nesse método o pesquisador não interfere, somente analisa os fatos, classifica-os, estabelece e os interpreta.

Quanto a seus procedimentos técnicos, utilizou-se da pesquisa bibliográfica, através de livros, artigos, periódicos e outros estudos já realizados nessa área a fim de complementar o trabalho.

O Survey também foi utilizado a fim de realizar uma sondagem sobre a opinião dos consumidores de vinho da Coopervino. Malhotra (2001) recomenda que se utilize para o levantamento um questionário estruturado dado a uma amostra de uma população e destinado a provocar informações específicas dos entrevistados.

Para a realização do estudo em questão utilizou-se um questionário com perguntas fechadas e abertas possibilitando conhecer a percepção do público alvo. As perguntas se referiam aos cinco processos pelo qual os consumidores passam antes, durante e após a compra. Ao final foi apresentada a caracterização do entrevistado.

Conforme Carvalho e Nascimento (1997), o questionário tem como vantagem poder atingir simultaneamente um contingente muito grande de informações. Deve apresentar clareza em todos os itens, facilitando o entendimento do informante para uma resposta que atenda os objetivos.

Os consumidores analisados foram escolhidos aleatoriamente dentre sócios e seus familiares, que conhecem o vinho da Coopervino ou tem algum tipo de relacionamento com a cooperativa. Dos 75 questionários entregues aos associados da Coopervino e seus familiares, 52 retornaram para que efetivamente fossem analisados, representando 69,33%.

Adotou-se para a realização do estudo a escala Likert, obtendo-se assim a caracterização do perfil do consumidor. Essa escala permite que os entrevistados demonstrem seu perfil variando de 1= Discordo Totalmente a 5 = Concordo Totalmente. De acordo com Malhotra (2001) a escala de Likert é uma classificação amplamente utilizada, exigindo aos entrevistados que indiquem um grau de concordância ou discordância em cada afirmação pré-estabelecida.

A aplicação do mesmo foi realizada pessoalmente com entrevistados podendo explicar os objetivos da pesquisa e tirar dúvidas dos informantes, além do envio do mesmo via correio eletrônico aos informantes de outros municípios que são consumidores do produto.

A distribuição de frequência é definida “como uma distribuição matemática cujo objetivo é obter uma contagem do número de respostas associadas a diferentes valores de uma variável, e expressar essas contagem em termos de percentagens” (MALHOTRA, 2001).

Na análise dos dados obtidos, buscou-se fazer um levantamento através de distribuição de frequência, dos principais pontos relacionados pelos entrevistados como fundamentais no processo decisório de compra. Os resultados foram expressos através de tabelas, gráficos e percentuais para facilitar o entendimento do estudo.

Visando facilitar a visualização e interpretação foram agrupados as opções 1 e 2, discordo totalmente e discordo, da mesma forma foram agrupados as opções 4 e 5, concordo totalmente.

3.1 Caracterização da Amostra

Dos 52 questionários analisados, 17 entrevistados eram mulheres e 35 homens, e em sua maioria tinham entre 30 e 39 anos de idade. Destes, 75% casados e 25% solteiros. Na maior parte a renda familiar encontra-se entre R\$ 3.001,00 e R\$ 5.000,00, representando 43% dos entrevistados. Quanto ao grau de escolaridade, 65% possui concluído o ensino superior.

Foram analisadas variáveis relacionadas mais especificamente ao vinho e seu consumo. Nesta amostra, observou-se que 69% dos entrevistados preferem o vinho colonial e não o industrializado e que costumam pagar entre R\$ 11,00 e R\$ 25,00 pela garrafa.

Quando questionados sobre o tipo de vinho mais consumido, os entrevistados precisavam estabelecer a resposta em percentual para os tipos tinto, branco ou rose. Sendo assim, em média 59,19% se referiram ao vinho tinto; 25,31% relacionaram o vinho branco e 15,50% o tipo rose.

Alguns fatores são determinantes para a decisão de compra de vinhos. Em uma das questões relacionaram-se alguns dos principais atributos para a tomada de decisão de compra do vinho da Coopervino, sendo eles preço, marca, procedência, embalagem e coloração. Após a análise dos questionários, com as respostas obtidas para cada atributo, a procedência foi o quesito que obteve maior relevância, sendo este consumo por hábito, necessidade ou mesmo pelo prazer da degustação de um bom vinho, sabendo como foi seu processo de elaboração e de onde vem o

produto. Por seguinte, em segundo lugar, o mais importante foi o preço, o qual a Coopervino possui um ótimo produto e com valor acessível à maioria da população que culturalmente o consome; conforme Tabela 1.

Tabela 1 - Atributos de relevância no processo de decisão de compra.

ATRIBUTOS	PERCENTUAL
PROCEDÊNCIA	31%
PREÇO	22%
COLORAÇÃO	17%
MARCA	17%
EMBALAGEM	13%

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme Callegaro (2005), as principais motivações para consumo de vinho estão voltadas a preocupações individuais, relacionadas à saúde, e coletivas, voltadas a hábitos de consumo em famílias e grupos de referência.

4. RESULTADOS

4.1 Comportamento de Compra dos entrevistados

A seguir serão apresentados os resultados obtidos com a pesquisa, juntamente com suas análises. Para facilitar a análise agruparam-se as assertivas em cinco categorias, conforme etapas do processo decisório de compra: reconhecimento da necessidade, busca de informação, avaliação da alternativa de compra, decisão de compra e avaliação pós compra.

Conforme Engel, Blackwell e Miniardi (2000), há vários fatores que influenciam e motivam o consumo de certos produtos, primeiramente o reconhecimento da necessidade, este coloca uma opção desejada para se tornar uma opção real; em seguida a busca de informação sobre o produto faz com que o cliente visualize e vá de encontro com o desejado; a avaliação de alternativa pré-compra oportuniza analisar qual a melhor alternativa a seguir, qual a melhor opção de compra; a compra corresponde a aquisição real do produto, efetivada com o pagamento ou assinatura de contrato; a avaliação de alternativa pós-compra se baseia na experiência do consumo, quais os benefícios e a satisfação.

Na Tabela 2, verifica-se que o maior índice de discordância encontra-se na afirmativa: “Compro para não ser diferente do meu grupo de amigos e pessoas conhecidas”, onde 88% não concordam com esta afirmativa, sendo o consumo de vinho muito pessoal e na maioria das vezes, os consumidores assíduos, culturalmente, não se deixam influenciar por marcas, altos valores ou mesmo a

busca em se igualar às tendências, e sim a origem do produto a ser consumido. Já a afirmativa: “Compro vinho de acordo com a comida a ser servida”, apresentou 54% de concordância, ou seja, os entrevistados consomem o vinho por hábito, por necessidade ou pelo fato de gostarem do produto consumido, sendo que, cada tipo de uva/vinho possui suas particularidades, cada uma, combinando com um tipo de comida a ser apreciada.

Tabela 2 - Reconhecimento da Necessidade.

RECONHECIMENTO DA NECESSIDADE	D	NN	C	SR
1. Somente compro vinho, quando já não tenho mais em estoque.	60%	12%	29%	0%
2. Tenho vontade de comprar, quando vejo que meus amigos consumindo.	65%	15%	19%	0%
3. Procuo sempre seguir as tendências dos tipos mais consumidos.	73%	12%	15%	0%
4. Compro vinho quando saio, vou a restaurantes e bares.	38%	27%	35%	0%
5. Compro vinho de acordo com a comida a ser servida.	31%	15%	54%	0%
6. Saio às compras quando vejo alguma reportagem interessante sobre vinho (em revistas, na TV).	69%	13%	17%	0%
7. Compro para não ser diferente do meu grupo de amigos e pessoas conhecidas.	88%	8%	4%	0%

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação à etapa referente à busca de informação, Tabela 3, observa-se que há uma discordância, ou seja, ao mesmo tempo em que é influenciado pela opinião de amigos, o entrevistado não procura o produto mais consumido por estes no momento. A opinião de amigos é relevante para a decisão da compra, onde 56% concordam que pedem opinião a amigos sobre os melhores vinhos para comprar. Normalmente o grupo de referência fornece informações, experiências anteriores o que afeta diretamente o processo de decisão. Mas no quesito que diz respeito ao consumo do momento, para o entrevistado não é relevante.

Conforme Schiffman e Kanuk (2000), quanto maior a importância da experiência anterior, de menos informação externa o consumidor tende a necessitar para chegar a uma decisão.

Tabela 3 - Busca de Informação.

BUSCA DE INFORMAÇÃO	D	NN	C	SR
8. Procuo olhar revistas, jornais, para conhecer os melhores vinhos.	37%	21%	42%	0%
9. Peço opinião aos meus amigos sobre os melhores vinhos para comparar.	29%	15%	56%	0%
10. Procuo comprá-los somente quando estão na promoção.	52%	33%	15%	0%
11. Vejo anúncios de TV, rádio, revistas e <i>outdoor</i>	29%	40%	31%	0%
12. Vejo o que as pessoas mais consomem no momento.	62%	12%	27%	0%

Fonte: Dados da pesquisa

Após a análise das questões da primeira e segunda categoria, pode-se afirmar que os consumidores são influenciados pelo meio físico: o lugar, as pessoas, as coisas, o clima e os costumes são decisivos para a efetivação do consumo.

Um estudo realizado sobre o consumidor de vinho português demonstra que as fontes de informação podem ser agregadas em dois conjuntos, a pessoal, através de conhecimento pessoal e conselho de amigo ou familiar; e a informação no local de venda através do rótulo, contrarrótulo e prateleira no local de venda; sendo o primeiro conjunto o mais importante (YON, 2003).

Para Gade (1980), o estágio de avaliação de alternativa de compra é o momento onde as informações conhecidas ou encontradas serão pesadas e avaliadas e a ação é resultante destes julgamentos. Conforme Tabela 4, os consumidores discordam da afirmativa onde a exclusividade é o motivo da compra (73%). Confirmam que a compra se define pela qualidade (98%).

Além disso, 56% concordam que prezam pelo atendimento na hora de optar por comprar uma garrafa de vinho. Segundo Mooney e Bergheim (2002), os clientes se sentem bem recebendo um tratamento especial, um atendimento qualificado, oferecendo ajuda para encontrar um produto, estendendo por mais alguns dias a validade de uma oferta especial ou lidando com um pedido especial.

Tabela 4 - Avaliação de alternativa de compra.

AVALIAÇÃO DE ALTERNATIVA DE COMPRA	D	NN	C	SR
13. Preço pelo atendimento na hora de optar por comprar uma garrafa de vinho.	27%	15%	56%	2%
14. A exclusividade é o motivo da compra.	73%	13%	12%	2%
15. Vou às lojas pelas promoções oferecidas aos clientes.	50%	27%	21%	2%
16. A amizade (com balconistas, proprietários) é um determinante para a que eu adquira o produto.	44%	29%	25%	2%
17. A qualidade do vinho é o que define minha compra.	0%	0%	98%	2%
18. As condições de pagamento são o fator decisivo para que a compra seja efetuada.	50%	27%	21%	2%
19. O marketing (folderes, tv, rádio, mensagens na internet e celulares) me impulsiona às compras.	38%	29%	31%	2%

Fonte: Dados da pesquisa

A compra corresponde ao quarto estágio do processo decisório de compra, é o momento em que o desejo se torna realidade (Tabela 5).

Tabela 5 – Compra.

COMPRA	D	NN	C	SR
20. Dou preferência aos que permitem degustar o produto.	37%	44%	19%	0%
21. As opiniões dos vendedores influenciam na hora da escolha do produto.	17%	31%	52%	0%
22. O atendimento é o principal influenciador na hora de decidir pela compra do vinho.	38%	42%	19%	0%
23. Gosto de comprar quando estou acompanhado por alguém da minha família.	37%	29%	35%	0%
24. Gosto de comprar com meus amigos, pois nossas opiniões são parecidas.	38%	35%	27%	0%
25. Gosto de comprar à vista, por isso compro o produto se tiver um bom desconto.	29%	17%	54%	0%
26. Costumo comprar a prazo, com cheque ou cartão.	44%	31%	25%	0%
27. Não escolho pela marca de um produto, mas sim pela qualidade, pelas características	6%	4%	90%	0%
28. Planejo totalmente minhas compras, pois escolho com antecedência o tipo e a marca que vou comprar.	42%	25%	33%	0%
29. Não planejo minhas compras, pois tanto o tipo quanto à marca dele, escolho no ponto de venda.	37%	15%	48%	0%

Fonte: Dados da pesquisa

Engel et al. (1990) comentam que para efetivar a compra, o consumidor precisa tomar três decisões: (1) quando comprar; (2) onde comprar; e (3) como pagar. Além disso, existem dois determinantes fundamentais de compra que são as intenções (de produto e marca ou apenas de produto) e influências ambientais e/ou diferenças individuais.

Ao analisar a compra propriamente dita, observamos que a marca do vinho não influencia na compra, porém a qualidade e suas características são importantes, 90% dos entrevistados concordam com essa afirmativa.

Para Yon (2003), a marca do vinho parece representar uma fonte de informação para conhecimento pessoal. Para os consumidores portugueses é a principal fonte de informação escolhida. Observa-se ainda que a compra normalmente é feita a vista, os consumidores não costumam pagar a prazo, (44%); ou ainda, buscam algum tipo de desconto: “Gosto de comprar à vista, por isso compro o produto se tiver um bom desconto”, onde 54% dos entrevistados concordam.

Nesta categoria pode-se afirmar que a compra é estimulada por influências econômicas, ou seja, o consumidor avalia qual a melhor forma para efetuar o pagamento, nesse caso, a maioria tem optado pelo pagamento a vista.

Outro quesito importante a ser analisado é quanto à opinião dos vendedores na hora da escolha do produto, 52% concordam que a mesma influencia na compra. O marketing de relacionamento orienta a empresa a tratar de seus clientes individualmente e desenvolver com eles um relacionamento duradouro.

Na avaliação pós-compra, apresentada na Tabela 6, verifica-se que 79% dos entrevistados não compram por impulso, nem se arrependem após efetivar uma compra. Dos entrevistados, 69% confirmam que costumam armazenar garrafas de vinho para consumo em longo prazo, por não ser um produto perecível, o vinho permite que seus consumidores armazenem garrafas mesmo sem ter definido quando serão consumidas.

Também é importante ressaltar que 71% dos consumidores entrevistados, discordam da afirmativa: “A empresa procura se comunicar com o cliente após sua compra”, ou seja, grande parte não foi contatada pela Coopervino a fim de estabelecer um contato pós-venda, item a ser observado pela cooperativa, pois aí residem oportunidades de negócios.

Após a análise de todas as etapas pode-se dizer que as características culturais, sociais e pessoais são as que mais influenciam no processo de decisão de compra dentre os entrevistados.

Tabela 6 - Avaliação Pós – Compra.

AVALIAÇÃO PÓS-COMPRA	D	NN	C	SR
30. Sou impulsivo e me arrependo depois que compro.	79%	21%	0%	0%
31. Costumo armazenar garrafas de vinho consumo a longo-prazo.	15%	15%	69%	0%
32. Sempre fico satisfeito com minhas aquisições, pois planejo minhas compras.	17%	35%	48%	0%
33. Procuo comprar vinhos para uso imediato.	33%	44%	23%	0%
34. Compro com antecipação pensando no tipo de comida a consumir com vinho, armazenando-o em curto prazo.	27%	29%	44%	0%
35. Após a compra, surgindo algum problema o estabelecimento resolve, trocando por outra garrafa.	23%	52%	25%	0%
36. Quando compro vinho, o vendedor passa as orientações de armazenagem.	42%	29%	29%	0%
37. A empresa procura se comunicar com o cliente após sua compra (ligações, mala-direta).	71%	15%	13%	0%

Fonte: Dados da pesquisa

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do estudo elaborado foi possível analisar o comportamento dos consumidores do vinho da Coopervino durante o processo decisório de compra e oportunizar sugestões para que a recém-fundada cooperativa atinja seus objetivos no mercado.

Na etapa do reconhecimento da necessidade, pode-se verificar que a maioria dos entrevistados não consome por impulso e sim por hábito, mas principalmente por combinarem com a comida a ser servida. Conclui-se ainda que alguns fatores são determinantes para a escolha do vinho, neste caso a procedência e o preço são atributos que são levados em consideração na efetivação da compra.

No que diz respeito à busca de informação a opinião dos amigos é relevante para a decisão da compra, o consumidor normalmente recorre ao círculo de amizades em busca de informações e experiências anteriores para facilitar a escolha. Além disso, observou-se também que o grupo pesquisado não adquire vinho em promoções e nem busca o mais consumido no momento, sinal de que o produto da Coopervino possui qualidade e é consumido culturalmente por seus clientes/associados que não se deixam influenciar muitas vezes pelo externo, buscando a continuidade de suas tradições.

No estágio avaliação de alternativa de compra, analisou-se que os clientes prezam pelo atendimento recebido e pela qualidade do produto, neste momento todas as informações recebidas são analisadas e julgadas a fim de adquirirem o

produto que satisfaça suas necessidades. Também percebe-se que a exclusividade não é motivo de compra, o produto oferecido pela Coopervino é acessível, atinge a diversos públicos e não a um grupo específico.

Na etapa compra o quarto estágio do processo, verifica-se que a marca do vinho não influencia na tomada de decisão, mas a qualidade é uma característica relevante. Normalmente as compras são efetuadas a vista e a opinião dos vendedores influencia diretamente na compra, por tal motivo, sugere-se a empresa buscar profissionais qualificados ou que busquem algum tipo de treinamento para que o cliente efetive a compra na cooperativa e que saia satisfeito.

Na avaliação pós compra, observa-se que os entrevistados não consomem por impulso, nem se arrependem após efetivar a compra. Boa parte dos entrevistados costuma armazenar garrafas de vinho para consumo posterior, por não ser um produto perecível, os consumidores dispõem desta possibilidade. Outro quesito importante e que foi ressaltado nos questionários é de que não receberam contato pós venda. item que deve ser verificado pela Coopervino, pois nesses contatos podem surgir novas oportunidades de negócio e de melhorar ainda mais a qualidade de seu produto.

Após a análise e interpretação dos dados já relacionados; sugerem-se algumas propostas que podem ser úteis para a Coopervino em seu desenvolvimento e melhoria contínua em diversos aspectos.

Visto isso, fica claro que há um espaço enorme a ser conquistado pelos produtos da Coopervino aos associados/clientes, sendo de suma importância que se faça um trabalho a fim de promover seus produtos através de ações de marketing para grupos específicos, criando momentos para degustação e apreciação de seus produtos.

Mesmo com alto padrão de qualidade executado pela Coopervino; conforme pesquisa 98% dos entrevistados afirma que este atributo define a compra, o processo de melhoria contínua deve estar presente no dia-a-dia da cooperativa, buscando novas tecnologias, diferentes processos de elaboração dos produtos, realizando parcerias com entidades ligadas ao ramo vitivinícola, através de assessoramento técnico, busca por variedades que se adaptem ao clima e solo da região e ainda melhorando seus processos de marketing e design do produto.

O presente estudo não tem a pretensão de ser conclusivo, mas abordou elementos e subsídios para análise e reflexão dos gestores da cooperativa, podendo, assim, melhorar o desempenho junto aos seus associados, trazendo benefícios sociais, econômicos e ambientais à comunidade na qual está inserida, contribuindo de maneira mais efetiva para o desenvolvimento regional.

Por fim, o setor da Vitivinicultura é mais um segmento onde a presença do cooperativismo promove a integração dos produtores à cadeia produtiva, agregando

valor às atividades produzidas pelos associados. E desta forma, o empreendimento cooperativista gera e distribui riqueza de maneira coletiva, contribuindo positivamente para o desenvolvimento de um território melhorando a vida das pessoas.

Referências

BLACKWELL, R.D; MINIARDI, P.W.; ENGEL, J.F. **Comportamento do Consumidor**. São Paulo, 2000.

CALLEGARO, Daniela. **Identifying motivational factors for the organic wine consumption** – an exploratory study. CEPAN/UFRGS, 2005.

CARVALHO, Antonio V.; NASCIMENTO, Luiz P. **Administração de Recursos Humanos**. São Paulo: Pioneira, 1997.

CATALUÑA, Ernesto. **As Uvas e os Vinhos**. 3ª edição. São Paulo, 1991.

CHURCHILL, G. A. Jr., PETER, P. J. **Marketing criando valor para os clientes**. São Paulo, 2005.

ENGEL, James F., BLACKWELL, Roger, D., MINIARD, Paul, W. **Consumer Behavior**. Chicago: The Dryden Press. 6ª Ed. 1990.

ENGEL, James F; BLACKWELL, Roger D.; MINIARD, Paul. W. **Comportamento do Consumidor**. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

ETZEL, Michael J.; WALKER, B.; STANTON, William J. **Marketing**. 11. ed. São Paulo: Makron, 2001.

FERREIRA, Valdiney. **Correio Rio Grandense**. Caxias do Sul, publicado em 22 de junho de 2011.

GADE, C. **Psicologia do consumidor**. São Paulo: EPU, 1980.

GIL, Luis Tomás Melgar. **A Enciclopédia do Vinho**. São Paulo: Ediouro, 2009.

GIGLIO, Ernesto. **O comportamento do Consumidor e Gerencia de Marketing**. São Paulo: Pioneira, 1996.

GULLICH, Roque Ismael da Costa; LOVATO, Adalberto; EVANGELISTA, Mário dos Santos. **Metodologia da Pesquisa: normas para apresentação de trabalhos: redação, formatação e editoração**. Três de Maio: Setrem, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em www.ibge.com.br, acesso em 11 de abril de 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DO VINHO - IBRAVIN. Disponível em <http://www.ibravin.org.br/brasilvitivinicola.php>, acesso em 11 de abril de 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI M. de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2001.

KOTLER, Philip. **Princípios de Marketing.** 7ª edição. Rio de Janeiro, 1998.

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de Marketing.** 7º ed. RJ: LTC, 1999.

KOTLER, P; KELLER, K.L. **Administração de marketing.** 12ª edição. São Paulo, 2006.

LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar: comparação internacional.** Tradução: Ângela Maria Naoko Tijiwa. Campinas, 1993.

LUGON, C. **A república “comunista” cristã dos guaranis.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada.** 3ª ed., Porto Alegre: Bookman, 2001.

MANOSSO, Plínio. **Correio Rio Grandense.** Caxias do Sul, publicado em 22 de junho de 2011.

MAPA. **Ministério da Agricultura.** Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/uva>. Acesso em 26 nov.2016.

MELLO, Loiva Maria Ribeiro de. **Vitivinicultura brasileira:** Panorama 2010.

MOONEY, K.; BERGHEIM, L. **Os 10 mandamentos da demanda: afinal de contas o que os clientes querem?** RJ: Campus, 2002.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Manual de Gestão das Cooperativas.** 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2003.

SANDHUSEN, Richard L. **Marketing Básico.** São Paulo: Saraiva, 1998.

SHETH, J.; MITTAL, B.; NEWMAN, B.I. **Comportamento do cliente: Indo além do comportamento do consumidor.** São Paulo: Atlas, 2001.

SCHIFFMAN, L. G.; KANUK, L.L. **Comportamento do Cliente: Indo além do comportamento do consumidor.** São Paulo: Atlas, 2001.

SCHIFFMAN, L. G.; KANUK, L.L. **Comportamento do Consumidor.** 6ª edição. São Paulo, 2000.

SEMENIK, Richard; BAMOSSY, Gary J. **Princípios de Marketing: Uma Perspectiva Global**. Tradução Lenke Peres; 1º ed., São Paulo: Makron Books, 1995.

SOLOMON, M. R. **O comportamento do consumidor: comprando, possuindo e sendo**. Porto Alegre: Bookman, 2002.

SOLOMON, Michael R. **O Comportamento do Consumidor: Comprando, Possuindo e Sendo**. 7. ed. Porto Alegre:Bookman, 2008.

SOUZA, J. S. I. de. **Uvas para o Brasil**. 2. ed. rev. aum. Piracicaba:1996.

TEIXEIRA, Jerônimo. **A bebida da civilização**. Revista Veja, publicada em 19 de outubro de 2011.

YON, Bernard. **Estudo do Consumidor Português de Vinhos**. 1ª Edição, 2003.

3. SUCESSÃO RURAL FAMILIAR: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO MUNICÍPIO DE CATUÍPE – RS

PIEPER, Naiara Walter ¹
 GRIEBELER, Marcos Paulo ²
 RIEDL, Mario ³

1. INTRODUÇÃO

As propriedades rurais familiares têm enfrentado grandes desafios no que tange às perspectivas para o futuro. Nesse sentido, o processo sucessório deve ser considerado como uma etapa importante e vital para sobrevivência tanto nas empresas familiares, quanto na agricultura familiar, por isso a necessidade de serem tomadas medidas preventivas para que esta etapa da vida da empresa ou da propriedade rural tenha o êxito desejado, ou seja, que seja passada para a geração seguinte com sucesso.

O presente artigo abordou o tema sucessão rural familiar e teve como objeto de estudo o município de Catuípe, localizado no Noroeste do Rio Grande do Sul. De pronto, é importante reconhecer esse espaço onde a economia é baseada na agricultura. A partir da pesquisa foi possível verificar os principais desafios do processo sucessório e as perspectivas em relação ao futuro da agricultura para os participantes da mesma. A relevância do tema proposto se baseia na importância da atividade agrícola para a economia, bem como para a sobrevivência das pessoas quanto ao alimento que é produzido, tanto para o município em questão como para a região na qual está inserido.

Na visão de Abramovay et al. (2001), enquanto os processos sucessórios não forem objeto de discussões organizadas pelos movimentos sociais no campo, difícil será organizar uma política fundiária que contemple as regiões em que a agricultura familiar representa a forma social de produção dominante.

Nesse cenário, as preocupações maiores se referem a existência ou não de sucessores, a continuidade da atividade agrícola e de que maneira dar-se-á tal processo. O objetivo geral foi identificar os desafios e perspectivas sobre a sucessão familiar nas propriedades rurais de Catuípe – RS. Os específicos foram: identificar as expectativas, os desafios e aspirações dos produtores rurais em relação ao futuro do exercício da profissão de agricultor; analisar a visão da sucessão no campo com

¹ Egressa do Curso de Administração da Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ. E-mail: naiarawalterpieper@hotmail.com.

² Doutor em Desenvolvimento Regional – UNISC. Professor do Curso de Administração e do Mestrado em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT. E-mail: marcosdhein@faccat.br.

³ Coordenador do Mestrado em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT/RS. E-mail: miriedl@terra.com.br.

base nas percepções dos agricultores residentes no município a ser pesquisado e da atual prefeita municipal; e propor ações para um efetivo processo sucessório dentro das propriedades rurais de Catuípe/RS.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta parte compreende a essência do desenvolvimento do estudo, iniciando com a administração rural, propriedades rurais e agricultura, e finalizando com a sucessão rural, o eixo central do estudo.

2.1 Administração Rural

A administração rural, no final da década de 70, foi vista como ciência, como um ramo da economia rural (HOFFMANN et al., 1992). Porém, ela evoluiu para uma das especialidades da Administração de Empresas. Para Crepaldi (2005, p. 25) “a administração rural é o conjunto de atividades que facilita aos produtores rurais a tomada de decisões ao nível de sua unidade de produção, a empresa agrícola, com o fim de obter o melhor resultado econômico, mantendo a produtividade da terra”.

Nesse sentido, é importante conhecer como se classificam as propriedades rurais e o conceito de agricultura para que possamos assim entender a necessidade e a utilidade de uma administração na área rural.

2.2 Propriedades Rurais e Agricultura

No mundo, cerca de 70% a 85% das empresas são controladas por famílias. (RICCA, 2010). De acordo com Ricca (2010) as empresas familiares geram metade do Produto Nacional Bruto dos Estados Unidos e empregam metade da força de trabalho. Na Europa, elas dominam o segmento das pequenas e médias, e em alguns países, chegam a compor a maioria das grandes empresas. Na Ásia, a forma de controle familiar varia de acordo com nações e culturas, mas as empresas familiares ocupam posições dominantes em todas as economias mais desenvolvidas, com exceção da China. Na América Latina, grupos construídos e controlados por famílias constituem a principal forma de propriedade privada na maioria dos setores industriais.

Na visão de Abramovay et al. (1998) a agricultura familiar se caracteriza por ser uma atividade em que está envolvido tanto o aprendizado de um ofício, bem como a gestão do patrimônio (terras e capital). Nesta atividade está presente a força de trabalho de toda a família com a finalidade social de manter o negócio e a organização familiar. O autor ressalta que a importância da agricultura familiar

repousa sobre a responsabilidade de formar novas gerações de agricultores, ou seja, a sucessão gerencial.

Nesse contexto, o estudo da sucessão rural vem com o objetivo de entender os motivos do êxodo no campo, os impactos da diminuição da população rural, e os desafios futuros para continuidade das atividades agrícolas.

2.3 Sucessão Rural

Existem inúmeras mudanças incidentes sobre o meio rural, as quais, de alguma ou de outra forma, estão afetando os procedimentos usualmente adotados pelas famílias para idealizar seus projetos de futuro do ponto de vista da sucessão em suas propriedades. A sucessão em empresas familiares representa a continuidade de um negócio entre as gerações de uma mesma família. Mais que um evento, a sucessão é um processo com múltiplos estágios que pode perdurar por muitos anos, que se inicia antes que os sucessores entrem no negócio até a saída do seu sucedido (GERSICK et al., 1997).

Na visão de Ely (2013) o meio rural brasileiro está ficando somente com as pessoas idosas para produzir alimentos, pois os jovens não estão mais na propriedade para "tocar" o negócio dos pais. Preferem imigrar para o meio urbano em busca de "emprego" ao invés de empreender no meio rural e continuar os negócios da família; ser empregados do que donos do seu próprio negócio. É um paradoxo inexplicável, se for analisado que os filhos já são donos de um negócio e mesmo assim preferem buscar um "emprego" na cidade, embora saibam que são uma mão de obra sem qualificação para as empresas industriais. Necessita-se encontrar alternativas para fazer o refluxo e principalmente sensibilizar os jovens de que sua vocação é o manejo da terra.

Com base em Ely (2013), entende-se que existem razões que levam ao êxodo rural dos jovens, como: a dependência do clima para a produção que chega aos extremos com secas intensa ou chuvas demasiadas; a questão do preço dos produtos praticado no país e no mundo; o alto custo da produção devido a necessidade de tecnologias para que se possa ter maior produtividade e qualidade do produto. Além disso, existem políticas agrícolas dos governos que não estão de acordo com a realidade do campo e do mercado ou que não são aplicáveis.

Abramovay et al. (1998), em seus estudos, definiu três categorias de diferenciação da agricultura familiar: os agricultores consolidados cuja atividade permite não só a reprodução da família, mas também algum nível de investimento e acumulação; os agricultores em transição que são os que vivem da agricultura, mas que não conseguem realizar investimentos e que, portanto, encontram-se ameaçados de declínio em sua situação socioeconômica. A ideia de transição procura enfatizar o fato de que este declínio não é uma fatalidade e que o agricultor

possui base para melhorar seu desempenho caso possa realizar alguns investimentos na propriedade; e os agricultores em exclusão que apesar de sua importância social, não possuem renda suficiente para que vivam das atividades realizadas no interior do próprio estabelecimento.

A sucessão na agricultura familiar, para Sacco dos Anjos et al. (2006), envolve não apenas a transferência de um patrimônio e de capital imobilizado ao longo das sucessivas gerações, mas de um verdadeiro código cultural que orienta escolhas e procedimentos dirigidos a garantir com que pelo menos um dos sucessores possa reproduzir a situação original. Trata-se de um processo multidimensional, influenciada por múltiplos agentes que, por sua vez estão inseridos em um ambiente complexo, com estruturas e valores sociais, culturais, financeiros, legais e morais, os quais estão em constante metamorfose (ALCANTARA, 2010). Por esse motivo destaca-se a importância da sucessão no campo, foco deste estudo realizado no município de Catuípe-RS.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

De acordo com os métodos de Zamberlan et al. (2014), quanto à natureza foi uma pesquisa aplicada gerando conhecimento para aplicação prática, é centrada em um problema, neste caso referente ao processo sucessório nas propriedades rurais de Catuípe-RS, os desafios e as perspectivas enfrentados na agricultura. O propósito foi oferecer soluções potenciais para o problema. Da perspectiva da forma de abordagem foi pesquisa qualitativa e quantitativa para gerar uma combinação entre os elementos. Para busca dos dados qualitativos teve como instrumento o questionário e a entrevista.

Quanto aos objetivos foi classificada como exploratória e descritiva. Quanto aos seus procedimentos técnicos foi bibliográfica, documental, pesquisa de campo e estudo de caso. Bibliográfica pelo fato que se buscou no referencial teórico embasamento sobre as características que envolvem o presente estudo, no primeiro momento a reflexão sobre a administração rural, depois foram abordados os temas de propriedades rurais e agricultura e por fim, a sucessão rural.

Pesquisa documental pela necessidade de busca de informações na Prefeitura Municipal, bem como em sites como IBGE. De modo geral são documentos e/ou materiais que ainda não foram analisados, mas que de acordo com a questão e objetivos da pesquisa, tem valor científico (GIL, 2010).

O estudo ainda envolveu pesquisa de campo e estudo de multicascos, sendo o universo de estudo o município de Catuípe/RS, com área estimada pelo IBGE no ano de 2010 de 583,2 km², uma população total de 9.477 habitantes e densidade demográfica de 15,98 hab/km² (IBGE, 2014). No período do estudo (2014), estavam cadastrados 2.799 agricultores na Prefeitura Municipal que possuíam bloco de produtor rural.

Os sujeitos da pesquisa foram os produtores rurais que residem no município escolhidos de acordo com a proximidade e conhecimento dos autores, ou seja, uma amostra por conveniência, por isso a amostragem foi não probabilística. Foi utilizada uma amostra de 40 produtores rurais. Teve-se também como sujeito da pesquisa a Prefeita Municipal da época (2014).

Para a pesquisa de campo e o estudo dos multicasos, o questionário foi o instrumento de pesquisa empregado para os agricultores, e ainda houve a aplicação de uma entrevista semi-estruturada com a Prefeita Municipal Ivete Maria Kessler Burmann, como forma de obtenção de dados. A entrevista aconteceu no dia 23 do mês de julho de 2014, no gabinete da prefeita, sendo feita gravação de voz com a autorização da mesma. Pela pouca disponibilidade de tempo, devido a compromissos da prefeita, a entrevista teve duração de cerca de 7 minutos. Em seguida realizou-se o procedimento de transcrição desta. O período de aplicação dos questionários aconteceu no decorrer do mês de julho até setembro, mais especificamente do dia 12 de julho ao dia 11 de setembro.

Os dados dos questionários e entrevista foram analisados de forma qualitativa e quantitativa, sendo tabulados no programa *Microsoft Office Excel 2010*. Ainda se construiu um mapeamento dos questionários aplicados com a discriminação da data de aplicação, a localidade em que foi aplicado com identificação do Distrito ou Povoado a que pertencia o respondente.

3.1 SUCESSÃO RURAL: UM ESTUDO DO MUNICÍPIO DE CATUÍPE/RS

Esta parte apresenta a caracterização do município de Catuípe, bem como a identificação e análise do espaço onde se aplicou a pesquisa, propriedades agrícolas, e dos agricultores. Num terceiro momento foram apresentadas e discutidas as percepções e expectativas dos agricultores quanto à sucessão com base nas informações obtidas nos questionários, apoiadas em embasamento teórico. E em seguida a questão do futuro da agricultura no município refletida a partir das respostas dos sujeitos da pesquisa. Em seguida são apresentadas sugestões para um efetivo processo sucessório com uso de ferramentas como o Diagrama de *Ishikawa* e o método 5W1H.

3.1.1 O município de Catuípe/RS

Embora seja um município de pequeno porte, com uma população de 9.477 habitantes, Catuípe destaca-se no contexto regional pela sua produção primária e por possuir uma qualidade de vida exemplar, a começar pela característica da água distribuída e consumida em cada domicílio residencial, oriundas de fontes hidrominerais.

Quanto à economia do Município, esta é baseada na agricultura e na agropecuária. De acordo com o IPOA (2013) cerca de 83% dos estabelecimentos econômicos do município são propriedades rurais, principal motivador econômico e social, além de atividades comerciais, de serviço e industriais. Nesse contexto, aplicou-se a uma amostra de produtores rurais questionamentos referente a continuidade da principal atividade do município, a agricultura, por meio do processo de sucessão. A pesquisa também buscou a caracterização dos proprietários e de suas propriedades sendo abordada a seguir.

4. Perfil dos Proprietários e das Propriedades em Estudo

Para aplicação do questionário, os produtores rurais foram escolhidos de acordo com o conhecimento dos autores e com as oportunidades que surgiram. A maioria eram homens, o que demonstra a tradicional predominância desse gênero como responsável pela administração em áreas rurais. As mulheres também tiveram participação como respondentes, sendo a porcentagem menor, mas não zero, o que caracteriza que a atividade não é totalmente masculina. Dos gestores rurais com amostragem de 40 respondentes 80% eram do gênero masculino e 20% do feminino.

Uma importante questão deste estudo foi a de identificar como os agricultores se consideram frente a atividade que desempenham, se estão consolidados com possibilidade de investimentos e acúmulo de capital, ou estão na fase de transição ainda com dificuldade de crescimento pela falta de investimento, ou ainda se não há retorno suficiente para viver da atividade, são agricultores em exclusão. Abramovay et al. (1998) define essas três categorias de diferenciação da agricultura familiar. Nesse quesito 47% foi o percentual dos casos de agricultores consolidados e 45% os em transição. Enquanto que os em exclusão representam apenas 03 dos agricultores respondentes, em percentual 8%.

O trabalho no campo se justifica por diferentes fatores, o principal e mais citada pelos gestores rurais foi por gostar do campo, citada por 22 pessoas. Sobrevivência e sustento familiar foi citada em seguida. A alternativa - atividade passada de geração - teve 10 respondentes. Por ser importante para a economia mundial foi citada 07 vezes.

Aspectos de satisfação devem ser mensurados para que seja possível aumentar o nível se a avaliação for negativa. Com respeito a atividade agrícola exercida 50% dos agricultores (20) encontram-se satisfeitos. Destaca-se que esta satisfação é com a atividade que exercem, e não com questões referentes ao mercado, clima, lucratividade, mas sim com o trabalho em si. A satisfação vem realçada na questão anterior onde a maioria diz estar nesta profissão por gostar do

campo. No entanto, a insatisfação também aparece com percentual 32% (insatisfeito e muito insatisfeito). Os indiferentes são 18% dos casos.

Uma possível associação do grau de satisfação com a agricultura pode ser referente às rendas auferidas. Os que manifestaram insatisfação possivelmente possuem rendas mais baixas, tanto agrícolas quanto totais. Além disso, tem-se como fator de insatisfação o preço dos produtos agrícolas comprados aos custos de produção, as políticas públicas que não se aplicam aos distintos casos e situações que ocorrem no campo, fatores esses associados a questão da não valorização do agricultor da forma devida.

A satisfação vem apresentada com motivos de identificação com o meio rural (gostam do campo) como já mencionado, o retorno financeiro, como forma de sustento e sobrevivência e a identificação da importância da produção de alimentos.

Pela observação dos dados, as propriedades rurais representam cerca de 83% dos estabelecimentos econômicos instalados no município, em quantidade são 2467, ressalta-se mais uma vez a importância da atividade agrícola para o município. Os estabelecimentos comerciais possuíam 7,56 % de participação no município. Os de prestação de serviços (autônomos, de pessoas física e jurídica) eram de um total de 240 (8,07%).

Com a finalidade de conhecer de onde provem a renda das famílias agrícolas, perguntou-se aos produtores, na pesquisa, quais os tipos de atividades realizadas na propriedade. Essa é uma das questões que apresentou possibilidade de marcar mais de uma opção. A renda em 41% das propriedades é obtida pela lavoura de grãos (soja, trigo e milho), a qual é complementada pela atividade leiteira em 32% das famílias rurais. 5% dos respondentes realizam produção de apenas dois tipos de grão, soja e milho. O plantio de várias culturas aparece em 15% dos casos.

Com a instabilidade da agricultura, os agricultores procuram buscar formas alternativas de sobrevivência, de forma a incrementar o nível de ingresso econômico na unidade de produção. Aglutinam-se em torno de si os mais diferentes tipos de ocupações em caráter permanente ou eventual. Neste estudo, apenas 8% dos proprietários declararam desenvolver outras atividades entre elas a criação de gado de corte, a suinocultura além da criação do peixe. Contudo, ainda se tem como principal fonte de renda a produção de grãos. Cabe acrescentar que existe maior incentivo a produção de grãos como soja em consequência do processo de modernização, onde existe o abandono da produção de alimentos, sendo que esta é essencial para a sobrevivência da população. A agricultura não se resume em produção de grãos, mas contempla a fruticultura, horticultura, hortigranjeiros, avicultura, entre outras atividades.

Nesse contexto, o importante não é exatamente a extensão de terras que se possui ou se trabalha, mas sim as atividades realizadas para gerar renda. Pequenas

propriedades de hortigranjeiros, produção de leite, fruticultura, podem obter mais rendas que grandes propriedades em hectares. Obviamente os resultados dependem das escolhas de produção que os gestores rurais fazem.

4.1 Percepções e Expectativas dos proprietários quanto à Sucessão Rural

Existem diferentes definições para a temática “sucessão”. Na visão de 27 participantes da pesquisa (67%), a sucessão era vista por eles como sendo a continuidade de um negócio entre gerações de uma mesma família (GERSICK *et al*, 1997). Esse resultado remete a constatação de que existe um sentimento de pertença nos agricultores, um elo afetivo entre as pessoas e o lugar ou ambiente físico (TUAN, 1980).

É fundamental, neste contexto, esforços no sentido de manter presente sua identidade histórica e geográfica, uma vez que com o passar do tempo as histórias sobre seu passado tendem a se perder, o que faz com que os jovens esqueçam suas origens. Ao reforçar e manter presente sua identidade histórica, a mesma reforça as possibilidade de manutenção de coesão e união, além dos sentimentos de identidade, orgulho e pertença (FREITAS, 2008).

A transferência de poder na gestão em que um sucessor pode ser um herdeiro, um membro da família ou alguém sem grau de parentesco (VILLARRINHO, 2007), foi mencionada por 08 produtores, ou seja, 20%. E a definição de sucessão como sendo não apenas a transferência de um patrimônio, de capital imobilizado, mas de um código cultural (SACCO DOS ANJOS *et al.*, 2006) teve 05 respondentes.

Para que a agricultura persista ao longo dos anos se faz necessária a passagem da gestão para outra geração. Nesse sentido, referente a perspectiva de um sucessor para a propriedade, 52% dos respondentes ainda não sabem quem assumirá os negócios, mas informaram que alguém irá dar continuidade. Enquanto isso, 28% deles ainda não possuíam perspectiva de um sucessor, ou seja, não sabiam se alguém realmente iria assumir sua propriedade. Outrossim, apenas 06 dos gestores (18%) já tinham definido seu sucessor. Ainda, outros 5% declararam que ninguém assumirá e não sabem o que fazer com a propriedade.

Em contribuição com as questões anteriores, buscou-se conhecer se as famílias têm adotado práticas de preparação para a sucessão da propriedade. Pelas respostas dos questionários, 48% dos respondentes não realizam nenhuma atividade voltada à sucessão, onde praticamente a metade está despreparada, ou sem nenhuma estratégia de continuidade da atividade agrícola. Entende-se que a falta de comunicação é parte do problema, principalmente no que diz respeito ao planejamento que envolve o futuro da unidade familiar. No entanto, 35% tiveram a iniciativa da inserção dos filhos na atividade agrícola como forma de aprendizado para uma futura passagem da gestão, o que não garante a sucessão, mas é um

impulsionador assim como o incentivo escolar e acadêmico que é realizado por 07 agricultores (18%).

Referente ao momento da troca de geração, de gestor na propriedade rural, 37% respondeu que deve ocorrer quando o sucessor demonstrar interesse e capacidade para dirigir a propriedade. Mas, como não se tem previsão de um sucessor fica difícil mensurar o momento da sucessão. A opção de os titulares não terem mais condições de dirigir a propriedade aparece com 27%. Dos 40 produtores rurais, 05 ainda não tinham pensado sobre o assunto.

Na visão de Garcia (2001), a transição depende fundamentalmente do sucedido. Se este não quiser, ela não acontece. Porém, se não houver um sucessor interessado ela também não ocorre, ou ainda, se não houver um sucessor competente, ela até ocorre, mas o futuro dessa transição pode estar ameaçado. Com essa afirmação, fica claro que vários dos desafios do sucessor estão atrelados ao sucedido e ao perfil administrativo que este tem. Se o sucedido possui um perfil centralizador, resistente às mudanças, o sucessor fica mais “amarrado” e com dificuldades de assumir cargos de responsabilidade ou de realizar alterações positivas na propriedade.

Como já constatado, existem dificuldades na passagem de uma propriedade familiar para outra geração, e sua continuidade implica questões mais específicas. Dentre as opções elencadas na pesquisa para esse questionamento, 26 respostas (18%) basearam-se na questão do clima como fator determinante para a continuidade da atividade. Certamente é fator importante na agricultura, por proporcionar altos riscos (seca, chuvas em excesso...), tanto é que a produção agrícola tradicional depende deste fator.

Entende-se que o clima é importante, mas não necessariamente o único fator determinante para a continuidade da atividade agrícola. As dificuldades de sucessão também giram em torno de incentivos governamentais (14%). Além disso, que os filhos dos agricultores desejam estudar e ter emprego com carteira assinada e a justificativa de que a atividade não traz o retorno financeiro esperado (26%). O alto custo dos maquinários agrícolas e insumos também é uma das dificuldades na atividade agrícola (12%). Em menor frequência, estavam a falta de capital para investimento tanto em terras como em máquinas e benfeitorias, assim como a classificação de que o trabalho na agricultura é penoso.

Entre os principais fatores motivadores do abandono do campo no município de Catuípe estavam à frustração de safra com 24 marcações, evidenciada na questão anterior quando é citado o clima como uma das principais dificuldades na atividade agrícola sendo ressaltado pelo descontentamento com este fator. Em seguida, aparece a busca de melhores condições de renda para a família, com 21 respondentes. Na sequência, estavam os altos custos de produção associados a prática de preços baixos pagos pelo produto para 27 dos 40 respondentes.

Nesse sentido, diante da visão dos agricultores que vivenciam este cenário diariamente, buscou-se conhecer a opinião destes com relação ao futuro do setor agrícola no município.

4.2 O futuro da agricultura no município de Catuípe/RS

A importância da agricultura para o município, para o Estado e para o país é indiscutível e pode ser comprovada pelas 39 respostas dessa questão feita aos agricultores. Isso vem acompanhado da justificativa de que é um segmento importante na economia (57%). Apesar de os agricultores reconhecerem a importância da continuidade da atividade agrícola, entendem que seus filhos merecem oportunidades melhores (15%). Além disso, aparece a questão da não valorização da atividade (12%). As justificativas de que a agricultura serve como subsistência familiar e mantém a família unida nos negócios, sendo passada de geração para geração, aparecem em menor proporção. Com esses dados, percebe-se a importância dada ao futuro dos filhos, sendo que os pais consideram o pouco retorno financeiro no meio rural e a dificuldade de sobrevivência a medida que a família cresce.

Para o senso comum, existe certo descrédito sobre o peso das políticas agrícolas e sobre o papel dos órgãos públicos nas questões relacionadas ao setor agrícola. Diante da questão sobre o que era prioritário para a continuidade da atividade agrícola no município, a mais mencionada (21 vezes) se refere às políticas públicas de educação para permanência do jovem na propriedade rural.

Em seguida, com 19 marcações, estava a diminuição de impostos sobre maquinários e insumos. O seguro agrícola também é considerado como um fator preponderante devido as intempéries climáticas dos últimos anos. Este, é visto como uma garantia de que no caso de sinistro, a instituição concedente do financiamento perdoe a dívida ou reduza conforme a produtividade da lavoura, o que diminui a probabilidade do acúmulo de dívidas do agricultor.

A melhoria na infraestrutura do meio rural foi citada por 10 respondentes como fator para continuidade da atividade. Trata-se de um ponto relevante para o setor agrícola atual bem como a utilização de tecnologias modernas, pois conforme Buainain et al. (2014), existem ganhos de escala e redução de custos à medida em que a área cultivada é elevada.

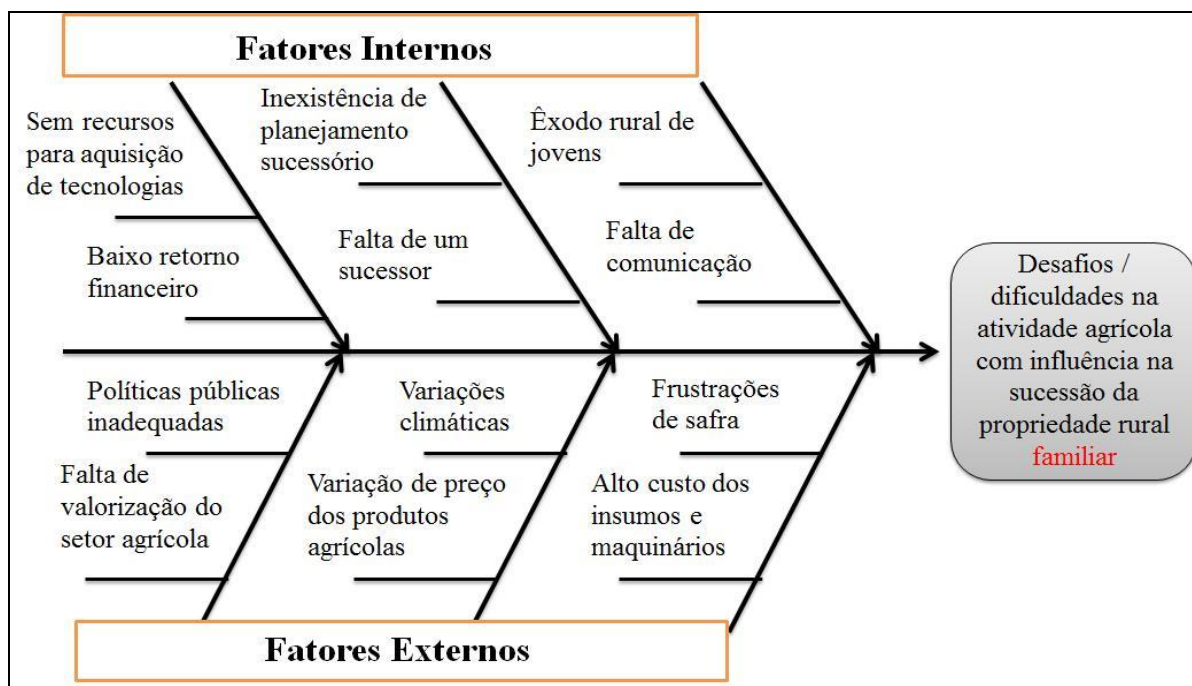
Frente ao cenário apresentado, com incertezas e frustrações como forma de auxiliar no processo sucessório para continuidade da atividade agrícola, no tópico seguinte, são feitas sugestões de ações para aplicação nas propriedades rurais. Oportuno ressaltar que não se pretende aqui resolver o problema da sucessão, mas sim oferecer maiores perspectivas de um futuro promissor para o setor, assim como

auxiliar na transposição dos desafios que surgem durante a passagem da propriedade para outra geração.

4.3 Sugestões de ações para um efetivo processo sucessório nas propriedades rurais de Catuípe/RS

Com a finalização da análise dos dados coletados apresenta-se os desafios dos produtores rurais referente à questão sucessória e acerca da continuidade da atividade agrícola, faz-se uso de um instrumento gráfico, nominado de Diagrama de Causa e Efeito ou Espinha de Peixe (Diagrama de Ishikawa), o qual permitiu identificar os gargalos internos e externos que dificultavam o processo sucessório nas propriedades rurais familiares do município de Catuípe/RS.

Figura 1 – Desafios na atividade agrícola com influência na sucessão da propriedade.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Uma vez analisada a situação e elencadas as causas do problema, pelo Diagrama de Ishikawa, a ferramenta 5W1H auxiliou na montagem de um plano de ação para corrigir os gargalos ou para que possam ser minimizados. No Quadro 1, estão especificadas as causas que levam as dificuldades da agricultura e sucessão no setor. O plano de ação especifica o local de desenvolvimento, o prazo para execução, a razão do desenvolvimento da ação, os responsáveis e a forma que será feito, o procedimento.

Quadro 1 – Análise 5W1H frente aos gargalos internos.

	Causas	Trabalho penoso	Causas	Baixo retorno financeiro
5W	Ação O quê?	Melhorar as condições de trabalho quanto a estrutura física	Ação O quê?	Implantação da pluriatividade
	Local Onde?	Na propriedade rural	Local Onde?	Na propriedade rural
	Prazo Quando?	Investimento anual na medida do possível	Prazo Quando?	Gradativamente
	Justificativa Por que?	Para tornar o trabalho mais ágil, menos trabalhoso e mais eficiente	Justificativa Por que?	Para maior obtenção de renda tendo diferentes fontes
	Responsáveis Quem?	Gestor da propriedade	Responsáveis Quem?	Gestor da propriedade com apoio da família
1H	Processamento Como?	Modernização, mecanização e organização	Processamento Como?	Desenvolvimento de atividade leiteira, agroindústria, hortigranjeiros dando poder de decisão aos filhos por meio do gerenciamento de uma atividade específica na propriedade
	Causas	Inexistência de planej. Sucessório	Causas	Indefinição de sucessor
5W	Ação O quê?	Elaboração de plano de sucessão	Ação O quê?	Definição de um possível sucessor
	Local Onde?	Na propriedade rural	Local Onde?	Na família
	Prazo Quando?	Imediato	Prazo Quando?	Imediato
	Justificativa Por que?	Para maior confiabilidade e objetividade de um futuro para a agricultura	Justificativa Por que?	Manter a agricultura e a produção de alimentos
	Responsáveis Quem?	Gestor responsável pela propriedade com auxílio familiar	Responsáveis Quem?	Gestor responsável pela propriedade com auxílio familiar
1H	Processamento Como?	Definição de tarefas e responsabilidades aos membros da família para percepção de aptidão a sucessão bem como preparação prática	Processamento Como?	Acompanhamento pelos filhos, possíveis sucessores, das atividades da propriedade para elevar a capacitação profissional e prepará-los para gerir os negócios
	Causa	Êxodo rural de jovens	Causa	Falta de comunicação
5W	Ação O quê?	Manutenção do sentimento de pertença	Ação O quê?	Compartilhamento de informações
	Local Onde?	Na família	Local Onde?	No ambiente familiar e de trabalho
	Prazo Quando?	Imediato e contínuo	Prazo Quando?	Imediato e contínuo
	Justificativa Por que?	Diminuir o êxodo de jovens para uma sucessão efetiva na propriedade rural	Justificativa Por que?	Facilitar a convivência e auxiliar na tomada de decisão correta para cada situação com vistas a criar um clima positivo e favorável
	Responsáveis Quem?	Pais	Responsáveis Quem?	Membros da família
	Processamento Como?	Despertar confiança na atividade agrícola	Processamento Como?	Desenvolver uma cultura voltada ao compartilhamento de decisões e a
1H				continuidade dos negócios familiares. Criar objetivos, propósitos, valores éticos e culturais.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A gestão dos empreendimentos rurais é particularmente complexa devido à dependência dos recursos naturais, à sazonalidade de mercado, à perecibilidade dos produtos, ao ciclo biológico de vegetais e de animais, ao tempo de maturação dos produtos e à impossibilidade de mudanças imediatas na produção. Uma vez realizado o investimento, é necessário aguardar o resultado da produção e escoá-la rapidamente, mesmo que muitas vezes, em condições desfavoráveis de mercado, a não ser que o produto possa ser estocado, à espera de melhores condições de venda, o que exige grande investimento em silos e armazéns.

Em vista disso, o produtor precisa lidar, simultaneamente, com aspectos técnicos, mercadológicos, legais, políticos, financeiros, sociais, econômicos, ambientais e com recursos humanos. Com este cenário, as condições futuras são incertas e a tomada de decisões envolvem riscos. O quadro a seguir mostra a análise 5W1H referente a fatores externos que influenciam o setor agrícola.

Quadro 2 – Análise 5W1H frente aos gargalos externos.

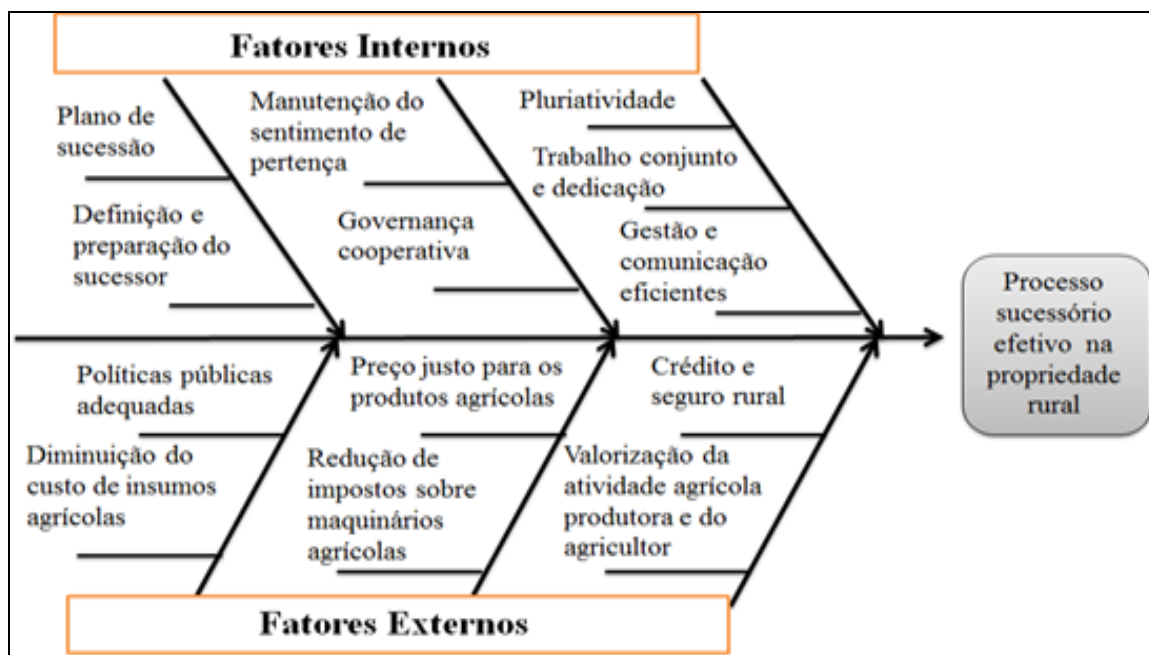
	Causas	Políticas públicas inadequadas	Causas	Falta de valorização do setor agrícola
5W	Ação O quê?	Adequar políticas públicas a situação do setor agrícola	Ação O quê?	Conscientização da população e governos da importância da agricultura e do agricultor para a sobrevivência populacional
	Local Onde?	Governo e sindicatos	Local Onde?	Escolas, Universidades, Sindicatos, Poder Legislativo e Executivo
	Prazo Quando?	Imediato	Prazo Quando?	Imediato
	Justificativa Por que?	Para um desenvolvimento da agricultura	Justificativa Por que?	Pois é o setor primário de produção que inicia a cadeia do desenvolvimento
	Responsáveis Quem?	Governo e sindicatos	Responsáveis Quem?	Defensores do setor agrícola, poder executivo, legislativos, sindicatos
1H	Processamento Como?	Parceria entre agricultores e sindicatos para levarem aos governos as necessidades da atividade agrícola	Processamento Como?	Inclusão de conteúdos programáticos nas escolas, universidades sobre a relevância da agricultura. Divulgação nos sindicatos, nas mídias com destaque para o trabalho realizado pelos agricultores para a produção de alimentos

	Causas	Variações climáticas	Causas	Variação de preço dos produtos agrícolas
5W	Ação O quê?	Minimizar a emissão da poluição e buscar um desenvolvimento sustentável	Ação O quê?	Preço justo para os produtos provenientes da agricultura
	Local Onde?	Áreas urbanas e rurais, indústrias, comércios.	Local Onde?	Governo
	Prazo Quando?	Imediato	Prazo Quando?	Imediato
	Justificativa Por que?	As mudanças climáticas tem relação com os cuidados ambientais	Justificativa Por que?	Para que o agricultor tenha entusiasmo para continuar na atividade, que possa manter e desenvolver a propriedade considerando o retorno do que foi investido
	Responsáveis Quem?	População, empresas, governos	Responsáveis Quem?	Governo
1H	Processamento Como?	Estratégia de produção limpa que causem menor impacto ambiental e resíduos.	Processamento Como?	Levar em consideração os custos dos insumos, o valor dos maquinários agrícolas, o desgaste do trabalhador e a necessidade estrutural para a produção do alimento
	Causa	Frustrações de safra	Causa	Alto custo dos insumos e maquinários
5W	Ação O quê?	Crédito e seguro rural	Ação O quê?	Redução de impostos sobre maquinários agrícolas e do custo dos insumos
	Local Onde?	Governo e sistemas bancários	Local Onde?	Governo
	Prazo Quando?	Quando a agricultura necessitar	Prazo Quando?	Imediato
	Justificativa Por que?	O agricultor precisa ter garantia de que não irá perder todo o investimento	Justificativa Por que?	O alto custo de produção traz baixo retorno financeiro e leva muitas vezes a desistência da atividade agrícola por falta de recursos para a produção e para a subsistência
	Responsáveis Quem?	Governo e sistemas bancários	Responsáveis Quem?	Governo
1H	Processamento Como?	Diminuição da burocracia	Processamento Como?	Criar imposto condizente que não superfature o valor do maquinário ou insumo

Fonte: Elaboro pelos autores.

Apoiado no embasamento teórico e na ferramenta 5W1H, apresentam-se as sugestões e recomendações para o presente estudo. Para tanto, as propostas foram agrupadas em fatores internos e externos sendo apresentadas também pelo Diagrama de Ishikawa. Identificou-se como objetivo principal um processo sucessório efetivo nas propriedades rurais do município de Catuípe, seguido de um conjunto de variáveis que podem contribuir de forma sugestiva para essa dinâmica.

Figura 2 – Ações para um processo sucessório efetivo.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Tantos os fatores internos como externos, tem influência no processo sucessório das propriedades rurais. No entanto, entende-se que os internos estão mais acessíveis ao agricultor para modificar e melhorar, dependem da motivação e trabalho conjunto. Os externos necessitam de auxílio de agentes como sindicatos, governos, órgãos defensores do setor e a união dos agricultores em busca de condições favoráveis à manutenção da agricultura, processo que pode se prorrogar por anos devido ao grau de complexidade de se modificar toda uma estrutura econômica, de preços, impostos, políticas públicas.

Deste modo, as sugestões anteriormente citadas requerem investigações com ampla análise antes da implementação e outras podem ser acrescentadas com estudos posteriores. A fim de realizar um resgate dos pontos analisados, tem se a seguir, a conclusão do estudo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das análises expostas pode-se concluir que os objetivos deste estudo foram atingidos. A metodologia utilizada propiciou a identificação dos desafios e dificuldades mais frequentes encontradas nas propriedades rurais de Catuípe-RS quanto a atividade agrícola. Por meio do estudo no ambiente interno, os gargalos identificados se referem aos aspectos de baixo retorno financeiro diante do trabalho que se considera árduo; a inexistência ou indefinição de um possível sucessor associado a não realização de planejamento sucessório; ao êxodo rural de jovens e

a falta de comunicação na propriedade. Em contrapartida, os fatores externos foram as políticas públicas que se mostram inadequadas ou não aplicáveis; a falta de valorização do setor agrícola e também do agricultor; as variações climáticas; flutuação nos preços dos produtos agrícolas, os altos custos de insumos e maquinários; além de frustrações de safras. Todos esses gargalos têm proporcionado ao agricultor e para a geração seguinte, um sentimento desmotivador, mas devido a questões de sobrevivência, gosto pela atividade e importância do setor na economia, ainda assim, muitos têm se mantido atuantes.

De maneira geral, os resultados ajudaram a entender a importância estratégica da agricultura familiar no município de Catuípe-RS, já que o mesmo é essencialmente rural, e além de seu fundamental papel social na minimização da desigualdade entre o campo e a cidade, este setor deve ser encarado como um forte elemento de geração de riqueza, não apenas para o setor agropecuário, mas para a própria economia do País.

A maioria dos agricultores do estudo está consolidada e não pretendem abandonar a atividade, e, em especial, justificam sua profissão por gostar do meio rural. Por isso, a maioria declarou estar satisfeito com a atividade exercida. No entanto, essa percepção não diz respeito aos fatores externos que influenciam a agricultura apenas a atividade em si, o ato de plantar, colher, produzir. Os insatisfeitos têm como motivo o baixo retorno financeiro, a não valorização da profissão, os altos custos de produção, dentre outros fatores.

Outra questão evidenciada diz respeito à inserção nas atividades não-agrícolas no âmbito da família como a produção leiteira, de gado de corte, peixe, suinocultura, a qual teve baixo índice de adesão. Quanto à divisão de trabalho, na tomada de decisão, há índices que as relações estão mais flexíveis com participação dos membros da família, inclusive dos filhos, frente a assuntos relativos a unidade de produção. No entanto, o processo sucessório não tem sido discutido de forma eficiente, sendo demonstrado no estudo que boa parte dos respondentes não realiza nenhuma atividade voltada à sucessão e não sabe quem assumirá a gestão da propriedade.

Quanto à contribuição da Administração Municipal, esta se mostrou limitada, pois o tempo destinado a entrevista não foi o suficiente para explanação mais argumentada do tema. Esse acontecimento deixa em dúvida se a atividade tem sido considerada importante tanto quanto é para o município, sendo responsável pela produção do alimento e sua consequente contribuição para a economia local e regional.

Como já verificado, o cenário atual reserva diversas mudanças e dificuldades em relação à sucessão na agricultura. Elas decorrem de obstáculos como o de encontrar um sucessor ou do desinteresse de muitos jovens de assumirem a propriedade. As atividades agropecuárias sofrem constantes mudanças, tais como: a

queda de rendas agrárias devido ao alto custo de insumos e maquinários, a variação de preço dos produtos para comercialização denotando incerteza de ganhos e outros fatores que conjuntamente contribuem para a crise de perspectivas a que se acham submetidas muitas propriedades rurais.

Os custos de produção, a oscilação dos preços, os imprevistos (doenças de rebanho, ou pragas da plantação), os fatores climáticos, a natureza do produto agropecuário (na maioria dos casos perecível), a sazonalidade da produção e a extrema interferência do governo, são fatores que complicam o seu bom andamento. O agricultor precisa ser um administrador competente e dedicado para alcançar resultados satisfatórios.

Diante do exposto, foi realizada análise e construção da ferramenta Diagrama de Ishikawa com os principais fatores influentes sobre a atividade agrícola no município de Catuípe-RS. A partir disso, construiu-se um quadro utilizando-se o método 5W1H no qual foram apontadas possíveis ações para os gargalos internos e externos, tendo como objetivo um processo sucessório efetivo nas propriedades rurais de Catuípe-RS. Destaca-se ainda que cada região tem suas particularidades e por isso existe a necessidade de adequação a cada situação no que se refere as atitudes a serem tomadas para a efetividade da sucessão.

Traçar estratégias e pô-las em prática é extremamente necessário principalmente se for considerado o cenário retratado no decorrer do estudo. São imprescindíveis estudos mais aprofundados sobre o assunto e com uma amostra maior de entrevistados. Deste modo, sugerem-se ainda pesquisas sobre a possibilidade do desenvolvimento da pluriatividade nas propriedades rurais como forma de aumentar a renda, seguidas de ações a serem realizadas pela Administração Municipal com vista ao desenvolvimento da agricultura e a conseqüente manutenção das propriedades agrícolas do município. Por fim, entende-se como viável o desenvolvimento de um plano de sucessão para propriedades rurais com determinadas características, respeitadas suas específicas particularidades.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo (Coord. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/MDA, 2001. 120 p. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=84502> Acesso em: 19 fev. 2014.

ABRAMOVAY, Ricardo (Coord.) et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília. UNESCO, 1998. 94 p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001315/131546porb.pdf> > Acesso em: 27 fev. 2014.

ALCANTARA, Nadia de Barros. **O processo de sucessão no controle de empresas rurais brasileiras**: um estudo multicascos. (Dissertação de Mestrado) – São Paulo, 2010.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade rural**: uma abordagem secisorial. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

ELY, E. E. **Sucessão rural**: o futuro da propriedade em jogo. 2013. Disponível em: <<http://www.ruralnews.com.br/visualiza.php?id=243> > Acesso em: 25 fev. 2014.

FREITAS, César Gomes de. **Desenvolvimento local e sentimento de pertença na comunidade de Cruzeiro do Sul** – Campo Grande, MS, 2008. Disponível em: <<http://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/8058-desenvolvimento-local-e-sentimento-de-pertenca-na-comunidade-de-cruzeiro-do-sul-acre.pdf> > Acesso em: 07 out. 2014.

GARCIA, Volnei Pereira. **Desenvolvimento das famílias empresarias**. Rio de Janeiro. Qualitymark. 2001.

GERSICK, Kelin et ali. **De geração para geração** – ciclos de vida das empresas familiares. São Paulo: Makron Books, 1997.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

HOFFMANN, R et al. **Administração da empresa agrícola**. 7ª ed. São Paulo: Pioneira Ed., 1992.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=430500&idtema=3&search=rio-grande-do-sul|catuipe|censo-agropecuario-2006> > Acesso em: 25 set. 2014.

INSTITUTO PORTO ALEGRE AMBIENTAL. **Plano municipal de saneamento básico e plano de gestão integrada de resíduos sólidos**. Porto Alegre, 2013.

RICCA, Domingos. **Quem são as empresas familiares?** 2010. Disponível em: <http://www.acionista.com.br/mercado/artigos_mercado/020310_domingos_ricca.htm > Acesso em: 25 fev. 2014.

SACCO DOS ANJOS, Flávio et al. **Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar**. UFPEL. Pelotas, 2006. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/5/191.pdf> > Acesso em: 19 fev. 2014.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

VILLARRINHO, F. **Uma matriz de relacionamento do impacto do processo sucessório do primeiro mandatário na implantação das estratégias empresariais**: dois estudos de caso do segmento de transportes. Porto Alegre, 2007. Dissertação. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

ZAMBERLAN, Luciano (org.) et al. **Pesquisas em ciências sociais aplicadas**. Ijuí/RS: Ed. Unijui, 2014, 208 p.

4. A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DAS AGROINDUSTRIAS FAMILIARES PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

MIRANDA, Ronaldo Leão de ¹
 MARQUETTO, Rut Maria Friedrich ²
 ALBERTO JUNIOR, Carlos ³
 ORTIZ, Luis Cláudio Villani ⁴
 CASARIN, Vanusa Andrea ⁵

1. INTRODUÇÃO

O Estado do Rio Grande do Sul é caracterizado em grande medida por uma dualidade entre as realidades econômicas e sociais das regiões que compõem seu território, pois enquanto algumas regiões apresentam elevado grau de crescimento e dinamismo econômico outras regiões mais distantes dos polos de crescimento e desenvolvimento econômico ainda sofrem pela falta de vitalidade das suas atividades econômicas, ocasionando graves problemas de geração de renda, êxodo rural e todas as demais dificuldades de ordem econômicas e sociais.

Quanto à região das Missões, a mesma está localizada no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, caracterizada pela produção de *commodities* agrícolas para o mercado internacional de grãos tais como soja, milho e trigo. A região é formada ainda, por pequenas propriedades rurais, com extensões de terra pequena. Devido a pouca quantidade de terra, as famílias procuram diversificar sua produção, e com isso, acabam transformando matéria prima em produtos acabado com valor agregado. Alguns autores como Niederle e Wesz Junior (2009), Pelegrini e Gazolla (2008) em seus estudos descrevem que a agroindustrialização tem um papel fundamental, contribuindo com a diversificação dos meios de vida no meio rural, cooperando com um portfólio diversificado de atividades e de ativos em que as famílias rurais podem sobreviver e assim ter um padrão de vida melhor.

Na visão de Ploeg (2008), Schneider e Niederle (2007) a agroindustrialização associa-se com a autonomia da unidade familiar de produção, tanto externa quanto interna, pois, primeiramente por não necessitar adquirir no mercado externo os recursos produtivos, mas no interno, e segundo por ter a comercialização em circuitos locais, não sendo necessário intermediários. Já para Mior (2005) a agroindústria familiar rural é uma forma de organização em que a família rural

¹ Universidade Regional de Blumenau – FURB – Blumenau – SC, Brasil. E-mail: Ironaldo815@gmail.com.

² Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI Santo Ângelo.

³ Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC - RS, Brasil. E-mail: carlos_dinamica@hotmail.com.

⁴ Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI Santo Ângelo – RS, Brasil. E-mail: lcvortiz@gmail.com.

⁵ Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI Santo Ângelo.

produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo, a produção de valor de troca que se realiza na comercialização.

Com isso, referencia-se que as condições atuais da agricultura em toda a região das Missões, com todo o efeito da modernização, transparece a crise deste modelo e da precariedade econômica que registra a reprodução das famílias rurais. Para Polacinski et al. (2014, p. 50):

Além do aspecto produtivo, a criação de mecanismos de comercialização dos produtos agrícolas e agroindustriais tem a capacidade de ampliar a renda dos pequenos agricultores, reduzir custos e aumentar a qualidade da alimentação nas áreas urbanas, além de ampliar o dinamismo econômico da região.

Dentro deste contexto, o trabalho está estruturado em quatro seções: introdução, procedimentos metodológicos, referencial teórico juntamente com uma abordagem de dados e por fim as considerações finais.

2. PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

Para delinear a pesquisa, utilizou-se a taxionomia apresentada por Vergara (2010, p.41), que classifica a pesquisa em dois aspectos.

Quantos aos fins a pesquisa esta classificada como (descritiva e explicativa), descritiva, pois visa descrever importância da gestão das agroindústrias familiares para o desenvolvimento rural, fazendo um *link* como os dados levantados a partir do Arranjo Produtivo Local – APL – Missões e do Núcleo de Extensão Produtiva Inovação – NEPI – Missões. Para Vergara (2010 p.42), a “pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno, isto é, pode estabelecer correlação entre variáveis e definição de sua natureza”. Colaborando com essa discussão, Gil (2010) descreve ainda que pesquisa descritiva tem como objetivo a descrição das características de determinada população, tendo como finalidade a identificação de possíveis relações entre as variáveis.

Explicativa porque através das teorias, fundamenta-se o papel e a importância da gestão das agroindústrias familiares para o desenvolvimento rural. Desse modo, Vergara (2010, p.42), “complementa que a investigação explicativa tem como principal objetivo tornar algo inteligível, justificando os motivos, ou seja, busca esclarecer quais os fatores contribuem de alguma forma, para ocorrência de determinado fenômeno”.

Quanto aos meios considera-se (bibliográfica e pesquisa de campo), Bibliográfico, pois para embasar a pesquisa utilizaram-se, livros, material disponibilizado na internet dentre outros instrumentos de pesquisa. Vergara (2010, p.43) “descreve que o estudo sistematizado desenvolvido com base em material

publicado, em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, material acessível ao público em geral”. Pesquisa de campo, pois se utilizou da estrutura do projeto extensão produtiva inovação e do Arranjo Produtivo Local como fonte primária de dados. Vergara (2010, p.43), “ressalva que pesquisa de campo configura-se como uma investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo”.

3. GESTÃO AGROINDUSTRIAL

O surgimento da agroindústria no Brasil ocorreu após os anos 1960 com a intervenção governamental, incluindo programas de substituição das importações para insumos modernos, reestruturação da infraestrutura rural, o ajuste da extensão de serviços e pesquisas agrícolas e a liberação de crédito subsidiado para investimento em equipamentos de capital e a aquisição de insumos modernos, gerando uma nova configuração socioeconômica para o campo brasileiro. Caracterizando-se com uma extensão orgânica da estrutura industrial que predominava dentro do contexto rural, baseando-se para economia essencialmente na expansão do mercado interno.

Conforme os autores Goodman, Sorj e Wilkinson (1985, p. 40) a “agricultura brasileira como um todo foi objeto da modernização, embora as medidas políticas hajam sido altamente seletivas, de acordo com o tamanho das propriedades, tipo de produção e região”.

A atividade de produção, de comercialização e de investimento era subsidiada por uma gama de programas de crédito, em que o Estado tinha o seu papel de intermediar as relações Insumo-produto entre os setores agrícolas em modernização e capitais agroindústrias, apoiando mercados e intensificando a diversificação da agroindústria (GOODMAN; SORJ e WILKINSON, 1985).

Os processos rurais definidos pela agricultura onde se cultivava somente um único produto com valor comercial alto para o comércio externo. As agroindústrias fomentaram uma nova forma de investimento, possibilitando o desenvolvimento das atividades agrícolas, apresentando-se como estratégias para o desenvolvimento rural, após a segunda guerra mundial nos países desenvolvidos, trabalhando com os excedentes da produção nas fazendas, agregando valor e transformando em uma economia aberta estreitando a relação como o mercado interno.

No processo de modernização da agroindustrialização com o uso de máquinas, fertilizantes e agrotóxicos e da genética, de forma sistêmica buscando o aumento da produtividade e da produção de alimentos, as grandes agroindústrias se fortaleceram impondo novas regras ao processo produtivo, excluindo diversos produtores com o seu caráter seletivo. Para Silvestro (1995, p. 134)

[...] as agroindústrias integradora de certa forma, tenham possibilitado uma estratégia de reprodução da pequena produção familiar, por consequência com seus padrões de produção crescentes, desenvolveram uma dinâmica que vem excluindo aqueles agricultores que não atingem os padrões impostos.

Com esse cenário buscasse fortalecer as agroindústrias familiares, Mior (2007, p 8), descreve que “a constituição de agroindústrias rurais pode ser vista como um processo de reconfiguração de recursos (produto colonial) promovido pela agricultura familiar em conjunto com suas organizações associativas e com o apoio do poder público”. A agroindústria familiar caracteriza-se por estar localizada no meio rural, produzir a própria matéria prima, processo artesanal de fabricação, utilizando a mão de obra familiar, com a utilização em menor escala de maquinas e equipamentos. Em diversos casos a agroindústria familiar é constituída por mais de uma familiar com ou sem grau de parentesco. O desenvolvimento das agroindústrias familiares tem um impacto na diversificação econômica regional, fazendo com que os órgãos públicos relacionados com a área atualizem os aspectos legais, tanto do ponto de vista sanitário, ambiental e fiscal (MIOR, 2005).

Referendado por Mior (2007, p 10), de acordo com Guivant (2001, 2003), a estratégia de agregação de valor frequentemente vem associada à transformação de atividades anteriormente confinadas à cozinha da familiar rural. “[...] a presença das mulheres agrícolas emergem as fontes de renda que passam a ser fundamentais para a agricultura familiar. Esta re-divisão interna de trabalho da familiar rural se transforma num dos principais trunfos para o sucesso da agroindústria familiar”.

Esta agregação de valor ocasiona uma mudança no comportamento das famílias rurais, ocorrendo um compartilhamento das atividades agrícolas entre as famílias envolvidas, proporcionando para as mulheres um empoderamento na busca de novos caminhos, de forma que se capacitam por meio de cursos e treinamentos oferecidos pelos agentes, apoiadores como as associações, sindicatos rurais, relacionamento comercial com os clientes nas feiras e pontos de vendas e a sua valorização contribuindo para a sua autoestima (MIOR; GUIVANT, 2004).

A forma de gerenciamento das agroindústrias familiares é um fato relevante para o desenvolvimento de suas atividades, as famílias que não conseguem se enquadrar nos processos exigidos pela legislação ou integrar-se com outras famílias para a realização de alguma atividade de produção agroalimentar, acaba sendo submetidos a uma diferenciação social econômica. Em um cenário econômico desfavorável impulsiona a situação econômica e social das famílias que se encontram em dificuldades, ao êxodo rural, impossibilitando o rompimento deste paradigma para a contribuição do desenvolvimento rural.

3.1 Desenvolvimento rural

Conterato, Schneider e Waquil (2010) consideram que:

O desenvolvimento rural, por sua vez, deve ser entendido como um movimento na direção de um novo modelo para o setor agrícola, com novos objetivos, buscando a valorização crescente das economias de escopo em detrimento das economias de escala, o fortalecimento das sinergias com os ecossistemas locais, sempre buscando superar o paradigma da modernização da agricultura. O desenvolvimento rural deve implicar, necessariamente, a criação de novos produtos e serviços, estes vinculados a novos mercados, a necessidade de redução de custos a partir de novas trajetórias tecnológicas e reconstruir a agricultura ao nível dos estabelecimentos e também da economia rural como um todo (CONTERATO, SCHNEIDER e WAQUIL, 2010 p. 2).

Ploeg et al. (2000), definem o desenvolvimento rural define como:

... um movimento na direção de um novo modelo para o setor agrícola, com novos objetivos, buscando a valorização crescente das economias de escopo em detrimento das economias de escala, o fortalecimento das sinergias com os ecossistemas locais, sempre buscando superar o paradigma da modernização da agricultura. O desenvolvimento rural deve implicar, necessariamente, a criação de novos produtos e serviços, estes vinculados a novos mercados, a necessidade de redução de custos a partir de novas trajetórias tecnológicas e reconstruir a agricultura ao nível dos estabelecimentos e também da economia rural como um todo (PLOEG, 2000, p. 403).

Pelos ensinamentos apresentados pode-se entender que o Desenvolvimento Rural apresenta-se como uma alternativa ao padrão da modernização, o desenvolvimento rural é interpretado como uma série de métodos que visam minimizar as fragilidades das unidades familiares do campo, redirecionando as ações para uma menor dependência dos agricultores em relação aos agentes externos, contribuindo para o fomento de uma maior autonomia nos processos decisórios e no fortalecimento da diversidade de ações e estratégias. A necessidade de novas orientações sobre o desenvolvimento rural se inscreve nos parâmetros conceituais para entender o papel e o desenvolvimento de trajetórias de diferentes áreas rurais, as quais configuram dinâmicas territoriais heterogêneas e desiguais do desenvolvimento do capitalismo no espaço agrário. Para entender as construções destes espaços rurais, há que se entenderem as diversas dimensões das suas mudanças.

Kageyama (2004) apresenta pelas palavras Terluin que o desenvolvimento das áreas rurais dificilmente pode ser explicado satisfatoriamente por apenas uma das teorias das quais destaca três enfoques podem ser facilmente caracterizados:

i) Desenvolvimento Exógeno: entendido o desenvolvimento rural é imposto por forças externas hegemônicas de caráter eminentemente globalizante, onde os agentes recebem um “pacote tecnológico” pronto, onde não são consideradas as potencialidades e heterogeneidades do local;

ii) Desenvolvimento Endógeno: compreendido pela lógica do desenvolvimento territorial/regional, gerado por impulsos regionais e baseado predominantemente em recursos e vocações locais, em que os atores e as instituições desempenham papel crucial. “O fomento ao desenvolvimento rural baseado em aspectos endógeno das zonas rurais” consiste em adotar medidas que levem em conta as características específicas de cada tipo de zona, mas em primeiro plano, e em comum para todas as zonas, essas medidas devem visar à melhoria da qualidade de vida e a luta contra o isolamento social;

iii) Desenvolvimento Misto: combinação dos dois anteriores, ou seja, uma combinação de forças internas e externas à região, em que os atores das regiões rurais estão envolvidos simultaneamente em um complexo de redes locais e redes externas que podem variar significativamente entre regiões.

Desse modo a autora ainda destaca que:

O desenvolvimento rural implica a criação de novos produtos e novos serviços, associados a novos mercados; procura formas de redução de custos a partir de novas trajetórias tecnológicas; tenta reconstruir a agricultura não apenas no nível dos estabelecimentos, mas em termos regionais e da economia rural como um todo; representa, enfim, “[...] uma saída para as limitações e falta de perspectivas intrínsecas ao paradigma da modernização e ao acelerado aumento de escala e industrialização que ele impõe, sendo, portanto processo multinível, com multiatores e multifacetado” (KAGEYAMA, 2004, p. 384).

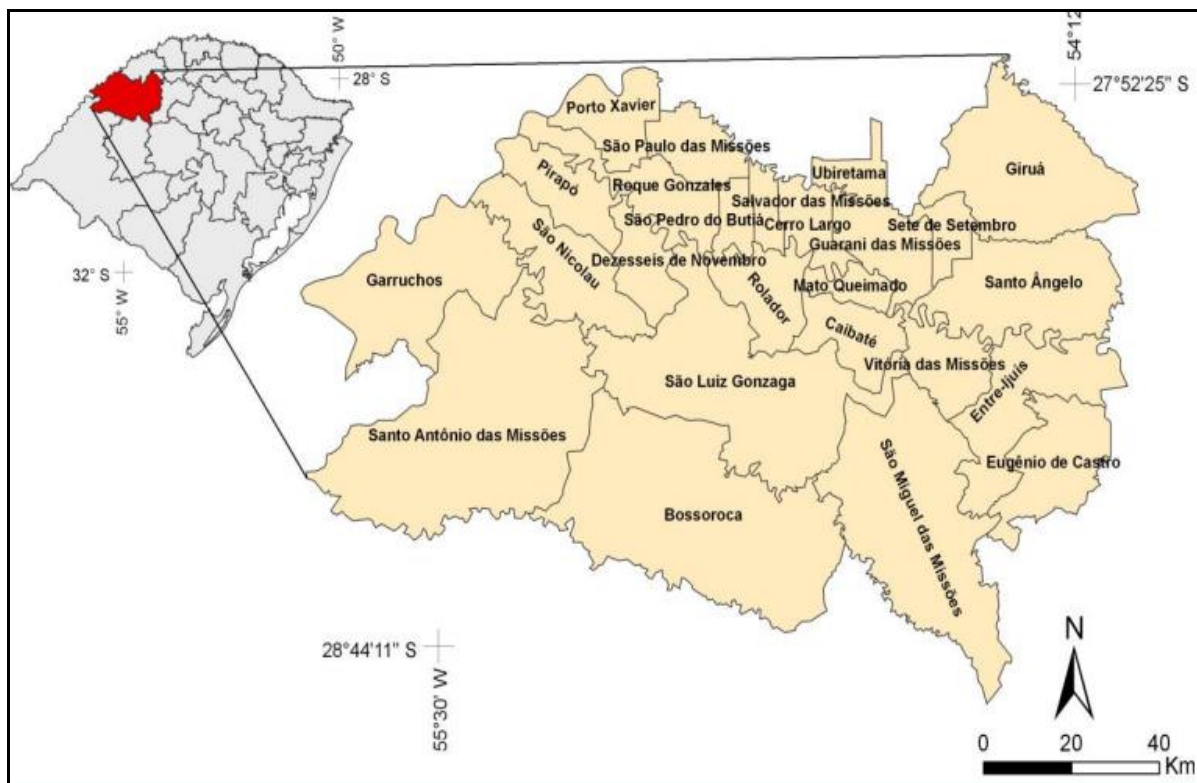
Entende-se desta forma que o desenvolvimento rural deve combinar o aspecto econômico (aumento do nível e estabilidade da renda familiar) e o aspecto social (obtenção de um nível de vida socialmente aceitável), e que sua trajetória principal possa residir na diversificação das atividades que gerem renda e garantam a permanência do homem no meio rural.

3.2 Breve caracterização da Região das Missões

A Região das Missões está localizada no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, pertencente aos campos Pampa e Mata Atlântica, com os seus municípios inseridos na Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai. As Missões compõem-se de 25 municípios, que e de acordo com os dados do IBGE (2013), os municípios estão distribuídos em uma área de 12,855 km², com uma população total de 251.076 habitantes. Quanto à densidade demográfica, a mesma fica na faixa de 19,5 habitantes por km². A taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais é de 6,55% e a expectativa de vida ao nascer é de 73,1 anos. O Produto Interno Bruto em mil reais

é de 6.307.957 e um PIB per capita de R\$ 25.636,91. A situação de domicílio, 47,52% da população reside no urbano e 52,47% reside no meio rural, sendo estes 50,38% do sexo masculino e 49,61% feminino. A Figura 1 apresenta os 25 municípios da Região das Missões, ilustrando a localização da região no Estado do Rio Grande do Sul.

Figura 1 – Mapa da Região das Missões.



Fonte: Corede Missões

A região das Missões de acordo com Polacinski et al (2014), possui 263 agroindústrias, na qual, estão instaladas pelos municípios da região, dentre eles: Bossoroca com 6 agroindústrias, Caibaté com 9, Cerro Largo com 17, Dezesesseis de Novembro com 8, Entre-Ijuís com 24, Eugênio de Castro com 3, Garruchos com 5, Giruá com 16, Guaraní das Missões com 13, Mato Queimado com 3, Pirapó com 3, Porto Xavier com 19, Rolador com 3, Roque Gonzales com 10, Salvador das Missões com 9, Santo Ângelo com 14, Santo Antônio das Missões com 20, São Luiz Gonzaga com 24, São Miguel das Missões com 11, São Nicolau com 14, São Paulo das Missões com 8, São Pedro do Butiá com 8, Sete de Setembro com 5, Ubiretama com 4 e Vitória das Missões com 7, respectivamente. No Gráfico 1 pode-se visualizar o número de agroindústrias por segmento de produto.

Gráfico 1 – Número de agroindústrias por produto.



Fonte: (Polacinski et al., 2014, p. 75).

4. Discussão Acerca da Gestão Agroindustrial – APL-Missões e NEPI-Missões

Na perspectiva de aqui esboçar a importância da gestão nas agroindústrias, procurou-se através de levantamentos, tanto no âmbito prático quanto teórico, apresentar as forças e fraquezas das agroindústrias familiares. Neste sentido, tem-se como base, o plano de desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local da agroindústria familiar da Região das Missões (APL – Missões) e o Núcleo de Extensão Produtiva e Inovação (NEPI-Missões). Neste contexto, segundo os levantamentos feitos a partir do APL – Missões, a região possui 263 agroindústrias, estando nesta lista às legalizadas e as não legalizadas. Já quanto às agroindústrias atendidas pelo NEPI- Missões, foram 167, com um período de atuação na gestão das agroindústrias, de três anos (2013, 2014 e 2015).

Como forma de situar o que é NEPI- Missões, vale ressaltar que o Projeto Extensão Produtiva Inovação – PEPI, foi desenvolvido pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões – Campus Santo Ângelo, através de um convênio entre Universidade e Governo do Estado. A universidade desse modo manteve uma estrutura física e administrativa, formada por um coordenador de equipe, quatro de extensionistas e um técnico administrativo. Com esse grupo, formou-se o Núcleo Extensão Produtivo e Inovação das Missões – NEPI Missões, na qual, atendeu indústrias e agroindústrias de micro, pequeno e médio porte. As

agroindústrias atendidas com assistência técnica, todas elas estavam situavam-se no território missioneiro.

Neste contexto, o PEPI foi um instrumento de apoio ao Arranjo Produtivo Local das Missões – APL Missões, ajudando no fortalecimento do setor produtivo, o qual representa a vocação e a força dos atores regionais. O APL-Missões abarca as chamadas agroindústrias familiares, produtoras de alimentos, independente da sua forma de concepção (sejam elas, cooperativas, unidades individuais, associações, etc). Como caracterização desses atores, pode apresentar o significativo grau de vulnerabilidade econômica, dado as imposições das forças hegemônicas do capitalismo e o processo opressor da globalização.

A centralidade sobre à agro industrialização dos pequenos agricultores da região, na formação do APL Missões, segundo Polacynski et al. (2014) ocorre pois essa atividade constitui uma importante fonte de renda para as famílias rurais e erguem-se como uma escolha inovadora na arquitetura de redes agroalimentares alternativas, circuitos de comércio diferenciados que valorizam práticas e normas sociais que estão na base da autonomia não só mercantil, mas também cultural e política dos agricultores familiares. Portanto, através de estudos específicos, foi possível identificar uma série de áreas e atividades com um grande potencial na região das missões. Essa identificação pôde servir como uma orientação no sentido de focalizar as iniciativas pelo desenvolvimento, de forma a obter os resultados mais eficientes, tanto para as agroindústrias consideradas no APL, quanto para a comunidade local.

A partir dessas considerações, o escopo do NEPI-Missões no período de 2013 a 2015 foi prestar assessoria a indústrias e principalmente agroindústrias agroalimentares da região pertencente ao COREDE Missões. Nesse período foram acompanhadas em 2013 68 agroindústrias, 46 em 2014 e 53 no presente ano. Os dados obtidos a partir do projeto NEPI-Missões, pode-se afirmar que a média de colaboradores nessas unidades é de três pessoas, tendo uma longevidade empresarial de 2,4 anos, onde 86% das empresas não são formalizadas e a principal fonte de comercialização são as vendas diretas ao consumidor ou as feiras livres municipais. O espectro de faturamento anual é bem disperso, tendo empresas com faturamento anual de R\$7.000,00 até empresas com R\$523.000,00. A Tabela 1 ilustra as características produtivas das agroindústrias assistidas:

Tabela 1: Número de Agroindústrias atendidas pelo NEPI Missões, conforme segmento de atuação, no período de 2013-2015.

Ano/Nº Empresas	Farináceos	Embutidos	Derivados Cana Açúcar	Bebidas	Outros	Total
2013	27	12	16	7	6	68
2014	21	8	9	4	4	46
2015	23	5	10	6	9	53
Total	71	25	35	17	19	167

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados do NEPI-Missões

Desse modo, conhecendo as áreas de atuação das agroindústrias, necessita-se conhecer a realidade de como essas unidades produtivas são geridas, para conhecer suas potencialidades e suas fragilidades. Nesse escopo, através da tabela 2, abaixo se pode perceber que:

Tabela 2 – Percentual das Agroindústrias atendidas pelo NEPI Missões, com Fragilidades por Áreas segundo a Metodologia do PEPI, nos anos de 2013 a 2015.

	Controles Gerenciais	Adequações Sanitárias	Apresentação/ Padronização Produto	Política Comercialização	Adequação Produtiva
2013	87%	55%	28%	27%	34%
2014	92%	68%	37%	19%	28%
2015	81%	72%	46%	39%	41%

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados do NEPI-Missões.

Analisando os dados da Tabela 2, visualiza-se que os principais problemas produtivos dessas agroindústrias estão ligados as carências de controle financeiro (controle de vendas, custos, controle estoques, etc), onde em média 87% das empresas não possuíam controles financeiros – para o referido período. O diagnóstico também mostrou a segunda área com maior número de empresas com fragilidade foi a que tange as adequações sanitárias (muito explicado pelo elevado grau de informalidade), com um percentual médio de 65% das empresas. A terceira fragilidade em termos produtivos foi a Apresentação e Padronização Produtiva (produção mais artesanal do que profissional), onde nos três anos se verificou uma média de 37% das empresas. Na sequência os itens Política de Comercialização (estratégia de venda ou logística de comercialização) e Adequação Produtiva (falta de rotina e padronização de produção) foram às áreas que mais apresentaram deficiências.

Dentre as potencialidades desse mercado para as agroindústrias, Polacinsky et al. (2014), salienta que a segurança alimentar, produtos menos industrializados e as compras institucionais viam Programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) de escolas, creches e outros, são os principais pontos de vantagem competitiva dos produtos das agroindústrias que podem dinamizar e rentabilizar a produção das pequenas propriedades. Dentro deste contexto, as agroindústrias da região missioneira, possuem um potencial mercadológico, além das externalidades positivas geradas pela contribuição do NEPI-Missões na gestão dessas agroindústrias atendidas, na sua atividade de apoiar e fomentar as fontes de desenvolvimento territorial endógenas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta breve contextualização, evidenciou-se que a Região das Missões, possui um apanhado de agroindústrias, com uma diversificação na produção de produtos. Com um número de agroindústria, quantitativamente satisfatório, a região possui ainda um potencial de ampliação de estabelecimentos, devido a sua formação territorial e configuração quanto a propriedades familiares rurais. Além disso, percebe-se que a agroindústria tem potencial enorme para contribuir, de uma forma eficaz com a gastronomia regional, em virtude da colonização desta região, sendo ainda habitada por alemães, poloneses e italianos.

A realidade das agroindústrias da região, que foram atendidas pelo Arranjo Produtivo Local (APL) e pelo Núcleo de Extensão Produtiva e Inovação (NEPI), dentre outros programas de apoio a agroindústria familiar rural. Nesse contexto, demonstrou-se em dados, que a atuação do NEPI-Missões foi ativa, colaborando para a profissionalização da gestão de cento e sessenta e sete agroindústrias, dentro de um universo de aproximadamente 263 agroindústrias existentes no COREDE Missões. Dessa forma, sabe-se que a muito a ser melhorado, pois o seguimento agroindustrial dessa região possui inúmeras carências e dificuldades quanto à sua forma de gerenciamento.

Portanto, conclui-se que as agroindústrias em âmbito geral, possuem forças e fraquezas, mas que possui um papel fundamental para a economia local. Desta forma, visualiza-se que um desenvolvimento rural baseado na teoria endógena, trata de abordar as questões intrínsecas das capacidades produtivas do das agroindústrias da Região das Missões, podendo contribuir para tal desenvolvimento.

Referências

CONTERATO, Marcelo A. SCHNEIDER, Sergio. WAQUIL, Paulo D. **Estilos de agricultura: uma perspectiva para a análise da diversidade da agricultura familiar**. Ensaio Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, v. 31, n. 1, p. 149-186. Porto Alegre, 2010.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceito e medida**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. <http://ibge.gov.br/>. Acesso em Setembro de 2016.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005. 338p.

_____. **Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial**. Florianópolis: Epagri, 2007.

MIOR, L.C.; GUIVANT, J.S. **Redes sócio-técnicas**: uma nova abordagem para o estudo dos processos de mudança social e desenvolvimento rural., In: **“Desenvolvimento e conflitos no ambiente rural”** organizado por Julia Guivant, Luiz Fernando Scheibe e Selvino Assmann 2004.

NIEDERLE, Paulo André; WESZ JUNIOR, Valdemar João. **A agroindústria familiar na região Missões**: construção de autonomia e diversificação dos meios de vida. REDES, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 3, p. 75-102, set./dez. 2009.

PELEGRINI, Gelson; GAZOLLA, Marcio. **A agroindústria familiar no Rio Grande do Sul**: limites e potencialidades a sua reprodução social. Frederico Westphalen: URI, 2008.

PLOEG, J. D. van der et al. **Rural development**: from practices and policies towards theory. Sociologia Ruralis, Oxford, UK, v. 40, n. 4, p. 391-408, 2000.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Editora da UFRGS: Porto Alegre – RS (Coleção Estudos Rurais). 2008. 372p.

POLACINSKI, Edio et al. **Plano de desenvolvimento do APL da agroindústria familiar da região das Missões (RS)**. Santo Ângelo: FuRI, 2014.

SCHNEIDER, S. et. al. **Estudos de caso sobre pluriatividade e diversificação dos modos de vida em áreas rurais no Brasil**. Manuscrito no publicado. 2007.

SILVESTRO. M. L. **Transformações da Agricultura familiar e estratégias de reprodução: o caso do oeste catarinense**. 1995, 349f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

Vergara, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

5. FATORES DE SUSTENTABILIDADE: UMA ANÁLISE DO GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS EM REFORMAS DE AMBIENTES INTERNOS

DAMO, Liliara de Cássia¹
 CERICATO, Alceu²
 WESENDONCK, Claudia Cristina³
 FÃO, Josiele Maria⁴
 BANASESKI, Gonçalo Miguel⁵

1. INTRODUÇÃO

A construção civil é um dos setores econômicos de maior impacto ambiental. Nas últimas décadas vem aumentando a preocupação com a disposição dos resíduos gerados por ela. Há elevados impactos no volume de resíduos gerados, falta de separação de resíduos, falha na destinação dos resíduos, que geralmente são despejados em depósitos ilegais.

Segundo Teixeira (2010), a problemática que envolve a situação dos resíduos sólidos é ampla e generalizada em todo mundo. Os resíduos sólidos produzidos variam em sua composição, podendo ser identificados desde o tipo doméstico, hospitalar, químico, industrial e, entre outros, os resíduos gerados pela construção civil.

De acordo com Oliveira (2008), os resíduos de construção e demolição (RCD) possuem características bem peculiares, podendo variar sensivelmente em função do local da geração, da tecnologia aplicada na construção, das variantes referentes ao material aplicado durante a obra, da qualidade do projeto e da mão de obra utilizada. Essas variações interferem diretamente na quantidade do RCD gerado no Brasil, em que se pode observar claramente a necessidade de reduzir e de reciclar.

Conforme Morais (2006), o descarte inadequado do RCD é um dos maiores problemas na gestão dos municípios, pois ocasionam impactos significativos no

¹ Aluna do Curso de Pós-Graduação, em nível de Especialização, em Gerenciamento de Obras e Lean Construction, UNOESC – Chapecó/SC, E-mail: liliaradamo@gmail.com -Fone: (55) 99610-8445-Frederico Westphalen – Rio Grande do Sul - Brasil.

² Orientador Dr. Alceu Cericato. Professor e Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Gerenciamento de Obras e Lean Construction, pela UNOESC. E-mail: acericato@gmail.com -Fone: (49) 99914-7578 – Chapecó –Santa Catarina – Brasil.

³ Professora Mestre do curso de Graduação em Administração Pública e da Especialização em Liderança e Sustentabilidade/UERGS-FW, Doutoranda em Desenvolvimento Regional e Agronegócios pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Toledo. Integrante do Núcleo de Pesquisas em Prospectivas para o Desenvolvimento da Amazônia Mato-grossense (UNEMAT) e do Grupo de Pesquisas em Gestão e Desenvolvimento Organizacional (UERGS), e-mail: claudia-wesendonck@uergs.edu.br. Fone: (55) 9932 4446.

⁴ Pós-graduanda da Especialização em Liderança e Sustentabilidade/UERGS-FW e integrante do Grupo de Pesquisas em Gestão e Desenvolvimento Organizacional (UERGS), e-mail: josimfao@hotmail.com. – Fone: (55) 99341886.

⁵ Aluno de Graduação em Administração – Universidade do Norte do Paraná – UNOPAR. E-mail: goncalobnssk84@gmail.com. Fone: (55) 9932 4446.

meio ambiente urbano, o que pode comprometer a paisagem, o tráfego de pedestres e veículos, a drenagem urbana, além de atrair resíduos não inertes que contribuem para a multiplicação de vetores de doenças.

Embora seja importante a destinação adequada dos resíduos gerados, tornam-se imprescindíveis ações que visem à redução diretamente na fonte, ou seja, nos próprios canteiros de obra, que, somadas às ações de adequar a destinação desses resíduos, podem contribuir significativamente para a redução dos impactos da atividade construtiva no meio ambiente (SOUZA, 2004).

No Brasil, a legislação referente aos resíduos de construção civil é a Resolução do Conama nº 307, de 5 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos a serem adotados por governos municipais e agentes envolvidos no manejo e destinação do RCD, a fim de que os impactos ambientais produzidos por esses resíduos sejam minimizados (BRASIL, 2002).

Embora já se observe no mercado a movimentação de empresas interessadas em explorar o negócio de reciclagem de RCD e não apenas o negócio de transporte, as experiências brasileiras estão limitadas em ações das municipalidades (PINTO, 1999) que, buscam reduzir os custos e o impacto ambiental negativo da deposição da enorme massa de entulho (média de 0,5 ton/hab. ano, obtida segundo dados de PINTO (1999) no meio urbano para algumas cidades brasileiras de médio e grande porte).

Segundo Moxon (2012), “a indústria da construção civil produz um grande impacto ecológico e as decisões dos designers de interiores contribuem de forma significativa com os problemas ambientais”.

A questão ambiental vem sendo extremamente debatida mundialmente, os sinais do crescente aquecimento global estão cada vez mais perceptíveis. Boa parte desses impactos globais é gerada pelo setor da construção civil, que consome 50% dos recursos mundiais, sendo assim uma das atividades menos sustentáveis do planeta. Desta forma, é natural que a sustentabilidade e a consciência ambiental assumam, cada vez mais, uma posição de importância neste cenário atual. É nítida a convicção de que algo tem que ser modificado e repensado.

Para a Organização das Nações Unidas (ONU) o conceito de desenvolvimento sustentável é definido como: “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (WCED, 1987, p.43).

Para o arquiteto Glaucus Cianciardi (2010), sobre decoração de um ambiente, uma casa, por si só, não é um lar. É um objeto arquitetônico inanimado, destinado ao abrigo do ser humano; somente após um processo etológico de domínio territorial tal espaço se transforma em lar. A decoração faz parte dessa apropriação espacial. Decorar é, com a mediação de objetos, conferir sentidos a um lugar, tornando-o

mais significativo que um simples abrigo; é tornar público o modo privado de ser de cada indivíduo; é apropriar-se do espaço, submetendo-o aos desígnios de quem o habita, de forma que o reflita tal qual um espelho a sua imagem e semelhança.

Faz-se necessário conhecer o cliente segundo Maxwell Gillingham–Ryan, quando entra num ambiente, você absorve tudo o que está à sua frente como uma esponja seca absorvendo água. O seu corpo pode percorrer apenas uma pequena distância, mas seus olhos percorrem o cômodo inteiro, captando todas as partes, incluindo o teto, os cantos e o chão sob os seus pés. O que você toca e sente, assim como o que você vê, invade você e o afeta. Em resultado, um ambiente pode fazê-lo se sentir distraído e pouco à vontade ou então confortável e bem vindo. Um ambiente pode inspirar ou confundir. Pode fazê-lo sentir-se pequeno ou grande. Os ambientes têm um grande poder (GILLINGHAM-RYAN, MAXWELL, 2007, p.14).

Ao fazer uma análise da aplicação da sustentabilidade, NUNES (2009), ressalta: Aplicar a sustentabilidade em casa é acessível a qualquer um e por meio de medidas como essas simples e com menor custo, é possível levar algum tipo de pratica sustentável para o lar. Nem todos podem ter uma casa totalmente sustentável. Mas qualquer que seja a contribuição para dar às residências um perfil mais sustentável já é atitude sustentável.

A proposta aqui é mostrar que a sustentabilidade não se restringe somente a construção de grande porte, ela engloba de fato as pequenas reformas, que por si geram muitos resíduos. A redução na fonte pode ocorrer por intermédio de mudanças no produto, avanços tecnológicos, avanços nas áreas operacionais e melhoria de métodos com economia de insumos. Já para os casos de reaproveitamento podemos inserir as ações de reutilização, reciclagem e recuperação.

Entre as inúmeras alternativas encontradas para diminuir os resíduos em reformas é não fazer o uso de mobiliário modulado e ou planejado, pois eles geram muitos recortes na hora da montagem. As peças são em tamanhos pré-fabricados, chegando ao local de implantação geram muito descartes que nem sempre as empresas levam para um destino correto.

2. DESENVOLVIMENTO

O uso de tecnologias avançadas, por si só, não basta para resolver problemas ambientais, é necessário também, propor uma mudança cultural e comportamental dos usuários, o que significa um design adequado, com sua capacidade criativa ao aplicar seus conhecimentos no desenvolvimento de soluções para os problemas ambientais, ao dar nova forma não só a produtos, mas também, estilos de vida (BRUNETTI & SANT'ANNA, 2003).

Para Zmyslowski (2009), o design de interiores é complexo em sua área de atuação, pois relaciona diversos elementos como peças, mobiliário, revestimentos, produtos utilizados no espaço pelos usuários. Diz respeito a como o acesso e o uso desses elementos entre os espaços e o meio ambiente se interagem e que já na sua criação, o projeto de interiores, pode ser norteado com especificações de produtos, serviços que determinam e visem baixo impacto ambiental, com foco na salubridade, responsabilidade e consciência dos usuários. A autora coloca que projetos sustentáveis não significam o uso de técnicas sofisticadas na sua concepção, mas ressalta a importância de que o designer atenda premissas básicas como o uso de energia renovável e sua otimização; minimizar os resíduos; qualidade do ar e conforto (iluminação natural e artificial); escolha dos materiais (revestimentos e peças) e fazer uso e reciclagem (gerenciamento do lixo).

Seiffert (2010) ensina o que vem ser a gestão ambiental. É entendida como um processo adaptativo e contínuo, através do qual as organizações definem, e redefinem seus objetivos e metas relacionados à proteção do ambiente, à saúde de seus empregados, bem como clientes e comunidade, além de selecionar estratégias e meios para atingir estes objetivos num tempo determinado através de constante avaliação de sua interação com o meio ambiente externo.

Segundo Philippi (2004), o processo de gestão ambiental inicia-se quando se promovem adaptações ou modificações no ambiente natural, de forma a adequá-lo às necessidades individuais ou coletivas, gerando dessa forma o ambiente urbano nas suas mais diversas variedades de conformação e escala.

Pinto (1999), para os resíduos de construção e demolição há agravantes: o profundo desconhecimento dos volumes gerados, dos impactos que eles causam, dos custos sociais envolvidos e, inclusive, das possibilidades de seu reaproveitamento fazem com que os gestores dos resíduos se apercebam da gravidade da situação unicamente nos momentos em que, acuados, veem a ineficácia de suas ações corretivas. Ainda Pinto estimou que algumas cidades brasileiras, a geração do RCC está entre 41 a 70% da massa total dos resíduos sólidos urbanos.

Para (OLIVEIRA e MENDES 2011 *apud* CARNEIRO 2001), os resíduos de construção e demolição – RCD, também denominados como entulho, tem se tornado um dos alvos do meio técnico-científico, utilizado o mesmo como agregado para inúmeros usos na construção civil e também na pavimentação rodoviária, entrando como substituto às matérias prima hoje utilizada nestes setores.

Há um conjunto de leis e políticas públicas, além de normas técnicas fundamentais na gestão dos resíduos da construção civil, contribuindo para minimizar os impactos ambientais.

Entre as políticas públicas pode citar:

- Resolução CONAMA nº 307 – Gestão dos Resíduos da Construção Civil, de 5 de julho de 2002;
- PBPQ-H – Programa Brasileiro da Produtividade e Qualidade do Habitat;
- Lei Federal nº 9605, dos Crimes Ambientais, de 12 de fevereiro de 1998;
- Legislações municipais referidas à Resolução CONAMA.

Já como Normas Técnicas tem-se:

- Resíduos da construção civil e resíduos volumosos - Áreas de transbordo e triagem - Diretrizes para projeto, implantação e operação – NBR 15112:2004;
- Resíduos sólidos da construção civil e resíduos inertes - Aterros - Diretrizes para projeto, implantação e operação – NBR 15113:2004;
- Resíduos sólidos da construção civil - Áreas de reciclagem - Diretrizes para projeto, implantação e operação – NBR 15114:2004;
- Agregados reciclados de resíduos sólidos da construção civil - Execução de camadas de pavimentação – Procedimentos – NBR 15115:2004;
- Agregados reciclados de resíduos sólidos da construção civil – Utilização em pavimentação e preparo de concreto sem função estrutural – Requisitos – NBR 15116:2004.

Segundo a Resolução 307 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama (2002), os resíduos de construção civil são os provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliças ou metralha (CONAMA, 2002).

A classificação dos resíduos sólidos pela NBR 10.004 (ABNT, 2004a) está relacionada com a atividade que lhes deu origem e com seus constituintes. Desta forma, os resíduos sólidos são classificados em:

A) Resíduos classe I

- Perigosos;

B) Resíduos classe II

- Não perigosos;
- resíduos classe II A – Não inertes.
- resíduos classe II B – Inertes.

Após duas décadas de discussões, em 02 de agosto de 2010, foi sancionada a Lei Federal Nº 12.305, que institui a Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS). A Lei dispõe sobre os princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos (incluindo os resíduos da construção civil), às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

No processo construtivo, o planejamento da minimização de RCD deve ter início já nas primeiras etapas, na fase de projeto, no memorial descritivo da futura obra, com a especificação dos materiais a serem usados buscando-se características como durabilidade e reciclabilidade futura. Na Holanda foi aprovado, em 1999, um decreto que determina padrões para a quantidade máxima de substâncias perigosas contidas em materiais de construção, que poderiam impactar o solo e a água superficial, por lixiviação, no uso e quando da sua reciclagem (MURAKAMI ET AL 2002).

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Fowler (1993) afirma que os dados podem ser coletados pessoalmente ou por telefone em uma mesma pesquisa, devido à dificuldade de marcar uma entrevista pessoal, dificuldades de acesso ou outras questões. Afirma-se ainda que, por mais que as questões sejam elaboradas cuidadosamente, é fundamental que fiquem claros aos leitores os fatores não controlados que afetam as entrevistas:

- Muitas ações podem não ter sido relatadas por esquecimento dos entrevistados;
- Algumas pessoas podem ter aproveitado a situação da entrevista para manifestar suas insatisfações pessoais com o governo ou outras entidades, não representando necessariamente a visão da instituição em si;
- Fatos podem ter sido distorcidos ou omitidos, para favorecer ou desfavorecer determinada instituição ou indivíduo.

As entrevistas foram realizadas no local e horário de preferência dos entrevistados.

A partir dos dados constatados nessa investigação, foram buscados subsídios para encontrar alternativas ao reaproveitamento desse material e estabelecimento da gestão dos RCC, conforme as necessidades observadas no DF e as diretrizes definidas pela legislação.

A realização da pesquisa foi conduzida em municípios de estados distintos. Optou-se por escritórios de arquitetura que tenham uma média quatro reformas executadas por mês. Realizado no período de maio a junho de 2016. Foi

entrevistado o Arquiteto responsável de cada escritório para conseguir discutir tópicos importantes de tomada de decisões e entender as etapas que cada escritório exerce durante uma obra.

Para a concepção das entrevistas, primeiramente tentou-se entender a sistemática de concepção do projeto que cada profissional exerce. Em seguida precisou-se identificar o conhecimento de leis de sustentabilidade e se havia a aplicação das mesmas nas modificações realizadas por eles.

Ao que se refere a análise dos dados é apresentada na forma descritiva, breve relatado do que foi captado nas entrevistas. A abordagem é considerada qualitativa, tentou-se captar o que cada escritório aplica na execução das reformas, de forma a compará-los, para uma posterior apresentarmos de possíveis soluções que gerem menos resíduos nas reformas dos dias atuais.

O procedimento de análise aplicado foi o comparativo referente as técnicas empregadas nas reformas que cada escritório executa.

A base da pesquisa foi entender e analisar o formato de projeto x execução que cada escritório entrevistado se comporta, para possível vislumbrar alternativas de melhorar na qualidade de cada obra executada, visando o mínimo de resíduos possíveis.

O *check list* aplicado nos escritórios, é formado de cinco perguntas, sendo a última uma possível continuidade para incentivar a melhoria continua nos procedimentos de reformas e para que pudesse aqui incluir alguns itens que melhoraria o nível de resíduos gerados.

Moxon (2012) coloca como fundamental que o profissional faça as perguntas certas logo no início do projeto, além de averiguar o escopo do projeto e determinar os sistemas de energia e água, materiais e métodos construtivos que explorem todo o ciclo de vida do projeto.

Fazendo as perguntas certas, segundo Moxon (2012, p. 38,52):

- 1) Qual é o propósito do projeto?
- 2) Por quanto tempo será necessário o interior?
- 3) Quais os sistemas de energia e água mais adequados?
- 4) Que materiais são adequados?
- 5) Que métodos construtivos são adequados?
- 6) Como o espaço funcionará?
- 7) O que acontecerá quando o interior se tornar desnecessário?

4. ANÁLISE DE DADOS

A sustentabilidade na construção civil hoje é um tema de extrema importância, já que a indústria da construção causa um grande impacto ambiental ao longo de toda a sua cadeia produtiva.

Segundo AECweb (Reciclagem de Resíduos) há estimativas de que a Construção Civil responde por pelo menos metade do entulho gerado nas cidades brasileiras. E é de responsabilidade do gerador, independente do porte, cuidar para que os resíduos oriundos de demolições, renovações ou obras tenham destinação apropriada.

O *check list*, aplicado em doze escritórios com nomes fictícios denominados de: A1, B1, C1, D1, E1, F1, G1, H1, I1, J1, L1, M1, foram:

Quadro 1 - check list aplicado.

DADOS DA EMPRESA E ENTREVISTADO
Nome da Empresa + Nome Arquiteto (a):
Endereço:
Volume de Reforma executada pelo escritório:
Atuante em Projetos de Reformas desde:
QUESTÕES
QUESTIONAMENTO 01: Ao conduzir um projeto de reforma de interiores, tanto no âmbito comercial, residencial ou institucional, você analisa os resíduos que essa reforma vai gerar? Projeta formas de diminuir esses resíduos em termos de projeto x execução?
QUESTIONAMENTO 02: Hoje existe Leis que obrigam a separação de resíduos e a reciclagem deles quando possível. Essa segregação e reciclagem é realizada nas reformas executadas pela sua empresa?
QUESTIONAMENTO 03: Nos dias atuais, onde a grande maioria busca pela conscientização ambiental, a sua empresa tem algum sistema de gestão ambiental? Existe um destino correto para cada tipo de resíduos conforme a classificação da resolução CONAMA 307/12?
QUESTIONAMENTO 04: Para um melhor desempenho ecológico com o menor impacto ambiental possível, a empresa faz o uso de materiais adequados e ecologicamente corretos? É priorizado esse tipo de material? Existe essa explanação ao se apresentar um estudo de viabilidade ao cliente?
QUESTIONAMENTO 05: A sua empresa toparia fazer parte de um experimento, aplicando conceitos sustentáveis e de menor impacto ambiental, em reformas de interiores mantendo o resultado final com a mesma qualidade?

Fonte: elaborado pelo autores (2016).

4.1 Quanto propósito do projeto

Verificou-se que a grande maioria, 85% não projeta pensando nos resíduos gerados. O que pode notar foi que todo o entrevistado tem seu check-list elaborado, para os clientes, mas apenas para conhecimento de qual estilo seguir para a reforma, ou seja um norte para iniciar.

QUESTIONAMENTO 01: Foi notório que não existe essa preocupação com resíduos para obras internas de médio e pequeno porte. O que ficou claro é o Escritório denominado de **G1**, que busca alternativas mais econômicas e com durabilidade maior no emprego dos materiais, porém nada além disto.

QUESTIONAMENTO 02: Foi uma resposta unanime, todos pensam na separação de lixo e reciclagem em termos de obras de grande porte. Para reformas pequenas raras são as segregações, e reciclagem não acontece.

Para os escritórios **A1, G1, D1, L1**, acontece as seguintes separações: Entulho para Vidros, Entulho para Gesso, Entulho para os demais. Sendo que pedaços de tijolos ficam no mesmo recipiente dos restos de madeira, mdf e afins.

Os escritórios **C1, M1**, removem do entulho geral da obra, o lixo tóxico: gesso, lâmpadas quebras, cimento.

QUESTIONAMENTO 03: Nenhum dos escritórios conta com um sistema de gestão de resíduos. Os escritórios que aplicam a separação, fazem com o que aprenderam na Faculdade, em cursos. Percebe-se que com pouco conhecimento. A questão do destino foi uma incógnita para todos, até mesmo os que fazem a separação não sabem qual é o destino. Apenas ligam para o TELE – ENTULHO, ou para PREFEITURA quando é colocado em sacos de estopas.

QUESTIONAMENTO 04: Para **A1, D1, G1, I1, L1, M1**, explicam que as vezes fazem usos de materiais com os selos de certificação do tipo, revestimentos de piso em pvc e tecnocimento, tinta, uso de placas voltaicas, aproveitamento da água da chuva.

Para todos os escritórios ficou identificado o emprego de lâmpadas led, caixa acoplada com fluxo duplo.

Já os escritórios **C1, E1, F1**, encontram dificuldades em aplicar esses matérias e sistemas devido ao custo que se tem, apesar da durabilidade ser maior, boa parte dos clientes opta por empregar um material de menor valor.

Entre todos os entrevistados não há uma explanação explícita sobre os materiais, sobre segregação e muito menos sobre a reciclagem de certos lixos. Eles orientam os clientes nas compras, mas ainda olham a beleza do produto e não o

selo de certificação. O que foi notório entre eles é o aproveitamento de restos de tijolos, pedras, para aterro nas obras que necessitem esse procedimento.

QUESTIONAMENTO 05: Os doze escritórios topariam o desafio, contando que não houvesse custo para os mesmos. Apenas conhecendo novas formas, sistema de reciclagem, materiais com selos, separação com treinamento adequado.

Para **M1, B1 e F1**, não é possível manter o mesmo resultado sem perder o glamour estético que alguns clientes exigem. Tais como revestimentos clássicos que remetem o empoderamento da Obra.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

McDonough & Braungart (2001) defendem um sistema de produção baseado no fluxo da natureza chamado Cradle to Cradle ou do berço ao berço. Uma vez que na natureza não existe o resíduo permanente e sim o que nutre e alimenta, profissionais engajados podem fazer melhores escolhas substituindo materiais nocivos por itens benéficos. Conhecendo melhor a origem dos produtos e fazendo escolhas mais conscientes.

Desperdício não pode ser visto apenas como o material refogado no canteiro (rejeitos), mas sim como toda e qualquer perda durante o processo. Portanto, qualquer utilização de recursos além do necessário à produção é caracterizada como desperdício classificado conforme: seu controle, sua natureza e sua origem.

Segundo Moraes (1988, p. 801), tem como marcas: a nítida separação entre concepção e execução.

O que conseguimos perceber é que todos os escritórios entrevistados têm em mente que o sistema de gerenciamento de resíduos é para obras de grande porte, obras de pequeno porte a preocupação com essa modalidade é deixada em segundo plano.

Fazer as separações dos resíduos de forma correta e levar o que é passível de reciclagem, para reciclagem já conseguimos diminuir 12% dos resíduos de uma reforma pequena. Colocar o lixo tóxico no lugar adequado para assim evitar poluição e degradação desnecessárias.

Os profissionais sabem o que é preciso, falta incentivo das Prefeituras, além de muito comodismo, pois, é mais fácil despejar tudo em um lugar só sem tomar o conhecimento devido do destino final. Um check list que antecede os projetos deveria ser levando em consideração por todos os escritórios que executam reformas conforme proposta adaptada que segue:

Para Moxon (2012, p.92):

- 1) O material é necessário?
- 2) É reutilizado ou recuperado?
- 3) É adquirido e processado perto da obra?
- 4) É proveniente de fonte renovável?
- 5) Possui baixa energia e água incorporada?
- 6) Sua produção tem baixo impacto ambiental?
- 7) Possui um conteúdo reciclado?
- 8) Possui embalagem mínima ou reciclável?
- 9) É não tóxico e de baixa emissão durante a instalação e uso?
- 10) Melhora o desempenho do edifício?
- 11) Sua aplicação, tratamento e acabamento possui baixo impacto ambiental?
- 12) Demanda pouca manutenção, limpeza e por métodos não tóxicos?
- 13) Pode ser reutilizado ou reciclado ao final do projeto?

Também é recomendável que as Prefeituras realizassem vistorias nas obras internas com um check-list baseado nos materiais removidos, materiais de inserção, alteração de layout e percentual do nível de impacto ambiental que cada reforma irá abranger. Isso faria com que os escritórios comesçassem a pensar ecologicamente correto, forçaria o emprego de materiais de boa qualidade e durabilidade.

Para se trabalhar com reciclagem é preciso o total apoio das Prefeituras para seguir os procedimentos devidos como segregação dos resíduos feita na obra, pelo empreiteiro juntamente com o técnico responsável para auxiliá-lo, conforme a Resolução 307/2002 do Conama. Triagem, Agregado Reciclado, Logística Reversa, Transporte.

Outro ponto a ser salientado aqui, é evitar empregar mobiliário modulares, de empresas que oferecem o produto pré-fabricado havendo cortes in loco. Há uma geração de entulho muito grande ao se utilizar mobiliários desse porte.

Para um olhar mais crítico visando uma qualidade de vida melhor no futuro próximo, é de suma importância essa conscientização para as empresas que atendem as demandas de reformas. Os primeiros passos na concepção das reformas, ainda no alinhamento do projeto são: orientação solar adequada; eficiência energética com ênfase em fontes alternativas; forma arquitetônica que se adeque as condicionantes climáticas locais; adequar as fachadas a devidas proteções externas quando necessário; maior redução de resíduos possível;

preocupação com a qualidade ambiental interna; aproveitamento da ventilação natural; uso adequado da vegetação; sistemas para uso racional de água e reuso.

Recomenda-se dar sempre preferência pela escolha de materiais de baixo impacto ambiental, atóxicos, recicláveis, reutilizáveis e de fontes locais.

Materiais e técnicas que devem ser considerados para uso nas reformas cujo quais são considerados sustentáveis e ou de baixo impacto ambiental: mobiliário, pisos, luminárias, revestimentos, telhado verde, válvula dupla entre outros.

Os tipos de madeira que devem ser empregadas devido ao baixo impacto ambiental, são: Madeira de demolição, Madeira de redescobrimento, Bambu, Madeira Teca, Madeira Plástica, Madeira Tamburato, Madeira Pinus de reflorestamento tratada em autoclave.

Encontra-se no mercado atual algum tipo de piso que minimizam os impactos ambientais, que são esses: Piso de PVC reciclado, Resina Ecopiso, Piso Tecnocimento, Piso drenante.

Hoje em dia a iluminação natural está sendo priorizada por poucos ainda, porém nos últimos anos as empresas veem se preocupando com a durabilidade e o conforto, podemos substituir as lâmpadas tradicionais por Luminárias LED, Lâmpadas Fluorescentes, Fibra Ótica, Sensor de Presença.

Os revestimentos de paredes tradicionais como porcelanato em 3D papéis de parede podem ser substituídos por PASTILHAS ECOLÓGICAS. São pastilhas com tecnologia verde confeccionadas em diversos tipos de material, que são:

Com material PET, pastilhas que são 85% do PET Reciclado, além de aditivos minerais reaproveitados, isentos de metais pesados e contaminantes.

Com material de Lâmpadas queimadas, São pastilhas de vidro feitas a partir de lâmpadas fluorescentes descartadas. Com a utilização das lâmpadas na produção, a temperatura de queima do produto reduz em média 15% e conseqüentemente a emissão de gases poluentes, eliminando o descarte do vidro das lâmpadas, que levaria em média 200 anos para ser absorvido pela natureza, e evitando que o mercúrio que elas têm na parte interna contamine o solo.

O Mosaicismo Verde sintetiza a reciclagem artesanal e cuidadosa de rochas ornamentais praticada pela Sol Pedras. Objetiva minimizar o impacto de resíduos derivados do beneficiamento de mármore, granitos e pedras decorativas.

Os granitos e mármore devem ser substituídos pelos CORIAN nas bancadas e nos revestimentos de banheira e afins, dependendo da cor, as placas de Corian®, no mínimo, 13% ou 6% de material reciclado em sua composição, certificado pelo SCS (*Scientific Certification Systems*). Corian® é fabricado de acordo com processos industriais mais responsáveis, com tecnologia avançada e rígidos

padrões de qualidade que permitem reduzir o consumo de energia e geração de resíduos. Outra característica que faz de Corian® uma escolha verde é o seu maior ciclo de vida útil. Corian® é muito durável e pode ser facilmente reparado, reaproveitado ou renovado. Além disso, sua utilização evita a extração de recursos naturais como mármore e granito. Corian® também contribui para a qualidade do ar em ambientes fechados. Tanto as placas de Corian® como seus adesivos são baixos emissores de componentes orgânicos voláteis (VOC) e poluentes de alto risco para o ar. Os tecidos tracionais saem de cena para os tecidos com 100% fibra, algodão em tear manual, Green Screen.

A descarga é responsável por 14% do consumo de água em uma residência e que 80% dos acionamentos. As válvulas tradicionais de parede consomem em torno de 30 litros por acionamento e a descarga com caixa acoplada consome 6 litros d'água. As válvulas de fluxo duplo possuem dois botões de acionamento, o menor que despeja 3 litros de água, usado para o escoamento dos líquidos e o maior, usado para escoar os sólidos, que despeja 6 litros de água! Podendo ser colocadas na parede ou nas caixas acopladas.

Além das válvulas de fluxo duplo para economia de água existem as TORNEIRAS COM TEMPORIZADORES, são os metais com sensores econômicos que ligam automaticamente somente quando a utilização é necessária, proporcionando uma economia no consumo de água e ajudando a despertar as pessoas para um consumo mais racional.

As LAREIRAS A BIOETANOL não necessitam de chaminé ou qualquer sistema de ventilação. Funcionam com bioetanol, uma energia renovável 100% natural de origem biológica e agrícola (beterraba, cana de açúcar) destilado finamente, só libertam vapor de água e gás carbônico (equivale a 3 velas de cera), sendo este totalmente inofensivo, não necessita de qualquer conduta de exaustão, não libera odores, fumaças nem cinzas. É um Sistema eficiente que ao mesmo tempo contribui com um ambiente mais saudável.

O REAPROVEITAMENTO DOS MOVEIS ANTIGOS, também é uma forma de economia ao meio ambiente.

A aplicação de TELHADO VERDE, instalados em coberturas de residências, escritórios e qualquer outro tipo de construção, permitem a implantação de solo e vegetação em uma camada impermeabilizada sobre as construções. Os principais benefícios gerados são:

- Auxílio para que a cidade não esquente excessivamente e não forme as chamadas Ilhas de Calor. O telhado verde não propaga calor como os sistemas de coberturas mais comuns, como a laje ou telhas convencionais;

- O telhado verde absorve até 90% mais o calor que os sistemas convencionais, fazendo com que este não seja propagado para o interior da

construção. Além de mais conforto, este fator praticamente extingue a necessidade do uso de ar condicionado;

- As plantas produzem oxigênio, melhorando a qualidade do ar das proximidades;

- O sistema também absorve os ruídos do entorno, servindo de isolamento acústico;

- Ajuda, ainda, a reter a água da chuva de modo que esta não caia direto nas galerias urbanas. O processo de escoamento dos telhados verdes ajuda a retardar o caminho da água, aliviando possíveis enchentes na região;

- Regula a umidade do ar no entorno da edificação;

- Promove o reequilíbrio ambiental, principalmente quando são usadas plantas nativas – pode servir, ainda, de habitat para espécies de pássaros locais;

Cria um agradável terraço para diversos tipos de usos.

A cobertura verde pode ser usada em construções com estruturas de metal, de concreto e de madeira. De acordo com o uso e o formato do telhado verde, ele pode ser montado de diferentes maneiras. Os aspectos mais importantes para serem levados em conta são: Resistência da estrutura; Impermeabilização; Camada de drenagem da água de mais ou menos 7cm; Manta permeável protetora para que as raízes das plantas não danifiquem a estrutura; Camada de substrato de acordo com a vegetação desejada; Vegetação de acordo com a luz recebida e o uso do ambiente.

Com tudo, não é possível ter uma previsão de porcentagem de resíduos que uma reforma gera. Tudo vai depender do porte da reforma e o que englobará a mesma. O que pode ser feito é um estudo de viabilidade das modificações a serem realizadas, além do emprego correto de materiais com selo de certificação e a separação dos resíduos de forma adequada.

É notório que conseguimos atingir um resultado com a estética esperada, sem perder a qualidade e cuidando do meio ambiente. É possível projetar pensando no meu ambiente, especificar matérias bonitas e ao mesmo tempo de qualidade.

O quesito custo/benefício dos materiais sustentáveis está cada vez mais próximo de um equilíbrio no demonstrativo de custos de uma obra. Em pouco tempo, com a ampliação do uso destes materiais, o aumento de produção dos fabricantes permitirá equilibrar custos e nivelá-los com os produtos tradicionais. Em alguns casos, como o aquecimento da água através da energia solar, por exemplo, o equipamento pode ter um custo de implantação alto, mas que retorna com grandes benefícios em médio prazo, não só sob o aspecto ecológico, mas de economia efetiva.

Todavia é necessário incentivar as mudanças de paradigmas e direcionar todas as ações favorecendo a natureza. Trazendo uma conscientização em massa de todas as áreas, só assim poderá ser possível atingir um resultado significativo na proteção ao ecossistema.

Referências

ARQUITETURA SUSTENTÁVEL. **Blog de monografia**. Disponível em: <http://monografiaarquiteturasustentavel.blogspot.com.br>. Acessado em: 07 de setembro de 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10004**: resíduos sólidos – classificação. Rio de Janeiro, 2004.

ASHBY, Michael, F. JOHNSON, Kara. **Materiais e Design**. Arte e ciência da seleção de materiais no design de produto. [Tradução de Arlete Simille Marques, revisão técnica de Mara Martha Roberto e Ágata Tinoco]. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

BRUNETTI, Marcia Elizabeth; SANT'ANNA, Fernando Soares Pinto. **VI-109 - Ecodesign e a revisão do design industrial para a criação de produtos de baixo impacto ambiental**. 22º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental - 14 a 19 de setembro 2003 - Joinville - Santa Catarina.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Resolução n. 307 de 5 de julho de 2002. Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**.

DESPERDÍCIOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL E A QUESTÃO HABITACIONAL. Disponível em: <http://www.oei.es/historico/salactsi/colombobazzo.htm>. Acessado em 20 de outubro de 2016.

FOWLER, Floyd J. **Survey research methods**. Newbury Park, London, New Delhi: Sage Publications, Inc., 1993.

GILLINGHAM-RYAN, Maxwell, **Terapia do apartamento**: transforme seu lar em 8 semanas. São Paulo: Pensamento, 2007.

LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acessado em: 12 de outubro de 2016.

McDONOUGH, William; BRAUNGART, Michael. **Cradle to Cradle: criar e reciclar ilimitadamente**. [Tradução Frederico Bonado] Título original: Cradle to Cradle: remaking the way we make things – 1 ed. São Paulo: Editora G. Gili, 2013.

MOXON, Siân. **Sustentabilidade no design de Interiores** São Paulo: Editora Gustavo Gili, 2012. 191 p.

OLIVEIRA, E. G. e MENDES. O. **Gerenciamento de resíduos da construção civil e demolição**: Estudo de Caso da Resolução 307 do CONAMA, Goiânia, 2008. Disponível em <http://www.ucg.br/ucg/prope>. Acesso em 10 de maio de 2011.

OLIVEIRA, Djane de Fátima. **Contribuição ao estudo da durabilidade de blocos de concreto produzidos com a utilização de entulho da construção civil**. 2003. 119f. Tese (Qualificação do Doutorado) - Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2003.

OS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO: PROBLEMA OU SOLUÇÃO. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/061/61sposto.htm>. Acessado em 20 de outubro de 2016.

PHILIPPI, A.JR., ROMÉRO, M.A., BRUNA, G.C. **Curso de gestão ambiental**. Barueri, SP: Editora Manole, 2004.

PINTO, T. P. **Metodologia para a Gestão Diferenciada de Resíduos Sólidos da Construção Urbana**. 1999. 189p. Tese (Doutorado) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (PCC). São Paulo, 1999.

PINTO, T. P. **Gestão Ambiental de resíduos sólidos da construção civil: a experiência do SindusCon –SP: Obra Limpa: I & T: Sinduscon-SP**, 2005.

RECICLAGEM DE RESÍDUOS É ALTERNATIVA SUSTENTÁVEL PARA DESTINAÇÃO DE ENTULHOS. Disponível em: http://www.aecweb.com.br/cont/m/rev/reciclagem-de-residuos-e-alternativa-sustentavel-para-destinacao-de-entulhos_7628_0_1. Acessado em 20 de outubro de 2016.

RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO: AVALIAÇÃO DE MÉTODOS DE QUANTIFICAÇÃO. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/esa/v16n3/v16n3a13>. Acessado em 07 de novembro de 2016.

SEIFFERT, M. E. B., ISO 14001 **Sistema de gestão Ambiental: Implantação objetiva e econômica**, 3º Ed. 4. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

SOUZA, U.E.L. de et al. **Diagnósticos e combate á geração de resíduos na produção de obras de construção de edifícios: uma abordagem progressiva**. Ambiente Construído, v.4, nº4, p.33-46, 2004.

ZMYSLOWSKI, Eliana Maria Tancredi. **Sustentabilidade no design de interiores**. Anais do 2º Simpósio Brasileiro de Design Sustentável (II SBDS) Jofre Silva, Mônica Moura & Aguinaldo dos Santos (orgs.) Rede Brasil de Design Sustentável – RBDS São Paulo | Brasil | 2009.

6. MENSURAÇÃO DE ATIVOS BIOLÓGICOS: UMA BUSCA AO “VALOR JUSTO” – ESTUDOS DE CASO DO SETOR DE PAPEL E CELULOSE

MARQUES, José Augusto Veiga da Costa
TOLEDO, Livia Ferreira
NOGUEIRA, Tadeu William de Oliveira

1. INTRODUÇÃO

A teoria contábil ganhou importância e relevância dentro dos estudos contábeis em geral, tendo por base que há necessidade de adaptar-se às circunstâncias e exigências do mercado para o qual são desenvolvidas e aplicadas as normas contábeis. Sendo claramente um dos principais objetivos da contabilidade o de prover informações úteis a seus usuários de forma que possa ser útil na tomada de decisões.

No que concerne a mensuração e avaliação patrimonial, o ativo tem sido consagrado de grande importância, no sentido em que critérios de avaliação sejam utilizados com finalidade de que esse elemento evidencie de forma confiável a capacidade de gerar fluxos de caixa futuros. A partir daí, nascem discussões sobre efeitos da aplicação dos conceitos de mensuração de determinados ativos.

Este estudo dedica-se a estudar o uso do ‘valor justo’ (Fair Value) nos demonstrativos contábeis uma vez que seu uso vem se fazendo mais presente ao longo dos últimos anos.

Dentre tantas aplicabilidades do valor justo, este trabalho tem seu foco nos ativos biológicos, por se tratarem de itens de difícil mensuração, considerando que se sujeitam às transformações biológicas e alterações ambientais, tais como: crescimento, morte, condições climáticas. A discussão sobre a aplicabilidade do valor justo se justifica por ser ele, geralmente baseado em estimativas que são, por natureza, mais subjetivas, podendo trazer uma sensação de volatilidade aos números apresentados.

O objetivo do trabalho é descrever e analisar dois demonstrativos de companhias do mesmo setor que tenham adotado, nos exercícios de 20X1 e de 20X2, a mensuração do valor justo como forma de avaliação de seus ativos biológicos, recorrendo à revisão da literatura, visando, destarte, compreender e discutir a escolha deste critério de avaliação em detrimento ao custo histórico.

Estruturalmente, este trabalho será composto das seguintes partes: Revisão da Literatura, contendo informações sobre Ativos e seus critérios de avaliação e mensuração, Subjetividade nas Ciências Sociais e Humanas, Valor Justo, Ativos Biológicos e discussões sobre a aplicação do custo histórico versus utilização do

valor justo; Metodologia, na qual serão revelados as técnicas e métodos de pesquisa; Análise dos Estudos de Caso e Resultados; por fim a Conclusão.

2. CONTABILIDADE, MENSURAÇÃO E ATIVOS BIOLÓGICOS

2.1 Subjetividade e mensuração

“A informação contábil de qualidade visa proporcionar informação acerca da posição financeira, do desempenho e das alterações na posição patrimonial de uma entidade que seja útil a um vasto leque de utentes na tomada de decisão” (MARTINS). Por isso a importância de instruções que norteiem os profissionais na tomada de decisão sobre a melhor forma de mensuração.

Quando se fala em mensuração de algo, podemos verificar que não se trata de um processo totalmente objetivo, pois mesmo sendo baseados em documentos comprobatórios, os mesmos estão sujeitos à percepção e julgamento da pessoa que os está analisando que, acaba trazendo um viés pessoal para essa análise. Esse viés pode ser baseado na literatura, na experiência profissional ou pessoal da pessoa que está avaliando, entre outros.

Pode-se inferir então que a mensuração, por passar por um processo de avaliação feito pelo profissional e por se tratar de uma aproximação ao dado real, pode ter certo grau de subjetividade.

Segundo Fuji e Slomski (2003), há estudiosos que defendem na contabilidade a busca de meios de se aproximar ao conceito de valor, ao invés de se aterem aos conceitos tradicionais de custo e preço. Desse modo, privilegiando conceitos subjetivos em detrimento dos conceitos objetivos.

No entanto, a subjetividade pode ser usada para contento dos usuários internos, tais como gestores organizacionais, o que pode viesar a mensuração de forma a tornar os números mais agradáveis a esses usuários.

Nesse estudo será analisado o caráter subjetivo da mensuração de ativos biológicos a valor justo, uma vez que o ativo é de fundamental importância dentro da Contabilidade, pois sua avaliação se comunica com o equilíbrio múltiplo entre despesa e receita (IUDÍCIBUS e MARTINS, 2007).

Segundo Ferreira (2004), a avaliação de ativos pode se dar em 2 modalidades: a) ativos monetários e assemelhados (caixas, por exemplo) e b) ativos não monetários (instalações e equipamentos, por exemplo).

Estes ativos seriam avaliados pelo custo de aquisição ou algum conceito semelhante (IUDÍCIBUS, 2004).

De acordo com o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 00 “ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a entidade e seu custo ou valor puder ser determinado”.

Porém, no que tange à mensuração, deve ocorrer, ser reconhecido de acordo com critérios e regras mensurativas, a saber: custo histórico (os ativos são registrados pelos valores pagos ou que venham a ser pagos), custo corrente (os ativos são reconhecidos pelos valores em caixa que teriam de ser pagos se adquiridos na data do balanço), valor realizável (ativos mantidos pelos valores em caixa que poderiam ser obtidos pela venda nessa forma ordenada), valor presente (ativos mantidos pelo valor presente).

As Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, bem como a adoção dos Pronunciamentos Técnicos do CPC promoveram uma série de mudanças na legislação e normatização que rege as práticas contábeis brasileiras. De fato, o objetivo dessas mudanças é o processo de convergência do padrão contábil local para o internacional. Entre as mudanças introduzidas por essas leis, estão as alterações na composição dos elementos das demonstrações contábeis, assim como conceitos e critérios de reconhecimento e mensuração, além de afetar a evidenciação dos fatos contábeis em notas explicativas.

A partir das alterações, O CPC 46 define valor justo como sendo o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre os participantes do mercado na data de mensuração.

Segundo Martins (2007) o valor justo seria o ponto de encontro de interesses do comprador e do vendedor em determinada transação. Lopes e Figueiredo (2006) citam que na inexistência de um mercado ativo ou na impossibilidade de cálculo do valor do bem, pode-se estimá-lo pela comparação com outros ativos ou passivos semelhantes.

A deliberação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 604, de 19 de novembro de 2009 que “o valor justo é a importância quantitativa pela qual o ativo pode ser trocado ou obrigação liquidada, de forma transacionada, entre partes, sem ganho ou vantagem”.

A contabilização do valor justo é tipicamente discutida em duas categorias: instrumentos financeiros e ativos, e obrigação não-financeiras. (BARTH e MARY, 2000).

Segundo Zyla Mark (2003) existem apenas 4 conceitos básicos relacionados com o cálculo do valor justo:

- Padrões de valor;

- Participantes do mercado;
- Os 3 métodos básicos de cálculo de valor;
- Trabalho de especialistas em avaliações.

Valor justo, portanto, não é uma fase da avaliação específica que pode ser aplicada às demonstrações financeiras de forma genérica (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999). E, segundo Pereira (2000) parece ser a última grande revolução da Contabilidade, apesar de seus valores não serem completamente verificáveis: “são a melhor forma do momento de se retratar a realidade econômica dos itens patrimoniais expostos nos Balanços das Empresas”.

Segundo Hendriksen e Van Breda (1999) uma informação será útil e relevante para o usuário externo da contabilidade se ela possuir uma surpresa para o receptor e capacidade de influenciar uma decisão. A informação transmitida pela métrica de mensuração deve reduzir a incerteza e potencialmente evocar uma reação por parte do responsável pela decisão.

Segundo Rebecca Schorridg, Amanda Schroeder e Erin Wagoner (2006), uma importante discussão com relação à contabilização de valor justo é a relevância da informação.

No que tange à aplicação de ativos, observa-se uma divergência entre definições: 1º) do *Statement of Financial Accounting Standards* (SFAS) nº 157, refere-se a preço de saída, preço de venda; 2º) e do *International Accounting Standards* (IAS) nº 41 que não considera o preço de entrada ou saída.

O *International Financial Reporting Standards* (IFRS) nº 13 determinou, posteriormente, que fosse usado preço de saída, pois é mais apropriado, concordando com tendências atuais sobre entrada de fluxos futuros associados com ativos e passivos na perspectiva de participantes do mercado.

Os participantes do mercado geraram, também, uma divergência entre definições do IAS nº 41 e o *Statement of Financial Accounting Standards* (FAS) nº 13. O primeiro considerava “partes interessadas e dispostas em transação entre partes não relacionadas”. O FAS nº 13 levava em consideração o ‘valor justo’ como perspectiva do mercado e não da empresa.

Um exemplo que poderia explicar na prática, tal problema seria o de ‘ativos biológicos’, pois seu valor não se encontra na expectativa de valor que a empresa espera obter com o uso ou venda de ativo, mas estará definido no valor atribuído a ele por ‘participantes do mercado’. Por isso, se uma plantação não possuir valor de mercado, esse ativo não será reconhecido nas demonstrações. (SFAS nº 157).

Conforme o Pronunciamento Técnico CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola - valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que

seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Cabe enfatizar, que a mensuração do Valor Justo avança sobre as formas tradicionais de avaliação, no entanto, apresenta riscos de serem menos confiáveis, quando não se há mercado ativo.

Para o IASB, a mudança de critério de mensuração dos ativos biológicos tem como objetivo apresentar aos usuários da contabilidade informações mais atualizadas e, por consequência, mais relevantes (*value relevant*). Frente a isso, é importante destacar que a avaliação a valor justo para certos elementos patrimoniais, principalmente os que não possuem um mercado ativo, exige certo grau de julgamento por parte do avaliador, onde pode impactar na confiabilidade dessa informação e, por conseguinte, contrapor a relevância da mesma (YANG; ROHRBACH; CHEN, 2005; KALLAPUR; KWAN, 2004).

2.3 Ativos Biológicos

Segundo definição do Pronunciamento Técnico CPC 29, ativo biológico é um animal e/ou planta, vivos e, conforme Instituto dos Auditores Independentes do Brasil Ibracon (2008), ativo biológico é tudo que nasce, cresce e morre. Portanto, a partir do momento que cessa ou termina a vida o ativo passa a ser considerado produto agrícola.

Um ativo biológico deve ser reconhecido apenas quando:

- 1) a entidade controla o ativo como resultado de eventos passados;
- 2) for provável que benefícios econômicos futuros associados com o ativo fluirão para a entidade, e;
- 3) o valor justo ou o custo do ativo puder ser mensurado confiavelmente.

Os ativos biológicos podem ser mensurados pelo seu valor justo diminuídos os gastos estimados para a sua venda. No entanto, se o valor justo não puder ser mensurado de forma confiável, os ativos biológicos devem ser avaliados pelo seu valor de custo menos a depreciação acumulada ou perda por irrecuperabilidade.

Fiovarante et al. (2010) verificou em seu estudo que a maioria das empresas brasileiras de capital aberto contabilizava ativos biológicos com base no seu custo histórico ou custo de formação.

Para dificultar a mensuração dos ativos biológicos, vários fatores internos e externos podem interferir na determinação do valor justo, tais como: crescimento, acidente, doença, morte, condições climáticas, demanda e oferta, produtos

substitutos, tratamentos, situação econômica, cultura local etc. Segundo Alvaréz, Bueno e Rosa (2005) tais mutações biológicas, com o passar do tempo provocam alterações nos valores dos ativos biológicos.

De acordo com tabela contida no Pronunciamento Técnico CPC 29, quando as árvores de uma plantação se tornam madeiras, tem-se um exemplo de transformação de ativos biológicos em produtos agrícolas, este último que não será objeto de análise da pesquisa corrente.

Tendo por base o grau de complexidade para se valorar um ativo biológico na ausência de mercado ativo, indaga-se se há confiabilidade nas informações e, por consequência, se torna relevante o debate entre os dois possíveis métodos de avaliação: custo histórico ou valor justo com o intuito de descobrir o valor mais precisa e imparcial, ou seja, o “valor mais justo”.

Segundo Silva Filho e Machado (2013) a transformação biológica e a volatilidade dos preços de mercado desses ativos, decorrentes de circunstâncias ligadas por exemplo ao ambiente econômico e às condições climáticas, podem criar incertezas e gerar conflitos na determinação dos valores desses ativos.

No entanto, para 2016 surge uma grande expectativa a respeito da mudança de regras na mensuração do ativo biológico que dá origem ao produto biológico vendido, antes era avaliado ao valor justo e no ano que vem, passará ao custo histórico (versão online do Jornal Valor Econômico, 16 de Abril de 2015).

Segundo Arisa (coordenador Técnico do CPC): “Num exemplo prático: numa empresa que venda frutas, o agente hospedeiro será a árvore que dá a fruta e a mesma terá que ser registrada a custo e não mais a valor justo, assumindo papel idêntico a de uma máquina que fabrica algum produto”.

2.4 Custo Histórico ou Valor Justo para Mensuração dos Ativos Biológicos?

Uma informação será útil e relevante para o usuário da Contabilidade se ela possuir a capacidade de influenciar uma decisão (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999). A mensuração, do alto de sua métrica, deve reduzir as incertezas e proporcionar uma reação, a melhor possível, por parte do agente decisório.

De acordo com *Statements of Financial Accounting Concepts* (SFAC) nº 2, SS 47, uma informação relevante é aquela que faça a diferença no âmbito de investidores, credores e usuários, favorecendo expectativas. Para Kam (1986), o custo histórico representa o registro dos ativos por seus valores de aquisição. Portanto, os ativos são mensurados pelos valores efetivamente pagos, tendo, assim, uma relação direta com o Fluxo de Caixa. Por ser registrado por seu valor de aquisição, o custo histórico torna-se mais objetivo e verificável.

Sendo assim, o custo histórico propicia uma confiabilidade grande pois, a verificação de seus dados e registros, considerando fenômenos passados registrados, dão margem a uma segura (e confiável) informação. Em contrapartida, Hendriksen e Van Breda observam que “o valor, como a beleza, pode estar no olho de quem julga” de modo que “as mensurações são verificáveis quando podem ser corroboradas pelo consenso intersubjetivo de especialistas qualificados” e isto também pode ser obtido através da métrica do valor justo. Acrescente-se ainda, que o custo histórico perde sua capacidade preditiva, e com isso, há perda de valor da informação, com o passar do tempo.

Conforme o IAS 41 um ativo biológico deve ser mensurado quando reconhecido inicialmente pelo seu valor justo menos o custo estimado pela venda. Produtos agrícolas devem ser mensurados e contabilizados pelo seu valor justo, menos o custo estimado para a venda no momento da colheita. O momento da colheita é caracterizado quando o produto é segregado do ativo biológico.

Seguindo a tendência iniciada nos anos 90 pelo IASC, a IAS 41 exige que os ativos biológicos sejam mensurados, no reconhecimento inicial e em cada data do balanço, a valor justo (RECH e PEREIRA2012).

No cenário contábil, muitos modelos de métricas de mensuração de ativos e passivos fizeram parte das discussões, sem consenso entre os participantes. O mesmo ocorre agora com o valor justo, porém, essa métrica, na opinião de alguns pesquisadores (Iudícibus e Martins 2007, Choy 2006, Herbohn e Herbohn 2006, Elad 2004, Días et. al. 2000), veio para ficar e provocará muitas mudanças na cultura contábil, uma vez que o custo histórico representava a “terra firme” para muitos profissionais da contabilidade.

A métrica de mensuração do valor justo pode ser considerada mais adequada que o custo histórico na mensuração de ativos com mensuração regular em que o principal indicador do valor justo é o valor praticado nas transações nesse mercado (ALVES, 2005). E, mesmo nos casos onde nem sempre o valor de mercado está disponível e, mesmo assim, os ativos podem gerar benefícios ao longo de períodos seguintes. Nesse caso, especialistas preferem avaliação a valor justo (VIANNA e RODRIGUES, 2004).

Elad e Herbohn (2011). Johansson e Bern (2010), Williams e Wilmshurst (2008), Herbohn e Herbohn (2006) inferem que obstáculos a mensuração de ativos biológicos está relacionado à aplicação desse conceito aos que não apresentam mercado ativo. Sem o mercado ativo, a medição de valores pode não expressar a capacidade de geração de caixa desses ativos.

No que tange a ambientes naturais, a utilização do custo histórico é pouco apropriada, pois seus métodos simplificam demais essa avaliação tão complexa.

Segundo Rech (2006), uma pesquisa realizada com 52 empresas mostrou que 15% das empresas utilizavam o valor justo como mensuração, ainda que, à época, a utilização de normas internacionais não fosse obrigatória no Brasil.

A mensuração a valor justo aumenta a volatilidade de resultados, observa-se que este é um fato provocado pelas atividades e a contabilidade apenas retrata esta volatilidade captada na mensuração do valor justo. O que não ocorre na mensuração do custo histórico (WILLIAMS e WILMSHURST, 2008).

Conforme já destacado, a IAS 41 não estabelece uma hierarquia de mensuração a valor justo de aplicação de suas técnicas entre as fontes de dados de entrada disponíveis. Apenas define que na presença de um mercado ativo os valores de mercado devem prevalecer às demais formas de precificação. Porém, na ausência de um mercado ativo não há um critério que defina qual método deve ser priorizado, cabendo ao preparador das demonstrações financeiras julgar e decidir qual dado representa com maior fidelidade a situação patrimonial da empresa. Com isso pode ocorrer a perda de comparabilidade entre as empresas do setor conforme já apresentado na pesquisa de Williams e Wilmshurst (2008).

Reforça-se que se o Valor Verdadeiro não puder ser mensurado confiavelmente, se não existe preço de mercado ou valor do ativo disponível, o ativo deve ser mensurado pelo custo, menos depreciação acumulada e alguma outra perda acumulada.

3. Metodologia

A pesquisa é instrumento que permite aquisição de conhecimento, alcançando 3 (três) objetivos: resolução de problemas, geração de teorias e sua consequente confirmação/validação (RICHARDSON 1999).

Este trabalho pode ser caracterizado como descritivo, no qual segundo Gil (2002), “visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas”. A pesquisa também se pautou em um Estudo de caso específico. Yin (2012) revela que “estudo de caso” se focaliza em método de investigação de determinado contexto, analisando descritivamente uma situação pesquisada. Dessa forma, nesse momento, o estudo ganha caráter de pesquisa “Ex Post Facto”, típicos, por exemplo, de estudos e ciências humanas, como é o caso da Contabilidade (Resolução CFC nº 774/94), reconhecidamente uma ciência social que, em muitos casos, afasta-se dos resultados precisos e quantitativos e assume um papel híbrido de precisão x subjetividade, transitando por esferas de bom senso e ética, casos típicos da mensuração e avaliação, onde entra o papel da sensibilidade do indivíduo.

A pesquisa contempla estudos já realizados, sem se preocupar com a “investigação” de novos conceitos, ainda que ele exista no âmbito do aprofundamento da discussão, ou mesmo já na avaliação de propostas futuras, como é o caso da avaliação do ativo biológico que gera produto biológico a ser vendido (prática ainda não adotada), mas com previsão de aplicação para 2016.

O trabalho foi realizado com base em pesquisas bibliográficas em livros, periódicos, legislação e Internet para buscar conceituação e embasamento teórico que proporcionassem uma maior familiaridade com as técnicas de avaliação e mensuração de ativos biológicos, sob o enfoque do valor justo. Em seguida, foi comparada a aplicação do valor justo com a do custo histórico como métodos de mensuração, com base na literatura sobre o tema.

Para avaliar as práticas de avaliação e mensuração utilizadas por profissionais da área contábil, tomamos como exemplo duas empresas do setor de papel e celulose (Fibria Celulose S.A. e Suzano Papel e Celulose) observando seus demonstrativos contábeis e relatórios de administração nos anos de 20X1 e 20X2, extraídos do sitio oficial da CVM.

A escolha do setor de papel e celulose foi suportada por pesquisas que confirmam que as empresas participantes estão mais sujeitas a conter ativos biológicos em seus balanços em comparação com os outros ramos de atividade, e por aplicarem o valor justo na ausência de mercado ativo, tendo necessidade de realizar método de mensuração particular.

Recorreu-se aos dois últimos exercícios fechados à época do início deste estudo, e houve o tratamento e consolidação dos dados e informações de cada período com finalidade de se descobrir possíveis distorções, volatilidades e outros aspectos impactantes.

No entanto, o estudo de caso está amparado em um intervalo pequeno contemplando apenas um setor não podendo, portanto, ser instrumento de generalização, mas gerando um parâmetro mínimo de reflexão para o problema levantado. O estudo, de maneira proposital, se fixou apenas nos anos de 20X1 e 20X2, justificando tal expediente pela ocorrência a partir do ano de 20X3, de uma crise que influenciou todo o país, envolvendo diversos setores industriais, produtivos e sociais, o que poderia comprometer a pesquisa, visto que o resultado das empresas sofreria forte influência negativa do mercado.

4. Análise dos Resultados

4.1 Caso Fibria

Foram coletados dados da empresa Fibria Celulose S.A., que é uma sociedade anônima de capital aberto, que possui ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA) reportando suas informações à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Sua atividade principal é o plantio de florestas e a industrialização e comércio de celulose branqueada de eucalipto.

Cabe ressaltar a existência de alguns fatores que estão fora do controle da gestão da Fibria Celulose S.A. que afetam os preços e podem provocar flutuações significativas em períodos curtos:

- Demanda mundial por produtos derivados da celulose;
- Capacidade de produção mundial e estratégias adotadas pelos principais produtores;
- Disponibilidade de substitutos para esses produtos;
- Flutuação do dólar norte-americano.

Na Fibria os ativos biológicos são mensurados a valor justo, deduzidos os custos estimados de venda no momento do corte, quando são transferidas do ativo biológico para o grupo de estoques. Sua exaustão é calculada com base nos cortes das florestas. Seus ativos biológicos correspondem às florestas de eucalipto provenientes exclusivamente de plantios renováveis e são destinados para produção de celulose branqueada, o processo de colheita e replantio tem um ciclo aproximado de seis a sete anos.

Na determinação do valor justo foi utilizado o método de fluxo de caixa descontado, considerando a quantidade cúbica de madeira existente, segregada em anos de plantio, e os respectivos valores de venda de madeira em pé até o esgotamento das florestas. O preço médio líquido de venda foi estimado com base no preço do eucalipto para o mercado local, baseado em estudo de mercado e amostras de algumas pesquisas de transações, ajustado para refletir o preço da “madeira em pé”. Os volumes utilizados na avaliação foram calculados em função do incremento médio anual de cada região. Quaisquer mudanças nessas premissas utilizadas podem implicar na alteração do resultado do fluxo de caixa descontado e, conseqüentemente, na valorização ou desvalorização desses ativos.

Segue abaixo as principais premissas utilizadas no cálculo do valor justo dos ativos biológicos, e correlação entre as mudanças nessas premissas e no valor justo dos ativos biológicos (Relatórios da Administração, 20X2).

Quadro 1 – Premissas utilizadas no cálculo do valor justo dos ativos biológicos.

Premissa utilizada	Impacto no valor justo dos ativos biológicos	Em 20X2	Em 20X1
Área de efetivo plantio (hectare)	Aumenta a premissa Aumenta o valor justo	446.544	446.168
Incremento médio anual (IMA) - m3/hectare	Aumenta a premissa Aumenta o valor justo	41	41
Preço líquido médio de venda - reais/m3	Aumenta a premissa Aumenta o valor justo	53,53	53,86
Remuneração dos ativos próprios que contribuem - %	Aumenta a premissa Aumenta o valor justo	5,60	5,60
Taxa de desconto - %	Aumenta a premissa Aumenta o valor justo	6,26	6,45

Fonte: Autores.

A variação positiva do valor justo dos ativos biológicos durante o exercício de 20X2 é justificada pela variação dos indicadores anteriormente mencionados, que combinados, resultaram em uma variação positiva de R\$ 102.265. As mudanças no valor justo dos ativos biológicos são reconhecidas no resultado do exercício, na linha de “Outras receitas e despesas operacionais”.

A conciliação dos saldos contábeis no início e no final do exercício de 20X2 é a seguinte:

	20X2	20X1
No início do exercício:		
Custo histórico	2.451.612	2.477.271
Valor justo	873.992	786.939
	3.325.604	3.264.210
Adições (manejo e compra de madeira em pé)	860.134	755.531
Exaustão		
Custo histórico	-580.192	-502.691
Valor justo	-283.333	-365.726
Variação de valor justo	102.265 a	297.686 b
Baixa	-822	-129.745
Transferências c	<u>-222</u>	<u>6.339</u>
No final do exercício	3.423.434	3.325.604
Custo histórico	2.730.510	2.451.612
Valor justo	692.924	873.992

Notas:

1. Composição da Variação do Valor Justo (Resultado):		-
Valor Justo da Renovação de Florestas no Exercício		13.127
Crescimento de Plantios Existentes (IMA, Área e Idade)		-
Variação de Preço e Taxa de Desconto		88.738
Variação do Valor Justo em 20X2		204.130
		102.265
b) Variação do Valor Justo em 20X1		297.686
c) Realizada entre as rubricas de ativo biológico, ativo imobilizado e intangível.		
Classificação nos Níveis da Hierarquia de Mensuração pelo Valor Justo:		
Nível 1	Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos	
Nível 2	Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços)	
Nível 3	Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis)	

Fonte: Demonstrativos Contábeis e Relatório de Administração da Fibria Celulose S.A – exercício 20X2.

Os ativos biológicos estão classificados como Nível 3 no nível hierárquico de valor justo, ou seja, não baseados nos dados adotados pelo mercado. Não houve transferências entre níveis durante o exercício de 20X2.

4.2 Caso Suzano

Ademais, foram coletados dados da empresa Suzano Papel e Celulose, para fins de comparação ao seu principal concorrente nacional e não há diferenças na avaliação dos ativos biológicos. Suzano Papel e Celulose também usa o método do fluxo de caixa descontado a valor presente para avaliação das florestas de eucalipto. O valor justo dos ativos biológicos é calculado anualmente e os efeitos da atualização são registrados em Outras Receitas Operacionais. Seguem as premissas utilizadas para cálculo do valor justo dos ativos biológicos (Relatórios da Administração, 20X2).

Quadro 2 - Premissas utilizadas para cálculo do valor justo dos ativos biológicos.

Premissa utilizada	Em 20X2	Em 20X1
Área de efetivo plantio (hectare)	360.018	328.148
Incremento médio anual (IMA) - m3/hectare	36,80	36,80
Preço líquido médio de venda - reais/m3	51,79	50,20
Taxa de desconto - %	8,70	8,50

Fonte: Autores.

Em 31 de dezembro de 20X2, o ajuste do valor justo apurado foi um ganho de R\$ 95.179 no consolidado contra uma perda de R\$ 9.423 no consolidado do ano de 20X1.

5. Conclusão

Este estudo analisou e descreveu dois casos de companhias que adotaram, para o exercício de 20X1 e de 20X2, a mensuração do valor justo como forma de avaliação de seus ativos biológicos, e para base, recorreu-se à revisão da literatura, com a finalidade de compreender e discutir o critério de avaliação utilizado em comparação à possibilidade de uso do custo histórico.

De maneira intencional, o IAS 41 introduziu o reconhecimento e mensuração, assim como a evidenciação de ativos biológicos a Valor Justo.

O objetivo foi o de demonstrar a variação patrimonial ocorrida durante determinado período, ainda que não se verifique a realização financeira.

Quando se trata de ativos biológicos de natureza fixa, o resultado que seria reconhecido após o período de formação, após a colheita, se mensurado a Valor Justo, passa-se a reconhecer periodicamente. Sendo assim, a informação tornar-se-á mais relevante e de 'melhor qualidade', o que facilitaria, teoricamente, uma tomada de decisão.

No que tange o IAS 41 pelas empresas que possuem ativos biológicos de natureza fixa, verificou-se ao longo do tempo, que essas empresas podem comercializar os seus referidos ativos em um mercado que apresenta as características determinadas pela norma, sendo possível utilizar os preços estabelecidos por este mercado como Valor Justo desses ativos.

Através deste trabalho foi possível avaliar os efeitos da mensuração de ativos biológicos de natureza fixa pelo seu Valor Justo, mesmo na ausência de mercado ativo, utilizando-se o método de fluxo de caixa descontado.

Quando a natureza não é contínua, assim como sua produção ou comportamento ao longo do tempo, os ativos exigem previsões e avaliações substancialmente especializadas.

Constatou-se relativa volatilidade nos resultados na atualização do valor justo dos ativos biológicos, principalmente no caso da Suzano, que teve prejuízo em 20X1 e lucro em 20X2, e observou-se maior subjetividade nos cálculos efetuados para apurar o valor justo, permitindo questionamentos sobre a fidedignidade e relevância das informações para decisão gerencial e de seus usuários finais.

Tanto no meio acadêmico quanto nos órgãos de regulação, caberia a ponderação sobre a adoção do valor justo, em detrimento da aplicação do custo histórico, no caso de empresas que estão classificadas no nível 3 de mensuração, por aquele método conter grau de subjetividade maior e conseqüentemente, ser mais arbitrário e menos transparente. Sobretudo, quando da utilização do fluxo de caixa descontado, como foi observado nos dois casos estudados.

Uma vez que por vezes as empresas podem se utilizar dos dois métodos, elas podem adotar uma interpretação tendenciosa a seu favor, variando de acordo com sua conveniência. Nesse caso, podendo até mesmo gerenciar seus resultados, como tentativa de se esconder prejuízos ou outros indicadores ruins da organização. Tal atitude poderia induzir os usuários das demonstrações financeiras, como investidores, ao erro de avaliação ou projeção, o que traria a empresa uma vantagem indevida. O mesmo raciocínio ocorreria em casos em que a empresa tentasse demonstrar um lucro menor que o real, com intuito de reduzir tributações, por exemplo.

Se a empresa decidir por uma posição mais conservadora de seus resultados, ela poderia adotar o método de custo. Nos dois casos, a neutralidade, que assegura que os demonstrativos não sejam tendenciosos, poderá não estar sendo verificada.

O que nos leva ao principal dilema da administração que, nesse caso, é decidir qual a metodologia para apurar o valor justo, ou seja, quais as técnicas de mensuração, haja vista que os ativos biológicos são provenientes de várias espécies e formas como: plantas, árvores de frutos, arbustos, reflorestamentos, gado produtor de leite, gado para corte, aves, peixes, porcos, etc. Em alguns casos o mesmo ativo biológico pode gerar diferentes produtos agrícolas. Por exemplo: o eucalipto pode gerar carvão ou ser utilizado na produção de celulose, interferindo diretamente no cálculo do valor justo (SIQUEIRA).

Tendo em vista os riscos e dificuldades anteriormente citados, há que se considerar uma determinação por parte do CPC, do melhor método de avaliação a ser empregado em cada segmento de negócio.

Esta pesquisa expôs casos concretos, no entanto, por envolver apenas um ramo de atividade, somente duas empresas deste setor, e se tratar apenas do exame de dois anos, os referidos casos nem sempre poderão ser tomados como parâmetro geral e absoluto, e estes fatores se constituíram nas limitações deste estudo.

Para análises mais completas dos ativos biológicos e das práticas de mercado para avaliação e mensuração dos mesmos, podem ser realizadas pesquisas envolvendo empresas de outros setores como vinícolas, empresas de laticínios, produtores de café, etc.

Análises mais aprofundadas dos ativos biológicos, incluindo a comparação entre o uso do valor justo com outro método de mensuração num cenário de venda do ativo biológico, por exemplo, podem ser realizadas em outros estudos para melhor compreender os diversos problemas de mensuração existentes.

Precede-se de que o valor justo de um ativo biológico pode ser mensurado de forma confiável. Contudo, se tal ativo biológico cujo preço deveria ser determinado pelo mercado, no entanto este não o tem disponível e as alternativas para estimá-los de forma clara e confiável, o ativo biológico deverá ser mensurado pelo valor do custo menos qualquer depreciação e perda não recuperável acumulada.

Ainda, podem-se realizar pesquisas para testar a relevância das informações contábeis, em termos estatísticos, no caso de companhias enquadradas em cada um dos três níveis da mensuração pelo valor justo, comparando estes resultados com o que ocorreria se fosse adotado o custo histórico.

Referências

AFIXCODE. **Avaliação de Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas**. Publicado em: 2013. Disponível em: www.afixcode.com.br/servicos/avaliacaodeativosbiologicos. Acesso em: 12 Jul. 2014.

ALVES, Jaqueline. **Estudando teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2005.

AUSTRALIAN ACCOUNTING STANDARDS BOARD. **AASB 141 Agriculture**. Melbourne Victoria. Austrália. 2005. Disponível em: www.aasb.com.au. Acesso em: 15 Jun. 2014.

BARTH, E, Mary, **Valuation - based accounting research: Implications for financial reporting and opportunities for future research** – *Accounting and Finance* 40 (2000) 7-31.

BEUREN. Ilse Maria. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: teoria e prática.** São Paulo. Atlas. 2006.

BRASIL. Lei n. 6.404, de 15 de Dezembro de 1976. **Dispõe sobre as Sociedades por Ações.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404compilada.htm. Acesso em: 18 Jun. 2014.

BURNSIDE, Angélica. **IAS 41 of the forest industry: a study of the forest products companies` conception of the IAS 41 today.** School of Economics and Commercial Law. Goteborg University 2005. Disponível em: <<http://www.handels.gu.se/epc/archive/>>. Acesso em: 09 Jun. 2014.

CHOY. Amy K. **Fair Value as a Relevant Metric: A Theoretical Investigation.** Janeiro de 2006. Disponível em: < <http://ssrn.com/abstract=878119>>. Acesso em: 27 Jun. 2014.

CVM. Comissão de Valores Mobiliários. **Deliberação CVM n. 604,** de 19 de novembro de 2009. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/port/redir.asp?subpage=contabilidade>. Acesso em: 28 Jul. 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. Pronunciamento conceitual básico. **Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis.** Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/conceitual-basico.html>>. Acesso em: 10 Jun. 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade.** Brasília: CFC, 2006.

DEAN, Graeme. CLARKE, Frank. **‘True and fair’ and ‘fair value’:** accounting and legal will-o’-the-wisps Abacus. Editorial vol. 41, no. 2, 2005. Disponível em: www.abacus.econ.usyd.edu.au. Acesso em: 17 nov. 2014.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU INTERNATIONAL. London, 1997. Disponível em: <www.iasplus.com/dttletr/9705agri.pdf>. Acesso em: 19 Jun. 2014.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1994.

ELAD, Charles. Fair value accounting in the agricultural sector: some implications for international accounting harmonization. **European Accounting Review.** vol. 13. nº 4 p 621-641, 2004

ELAD, Charles; HERBOHN, Kathleen. **Implementing fair value accounting in the agricultural sector.** The Institute of Chartered Accountants of Scotland. Edinburgh. 2011.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD - **SFAC 2 Qualitative Characteristics of accounting information.** Disponível em: <www.fasb.org>. Acesso em: 15 Jul. 2014.

_____. **SFAS 157 Fair Value Measurements**. Disponível em: <www.fasb.org>. Acesso em: 15 Jul. 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnica de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

HENDRIKSEN, Eldon S, BREDA, Michael F. Van. **Teoria da contabilidade**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HERBOHN, Kathleen. HERBOHN, John. International Accounting Standard (IAS) 41: What Are the Implications for Reporting Forest Assets? **Small-scale Forest Economics, Management and Policy**, 5(2):175 - 189, 2006. Disponível em: <<http://www.springerlink.com/content/c62l5v656n132317/>>. Acesso em: 15 Jun. 2014.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. **International Accounting Standards nº 41: Agriculture**. Disponível em: <www.ifrs.org>. Acesso em: 15 Jun. 2014.

_____. **IAS 41 Agriculture: appendix B - basis for conclusions**. Disponível em: <www.ifrs.org>. Acesso em: 15 Jun. 2014.

_____. **International accounting Standards nº 20: Accounting for government grants and disclosure of government assistance**. Disponível em: www.ifrs.org. Acesso em: 15 Jun 2014.

_____. **Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements**, 2011. Disponível em: <www.ifrs.org>. Acesso em: 15 Jun 2014.

_____. **International financial reporting standard 13 - Fair value measurement**. Disponível em: www.ifrs.org. Acesso em: 25 Jun. 2014.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu. Uma investigação e uma proposição sobre o conceito e o uso do valor justo. *Revista de Contabilidade e Finanças. USP*. São Paulo. Edição 30 Anos de Doutorado, p. 9 – 18; Junho 2007.

JOHANSSON, John. BERN, Thomas. **IAS 41- A step closer to accounting harmony?** Master thesis in Accounting and Financial Management, Stockholm School of Economics. 2010. Disponível em: <http://arc.hhs.se/download.aspx?MediumId=988>>. Acesso em: 20 jun 2014.

KAM, V. **Accounting Theory**. California: John Wiley & Sons, 1986.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARION. José Carlos. **Contabilidade rural**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, G. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002

PEREIRA, Carlos Daniel Schneider. **Uma contribuição para o entendimento do Fair value accounting. Revista do Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo**, São Paulo, Ano V I, 11, p.06–14, mar. 2000.

PIGATTO, J. A. M.; COSTA, F. M.; LISBOA, L. P. **Valor Justo em Contabilidade**. In: Anais... XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade, 2000, Goiânia, 2000.

RECH, Ilirio José. **Aderência das empresas do setor agropecuário às normas internacionais de contabilidade: uma pesquisa empírica no âmbito do estado de Mato Grosso**. Dissertação (Mestrado em Contabilidade), Universidade de Brasília - UnB. Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia. Departamento de Contabilidade. Brasília. 2006

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. PEREIRA, Ivone Vieira; CUNHA, Moisés Ferreira da; PEREIRA, Clésia Camilo. **IAS 41 - Agriculture: um estudo da aplicação da norma internacional de contabilidade às empresas de pecuária de corte**. In: Anais... 6º Congresso USP de controladoria e contabilidade. São Paulo. Julho de 2006. Anais Congresso USP, 2006.

_____. FOSTER, Rubens Peres; OLIVEIRA, Josemar Ribeiro de. **Justo Valor: Uma Análise da Aplicação do Justo Valor para Reconhecimento e Mensuração dos Ativos Biológicos das Empresas de Pecuária de Corte Comparado ao Custo Histórico**. **Anais... IV Simpósio de Gestão e Estratégia em Negócios Seropédica**, RJ, Brasil, Setembro de 2006.

SCHERER, Luciano Marcio; LISBOA, Lázaro Plácido. **Valor justo accounting e suas aplicações nas atividades agropecuárias. Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, v. 29, n. 126, p. 66-83, 2000.

SHORTRIDG, Rebecca Toppe; SCHROEDER, Amanda; WAGONER, Erin. **Fair Value e Accounting**. The CPA Journal, April. 2006.

SIQUEIRA, Eloi (**Moore Stephens Auditores e Consultores**)

TROPER, Michel. **Filosofia Do Direito**- Editora Martins- 2003- Rio de Janeiro-RJ

UNIÃO EUROPÉIA, **Consideração nº 9**. Bruxelas. 2008. Disponível em: www.europa.eu. Acesso em: 7 Jun. 2014.

VALOR ECONÔMICO (Thaís Carrança)-2015.

VIANA, Rui Couto, RODRIGUES Lúcia Lima. **A special accounting treatment for special industries**. Evidence from Port Wine Industry accounting practices. University of Porto Faculty of Economics e School of Management and Economics, February 2004. Disponível em: <<http://www.econ.upf.edu/docs/seminars/couto.pdf>>. Acesso em 12 Jun 2014.

WILLIAMS, Belinda. WILMSHURST, Trevor. **Accounting for Self-Generating and Regenerating Assets: Meeting the Objectives. School of Accounting & Corporate**

Governance Working Paper Series, 2008 (3). pp. 1-16. (Unpublished). Disponível em: <<http://eprints.utas.edu.au/7035/>>. Acesso em: 12 Jun. 2014.

YANG, Ziyun; ROHRBACH, Kermit; CHEN, Shimin. The Impact of Standard Settingon Relevance and Reliability of Accounting Information: Lower of Cost or Market Accounting Reforms in China. **Journal of International Financial Management & Accounting**, v. 16, n. 3, p. 194-228, 2005.

YIN, R. K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Tradução Ana Thorell. Revisãotécnica Cláudio Damacena. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZYLA, Mark L. **Auditing Fair value Measures**. AICPA publications, October 2003

7. AGRICULTURA FAMILIAR: CONDIÇÕES PARA UMA AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA EM CACOAL - RONDÔNIA

NEGREIROS, Davys Sleman de¹
 JESUS, Sérgio Nunes de²

1. INTRODUÇÃO

Cerca de 70% dos alimentos que compõem a mesa dos brasileiros vêm da agricultura. Os produtos produzidos nas pequenas propriedades fazem parte da alimentação básica da população, pois oferecem alimentos de alto valor nutricional, porém de baixo valor comercial.

A agricultura familiar também é uma fonte de sustento que não agride o meio ambiente e seus produtos são de boa qualidade e principalmente como fonte de vida com qualidade, pois viabilizam a sustentabilidade.

Nesse sentido, observamos uma relação direta aos princípios do agronegócio, pois em Cacoal se desenvolve de forma considerável na agricultura familiar, tornando-a cada vez mais importante para o município, bem como Estado de Rondônia conforme mapa especificado abaixo.

Figura 1 – Estado de Rondônia.



Fonte: <http://www.a-rondonia.net/diretorio/catimages/mapa-Leste-Rondoniense.jpg>.

¹ Diretor Geral, Campus Cacoal-IFRO. Professor-pesquisador no Grupo de Pesquisa PDA na mesma instituição. E-mail: davys.negreiros@ifro.edu.br.

² Chefe do Departamento de Pesquisa/DEPESP-IFRO. Professor-pesquisador no Grupo PDA, na mesma instituição. E-mail: sergio.nunes@ifro.edu.br.

2. A PERTINÊNCIA DO AVANÇO DA AGRICULTURA

2.1 A Questão Familiar

2.1.1 O avanço da cafeicultura: geração de emprego e renda familiar - os principais problemas da produção sustentável

A cafeicultura em Cacoal constitui-se em uma das mais importantes atividades econômicas e sociais do Estado de Rondônia, pois proporciona trabalho para mais de 80.000 pessoas, e cujo sucesso desse manejo depende diretamente 44.000 famílias diretas.

Na região cacoalense o plantio de cultivar o café *Conilon (coffea canephora)*, do grupo *Robusta* é uma variedade para se plantar em clima quente, pois depende de boa adaptação nas regiões mais baixas, como é o caso de Rondônia.

Dentro do contexto do agronegócio, o café apesar dos problemas enfrentados nos últimos anos devido principalmente aos baixos preços, a falta de uma política mais consistente para o setor e o aumento gradual no preço de insumos - é uma das maiores fontes de geração de empregos e renda familiar da economia agrícola.

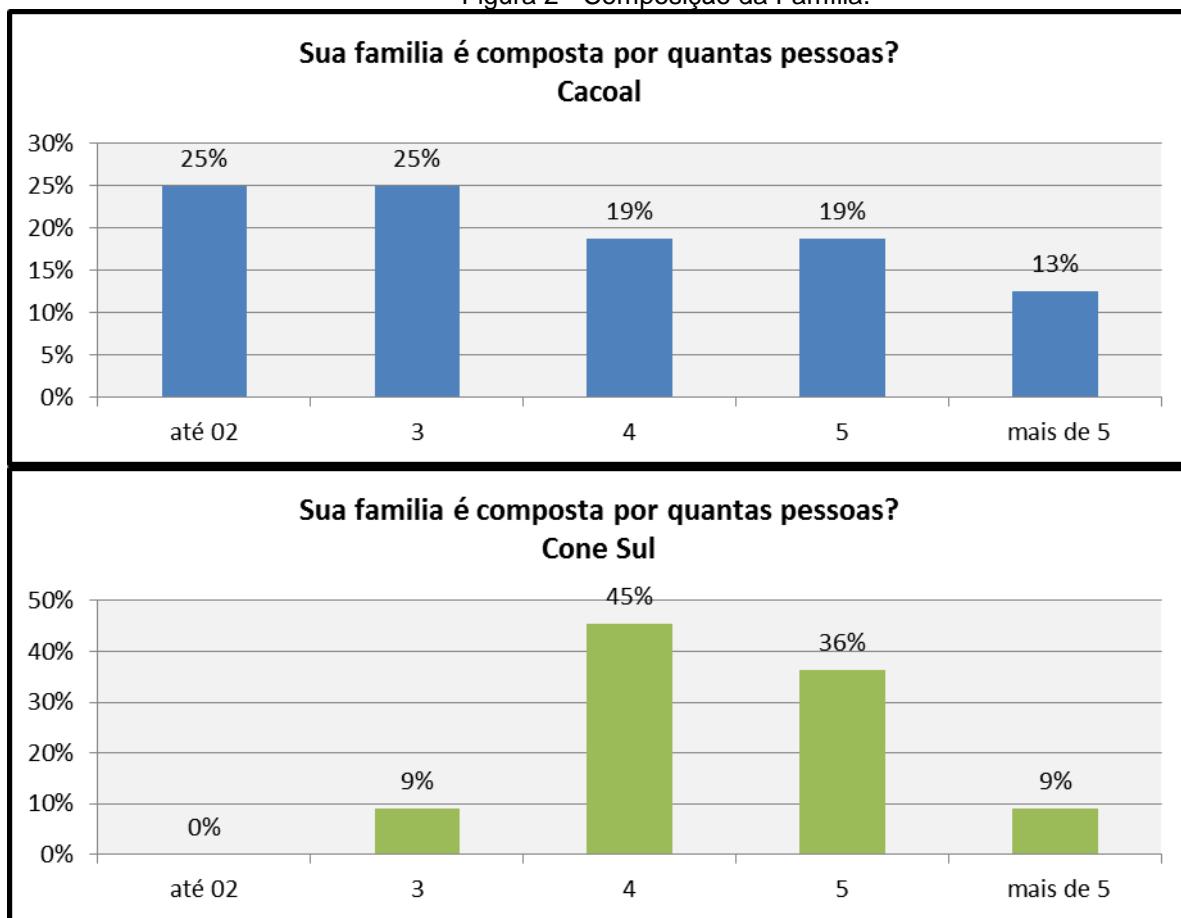
Os principais problemas da produção é a incidência da broca-do-café¹, a alta variabilidade do ponto de colheita e deficiências no processo de secagem e preparo do produto. No caso da industrialização, o uso de técnicas erradas, fatores que no seu conjunto, contribuem para má imagem que ele apresenta no setor cafeeiro.

A cafeicultura e a cadeia produtiva devem estar envolvidas na responsabilidade de produzir sustentavelmente a demanda dos produtos - em Rondônia isso já é uma realidade no mercado. Cada vez mais os consumidores buscam café de qualidade e que atendam requisitos sustentáveis e de boas práticas – segundo Romeiro (1998, p. 248), *o desenvolvimento para ser sustentável deve ser não apenas economicamente eficiente, mas também ecologicamente prudente e socialmente desejável.*

No entanto, a cafeicultura na região se caracteriza pelo pouco uso das tecnologias modernas - pela baixa produtividade e qualidade do produto - pelas dificuldades de comercialização e pelo custo de produção relativamente alto - não dispõe de informações e recomendações seguras para transformar esses desafios em oportunidades para encarar a realidade presente, bem como das gerações futuras.

¹ A Broca-do-café é um pequeno besouro que ataca os frutos de todas as espécies de café, em qualquer estágio de desenvolvimento da planta.

Figura 2 - Composição da Família.



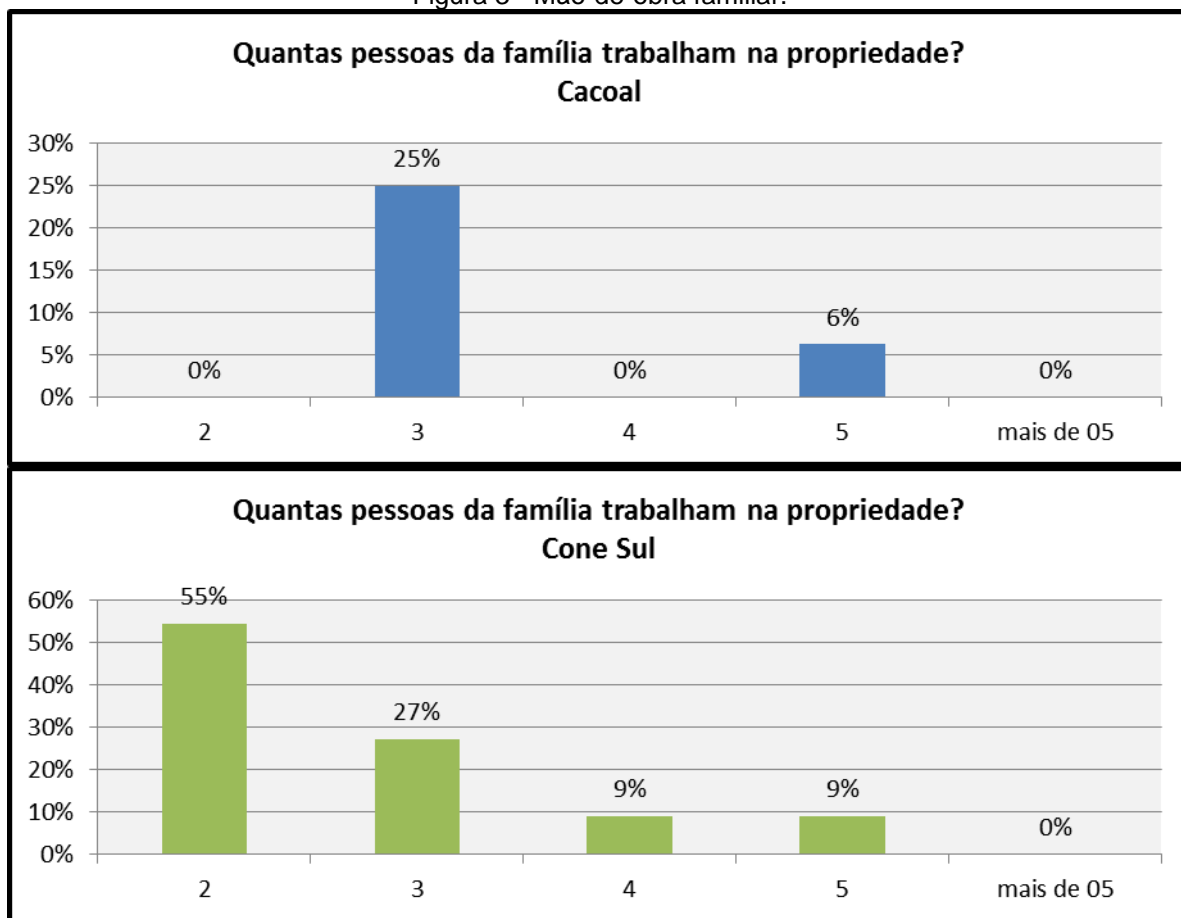
Fonte: Os pesquisadores, 2015.

Em linhas gerais, pode-se analisar que quando há contratação de empregados são somente emergenciais (em época de colheita), pois uma vez terminada a atividade, imediatamente, são dispensados. Dentro dessa perspectiva, pode-se observar no gráfico acima um exemplo claro dessas ancoragens.

Nesse sentido, observa-se que as famílias entrevistadas se enquadram nos padrões da agricultura familiar, uma vez que, em sua maioria, é composto por duas pessoas no município de Cacoal e quatro pessoas no cone sul de Rondônia.

Sabe-se que a agricultura familiar é voltada para pequenos produtores, cujas famílias são formadas de dois ou três membros que são também os responsáveis pela execução do trabalho na propriedade, conforme se apresenta na Figura a seguir.

Figura 3 - Mão-de-obra familiar.



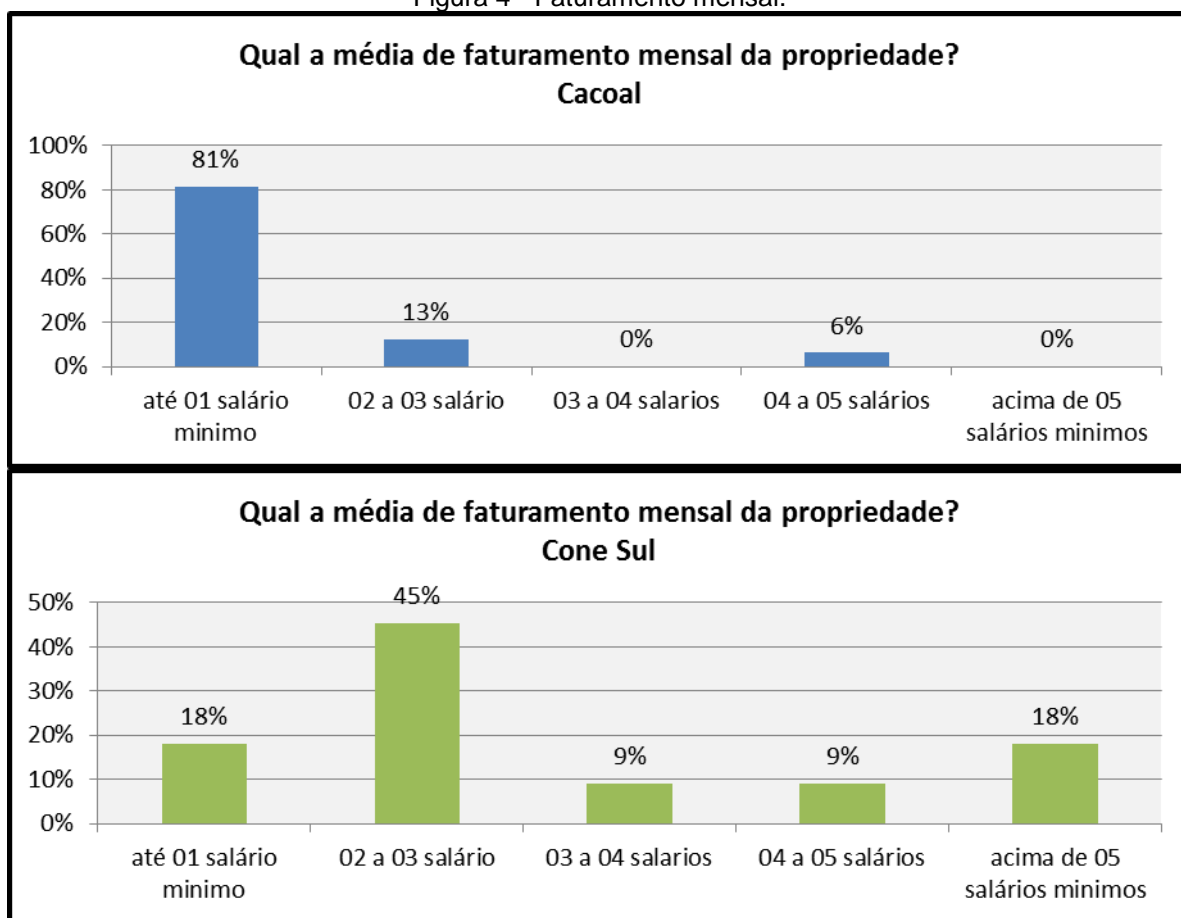
Fonte: Os pesquisadores, 2015.

Com a escolha da cultivar a ser produzida na propriedade a maior dificuldade encontrada é a mão-de-obra, uma vez que na maioria das famílias entrevistadas há um número reduzidos de trabalhadores efetivos na propriedade ocasionando momentos de estafa física e mental ao trabalhador, pois somente se contrata mão-de-obra extra para serviços emergenciais.

Além disso, a contratação de trabalhadores só se torna viável se houver um retorno financeiro na produção, para que no final de cada ciclo de colheita o agricultor não tenha prejuízos em sua propriedade.

A Figura abaixo ilustra a média do faturamento mensal dos proprietários rurais, um salário mínimo em Cacoal e de dois a três salários mínimos no Cone sul, renda essa que torna quase impossível a manutenção da família no campo, a produção da propriedade e o pagamento da mão-de-obra externa. Essas são algumas das causas das famílias saírem de sua propriedade para trabalhar em outros locais, desencadeando também no êxodo rural.

Figura 4 - Faturamento mensal.

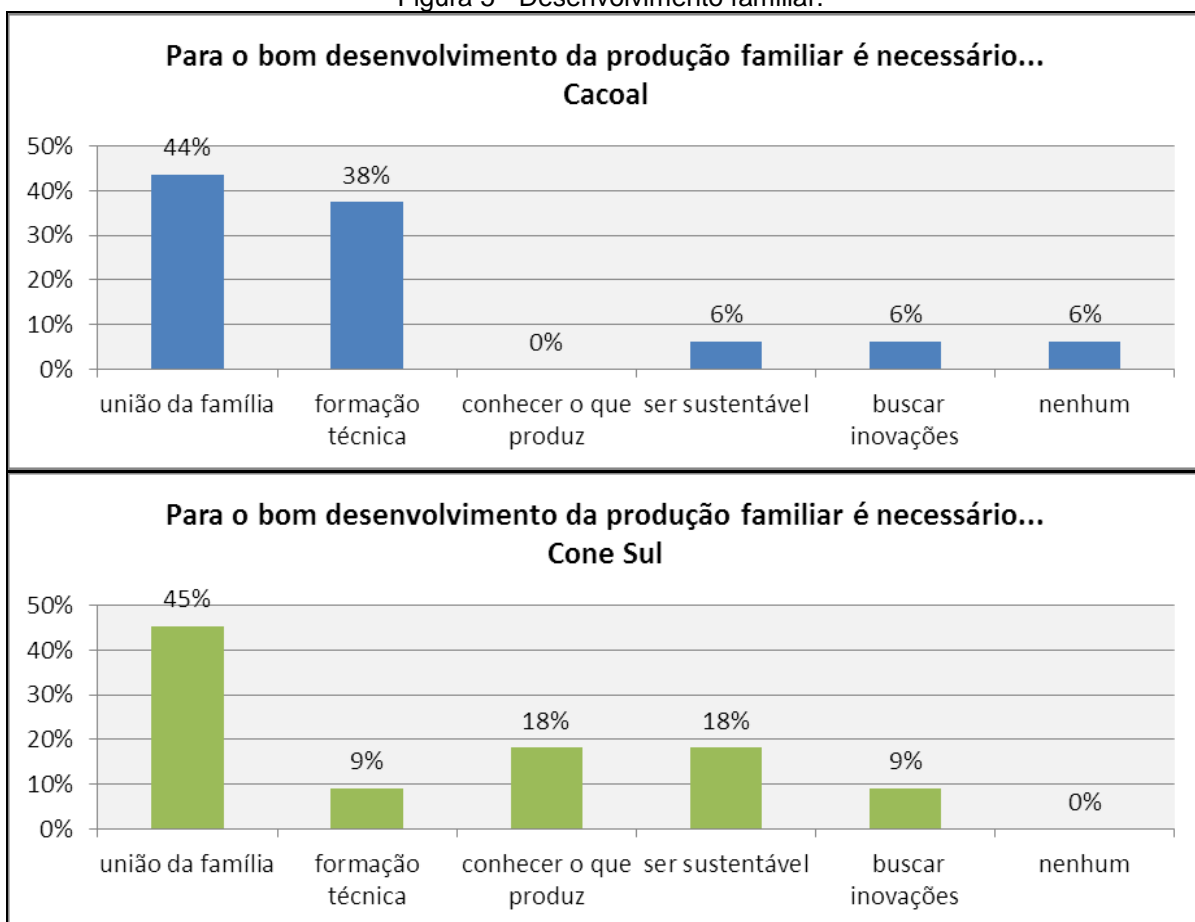


Fonte: Os pesquisadores, 2015.

Na agricultura familiar, na maioria das vezes, o sistema de produção utilizado é tradicional e empírico (derivado de experiências cotidianas). E diante das dificuldades encontradas na propriedade, sem praticamente nenhuma assistência técnica especializada que possibilite o aprendizado de boas formas de manejo do espaço destinado à produção, os filhos dos produtores procuram emprego na zona urbana, desencadeando mais um fator que dificulta a oferta de mão-de-obra no campo.

Nessa mesma perspectiva, ao analisar a Figura 5, é possível perceber que para um bom desenvolvimento da agricultura familiar segundo produtores de Cacoal e Cone sul que foram entrevistados é preciso primeiro, a união da família em prioridade e as outras podem vir em consequência.

Figura 5 - Desenvolvimento familiar.



Fonte: Os pesquisadores, 2015.

2.1.2 Fatores que beneficiam e/ou afetam a produtividade

Com a elaboração de questionários, esses destinados às entrevistas com os agricultores de Cacoal e o Cone Sul, pode-se perceber que, em sua maioria, após análise de dados, esses produtores abordam que as possíveis áreas de desenvolvimento da agropecuária como a *Agricultura*, *Apicultura*, *Bovinocultura de Leite*, *Cafeicultura*, *Piscicultura* têm um índice elevado no que tange à monocultura, pois é um dos fatores que afetam a produtividade agrícola local e também na região de Rondônia.

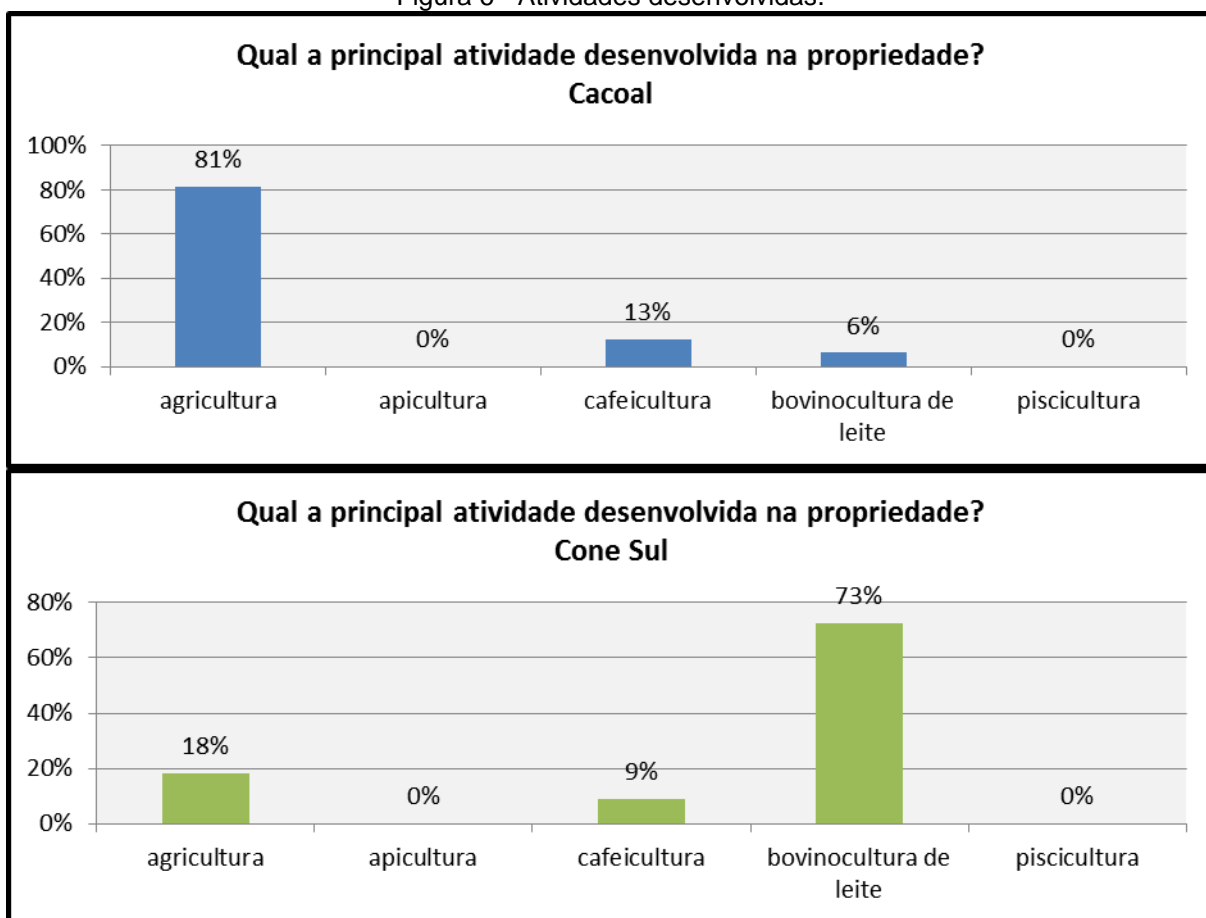
A monocultura tem sido apontada como uma das grandes vilãs dos ecossistemas, (fatores abióticos, os seres autótrofos, heterotróficos e os decompositores) podendo provocar esgotamento do solo e de recursos hídricos. Pois, segundo a Sociedade de Defesa, Pesquisa e Educação Ambiental/SDPEA, é válido perceber que:

[...] a monocultura traz desvantagens ambientais, pois exaure o solo com o tempo e reduz a biodiversidade. As desvantagens sociais ocorrem porque reduz o uso da mão-de-obra no campo e afugenta as populações rurais. E ainda há desvantagens econômicas, pois apresenta enormes riscos, já que

uma única doença ou praga ou a queda do preço do produto no mercado podem pôr a perder toda a cadeia produtiva regional [...].

A partir dessa perspectiva, é válido ressaltar que, a monocultura em grandes extensões de terras não é sustentável porque causa impactos sociais e facilita a migração de doenças e, além disso, tem uma variabilidade genética praticamente nula, o que faz com que os patógenos se especializem em infectar a planta e seus descendentes, podendo colocar a perder toda a produção.

Figura 6 - Atividades desenvolvidas.

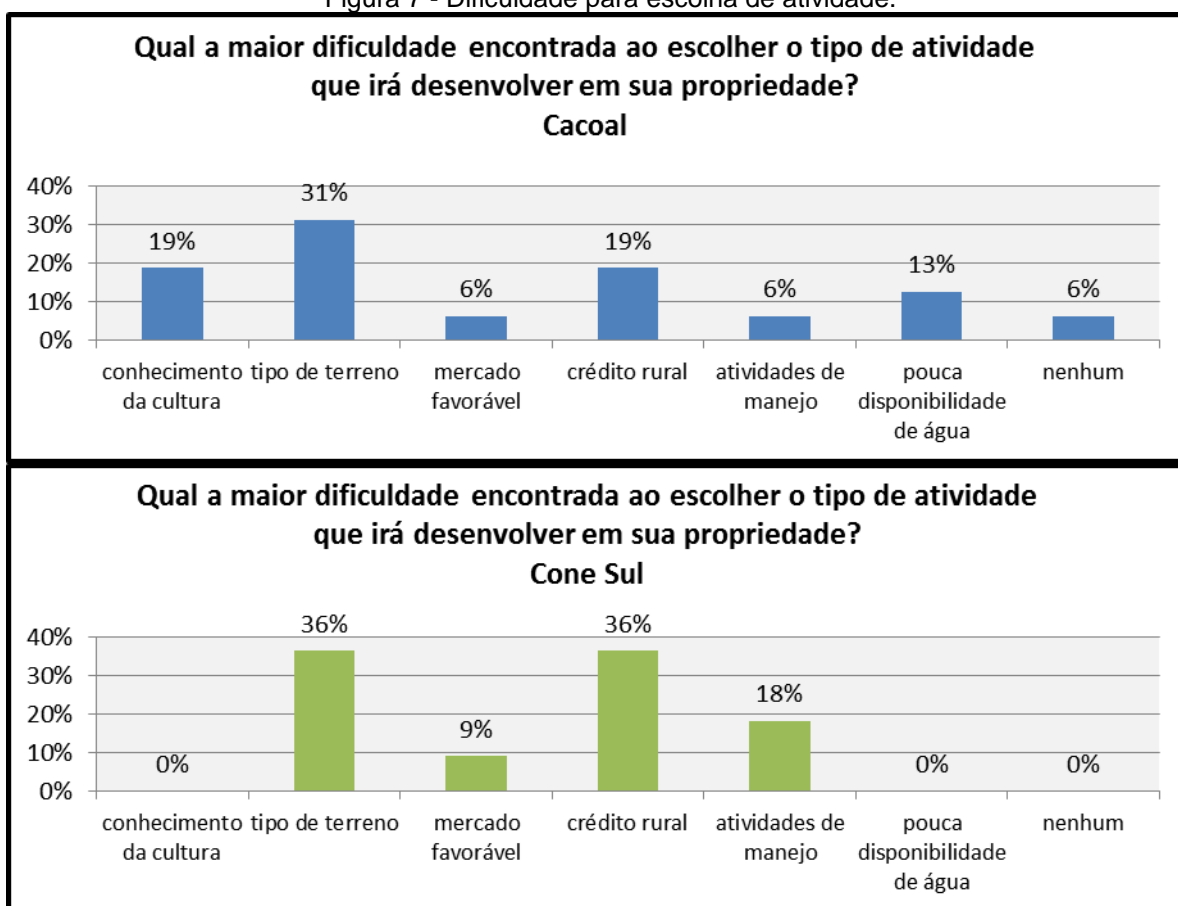


Fonte: Os pesquisadores, 2015.

De acordo com a Figura 6, a agricultura é a atividade mais realizada pelos produtores de Cacaoal, o que demonstra que, de certa forma, esses agricultores não estão capacitados para desenvolver outras culturas, pois a falta de informações e o não uso das tecnologias agrícolas, que poderiam facilitar a mão-de-obra na propriedade, não são desenvolvidas fazendo com que o produtores tenham maiores dificuldades tornando a monocultura uma realidade. Já no Cone sul a atividade mais realizada é a bovinocultura de leite e corte o que mostra que a região também não esta desenvolvida o suficiente para realizar novas tecnologias.

É importante ressaltar que os produtores apresentam dificuldades em encontrar atividades que possibilitem melhor desenvolvimento em sua propriedade, alegando falta de *conhecimento da cultura, tipo de terreno, mercado favorável, crédito rural e atividades de manejo* – todas elas numa mesma ancoragem agrícola como é visto na Figura 7, abaixo:

Figura 7 - Dificuldade para escolha de atividade.



Fonte: Os pesquisadores, 2015.

Como demonstra o gráfico acima às maiores dificuldades para a escolha da implantação de novas culturas é o tipo de terreno (características químicas, físicas e biológicas), em seguida o conhecimento da cultura (habilidade de manuseio do produtor) e crédito rural (dificuldade de aquisição dos empréstimos), sendo que os mesmos afetam diretamente o desenvolvimento da produção rural.

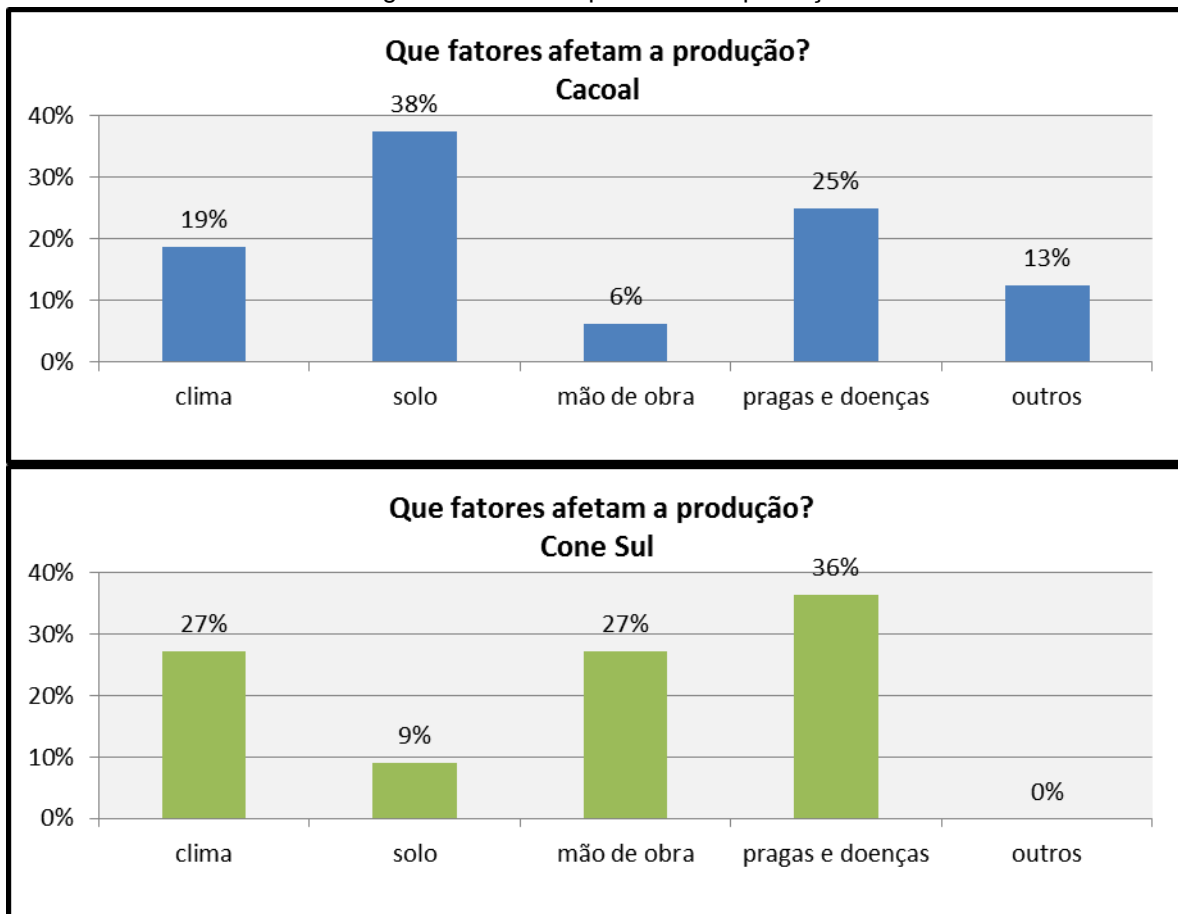
É válido considerar que em inúmeros meios de comunicação *online*, por exemplo, especializados em questões rurais, afirmam que “Muitas vezes, a atividade agrícola é feita de forma inadequada, por desconhecimento ou por falta de recursos

e equipamentos. Como resultado, depois de alguns anos de produção, os nutrientes do solo se esgotam e as plantas não crescem mais²”.

Ao escolher a cultura a ser implantada devem-se realizar análises técnicas do solo para possíveis correções do mesmo, evitando dessa forma o esgotamento dos recursos naturais, evitando assim, gastos desnecessários para o aumento da produtividade.

Como já visto anteriormente o solo foi apontado, pelos entrevistados, como o fator que mais interfere na implantação da cultura, como consequência há interferências diretas e indiretas na hora da produção. A pesquisa realizada em Cacoal e no Cone Sul demonstra certas diferenças com exemplo em Cacoal o fator que mais afeta a produção é o solo, já no cone sul a incidência de pragas e doenças é o fator que mais afeta a produção (Figura 8).

Figura 8 - Fatores que afetam a produção.



Fonte: Os pesquisadores, 2015.

Portanto, é possível afirmar que, para alcançar uma boa produtividade é de suma importância que primeiramente o solo seja de boa qualidade, alcançando

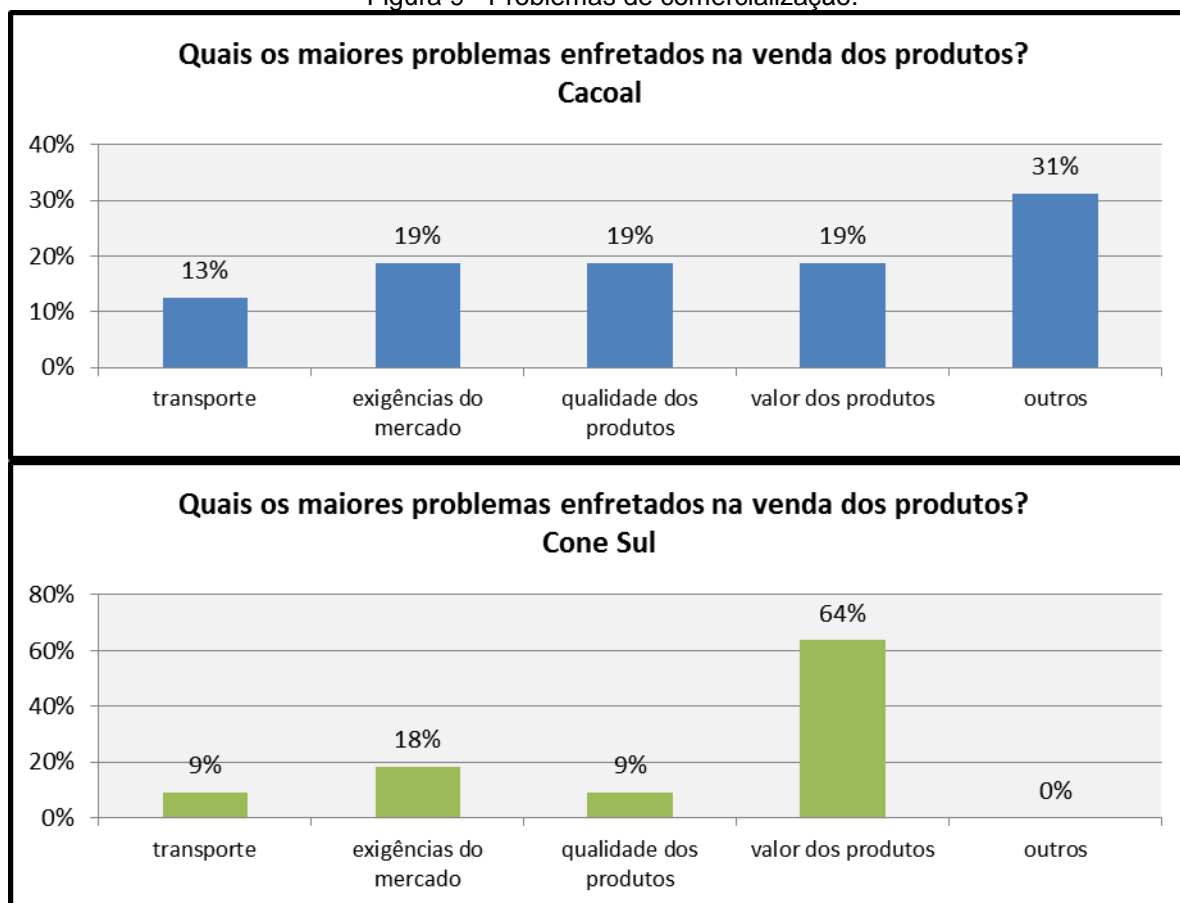
² SÓ BIOLOGIA. Disponível em: <http://www.sobiologia.com.br> Acesso em 20 de dez. 2016.

satisfatoriamente os padrões de qualidade químicos, físicos e biológicos e que ter um manejo satisfatório para minimizar a incidência de pragas e doenças. Possibilitando dessa forma a implantação de outras culturas, não permitindo a utilização da monocultura, favorecendo também o aumento da produtividade.

2.2 Comércio e subsistência

A agricultura familiar participa de forma acentuada da economia do país, não deixando de ser diferente no Estado de Rondônia. Grande parte das famílias produtoras além de utilizarem parte da produção para sua subsistência, também contribuírem para o abastecimento do mercado. Todavia encontram algumas dificuldades que interferem direta ou indiretamente durante o processo de comercialização, tais como alguns exemplos expressos na Figura 9.

Figura 9 - Problemas de comercialização.



Fonte: Os pesquisadores, 2015.

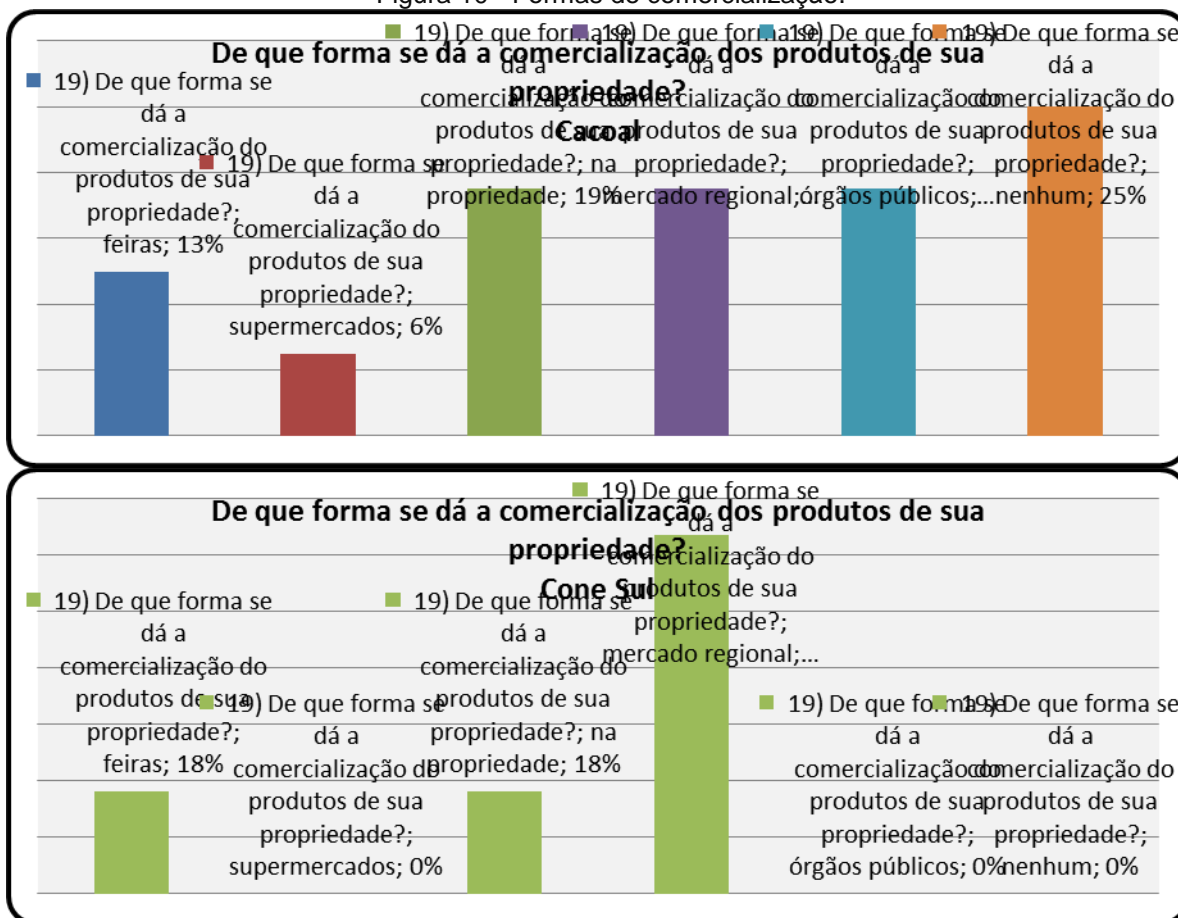
Para um produtor de pequeno, médio ou grande porte, normalmente apresentam dificuldades em encontrar atividades que possibilitem melhor

desenvolvimento em sua propriedade, alegando falta de conhecimento da cultura, tipo de terreno, mercado favorável, crédito rural e atividades de manejo.

As maiores dificuldades para a escolha da implantação de novas culturas é o tipo de terreno (características químicas, físicas e biológicas), em seguida o conhecimento da cultura (habilidade de manuseio do produtor) e crédito rural (dificuldade de aquisição dos empréstimos), sendo que os mesmos afetam diretamente o desenvolvimento da produção rural.

Nesse sentido, o método e a qualidade em que é realizado o transporte para o escoamento da produção vêm a incidir de modo marcante na forma de comercialização. Sabemos que existem políticas públicas voltadas para ajudar o homem do campo, mas nem sempre elas abrangem todas as necessidades existentes, principalmente no que diz respeito ao escoamento dos produtos, como exemplo a qualidade das estradas, distancia entre o produtor e consumidor, custo de produção e comercialização, entre outros.

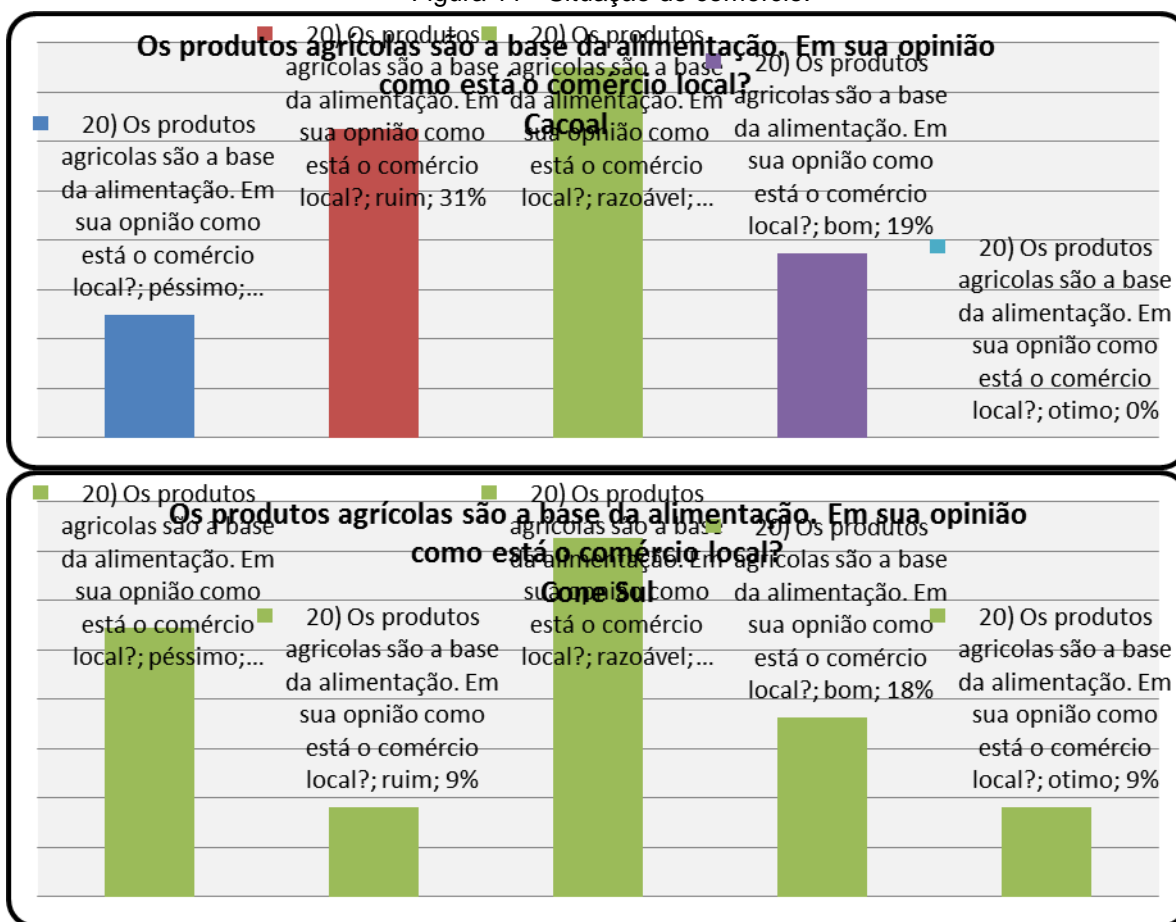
Figura 10 - Formas de comercialização.



Fonte: Os pesquisadores, 2015.

Na figura acima pode-se observar a diferença entre os locais de pesquisa, no Cone Sul de Rondônia a comercialização dos produtos em sua maioria são realizadas nos mercados municipais, enquanto isso nas famílias entrevistadas em Cacoal quanto a forma de comercialização da produção, observou-se que 25% destas não comercializam a produção, por motivos distintos, algumas produzem apenas para a própria subsistência, outras pelo fato de não cultivarem na propriedade e ainda há aqueles que se desmotivam ao citar como é visto por eles a situação do comércio local, pois para grande parte o mercado se apresenta de forma razoável.

Figura 11 - Situação do comércio.



Fonte: Os pesquisadores, 2015.

A agricultura familiar é a base para o sustento de milhares de famílias, não apenas em Rondônia, mas em todo o país. Após conhecer a realidade através dos dados anteriores (Figuras 10 e 11), pode-se dizer que as famílias produtoras necessitam buscar cada vez mais melhorias na qualidade da produção, mais tecnificação, aliando a implantação de pequenas agroindústrias. Ao utilizar um conjunto de ações, haverá melhorias na qualidade e variedade dos produtos, assim como geração de emprego e renda às famílias produtores.

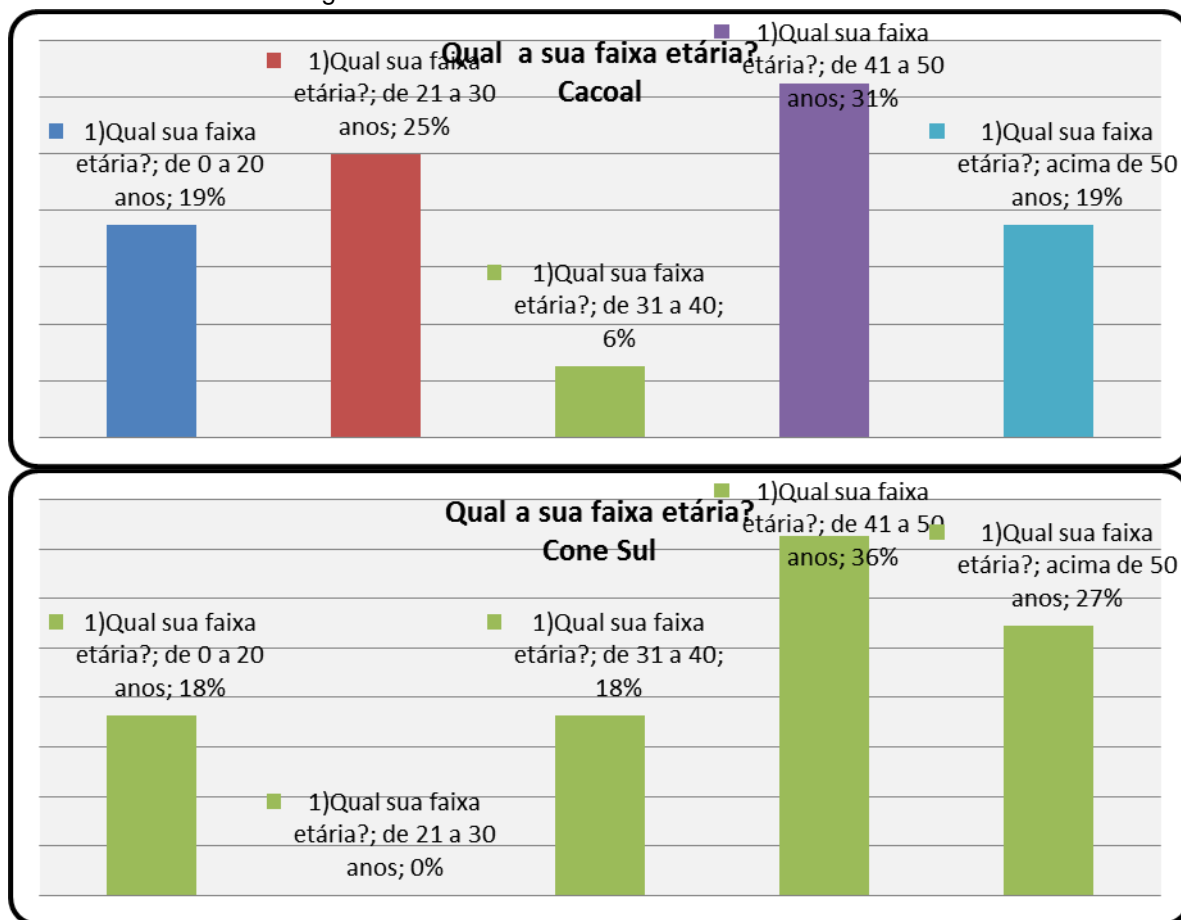
Apesar dos desafios, os agricultores familiares possuem a capacidade de manter os requisitos da produção sustentável, atender as exigências do mercado e, sobretudo dar subsídio à sua família.

3 REFLEXOS DA AGRICULTURA FAMILIAR EM CACOAL X CONE SUL

3.1 Questões Sociais

Agricultura familiar em seu todo, se caracteriza pela utilização de métodos empíricos tradicionais de cultivo, que em sua maioria são realizados por famílias que moram nas propriedades e/ou por comunidades rurais, nesse contexto pode-se observar que há uma grande variedade de faixa etária dos agricultores entrevistados. Com o avanço das tecnologias, pode-se observar que no meio rural está havendo uma porcentagem considerável de jovem, pois os mesmos estão cada vez mais interagindo com o meio, mais ainda a uma grande parte de agricultores que possuem uma experiência maior devido sua idade.

Figura 12 - Faixa etária dos entrevistados de Cacoal.



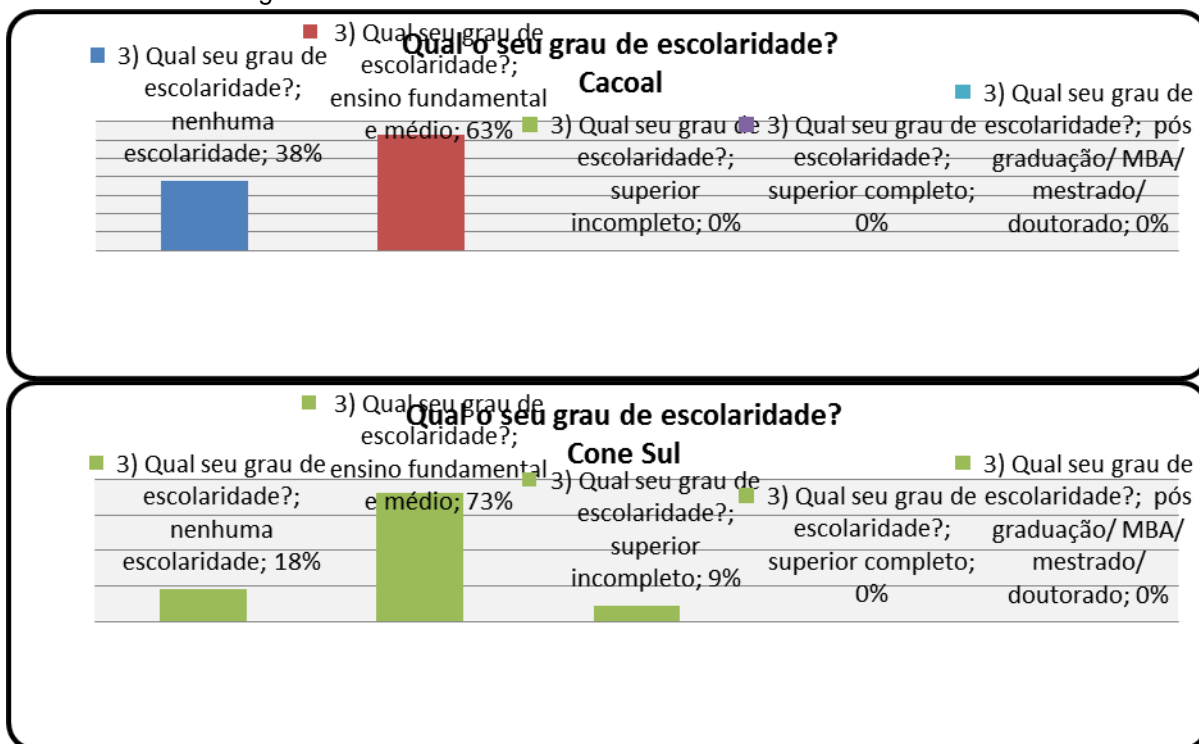
Fonte: Os pesquisadores, 2015.

Entre os locais entrevistados, pode-se observar que no Cone Sul de Rondônia há uma baixa incidência de jovens de 21 - 30 anos residindo na zona rural com cerca de 9% e Cacoal que contém 25% de jovens na residindo na zona rural.

Portanto, é possível visualizar que em Cacoal ou no Cone Sul de Rondônia a incidência de jovens é importante para que haja em um futuro próximo a possibilidade dos jovens se instalarem e assim conseguir manter a família e se manter na propriedade e cada vez mais tendo lucros na mesma.

Vale à pena ressaltar que em sua grande maioria dos entrevistados possuem um nível de escolaridade baixa tendo assim só o Ensino Fundamental e Médio Completo e muitas das vezes incompleto, o que indica um baixo nível de tecnologias utilizado pelos mesmos em sua propriedade, fazendo com que a produção seja escassa e o produtor não consiga um aumento na produtividade do campo e conseqüentemente não obtendo renda da mesma.

Figura 13 - Grau de escolaridade dos entrevistados de Cacoal.



Fonte: Os pesquisadores, 2015.

Com isso, pode-se dizer que o grau de escolaridade dos produtores entrevistados, de certa forma afeta na elaboração de projetos para a propriedade, como exemplo: programação da época de plantio, adubação e colheita e produção da mesma, sendo assim, tais fatores podem vir a colocar em risco toda a produção.

3.2 Tecnologia e sustentabilidade na Agricultura Familiar

A história econômica do homem começa com o problema da satisfação de suas necessidades fundamentais como a alimentação, vestuário, produção entre outros.

O Brasil não “nasceu” um país agrícola. O país Brasil começou como um entreposto comercial de base extrativista, onde se trocava manufaturados (ferramentas, tecidos, vasilhame, etc.) e alimento (trigo, arroz, temperos, azeite, bebidas e etc.) europeus por recursos naturais (madeira, peles e minérios) extraídos da floresta. Não tinha o compromisso de produzir alimentos em quantidade suficientes para abastecer um país, muito menos para exportar. Ao contrário, buscavam no vasto território, sobretudo nas matas, as manchas de “terras de cultura” onde se adaptassem com alguns resultados, as sementes e os animais europeus (ZUIN; QUEIROZ, et al. 2006, p. XII).

O homem é um consumidor nato. No início da socialização humana, o homem exercia apenas atividades extrativistas (coleta, caça e pesca) e/ou predatória (abate animal e vegetal sem uso específico). Durante este processo aprendeu a domesticar plantas e animais, surgindo então a agricultura e o pastoreio. Com o passar dos anos a preocupação de manter estoques para consumo futuro, aumentou e pouco a pouco, começaram a surgir métodos e técnicas que possibilitavam o desenvolvimento agrícola.

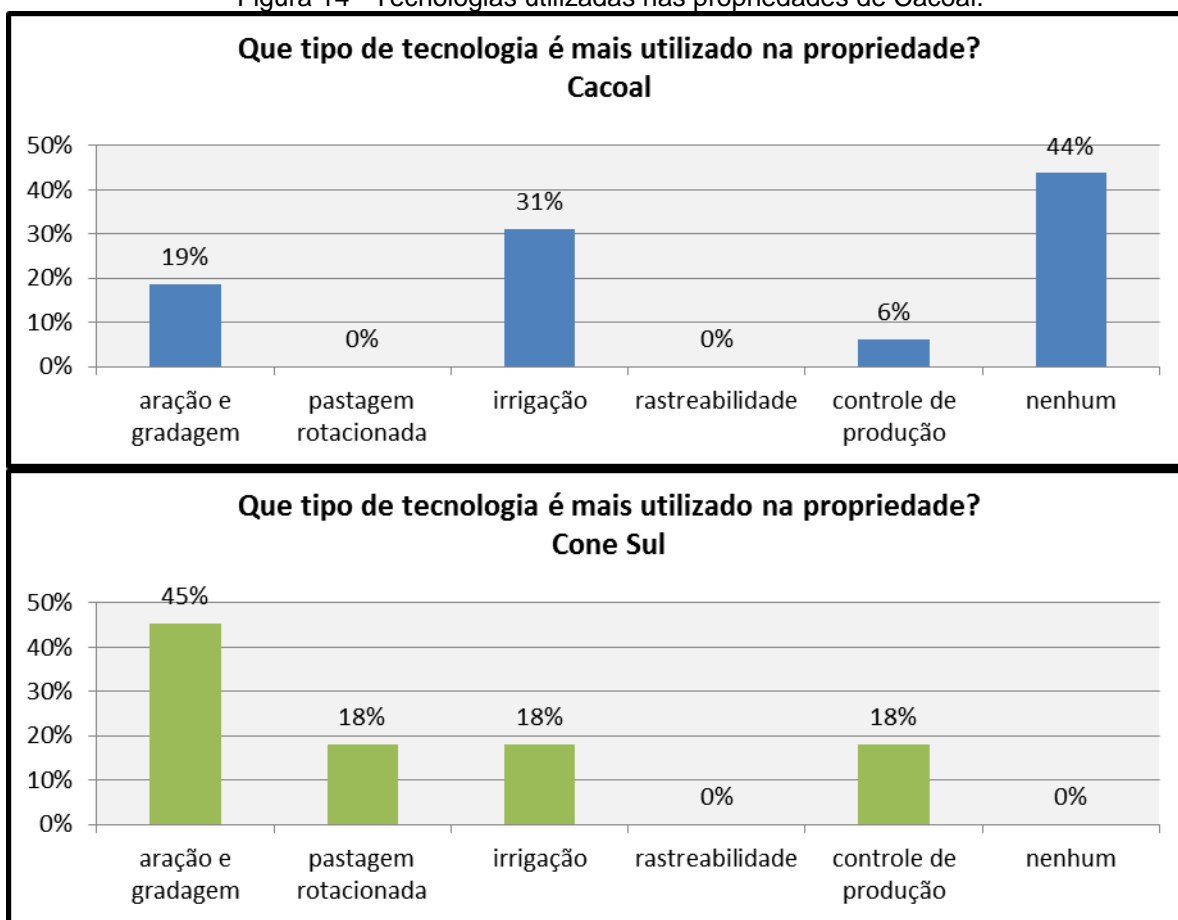
Até 1970, se comparado ao que iria acontecer nos 30 anos seguintes, assistimos a pouquíssimas inovações na agricultura brasileira que em sua maior parte, mantinha-se como uma atividade extrativa, com baixos índices no uso de fertilizantes, defensivos e mecanização. O que se poderia chamar de inovações na produção agrícola restringia-se ao sul do Brasil, São Paulo e parte de Minas onde se encontravam institutos de pesquisa agrícola mais atuantes.

Hoje, caminhamos para uma nova fase. A fase do desenvolvimento, do crescimento econômico, da tecnologia. Onde o maior desafio tecnológico consiste em buscar o desenvolvimento de novos processos produtivos onde as tecnologias sejam menos agressivas ambientalmente, mantendo uma adequada relação produção/produzibilidade (EMATER, 2010).

Mediante esse significativo desenvolvimento surge à necessidade de consolidar práticas que tragam maior viabilidade econômica com real poder de ganho para o agricultor e sua família. Mas, para que essas famílias continuem produzindo, é preciso que se invista na prática de uma agropecuária com emprego de tecnologias que levem em consideração as características edafoclimáticas do estado - suas virtudes e deficiências - para o desenvolvimento de atividades com sustentabilidade, restringindo as agressões ao meio ambiente e principalmente a incorporação de áreas florestais.

No município de Cacoal e região pode-se observar que grande parte dos produtores rurais entrevistados não utiliza nenhum tipo de tecnologia a que se referem o questionário e alguns nem conhecem tais tecnologias. Já no Cone Sul de Rondônia a realidade é diferente a maior parte utilizam as tecnologias. O gráfico abaixo demonstra que em Cacoal partes de agricultores utilizam a irrigação, em seguida aração e gradagem e por último controle de produção ao contrário do Cone Sul que utilizam a aração e gradagem como principal tecnologia e as demais tecnologias na mesma proporção.

Figura 14 - Tecnologias utilizadas nas propriedades de Cacoal.



Fonte: Os pesquisadores, 2015.

Um dos objetivos da tecnologia na agricultura familiar é produzir maior quantidade de produto, utilizando menos insumo de maneira a diminuir seu custo unitário, aumentar a rentabilidade e ainda diminuir a mão-de-obra e com isso trazer sustentabilidade ao produtor rural.

4. CONCLUSÕES

Com base nos levantamentos de dados feitos por meio de pesquisa bibliográfica e entrevistas com agricultores de Cacoal e Cone Sul de Rondônia observa-se que a agricultura familiar vem contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento da economia local e do estado. A busca da conciliação entre geração de renda e a preservação do meio ambiente tem sido a preocupação da maioria dos produtores, pois além de ser uma forma de agregar valores aos seus produtos, os consumidores tem buscado cada dia mais produtos de qualidade e com práticas agroecológicas.

Embora a monocultura se faça presente em muitas propriedades rurais a idéia é promover diversificação da produção, harmonizando as atividades silvícolas com as práticas agropecuárias.

Para que isso aconteça se faz necessário conscientizar as famílias rurais com ações que vão desde a recuperação de áreas degradadas e margens ribeirinhas, reflorestamento, plantio orgânico, entre outros, até mudanças de comportamento como o uso de tecnologias que preservem mais os recursos naturais e reduzam o uso de substâncias tóxicas no meio rural, para que haja uma produção de alimentos mais saudáveis, garantindo a saúde alimentarem de produtores e consumidores.

Referências

CARDOSO, J. **A questão da agricultura em Rondônia vis a vis políticas públicas: análise a partir de Bourdieu.** Disponível em: <<http://homuseconomicus.blogspot.com.br/2011/02/questao-da-agricultura-em-rondonia-vis.html>>. Acesso em: 28 mar. 2012.

CPT. Porto Velho, Comissão Pastoral da Terra de Rondônia. **Agricultura familiar, café e conflitos agrários em Rondônia.** Disponível em: <<http://cptrondonia.blogspot.com.br/2012/04/agricultura-familiar-cafe-e-conflitos.html>>. Acesso em: 09 abr. 2012.

DECOM. Porto Velho, Departamento de Comunicação Social. **Café: espécie de Rondônia é destaque nacional.** Disponível em: <[http://www.decom.ro.gov.br/noticias.asp?id=4032&tipo=Mais Notícias](http://www.decom.ro.gov.br/noticias.asp?id=4032&tipo=Mais%20Noticias)>. Acesso em: 29 mar. 2012.

_____. _____. **Ouro Preto é sede de grande festa da agricultura familiar.** Disponível em: <<http://www.decom.ro.gov.br/noticias.asp?id=5153&tipo=Mais%20Noticias>>. Acesso em: 06 abr. 2012.

EMATER-RO EM REVISTA. **Fortalecendo o desenvolvimento da Agricultura Familiar.** Porto Velho. v. 5, p. 2, mai. 2010.

FARIA, C. **Ecossistema.** Disponível em: <<http://www.infoescola.com/biologia/ecossistema/>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

FRANCISCO, W. C. **Agricultura de subsistência.** Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/geografia/agricultura-subsistencia.htm>>. Acesso em: 29 mar. 2012.

HERON, J. H. **Tecnologia ajuda a reduzir êxodo rural e agricultura de subsistência em RO.** Disponível em: <<http://ro.agenciasebrae.com.br/noticia.kmf?canal=662&cod=10502604&indice=40>>. Acesso em: 29 mar. 2012.

MDA, Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **MDA leva políticas para fortalecer a agricultura familiar em Rondônia.** Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=9466479> Acesso em: 27 mar. 2012.

Os perigos da monocultura. Disponível em: <http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/ambiente/conteudo_258387.shtml>. Acesso em: 29 mar. 2012.

Pecuária leiteira e de corte toma espaço do café em Cacoal. Disponível em: <<http://www.amazoniadagente.com.br/wp/?p=7127>>. Acesso em: 14 abr. 2012.

POSTIGO, I. **A migração da agricultura familiar para a indústria e comércio de subsistência.** Disponível em: <<http://www.artigos.com/artigos/sociais/administracao/a-migracao-da-agricultura-familiar-para-a-industria-e-comercio-de-subsistencia-20991/artigo/>>. Acesso em: 18 abr. 2012.

SABARÁ, G. C. **A agricultura familiar de Rondônia vive momento de fracasso.** Disponível em: <<http://cptrondonia.blogspot.com.br/2010/03/agricultura-familiar-de-rondonia-vive.html>>. Acesso em: 29 mar. 2012.

SDPEA. Sociedade de Defesa, Pesquisa e Educação Ambiental. **Monoculturas.** Disponível em: <http://www.vivaterra.org.br/vivaterra_monoculturas.htm>. Acesso em: 29 mar. 2012.

SEAGRI. Porto Velho. Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Reg. Fundiária. **Agricultores familiares são incentivados com recursos do PNAE.** Disponível em: <<http://www.seagri.ro.gov.br/noticias.asp?id=692&tipo=Panorama%20Geral>>. Acesso em: 29 mar. 2012.

SEMA. São Paulo, Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Fortalecimento do papel dos agricultores.** Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/agenda21/ag.htm32>>. Acesso em: 18 abr. 2012.

SILVEIRA, M. A. **Agricultura familiar.** Disponível em: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/agricultura_e_meio_ambiente/arvore/CONTAG01_18_299200692526.html>. Acesso em: 06 abr. 2012.

Terras para agricultura Disponível em: <<http://www.sobiologia.com.br/conteudos/Solo/Solo10.php>> Acesso em: 02 abr. 2012.

ZUIN, L. F. S; QUEIROZ, T. R. et al. Agronegócios: gestão e inovação. **Inovações no Brasil (Ideias de Luiz de Queiróz).** p. XII. São Paulo: Saraiva, 2006.

8. AGRICULTURA FAMILIAR CONTEMPORÂNEA NO BRASIL: UM DEBATE ENTRE OS ESPAÇOS RURAL E O URBANO

GRINGS, Jacques Andre ¹
FETTER, Shirlei Alexandra ²
GEVEHR, Daniel Luciano ³

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contexto da Pesquisa

Partimos do entendimento de que novos formatos de produção agrícola – leia-se novas técnicas e processos – concorrem diretamente com a diminuição de custos e com safras maiores, contribuindo desta maneira com o desenvolvimento da economia. No Brasil, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o agronegócio se apresenta como um dos setores que melhor tem se organizado na última década, contrastando com um cenário de retração econômica.

Porém, o desenvolvimento de um país não pode ser entendido apenas como sinônimo de crescimento do PIB. Depende também de como a sociedade investe os recursos disponíveis em forma de oportunidades igualitárias permitindo assim que a população tenha acesso a serviços essenciais para o seu desenvolvimento como saúde, educação, emprego. De forma que seja possível mensurar o desenvolvimento – não apenas por medidas obsoletas como o produto bruto – Veiga (2010) propõe que sejam utilizadas duas métricas de desempenho: uma que verse sobre a qualidade de vida da população derivada do crescimento econômico e outra tão ou mais importante que essa, a sustentabilidade ambiental.

Antes de prosseguir com a apresentação do tema e dos objetivos da pesquisa, se faz necessário a definição do conceito de desenvolvimento empregado no estudo e que permeia a discussão do texto. Para tanto, compreendemos que o desenvolvimento é um conceito complexo e que não apresenta uma única definição. Nesse caso, tomamos desenvolvimento enquanto uma “função social importante que é promover o bem estar da humanidade” (SANTOS et al., 2012, p.58), e deve ser

¹ Graduado em Administração e especialista em Mídias na Educação e Formação Pedagógica e mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT). Bolsista CAPES. E-mail de contato: Jacques.grings@gmail.com.

² Graduado em Pedagogia e especialista em Gestão escolar e Mídias na Educação e mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT). Bolsista CAPES. E-mail de contato: fettershirlei@gmail.com.

³ Doutor em História e professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT). E-mail de contato: danielgevehr@hotmail.com.

caracterizado como uma construção social, articulada com um conteúdo político e ideológico, que tem como referência um determinado tempo e um lugar.

Tendo essa questão inicial como norteadora para se pensar o desenvolvimento, observamos que as relações entre o urbano e o rural, bem como entre a agricultura familiar e a patronal apresentam-se como temas de discussão, tanto no meio acadêmico quanto no meio político - *policy makers* – pelo que representa para a geração de renda e emprego. Embora o urbano e o rural possuam inter-relações extremamente complexas e de difícil entendimento, torna-se possível identificar que o rural não se separa do urbano, visto “que as atividades exercidas nele não são somente agrícolas, ou seja, as famílias são pluriativas, onde as atividades não agrícolas estão cada vez mais presentes, e multifuncionais, onde são exercidas outras funções à sociedade além da tradicional produção de alimentos” (SIMIONI, 2010).

A agricultura familiar é parte fundamental da história do Brasil, tornando-se mais pujante a partir de 1990. Porém a consolidação do agronegócio acabou sobrepujando esse setor – contribuindo de forma direta com o êxodo rural – fazendo com que iniciativas do Governo Federal buscassem diminuir essas disparidades, através do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Esse programa federal possui como objetivo principal o financiamento de projetos individuais ou coletivos de forma a promover o desenvolvimento rural perene. Passadas mais de duas décadas da sua implantação, o programa está enraizado em praticamente todo nosso território e vem contribuindo diretamente com o desenvolvimento da agricultura familiar brasileira.

A maior facilidade de acesso ao crédito pode incentivar o pequeno produtor rural a investir em máquinas e equipamentos. Como resultado do investimento ocorre um aumento de produção e de redução de custos. No entanto, a modernização da agricultura pode beneficiar somente pequenos grupos de agricultores – muitas vezes os valores financiados não são alocados adequadamente - ao mesmo tempo em que aquece o mercado de máquinas e equipamentos (TEIXEIRA, 2005). Ressaltando a importância do pequeno agricultor nesse cenário, números oficiais atestam que em 2006 – último censo agropecuário - existiam no Brasil 5.175.489 estabelecimentos agropecuários, deste total 4.367.902 se referiam a agricultura familiar (IBGE, 2006).

Esse estudo apresenta uma reflexão crítica a partir da revisão da literatura sobre a modernização da agricultura familiar contemporânea e a relação entre o urbano e o rural. Nesse sentido, autores como Lima e Mito (2007) definem a pesquisa dessa natureza como procedimento construtivo-reflexivo de uma investigação, isto é, após escolher um assunto é essencial fazer uma análise interpretativa e promover a discussão dos conhecimentos já estudados e publicados.

Durante a ação de pesquisa foram utilizados quatro critérios de seleção do material de estudo: (i) conter as expressões “agricultura familiar”, “modernização”, “rural” e “agrícola” no título; (ii) conter as expressões “agricultura familiar”, “tecnologia” e “agrícola” em qualquer parte do trabalho; (iii) ter sido publicado entre os anos de 2000 e 2016; e, (iv) ser artigo científico. Essa seleção justifica-se em razão do estudo buscar estabelecer uma crítica entre os conceitos que permeiam a discussão do tema e a sua produção mais recente no meio acadêmico brasileiro. Com isso, a seleção das fontes para essa discussão crítica se vale do pressuposto de que não existe um entendimento homogêneo sobre o tema, mas sim diferentes percepções e pontos de vista, que servem de base para a crítica que propomos.

Na segunda etapa foram usados como critérios de incorporação ações de pesquisa sobre as bases de dados *Scielo* e Periódicos CAPES. Isso consentiu a integração de mais de 200 artigos condizentes ao assunto. De forma geral, contamos com aproximadamente oitenta referências, que cumpriram as categorias de incorporação, partindo para seleção mais específica foram descartados os que não faziam significativas alusões ao tema. Desse modo, restaram 25 artigos, dos que foram selecionados, sendo eles o aporte teórico do estudo.

Posteriormente, realizado a coleta de dados para estudo, foram analisados os conceitos de construção reflexiva sobre o objetivo em que se referencia o estudo, assim como as evidências conceituadas na percepção de cada autor, acerca das implicações e reflexões mais relevantes ao tema de estudo, específicas de cada um. As conceituações ficaram referidas em sínteses sobre: (i) ao entendimento dos conceitos de agricultura familiar; (ii) a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento regional; (iii) o papel que representa a tecnologia aplicada aos processos agropecuários.

Pretendemos ainda, como parte de nossos objetivos, socializar os resultados da análise, propondo algumas reflexões acerca do processo que envolve a modernização da agricultura familiar e a relação entre os espaços urbanos e o rural. Essas discussões são do nosso ponto de vista, fundamentais para melhor compreender a dinâmica que compõe a organização e o funcionamento das pequenas propriedades rurais, que exercem um papel importante no fornecimento de diversos produtos agroalimentares disponíveis para o consumo nas áreas urbanas brasileiras. Essa dinâmica de produção nos permite melhor compreender parte da complexidade atual, que permeia a relação que se estabelece entre os espaços urbanos e rurais no Brasil.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Percorrendo os espaços urbano e rural

O agronegócio e a agricultura familiar tem sido objeto de estudo de diversos autores (ABRAMOVAY et al., 2000; VEIGA, 2004; SCHNEIDER, 2003) tanto pela sua participação no desenvolvimento da economia, quanto pela geração de emprego. Como não podia deixar de ser, a agricultura familiar ocupa lugar de destaque nesse setor da economia, visto que o maior percentual de emprego não decorre do agronegócio, mas sim da pequena produção, mesmo que isso implique na grande maioria das vezes em uma inexpressiva participação no PIB.

Mesmo que a agricultura familiar não contribua de maneira expressiva com a formação do PIB, por outro lado ela cumpre com uma importante função social, já que oferece a infraestrutura necessária – casa própria, espaço mais amplo e uma melhor alimentação – para melhorar a qualidade de vida da população rural (VEIGA, 2006).

Mudanças ocorridas na agricultura conduzem à transformação sobre as cadeias produtivas – considerando-se que a cadeia produtiva abarca todas as fases de produção de um bem ou serviço. Nesse ínterim, Simioni, Binotto e Battiton (2015) analisam uma sequência de fundamentos elegendo as prioridades sobre os aspectos produtivos, despertando as habilidades à gerenciar as novas realidades com eficácia. Esse aspecto se caracteriza como agente principal na transformação da produção de alimentos, além de ser considerada receita para a população rural (FAUTH, 2008). Para considerar todos esses aspectos, é necessário observar-se o processo que envolve a gestão, bem como as singularidades da organização das pequenas propriedades rurais, em especial no que se refere à sua informalidade.

Sangalli e Schlindwein (2013), por sua vez, buscaram analisar a contribuição da agricultura familiar no desenvolvimento rural do estado do Mato Grosso do Sul. Os autores concluíram que no período estudado – entre 2002 e 2005 – o crescimento do PIB da agricultura familiar superou os índices do PIB patronal – PIB do agronegócio – mesmo com todas as dificuldades enfrentadas pelo pequeno agricultor, como as deficiências tecnológicas e a falta de assistência técnica. Nessa perspectiva proposta pelos autores, o grande desafio enfrentado pela agricultura familiar passa a ser justamente diversificar a fonte de renda. Ora, o pequeno agricultor por vezes, depende da renda de uma única safra anual, logo o clima ou as pragas podem comprometer a renda de toda uma família. Assim, a pluriatividade em muitas situações contribui para garantir a própria subsistência da família.

Muito se tem discutido a respeito da pluriatividade - leia-se que a pluriatividade é um conceito que versa sobre a diversificação das atividades tanto agrícolas quanto as não agrícolas - enquanto um instrumento alternativo de combate ao êxodo rural. Nascimento (2009) buscou compreender por que a pluriatividade no

Brasil cresce na região Nordeste – diga-se uma região considerada pobre – e tende a não crescer na região sul. O autor reconhece que o fato da família se tornar pluriativa não garante que ela deixará de ser pobre – região Nordeste – precisa se tornar pluriativa em uma região rica.

No caso específico da região sul do Brasil, devido à falta de políticas públicas compensatórias voltadas a combater o abandono das atividades tradicionais por parte dos pequenos agricultores, o que se percebe é que esse agricultor, ao não ser reconhecido como pluriativo, acaba se tornando não ocupado e não agrícola.

Entendemos, dessa forma, que não existe apenas um tipo de pluratividade e o que leva um tipo de pluriatividade a se tornar evidente em detrimento de outro são justamente os fatores que estimulam o seu aparecimento. Dois tipos de pluratividade podem ser considerados assim como mais fáceis de ser entendidos. O primeiro pode ser chamado de pluratividade intersetorial decorrente do processo de articulação entre a agricultura e outros setores econômicos – indústria, comércio e serviços – enquanto o segundo pode ser entendido como pluratividade agrária, já que fica evidente a partir da combinação de diversas atividades entre o setor agropecuário e sua própria dinâmica (ESCHER et al., 2014).

A modernização da agricultura torna-se possível através da substituição dos modelos tradicionais de produção, pelo uso de novas técnicas e processos. O processo de modernização da agricultura envolve uma grande manifestação tecnológica, abastecido de diversidade de plantas modificadas geneticamente, espécies agrícolas desenvolvidas para alcançar alta produtividade e uma série de procedimentos técnicos de uso defensivos agrícolas e de maquinários, contribuindo dessa maneira com o aumento da produtividade – o aumento da produtividade não é o único reflexo da modernização da agricultura. Essas transformações possibilitaram aumentar a produção de alimentos de forma exponencial no Brasil promovendo a consolidação do agronegócio.

No que refer-se a agricultura familiar, a baixa produtividade direciona um contingente de trabalhadores a buscar o sustento em outras atividades. Conforme nos mostram Perestrelo e Martins (2003), observamos que uma vez que o pequeno agricultor geralmente apresenta pouca escolaridade, o que acaba sobrando para ele nas grandes cidades são as profissões que oferecem uma menor remuneração. Consequência do êxodo rural, esse novo personagem da vida urbana, sofre um novo processo de exclusão social, agora inserido na cena urbana brasileira.

A ruralidade, entendida assim por Abramovay (2008), é um conceito de natureza territorial e não setorial, sendo que as cidades não podem ser reconhecidas pela quantidade de indústrias e o campo pela agricultura. Mesmo que em muitos casos a agricultura oferece oportunidades de emprego e geração de renda, não deve ser compreendida por seu caráter agrícola.

Existem evidências de que os domicílios agrícolas e não agrícolas se inserem em atividades econômicas múltiplas – leia-se como pluriatividade – mesmo em regiões pouco desenvolvidas. Dessa forma, segundo entendimento de Abramovay, conforme as atividades rurais de desenvolvem, menor será a sua faceta agrícola.

A respeito das novas ruralidades, as recentes formas com que são abordadas as questões sobre o desenvolvimento rural não estão mais relacionadas simplesmente à atividade agrícola, sendo que agora se valoriza o potencial da cultura e da natureza. A própria prática do turismo é um fenômeno que pode melhor explorar - de forma sustentável - o rural tradicional, porém, para que essa atividade possa se tornar perene, deve existir uma participação ativa dos órgãos públicos através de políticas que visam o longo prazo (MATOS e MEDEIROS, 2011).

O que não podemos deixar de destacar é que a cidade e o campo fizeram uma aliança estratégica. Enquanto a primeira oferece lazer e conforto, a segunda liberdade e beleza. O aumento da mobilidade pode explicar parte desse fenômeno. Mas como o meio rural pode se beneficiar de novas demandas advindas do público urbano? Em ambientes rurais mais dinâmicos, prevalecem serviços que atraem a renda gerada pela produtividade urbana. Dessa forma, maior dinamismo rural em sociedades modernas apresenta como enfoque principal atividades que buscam atender as segundas residências (VEIGA, 2006).

Promover o desenvolvimento local, através da agricultura familiar, não significa voltar às costas para os processos mais amplos, ao contrário, significa utilizar as diversas dimensões territoriais, entre elas a modernização de acordo com os interesses da comunidade (SCHNEIDER, 2003). Sobretudo, as iniciativas locais compreendem como natural o processo que desenvolve a urbanização e, se espere não só competências gerais, mas as compreensões de como esses entendimentos se materializam em possibilidades de ações de intervenção no espaço e contexto local. Considerar a pluriatividade é fundamentar a necessidade de transformação local, é adquirir os experimentos para transformar as estruturas culturais, de comprometimento com a realidade local (WANDSCHEER, 2012).

Partimos do pressuposto de que para ser possível um melhor entendimento das particularidades que envelopam a agricultura familiar, é necessário fazer um recorte temporal desse formato específico de produção, dado as contradições existentes entre classes sociais que fundamentam aspectos tanto de ordem econômica quanto social.

Iniciamos nossa investigação pelo caso específico da Inglaterra, onde a partir do século XVIII, se consolida uma forma hegemônica de apropriação privada da terra, dominando dessa forma a produção de alimentos. Alinhado com a teoria defendida por Marx, essa apropriação promove a acumulação de capital e renda, levando grande parte da população rural a migrar para as grandes cidades (CRUZ, 2012). Destarte, entendemos que esse fenômeno ainda predomina no setor agrícola,

pois com a consolidação do agronegócio – possível através do uso massivo da tecnologia – os grandes produtores rurais acabam sobrepujando os menores.

Essa transformação de ordem tecnológica que visava/visa aumentar a produtividade agrícola trouxe consigo reflexões sobre os efeitos nocivos no meio ambiente. Segundo Wandscheer (2012) “a partir da visão mecanicista de progresso, quer seja ambiental, social ou político, houve a implantação da Revolução Verde, a qual visava basicamente a aumentar os índices produtivos, em nome da modernização da agricultura, com o uso maçico de agroquímicos e uso intensivo das novas tecnologias”.

A utilização desses pacotes tecnológicos não levou em consideração os efeitos que produziam no meio ambiente – passivo ambiental - e nem as questões histórico-culturais existente em cada espaço. O constante aumento da demanda por alimento e a necessidade de produzir mais, seja pelo aumento das áreas cultivadas ou pelo uso dos “pacotes tecnológicos” apresenta uma dicotomia, porém nos dois casos teremos efeitos noçivos no meio ambiente, uma vez que o desenvolvimento sustentável implica harmonizar o crescimento econômico, o desenvolvimento social e a preservação ambiental.

O crescimento econômico se caracteriza pela busca e pela melhoria, através de alterações compostas pela organização setorial das atividades econômicas. Furtado (2000) sintetiza o crescimento como o estímulo e a capacidade de buscar inovações em todos os segmentos de raízes regionais. À medida que uma região aumenta a capacidade de aceleração do crescimento econômico provoca o desaceleramento do setor agrícola. Tendo em vista o crescimento econômico regional como um fenômeno que se expressa pelos pontos de propagação relacionados ao mercado, estimulando a propagação econômica (PERROUX, 1977).

Fazendo uma análise a partir de uma visão mais contemporânea, percebemos que a agricultura familiar caminha no sentido contrário do capitalismo e da acumulação do capital, já que: “i) o capitalismo só se sustenta pela acumulação de capital; ii) a agricultura familiar não visa à taxa de lucro, mas à remuneração da mão de obra familiar, conseguindo, portanto, produzir alimentos mais baratos; iii) o preço do alimento é fator essencial para o capitalista, do ponto de vista da reprodução da força de trabalho” (PLEIN e FILIPPI, 2011, p. 101).

Essas são questões aceitas – atividade familiar sem vistas a obter lucro – e que podem vir a não representar o sentimento das famílias inseridas na agricultura familiar. Existe no Brasil um conceito de que a agricultura familiar apresenta um caráter meramente social, de geração emprego e renda a uma classe excluída pela sociedade (CAUME, 2009).

Considerando que possa existir um movimento de aproximação entre o urbano e o rural através da lógica do capital, no sentido de equalização do espaço,

existem manifestações de resistência a essa unificação que se refletem a partir da tentativa das famílias mais carentes quando buscam reconstituir suas identidades territoriais. “Isto nos coloca frente a um complexo processo de heterogeneização do espaço, integrada à lógica desigualizadora do desenvolvimento do capitalismo, na qual interagem dimensões econômicas, políticas, culturais e simbólicas” (RUA, 2006, p.88). Entendemos que o capital é importante para desenvolver a agricultura familiar, visto que grande parte das famílias que residem no meio rural necessitam de capital para prosperar os seus negócios.

Torna-se difícil entender o processo de “criação de identidades territoriais” identificado como um novo rural, mais fácil de conceituá-las como territorialidades híbridas, mistas entre urbano e rural. Podemos destacar que é difícil definir o que separa o urbano do rural, visto que os espaços se confundem. Muitas famílias não agrícolas residem em ambientes rurais em busca de maior qualidade de vida, porém não contribuem com a produção de alimentos.

A agricultura familiar e a agricultura patronal, nesse contexto, diferem pela disponibilidade de mão de obra e de terras. Para a agricultura familiar, o custo envolvido em mão de obra é menor, diferente do custo de mobilização da terra. Assim sendo, as atividades que requerem a utilização massiva de mão de obra oferecem maior rentabilidade para a agricultura familiar enquanto as atividades que necessitam utilizar maiores áreas de terra tendem a conferir rentabilidade maior no longo prazo para a agricultura patronal (PAIVA, 2016). Importante salientar que a pluriatividade, enquanto conceito de diversificação da renda, pode no primeiro caso ser uma opção de fomentar a renda do pequeno agricultor.

É necessário sublinhar que as sociedades rurais tradicionais se transformaram, sendo que deixaram de possuir a autonomia de outrora passando a fazer parte de um escopo econômico, social e cultural voltado às mudanças oriundas da globalização. As transformações econômicas afetaram as formas de produção – a mecanização substituiu a produção artesanal – contribuindo dessa maneira com a modernização da agricultura bem como com a integração aos mercados, sobretudo aos mercados não locais (WANDERLEY, 2000).

Em síntese, considerar o desenvolvimento local, através da modernização, pressupõe uma transformação consciente de sua realidade. Suas implicações se apresentam pela ação coerente entre a geração presente e a futura, e neste aspecto, o fator ambiente local é quem assume fundamental importância. O aspecto mais relevante do desenvolvimento local e regional é aquele que implica sua articulação entre as atividades – neste caso a pluriatividade – que envolve diversos atores da sociedade civil, tendo papel fundamental no fortalecimento do desenvolvimento local.

Este processo se caracteriza, muitas vezes, pelo predomínio da agricultura, que emerge em regiões com iniciativas locais voltadas a agricultura familiar regional.

Em face de situações como esta, a ação política, visa a organização dos agricultores familiares, fazendo frente a um cenário regional econômico-produtivo diversificado (CONTERATO, 2004).

A perspectiva dos estilos de agricultura proposta pela abordagem tecnológica chama a atenção para o fato de que é preciso observar as condições locais. Nesse sentido, a contribuição inovadora ao tanto quanto a trajetória histórica e social é considerada por Schneider (2003) um procedimento para compreender como os agricultores elaboram a integração aos mercados sem deixar que estes definam e comandem integralmente às atividades sobre sua maneira de trabalhar e viver no meio rural. Mas essa questão pode não ser de tão fácil entendimento. Temos que considerar justamente as condições locais, já que por vezes o agricultor acaba por se integrar aos mercados não conforme interesses seus, mas sim pelas próprias demandas do mercado.

Nessa mesma linha de compreensão, Veiga (2004) reconhece a existência de duas dimensões da globalização distintas entre si e que atuam sobre o destino das áreas rurais: a dimensão econômica e a ambiental. Enquanto a primeira envolve as cadeias produtivas, comércio e fluxos financeiros, agindo no sentido de torná-las mais periféricas ou marginais, a segunda se concentram em um sentido de sustentabilidade buscando promover a qualidade de vida e bem estar da população.

O alinhamento dessas duas tendências possui um efeito duplo sobre a ruralidade. De um lado aquele ambiente essencialmente rural se torna cada vez mais conservado, de outro as regiões consideradas significativamente rurais abrigam novas dinâmicas socioeconômicas. Ora, muito se fala no termo desenvolvimento sustentável, mas entendemos que não seja possível ocorrer o desenvolvimento sem por consequência afetar o meio ambiente, logo ele não pode ser chamado de sustentável.

Discussões levantadas sobre as questões de agricultura no Brasil são desperdiçadas entre a perplexidade e enigmas que abrangem atividades direta ou indiretamente a expansão. Não se trata da negação das atividades, mas sim de proporcionar o desenvolvimento e a equidade promovida pelo meio rural buscando fortalecer a agricultura familiar. Assegurar condições favoráveis que possam desenvolver o setor da agricultura familiar ajudam a promover o desenvolvimento sustentável, encontrando na agricultura familiar o êxito central como estratégia de economias regionais (BUAINAIN, ROMEIRO e GUANZIROLI, 2013).

Um dilema que o estado brasileiro enfrenta em suas tentativas de contribuir com o desenvolvimento rural é justamente a dificuldade em conceituar de maneira correta o rural, a ruralidade, visto que se compreende o rural como sinônimo de pobreza. Ora, isso acaba por desestimular os investimentos políticos, científicos e econômicos e que reforçam essa posição marginal (FAVARETO, 2010).

O rural, historicamente, foi visto como mercadoria devido a sua capacidade de gerar renda a partir do trabalho do homem do campo. Agora resignifica-se esse espaço. O campo passa a ser visto a partir de novos atributos – imateriais – como suas paisagens e a possibilidade de exploração de atividades não agrícolas. Assim, o capitalismo reconfigura o espaço rural (RUA, 2006).

O pequeno agricultor familiar por vezes é reconhecido como parte do rosto do agronegócio, sendo que eles são sujeitos capazes de defender uma agricultura de precisão – *know how* - eliminando assim possíveis erros. Entendemos que o pequeno agricultor desenvolve no decorrer de sua vida no campo habilidades que não são possíveis de serem ensinadas de maneira muito simples.

Conforme o entendimento proposto por Bruno (2016, p. 151) “são os agricultores familiares mais bem qualificados que sabem produzir a tempo e em volume de mercado, participam das cadeias estratégicas para consolidar o sistema agroalimentar urbano e participam de uma política de setorialização de parcerias”.

O crescimento exponencial da população mundial evidencia que a demanda por alimentos tende a continuar crescendo, porém não se pode fazer nenhuma projeção para o desenvolvimento da produção rural em termos mercantis que atenda essa demanda, mesmo que “seja ainda no sentido da universalização de uma “agricultura familiar” altamente dinâmica usuária das mais modernas tecnologias e cujo módulo rural tenderia a crescer com o desenvolvimento de padrões produtivos poupadores de trabalho vivo” (PAIVA, 2016, p.125).

Imaginemos assim a utilização da tecnologia em sua plenitude através de novas técnicas e processos na produção agrícola. Ocorre que a partir de então, não teremos mais necessidade de utilizar um grande contingente de mão de obra no campo. A agricultura familiar passa a perder a sua identidade. Nesse sentido, devemos considerar que o processo de modernização da agricultura familiar, não pode ser entendido como uma lógica que chega para consertar o que “estava atrasado”. Diante da ideia de produção da inovação, Filho e Silveira (2012) apontam para a caracterização da agricultura inserida no contexto dos processos complexos, voltados ao crescimento agrícola e visando aumentar a produtividade e o aumentando das forças produtivas.

A modernização da agricultura articulada com o desenvolvimento do processo de urbanização do Brasil – que até poucas décadas era predominantemente rural - contribuiu de forma direta para o êxodo rural. A baixa oferta de mão de obra no campo pode ser considerada como um fenômeno seletivo, visto que os jovens em idade apta a trabalhar migram para as cidades em busca de atividades que remuneram melhor e que não sejam cansativas iguais as da agricultura. Outro fator a ser sublinhado está relacionado não somente as pessoas que residem no campo, mas em toda a sociedade: existe uma tendência em todo o país de reduzir as famílias e a quantidade de filhos (TOLEDO e TONI, 2016).

Debates sobre a agricultura familiar necessitam da ampliação das discussões sobre os conceitos e das perspectivas que se relacionam as atividades realizadas no meio rural. Ao estudar as definições familiares de organização do trabalho produtivo se imagina que as atividades do setor agrícola, no espaço rural, existem de varias formas. Schneider (2003) pontua a relação de pluriatividade, considerada como a diversificação das atividades rentáveis do negócio.

Visto que seu envolvimento nada mais é do que a combinação de mais de uma atividade desenvolvida por pessoas pertencentes à mesma família, o conceito de pluriatividade pode ser entendido de forma mais ampla, pois seu alcance, além de econômico – aumenta a renda e diminui o êxodo rural - é social e também cultural.

Na relação entre o rural e o urbano, destacam-se as dificuldades em distinguir os espaços na atualidade. O destaque abordado no espaço contemporâneo refere-se às áreas de transição e ao contato entre esses espaços, que assumem novas características e usam o mesmo espaço territorial. Os interesses pertencentes aos espaços urbanos e rurais acabam por se confundir, tornado os limites desses dois espaços, criando condições consistentes entre espaços urbanos e rurais (SPOSITO, 2013).

Esses espaços sempre foram e estão intrinsicamente relacionados, visto que o rural necessita de maquinário e produtos agrícolas – sementes, fertilizantes – para produzir e o urbano precisa do alimento produzido no meio rural. Conforme entendimento de Wandscheer *et al* (2012) mesmo que o campo e a cidade sejam diferentes entre si, formam um só espaço, visto que desenvolvem relações pela divisão de suas tarefas e complementaridade de sua gente.

Nessa perspectiva de análise, reconhecemos a existência de uma relação de proximidade entre o rural e o urbano, considerando-se o caráter de dependência entre ambos. Porém nunca antes o rural dependeu tanto do urbano, já que a modernização das atividades agropecuárias aumenta a demanda por produtos e serviços oferecidos pelo urbano: serviços de internet, máquinas modernas, sementes e mudas melhoradas geneticamente, novos fertilizantes, serviços eletrônicos entre outros (SANTOS, 2014; RUA, 2006).

Todos os produtos e serviços que até então não eram necessários à agricultura concorrem com uma demanda maior por financiamento de dinheiro público. As regiões mais dinâmicas dos países desenvolvidos e que geram mais postos de trabalho não são aquelas unicamente urbana nem rural, mas aquelas onde a adjacência entre esses espaços se mostra mais intensa (VEIGA, 2004).

Vale lembrar que algumas iniciativas do Governo Federal buscam fortalecer a agricultura familiar, como por exemplo, o PRONAF. Com o objetivo de analisar a eficácia desse programa Morel *et al* (2014) desenvolveram um estudo na região do

Corede-Sul buscando investigar se os municípios que fazem parte desse conselho conseguiram se desenvolver economicamente de maneira sustentável a partir do uso de recursos oriundos do PRONAF. O estudo nos mostra que o programa atinge os objetivos propostos nesses municípios, visto que o aumento da produção e conseqüentemente da renda contribui com a qualidade de vida da população promovendo assim o desenvolvimento econômico sustentável.

Destarte, para que políticas dessa natureza possam se tornar eficientes, os responsáveis pela sua formulação e implantação deveriam considerar as especificidades de cada região, observando assim a cultura, as técnicas e os saberes típicos. A valorização da cultura e da identidade local pode promover a participação da comunidade na formulação de novas políticas públicas contribuindo assim para promover o desenvolvimento regional. Porém o que não se pode deixar de ressaltar é o fato de que o PRONAF ainda encontra diversas dificuldades como o emprego de recursos do programa em fins não especificamente produtivos (AZEVEDO e PESSÔA, 2011).

Essa questão acima pode ser interpretada de mais de uma forma. Entendemos que a partir do momento que uma ação do Governo Federal de tamanha importância e que possui um objetivo específico de contribuir com o desenvolvimento da agricultura não alcance esse objetivo devido aos recursos terem sido utilizados em outro fim que não seja o proposto, o programa acaba por perder o seu sentido principal.

As propostas apresentadas por políticas públicas por vezes se caracteriza com ênfase ao segmento familiar suscitando a criação de sucessões do espaço que se ocupa dentro do contexto econômico brasileiro. Deste modo, o auxílio e a possibilidade de alternar a produtividade com a sustentabilidade da própria manutenção precisa do complexo produtivo pertencente à família. Guilhoto *et al.* (2006) indica com rigor a dificuldade encontrada no segmento familiar com tendência a serem de intensidade econômica, social e tecnológica. Sucessivamente as atividades realizadas e as estratégias tendem a envolver as entidades que simbolizam todos os setores.

A modernização da agricultura pode apresentar duas formas de análise, uma voltada especificamente às modificações de ordem técnica e outra enfocada no processo de produção. No Brasil, o processo de modernização da agricultura se inicia em 1950 com a importação de meios de produção mais eficazes, porém foi somente em 1960 que esse fenômeno se consolidou a partir do fortalecimento da indústria de equipamentos e insumos voltados à agricultura. A partir do uso massivo da tecnologia nos processos agrícolas, os produtores conseguem aumentar sua produtividade, visto que as máquinas conferem a condição de plantar áreas cada vez maiores (TEIXEIRA, 2005).

A partir dessa ideia de que a modernização da agricultura – novas técnicas e processos – possibilita o plantio de áreas cada vez maiores e proporciona aumentar o ganho em escala pode apresentar como resultado nocivo uma maior concentração da renda – alguns passam a ganhar muito e muitos continuam ganhando pouco - o agronegócio então pode por vezes promover um processo de desigualdade regional e consolidar desta forma o velho modelo de concentração de estrutura fundiária típica da elite agrária (SANTOS e CASTRO, 2016). O aumento da produção agrícola acaba por gerar uma oferta maior de alimento no mercado refletindo assim no preço.

O desenvolvimento rural poderá se tornar sustentável somente a partir da elaboração e implantação de políticas públicas que sejam capazes de transformar as expectativas que as elites brasileiras possuem do meio rural. Assim sendo, o meio rural pode vir a desempenhar funções positivas de descentralização do crescimento econômico e, por conseguinte o fortalecimento das cidades médias. O êxodo rural – diga-se que ainda é significativo – continua sendo um entrave para o desenvolvimento rural, até por que os que saem do campo – a grande maioria ainda são os jovens – encontram inúmeras dificuldades para se integrarem aos mercados urbanos de trabalho (ABRAMOVAY, 1998).

Então, esse jovem abandona o trabalho campesino e segue em busca de oportunidade de trabalho nos grandes centros e encontra um mercado extremamente competitivo – em um momento de retração econômica as empresas, além de não contratarem, ainda demandam um profissional qualificado – acabando assim por contribuir com as estatísticas de desemprego.

Com respeito à empregabilidade no meio rural, Mattei (2015) apresenta tendências sobre o emprego agrícola no país. O autor escreve que continuará tendo a inserção de novas tecnologias nos processos produtivos, afetando dessa forma os níveis de emprego. Outra tendência diz respeito às mudanças que deverão ocorrer no perfil do trabalhador rural, sendo que deverá ser mantido o fenômeno de redução da participação das mulheres e dos jovens nas ocupações de caráter agrícola. Essas tendências estão condicionadas a continuidade do crescimento da agricultura visto nas últimas décadas, porém também não pode deixar ser considerado o arrefecimento dos mercados importadores de nossas *commodities* agrícolas.

O processo sucessório no campo – de pequenos agricultores (que são aqueles que, residem na zona rural, obtendo a posse de um espaço rural não superior a cinquenta hectares, cultivando-a mediante o trabalho pessoal e de sua família, cuja renda proveniente das atividades agrícolas, pecuárias ou silviculturais com predomínio da mão-de-obra da própria família originada nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento) – deve ser lembrado devido às novas configurações que passam a ter os lotes de terra e as suas implicações.

Lembrando que a partir da falta das figuras paternas e maternas abre-se a sucessão e muitas vezes cada membro da família recebe uma porção de terra, alguns vendem e outros mantêm a terra. Abramovay *et al.* (1998) entende que a agricultura familiar se diferencia muito dos grandes empreendimentos. Isso se deve ao fato de que agricultura familiar não pode centrar sua gestão nas mãos de dois ou mais herdeiros, já que perderia o tamanho mínimo necessário a lhe garantir viabilidade econômica.

A agricultura de subsistência se caracteriza pela exploração de métodos costumeiros de cultivo, realizados por famílias camponesas ou por comunidades rurais. Essa forma é desenvolvida, em pequenas propriedades e a manufatura é bem inferior se comparada às áreas rurais mecanizadas. Contudo, o camponês estabelece relações de produção para garantir a subsistência da família e da comunidade a que pertence. Entretanto, essa modalidade da agricultura resiste à modernização e é muito praticada nas pequenas propriedades brasileiras tendo os produtos produzidos a finalidade de suprir as necessidades das pessoas envolvidas, o excedente é trocado ou vendido para a aquisição de produtos que não são cultivados nessas propriedades (WANDERLEY, 2003).

Nesse contexto de análise, podemos pensar na problemática que envolve a geração de produtos agroalimentares, que são cada vez mais indispensáveis para o abastecimento das populações localizadas nos centros urbanos. Em especial, cabe lembrar o aumento progressivo da demanda por produtos agrícolas originários da agricultura familiar, sem o uso de agrotóxicos ou de insumos agrícolas considerados nocivos ao meio-ambiente. Apresenta-se assim a necessidade de se estabelecer políticas públicas que viabilizem a permanência dessas famílias no meio rural e ainda, a possibilidade de expansão desses negócios no Brasil.

Retomando a discussão anterior, vale lembrar que o que ocorre é que muitas vezes esses pequenos agricultores não tratam as suas propriedades como verdadeiros negócios que são. Em empresas tradicionais, são calculadas todas as despesas e receitas de forma a verificar se a empresa teve/terá lucro ou prejuízo, coisa que não ocorre nas pequenas propriedades rurais.

Nesse contexto, custos de oportunidade como o aluguel da terra – mesmo que seja própria, devem ser levados em conta – e custo da mão de obra, que não são registrados. Assim, acaba por vezes que o agricultor tem uma falsa ideia de lucratividade. Devemos também grifar que o agricultor tradicional não é muito adepto à mudança.

Esse novo formato de produção voltado à agricultura familiar com a utilização de novas técnicas e novos processos demanda altos investimentos por parte do agricultor. Entendemos que esse é um entrave ao desenvolvimento da agricultura familiar pelo simples motivo de que esse agricultor não enxerga com bons olhos a possibilidade de contrair uma dívida alta e ainda mais de longo prazo.

2.2 Algumas aproximações entre os espaços

Este estudo propôs uma análise crítica sobre o processo de modernização da agricultura familiar e sua relação existente entre o rural e o urbano. Historicamente, a agricultura familiar tem sido conceituada como uma agricultura de subsistência, dado que as técnicas e processos utilizados no setor consistiam basicamente no formato artesanal. Somado a isso, o processo de urbanização – o rural ficou ao mesmo tempo mais perto e mais longe do urbano - e as oportunidades de emprego que os grandes centros ofereciam podem ter contribuído de forma decisiva com o êxodo rural.

O pequeno agricultor – em se tratando de um recorte histórico – tem sido sobrepujado por uma classe elitista que dominou/domina o agronegócio. Políticas afirmativas do Estado buscam desenvolver a agricultura familiar através da oferta de crédito subsidiado contribuindo dessa maneira com a modernização da agricultura familiar. Dessa forma as famílias conseguem através de novas técnicas e processos fomentar a renda tornando o meio rural mais atrativo para toda a sua família.

A pluriatividade pode vir também a alavancar a renda do pequeno/médio agricultor através da produção diversificada, não somente a produção agrícola, mas também a produção não agrícola. Ora, como é possível manter o pequeno agricultor no campo se em muitas situações – produção de arroz, trigo, soja – o mesmo consegue produzir somente uma safra por ano.

A agricultura familiar passa a ocupar lugar de destaque na economia, não somente pela geração de emprego, mas também pela produção de alimentos. Segundo dados do Governo Federal, o agronegócio foi responsável em 2014 por uma fatia de 23% do PIB. A agricultura familiar não fica atrás – entre os períodos de 2004 a 2014 cresceu 52%, articulando dessa forma a ascensão de 3,7 milhões de pessoas à classe média – haja vista que o crescimento desse setor promove o aumento da renda e contribui com o desenvolvimento rural. Navarro (2001) entende que o objetivo maior do desenvolvimento rural é justamente melhorar o bem estar e a qualidade de vida da população rural.

Entendemos dessa forma que a modernização da agricultura não deve ser compreendida apenas pelos efeitos produzidos a partir da utilização de máquinas e equipamentos modernos no processo de produção agrícola, mas também pelo que ela representa para a agricultura familiar, haja vista que pode vir a se tornar um importante vetor para promover o desenvolvimento rural sustentável e diminuir o êxodo rural.

O processo de urbanização pela qual a sociedade vem passando nas últimas décadas bem como o aumento da população conduz a uma grande demanda por alimentos. Ora, se o produtor consegue produzir mais com um custo menor e existe

uma demanda latente por alimentos, nada mais natural do que aproveitar esse dinamismo que as cidades tendem a apresentar para se desenvolver.

Ademais, podemos entender o rural como um ambiente em constante transformação. As novas ruralidades, exploradas a partir de um novo conceito do campo onde o urbano passa a valorizar mais o espaço rural, nos permite pensar em uma maior aproximação desses espaços. Essa aproximação pode permitir que o pequeno agricultor consiga agregar valor aos seus produtos e serviços e que os cidadãos urbanos possam usufruir e apreciar as belezas do campo.

Na contramão de uma visão pessimista, que algumas vezes perseguem àqueles que se dedicam ao estudo do desenvolvimento rural brasileiro, cabe ressaltar a importância que exerce o diálogo sobre as relações urbano x rural no Brasil. Através dos estudos mais recentes sobre temas como produtos agroalimentares, gastronomia e turismo no meio rural, podemos melhor compreender as possibilidades e as reais condições que se encontram em diversas regiões do país.

Nessa linha de raciocínio, é preciso destacar o papel que a cultura local desempenha, na medida em que as características do espaço natural, da cultura local e das manifestações culturais do lugar podem permitir o desenvolvimento sustentável e equilibrado das comunidades rurais. O patrimônio cultural, compreendido através de suas dimensões materiais e imateriais, permitem a essas comunidades a criação e execução de projetos de desenvolvimento, nos quais os agentes passam a serem os próprios moradores da localidade.

Com isso, o espaço rural passa a ter, cada vez mais visibilidade social, ao mesmo tempo em que permite a permanência dos sujeitos em seu lugar de origem, articulando e aproximando as relações entre o rural e o urbano. Nessa nova articulação, o rural toma relevo, não mais numa posição de inferioridade ou superioridade, mas sim de interação entre os dois espaços.

Referências

ABRAMOVAY, R. Agricultura Familiar e desenvolvimento territorial. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, Pelotas, v. 28, n. 1, 2, 3, v. 29, n. 1, p. 1-21, jan. 2008.

_____. Funções e Medidas da Realidade no Desenvolvimento Econômico. IPEA – **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, 2000. Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0702.pdf>. Acesso em: 13/09/2016.

_____. et al. **Juventude e Agricultura Familiar: Desafios dos Novos Padrões Sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998.

AZEVEDO, F. F.; PESSÔA, V. L. S. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil: Uma Análise sobre a Distribuição Regional e Setorial dos Recursos. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 23, p. 483-496, set/dez. 2011.

BRUNO, R. Desigualdade, Agronegócio, Agricultura Familiar no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 142-160, abr. 2016.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 5, n. 10, p. 312-347, jul/dez. 2003.

BRASIL. PRONAF. **Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/08/entenda-o-programa-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar-pronaf>>. Acesso em: 10/09/2016.

CAUME, D. J. Agricultura Familiar e Agronegócio: Falsas Antinomias. **Revista Redes**, Santa cruz do Sul, v. 14, n. 1, p. 26-44, jan/abr. 2009.

CRUZ, S. S. d. O Fenômeno da Pluriatividade no Meio Rural: Atividade Agrícola de Base Familiar. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 110, p. 241-269, abr/jun. 2012.

CONTERATO, M. A. **A mercantilização da agricultura familiar do Alto Uruguai/RS: um estudo de caso no município de Três Palmeiras**, Porto Alegre, UFRGS/PGDR, 2004. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/4549/000457592.pdf?sequence=1>. Acesso em: 29/11/16.

ESCHER, F. et al. Caracterização da Pluriatividade e dos Plurirrendimentos da Agricultura Brasileira a Partir do Censo Agropecuário 2006. **Revista Economia e Sociedade Rural**, Brasília, v. 52, n. 4, p. 643-668, out/dez. 2014.

FILHO, J. E. R. V.; SILVEIRA, M. F. J. da. Mudança Tecnológica na Agricultura: uma revisão crítica da literatura e o papel das economias de aprendizado. **RESR**, Piracicaba-São Paulo, v. 50, n. 4, p. 721-742, out/dez. 2012.

FAUTH, E. M. Agricultura familiar: evolução favorável em anos recentes. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 35, n. 4, p. 51-60, jan. 2008.

FAVARETO, A. A Abordagem Territorial do Desenvolvimento Rural – Mudança Institucional ou “Inovação por Adição?”. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 299-319, dez. 2010.

FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 10 set. 2016.

GUILHOTO, J. J. M. et al. A importância do agronegócio familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 355-382, jul/set, 2006.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Katál**, Florianópolis v. 10, n. esp. p. 37- 45, abr. 2007.

MACIEL, R. C. G; JUNIOR, F. B. d. L. Inovação e Agricultura Familiar Rural na Amazônia: O Caso da Mandioca no Estado do Acre. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 2, p. 202-223, maio/ago. 2014.

MATTEI, L. Emprego Agrícola: Cenários e Tendências. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 35-52, set/dez. 2015.

MATTOS. E. A. C. d; MEDEIROS, R. M. V. A Relação Campo-Cidade e as “Novas” Ruralidades. **Para Onde!?**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p.1-15, ago/dez. 2011.

MOREL, B. L. G; PINTO, P. R. L; PONTES, R. P. **Uma Análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no Corede Sul**. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/05/201405277eeg-mesa21-analiseprogramanacionalfortalecimentoagriculturafamiliarpronaf.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2016.

NASCIMENTO, C. A. d. A Pluriatividade das Famílias Rurais no Nordeste e no Sul do Brasil: Pobreza Rural e Políticas públicas. **Economia e Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 317-348, ago. 2009.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento Rural no Brasil: Os Limites do Passado e os Caminhos do Futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo v. 15, n. 43, p. 83-100, set/dez. 2001.

PAIVA, C. A. Contribuição para uma Política Voltada à Maximização da Rentabilidade da Agricultura Familiar Sujeito a Disponibilidade Relativa dos Recursos e da Divisão do Trabalho. **Colóquio**, Taquara, v. 13, n. 1, p. 123-150, jan/jun. 2016.

PERESTRELO, J. P. P; MARTINS, I. S. Modernização Rural: Transformações Econômicas e Suas Implicações Demográficas, epidemiológicas e Nutricionais nos Municípios de Monteiro Lobato e Santo Antônio do Pinhal. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 38-55, jul/dez. 2003.

PERROUX, François. O conceito de polo de desenvolvimento. *In*: FAISSOL, S. (Org.). **Urbanização e regionalização, relações com o desenvolvimento econômico**, Rio de Janeiro: IBGE, 1997.

PLEIN, C; FILIPPI, E. E. Capitalismo, Agricultura Familiar e Mercados. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 3, p. 98-121, set/dez. 2011.

RUA, J. Urbanidades no Rural: O Devir de Novas territorialidades. **Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006.

SANGALLI, A. R; SCHLINDWEIN, M. M. A Contribuição da Agricultura Familiar para o Desenvolvimento Rural de Mato Grosso do Sul – Brasil. **Redes – Revista de Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 18, n. 3, p. 82-99, set/dez. 2013.

SANTOS, J. G. R. d; CASTRO, S. S. d. Influência do Meio Físico na Produção dos Assentamentos Rurais das Regiões do Sul e do Nordeste Goiano. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 28, n. 1, p. 95-116, jan/abr. 2016.

SANTOS, H. F. d. Modernização da Agricultura e Relação Campo-Cidade: Uma Análise a partir do Agronegócio Cafeeiro no Município de Alfenas – MG. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 15, n. 51, p. 154-171, set. 2014.

SANTOS, E. L. et al. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**, Canoinhas – SC, Ano 2, n. 1, p. 44-61. Jul. 2012.

SCHNEIDER, S. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **RBCS**, v. 18, n. 51, p. 99-121, Viçosa – MG, fev. 2003.

SIMIONI, F. J. As Inter-relações entre a Família e o Espaço Rural e Urbano: A Determinação da Renda Familiar. **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/639.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2016.

SIMIONI, F. J.; BINOTTO, E.; BATTITON, J. Informação e Gestão na Agricultura Familiar da Região Oeste de Santa Catarina. **G&DR**, Taubaté - SP v. 11, n. 3, p. 152-177, set-dez. 2015.

SPOSITO, M. E. B. S. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. *In*. SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.) **Cidade e Campo – Relações e Contradições e entre o urbano e rural**, 3. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013, p. 111-130.

TEIXEIRA, J. C. Modernização da Agricultura no Brasil: Impactos Econômicos, Sociais e Ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas-MS, v. 2, n. 2, p. 21-42, set. 2005.

TOLEDO, E; TONI, F. Existe um Processo de Esvaziamento Populacional nas Regiões Rurais Brasileiras? **Colóquio**, Taquara, v. 13, n. 1, p. 89-107, jan/jun. 2016.

VEIGA, J. E. d. Destinos da Ruralidade no Processo de Globalização. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 51-67, maio/ago. 2004.

_____. Economia Política da Qualidade. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 50, n. 30, p. 338-344, jul/set. 2010.

_____. Nascimento de Outra Ruralidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 333-353, maio/ago. 2006.

WANDERLEY, M. d. N. B. A Emergência de uma Nova Ruralidade nas Sociedades Modernas Avançadas – o “Rural” como Espaço Singular e Ator Coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 87-147, out. 2000.

WANDERLEY, M. de N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 15, p. 42-61, out. 2003.

WANDSCHEER, E. A. R; DUTRA, D. J. D. S; FONTOURA, L. F. M. A relação entre o Rural e o Urbano: Transformações e Dinâmicas na Formação Espaço-Temporal de Canguçu e Horizontina, Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista Geografia**, Londrina, v. 21, n. 1, p. 163-183, jan/abr. 2012.

9. ANÁLISE DOS IMPACTOS AMBIENTAIS E DA VIABILIDADE DA PRODUÇÃO DE TOMATE E MORANGO COM A UTILIZAÇÃO DE TÉCNICAS DE TRANSIÇÃO ORGÂNICA

STADTLOBER, Graziely Amorim Weiland¹

BISOGNIN, Ramiro Pereira²

REDIN, Marciel³

CLASEN, Bárbara Estevao⁴

BOHRER, Robson Evaldo Gehlen⁵

1. INTRODUÇÃO

O homem possui uma relação de exploração com a natureza, na qual o meio ambiente fornece todos os recursos naturais para atender suas necessidades e recebe de volta os rejeitos das atividades humanas. Esta exploração acarreta, muitas vezes, a degradação ambiental, que é entendida por Muggler *et al.* (2006) como o fruto de uma concepção e uma relação com a natureza que se contrapõe à sustentabilidade. Para os autores, a degradação ambiental está relacionada com a concepção que as pessoas, individual ou coletivamente, têm da sua relação com a natureza, com o meio ambiente.

Esta relação do homem com o meio ambiente não é diferente na agricultura convencional, uma vez que as práticas básicas de produção de alimentos, como aponta Gliessman (2001), envolvem o cultivo intensivo do solo, monocultura, irrigação, aplicação de fertilizantes inorgânicos, controle químico de pragas e a transgenia. Deste modo, a agricultura convencional reduz a qualidade do solo e da água de diferentes maneiras, altera significativamente a hidrografia regional, provoca danos na ecologia dos rios, perda da diversidade genética, dependência dos insumos agrícolas, perda do controle local de produção, aumentando o custo de cultivo, além de danos profundos no ambiente e, frequentemente, na saúde humana.

A matriz produtiva no Brasil, desde a Revolução Verde baseou-se na agricultura intensiva, visando capital, monocultora, e o consumo de uma grande carga de insumos, entre eles os diversos tipos de agrotóxicos. O presente método produtivo não garante a soberania e segurança alimentar, pois está vinculado diretamente ao capital e ao acúmulo de riqueza por parte dos grandes produtores. Atualmente, sob o olhar capitalista, o alimento deixou de ser produto de sobrevivência humana passando a ser mercadoria (CUNHA *et al.*, 2015).

Ademais, a agricultura convencional intensifica os impactos negativos ao meio ambiente (DEUS; BAKONY, 2012), uma vez que provoca a “contaminação e/ou poluição do solo, dos recursos hídricos e dos alimentos, além de desperdício de água e desequilíbrio da fertilidade do solo” (PIRES *et al.*, 2004). Este desequilíbrio ocorre, por exemplo, pelo acúmulo dos agrotóxicos que fragilizam e desencadeiam a absorção de elementos minerais (SOARES; PORTO, 2007).

Considerando os impactos ambientais causados pela agricultura convencional e a necessidade de se buscar alternativas viáveis de produção de alimentos, o presente estudo objetivou analisar os potenciais impactos ambientais da horticultura e a viabilidade econômica da produção de tomate e morango com a utilização de técnicas de transição orgânica em propriedade rural do Rio Grande do Sul.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A agricultura convencional possui elevado potencial de impacto negativo ao meio ambiente, pois promove o uso intensivo do solo, a aplicação de fertilizantes inorgânicos, irrigação e aumento do uso de agrotóxicos. Isto ocorre principalmente na monocultura, onde as espécies vegetais plantadas se tornam mais suscetíveis a ataques devastadores de pragas específicas, e por isso demandam de proteção química (GLIESSMAN, 2000).

De acordo com o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), Resolução nº. 001/86 considera-se como impacto ambiental as alterações das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, “resultante das atividades que, direta ou indiretamente, afetam: a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e a qualidade dos recursos ambientais” (BRASIL, 1986).

A contaminação dos solos das zonas rurais está diretamente relacionada com os usos de defensivos agrícolas, da grande mecanização que envolve o uso de máquinas agrícolas pesadas e fertilizantes industrializados. De acordo com Santos e Oliveira (2015), os impactos ambientais negativos do uso dos fertilizantes e agrotóxicos resultam na intoxicação dos seres vivos e destruição dos agroecossistemas.

Os fertilizantes sintéticos e os defensivos químicos quando usados, independente do modo de aplicação, desenvolvem no meio ambiente uma dinâmica muito complexa. Múltiplos são os fatores que promovem a contaminação do solo e das águas, tais como a ação dos ventos e água da chuva, que promovem a deriva, a lavagem das folhas tratadas, a lixiviação e a erosão. Independente do trajeto que os fertilizantes sintéticos e os defensivos químicos percorrem no ambiente, o homem é o principal causador dessas modificações nos ecossistemas, devido ao mau uso dos fitossanitários agrícolas (SANTOS; OLIVEIRA, 2015).

Diante dos impactos mencionados, o que se espera para a agricultura é um novo ponto de vista construído sobre os aspectos de conservação de recursos e de conhecimento de métodos ecológicos modernos. Esta nova abordagem, conhecida como agroecologia, busca minimizar os danos ambientais, usufruindo dos recursos

naturais de forma sustentável, sem esquecer-se do aspecto social (GLIESSMAN, 2001).

Vale destacar que a agroecologia revela-se como uma nova abordagem que compõe os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos para compreensão e avaliação dos danos causados pelas tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a população como um todo. Deste modo, ela usa os agroecossistemas como uma unidade de estudo, indo além da visão unidimensional, incluindo as dimensões culturais e socioambientais (ALTIERI, 2004).

Entre a agricultura convencional e a agroecologia, as técnicas de cultivo de transição orgânica apresentam-se como alternativa relevante e viável para a retomada do uso de antigas práticas agrícolas, porém com a utilização de tecnologias modernas de produção agropecuária que possibilitam o aumento da produção com o mínimo de interferência nos ecossistemas (ORMOND *et al.*, 2002).

Conforme o Art. 1º da Lei Federal nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, considera sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais. O sistema de produção orgânica tem por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não renovável, e sempre que possível, busca métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, além de promover a proteção do meio ambiente.

Desta forma, a agricultura orgânica opera na produção mais limpa de alimentos, como também “na preservação e recuperação dos recursos naturais, na mudança da relação homem-natureza, na transformação das relações sociais, na distribuição de renda, no reverso da artificialização dos espaços e urbanização territorial” (BALEM e SILVEIRA, s. d., p. 2).

O estudo da produção de tomate e de morango se justifica pela importância econômica das culturas e pelo significativo número de casos de contaminação por agrotóxicos, como apresentado abaixo.

O tomateiro (*Solanum Lycopersicum*) é uma das plantas hortícolas mais cultivadas no mundo, do mesmo modo é um dos vegetais mais consumidos, tanto na forma *in natura*, como na forma industrializada (RODRIGUES, 2015) e no Brasil, o cultivo de tomate desempenha um importante papel socioeconômico. Conforme o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, em 2015 foi produzido 4.184.938 toneladas do fruto (IBGE, 2016). Pelos dados da Agência Nacional de Vigilância

Sanitária (ANVISA, 2013), através do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA), a cada 68 amostras analisadas de tomate em 2011 no Rio Grande do Sul, 24 foram consideradas insatisfatórias, ou seja, 35% continham resíduos de ingredientes ativos não autorizados ou continham resíduos de agrotóxicos autorizados, mas em concentração superior ao estabelecido. No âmbito nacional esse índice é menor, a cada 151 amostras, 18 foram consideradas insatisfatórias, o que corresponde a 12 % do total.

Por fim, o fruto do morangueiro (*Fragaria vesca* – Rosaceae) também apresenta acentuada importância, pois essa é a principal fonte de renda de muitas famílias (LAZZAROTTO; FIORAVANÇO, 2011). A produção do fruto em 2006, segundo o Censo Agropecuário, foi de 72.245 toneladas em 7.777 estabelecimentos rurais (IBGE, 2009). Os maiores produtores foram Minas Gerais, seguidos pelo Rio Grande do Sul e Paraná. De acordo com Oshita e Jardim (2012, p. 1) “o morango é uma das culturas que lideram, desde o ano de 2002, o ranking dos alimentos mais contaminados por resíduos de agrotóxicos no Brasil”. Pelos dados do PARA, ANVISA (2013), a cada 79 amostras analisadas em 2012, 34 foram consideradas insatisfatórias, correspondendo a 43% do total para a cultura no estado do Rio Grande do Sul. No âmbito nacional, a cada 211 amostras, 125 foram consideradas insatisfatórias, o que correspondendo a 59 % do total.

3. METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva e explicativa. Em um primeiro momento, faz uma descrição da literatura consultada em artigos científicos e livros que abordam agricultura orgânica e convencional e descreve as atividades do local de estudo. Em seguida, na sua essência, caracteriza-se como uma pesquisa explicativa, pois busca identificar os fatores que contribuem ou determinam para a ocorrência, ou a maneira de ocorrer dos fatos. Segundo Santos (2000), ela visa aprofundar o conhecimento da realidade para além das aparências dos seus fatos. Pelos procedimentos de coleta, esta pesquisa trata-se de um estudo de caso, com o objetivo de aprofundar os aspectos característicos do local de estudo. Com relação à caracterização em função das fontes de informação, esta pesquisa está dentro do contexto de pesquisa de campo, que se dá através da coleta de dados *in natura*.

Para Gil (2008), a pesquisa explicativa tem como objetivo primordial identificar fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência de fenômenos, podendo apresentar subjetividade em determinados momentos em função das interpretações dos resultados. Contudo, possuem grande utilidade em função de sua aplicação prática.

3.1 Descrição da área de estudo

Os dados foram coletados, entre os meses de maio a setembro de 2016, em uma propriedade rural na localidade de Alto Molina, interior do município de Três Passos, que se situa no noroeste do estado do Rio Grande do Sul. O município possui cerca de 24.000 habitantes segundo censo do IBGE 2010 e uma área de 268,396 Km², o que corresponde a 0,09 % da área total do estado.

A propriedade rural avaliada possui 4,0 ha de área total, com aproximadamente 1,8 utilizadas para cultivo de diversas hortaliças e 2,2 ha de florestas, que contemplam Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL), demonstrado na Figura 1.

Figura 1 – Vista aérea da propriedade rural estudada.



Fonte: Acervo particular do agricultor, dono da propriedade, s. d.

3.2 Identificação dos potenciais impactos ambientais negativos das atividades desenvolvidas na propriedade

Para a identificação dos potenciais impactos negativos da atividade desenvolvida, foi realizado levantamento de dados do meio biológico, físico e antrópico da propriedade, com vista à organização da relação existente entre os componentes da paisagem e os impactos para elaboração de uma Matriz de Interação, metodologia indicada para avaliação de impactos ambientais. Também foram levantados dados relacionados à ocupação da área pelo proprietário como

tempo em que a família reside no local, cultiva outras culturas, há quanto tempo a família produz hortícola e qual a pretensão em produzir de forma ecológica/orgânica.

A Matriz de Interação foi utilizada para auxiliar a visualização e a valoração dos impactos sobre os diferentes componentes do meio ambiente relacionados ao cultivo dos alimentos na propriedade. Para tanto se utilizou a metodologia adotada por Bianchini et al. (2014), porém como modificações.

A simbologia das variáveis e o significado dos termos utilizados na classificação dos impactos estão apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 – Simbologia das variáveis e significado dos termos utilizados na classificação dos impactos ambientais da produção de hortaliças com técnicas de transição orgânica.

Classificação dos impactos	Simbologia e significado
Natureza: refere-se aos efeitos dos impactos relativos ao fato de gerar benefícios ou prejuízos ao meio ambiente	(P) Positivo
	(N) Negativo
	Indeterminado
Causa: indica a origem do impacto	(D) Direta
	Indireta
	(A) Ambas
Duração: orientação ao tempo de duração do impacto	(T) Temporário
	(P) Permanente
	(C) Cíclico
	(R) Recorrente
Importância: aborda a significância do impacto ao meio em análise	(G) Grande
	(M) Média
	(P) Pequena
Possibilidade de reversão: orientação quanto à possibilidade de se evitar ou atenuar efeitos de impactos negativos	(R) Reversível
	(P) Parcialmente reversível
	(I) Irreversível
Medidas compensatórias: possibilidade de geração e aplicação de medidas para compensar os efeitos negativos da atividade	(S) Sim
	(N) Não

Fonte: Adaptado de Bianchini et al. (2014).

3.3 Análise da viabilidade econômica da produção de tomate e morango com a utilização de técnicas de transição orgânica

A escolha do tomate e morango para a análise da viabilidade econômica se deve ao fato das culturas serem de grande importância econômica para a família e por serem uns dos alimentos mais contaminados pelo uso intensivo de agrotóxicos no Rio Grande do Sul e no País (LAZZAROTTO; FIORAVANÇO, 2011; RODRIGUES, 2013, ANVISA, 2013).

Por meio de análise dos custos observados em notas fiscais e pelo relato dos proprietários do imóvel, pretendeu-se identificar todos os custos financeiros com a produção agrícola do tomate e morango, como por exemplo, os custos com a compra de sementes, mudas, fertilizantes, inseticidas, lonas, canos, sacos de cultivos (Slab), entre outros produtos.

Estes custos foram compilados e, posteriormente, elaborado uma tabela de custos para os cultivos do morango e tomate.

3.4 Ações para redução dos impactos ambientais negativos

Após a identificação dos impactos ambientais negativos, aqueles mais significativos foram priorizados, aos quais foram sugeridas ações de mitigação de danos, com a finalidade de reduzir e prevenir a degradação ambiental da área.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Identificação dos potenciais impactos ambientais negativos

Os proprietários da área estudada cultivam por meio da hidroponia e plantação direta ao solo mais de doze tipos diferentes de hortaliças para venda, sendo elas tomate, morangos, alface, rúcula, salsinha, cebolinha, agrião, couve folha, pepino, melão, entre outros. E para o consumo da família eles possuem pessegueiros, laranjeiras, bergamoteiras, jabuticabeiras, ameixeiras, goiabeira, mandioca, bem como açude para peixes, uma vaca para leite e seus filhotes para corte, porco, galinhas e abelhas para produção de mel.

Anteriormente ao cultivo de verduras, legumes e condimentos a família arrendavam terras e plantavam soja e milho, e esta produção não supria as necessidades financeiras da família e segundo eles era um trabalho árduo, para o qual não viam resultados positivos à continuidade da produção. Deste modo, a família há dezessete anos deu início à horticultura, deixando de arrendar terras. Para a produção de hortaliças e frutas de consumo próprio, a propriedade de quatro hectares é suficiente, sendo que para a produção mencionada, são utilizados

somente 1,8 ha. E a pouco mais de dois anos a família vem buscando produzir com o uso de insumos de origem orgânica.

A família é composta por seis pessoas, sendo elas vó, pai, mãe, filho, nora e neto. Esta família obtém toda renda da produção de alimentos e dessa forma suprem suas despesas pessoais, além dos custos com a manutenção e investimento na propriedade.

Constatou-se que os proprietários gostariam de produzir horticultura orgânica, todavia, eles relatam que não há assistência técnica para dar suporte para conseguir implantar e dar continuidade a este tipo de produção. Tal relato está de acordo com os resultados obtidos em estudo realizado por Loss e Foeger (2009). Segundo os autores, a adesão à agricultura orgânica é influenciada pelos princípios de vida, lucratividade e assistência técnica. Os impactos ambientais observados com sua respectiva classificação e seus atributos estão apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 – Impactos ambientais do cultivo de hortícolas com técnicas de transição orgânica em propriedade rural de Três Passos-RS.

IMPACTOS OBSERVADOS		NATUREZA	CAUSA	DURAÇÃO	IMPORTÂNCIA	REVERSÃO	MEDIDAS
BIOLÓGICO	Perda de habitat	N	D	P	G	P	S
	Perda do equilíbrio ecológico	N	I	P	G	I	S
	Perda da biodiversidade	N	I	P	G	P	S
FÍSICO	Contaminação química	I	D	C	M	P	S
	Uso de água subterrânea	N	D	P	G	P	S
	Alteração física do ambiente	N	I	P	G	P	S
	Aceleração dos processos erosivos	N	I	R	G	P	S
	Perda da camada superficial do solo	N	D	R	G	P	S
ANTRÓPICO	Aumento de renda e qualidade de vida	P	D	C	G	I	N
	Danos a Saúde	N	I	R	G	P	S
	Disposição de resíduos de forma irregular	N	D	R	G	R	S
	Produção de Alimentos	P	D	C	G	P	N
	Geração de resíduos	N	D	C	G	P	S

Legenda: (Natureza) P: positiva; N: negativo; I: indeterminado; (Causa) D: direta; I: indireta; A: ambas; (Duração) T: temporário; P: permanente; C: cíclico; R: recorrente; (Importância): G: grande; M: média; P: pequena; (Possibilidade de Reversão): R: reversível, P: parcialmente reversível; I: irreversível; (Medidas) S: sim; N: não.

Fonte: Autores, 2016.

Como se pode observar no Quadro 2, os impactos foram levantados de acordo com o meio onde foram observados, ou seja, meio biológico, físico e antrópico. Os impactos do meio biológico foram:

a) Perda de habitat: classificado como impactos de natureza negativa, causa direta, de duração permanente, importância grande, parcialmente reversível e com a possibilidade de adoção de medidas mitigadoras.

b) Perda do equilíbrio ecológico: caracterizado como de natureza negativa, causa indireta, duração permanente, grande importância, irreversível e com a possibilidade adoção de medidas mitigadoras.

c) Perda da biodiversidade: natureza negativa, causa indireta, duração permanente, grande importância, parcialmente reversível e com a possibilidade adoção de medidas mitigadoras.

Conforme o Quadro 2, 100% dos impactos do meio biológico foram classificados como de natureza negativa, 66,6% com causa indireta, 33,34% de causa direta, 100% com duração permanente e de grande importância, 66,66% parcialmente reversíveis e 33,34% irreversíveis. No entanto, 100% dos impactos negativos do meio biológico com a possibilidade de ações de mitigação.

A perda do habitat e do equilíbrio ecológico e, conseqüentemente, a perda da biodiversidade é a ameaça real mais importante enfrentada pela humanidade hoje e ocorre de forma rápida e em todos os lugares do planeta, em função do elevado nível de perturbações antrópicas dos ecossistemas naturais decorrentes na maioria das vezes pela agricultura. Deste modo, os agricultores devem preservar ao máximo as áreas de vegetação nativa para conservação da fauna (PAULINO; FERREIRA, 2015).

Quanto ao meio físico, os impactos foram:

a) Contaminação química: classificado como impactos de natureza indeterminada, causa direta, de duração cíclica, importância média, parcialmente reversível e com a possibilidade adoção de medidas mitigadoras.

b) Uso de água subterrânea: este impacto foi classificado de natureza negativa, causa direta, de duração permanente, importância grande, parcialmente reversível e com adoção de medidas mitigadoras.

c) Alteração física do ambiente: impactos de natureza negativa, causa indireta, de duração permanente, importância grande, parcialmente reversível e com a possibilidade adoção de medidas mitigadoras.

d) Aceleração do processo erosivo: impacto caracterizado como de natureza negativa, causa indireta, de duração recorrente, importância grande, parcialmente reversível e com a possibilidade adoção de medidas mitigadoras.

e) Perda da camada superficial do solo: este impacto foi classificado de natureza negativa, causa direta, de duração recorrente, importância grande, parcialmente reversível e com a possibilidade adoção de medidas mitigadoras.

Com relação aos impactos do meio físico, conforme Quadro 2, 80% deles são de natureza negativa e 20% de natureza indeterminada, 60% são de causa direta e 40% de causa indireta, 20% de duração cíclica, 40% de duração permanente e 40% de duração recorrente. Enquanto que 80% dos impactos são de grande importância, 20% são de importância mediana, e 100% são possíveis de reversão e/ou de implantação de medidas mitigadoras.

É no meio físico onde os recursos naturais são mais afetados pela horticultura, acarretando a contaminação química, o uso intensivo de água, alteração do ambiente, erosão e perda da camada superficial do solo, o que pode ser agravado em sistemas de produção convencional GLIESSMAN (2000).

No que se refere ao meio antrópico, os impactos foram:

a) Aumento de renda e qualidade de vida: impacto caracterizado de natureza positiva, causa direta, de duração cíclica, de grande importância, sem possibilidade de reversão e sem necessidade de medidas mitigadoras.

b) Danos à saúde: este impacto foi classificado de natureza negativa, causa indireta, de duração recorrente, importância grande, parcialmente reversível e com a possibilidade adoção de medidas mitigadoras.

c) Disposição de resíduos de forma irregular: o impacto foi classificado de natureza negativa, causa direta, de duração recorrente, importância grande, reversível e com adoção de medidas mitigadoras.

d) Produção de alimentos: classificado como impactos de natureza positiva, causa direta, de duração cíclica, de grande importância, parcialmente reversível e sem necessidade de medidas mitigadoras.

e) Geração de resíduos: este impacto foi classificado de natureza negativa, causa direta, de duração cíclica, importância grande, parcialmente reversível e com a possibilidade adoção de medidas mitigadoras.

Referente aos impactos no meio antrópico, 40% são de natureza positiva e 60% de natureza negativa, 80 % de causa direta e 20% de causa indireta, 60% duração cíclica e 40% de duração recorrente. Enquanto que 100% dos impactos foram considerados de grande importância, 60% parcialmente reversíveis, 20% irreversíveis e 20% reversíveis. Ainda, neste meio, 40% dos impactos levantados não possuem necessidade de medidas mitigadoras e 60% são passíveis de ações mitigadoras.

4.2 Análise da viabilidade econômica da produção de tomate e morango com a utilização de técnicas de transição orgânica

Este item limitou-se a produção de tomate e morango por se tratar de um produto alimentício de grande importância econômica para a família e por serem uns dos alimentos mais contaminados pelo uso intensivo de agrotóxicos em seus cultivos no Brasil (LAZZAROTTO e FIORAVANÇO, 2011; RODRIGUES, 2013; ANVISA, 2013).

O modelo de produção empregado na propriedade é bastante oneroso e dependente dos produtos externos, como por exemplo, todas as hortaliças, suas sementes ou mudas são compradas.

No caso dos tomates e morango, a metade do valor da venda, de praticamente todos os anos, é utilizada para cobrir os custos de produção. Com os outros produtos se ganha um lucro maior. Os gastos com compra de sementes, mudas, fertilizantes, inseticidas, lonas, canos, sacos de cultivos (Slab), entre outros produtos torna a atividade muito onerosa. A Tabela 1 aponta os custos da produção de quatro mil mudas de tomate, em reais e porcentagem.

Tabela 1 – Custos do cultivo de quatro mil tomateiros

Insumo	Custo (R\$)	Custos em %
Sacos de cultivo	8.050,00	40,74
Caixa d'água	1.200,00	6,07
Canos PVC	1.008,00	5,10
Gotejo	200,00	1,01
Fertilizantes	6.000,00	30,37
Fungicidas	104,00	0,53
Inseticida	96,00	0,50
Custos diversos	3.100,00	15,68
Total	19.758,00	100

Fonte: Autores, 2016.

Como apresentado na Tabela 1, os custos mais altos referem-se aos sacos de cultivo e fertilizantes. Os custos diversos se referem aos gastos com energia elétrica para bombear água do poço artesiano e custos extras com a eventual compra de fungicida, inseticida ou pesticida de base orgânica, devido ao aparecimento de alguma doença no tomate, ou seja, podem variar a cada mês.

Quanto à rentabilidade da produção do tomate, o preço desse fruto sofre grandes oscilações, conforme a safra e o período do ano. Todavia se comparado o preço de venda do tomate longa vida na Ceasa (Central de Abastecimento) da região Sul do Brasil para os supermercados, ao do produtor estudado, verifica-se que esse produtor consegue vender seu produto com maior valor agregado, uma

vez que o preço de venda, por kg, da Ceasa Rio Grande do Sul, em novembro de 2016, variava de R\$ 1,00 a R\$ 2,00, e em Santa Catarina oscilava de R\$ 1,27 a R\$ 1,58, enquanto que no estado do Paraná variava de 1,40 a R\$ 1,50. Já o produtor, nesse mesmo período, comercializava o kg do tomate por R\$ 3,00, o que representa, por vezes, mais que o dobro dos valores comercializados pelas Ceasa do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

De acordo com os produtores, cada pé de tomate produz em média nove quilos, assim as quatro mil mudas juntas possuem potencial de produzirem 36 mil quilos. Considerando que cerca de 65% da produção é comercializada, isto representa uma renda bruta à família de R\$ 70.200,00, que descontado os custos, possibilita, ainda, um valor líquido de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por ano.

Os custos de insumos com a produção de morango, em reais e porcentagem, estão compilados e apresentados na Tabela 2. Salienta-se que na propriedade não é feita a produção de sementes e as mudas de morango são provenientes da Patagônia. Conforme Oliveira et al. (2005), 80% das mudas utilizadas no Rio Grande do Sul são importadas do Chile e Argentina. O custo de cada muda é de R\$ 1,20, devendo ser adquiridas novas mudas todos os anos, haja vista que as plantas não conseguem sobreviver ao calor do verão, tornando o produtor dependente dos seus fornecedores.

Tabela 2 – Custos de produção com o cultivo de seis mil mudas de morangueiro.

Insumo	Custo (R\$)	Custos em %
Mudas (6000)	7.200,00	31,34
Fertilizantes	4.500,00	19,78
Canos de gotejos	4.000,00	17,57
Lona	3.900,00	17,14
Custos diversos	3.100,00	13,62
Inseticida	56,00	0,25
Total	22.756,00	100

Fonte: Autores, 2016.

Nota-se conforme a Tabela 2, que o maior custo com a plantio do morango é proveniente do valor das mudas. Conforme Reisser Junior et al. (2014) as mudas representam, em média, 25 % do custos com o cultivo.

Por conseguinte, a metade do valor adquirido com a venda desse produto é utilizada para cobrir os custos com a produção, ou seja, com a venda por R\$ 4,00 a bandeja, R\$ 2,00 são destinados aos custos com o cultivo. Desse modo, com a comercialização de cerca de 10.000 bandejas ao ano, o ganho líquido é estimado em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por ano.

No cenário do sistema convencional com altos custos de produção de alimentos é que surge o interesse de produzir de forma orgânica na perspectiva de fomentar uma alternativa de desenvolvimento para o meio rural, e que traga benefícios sociais e econômicos para a família (CARVALHO; CAMPOS, 2009).

Os resultados apresentados, principalmente quanto a valorização dos produtos comercializados, estão em conformidade com o descrito por Resende e Resende Júnior (2011). Segundo os autores, a produção no modo orgânico tem crescido muito nos últimos anos, apresentando-se como uma excelente alternativa para pequenos produtores, haja vista a valorização dos produtos pelo mercado consumidor, disposto a pagar mais por alimentos reconhecidamente mais saudáveis.

4.3 Ações para redução dos impactos ambientais negativos

Este estudo identificou como potenciais impactos negativos da atividade hortícola, conforme os resultados da matriz de interação, o uso de água subterrânea, geração de resíduos e disposição de resíduos de forma inadequada. Estes danos são os de maior intensidade negativa da atividade agrícola na propriedade rural analisada.

Como ações para redução do consumo de água subterrânea, tem-se como alternativa, a adoção de sistema de captação de água de chuva através de cisternas, o que segundo Barros et al. (2013), representa uma tecnologia acessível e de baixo valor capaz de armazenar grandes volumes de água durante o ano.

Outro problema evidenciado na propriedade que merece destaque, é o mau gerenciamento dos resíduos sólidos. Na área de cultivo são encontrados inúmeros resíduos dispostos no solo, como plásticos, lâmpadas, arames, entre outros resultantes das práticas adotadas no local. Para reverter essa situação, sugerem-se, como instrumento de mudança na concepção de gestão dos resíduos sólidos, ações de educação ambiental com todos os integrantes da propriedade.

Entende-se que a educação ambiental promove ao indivíduo conscientização, onde o mesmo começa atuar ativamente no diagnóstico dos problemas ambientais, buscando plausíveis soluções, tornando-se um agente transformador, através do desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes com uma conduta ética combinada ao exercício da cidadania (MORAES, 2004).

5. CONCLUSÕES

A realização deste trabalho possibilitou o entendimento dos impactos negativos da agricultura convencional na qualidade ambiental, que são ocasionados, principalmente, pelo cultivo intensivo do solo, monocultura, irrigação, aplicação de

fertilizantes inorgânicos, controle químico de pragas e devido ao uso de sementes cientificamente criadas.

A aplicação da matriz de interação de impactos permitiu constatar que as atividades de maior potencial deletério a qualidade ambiental se referem ao consumo de água para irrigação, o que pode ser minimizado com a construção de uma cisterna de água, e também a má gestão dos resíduos sólidos, que pode ser revertida com ações de educação ambiental.

Os resultados obtidos com a pesquisa e levantamento de dados permitiram realizar as considerações e propor ações para reduzir os impactos ambientais danosos ao meio ambiente em estudo.

O presente trabalho também permitiu concluir que apesar do custo de produção ser oneroso para as duas culturas avaliadas, a produção de base orgânica permite a comercialização dos produtos com maior valor agregado, quando comparado ao da Ceasa, principalmente no caso do tomate, que apesar das oscilações do seu preço conforme época do ano, ainda permite um ganho líquido em torno de cinquenta mil reais ao ano. No caso do morango o lucro é estimado em torno de vinte mil reais ao ano. Desta forma, a família da propriedade estudada obtém toda renda da produção de alimentos e suprem suas despesas pessoais, além dos custos com a manutenção e investimento na propriedade.

Referências

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora UFSM, 2004. 110 p.

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos - PARA**. Brasília: ANVISA; 2013. 44 p.

BALEM, T; SILVEIRA, P. R. (s/d). **Agroecologia: além de uma ciência, um modo de vida e uma política pública**. Secretaria de Desenvolvimento Rural de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 20 p. Disponível em: <<http://coral.Ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/01.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2016.

BARROS, J. D. S.; TORQUATO, S. C.; AZEVEDO, D. C. F.; BATISTA, F. G. A. **Percepção dos agricultores de cajazeiras na Paraíba, quanto ao uso da água de chuva para fins potáveis**. Revista Holos, v. 2, 2013. p. 50 – 65.

BRASIL. **Conselho Nacional do Meio Ambiente**. Resolução n.001, de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para o Relatório de Impacto Ambiental RIMA. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 fev. 1986.

BRASIL. Decreto nº. 7.794 de 20 de agosto de 2012. **Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. Brasília – DF, 20 ago. 2012. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm>. Acesso em: 10 out. 2016.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Abastecimento. **Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre a agricultura orgânica. Disponível em: <www.agricultura.gov.br>. Acesso em: 20 set. 2016.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA / SAF / DATER / IICA, 2004. 166 p.

CARVALHO, C. R. R.; CAMPOS, F. R. **Análise dos aspectos econômicos e ambientais da cadeia agroindustrial do tomate no estado de Goiás**. Boletim Goiano de Geografia, v. 29, 2009, p.163-178.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARANÁ S.A. **Variação semanal e análise mercadológica dos principais produtos comercializados no Paraná**. Disponível em: <http://www.ceasa.pr.gov.br/arquivos/File/DITEC/ANO_2016/CURITIBA_2016/21112016.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2016.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. **Variação semanal e análise mercadológica dos principais produtos comercializados no Rio Grande Do Sul**. Disponível em: <<http://www.ceasa.rs.gov.br/cotacao.php>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE SANTA CATARINA S.A. **Variação semanal e análise mercadológica dos principais produtos comercializados em Santa Catarina**. Disponível em: <<http://www.ceasasc.com.br/cotacao-de-precos>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

CUNHA, A. S.; BELING, H. M; FAGUNDES, L. A. **Soberania Alimentar e Agroecologia: uma relação intrínseca**. Cadernos de Agroecologia, v. 10, n. 3. 2015. Disponível em: <http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/17841/11630>. Acesso em: 07 set. 2016.

DEUS, R. M. de; BAKONY, S. M. S. **O impacto da agricultura sobre o meio ambiente**. Rev. Elet. em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental. 2012, v.7, n. 7, pp. 1306-1315. ISSN: 2236-1170. Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/5625-27094-2-PB.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLIESMANN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2001. 653 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 01 out. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/prevsaf/>>. Acesso em: 01 out. 2016.

LAZZAROTTO, J. J.; FIORAVANÇO, J. C. **Produção de morango em sistema semi-hidropônico**: estudo de caso para avaliar indicadores econômico-financeiros e riscos associados. Bento Gonçalves: Circular Técnica 88. 2011. 16 p.

LEFF, E. **Agroecologia e saber ambiental**. In: Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v.3, n.1. Jan./Mar. 2002.

LOSS, A. T. G.; FOEGER, M. J. **Benefícios e desafios da Agricultura Orgânica nas pequenas propriedades rurais de Santa Teresa/ES: Um estudo de caso**. REVISTA BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA, [S.l.], v. 4, n. 2, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/rbagroecologia/article/view/7828>>. Acesso em: 26 set. 2016.

MASERA, D. **A Produção e o Consumo sustentável na América Latina e Caribe**. In: PNUMA (2004). A Produção mais limpa e o Consumo sustentável na América Latina e Caribe, p. 20-28. Disponível em: <http://www.cqgp.sp.gov.br/gt_licitacoes/publicacoes/AProducaoMaisLimpaeoConsumoSustentavelNaALeC.pdf>. Acesso em: 10 out. 2016.

MORAES, M.C **Pensamento Eco-sistêmico: educação aprendizagem e cidadania no século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2004, 342 p.

MUGGLER, C. C.; PINTO SOBRINHO, F. de A.; MACHADO, V. A. **Educação em solos: princípios, teoria e métodos**. Rev. Bras. Ciênc. Solo [online]. 2006, v. 30, n. 4, p. 733-740. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-06832006000400014>>. Acesso em: 07 jun. 2016.

OLIVEIRA, R.P.; NINO, A.F.P.; SCIVITTARO, W.B. Mudanças certificadas de morangueiro: maior produção e melhor qualidade da fruta. **A Lavoura**, Rio de Janeiro, v.108, n.655, 2005.

ORMOND, J. G. P. *et al.* **Agricultura orgânica: quando o passado é futuro**. Rio de Janeiro: BNDES Setorial, 2002, 33 p.

OSHITA, D.; JARDIM, I. C. S. F. Morango: uma preocupação alimentar, ambiental e sanitária, monitorado por cromatografia líquida moderna. **Scientia Chromatographica**, v. 4, n. 1, 2012, p. 52-76.

PAULINO, F. A. FERREIRA, R. L. **A biodiversidade e os impactos ambientais potenciais decorrentes do Novo Código Florestal Brasileiro**. 2015. 13 p.

Disponível em: < http://escolasuperior.cetesb.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/60/2016/06/fabricio_alex_paulino.pdf>. Acesso em: 23 out. 2016.

PIRES, A. M. M.; VIEIRA, J. V.; SILVA, L. H. da. **Estimativa do impacto ambiental gerado pelo cultivo da cenoura Brasília no Distrito Federal**. Brasília, DF: Embrapa Hortaliças, 2004.

REISSER JUNIOR, *et al.* Panorama do cultivo do morangos no Brasil. **Revista Campo & Negócios**. 2014. p. 58-59. Disponível em: <<http://www.revistacampoenegocios.com.br/panorama-do-cultivo-de-morangos-no-brasil/>>. Acesso em: 04 out. 2016.

RESENDE, S. A. A.; RESENDE JUNIOR. **Cultivo orgânico: origem, evolução e importância socioeconômico e ambiental**. ENCICLOPÉDIA BIOSFERA, Centro Científico Conhecer - Goiânia, v.7, n.13; 2011, p. 1119-1127.

RODRIGUES, M. do S. A. **Biofilme a base de extrato de própolis vermelha e seu efeito na conservação pós-colheita de tomate tipo italiano**. Pombal, 2015. 82 f. Dissertação (Mestrado em Sistemas Agroindustriais) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar, 2015.

SANTOS, A. R. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento**. 3 ed. DP&A editora. Rio de Janeiro. 144 p., 2000.

SANTOS, T. R. dos; OLIVEIRA, H. S. **Agroecologia como temática de educação ambiental na preservação dos ecossistemas através da redução de agrotóxicos no contexto rural**. REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado de Educação Ambiental, [S.l.], p. 135-147, nov. 2015. Disponível em: <<https://www.er.furg.br/remea/article/view/4671/3393>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

SOARES, W. L.; PORTO, M. F. **Atividade agrícola e externalidade ambiental: uma análise a partir do uso de agrotóxicos no cerrado brasileiro**. Ciênc. saúde coletiva. 2007, v.12, n.1, p.131-143. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/S141381232007000100016>>. Acesso em: 27 mai. 2016.

TESSARO A. A.; BIANCHINI A.; TESSARO A. B. **Diagnóstico ambiental de uma propriedade rural no município de Nova Prata do Iguaçu – PR**. Revista Técnico-Científica do CREA-PR, 2ed., 2014. p. 19.

10. A ESTRATÉGIA DE DIVERSIFICAÇÃO DO SUSTENTO NO MEIO RURAL A PARTIR DA EXPLORAÇÃO DO TURISMO: O CASO DA ERVA MATE PAGNUSSAT DE MARAU-RS

PADILHA, Ana Claudia Machado¹
 FAORO, Daiane Thaise de Oliveira²
 SOUZA, Marcelino de³
 HOFF, Debora Nayar⁴

1. INTRODUÇÃO

O agronegócio passou por uma revolução tecnológica que possibilitou o aumento da produtividade, da diversificação dos cultivos, da competitividade no mercado global, entre outros, o que culminou com seu reposicionamento diante dos desafios enfrentados no setor. Destacadamente, a existência de fatores incontrolláveis na agricultura como o clima, as pragas, as doenças, a sazonalidade da produção, o baixo preço dos produtos, a defasagem tecnológica, geram insegurança nas famílias rurais (SCHULTZ; WAQUIL, 2011).

Notadamente, em razão de sua finalidade e tendo em vista suas condições objetivas de produção, os produtores familiares orientam sua produção segundo objetivos estratégicos e/ou critérios de racionalidade que, normalmente, visam reduzir ou racionalizar os custos totais de sustento da família e da produção; minimizar os riscos da sazonalidade e de mercado; garantir a segurança alimentar da família; garantir o emprego da mão-de-obra familiar; investir prioritariamente na melhoria e ampliação das condições de trabalho da produção, entre outros.

Assim, a estratégia de diversificação torna-se uma alternativa para reagir aos desafios relacionados ao agronegócio, uma vez que ela contribui para o aumento das fontes de renda o *portfolio* de renda, de modo a proporcionar a melhoria na qualidade de vida e, conseqüentemente, a permanência da família no meio rural (PADILHA, 2009; SCHINEIDER, 2010; YÉO et al., 2016).

Para Ellis (2000), a diversificação é considerada uma importante estratégia para diminuir a vulnerabilidade de acesso ao meio de subsistência da família. A diversificação dos meios de subsistência é uma estratégia comumente aplicada para lidar com choques econômicos e ambientais na redução da pobreza (GAUTAM;

¹ Doutora em Agronegócios (CEPAN/UFRGS), Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Passo Fundo (PPGAdm/UPF). E-mail: anapadilha@upf.br.

² Graduada em Administração (UNICRUZ), Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Passo Fundo (PPGAdm/UPF). E-mail: dfaoro22@hotmail.com.

³ Doutor em Engenharia Agrícola (UNICAMP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) e do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios (CEPAN), na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: marcelino.souza@uol.com.br.

⁴ Doutora em Agronegócios (CEPAN/UFRGS), Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Pampa (PPGA/Unipampa). E-mail: deborahoff@unipampa.edu.br.

ANDERSEN, 2016), bem como se destinam ao atendimento de demandas de pessoas em ambientes socioeconômicos que mudam drasticamente (KNIGHT, 2016).

Diante disso, autores como Padilha (2009), e Carvalho e Moesch (2013), consideram o turismo no meio rural como um exemplo de diversificação, uma vez que é uma atividade econômica que complementa a renda dos produtores, amplia a geração de trabalho e renda, preserva o solo, resgata as tradições, valoriza a cultura local, entre outros elementos.

Sendo assim, o objetivo do estudo é identificar os capitais utilizados na estratégia de diversificação de sustento rural na propriedade rural Erva Mate Pagnussat, localizada em Marau-RS.

Com relação à temática de diversificação de sustento rural, foi possível constatar em análises de publicações científicas em outros contextos, especialmente em países pobres localizados na África (ELLIS; MDOE, 2003; ELLIS; BAHIIIGWA, 2003; ELLIS; KUTENGULE; NYASULU, 2003; FREEMAN; ELLIS; ALISSON, 2004). Recentemente, pode-se identificar também o estudo de Wan et al. (2016) desenvolvido na China, o corrobora a pertinência de ampliação das possibilidades de aplicação da abordagem idealizada por Ellis (2000).

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 A diversificação enquanto estratégia de sustento de propriedades rurais

A diversificação do sustento rural é definida como um processo pelo qual o indivíduo ou a unidade familiar rural constrói um conjunto de atividades e bens com o objetivo tanto de sobreviver quanto de melhorar seu padrão de vida (ELLIS, 2000). Para Wan et al. (2016), é uma importante estratégia para as famílias que vivem em zonas áridas e semiáridas aumentarem suas fontes de renda e administrarem os riscos ambientais. Para os autores, as famílias que possuem fontes de renda múltiplas, têm uma maior possibilidade de conseguirem suportar os choques climáticos e outras pressões ambientais.

Quando são eliminados os obstáculos de acesso e identificadas oportunidades para a expansão da diversificação dos meios de vida, as unidades familiares acabam desenvolvendo capacidade para gerar um sustento seguro e melhorar seu padrão de vida (ELLIS, 1998).

A discussão da diversificação na ótica do sustento das propriedades rurais defendida por Ellis (2000) está relacionada com a criação de diversidade como um processo econômico e de movimento social, geralmente dentro da unidade familiar. Este processo reflete os fatores de pressão oriundos do meio conjuntural onde a família se insere, bem como as oportunidades que as levam a adotarem complexas

e diferentes estratégias de sustento. Para o autor, a diversidade de sustento no âmbito familiar não é, necessariamente, sinônimo de diversidade setorial (agricultura, manufaturados, serviços) dentro da economia rural, uma vez que um alto grau de diversidade familiar de sustento pode existir até mesmo no contexto de uma economia rural relativamente não diversificada em termos setoriais.

De acordo com Ellis (2000), as cinco categorias de ativos que compõem a plataforma de sustento de famílias rurais são conceituadas como segue:

a) capital natural: compreende a terra, água e os recursos biológicos que são utilizados pelas pessoas para gerar os meios de sobrevivência. Algumas vezes o capital natural é identificado como recurso ambiental, ou, ainda, como “meio ambiente”. Este tipo de capital não é estático e sua utilização para fins de sobrevivência não está restrita a atividades como coleta e caça. Os recursos podem ser divididos em recursos naturais renováveis e não renováveis, que se condicionam às questões geográficas (região de montanha) ou não (planície) e são constantemente depredados de acordo com a taxa de extração por indivíduos que deles usufruem;

b) capital físico: compreende o capital que é criado por meio de processos produtivos econômicos. Benfeitorias, máquinas, ferramentas, entre outros, são considerados ativos físicos. Em termos econômicos, o capital físico é definido como um bem de produção, contrastando com a ideia de bem de consumo. Tais recursos, quando servirem como residência da família, por exemplo, seriam considerados improdutivos; entretanto, passam a ser produtivos se a casa disponibilizar quartos para aluguel. No entanto, Ellis (2000) destaca que os avanços tecnológicos permitem a substituição de capitais naturais por capitais físicos ao longo do tempo e que esse processo de substituição pode potencialmente ajudar a reduzir a pressão sobre os recursos naturais que sofrem depredações fortes em determinadas regiões. Uma classe importante de ativos que facilitam a diversificação dos meios de sustento são os ativos infraestruturais, tais como as estradas, as linhas de abastecimento de energia e suprimento de água;

c) capital humano: é o trabalho doméstico disponível, influenciado por variáveis como educação, habilidade e saúde. O capital humano pode ser incrementado pelo investimento em educação e treinamento, bem como pela potencialização das habilidades que são adquiridas no desenvolvimento da própria atividade proposta;

d) capital financeiro e seus substitutos: compreende a liquidez que o grupo doméstico tem disponível para realizar suas estratégias; é um capital que pode ser potencializado com o acesso a uma linha de crédito subsidiada ou mesmo a fundo perdido. O capital financeiro, neste caso, não pode ser visto diretamente como forma produtiva de capital, mas cumpre sua função na plataforma de sustento das famílias ao converter-se em outras formas de capital ou ser utilizado diretamente no consumo. A característica fundamental deste tipo de ativo, na forma de dinheiro, é a

sua fungibilidade, ou seja, a facilidade de ser facilmente empregado em diferentes usos;

e) capital social: este termo tenta capturar os efeitos das relações do indivíduo ou unidade familiar com a comunidade na qual está inserido e seu acesso aos meios de sustento. É um termo que captura os vínculos do indivíduo e do grupo doméstico com a comunidade; em seu sentido social mais amplo, é a possibilidade de pertencer a um grupo social com variada capacidade de inclusão social. Capital social definido desta forma inclui recursos sociais e ativos (ELLIS, 2000; NIEHOF, 2004).

Ainda com relação ao capital social, Moser (1998) define-o como uma reciprocidade existente entre comunidades e entre unidades familiares, a qual se embasa na confiança derivada das ligações sociais. Para Bebbington (1999), o entendimento da função desse ativo ajuda a entender como os atores se engajam com outros nas esferas do mercado, Estado e sociedade civil com o objetivo de conseguir acesso aos recursos.

A facilidade de acesso a estes capitais e atividades produtivas determinam a subsistência ou o padrão de vida das unidades famílias rurais. Ellis (2000) enfatiza que os termos “sustento” e “rendimento” não são sinônimos, mas estão fortemente relacionados porque a composição e o nível de rendimento individual e familiar determinarão as facilidades de acesso aos meios de sustento e as possibilidades de conversão destes em melhor padrão de vida para a família.

Uma característica fundamental das famílias rurais nos países em desenvolvimento é a habilidade de se adaptarem ao objetivo de sobreviver, ou seja, de mudarem suas fontes de sustento em função das mudanças conjunturais que vão enfrentando e, assim, gerarem mudanças nas estratégias de sustento, nas características da renda familiar e no impacto sobre o meio ambiente (ELLIS, 2000).

É interessante observar uma das conclusões do estudo de Ellis (1998) em que a diversificação é vista como um processo social e econômico infinitamente heterogêneo que abre uma miríade de pressões e possibilidade na economia rural. O processo é diferenciado em suas causas e efeitos devido à locação, demografia, vulnerabilidade, nível de renda, educação, entre outros fatores.

Em adição a isto, Bebbington (1999) também se preocupou em entender os relacionamentos existentes entre os agentes envolvidos com as modificações das estratégias de sustento, a economia regional e a macroeconomia. Além disso, o mesmo autor incorporou os relacionamentos que os indivíduos e unidades familiares têm com as instituições e organizações que operam em escalas mais amplas e que, em geral, constituem os canais através dos quais ocorre o desenvolvimento das intervenções necessárias para mudar o cenário.

Uma lógica fica presente no estudo de Bebbington (1999), quanto maior o acesso aos capitais, maior será a capacidade de sustento do indivíduo ou da unidade familiar analisada, o que enfatiza ainda mais a importância. Por estas razões, Ellis (2000) discute o conjunto de ativos que o indivíduo ou unidade familiar dispõe, mediado por fatores sociais e tendências exógenas, os quais resultam na adoção e adaptação, ao longo do tempo, de estratégias de sustento.

Adicionalmente, as pesquisas de Wan et al. (2016) mencionam que a diversificação pode ser considerada uma possível estratégia para reverter a situação de subsistência nas comunidades rurais. Esta alternativa aumenta a estabilidade econômica da família, a produtividade da terra e da produção agrícola, promoção de emprego não agrícola através de políticas e regulamentos, bem como o acesso ao crédito para as pequenas empresas.

Segundo Ellis (2000), as estratégias de sustento são compostas de atividades que geram os meios de sobrevivência dos indivíduos e unidades familiares e podem ser divididas em atividades embasadas em recursos naturais e atividades não embasadas em recursos naturais, assim expressadas:

(a) atividades embasadas em recursos naturais: coleta, cultivo de alimentos, cultivo de produtos não-alimentares, pecuária e pastoreio; e, as atividades não-rurais, podem ser expressas pela produção de tijolos, tecelagem, pastagem;

(b) atividades não embasadas em recursos naturais: correlacionadas com venda dos produtos rurais, insumos e bens de consumo, outros serviços rurais como a manutenção de equipamentos, manufaturas rurais, empregos formais e transferências de renda.

Nesse sentido a diversificação dos rendimentos apresenta-se com uma estratégia eficaz para as famílias rurais administrarem fatores incontrolláveis, uma vez que pode reduzir o impacto de catástrofes climáticas, aumentar a capacidade de se recuperar de estiagens e estabilizar o sistema de subsistência das famílias rurais (WAN et al., 2016).

Cabe apontar que o trabalho de Ellis (2000) não oferece um conjunto de receitas para resolver problemas de causa e efeito na redução da pobreza rural, mas sugere um caminho para se organizar a análise de políticas de sustento que identifica os componentes principais (ativos, processos de mediação e atividades), encorajando o pensamento sobre as ligações críticas existentes entre eles.

Nesse contexto, está inserido o turismo no meio rural que vem se fortalecendo, sobretudo, a partir da década de 1990, despontando como uma estratégia de agricultores e órgãos públicos para o fortalecimento das propriedades e comunidades rurais, gerando, assim, novas funções para esses espaços antes direcionados unicamente à produção de alimentos (TEIXEIRA, 2011).

De acordo com Klein (2012), o meio rural passa ser visto como um espaço dinâmico e diversificado com múltiplas potencialidades, marcado fundamentalmente por relações de complementariedade com o urbano. O mundo rural deixa de ser um espaço exclusivamente agrícola, surgindo novas atividades econômicas, assim o agricultor pode combinar “atividades agrícolas” e “não agrícolas” para complementar a renda (BATKE, 2002).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Caracteriza-se o estudo como qualitativo, exploratório e descritivo (GIL, 1991; GODOY, 1995), sendo que o objetivo é identificar os capitais utilizados na estratégia de diversificação de sustento rural na propriedade rural Erva Mate Pagnussat, localizada em Marau-RS.

Por se concentrar na investigação de uma propriedade rural, este estudo caracteriza-se como um estudo de caso. Com relação ao estudo de caso, Yin (2010) define-o como uma forma de se fazer pesquisa empírica que investiga fenômenos contemporâneos dentro do seu contexto de vida real, em situações em que as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não estão claramente estabelecidas e onde se utilizam múltiplas fontes de evidência.

Justifica-se a utilização do método de estudo de um caso por se tratar de uma propriedade em que a família rural atua há mais de 50 anos nas atividades relacionadas à produção, industrialização e comercialização de erva mate, bem como desenvolve outras atividades diversificadas explicadas pela produção agropecuária, turismo no meio rural e comercialização de produtos coloniais oriundos dos produtores integrantes da Rota da Salamarias.

Os dados foram coletados através da realização de entrevista *in loco* com o proprietário do empreendimento rural, sendo o instrumento o roteiro estruturado de entrevista, composto por 98 perguntas abertas e quatro questões fechadas, elaboradas a partir das categorias de análise retiradas da revisão da literatura: a) identificação e inserção da propriedade rural; b) implantação da atividade turística; c) diversificação dos meios de subsistência; e d) acesso e uso dos capitais.

A técnica utilizada para interpretar os dados foi à análise de conteúdo. Para Bardin (1997, p. 42), a análise de conteúdo compreende “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens”.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Caracterização e Inserção da Propriedade Rural

A Propriedade rural Erva Mate Pagnussat está localizada na comunidade de São Luis da Mortandade, no interior do município de Marau-RS. É uma propriedade familiar que produz erva mate há 47 anos de forma totalmente artesanal, perpetuando uma tradição transmitida de geração em geração.

Possuindo uma área total de 37 ha., cultiva pastagens, milho, soja, gado de corte, piscicultura, apicultura, produção de vinhos, e comercialização de produtos coloniais. A propriedade é de caráter familiar, composta pelo casal e pelo filho, o qual a administra em conjunto com seus pais.

A principal atividade da família rural é a produção de erva mate, iniciada no ano de 1964 e comercializada em escala a partir de 1997. Conforme revelou o entrevistado, a produção de erva mate é uma referência no município de Marau que, no período das comemorações da Semana Farroupilha, sempre recebe visitantes que buscam conhecer o processo de produção.

4.2 Implantação da atividade turística

A partir da união de vários proprietários rurais e empreendedores em turismo no meio rural que passaram a discutir a implantação e a organização do turismo no meio rural nas comunidades rurais de Nossa Senhora do Carmo, São Luiz da Mortandade e Taquari, nasceu, em junho de 2008, a Associação Rota das Salamarias. A Associação foi fundada com o objetivo de desenvolver, estruturar, organizar e divulgar o turismo no meio rural. Sem fins lucrativos, a entidade não possui qualquer cunho partidário, social ou religioso. A Associação trabalha de forma efetiva com o objetivo de estabelecer parcerias diversas defendendo os interesses e atender às necessidades de seus associados, bem como de toda a região.

Assim, com a criação da Rota das Salamarias no município, a Erva Mate Pagnussat passou a integrar o roteiro como um dos principais atrativos para visitação. A família tornou-se empreendedora entre 2008 e 2009, quando notaram que a procura para visitação na propriedade aumentava e, conseqüentemente, a venda dos produtos oriundos da propriedade.

4.3 A diversificação das atividades rurais

Com relação à estratégia de diversificação de sustento rural, percebe-se que a pressão pela ampliação das fontes de rendimento é um dos principais fatores que levou a família rural a explorar outras atividades, uma vez que esta estratégia acabou contribuindo para a permanência dos produtores no meio rural. O entrevistado revelou que: “(...) só a lavoura não seria viável, então, tem que ter o

complemento do turismo, da erva, dessas outras coisas”. Essa constatação vai ao encontro dos estudos de Ellis (2000), os quais consideram que a diversificação dos meios de vida contribui de várias formas, inclusive na estabilidade da renda e do sustento, de modo que a vulnerabilidade das famílias modifica-se de acordo com a dependência de determinados ativos (capitais) ou atividades.

Na análise da atividade de turismo no meio rural desenvolvida pela família rural, destaca-se como atrativo para o visitante o conhecimento e acompanhamento de todo o processo de industrialização da erva-mate, desde o plantio até o acondicionamento.

Na dimensão do desenvolvimento da atividade de turismo no meio rural, a propriedade oferece como atrativos aos turistas uma trilha ecológica, passeios pelos rios, quedas d’água, ervais e araucárias, bem como passeios guiados onde o usuário tem a oportunidade de apreciar as belezas naturais e paisagem local.

Na gastronomia, a família oferece o café colonial, jantares e almoços mediante reservas e agendamentos, bem como espaço para a realização de eventos, como formaturas, casamentos, reuniões, entre outros, com capacidade para 100 pessoas.

De acordo com a entrevista realizada, tais elementos corroboram as afirmações de Niehof (2004) que complementam as ideias de Ellis (2000), ao mencionar que a habilidade das famílias para evitar ou reduzir a vulnerabilidade e aumentar a produtividade econômica depende não somente de seus ativos iniciais, mas, também, da sua capacidade de transformar os ativos em renda, alimento, ou em outras necessidades básicas de forma eficaz. Para o autor, os ativos podem ser transformados de duas formas distintas: pela intensificação das estratégias existentes e pelo desenvolvimento de novas estratégias de diversificação.

Na atividade de turismo no meio rural, a família utiliza como estratégia a cooperação com outras pessoas e, eventualmente, contrata mão-de-obra terceirizada para auxiliar no recebimento dos visitantes e na realização dos eventos.

Entendendo que a um dos principais motivos para a implementação de estratégias de diversificação no meio rural é a geração e ampliação das fontes de sustento, a Tabela 1 resume a composição da renda mensal das atividades agropecuárias identificadas na propriedade rural.

Tabela 1 - Rendimento das atividades agropecuárias (mês).

ATIVIDADES	R\$	%
Pecuária	1.000	18
Agrícola	4.000	73
Apicultura e piscicultura	500	9
TOTAL	5.500	100

Fonte: Dados do Estudo (2016).

De acordo com a Tabela 1, a renda da atividade pecuária corresponde a 18%, a atividade agrícola corresponde a 73% e, em outras atividades, como a apicultura e a piscicultura, o rendimento alcança 9%, segundo dados fornecidos pelo entrevistado.

Adicionalmente, a renda obtida através do desenvolvimento do turismo no meio rural, também foi informada pelo entrevistado. A Tabela 2 apresenta estas informações.

Tabela 2 - Rendimento mensal das atividades relacionadas ao turismo no meio rural.

ATIVIDADES	R\$	%
Venda de Produtos	4.000	67
Alimentação	2.000	33
TOTAL	6.000	100

Fonte: Dados do Estudo (2016).

De acordo com os dados expressos na Tabela 2, nota-se que a venda dos produtos aos visitantes da propriedade tem uma participação de 67% na composição da renda da atividade de turismo e, o rendimento obtido com o oferecimento de alimentação, contribui com 33 %.

Cabe mencionar que do rendimento obtido da comercialização dos produtos produzidos na propriedade apresentados na Tabela 2, o montante de R\$ 3 mil equivale a produção da erva mate, enquanto o restante é resultando das vendas dos demais produtos oriundos dos integrantes da rota das Salamarias, totalizando então o total de R\$ 4 mil.

Tomando-se por base as atividades diversificadas da propriedade rural pesquisada, a Tabela 3 apresenta um comparativo do rendimento das atividades agropecuárias e as relacionadas ao desenvolvimento da prestação de serviço no meio rural.

Tabela 3 - Rendimento mensal global das atividades diversificadas.

ATIVIDADES	R\$	%
Agropecuárias	5.500	48
Turismo	6.000	52
TOTAL	11.500	100

Fonte: Dados do Estudo (2016).

De acordo com a Tabela 3, nota-se que apesar de ser uma vocação o desenvolvimento de atividades agropecuárias, as relacionadas ao turismo também se mostram como uma alternativa interessante aos pequenos produtores. Isso pode ser identificado a partir da análise da renda obtida, sendo que a relacionada ao turismo (52%) supera a agropecuária (48%).

Nesse aspecto, fica claro que o rendimento obtido no desenvolvimento do turismo no meio rural como estratégia de diversificação contribui significativamente para o aumento da renda familiar e permanência no campo, entre outros conforme Figura 1.

Figura 1 - Contribuições da estratégia de diversificação rural para a família rural.



Fonte: Dados do estudo (2016).

De acordo com a Figura 1, é possível visualizar algumas contribuições que a diversificação rural oferece para as famílias. De acordo com Padilha (2009), os produtores que diversificam suas atividades, desenvolvendo outras que não estejam relacionadas com as atuais, podem revelar-se como uma alternativa para conseguir sobreviver à competitividade do agronegócio.

4.4 Acesso e uso dos capitais

Com relação às estratégias de sustento, aspecto importante é o acesso aos capitais no desenvolvimento das estratégias de diversificação rural, os quais são entendidos pelo capital natural, físico, financeiro, humano e social.

De acordo com o entrevistado, o **capital natural** é composto pela terra e pela mata que são essenciais para a atividade da família. A área de terra agricultável

contribui para a geração de recursos financeiros necessários para o investimento na atividade do turismo no meio rural, bem como a mata nativa integra uma diversidade de plantas, árvores frutíferas e madeira de lei, as quais são considerados atrativos no oferecimento do serviço. De acordo com Ellis (2000), o capital natural é compreendido pela terra, água e recursos biológicos que são utilizados pelas pessoas como insumos na geração dos meios de sobrevivência. Algumas vezes, o capital natural é identificado como recurso ambiental ou, ainda, como “meio ambiente”.

Com relação ao **capital físico**, a propriedade possui máquinas e equipamentos para a produção da erva mate e produção agrícola, salão de eventos, estradas de acesso, redes de comunicação, poço artesiano e rede elétrica a monofásica. Para Ellis (2000), o capital físico compreende as benfeitorias, máquinas, ferramentas, infraestrutura (estradas, linhas de abastecimento de energia e suprimento de água).

Na análise da disponibilidade do **capital humano** que foi acessado no momento da implementação das atividades diversificadas, o que se destaca, segundo o entrevistado, é a mão-de-obra familiar. Salienta-se que a propriedade é de pequeno porte e suas atividades não demandam mão-de-obra contratada. O capital humano é o trabalho doméstico disponível, influenciado pela educação, habilidades e saúde, e pode ser incrementado pelo investimento em educação e treinamento, bem como pela potencialização das habilidades adquiridas no desenvolvimento da própria atividade (ELLIS, 2000).

Outro capital importante para o desenvolvimento de atividades diversificadas no meio rural é o **capital financeiro**. Os dados revelaram que a família possuía capital próprio oriundo das atividades agropecuárias e produção de erva mate, os quais contribuíram para o desenvolvimento da atividade de turismo. Ellis (2000) menciona que esta categoria de capital é compreendida pela liquidez que a família rural tem disponível para realizar suas estratégias, tendo chances de ser potencializado com o acesso a linhas de crédito, o qual é facilmente empregado em diferentes usos.

Com relação aos recursos financeiros investidos na atividade de turismo no meio rural, nota-se que sua origem no rendimento das atividades agropecuárias e da produção de erva mate. De acordo com o entrevistado: *“Dividimos os lucros um pouco para cada atividade. Parte vai para lavoura, parte vai para o turismo, parte vai para a ampliação da produção e industrialização da erva mate”*.

Como último capital utilizado na estratégia de diversificação a partir da exploração do turismo no meio rural pela família Pagnussat, relaciona-se ao **capital social**. O entrevistado revelou que o vínculo estabelecido com a comunidade marauense, cooperativas, associações, vizinhos, sindicatos dos trabalhadores rurais, Emater, entre outros, foram elementares para a articulação e

desenvolvimento do novo negócio rural. Para Ellis (2000), este termo tenta capturar os efeitos das relações do indivíduo, ou unidade familiar, na comunidade na qual está inserido e seu acesso aos meios de sustento.

As análises feitas com base nos subsídios obtidos na entrevista contribuíram para o desenvolvimento de um conjunto de observações que foram organizadas na Figura 2, a qual apresenta a sistematização dos resultados empíricos dos capitais acessados na estratégia de diversificação a partir da exploração do turismo no meio rural.

Figura 2: Capitais utilizados na estratégia de diversificação rural.

CAPITAIS ACESSADOS NO TURISMO NO MEIO RURAL				
<p>Capital Natural</p> <ul style="list-style-type: none"> • Terra • Mata Nativa • Rios • Açudes • Trilha ecológica 	<p>Capital Físico</p> <ul style="list-style-type: none"> • Máquinas e equipamentos (erva mate) • Máquinas e implementos agrícolas • Instalações • Salão para eventos 	<p>Capital Financeiro</p> <ul style="list-style-type: none"> • Renda Agrícola • Renda da erva mate • Renda Agropecuária 	<p>Capital Humano</p> <ul style="list-style-type: none"> • Habilidades • Cooperação • Tradição familiar 	<p>Capital Social</p> <ul style="list-style-type: none"> • Associações • Comércio • Parcerias • Sindicatos • Cooperativas • Comunidade

Fonte: Dados do estudo (2016).

No que se refere à identificação dos capitais, o humano foi o mais crítico para a implementação do turismo no meio rural. De acordo com o relato do entrevistado:

“Às vezes me ligam para agendar um jantar para grupo e não consigo por não ter mão de obra para ajudar. É complicado ter que negar. Posso perder clientes por este motivo. Os turistas não entendem que não tem mão de obra e podem achar que é falta de vontade”.

De acordo com os dados coletados na entrevista com o proprietário do empreendimento rural, percebe-se que o acesso aos capitais é um aspecto relevante para as famílias rurais. Esta constatação vai ao encontro dos pressupostos de Bebbington (1999) que, segundo ele, quanto maior o acesso aos capitais, maior será a capacidade de sustento do indivíduo ou da unidade familiar analisada, o que enfatiza ainda mais a importância da capacidade de gerenciamento dos relacionamentos que facilitam este acesso e sua transformação em estratégias de sustento em “resultados” propriamente ditos.

5. CONCLUSÕES

Entendendo que o agronegócio está cada vez mais desafiado, devido a crise global em meados de 2008, o setor está sendo forçado a rever as suas estratégias de atuação em um mercado cada vez mais globalizado e exposto às incertezas de toda natureza (PADILHA, 2009).

Nessa análise, percebe-se que os produtores rurais são os responsáveis pela produção primária, mas devido às incertezas a que estão expostos, as famílias rurais estão enfrentando dificuldades na geração da renda e para poderem manter-se na propriedade é fundamental que desenvolvam alternativas através das estratégias de diversificação em áreas que gerem valores às propriedades. Tais constatações podem ser percebidas no fenômeno de turismo no meio rural, uma atividade de lazer junto à natureza como alternativa para se livrar do *stress* causado nas grandes cidades.

A pesquisa realizada teve como objetivo identificar os capitais utilizados no processo de diversificação das atividades rurais pela propriedade rural Erva Mate Pagnussat, localizada em Marau-RS. Os estudos de Ellis (2000) e Padilha (2009) contribuíram para explicar a estratégia de diversificação a partir do uso dos capitais no contexto do turismo no meio rural. Nesse sentido, o desenvolvimento do estudo produziu um conjunto de noções relativas ao desenvolvimento do turismo neste tipo de espaço.

Um dos recursos estratégicos necessários ao processo de diversificação das atividades rurais relaciona-se com o capital financeiro. Nesse aspecto, percebeu-se que as demais atividades, especialmente a agropecuária, acabam fornecendo rendimento que é investido nas atividades de turismo no meio rural. Outro aspecto importante refere-se ao capital humano, uma vez que este tipo de recurso é mobilizado pela própria família rural que, assim como em outros tipos de empresas, também é pressionada pelos aspectos relacionados à qualificação de pessoas para atuarem na atividade.

Por se tratar de uma atividade que demanda relacionamentos, também foi possível identificar o capital social como importante para atividade, uma vez que as relações de amizade entre os proprietários da Rota das Salamarias constitui uma motivação para investir na atividade do turismo no meio rural, no sentido de somarem forças em projetos compartilhados.

Diante destas ponderações, percebe-se, igualmente, que aos poucos a propriedade vai se adaptando no que se refere à demanda, mobilização e alocação estratégica dos recursos empregados na atividade do turismo no meio rural.

No entanto, para que isso aconteça importante é a cooperação entre os diferentes atores, tais como os próprios produtores rurais, as instituições (universidade, centros de pesquisa, associações de classe, instituições financeiras,

conselhos agropecuários), bem como o poder público, figura crítica no desenvolvimento de políticas públicas que impulsionem este tipo de iniciativa. Adicionalmente, pode-se argumentar que a vocação para o desenvolvimento de atividades diversificadas em espaço rurais também tem um papel importante no contexto de competitividade do turismo no meio rural.

E, por fim, pode-se destacar que o estudo apresenta limitações, especialmente no que diz respeito aos dados consistentes relacionados à atividade de turismo no meio rural como alternativa de diversificação de sustento das famílias rurais. Quanto à sugestão de estudos futuros, aspectos relacionados aos elementos que modificam ou interferem no acesso aos capitais apontados no *framework* de Ellis (2000), poderiam revelar-se com temas pertinentes para a continuidade de estudo, especialmente quando tomadas as demais propriedades que integram a Rota das Salamarias de Marau-RS.

Referências

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1997.
- BATKE, M. E. M. **O Turismo sustentável rural como alternativa complementar de renda à propriedade agrícola estudo de caso: Fazenda Água Santa São Joaquim- SC**. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.
- BEBBINGTON, Capitals and capabilities: a framework for analyzing peasant viability, rural livelihoods and poverty. **World Development**, v. 27, n.12, p.2021-2044,1999.
- CARVALHO, M.S.; MOESCH, M.M. Turismo como fenômeno social e suas implicações no espaço rural. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v.6, n.2, p.442-457, 2013.
- ELLIS, F. Household strategies and rural livelihood diversification. **The Journal of Development Studies**, v.35, n.1, p.1-38. 1998.
- ELLIS, F. The Determinants of Rural Livelihood Diversification i n Developing Countries. **Journal of Agricultural Economics**, v.51, n.2, p.289-302, 2000.
- ELLIS, F.; BAHIGWA, G. Livelihoods and rural poverty reduction in Uganda. **World Development**, v. 31, n. 6, p. 997–1013, 2003.
- ELLIS, F.; KUTENGULE, M.; NYASULU, A. Livelihoods and rural poverty reduction in Malawi. **World Development**, v. 31, n 9, p. 1495–1510, 2003.
- ELLIS, F.; MDOE, N. Livelihoods and rural poverty reduction in Tanzania. **World Development**, v. 31, n. 8, p. 1367–1384, 2003.

FREEMAN, H. A.; ELLIS, F.; ALISSON, E. Livelihoods and rural poverty reduction in Kenya. **Development Policy Review**, v. 22, n 2, p. 147-171, 2004.

GAUTAM, Y; ANDERSEN, P. Rural livelihood diversification and household well-being: Insights from Humla, Nepal. **Journal of Rural Studies**, v.44, p.239-249, 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisas**. São Paulo: Atlas, 1991.

GODOY, A. S. Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v.35, n.2, p.57-63, 1995.

KLEIN, A. L. **Turismo rural pedagógico e a função educativa das propriedades rurais**: Uma análise a partir do roteiro caminhos rural de Porto Alegre- RS e do projeto viva ciranda, Joinville-SC. Porto Alegre- RS. 2012.

KNIGHT, D. M. Opportunism and diversification: entrepreneurship and livelihood strategies in uncertain times. **Ethnos**, v.80, n.1, p.117-144, 2016.

MOSER, C. O. N. The Asset Vulnerability Framework: reassessing Urban Poverty Reduction Strategies. **World Development**, v.26, n.1, p.1-19, 1998.

NIEHOF, A. The significance of diversification for rural livelihood systems. **Food Policy**, v. 29, 2004.

PADILHA, A. C. M. **A estratégia de diversificação de sustento rural e a dinâmica da capacidade absorptiva no contexto do turismo rural**: proposição de estrutura de análise. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Agronegócios. UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, S. **Diversificação como estratégia de desenvolvimento rural: referências teóricas para construção de alternativas economicamente sustentáveis de diversificação da produção e renda em áreas de cultivo do tabaco no Brasil** – subsídios à implementação dos Artigos 17 e 18 da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco. Porto Alegre, 2010a. (Relatório).

SCHULTZ, G; WAQUIL, P, D. **Políticas públicas e privadas e competitividade das cadeias produtivas agroindustriais**. PLAGEDER, 2011.

TEIXEIRA, A. R. A contribuição das associações caminhos dos pomeranos e Porto Alegre rural para o desenvolvimento da atividade turística no espaço rural. **Série PGDR dissertação**, n.145. Porto Alegre-RS, 2011.

WAN, J.; LI, R.; WANG, W.; LIU, Z.; CHEN, B. Income Diversification: a strategy for rural region risk management. **Sustainability**, v.8, n.10, p.1-12, 2016.

YÉO, W. E; GOULA, B. T. A; DIEKKRIIGER, B; AFOUDA. A. Vulnerability and adaptation to climate change in the Comoe River Basin (West Africa). **Springerplus**, v. 5, n. 1, p. 847, 2016.

YIN, R. K. **Estudo de Caso**: Planejamento e Métodos. Porto Alegre: Bookman, 2010.

11. MILHO: A VERSATILIDADE DE UM ALIMENTO SABOROSO E OS RETRATOS DE UMA HISTÓRIA

MACHADO, Daria Dinair¹
BECKER, Elsbeth Léia Spode²

1. INTRODUÇÃO

A história de vida começa na história do lugar. Para compreender, é essencial conhecer o lugar social de quem fala e conta a sua história. Vale dizer: como alguém vive, com quem convive, que experiências tem, em que trabalha, que desejos alimenta, como assume os dramas da vida e da morte e que esperança o anima. Isso faz da compreensão sempre uma interpretação (BOFF, 2004). Quando adentramos na vida, nas experiências de uma pessoa, muitas vezes, confundimos com nossa própria história ou com fatos que reconhecemos de ouvir ou por acontecimentos que vivenciamos um dia.

Conhecer e aprofundar-se na alimentação e gastronomia de uma família, etnia, localidade, é como apropriar-se de uma parte da história da humanidade. A gastronomia entrelaça-se com costumes, tradições, culturas de forma tão homogênea, que não só faz parte dessa história, como é a própria trajetória dos povos.

Durante todos os movimentos de nossas vidas, alimentamo-nos, e, dessa forma, sobrevivemos, mas essa satisfação fisiológica vai além, está ligada ao local onde vivemos, a terra que produz nosso sustento, os víveres, os sabores, às crenças e aos conhecimentos que carregamos.

Dessa forma, quando falamos na gastronomia de uma localidade, não estamos falando apenas do que essas pessoas vivem ou se alimentam, estamos nos embrenhando na história desse povo, nas suas raízes mais profundas e naquilo que há de mais genuíno em um ser humano, sua alma.

A partir desta linha de entendimento, este artigo tem por objetivo apresentar receitas 'antigas', que, com o tempo, se adaptaram a novos ingredientes ou estão apenas guardadas na memória de quem por lá viveu, no tempo passado. As receitas se misturam com histórias, com vivências e lembranças, ora agradáveis e, por outras vezes, nem tanto.

A contemporaneidade nos faz podermos ter acesso a muitas vidas sem tê-las vivido, porque podemos viajar no tempo, lendo, assistindo a programas ou

¹ Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, RS, Brasil. E-mail: dinair_m@hotmail.com. Projeto integrante do Programa RS Mais Gastronomia/Casa Civil, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

² Centro Universitário Franciscano, UNIFRA, RS, Brasil. E-mail: elsbeth.geo@gmail.com.

acessando a *internet*. Nossa experiência torna-se mais rica quando essas informações disponíveis vêm ao encontro de outras pessoas com, a troca de ideias e de informações. Assim, muitas coisas nunca morrem, apenas ficam guardadas para aflorarem em algum momento, quando nos dispusermos a conhecer outras vidas e histórias, que, mesmo não percebendo, fazem parte das nossas próprias, são conexões ocultas, que circundam nossas vivências.

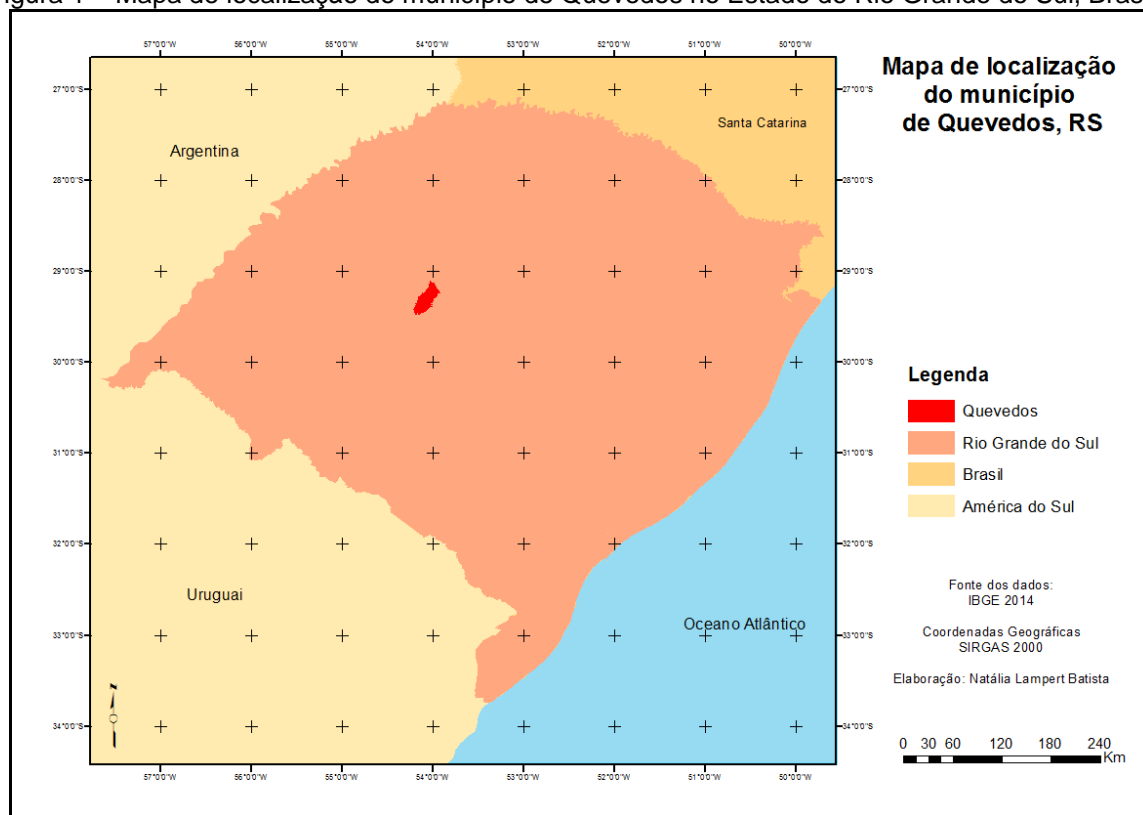
2. METODOLOGIA

2.1 Recorte espacial da pesquisa

A cidade de Quevedos, Rio Grande do Sul, localiza-se na Latitude de 29°21'09" Sul e na Longitude 54°04'18" Oeste (Figura 1), estando a uma altitude de 410 metros. Possui uma área de 543. km², que representa 0.2021% do Estado, 0.0964% da Região e 0.0064% de todo o território brasileiro. A população, em 2010, era de 2.710 habitantes (IBGE, 2010).

O município faz divisa, ao Norte, com Tupanciretã, ao Leste, com Júlio de Castilhos, ao Oeste com Toropi, ao Sul com São Pedro do Sul, ao Sudoeste, com Jari e ao Sudeste, com São Marinho da Serra.

Figura 1 – Mapa de localização do município de Quevedos no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.



Fonte: Lampert, N. B. (2013).

A partir do século XVII, o território do atual município de Quevedos foi parte integrante da grande Estância de São Domingos, pertencente ao povo de São Miguel das Missões. Depois da conquista das Missões pelos portugueses, chegou o primeiro morador ao local em 1802, o paulista José de Quevedo de Macedo, provavelmente o primeiro morador do município de Júlio de Castilhos (COSTA, 1991).

As terras ocupadas por Quevedo de Macedo, na época, pertenciam ao Distrito de São Xavier, da Província das Missões. Em 1834, passou a pertencer ao município de São Martinho da Serra, 2º Distrito do recém-criado município de Cruz Alta. Em 1876, passou a pertencer ao município de São Martinho e, a partir de 27 de abril de 1877, com a denominação de “Rincão de Quevedos”, fazia parte de São Xavier, 3º Distrito de São Martinho, ao qual ficaria pertencendo até 1901. Em 28 de julho de 1901, com a anexação de São Martinho à Vila Rica (atual Júlio de Castilhos), o Rincão de Quevedos passa a fazer parte do 1º Distrito de Vila Rica e, em 09 de dezembro de 1913, ao 6º Distrito de Júlio de Castilhos, através do Ato Nº 9, com a denominação de Igrejinha. Em 1928, com a emancipação de Tupanciretã, Igrejinha passou a ser o 5º Distrito de Júlio de Castilhos (COSTA, 1991).

A denominação Igrejinha foi alterada pelo Decreto nº 7589, de 29 de novembro de 1938, para Quevedos em homenagem às famílias descendentes do primeiro morador do Distrito. A “Igrejinha dos Quevedos” (Nossa Senhora dos Remédios) que deu o nome ao povoado em 1938, foi construída por Josefa Quevedo, em meados de 1820, capela de arquitetura jesuítica, possuindo, além da pequena imagem da Padroeira do Município, várias peças de madeira da época missioneira (COSTA, 1991) (Figura 2).

Figura 2 - Capela Nossa Senhora dos Remédios



Fonte: Câmara Municipal de Quevedos (2013).

Atualmente, a população é formada, principalmente, por descendentes de portugueses e de imigrantes italianos e alemães, com forte apreço religioso. Durante

o ano todo acontecem as festas religiosas tradicionais, principalmente, nas comunidades Católicas e Protestantes, no interior e na sede do município. São frequentes os torneios de bocha e bolão, também é grande a ocorrência de rodeios, gineteadas, tiro de laço de vaca parada e vaca mecânica. As religiões são diversas, além da Católica e da Protestante, há, também, a Anglicana, Embaixadores de Cristo, Congregação Cristã no Brasil e Assembleia de Deus.

Em maio de 1990, inicia o processo emancipacionista do município, que se prolonga até culminar com sua emancipação, pela Lei Estadual nº 9589 de 20 de março de 1992 e, em 1º de janeiro 1993, foi criado o município de Quevedos. Emancipou-se então, do município mãe, Júlio de Castilhos, pela Lei Estadual nº9589 de 20 de março de 1992. Criado o município de Quevedos, RS foi instalado no dia 1º de janeiro 1993 (COSTA, 1991).

Atualmente, o município possui forte produção pecuária e de soja e grande parte da população tem propriedades rurais. As pequenas propriedades predominam na área serrana, o Rebordo da Serra Geral, que atravessa o município de leste a oeste.

Apresenta, predominantemente, a vegetação do bioma da Mata Atlântica e de Campos (IBGE, 2013), no entanto, estudos pormenorizados de Lampert (2013) indicam evidências de resquícios de Mata de Araucárias, em especial próximo ao Rebordo da Serra Geral. Na margem do Planalto Norte-Rio-Grandense, encontra-se vegetação, também, resquícios da Mata Subtropical, composta por árvores diversificadas e de grande porte. Essa mata é cortada pelos rios Toropi e Toropi Mirim.

2.2 Procedimentos metodológicos

O presente estudo é de natureza qualitativa, quanto à forma de abordagem, pois busca interpretar a construção da alimentação na história, descrevendo desde o cultivo até as diversas aplicações da cultura do milho. Utiliza a entrevista semiestruturada ou semidiretiva, a mais empregada em investigação social, que encaminha por uma série de perguntas guias, relativamente abertas e não muito precisas, que não obedecem necessariamente à ordem que está anotada no roteiro (FLICK, 2009).

Entrevista é uma conversação entre duas ou mais pessoas (o entrevistador e o entrevistado) em que perguntas são feitas pelo entrevistador de modo a obter informação necessária por parte do entrevistado (HOUAISS, 2009).

O tema da entrevista surgiu de maneira espontânea e natural e de uma forma inusitada. Acadêmica e bolsista em busca de referenciais teóricos para subsidiar a pesquisa sobre a gastronomia do Rio Grande do Sul, sentada no sofá, olhei ao meu lado, ali estava uma linda senhora de cabelos brancos, que eu conhecia bem, e, por

acaso, é minha mãe. – “Perguntei-lhe qual alimento era importante em sua infância, juventude e vida adulta e o que lhe trazia boas lembranças, vindas da cidade onde viveu a maior parte de sua vida” (Maria Dinair Machado). Esta¹ me respondeu: - “O milho, porque utilizávamos tudo dele, era para nós e para os animais um alimento completo e, por isso, produzíamos muito, vendíamos a palha, comíamos o grão, inteiro, moído, ralado, cozido ou assado”. Vendíamos a palha e fazíamos fogo com o *sabugo*.

Foi com essa intenção, de que a história também pode ser contada a partir daquilo que os homens comem e cozinham, que este artigo procurou relacionar as receitas às histórias de vida, à memória e a condimentos regionais. Dessa forma, as informações da pesquisa vêm de uma localidade chamada “São João”, interior do município de Quevedos, RS, mas poderiam ser de qualquer localidade, já que o milho é parte da alimentação dos povos através dos tempos. Para Sarlo, 2005:

A narração de experiência está unida ao corpo e a voz, a uma presença real do sujeito na cena do passado. Não há testemunho sem experiência, mas tampouco havia experiência sem narração; a linguagem libera o mundo da experiência, a redime de sua imediatez ou do seu esquecimento e a converte no comunicável, quer dizer no comum. A narração se inscreve na experiência em uma temporalidade que não é do seu acontecer...senão a de sua recordação. A narração também funda uma temporalidade que em cada repetição e em cada variante voltaria a atualizar-se (SARLO, 2007).

Talvez, não é por acaso, que o nome “milho” de origem indígena caribenha, significa “sustento da vida”. O milho era a alimentação básica de várias civilizações importantes ao longo dos séculos, especialmente os Maias, os Astecas e os Incas reverenciavam o cereal na arte e na religião.

3. ESTADO DA ARTE

3.1 Aspectos históricos da produção do milho

O milho é um cereal utilizado há milênios na alimentação humana e de outros animais. Tem uma trajetória de cultivo pelos povos nativos das civilizações asteca, inca e maia. No Brasil, é um dos cereais mais consumidos e, por sua versatilidade, é aprovado e aproveitado em diferentes guloseimas, como curau, canjica, cuscuz, pamonha, pipoca e bolos (MAZOYER; ROUDART, 2005).

O milho (*Zea mays*), também chamado *abati*, *auati* e *avati*, é cultivado em grande parte do mundo e é utilizado como alimento humano ou ração animal por suas qualidades nutricionais. O seu valor nutricional é proporcionado pelos compostos químicos presentes nos grãos, contendo quase todos os aminoácidos conhecidos, sendo exceções a lisina e o triptofano (TERRA, 2004).

¹ Entrevistada : Eulanda Machado , 76 anos. Agricultora por mais de 50 anos, antiga moradora da localidade de São João Quevedos. Atualmente, pensionista, do lar, residente na Cidade de Santa Maria, RS.

Todas as evidências científicas levam a crer que seja uma planta de origem mexicana, já que a sua domesticação começou há cerca de 7500 a 12000 a. C., na área central da América (POLL, 2005).

De acordo com Dr. Cláudio Ernani Mendes da Silva, do Laboratório de Cereais da UFC (FREIRE, 2008), o milho possui um apelo cultural e religioso forte, sendo símbolo das civilizações americanas. A partir dos portugueses e espanhóis, atravessou oceanos durante a colonização, e chegou a mesa dos europeus. Então, os colonizadores europeus difundiram sua cultura no planeta.

Ainda segundo Dr. Cláudio, na atualidade, possui um alto potencial de produção e cultivo, devido as técnicas modernizadas gera mais de 600 milhões de toneladas de grãos anualmente em todo o mundo (FREIRE, 2008).

O milho é agricultado em diversas regiões do mundo. O maior produtor mundial são os Estados Unidos. No Brasil, que também é um grande produtor e exportador, o Paraná é o maior estado produtor, com cerca de 27% da produção nacional, seguido de Mato Grosso (POLL, 2005).

Atualmente, somente cerca de 5% da produção brasileira se destina ao consumo humano e, mesmo assim, de maneira indireta na composição de outros produtos. Isso se deve, principalmente, à falta de informação sobre o milho e à ausência de uma maior divulgação de suas qualidades nutricionais, bem como aos hábitos alimentares da população brasileira, que privilegia outros grãos, especialmente, o trigo (INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS, 2008). As variedades encontradas no Brasil são quatro: duro, semiduro, mole e misturado. Os grãos duros são um pouco arredondados e mais compridos e destinados à produção de pipoca (FREIRE, 2008).

O milho é a variante domesticada do teosinto. As duas plantas possuem aparência semelhante, sendo o milho com um pedúnculo único, alto e com múltiplas folhas e o teosinto uma planta curta e frondosa. A diferença entre os dois é largamente controlada por apenas dois genes (POLL, 2005).

O cultivo do milho iniciou por volta de 2.500 a.C., especialmente ao se propagar fora da América e em partes do Novo Mundo. Seu nome de origem indígena caribenha significava "sustento da vida" (POLL, 2005).

O seu cultivo na forma antiga continua sendo praticado na América do Sul, principalmente nas regiões menos desenvolvidas, no sistema conhecido no Brasil como de roças. No final da década de 1950, por causa de uma grande campanha em favor do trigo, o cereal perdeu espaço na mesa brasileira. Atualmente, embora o nível de consumo no Brasil venha crescendo, ainda está longe de ser comparado a países como o México e aos da região do Caribe (INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS, 2008).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 O Milho em sua produção e cultivo artesanal

Segundo relatos da entrevistada, o milho era produzido artesanalmente e, após colhido, suas partes direcionadas para diversos fins.

As plantações não eram extensas, mas serviam para o sustento desde a alimentação humana e animal até a venda do próprio grão ou da palha para a confecção de cigarros, consumidos na época na forma de “palheiros”.

No cultivo do milho, utilizava-se a tração animal para arar a terra. O arado, de tração animal, puxado por uma junta de bois ou cavalos. Antes do arado, usava-se uma cavadeira de madeira para abrir um buraco e ali colocar o grão de milho, que era guardado de um ano para o outro, para uso como semente.

Mais tarde, foi inserida no mercado uma plantadeira manual, a qual, de um lado, tinha um recipiente para o milho, do outro, para o adubo. A plantadeira tornava o trabalho mais rápido e menos cansativo, no entanto, a força motriz continuava sendo braçal.

A indústria de implementos agrícolas introduziu no mercado um novo equipamento para ser utilizado no plantio e tornou o processo mais veloz. Tratava-se da plantadeira puxada a cavalo, onde havia um recipiente maior para se colocar os grãos de milho. Essa plantadeira era direcionada por uma pessoa, mas puxada por um cavalo e, com isso, o trabalho tornou-se menos penoso para os humanos.

Após o plantio, esperava-se um espaço de tempo (aproximadamente dois meses) e, quando o milho tinha um palmo de tamanho, aterrava-se para a planta crescer com mais vigor.

O pé de milho, então, apendoava e botava as *bonecas*², depois, estas viravam espigas granadas e se podia colher e comer o milho verde cozido acompanhado de leite ou com as comidas variadas, às vezes assado no fogo de chão.

Quando os milhos amadureciam, eram deixados no pé para secarem totalmente. Nesse curto período, o tempo atmosférico seco é de extrema importância para garantir a qualidade do milho e seu posterior armazenamento nos galpões. O milho era colhido manualmente e transportado na carroça até o galpão. Este milho servia, especialmente, para a alimentação dos animais, os porcos e as galinhas, e também, era intensivamente utilizado na alimentação humana para fazer canjica e farinha de milho (Figura 3).

O milho era debulhado com a mão. O sabugo se colocava fora ou se usava para iniciar o fogo no fogão a lenha, com a palha se arrumava as camas dos porcos

² Bonecas – espiguinhas de milho.

ou oferecia para o gado comer. Também se fazia maços de palha para vender, o que era bem rentável.

Figura 3 - Milho verde assado na brasa; Galpão para armazenagem do milho; Porco e galinha se alimentando; Galinheiro (1968).



Fonte: Arquivo Pessoal

O milho era debulhado manualmente apenas com o uso da mão ou com o auxílio de uma máquina (de debulhar milho). O sabugo se colocava fora, na lavoura, ou se usava para iniciar o fogo no fogão à lenha. A palha era usada para forrar os galpões dos porcos ou servia de alimento para o gado no período de inverno quando o pasto verde tornava-se escasso. Também se fazia maços de palha para vender (utilizada pala embalar cigarros, o “palheiro”) e isso garantia uma pequena renda.

Dessa forma, através de narrações conseguimos entender alguns processos de mudanças e transformações em nossas vidas, de forma ampla, sua importância, seus malefícios e benefícios no contexto histórico.

4.2 O milho e seus diversos usos e sabores

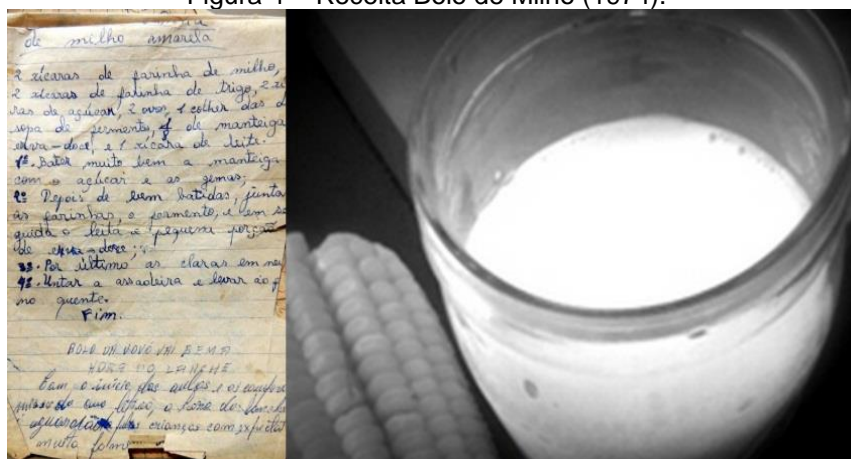
O milho transcende os tempos, representando uma alimentação saudável e saborosa, seja assado ou cozido, em grãos ou ralado, doce ou salgado. Podemos ligá-lo a diversas receitas saborosas da gastronomia mundial, em que ele é principal ingrediente. Desde receitas mais simples até as mais sofisticadas, o milho está presente em muitas mesas, não discriminando raças, etnias ou credos, satisfazendo até os mais exigentes gourmets.

A natureza oferece-nos saborosos produtos, que após cultivados, pode-se incrementar técnicas, tornando-os mais apetitosos, assim, inovam-se sabores, e a arte de alimentar-se fica cada vez mais prazerosa.

Do milho podemos fazer pamonhas, curau, bolo frito, cuscuz, rosca, polenta, canjica, canjiquinha, bolos, empanar alimentos, assar, cozinhar. Basta estar em algum lugar que lá está o milho, soberano em algum alimento, na casa da vovó, no bolo de milho, na praia, com o milho cozido ou na cozinha internacional e, principalmente, na sul-americana, no doce de milho, a cubana, no Papo de milho – Mazamorra, na sopa paraguaia e em muitos outros.

Foi na versatilidade do milho que buscamos receitas antigas, nos baús, nas memórias, nas histórias, e assim conhecemos mais um pouco dessa saborosa opção da Gastronomia (Figura 4).

Figura 4 - Receita Bolo de Milho (1974).



Fonte: Arquivo pessoal.

3.3 Receitas do milho

O milho era praticamente o principal alimento da casa, já que, na falta do arroz, se fazia canjiquinha (Quadro 1) salgada e comia-se com feijão, que também era produzido na propriedade. Além de utilizar o milho para consumo ou para venda de suas partes (palha, grão), ainda se fazia chá do cabelo do milho, que era muito benéfico para infecção urinária e problema nos rins, naquela época não existiam remédios industrializados, usavam-se somente medicinais ou chás e receitas caseiras (Receita – Quadro 2).

A canjica (Quadro 3) se comia com leite, assim como o cuscuz (Quadro 4), era uma sobremesa saborosa. Cozido, o milho podia ser consumido com um copo de leite.

Muitas vezes, não se tinha a farinha, e, para ir à cidade levar o milho no moinho era difícil, pois o trajeto era feito de carroça ou cavalo, então, debulhava-se em casa e socava no pilão, assim se fazia um pouco de farinha de milho grossa até se conseguir ir à cidade. Com a farinha de milho, também se fazia roscas, bolo frito, polenta, bolo de milho. Outras formas de comer o milho era assado, no fogão à lenha ou no fogo de chão.

Quadro 1 – Canjiquinha.

Debulha-se o milho, mói-se no moinho de ferro ou de pedra,
Coloca-se um pano embaixo de uma peneira fina;
Coloca-se a canjiquinha em uma peneira fina em cima do pano;
Com a mão, retira o farelo grosso que fica na peneira, deixando-se apenas a canjiquinha sobre a peneira;
A farinha limpa que caiu no pano pode ser aproveitada para fazer angu (mingau de farinha de milho);
A canjiquinha, que ficou na peneira coloca-se em uma bacia, lava-se bem, e, após coloca-se em uma panela com água que a cubra a canjiquinha;
Acrescenta-se uma colher de chá de sal;
Ferve-se até cozinhar, mexendo para não grudar na panela;
Depois de cozida, retira-se do fogo;
Coma com leite;
Se quiser comer com comida de sal, ao cozinhar coloca-se um pouco de óleo, carne moída, temperos a gosto.

Quadro 2 – Chá de cabelo de milho.

2 colheres de sopa de cabelo de milho (fresco);
Ferver meio litro de água;
Despejar o cabelo de milho na água;
Abafar e aguardar 20 minutos;
Beber quente ou frio 2 a 3 xícaras por dia.

Quadro 3 – Canjica.

Debulha-se o milho, soca-se no pilão, aventa-se na peneira para tirar os farelos; Coloca-se em uma panela com água fria, cozinha-se até fica mole;
Come-se pura, com açúcar ou com leite
Outra maneira de fazer:
Ao invés de cozinhar com água, cozinha-se com leite e açúcar.
Come-se com leite ou pura.

Quadro 4 – Cuscuz.

Coloca-se, em uma bacia, um pouco de farinha de milho e açúcar;
Em um copo separado, coloca-se leite e sal;
Essa mistura respinga-se na farinha e mistura-se com a mão;
Após a farinha estar úmida, coloca-se em uma fôrma no forno do fogão a lenha para torrar;
Quando estiver tostada e crocante retire do fogo;
Coma com leite.

4. CONCLUSÕES

Somente resgatando o passado, podemos entender o presente e nos apropriarmos do que realmente marcou e marca a vida de um povo. É conhecendo os caminhos percorridos por nossos antepassados que conseguimos nos orientar e

nos aproximar de nossa identidade no mundo em que vivemos. Conforme nos lembra TEDESCO,

[...] é fundamental a reconstituição da memória, porque a sociedade da informação, da técnica e da racionalidade econômico-consumista faz o tempo andar mais rápido, permite dar funcionalidades diversas aos espaços e às coisas; os objetos perdem significados mais depressa, têm reduzido seu tempo de duração e significação (TEDESCO, 2004, p. 30).

Portanto, conhecer culturas, tradições e hábitos alimentares nos leva a compreender a história da produção e da alimentação dos povos, fazendo-nos entender melhor as transformações e os sabores dos alimentos.

Percebemos muitas modificações sofridas ao longo dos anos, transformações do espaço rural, na passagem do espaço rural para o urbano, as quais provocam um sentimento de angústia e descontinuidade em relação aos saberes e sabores tradicionais dos antepassados, por isso são fundamentais pesquisas e discussões na busca dessas informações, para o resgate e perpetuação de nossa própria história. Além disso, o resgate de hábitos alimentares antigos, que não privilegiavam os produtos industrializados, pode ser uma excelente alternativa de uma base alimentar mais saudável e nutricional. Para isso, receitas, histórias e hábitos alimentares antigos podem contribuir para a valoração de novos hábitos, com receitas simples, mas que buscam o ingrediente natural como a base principal do sabor alimentar.

Referências

BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha**. Uma metáfora da condição humana. São Paulo: Vozes. 2004.

CLAVAL, Paul. **Geografia Cultural**. Florianópolis: EFSC. 1999.

COSTA, Firmino. Terra de Vila Rica. **Contribuição ao estudo da história do município de Júlio de Castilhos**. Júlio de Castilhos: Publicação do Centro Cultural Francisco Salles/Prefeitura Municipal de Júlio de Castilhos, 1991.

FLICK, Uwe. **Introdução a pesquisa qualitativa**. São Paulo: Artmed. 2009.

FREIRE, Fábio. **A gastronomia do milho Caderno 3**. Diário o Nordeste, 2008. Disponível em:

<<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/caderno-3/a-gastronomia-do-milho-1.97846>> Acesso em: 6 set. 2016

HOUAISS. **Dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Objetiva. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico de 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 28 ago. 2016.

INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS. 2008. **Origem, biogeografia e evolução de plantas de valor econômico**. Universidade de São Paulo. Disponível em <<http://www.ib.usp.br>>. Acesso em 6 set 2016.

LAMPERT, Natália Batista. **Quevedos (RS): atlas geográfico**. Santa Maria: UNIFRA, 2013.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: UNESP. 2005.

POLL, Mary. **Milho e suas riquezas – História**. 2005. Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/sindimilho/sobre-o-sindmilho/curiosidades/milho-e-suas-riquezas-historia/>>. Acesso em: 6 set. 2016

RODRIGUES, José Honório. **Filosofia e História**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

TEDESCO, João C. **Nas Cercanias da Memória: temporalidade, experiência e narração**. Passo Fundo, RS: UPF; Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2004.

TERRA, Tatiana de Freitas. **Análises citogenéticas e moleculares em populações de milho (*Zea mays* L.), teosinto (*Zea mexicana* L.) e em híbridos entre as duas espécies**. 2004. **Dissertação (Mestrado em Agronomia)**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Agronomia. Programa de Pós-Graduação em Fitotecnia. 2004.

12. ESTRATÉGIA DE HEDGE ATIVO COM CONTRATOS FUTUROS PARA COMERCIALIZAÇÃO DE GRÃOS: ESTUDO DE CASO DE UMA PROPRIEDADE RURAL PRODUTORA DE SOJA

KAPP JUNIOR, Claudio¹
VOICHCOSKI, Geisciano²
QUEJI, Lívio Marcel³

1. INTRODUÇÃO

O Agronegócio tem um papel relevante para a economia brasileira. O PIB brasileiro do ano de 2014 foi de 3,1 trilhões de reais, sendo 26,3% aproximadamente 450 bilhões no agronegócio (70,5% na agricultura e 29,5% na pecuária). O agronegócio é o maior exportador do Brasil e também o maior gerador de empregos aproximadamente 37% de todos empregos do País. Responde por mais de 40% das exportações totais brasileiras sendo superavitário sistematicamente (MAPA, 2016).

As propriedades rurais estão no centro da cadeia do agronegócio e devido às riquezas naturais brasileiras possibilitam a existência deste setor fortalecido na economia. Na maior parte da história das propriedades rurais, a gestão profissional não era necessária, não existiam muitas informações, o processo produção e comercialização não possuía nada que obrigasse os gestores a aprender ou buscar novos conhecimentos. Nantes e Scarpelli (2001) advertem que o empresário rural brasileiro se encontra em um ambiente socioeconômico e institucional dinâmico, onde as cadeias estão em constante transformação, e para sobreviver é necessário adquirir características empresariais. A gestão da comercialização da produção agropecuária passa por um processo de profissionalização e aos poucos os produtores estão acessando ferramentas para minimizar os riscos que as oscilações de mercado podem influenciar na atividade.

Contratos de Mercados de Futuros podem ser entendidos como um mecanismo disponível aos produtores agrícolas e pecuários, tendo como objetivo principal gerir proteção de preços a esses produtores, através das commodities agrícolas. São responsáveis por protegerem os produtores caso ocorra um movimento de preço, seja ele de alta e de baixa que gere possíveis prejuízos ao produtor no mercado físico principalmente durante o período da comercialização, exercendo a sua função básica, que é de servir como um seguro (Hedge) de preços.

Devido a esses fatores, produtores rurais que não fazem proteção de safra (Hedge) ficam expostos ao risco do mercado, tempo como principal fato negativo a possibilidade de prejuízos com a safra caso os preços do mercado não atinjam seu ponto de equilíbrio para cobrir seus custos. O objetivo deste capítulo é estudar uma estratégia para a comercialização da produção da soja em uma propriedade rural de tamanho médio.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Contrato de Mercado futuro

Contrato de Mercado de Futuro pode ser entendido como um mecanismo disponível aos produtores agrícolas e pecuários, tendo como objetivo principal gerir proteção de preços a esses produtores, através das commodities agrícolas. São responsáveis por protegerem os produtores caso ocorra um movimento de preço, seja ele de alta e de baixa que gere possíveis prejuízos ao produtor no mercado físico principalmente durante o período da comercialização, exercendo a sua função básica, que é de servir como um seguro de preços.

Teixeira (1992) afirma que os mercados futuros constituem o instrumento de mercado mais eficaz para eliminar o risco da variação de preços dos bens econômicos. Já Bessada (1994) os define como mercados organizados, onde podem ser assumidos compromissos padronizados de compra ou venda (contratos) de uma determinada mercadoria, ativo financeiro ou índice econômico, para liquidação numa data futura pré-estabelecida.

Entender a origem e o processo evolutivo dos mercados futuros, segundo Hieronymus (1977), é útil para identificar as funções delegadas aos agentes desses mercados, determinar qual o objetivo das operações em futuros e formar opiniões sobre mudanças no sistema que precisarão ser feitas ao longo do tempo. O mais importante em estudar tais negociações por meio de uma percepção histórica, mesmo que seja com o objetivo de possibilitar um uso mais efetivo desses mercados, a compreensão de sua evolução é útil para entender o presente e, assim, obter sucesso nas operações futuras (preço a vista ou a termo e os preços futuros).

Hull (1996) cita que a história desses mercados tem sua origem na Idade Média, em que produtores agrícolas e comerciantes reuniam-se em um mesmo local para negociar antecipadamente a compra e a venda de seus produtos. Todavia, os mercados futuros organizados como conhecido atualmente surgiram com a Chicago Board of Trade – CBOT, no ano de 1848. Inicialmente, essa bolsa era utilizada apenas como ponto de encontro entre agentes do mercado e tinha a função de padronizar e verificar a qualidade dos grãos.

De acordo com Hieronymus (1977), os mercados futuros não foram uma invenção imposta ao mercado vigente à época de seu surgimento, mas sim uma resposta às necessidades de melhoria do desempenho de um sistema que não funcionava adequadamente, mostrando-se como um refinamento à extensão das práticas já existentes. O autor ainda ressalta que uma das formas dos mercados futuros demonstrarem sua importância econômica é devido a sua longa existência, especialmente no lado dos ativos financeiros, como bem estudado por Keynes em 1930 e por muitos outros autores na literatura; não fosse isso, de alguma maneira,

apesar de toda a oposição política, tal instrumento teria que sobreviver em face do modelo de precificação do mercado a termo.

No mercado futuro são negociados contratos produtos agropecuários específicos a um preço determinado para um data futura. Um contrato futuro é um acordo entre comprado e vendedor sobre realizar um negócio em uma data que está por vir.

De acordo com Marques (1999), os mercados futuros agropecuários são uma forma de propiciar segurança, em meio a tanto risco, para o produtor rural, para a indústria agro processadora e para todos aqueles agentes do agronegócio que detêm o produto ou contratos sobre ele, possibilitando uma garantia quanto à queda ou à elevação de preços. Os mercados futuros são uma forma eficaz de eliminar um dos principais riscos da atividade agropecuária, decorrente da incerteza de preços em um tempo futuro, quanto será comercializada a produção.

Antes do desenvolvimento dos mercados futuros, segundo Houthakker (1959), um dos problemas sofridos por compradores de produtos agrícolas era não saber, com certeza, quando suas mercadorias chegariam e com que qualidade, além do risco de preço. Isso fez com que surgissem contratos denominados *to arrive*, que não estabeleciam precisamente o dia da entrega, mas era especificado exatamente o preço e a qualidade do produto a ser entregue.

Schouchana (2000) apresenta alguns pontos essenciais para se compreender os principais conceitos referentes a mercado futuro, são eles: (i) nos negócios efetuados a futuro, compradores e vendedores de determinados ativos ou produtos fixam preço com vencimento para data futura; (ii) o comprador a futura fixa preço de compra de seu produto, antecipadamente, visando assegurar custo compatível com margem de rentabilidade, para proteger-se contra o risco de alta no preço desse insumo; (iii) o vendedor a futuro fixa preço de venda de sua mercadoria, antecipadamente, para se proteger do risco de queda no preço e garantir margem de rentabilidade.

Para Mendes (2007), mercados futuros são contratos de entrega futura de mercadorias agropecuárias com garantias fiduciárias dentro de normas padrão. Eles representam uma forma de garantir certo seguro contra o risco de mercado que possam sofrer o produtor, a indústria e todos os demais agentes do agronegócio que detêm o produto ou o contrato futuro do respectivo produto agropecuário.

Esse contrato resolveu alguns dos problemas, sendo que os acertos adicionais entre as partes eram feitos apenas se as especificações do produto não fossem as mesmas que as acordadas. Houthakker (1959) ainda explica que a transição do contrato *to arrive* para contratos futuros deu-se de maneira na qual o primeiro, gradualmente, foi tornando-se padronizado para atrair um grande número de comerciantes e, assim, reduzir os custos de encontrar um comprador ou

vendedor. Todavia, ainda faltava definir um período para a entrega, pois cada negócio era feito em datas distintas. Logo, alguns meses tornaram-se mais atrativos que outros para que se concretizassem as negociações em função de fatores sazonais e do conjunto de logística que norteava tais transações.

Ainda segundo o autor, devido às características do contrato *to arrive* terem se tornado tão flexíveis, a identidade dos compradores deixou de ser algo tão importante para os vendedores, além de atrair uma gama considerável de especuladores que não estavam interessados no produto (apenas nas flutuações de preço), proporcionando liquidez ao mercado. Dessa forma, os contratos eram concebidos de forma cada vez mais impessoal e o desenvolvimento de um órgão independente para intermediar as operações entre compradores e vendedores acabou, por fim, desconfigurando os contratos *to arrive* por completo, surgindo, então, os contratos futuros.

Para Mendes (2007), mercados futuros são contratos de entrega futura de mercadorias agropecuárias com garantias fiduciárias dentro de normas padrão. Eles representam uma forma de garantir certo seguro contra o risco de mercado que possam sofrer o produtor, a indústria e todos os demais agentes do agronegócio que detêm o produto ou o contrato futuro do respectivo produto agropecuário.

Hieronymus (1977) também destaca cinco razões para o grande interesse em mercados futuros: (i) são mercados que negociam preços e, estes, por sua vez, influem na receita dos agentes; (ii) agentes de mercado utilizam esse instrumento como estratégia de compra e venda de seus produtos; (iii) são de interesse acadêmico por tratarem de formas de comercialização e organização de mercados; (iv) são fontes de renda para inúmeras pessoas, pois as bolsas possuem uma gama vasta de empregados, além de corretores, especuladores, empresas de consultoria, que, de uma forma ou de outra, beneficiam-se desse tipo de negociação; (v) são de interesse público, pois várias pessoas negociam contratos futuros devido à facilidade de entrada e saída.

Schouchana (2000) apresenta alguns pontos essenciais para se compreender os principais conceitos referentes a mercado futuro, são eles: (i) nos negócios efetuados a futuro, compradores e vendedores de determinados ativos ou produtos fixam preço com vencimento para data futura; (ii) o comprador a futura fixa preço de compra de seu produto, antecipadamente, visando assegurar custo compatível com margem de rentabilidade, para proteger-se contra o risco de alta no preço desse insumo; (iii) o vendedor a futuro fixa preço de venda de sua mercadoria, antecipadamente, para se proteger do risco de queda no preço e garantir margem de rentabilidade.

2.1.1 Objetivos e funções do mercado futuro

Com relação a Bolsa de Mercadorias, Monez (2002) destaca que a bolsa é uma associação sem finalidade lucrativa, organizada para proporcionar a seus corretores os recursos necessários a realização de negócios a futuro, de forma a atender a necessidade de proteção contra a oscilação de preços.

Segundo Ries e Antunes (2000), todas as pessoas e empresas envolvidas com o mercado agropecuário pode utilizar o mercado futuro com os seguintes objetivos: (i) saber com antecedência qual será o preço futuro e a rentabilidade mínima futura dos produtos que serão plantados, criados e negociados. Esta é a sinalização do preço antes do plantio e o mecanismo de realizar seguro de preço (hedge) para as atividades desenvolvidas; (ii) para fechamento de negócios em meses futuros (exportadores) e estes não precisarem comprar a mercadoria, armazená-la e correr o risco da oscilação de preço, faz-se a compra futura da mercadoria, garantindo determinada margem de rentabilidade até a liquidação do contrato futuro e do disponível; (iii) o mercado futuro também existe para facilitar a transferência de risco e apuração de preço; (iv) compradores de insumos podem garantir um preço de forma a garantir um determinado lucro desejado; (v) pode-se utilizar os contratos futuros para financiamento junto aos bancos. Esses verificam que seu cliente possui menores riscos, podendo dar-lhe o crédito com maior segurança e com custos menores.

De acordo com Mendes e Padilha Junior (2007), atualmente a única bolsa em que são realizados negócios com futuros agropecuários no Brasil é a Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), sendo que seu objetivo maior é efetuar o registro, a compensação e a liquidação, física e financeira, das operações realizadas em seus pregões ou sistemas eletrônicos. Para isso, desenvolve, organiza e operacionaliza um mercado de derivativos livre e transparente que proporciona aos agentes econômicos a oportunidade de efetuarem operações hedging contra as flutuações dos preços de commodities agropecuárias, índices, taxas de juros, moedas e metais, bem como de todo e qualquer instrumento ou variável macroeconômica cuja incerteza de preço, no futuro, possa influenciar negativamente suas atividades.

Para Peres (2003), o objetivo principal dos mercados futuros não é a troca efetiva de produto entre as partes do negócio, mas sim negociar variações de preço. Schouchana (2000) cita algumas funções dos mercados futuros, como a possibilidade de sinalizar aos agentes do mercado agropecuário, com antecedência, se o produto alvo da negociação terá preço que garanta a rentabilidade do empreendimento na ocasião de sua venda.

Para Mendes e Padilha Junior (2007) a principal função dos mercados futuros consiste em garantir que todos os intermediários interessados em uma determinada mercadoria física se protejam de eventuais oscilações desfavoráveis de preços que possam vir a ocorrer no futuro. Diante disto, para o autor os objetivos principais dos

mercados futuros são: a) servir de hedging contra o risco de flutuação de preços (administração de risco) e; b) servir de elemento de especulação, cujo objetivo é lucrar com a antecipação de mudança de preços.

Apesar dessa extensa lista de possíveis benefícios do mercado de derivativos, todos os autores são enfáticos em afirmar o papel fundamental de administração de risco. Duffie (1989) chega a afirmar que contratos futuros são, essencialmente, contratos de seguro de preço, provendo proteção contra as incertezas contratuais do mercado à vista para entrega futura.

2.1.2 Margem de garantia e ajuste diário

Ao realizar hedge com contratos futuros, existem algumas características que não podem ser desconsideradas, já que podem envolver desembolsos e necessidade de garantias. As duas principais características que devem ser levadas em conta no momento de abertura de uma posição no mercado futuro são os ajustes diários e as margens de garantia.

Segundo Ries e Antunes (2000), a BMeF se utiliza dos depósitos de margem de garantia e da cobrança de ajustes diários de todos os participantes do mercado futuro para maior garantia, segurança e credibilidade. Desta forma, todos sabem que receberão pelo que estão vendendo e os que estão comprando só o fazem quando tem condições econômicas para tal.

De acordo com Mendes e Padilha Junior (2007), o ajuste diário consiste no recebimento ou pagamento diário, caso os preços dos contratos futuros se movimentem de forma respectiva, contrária ou favorável à posição assumida.

Já a margem de garantia corresponde ao valor que compradores e vendedores de contratos futuros têm de depositar na bolsa, como garantia dos ajustes diários, ao adquirirem os contratos. A margem pode ser paga com dinheiro, carta de fiança, títulos públicos e outros ativos aceitos pela bolsa. Ela é devolvida aos contratantes com correção acrescida de rendimentos ao final do contrato. Para Ries e Antunes (2000), a margem de garantia é uma caução que os clientes devem depositar para dar credibilidade às operações.

De acordo com Schouchana (2000), o ajuste diário atua como base para o ajuste de todas as posições de mercado assumidas na bolsa. Esse mecanismo existe para que diariamente de ajuste o preço e não no seu vencimento, quando grandes diferenças podem acarretar inadimplências e permitindo por consequência que os participantes entrem ou saiam de suas posições a qualquer momento.

Segundo informações do Banco do Brasil (2007), as posições em aberto ao final de cada pregão serão ajustadas com base no preço de ajuste do dia,

estabelecida no “call” de fechamento, conforme regras da Bolsa, com liquidação financeira no dia útil subsequente.

Segundo a BMeF (2005), o preço futuro é a cotação que determinado produto apresenta para uma data futura. Esse preço reflete as expectativas para o futuro que os agentes do mercado possuem na data presente. O preço futuro é negociado em leilão de viva voz, no recinto da BMeF (pregão) pelos operadores do pregão, que estão ligados a corretoras de mercadorias, que recebem dos operadores de mesa ordens de venda e/ou compra determinada por seus clientes. Desse modo, a negociação de contratos futuros na BMeF somente se realiza por intermédio das corretoras de mercadorias associadas à Bolsa.

Este mecanismo de ajuste diário permite a parte contratante visualizar de forma mais simplificada a rentabilidade de seu negócio, ajudando a tomar a decisão se deve ou não abandoná-lo transferindo sua posição a um terceiro.

Além dos ajustes diários e da margem de garantia necessária, o indivíduo que for fazer hedge com contratos futuros deve atentar para os custos operacionais dos contratos futuros agropecuários. Segundo Mendes e Padilha Junior (2007), os contratos futuros agropecuários possuem como taxa de corretagem: (i) taxa operacional básica (TOB) ou corretagem - 0,3% sobre o valor de cada operação. Essa taxa é uma despesa pelos serviços de corretagem; (ii) taxa de registro (TR) - pagamento de 5% da taxa de emolumentos (açúcar, algodão, café arábica e soja) e 20% (milho, café conillon, álcool, boi e bezerro) por contrato, por operação normal; (iii) taxa de permanência (TP) - representa um elemento novo de custo para os participantes e tem como base de incidência o número de contratos mantidos em aberto no dia anterior; (iv) taxa de liquidação (TL) - custo gerado por uma liquidação financeira por entrega física; (v) taxa de emolumentos (TE) - atualmente, depende do produto agropecuário e serve para cobrir os custos da bolsa e o fundo de garantia; (vi) margem de garantia - depende do produto e garante o ajuste diário; (vii) variação cambial - paridade R\$/US\$ (taxa referencial BM&F).

Existe uma tendência natural para que os preços a vista e futuro oscilem na mesma direção, porém isso nem sempre se mostra verdade, afirmar que os dois tipos de mercado subam e caíam exatamente na mesma direção e na mesma proporção é impossível, o que se sabe apenas é que a tendência natural de ambos é vender pelo mesmo preço, conforme o contrato futuro se aproxima de seu vencimento. Quando encontramos a diferença entre as oscilações dos dois mercados, principalmente quando o preço a vista muda mais rapidamente que o futuro, dizemos que a base está mudando, e as considerações da base são fundamentais para quem deseja fazer hedge.

Podemos afirmar que um hedge perfeito é aquele em que o preço avista e o preço futuro se mantém constante durante todo o processo do hedge, desde seu início até o encerramento de sua posição, ou seja, se no momento do hedge o

mercado futuro estava R\$1,00 de diferença do preço a vista, na data de encerramento do hedge essa diferença deve ser exatamente igual. Nas operações feitas na realidade, é difícil conseguir chegar a essa perfeição, cada mercado possui sua individualidade, no mercado físico a escassez, aparecimento de novas pragas em determinadas regiões, transporte e armazenamento podem sugerir um preço diferente daquele aplicado para as demais regiões, já o mercado futuro depende da oferta e demanda de contratos negociados.

A variabilidade, a independência e os prêmios nos mercados spot e futuros fazem com que nem sempre se movam na mesma direção e proporção. Segundo Marques e Mello (1999) isso cria a possibilidade de perdas para especuladores, investidores e até hedgers. Hedge pode ser definido como uma operação realizada no mercado de derivativos com o objetivo de proteção quanto à possibilidade de oscilação de um preço, taxa ou índice (SILVA NETO, 2002, p.28).

Hull (1996) entende que quando uma operação de hedge se inicia no instante t_1 e é encerrada no instante t_2 , a partir da definição de base obtém a Equação 1.

$$B_t = p_t - f_t \quad \text{Equação 1.}$$

onde:

B é a base no instante t;

p é o preço no instante t;

e f é o preço futuro no instante t.

Se no instante t_2 vende-se ou compra-se um ativo pelo preço do mercado a vista, ou seja, p_2 , o lucro ou prejuízo da posição futura será dado pela diferença entre $f_1 - f_2$. De acordo com Hull (1996), o preço efetivo que o contratante pagará ou receberá pelo ativo (P) será: $p = p_2 + f_1 - f_2$. Portanto tem-se que: $p = f_1 + b_2$.

O risco de hedge é a incerteza associada ao b_2 , também conhecido como risco de base, uma vez que f_1 é conhecido no instante t_1 , mas b_2 não. Hull (1996) destaca que se b_2 também fosse conhecido naquele instante, ter-se-ia um hedge perfeito. Por isso raramente um hedge conseguirá uma estrutura perfeita, devido ao risco base.

De acordo com Mendes e Padilha Junior (2007) o *hedging* é geralmente definido como uma tomada de posição no mercado futuro igual e oposta a uma posição no mercado físico ou disponível. O hedge atua em dois mercados ao mesmo tempo, o físico caracterizado pelo grão que o produtor tem disponível e o futuro, caracterizados por contratos futuros de soja na BMeF.

O hedge pode apresentar duas formas de operação, o hedge de compra e o hedge de venda, o primeiro é utilizado quando o produtor quer se proteger do aumento dos preços no mercado físico, e o segundo quando o produtor quer se proteger da queda dos preços no mercado físico.

Segundo Marques e Mello (1999) as operações de hedge são baseadas no princípio de que os preços de mercado à vista e os preços de mercado de futuros tendem a mover-se juntos para cima e para baixo. Esse movimento não é necessariamente idêntico, mas, geralmente, é suficientemente parecido, tornando possível diminuir o risco de uma perda no mercado à vista tomando-se uma posição oposta no mercado de futuros.

Deve-se salientar uma característica importante do Hedge que, segundo Hull (1996) é de que o preço a ser pago ou recebido está assegurado. Entretanto, não há certeza de que o resultado com ele será melhor do que sem ele. Para o Futures Industry Institute (1995), um modo de definir hedge é distingui-lo de especulação. A diferença entre hedge e especulação relaciona-se ao risco existente antes da abertura de uma posição a futuro ou em opções. O especulador não possui uma posição de risco inicial - ele a estabelece ao comprar ou vender futuros ou opções, na expectativa de realizar lucro. O hedger, por outro lado, tem uma posição de risco inicial, resultante de alguma atividade comercial ou de investimento - seja a criação de animais, seja a produção, seja a exportação de produtos, seja a gestão de carteiras.

Segundo o Futures Industry Institute (1998), há vários motivos básicos pelos quais distribuidores, produtores, comerciantes, cooperativas e outros agentes utilizam os mercados futuros para hedge:

- a) proteger margens de lucro: comerciantes realizam hedge nos mercados futuros na expectativa de proteger ou estabelecer suas margens potenciais de lucro em transações com a commodity física;
- b) transferir riscos: o hedge permite que os agentes detentores de commodities ou títulos objeto de contratos futuros transfiram o risco de preço a esses mercados;
- c) diversificar: ao fazer hedge nos mercados futuros, o produtor reduz sua exposição a mudanças no valor da mercadoria;
- d) melhorar a liquidez ou reduzir custos de transação: uma das características mais importantes do mercado futuro é reunir compradores e vendedores de todas as partes num único mercado centralizado, trazendo para esse mercado maior liquidez.

Kimura (1998) resume a estratégia de gestão de risco de preço da seguinte forma. A estratégia de gestão de riscos através de contratos futuros baseia-se na compensação de ganhos ou perdas no mercado à vista em contrapartida ao resultado no contrato de derivativo. Baseado nesse conceito, o produtor agrícola que

deseja fixar um preço de venda de seu produto deve vender contratos futuros num mercado de commodities. Esse contrato faz com que, numa data futura, a diferença entre o valor de mercado e o valor estabelecido no contrato seja paga ou recebida.

Caso o preço da commodity no vencimento for menor que o valor estabelecido no contrato futuro, segundo o autor, o produtor terá um lucro, pois estará vendendo seu produto por um preço maior que o valor negociado no mercado à vista. Entretanto, esse ganho seria compensado por um prejuízo pelo fato de o produtor estar vendendo a commodity, fisicamente, no mercado à vista por um preço menor.

3. METODOLOGIA

3.1 Classificação da pesquisa

Quanto à natureza para o assunto estudado foi utilizada a pesquisa aplicada, que de acordo com Gil (1999, p. 43) gera conhecimentos para possíveis aplicações na prática, com intuito da resolução de problemas concretos como operacionais e de produtividade, considerando fatos que envolvem os interesses da área estudada.

Quanto aos objetivos utilizando as informações e práticas reais da área estudada para a apresentação das informações, aplicou-se a pesquisa descritiva procurando a partir de dados coletados, confirmações relevantes ou não dos levantamentos (KÖCHE, 1997).

Quanto aos procedimentos: para desenvolvimento das análises foi realizada uma pesquisa documental, coletando documentos primários que ainda não haviam sido tratados de forma analítica. Para a coleta dos dados primários referentes à propriedade rural estudada, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas. Foram coletados dados secundários referentes ao histórico de cotação de preços por meio do software Profitchart, desenvolvido pela Nelógica, que possui as cotações online e também armazena todas as cotações passadas de ativos como a soja. Para os dados de séries históricas de preço a saca de 60kg referente ao mercado físico da soja, foram utilizados os valores disponibilizados pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), do Departamento de Economia, Administração e Sociologia (DEAS) da ESALQ/USP.

A análise dos dados ocorreu de maneira quali-quantitativa (mista) conforme definições de (LAKATOS; MARKONI, 2002). A pesquisa qualitativa para análise gráfica e análise dos resultados de simulação. A pesquisa quantitativa realizada por meio das simulações estatísticas utilizadas para indicar o momento de realização das operações.

3.2 Local de realização da pesquisa e coleta dos dados

Para realizar o estudo prático efetuar os cálculos, utilizou-se dados de um produtor na cidade de Palmeira no estado do Paraná, o mesmo possui uma área de 120 alqueires para produção de soja e nunca fez o hedge de sua produção, estando a mercê dos riscos de mercado. As simulações de operação de mercado foram realizadas para 9.000 mil sacas de soja, correspondendo a uma posição de Hedge da metade da produção esperada para a propriedade. Esse volume de produção corresponde a 20 contratos futuros negociados.

Uma das características do contrato futuro de soja é seu valor cotado em dólares americanos, porém os ajustes para o produtor/negociador são convertidos em reais pela cotação do dólar no dia em questão. Para isso, a BM&F utiliza a taxa de câmbio referencial para calcular diariamente os valores, sendo essa pesquisada junto as instituições credenciadas, apuradas diariamente dentre 15:30 às 16:00 horas e calculada pela própria BM&F.

No presente trabalho as conversões das movimentações financeiras e ajustes diários em reais foram feitas pela cotação do dólar comercial. Já que não existe disponibilidade dos dados históricos referentes a taxa referencial para o período utilizado. A utilização do dólar comercial não trará mudanças significativas no efeito de pesquisa.

Foram utilizados para a simulação tanto no Hedge ativo como no hedge tradicional os períodos de plantio e colheita da soja. Na região em que se situa a propriedade a soja é plantada em outubro e tem seu período de colheita próximo a maio do próximo ano. Porém devido a questões adversas como condições favoráveis de clima nem sempre existe um dia definido para fazer esse serviço. Para questões de simulação foram utilizados o dia 10 de outubro de cada ano para data de plantio e dia 10 de maio de cada ano para o dia de colheita. Devido a BM&F não operar em dias de feriado, sábado ou domingo, ficará estipulado que, caso dia quinze caia em um desses dias será válida a cotação do próximo dia útil subsequente.

O preço da cotação da soja varia durante o dia, desde sua abertura até o seu fechamento, portanto, para questões de cálculo foi adotado o valor de abertura como preço de negociação, e o valor do ajuste será calculado através do valor de fechamento de cada dia. A taxa de corretagem para cada operação foi de 0,15%.

3.3. Estrutura de simulação

Durante o período dos anos agrícolas 2014/2015 e 2015/2016 foi realizado o levantamento de dados como a cotação da saca de soja paga ao produtor, a cotação da soja futura na Bolsa de Valores e Mercadorias Futuras (BMeF BOVESPA) dos últimos dois anos, além de criar gráficos e tabelas para analisar o

resultado obtido no presente estudo. Utilizou-se do software Microsoft Excel para realizar as simulações, tendo como base os valores de cotação da saca de soja paga ao produtor rural durante o período.

Foram feitas simulações através de dois tipos de hedge: o tradicional (Mercado físico) e o ativo (Mercado Futuro).

3.3.1 Hedge Tradicional

Para fins de cálculo, no cenário de hedge tradicional utilizou-se o fato de que o produtor, já no momento do plantio, pode fazer uso dos contratos futuros para fazer o hedge de sua safra, entrando em uma posição contrária ao mercado físico. Neste caso considerou-se uma venda de 20 contratos futuros de soja de 450 sacos, totalizando as 9.000 mil sacas de soja estipuladas anteriormente, com vencimento para maio do ano seguinte.

O encerramento dessa operação se dá no momento da entrega do produto, estipulado no dia 10 de maio do próximo ano. Através da reversão da posição dos contratos futuros, ou seja, liquidando a venda com uma compra de mesma quantidade de contratos, que no caso são 20 contratos. Através da simulação será possível saber os valores de entrada e saída de cada operação, bem como se os ajustes foram positivos ou negativos para o período, fazendo uma soma de todos os ajustes após liquidar a operação, mais os custos operacionais encontraremos o resultado final estimando desta operação na bolsa de valores.

Para fins de cálculo dos resultados obtidos pelo produtor rural durante a duração do hedge, será utilizado o valor da saca de soja no local de referência dos contratos da BMeF que é o porto de Paranaguá – PR. Buscando um melhor entendimento e avaliação de resultados entre o mercado físico e o hedge em bolsa, levou-se em consideração o valor da saca de soja no encerramento da posição no mercado futuro (10 de maio do próximo ano).

3.3.2 Hedge Ativo

Quando o agricultor detectar níveis de preço que apontem para uma tendência de baixa nos contratos futuros por exemplo, ele assumirá a posição de venda nesses contratos, ou seja, venderá 20 contratos correspondentes às 9.000 mil sacas de sua produção. Quando o agricultor detectar níveis de preço que apontem para uma tendência de alta nos contratos futuros, ele assumirá a posição de compra nesse mercado, ou seja, comprará 20 contratos na BMeF.

O risco do produtor já aparece por possuir o produto físico esperando para a venda. Naturalmente o mesmo já possui uma posição de compra em soja, ou seja, seu objetivo é a alta dos preços. Sendo assim, nas simulações de hedge ativo, não foram adotadas operações de compras no mercado futuro, as operações

acontecerão apenas na venda ou de forma a liquidar a operação e permanecer zerada.

Quando o preço da soja física subir o produtor ganhará devido a sua posição comprada no físico, já quando os preços caem, apesar de perder dinheiro por sua produção ele ganhará por estar aberto em uma posição de venda no mercado futuro, utilizando o hedge apenas em momentos oportunos que possibilitem obter um retorno maior.

Como identificador de tendências, o presente trabalho utilizará duas médias móveis aritméticas, uma de 12 períodos baseado pelos preços mínimos de cada dia, e outra média móvel de aritmética de 23 períodos tendo como valor de cálculo as máximas dos últimos 23 períodos. A estipulação dessas médias se deu por razões técnicas, através da pesquisa e desenvolvimentos de trabalhos do autor junto de um especialista em análise técnica do escritório de investimentos da região.

Quando a média móvel de 12 períodos cruza a média móvel de 23 períodos para baixo, dizemos que o ativo está em uma tendência de baixa, por isso sinaliza uma venda, quando a média móvel de 23 períodos cruza a média móvel de 12 períodos para cima, dizemos que o ativo está em uma tendência de alta, por isso indicando um compra.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Modelo de Hedge Tradicional

O objetivo deste capítulo é apresentar a simulação dos dados, bem como os resultados auferidos no período. Serão expostos a seguir os resultados financeiros obtidos com a utilização dos dois modelos de hedge citados anteriormente para as safras de 2014/2015 e 2015/2016. A simulação feita por planilha em EXCEL que pode ser observada no apêndice A.

4.1.1 Demonstração dos resultados obtidos na safra 2014/2015 utilizando o modelo de Hedge Tradicional

O hedge tradicional se caracteriza por tomar uma posição contrária àquela que o agricultor já possui no mercado a vista, essa posição é levada do início ao fim do processo sem sofrer alterações. O hedger nesse modelo fica posicionado no mercado futuro com proporções idênticas ou aproximado à quantidade que deseja fazer o hedge no físico. A posição é encerrada somente no momento da entrega do produto físico, ou seja, se o objetivo do agricultor é vender suas sacas de soja nos próximos meses, subentende-se que o mesmo as possuirá em estoque. Considera-se então que o mesmo possui uma posição comprada no físico. Esse modelo

apresenta desvantagem quando o preço do mercado físico sobe, já que o agricultor perderá capital no mercado futuro para compensar os ganhos do mercado físico.

Mercado físico pode ser entendido como o lugar onde são negociados produtos em troca de recebimento de dinheiro. Como exemplo desta modalidade existem as empresas onde o produto físico da soja é entregue em troca de um pagamento sobre esse produto à vista ou a prazo. Os resultados da Safra 2014-15 podem ser observados na Tabela 1.

Tabela 1. Resultados (R\$) da Safra 2014-15 para o modelo de Hedge Tradicional no mercado futuro.

Data	Operação	Volume (contratos)	Valor Unitário (contrato)	Custos	Saldo operação
10/10/2014	Venda	20	R\$ 23.535,00	-R\$ 714,66	R\$ 469.985,34
10/05/2015	Compra	20	R\$ 30.312,00	-R\$ 920,46	R\$ - 605.319,54
Resultado do Hedge Tradic					R\$ - 135.334,20
10/05/2015	Mercado Físico	20	R\$ 28.260,00		R\$ 565.200,00
Resultado de caixa do produtor					R\$ 429.865,80

Fonte: Autores.

No dia 10/10/2014 foi montado a posição de venda de 20 contratos ao valor unitário de R\$ 23.535,00. Descontando o custo que foi de R\$ 714,16, a operação gerou um caixa ao produtor de R\$ 469.985,34.

No dia 10/05/2015 foi realizado o fechamento da posição no mercado futuro com a operação de compra de 20 contratos ao preço de R\$ 30.312,00. Descontando o custo de R\$ 920,46, a operação gerou uma saída de caixa de -R\$ 605.319,54. O resultado das operações no mercado Futuro gerou um caixa de -R\$ 135.334,20.

No dia de encerrar a posição o mercado físico estava cotado em R\$62,80, totalizando R\$ 28.260,00 por contrato e a venda nesta modalidade proporcionou uma entrada de caixa de 565.200,00.

O produtor terminaria a safra com um caixa de R\$429.865,80 de saldo total líquido, já descontando os custos de operação do hedge tradicional. O resultado da simulação aponta que o uso da ferramenta de hedge tradicional para a safra 2014-

15 impossibilitou o agricultor de obter maiores retornos com a comercialização de sua safra, já que o mercado futuro apresentou uma variação de -R\$135.334,20. O resultado negativo pode ser explicado devido a questões como a forte valorização do dólar perante o real devido a questões políticas, impactando diretamente no valor da soja pago por saca.

4.2 Demonstração dos resultados obtidos na safra 2014/2015 utilizando o modelo de Hedge Ativo

O Hedge Ativo possibilita ao agricultor estar posicionado na ponta contrária utilizando o mercado futuro somente quando a tendência do preço estiver favorável a ele. O agricultor que produz soja e deseja se proteger da queda montará uma posição de venda no mercado futuro somente quando a tendência do ativo for de baixa. Assim se o preço cair ele estará protegido, porém se a tendência for de alta ele ficará de fora do mercado futuro, podendo assim ganhar com a valorização do preço e travar novamente quando uma nova tendência de queda for estabelecida. No Hedge tradicional isso seria impossível, se o preço pago por saca subir no período que o hedge foi montado, o produtor deixará de ganhar o valor proporcional a valorização. A tela de operação de venda pode ser observada na Figura 5.

Figura 5: Operação de venda efetuada no dia 18/11/2014



Fonte: Autores.

A venda de 20 contratos de soja futura aconteceu no dia 18/11/2014, momento em que a média móvel de 12 períodos cruzou a média móvel de 23 períodos para baixo, indicando assim uma tendência de baixa no gráfico diário, na

data de referência, cada contrato de soja na BM&F custava R\$27.645,66, durante todo o período não houve um novo cruzamento de média indicando uma nova operação. A tela de Operação de compra pode ser observada na Figura 6.

Figura 6: Operação de compra para encerramento de posição 11/05/2015



Fonte: Autores.

No dia 11/05/2015, data limite para liquidação, o produtor encerrou sua posição no mercado futuro efetuando uma compra de 20 contratos na BM&F, neste dia cada contrato valia R\$30.282,48. A Tabela 2 apresenta os resultados das operações para esta modalidade.

Tabela 2 - Resultados (R\$) da Safra 2014-15 para o modelo de Hedge Ativo no mercado futuro.

Data	Operação	Volume (contratos)	Valor Unitário (contrato)	Custos	Saldo operação
18/11/2014	Venda	20	R\$ 27.645,66	R\$ -839,54	R\$ 552.073,66
10/05/2015	Compra	20	R\$ -30.282,48	R\$ -919,62	R\$ -606.569,22
Resultado do Hedge Ativo					R\$ -54.495,57
10/05/2015	Mercado Físico	20	R\$ 28.260,00		R\$ 565.200,00
Resultado de caixa do produtor					R\$ 510.704,43

Fonte: Autores.

No dia 18/11/2014 foi montado a posição de venda de 20 contratos ao valor unitário de R\$ 27.645,66. Descontando o custo que foi de R\$ 839,54, a operação gerou um caixa ao produtor de R\$ 552.073,66.

No dia 10/05/2015 foi realizado o fechamento da posição no mercado futuro com a operação de compra de 20 contratos ao preço de R\$ 30.282,48. Descontando o custo de R\$ 919,62, a operação gerou uma saída de caixa de -R\$ 606.569,22. O resultado das operações no mercado Futuro gerou um caixa de -R\$ 54.495,57.

No dia de encerrar a posição o mercado físico estava cotado em R\$62,80, totalizando R\$ 28.260,00 por contrato e a venda nesta modalidade proporcionou uma entrada de caixa de 565.200,00.

O produtor terminaria a safra com um caixa de R\$ 510.704,43de saldo total líquido, já descontando os custos de operação do hedge Ativo.

4.3 Demonstração dos resultados obtidos na safra 2015/2016 utilizando o modelo de Hedge Tradicional

Os resultados do Hedge Tradicional da Safra 2015-16 podem ser observados na Tabela 3.

Tabela 3 - Resultados da Safra 2015-16 para o modelo de Hedge Tradicional.

Data	Operação	Volume (contratos)	Valor Unitário (contrato)	Custos	Saldo operação
10/10/2015	Venda	20	R\$ 37.057,50	R\$ -1.125,42	R\$ 740.024,58
10/05/2016	Compra	20	R\$ 38.902,50	R\$ -1.175,27	R\$ 778.050,00
Resultado do Hedge Tradicional					R\$ -38.025,42
10/05/2016	Mercado Físico	20	R\$ 36.400,50		R\$ 728.010,00
Resultado de caixa do produtor					R\$ 689.984,58

Fonte: Autores.

No dia 10/10/2015 foi montado a posição de venda de 20 contratos ao valor unitário de R\$ 37.057,50. Descontando o custo que foi de R\$ 1.125,42, a operação gerou um caixa ao produtor de R\$ 740.024,58.

No dia 10/05/2016 foi realizado o fechamento da posição no mercado futuro com a operação de compra de 20 contratos ao preço de R\$ 38.902,50. Descontando o custo de R\$ 1.175,27, a operação gerou uma saída de caixa de -R\$ 778.050,00. O resultado das operações no mercado Futuro gerou um caixa de -R\$ 38.025,42.

No dia de encerrar a posição o mercado físico estava cotado em R\$ 80,88 totalizando R\$ 36.400,50 por contrato e a venda nesta modalidade proporcionou uma entrada de caixa de 728.010,00. O produtor terminaria com um caixa de 689.984,58.

4.5 Demonstração dos resultados obtidos na safra 2015/2016 utilizando o modelo de Hedge Ativo

A Figura 7 demonstra a tela de compra e venda dos contratos para a safra 2015-16.



A venda de 20 contratos de soja futura para abertura de posição aconteceu no dia 28/10/2015, dia em que a média móvel de 12 períodos cruzou a média móvel de 23 períodos para baixo, indicando assim uma tendência de baixa no gráfico diário, na data de referência, cada contrato de soja na BM&F custava R\$ 35.046,00, o fechamento dessa primeira operação aconteceu no dia 10/12/2015, onde cada contrato de soja na BM&F valia R\$ 34.137,00.

No dia 17/12/2015, a média de 12 períodos voltou a cruzar a média de 32 para baixo, indicando assim uma tendência de baixa para o ativo, o produtor efetuou a venda de 20 contratos no mercado futuro no preço de abertura do dia 18/12/2015, nessa data cada contrato valia R\$ 33.660,00, essa posição se encerrou no dia 21/03/2016, quando a média de 12 períodos cruzou a média de 23 para cima sinalizando uma tendência de alta para o ativo no dia anterior, na data o contrato futuro de soja na BM&F valia R\$34.564,50. A Tabela 4 demonstra os resultados da Safra 2015-16 para o modelo de Hedge Ativo.

Tabela 4 - demonstra os resultados da Safra 2015-16 para o modelo de Hedge Ativo.

Data	Operação	Volume (contratos)	Valor Unitário (contrato)	Custos	Saldo operação
28/10/2015	Venda	20	R\$ 35.046,00	R\$ -839,54	R\$ 700.080,46
10/12/2015	Compra	20	R\$ -34.137,00	R\$ -919,62	R\$ -683.659,62
18/12/2015	Venda	20	R\$ 33.660,00	R\$ -1.022,15	R\$ 672.177,85
21/03/2016	Compra	20	R\$ -34.564,50	R\$ -1.049,66	-R\$ -692.339,66
Resultado do Hedge Ativo					R\$ -3.740,98
10/05/2016	Mercado Físico	20	R\$ 36.400,50		R\$ 728.010,00
Resultado de caixa do produtor					R\$ 724.269,02

Fonte: Autores.

No dia 28/10/2015 foi montado a posição de venda de 20 contratos ao valor unitário de R\$ 35.046,00. Descontando o custo que foi de R\$ 839,54, a operação gerou um caixa ao produtor de R\$ 700.080,46.

No dia 10/12/2015 foi realizado o fechamento da posição no mercado futuro com a operação de compra de 20 contratos ao preço de R\$ 34.137,00. Descontando o custo de R\$ 919,62, a operação gerou uma saída de caixa de -R\$ 683.659,62.

No dia 18/12/2015 foi montado a posição de venda de 20 contratos ao valor unitário de R\$ 33.660,00. Descontando o custo que foi de R\$ 1.022,15 a operação gerou um caixa ao produtor de R\$ 672.177,85.

No dia 21/03/2016 foi realizado o fechamento da posição no mercado futuro com a operação de compra de 20 contratos ao preço de R\$ 34.564,50. Descontando o custo de R\$ 1.049,66 a operação gerou uma saída de caixa de -R\$ 692.339,66.

O resultado das operações no mercado Futuro gerou um caixa de -R\$ 3.740,98. No dia de encerrar a posição o mercado físico estava cotado em R\$ 80,88 totalizando R\$ 36.400,50 por contrato e a venda nesta modalidade proporcionou uma entrada de caixa de 728.010,00. O produtor terminaria com um caixa de R\$ 724.269,02.

4.6 Comparações

A Tabela 5 demonstra a comparação entre as alternativas propostas para Hedge da produção de soja.

Tabela 5 - Resultados de caixa em reais obtidos pelo produtor em cada safra.

Modalidade	Ano safra	Resultado de caixa para o Produtor	
Hedge Tradicional	2014-15	R\$	429.865,80
Hedge Ativo	2014-15	R\$	510.704,43
Mercado Físico	2014-15	R\$	565.200,00
Hedge Tradicional	2015-16	R\$	689.984,58
Hedge Ativo	2015-16	R\$	724.269,02
Mercado Físico	2015-16	R\$	728.010,00

Fonte: Autores.

A utilização do hedge ativo proporcionou ao produtor um maior retorno, e consequentemente um maior caixa no fim de ambos os períodos analisados. Para a safra 2014-15, a opção de hedge ativo resultou em um ganho de R\$80.838,63 se comparado ao modelo tradicional, um resultado 18,81% superior. Já para o período de 2015-16, o resultado foi 4,97% superior, totalizando uma diferença de R\$34.284,44 entre os dois modelos analisado.

O Hedge ativo além de proporcionar segurança ao agricultor nos períodos em que a soja apresenta uma tendência de queda nos preços garante que o produtor se beneficie com a alta da cotação. Nesses períodos o produtor desmonta a posição de hedge e volta a fazer somente em uma nova tendência de baixa. Proporcionando assim segurança e bom desempenho.

Para a safra 2014-15 o Hedge tradicional apresentou um caixa final ao produtor 23,94% menor do que o rendimento auferido na venda da produção no mercado físico. Para o Hedge Ativo essa diferença de caixa foi de 9,64% para o mesmo período. No ano em questão a cotação da soja apresentou uma valorização de 15,88% em sua cotação, o produtor deixou de ganhar pois teve seu preço travado no momento no início da safra.

Já na safra 2015-16, o caixa final do produtor que utilizou hedge tradicional foi 5,22% menor se comparado ao resultado auferido pelo mercado físico. No Hedge ativo essa diferença de caixa seria de apenas 0,51%. Na safra em questão a cotação da soja apresentou uma valorização de 10,54% em sua cotação, o produtor deixou de ganhar pois teve seu preço travado no momento no início da safra.

Nestes dois anos em quais a simulação foi realizada não foi compensatório para o agricultor realizar operações em mercado futuro, pois no momento de realização do mercado físico as cotações estavam maiores. No entanto isso não descarta a necessidade de que os agricultores realizem as operações em mercado futuro, pois os mesmos precisam estar protegidos das oscilações negativas de

preço. Trabalhar sem a cobertura pelo menos do volume necessário para cobrir os custos de produção pode levar uma propriedade rural à insolvência.

5. CONCLUSÕES

O presente trabalho enfatiza a importância de maior educação e conhecimento dos produtores rurais para com os mercados futuros. Os mesmos podem usá-las como ferramenta de gerenciamento de risco para sua safra, evitando assim que em anos de forte desvalorização da cotação da sua produção no momento da venda ele possa estar seguro.

Por meio das simulações e do acompanhamento diário da cotação do mercado financeiro observou-se que para esta realidade pesquisada o hedge ativo obteve resultados superiores ao hedge tradicional. Através dos resultados das duas safras analisadas, destaca-se que o hedge tradicional em nenhum dos anos apresentou um modelo de hedge perfeito, afinal em ambas as safras esta escolha acarretou em prejuízos para o produtor.

O hedge ativo, além de cumprir o papel de assegurar a produção no momento de queda, também permite ao produtor aproveitar os momentos de alta nos preços, já que nesses períodos ele não possuirá posição de venda no mercado futuro. Sabendo disso, uma das principais conclusões que chegamos ao analisar os dados do projeto é de que, se o produtor deseja se proteger da queda de preços, e obter segurança fazendo o travamento de preço no mercado futuro, ele deve optar por utilizar o hedge ativo, uma vez que o mesmo além de oferecer maior segurança lhe propicia retornos em anos que o preço da soja apresenta valorização dentre o período de plantio até o período de comercialização.

Nas safras 2014-15 e 2015-16, o mercado físico apresentou uma valorização e como o produtor travou seu preço no mercado futuro o produtor não pode aproveitar essa alta de preços. Já o Hedge ativo buscou amenizar essa diferença.

Recomenda-se por tanto que o modelo seja utilizado pelo produtor, seguindo à risca o acompanhamento do mercado futuro para entrada e saída de posições, caso o mesmo não disponha tempo pode entrar em contato com seu assessor de investimentos pessoal de sua conta para que o mesmo verifique e acompanhe as cotações, tendo em vista que, para fazer uma operação no mercado futuro o agricultor obrigatoriamente deverá abrir uma conta em uma corretora de valores mobiliários, cujo processo não acarreta em custos adicionais.

Além disso, o assessor de investimentos poderá realizar um trabalho de forma que o produtor obtenha retornos financeiros investindo o valor da margem de garantia necessária para suas operações, conseguindo retornos financeiros durante todo esse período, podendo assim também proteger o seu capital da desvalorização

inflacionária. O modelo em questão será usado como base para a realização do hedge na propriedade rural usada como referência no trabalho para a próxima safra.

REFERÊNCIAS

BESSADA, Octávio. **O Mercado Futuro e de Opções**. 3 ed. Rio de Janeiro/RJ: Record, 1994.

BMeF – Bolsa de Mercadorias & Futuros. **Perguntas Frequentes sobre os Mercados Futuros Agropecuários**. São Paulo/ SP, 2005.

BRASIL. **Ministério da Agricultura pecuária e Abastecimento**. Disponível em <http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/soja>. Acesso em 28 de jun, de 2016.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (CEPEA). **Indicador diário de soja CEPEA/ESALQ** – Paraná. Séries de preços (desde 20/07/1997). Disponível em <www.cepea.esalq.usp.br/soja>. Acesso em: 20 out. 2016.

DUFFIE, D. **Futures markets**. New Jerrey: Pretice-Hall International, 1989.

FUTURES INDUSTRY INSTITUTE. **Curso de Futuros e opções**. São Paulo: BM&F – Bolsa de Mercadorias e Futuros, 1998.

GIL, ANTONIO CARLOS. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5.ed. São Paulo: Atlas,1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4º ed. São Paulo: Atlas S/A, 2002.

HIERONYMUS, T.A. **Economics of futures trading**. New York: Commodity Research Bureau, 1977.

HOUTHAKKER, H.S. **The scope and limits of futures trading**. In: ABRAMOVITZ, M. el all. *The allocation of economic resource*. Stanford: Stanford University Press, 1959. P.134-159.

HULL, J. **Introdução aos mercados futuros e de opções**. São Paulo: Bolsa de Mercadorias & Futuros/Cultura Editores Associados, 1996.

KIMURA, Herbert. Administração de riscos em empresas agropecuárias e agroindustriais. **Caderno de Pesquisas em Adminsitração**, São Paulo, v. 1, n. 7, 2º Trim/1998.

KÖCHE, JOSÉ CARLOS. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa**. 14. ed. rev. e ampl. Petrópolis: Vozes, 1997.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnica de pesquisa, planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARQUES, P.V.; MELLO P.C. **Mercados futuros de commodities agropecuárias: exemplos e aplicações para os mercados brasileiros**. São Paulo: Bolsa de Mercadorias & Futuros, 1999.

MARQUES, P. V.; P.C. MELLO & J.G. Martines Fo. **Mercados Futuros e de Opções Agropecuárias**. Piracicaba, S.P., Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Esalq/USP, Série Didática nº D-129, 2006.

MENDES, Judas Tadeu Grassi; PADILHA JÚNIOR, João Batista. **AGRONEGÓCIO: uma abordagem econômica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MONEZ, César Antônio. **Mercados Futuros Agropecuários**. Cáceres/MT: Banco do Brasil, 2002.

NANTES, J. F. D; SCARPELLI, M. **Gestão da produção rural no agronegócio**. In: Batalha, M.O (Org.) *Gestão agroindustrial*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001. v. 1.

PERES, Fernando C. **O Programa Empreendedor Rural**. Curitiba/PR: SENAR PR, 2003.

RIES, Leandro Reneu; ANTUNES, Luciano Médici. **Comercialização agropecuária: mercado futuro e de opções**. Guaíba: Agropecuária, 2000. SAFRAS e MERCADO. Disponível em: <www.safras.com.br>. Acesso em: 20 out. 2016.

SCHOUCHANA, Félix. **Introdução aos Mercados Futuros e de Opções Agropecuárias no Brasil**. 2 ed. São Paulo/SP: Bolsa de Mercadorias e Futuros, 2000.

SILVA NETO, Lauro A. **Derivativos** – Definições, Emprego e Risco; 4 ed. São Paulo; Atlas, 2002.

TEIXEIRA, M. A. **Mercados futuros: fundamentos e características operacionais**. São Paulo: Bolsa de Mercadorias & Futuros, 1992. 53 p.

13. INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DE AGROECOSSISTEMAS FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO BURICÁ/RS

LASTA, Eloiza Franciele¹
BOHRER, Robson Evaldo Gehlen²
GUERRA, Divanilde³
VASCONCELOS, Marlón de Castro⁴
SILVA, Danni Maísa da⁵

1. INTRODUÇÃO

Os sistemas agrícolas, principalmente da agricultura familiar podem ser considerados agroecossistemas e normalmente consistem de vários segmentos e processos, os quais incluem: uma área de cultivo, produção e equipamentos para cultivo das lavouras, bem como os recursos naturais. A agricultura familiar no município Boa Vista do Buricá possui importância fundamental na produção de alimentos, geração de emprego e de renda tendo arrecadado no ano de 2013 aproximadamente 58,45% do ICMS do município.

O objetivo deste trabalho foi identificar e analisar a sustentabilidade dos agroecossistemas familiares do Município de Boa Vista do Buricá/RS, através de um diagnóstico das propriedades. A metodologia utilizada foi à aplicação de questionários semi-estruturados realizados a campo, avaliando as dimensões ambiental, social e econômica. Como resultado observou-se na dimensão ambiental que as propriedades não possuem aptidão e características consideradas sustentáveis devido à má utilização e cuidados com os recursos naturais (água, solo, vegetação nativa), pela falta de tratamento e destinação dos resíduos sólidos, efluentes domésticos, bem como a falta de manejo dos efluentes dos animais e pela alta dependência de uso de pesticidas, inseticidas e fungicidas.

Nos aspectos sociais observou-se uma boa estruturação em relação aos bens e serviços, tendo os moradores acesso aos serviços de saúde, centros médicos e serem atendidos por agentes da saúde nas propriedades, aspectos negativos relacionam-se com a falta de manutenção das estradas de acesso as propriedades e pela falta de oferta e manutenção de empregos no campo. Com relação aos aspectos econômicos, ficou evidente a falta de administração das propriedades devido às más condições de organização, planejamento das atividades desenvolvidas e pouca capacitação dos tomadores de decisões.

Contudo fica evidente com o trabalho a falta de comprometimento dos produtores com a sustentabilidade ambiental das propriedades em relação aos recursos naturais (água, solo, vegetação nativa) e destinação de resíduos sólidos e efluentes, a falta de capacitação e gerencia nas propriedades, podendo causar colapsos no sistema econômico das propriedades, notou-se um bom nível de vida,

correlacionado com os aspectos econômicos e, parcialmente, com os aspectos sociais. Com os resultados obtidos, o poder público poderá avaliar e analisar os principais aspectos a serem abordados para poder propor ações e projetos que busquem a sustentabilidade das propriedades nas dimensões ambiental, social e econômica.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O setor agropecuário brasileiro possui importância fundamental na geração de renda, empregos e principalmente na produção de alimentos. Segundo dados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011), existiam no Brasil, no último censo agropecuário, realizado no ano de 2006, 4,3 milhões de estabelecimentos agropecuários de caráter familiar, correspondendo a 84,4% do total, que são responsáveis pelo emprego de 12,3 milhões de pessoas ocupadas no meio rural. Este segmento produtivo responde por 10% do Produto Interno Bruto (PIB) e a 38% do Valor Bruto da Produção Agropecuária. Este levantamento ainda traz dados que comprovam que a agricultura familiar é responsável pela produção dos principais alimentos consumidos pela população brasileira, como por exemplo, 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38,0% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% do plantel de aves, 30% dos bovinos.

O Governo Federal, com vistas na promoção do desenvolvimento rural sustentável, consciente da importância ambiental, social e econômica da agricultura familiar, tem criado estímulos através de programas governamentais e linhas de crédito, com a finalidade de fortalecer o setor, e, ao mesmo tempo, ressaltar a importância da necessidade de garantir alimento em quantidade e qualidade aos brasileiros, com a promoção da sustentabilidade dos agroecossistemas. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, o Governo estimula a produção de alimentos em conjunto com a preservação ambiental e social, principalmente através de políticas públicas como o Plano Nacional da Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), como estímulo à produção de alimentos orgânicos, os programas de reflorestamento, o Cadastro Ambiental Rural (CAR), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), especialmente em algumas de suas linhas (florestas, agroindústrias), além de chamadas públicas em diversas áreas, com intuito de melhorar a produção e a vida da população interiorana. Mas, mesmo com todas estas alternativas, na prática, a maior parte dos investimentos governamentais continua sendo direcionada ao monocultivo, pelas dificuldades associadas à execução de proposições alternativas, diferenciando-se na aplicação das políticas públicas citadas apenas a cultura agrícola a ser financiada, de acordo com a região brasileira.

Em nível de estado, o Governo do Rio Grande do Sul trabalha com políticas voltadas à agricultura e também à sustentabilidade das propriedades, com incentivos à inclusão social e produtiva – segurança e soberania alimentar, através do programa de desenvolvimento de agroindústrias familiares; do programa leite gaúcho; do programa da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural com a finalidade de capacitação de produtores na área do leite; mais água mais renda; irrigando a agricultura familiar; agricultura de base ecológica (SDR, 2012).

A região noroeste do estado do Rio Grande do Sul embora tenha sua economia baseada na agropecuária especialmente nas atividades de produção leiteira, suinocultura e na agricultura familiar possui o maior percentual da população vivendo no meio urbano (Barbosa *et al.*, 2010). Com a finalidade de contribuir para a melhoria das condições de vida da população do meio rural e estimular a sua permanência na zona produtiva de alimentos o município de Boa Vista do Buricá, através da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, proporciona aos agricultores familiares, políticas públicas municipais de promoção do desenvolvimento rural sustentável. Dentre estas, oferece assistência técnica direta aos produtores rurais, na área do leite, legalização e apoio a agroindústrias familiares, apoio e orientações aos integrantes da feira do produtor rural disponibilizando uma equipe composta por um engenheiro agrônomo, técnico agrícola e um veterinário (Boa Vista do Buricá, 2012). Além disso, destaca-se que, durante o ano de 2013, o município firmou convênio com uma fundação para prestação de assistência técnica na área do leite. O município conta ainda com o licenciamento ambiental municipalizado, auxiliando os produtores na organização de suas atividades agropecuárias e na regularização ambiental das mesmas.

Em dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário no ano de 2012, no município de Boa Vista do Buricá, foram financiados com empréstimos bancários para a agricultura, R\$ 10.229.727,28, divididos em custeios e investimentos agrícola e pecuário. Também são executadas no município, políticas públicas de nível federal como o Programa Nacional de Alimentação Escolar do (PNAE – FNDE do Ministério da Educação) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), onde se estimula a aquisição de alimentos diretamente da agricultura familiar, com o intuito de adquirir produtos com mais qualidade e fortalecer a matriz produtiva local.

Nas três esferas governamentais observa-se que existe uma preocupação em incentivar a produção de alimentos mais saudáveis, contribuindo para a redução do consumo de agrotóxicos, com estímulo à produção orgânica e agroecológica. Entretanto, para que ocorra de fato a mudança do paradigma atual de produção agrícola, e se inicie uma nova trajetória, com a produção de alimentos mais seguros para o consumo, com equilíbrio ambiental, econômico e social, é fundamental a definição de orientações específicas voltadas à agricultura familiar, definidas a partir

do conhecimento sobre as condições de produção de alimentos nos agroecossistemas familiares.

Os sistemas agrícolas, principalmente da agricultura familiar, são considerados as principais fontes de alimentos para a população mundial. De acordo com Odum (2000) e Nacke et al. (2009) estes sistemas normalmente são considerados como um segmento, ao qual estão incluídos, área de cultivo, produção e equipamentos para o cultivo. Um agroecossistema, por sua vez, pode ser entendido como uma propriedade, uma cultura ou um policultivo, que possua características produtivas (Gliessmann, 2000).

Muitas propriedades rurais baseadas no atual modelo produtivo podem ser consideradas insustentáveis, especialmente, do ponto de vista ambiental e social. De acordo com Nacke et al. (2009), o sistema de agricultura utilizado atualmente vem acarretando preocupações em relação à promoção de uma agricultura sustentável, baseada em técnicas que melhorem o aproveitamento e a interação dos agroecossistemas. O autor ainda cita que, diante da importância desta agricultura moderna e dos seus impactos socioeconômicos e ambientais, é imprescindível usar os recursos disponíveis nas propriedades agrícolas para manter uma produção estável por longo prazo, levando em conta os cuidados relacionados com o solo, com a água e meio ambiente.

Atualmente a agricultura praticada possui muitos desafios e problemas, principalmente ambientais, como por exemplo, degradação do solo, poluição das águas (Toscano, 2003), sendo necessária a compreensão de como um sistema produtivo se comporta, ou os agroecossistemas de forma diferenciada, para que se possa ter uma agricultura mais sustentável. Deve-se entender em princípio, a natureza e os seus ciclos, para depois inserir o ser humano neste meio, de modo que, faça parte de um todo. Mas para isso, é necessário entender primeiramente o que é um agroecossistema sustentável (Bezerra et al., 2007).

Tanto para Gliessmann (2000) como para Altieri (2002) um agroecossistema sustentável se mantém a base dos recursos oriundos das propriedades, com entrada mínima de insumos externos, onde se busca rendimentos duráveis de longo prazo, utilizando técnicas de manejos adequadas e equilibradas com o meio ambiente. Esta necessidade de entendimento, de agroecossistemas sustentáveis é devido à percepção que o atual modelo de agricultura (Nacke et al., 2009), praticado na grande maioria dos países vem enfrentado sérios problemas, principalmente em relação à forma de manejo, baseado no sistema implantado na *revolução verde* com a utilização de pacotes tecnológicos prontos, o que contribui para o desequilíbrio da sustentabilidade (Martins et al., 2004).

A produção sustentável de um agroecossistema deriva do equilíbrio entre plantas, solo, luz solar, umidade e outros coexistentes (Altieri, 2004; Nacke et al., 2009), aliada a um conjunto de transformações sociais, econômicas e ambientais

(Lobo, 2002). A busca por alternativas, e para a mudança da lógica de produção através da melhor compreensão destes processos também passa pelo saber do agricultor, consolidando os agroecossistemas sustentáveis (Bezerra et al., 2007). Para tanto, o entendimento do termo sustentabilidade é necessário, e que, segundo Caporal e Costabeber (2002), pode ser definida como a capacidade de um sistema produtivo manter-se social e ambientalmente produtivo, englobando conceitos econômicos, ambientais e culturais. Para Toscano (2003), a agricultura familiar pode exercer o papel de contribuir para a produção agrícola nos moldes do agroecossistema, pois nestes sistemas de produção tem se observado e registrado os maiores índices de produção nos últimos anos.

Além do conhecimento dos produtores, outro ponto destacado por Camelo e Cândido (2012) é o desenvolvimento da sustentabilidade pela agricultura familiar, facilitando e entendimento da sustentabilidade territorial nas dimensões social, ambiental e econômica, buscando a diminuição do êxodo rural, desenvolvimento da produção, combate à pobreza e a utilização dos recursos naturais, de forma a manter sua capacidade de regeneração a média e longo prazo.

Para tanto, a sustentabilidade territorial entra em discussão, das formas de obter-se e mensurar as modificações e características de um agroecossistema, obtendo-se um diagnóstico dos sistemas agrícolas atuais para proposição da transição para um sistema agroecológico. Gliessman (2000) afirma que para analisar agroecossistemas deve se estar baseado em ferramentas e metodologias que possam observar detalhadamente cada agroecossistema, com modelos que agreguem informações que auxiliem na tomada de decisões e em ações que possam ser desenvolvidas nas unidades de produção, sempre em busca da sustentabilidade dos agroecossistemas.

A utilização dos métodos de mensuração e pesquisa que contemplam as dimensões ambientais, sociais e econômicas sobre os agroecossistemas de base familiar vem sendo utilizadas há algum tempo. Estudos já foram desenvolvidos com estes preceitos em López Ridaura et al. (2002), Matos Filho (2004), Corrêa (2007), Verona (2008), e Pereira (2008), que utilizaram ferramentas embasadas nestas dimensões, ressaltando a estrutura flexível, capacidade de adaptação a diferentes níveis de informação e de compreensão das possibilidades de ameaças e oportunidades para a sustentabilidade dos sistemas.

Para Caporal e Costabeber (2002) a análise das dimensões: ambiental, social e econômica passa pelos conceitos da sustentabilidade, incluindo-se desde noções de preservação e conservação da base dos recursos naturais, a busca contínua de melhores níveis de qualidade de vida mediante a produção e o consumo de alimentos com qualidade, o que comporta, por exemplo, a eliminação do uso de insumos no processo produtivo agrícola, mediante novas combinações tecnológicas, através de opções sociais de natureza ética ou moral, e a busca por aumentos de

produção agropecuária a base da produção de subsistência, assim como a produção de bens de consumo em geral, que não costumam aparecer nas medições monetárias convencionais, mas que são importantes no processo de reprodução social e nos graus de satisfação dos membros da família.

Sabendo destes desafios propostos, e da importância na produção de alimentos, na geração de emprego e renda o objetivo principal do presente trabalho foi estudar alguns indicadores de sustentabilidade de agroecossistemas familiares do Município de Boa Vista do Buricá/RS.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho foi desenvolvido no município de Boa Vista do Buricá, localizado no Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, e de acordo com o (IBGE, 2011), possui uma área total de 108,70 km², e conta com uma população de 6.574 habitantes, destes, 3.295 são homens e 3.279 mulheres. A população rural é constituída por 33,5 % do total da população, 2.208 pessoas. O perfil produtivo do município, no ano de 2008, se dividia em 34,7% para produção agropecuária, 12,9 % produção industrial e 52,4% para prestação de serviços.

A metodologia de trabalho baseou-se no processo MESMIS (*Marco para La Evaluación de Sistemas de Manejo de Recursos Naturales Incorporando Indicadores de Sustentabilidade*) conforme López Ridaura et al. (2002), que prevê a elaboração de listas de indicadores com caráter ambiental, social e econômico, com estrutura flexível, e capacidade de adaptação a diferentes níveis de informação. A metodologia é dividida e estruturada em três fases do diagnóstico, determinando indicadores e a coleta de dados para a proposição de alternativas, possibilitando um detalhamento maior da sustentabilidade dos agroecossistemas estudados.

Com o intuito de analisar os agroecossistemas do município, optou-se pela aplicação de questionários semi-estruturados, em 15 propriedades do total de 768 representando 1,95%, as mesmas, escolhidas de forma aleatória através de sorteio de números que foram relacionados com a lista de produtores rurais da Secretaria Estadual da Fazenda, encontrados na Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente do município. Foram analisados indicadores ambientais, sociais e econômicos, bem como a existência de produção orgânica ou agroecológica, de produção para subsistência, o conhecimento dos produtores sobre o que é agroecologia, aspectos relacionados à sucessão rural e o que o setor agrícola representa de retorno econômico para o município.

Os dados foram confrontados com o conhecimento da (Agrônoma da Secretaria de Agricultura do Município) para análise da real situação dos agroecossistemas. A aplicação dos questionários ocorreu no período de Julho a Setembro de 2013.

Os dados indicadores de sustentabilidade dos agroecossistemas considerados nos âmbitos ambiental, social e econômico foram:

Ambiental: recursos hídricos, conservação dos mananciais, qualidade da água para consumo humano e animal, uso e conservação do solo, conservação da vegetação nativa, proteção de Áreas de Preservação Permanente (APP's), utilização de agrotóxicos e a destinação das embalagens vazias.

Social: caracterização sociocultural com relação à composição familiar, a infraestrutura de moradia e acesso aos principais serviços de saúde e lazer, tempo de residência na propriedade, qual a motivação na agricultura, tamanho da propriedade, se é própria ou arrendada, a diversificação de culturas, produção para subsistência, estrutura da mão-de-obra.

Econômico: sistema de produção utilizado pela propriedade, formas de utilização da propriedade, tecnologia utilizada na produção, utilização de insumos, principais indicadores técnicos agrônômicos da produção animal e vegetal, acompanhamento financeiro da propriedade, situação econômica, renda dos produtores em suas atividades, condições de vida destas famílias no meio rural.

Os resultados foram tabulados e as informações produzidas, apresentadas na forma de tabelas e/ou gráficos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

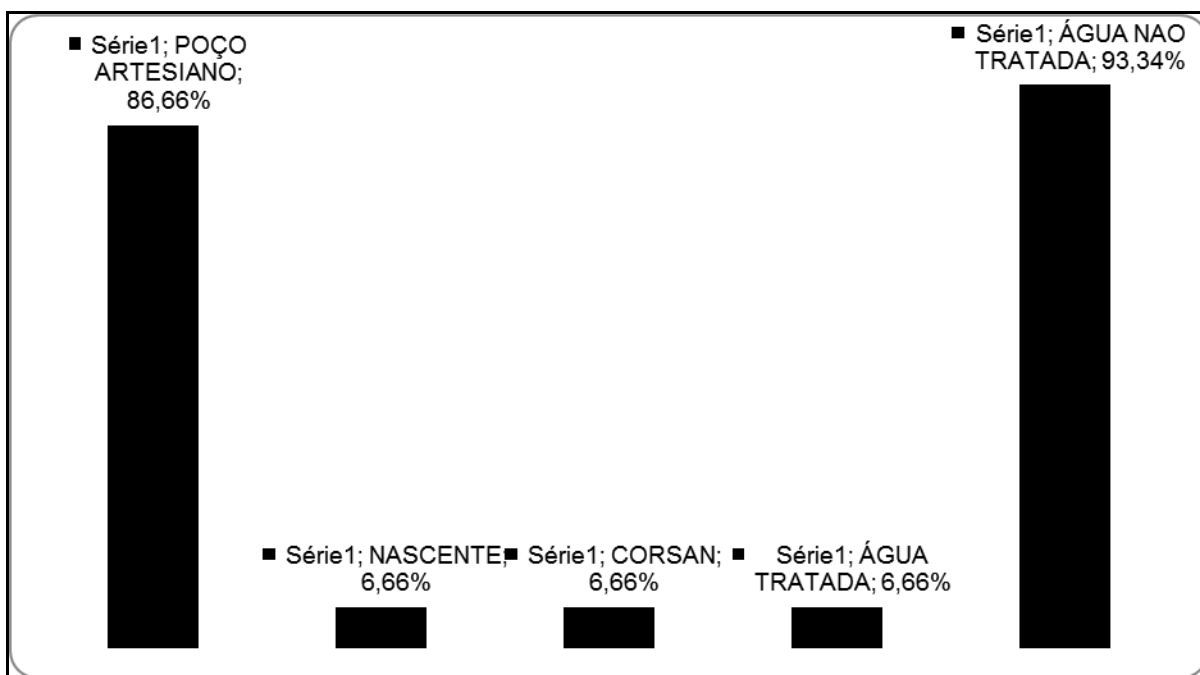
Os resultados obtidos apresentam o atual modelo de produção agrícola característico do município de Boa Vista do Buricá, em relação aos aspectos ambientais, sociais e econômicos. A falta de informações sobre a situação atual das propriedades do município pode levar a decisões equivocadas quanto a programas a serem desenvolvidos para o setor. As informações obtidas poderão colaborar para o planejamento mais adequado por parte do poder público municipal, da assistência técnica e dos próprios produtores, que normalmente não conhecem a realidade de sua propriedade, em relação ao desenvolvimento sustentável dos agroecossistemas. Estas informações serão importantes para elaboração de políticas públicas e de recomendações adaptadas às propriedades de acordo com seu sistema de produção, enfim, auxiliando na tomada de decisões adequadas de forma a minimizar riscos, reduzir custos de produção, identificar limitações e possíveis soluções dos problemas das propriedades e trazendo alternativas aos jovens para sua manutenção no meio rural.

4.1 Indicadores ambientais

Foram solicitadas informações relacionadas aos aspectos ambientais, referentes a solo, água, vegetação nativa, áreas de preservação, destinação de

resíduos, das águas servidas, do esgoto cloacal e dejetos dos animais. Com relação à água destinada ao consumo humano, buscou-se saber a origem e qualidade da mesma. A Figura 01 apresenta a forma de abastecimento de água nas propriedades rurais.

Figura 1 - Formas de abastecimento de água para consumo humano em propriedades rurais pesquisadas do município de Boa Vista do Buricá/RS, 2013.



Fonte: Autores.

Como pode se observar, em 86,68% das habitações rurais o abastecimento de água é realizado por poço artesiano, em quantidade suficiente para a família e em alguns casos ainda é utilizada para a dessedentação de alguns animais (Figura 1). Outra forma de abastecimento que ainda é utilizado pelos produtores é as nascentes, observado em 6,66% dos casos. Uma das propriedades analisadas não conta com abastecimento para consumo humano na área de plantio, sendo que o produtor mora no perímetro urbano, próximo a propriedade, sendo o fornecimento realizado pela Corsan (Companhia Riograndense de Saneamento). Nas demais propriedades existem água em quantia suficiente, em períodos normais, sem estiagem.

A maioria dos agricultores, quando questionados sobre a qualidade da água, afirmou ser boa, e refutam a ideia de tratamento, pois dizem que “fica com gosto de cloro”. Neste sentido, foi solicitada à Secretaria Municipal da Saúde informações sobre os resultados dos laudos microbiológicos dos poços artesanais do interior. As informações repassadas são de que, do total de 28 poços artesanais para abastecimento humano na área rural, dois possuem tratamento, com dosador de

cloro. No restante, não existe sistema de tratamento, e em todas as amostras analisadas observou-se alterações que tornam a água imprópria para o consumo humano, sem o devido tratamento. Este dado, juntamente com a não aceitação dos agricultores em relação ao tratamento da água indica quão importante e urgente é a necessidade de orientações sobre a importância do consumo de água com qualidade, dos benefícios do tratamento, e sobre a necessidade de que se busquem alternativas ou que a prefeitura municipal realize a instalação dos aparelhos para o seu tratamento. Estudo realizado por Souza *et al.* (2013), em Chapecó, Santa Catarina, também destacou a problemática da água como um dos principais pontos críticos para a sustentabilidade dos agroecossistemas, sob o ponto de vista das famílias entrevistadas. Os mesmos autores apontam que os agroecossistemas estudados utilizam fontes de água contaminadas por coliformes e que estes representam importantes oportunidades de melhoria através da implementação de ações que envolvam a vedação e proteção das fontes com vegetação e um melhor aproveitamento da água da chuva.

Outro aspecto analisado neste no trabalho foi em relação aos resíduos sólidos e líquidos produzidos e sua destinação no agroecossistema. Os resíduos sólidos produzidos nas propriedades foram divididos em três classes: orgânico, rejeito e seco. Foram informadas diversas formas de destinação pelos produtores. O resíduo orgânico é totalmente aproveitado para o consumo dos animais ou utilizado em composteiras localizadas nas hortas. Já o resíduo seco e o rejeito possuem outras formas de destinação: em 56,67% das residências, os resíduos são queimados a céu aberto, 40% são levados até a cidade, e 6,67% são enterrados na lavoura. Os resíduos destinados à cidade são enviados até um ponto no interior do município e posteriormente coletado por caminhão da prefeitura. Ainda em relação aos resíduos é possível se observar que 53,34% dos agricultores não possuem informações sobre a importância da correta destinação do lixo seco e do rejeito, já que acreditam que estão dando o destino correto aos mesmos, quando o queimam ou o enterram. Estas informações demonstram, mais uma vez, a necessidade de conscientização dos moradores do meio rural a respeito do tratamento e destinação adequada dos seus rejeitos, bem como da necessidade de ampliação da coleta de lixo pela prefeitura ou empresa terceirizada no meio rural. Em relação aos efluentes gerados nas residências, a principal destinação são fossas sépticas, sistema este, que possui baixa eficiência, não atendendo aos padrões estabelecidos para a destinação de efluentes ao ambiente.

A presença de recursos hídricos naturais nas propriedades sejam elas, nascentes, lajeados ou rio é registrada em todas as propriedades pesquisadas. De acordo com os dados coletados, os lajeados e nascentes são encontrados em 53,34% das propriedades, sendo que em 26,67% destas, existem somente nascentes, em 13,33% somente lajeados e os rios estão presentes em 6,66% das propriedades estudadas. Esta diversidade de formas de acesso aos recursos hídricos facilita para os proprietários a dessedentação de animais, principalmente a

bovinocultura de leite. Este é um fato a ser debatido, pois em nenhuma delas existe alguma forma de proteção ambiental, sendo que os animais possuem livre acesso em toda a extensão dos recursos hídricos analisados. Nestas áreas, consideradas de preservação permanente (APPs), em 73,33% das propriedades, existe uma pequena faixa de vegetação nativa, sendo que nas que possuem animais, esta faixa é usada como área de sombreamento, com pouca vegetação em estágio inicial de regeneração. Em apenas uma propriedade, é observada a delimitação da APP. Em 20% não existe nenhuma vegetação de proteção. Segundo Schneider e Costa (2015) o agricultor desconhece o fato de que a presença de florestas próximas às áreas de cultivos contribui para regular o microclima e conservação da água, e que a sua supressão tem impactos negativos diretos na resiliência e serviços ambientais do agroecossistema.

Outro aspecto ambiental abordado foi à vegetação das propriedades, que possuem as seguintes características: em 40% das propriedades existem áreas de mata, em 33,33% mata e capoeira, 20% mata e reflorestamento (exóticas) e em 6,67%, somente capoeira. Ainda em relação às APPs, observou-se que em 86,67% delas a APP é parcialmente coberta com vegetação nativa e em 13,33% não existe cobertura. Ao serem questionados, sobre a localização das áreas de mata, 80% dos agricultores citaram que, estas áreas encontram-se em locais mais declivosos das propriedades, onde é difícil o trabalho para o plantio de culturas agrícolas. Quanto ao questionamento sobre a utilidade e sua importância, a maioria respondeu que, os animais utilizavam para viver e procriar, para dar equilíbrio no ambiente, para filtrar o ar. Nenhum deles relacionou as matas com a importância na manutenção da qualidade da água, no importante papel que tem a vegetação neste aspecto, mesmo sendo esta questão apontada em todas as propriedades pesquisadas. Esta informação sugere a observação estratificada da natureza, de acordo com a importância que tem cada elemento natural (água, mata, solo), sem considerar a importância da natureza como um todo e da inter-relação de seus elementos. A exemplo das informações obtidas na realização deste trabalho, Silva et al. (2013), em uma avaliação da sustentabilidade de agroecossistemas orgânicos, também encontraram fragilidades nos sistemas de produção estudados, sobretudo, nos indicadores relacionados à dimensão ambiental.

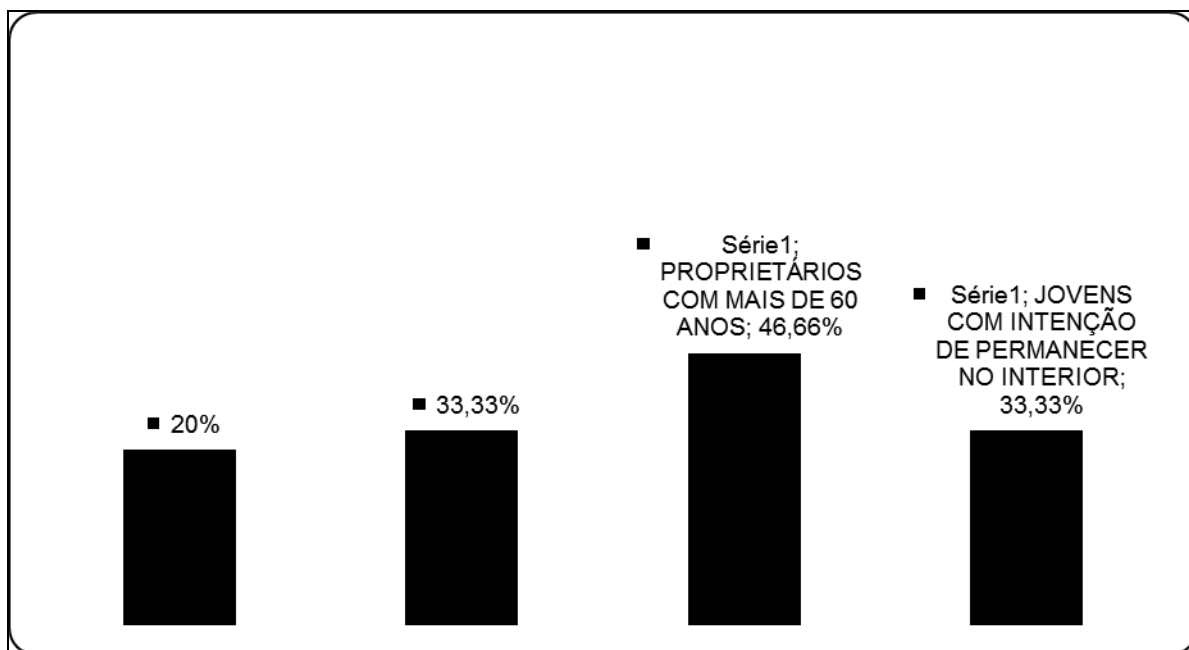
Quanto ao solo encontrado no município, sua classificação varia de Neossolo Ciriaco Charrua com algumas faixas da classe Santo Ângelo. O relevo é considerado suave ondulado em 66,68 % das propriedades, ondulado em 6,66% e suave em 6,66%. Os outros 20 % das propriedades, as três classes de relevo são observados. Em 53,34 % das propriedades o solo é considerado raso, em 33,34% uma mescla de solo raso e profundo e somente em 13,34% o solo é profundo. O solo Ciriaco Charrua é caracterizado por ser raso, pouco profundo, chegando a ter faixas com afloramento rochoso, cor escura, com pedregulho. Já o solo Santo Ângelo, é profundo de cor avermelhada, pouca fertilidade natural.

4.2 Indicadores sociais

No aspecto social foi observada predominância da naturalidade do próprio município, sendo alguns componentes da família oriundos de municípios vizinhos, que após o casamento fixaram residência em Boa Vista do Buricá/RS. A origem étnica da população do meio rural é principalmente a Alemã, seguida pela Italiana e Negra. Observou-se que em 86,66% dos agroecossistemas apenas o casal realiza os trabalhos da unidade de produção, sem o auxílio dos filhos.

Quanto à idade dos proprietários dos agroecossistemas, os dados foram divididos em três faixas etárias (jovens, adultos e idosos) conforme apresentado na figura abaixo.

Figura 2 - Distribuição das faixas etárias dos proprietários rurais, dos agroecossistemas pesquisadas, no município de Boa Vista do Buricá/RS, 2013.



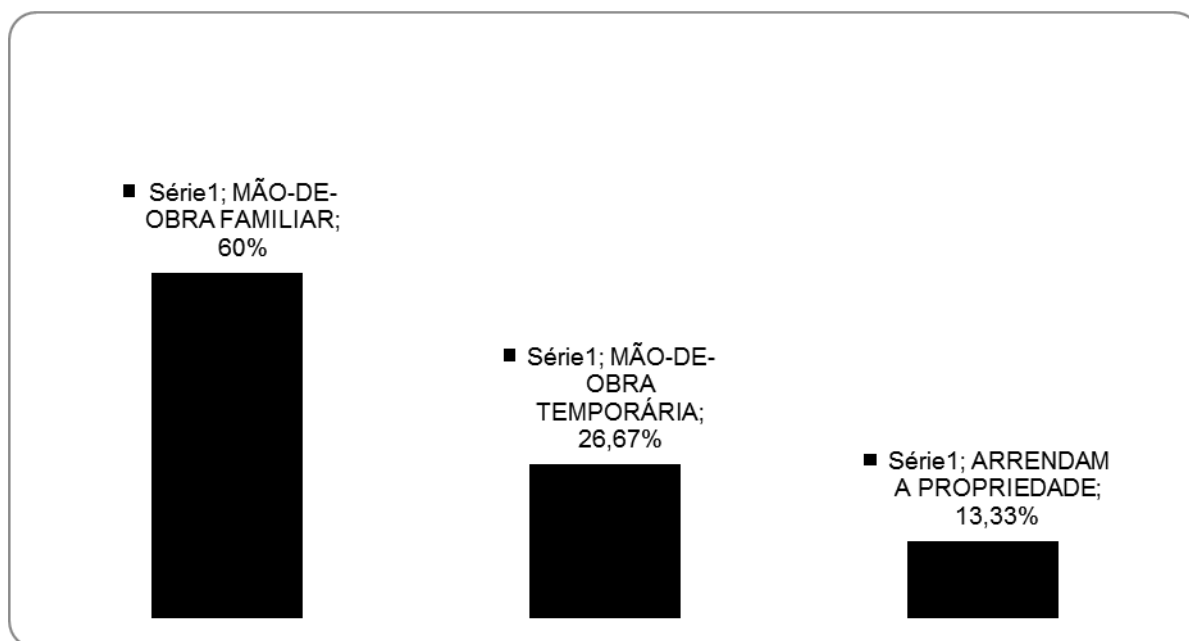
Fonte: Autores.

Quanto às faixas etárias dos proprietários encontrados nas propriedades rurais pesquisadas do município, 20% das mesmas possuem jovens com menos de 29 anos, como proprietários, porém ainda morando com seus pais, e destes, 33,33% possuem intenção de permanecer na propriedade, dando continuidade ao trabalho dos pais. Em 33,34% das propriedades a faixa etária dos proprietários fica entre 30 a 59 anos, continuando a exercer as atividades na propriedade. Observou-se a presença da faixa etária acima de 60 anos, em 46,66% das propriedades pesquisadas. Na maioria das unidades de produção com pessoas de faixa etária mais elevada, o casal relata que estão encontrando dificuldades na produção

agropecuária por envolver atividades pesadas, com muito esforço físico, tendo sido, por este motivo, parte da propriedade arrendada para terceiros.

A mão-de-obra é uma dificuldade, relatada por todas as propriedades, devido à falta de pessoas habilitadas para trabalhar na agricultura, além dos preços praticados, que não compensam a contratação dos serviços para a atividade agrícola. A questão mão-de-obra é de suma importância para o meio rural, porque mesmo com toda a tecnologia e mecanização, existe a demanda por trabalhadores sem uma propriedade rural, em função das características das propriedades, que, muitas vezes, possuem relevo acentuado, não havendo possibilidade de se trabalhar com maquinários. Na análise de indicadores sociais da agricultura familiar realizada por Santana et al. (2015), em uma comunidade rural de Queimadas, Paraíba, alguns aspectos relacionados à mão-de-obra foram considerados grandes preocupações, especialmente em razão da falta de intenção de continuidade por parte de alguns jovens rurais em permanecer nos agroecossistemas estudados, podendo comprometer a continuidade da atividade agrícola das propriedades e das comunidades rurais. A Figura 3 apresenta a situação da mão-de-obra encontrada nos agroecossistemas pesquisados no município de Boa Vista do Buricá/RS.

Figura 3 - Situação da mão-de-obra nas propriedades pesquisadas, no município de Boa Vista do Buricá/RS, 2013.



Fonte: Autores.

Como pode ser visualizada, a mão-de-obra é basicamente familiar (Figura 3). Em 60% dos agroecossistemas pesquisados, as tarefas são realizadas somente pelos integrantes da família. Em algumas propriedades, são contratados diaristas ou

trabalhadores temporários, para auxiliarem em épocas específicas, principalmente no plantio e na colheita, mas a maior parte do trabalho ainda é principalmente familiar, o que, ocorre em 26,67%, das propriedades. Sob o ponto de vista da independência da propriedade rural e sua auto-suficiência, a mão-de-obra fundamentalmente familiar pode ser considerada como um fator de sustentabilidade da propriedade. Segundo Gomes (2004), a presença de mão-de-obra marcadamente familiar, nas comunidades rurais, com a contratação de diaristas somente de acordo com a sazonalidade da produção, e a troca de dias de serviço, como indicadores sustentáveis.

Outro aspecto abordado foi em relação à moradia, sendo que do total das propriedades entrevistadas, 73,33 % foram consideradas boas pelos moradores. Em 20% das propriedades os habitantes as consideraram regulares e em 6,66% ruins, tendo em 86,66% dos casos, casa própria.

Na avaliação em relação à escolaridade, observou-se uma grande variação, encontrando-se agricultores com 4 série do ensino fundamental, que apenas sabem escrever e ler, até pessoas com nível superior. A maior parte dos agricultores frequentou a escola até os 10 ou 11 anos de idade, concluindo a quarta/quinta série do primeiro grau. Em todos estes casos foi relatado que necessitaram deixar de frequentar a escola para trabalhar na agricultura, por determinação dos pais. Somente em 13,33% (dois homens e duas mulheres) concluíram o segundo grau e em dois casos cursaram o ensino superior, formando-se em cursos voltados à área da educação. Foi relatado pelos agricultores que os filhos tiveram e tem oportunidade de estudar, ficando à escolha dos mesmos esta opção. Observou-se que somente em uma propriedade das 15 propriedades pesquisadas os filhos não cursaram o segundo grau, desistindo do estudo para trabalhar na cidade. No restante dos casos, os filhos que ainda cursam o ensino fundamental ou médio, auxiliam nas atividades da unidade de produção no turno inverso as aulas. Para Santana et al. (2015), apesar de em alguns agroecossistemas o nível escolar dos proprietários ter sido considerado bom, este ainda é motivo de preocupação, pois, segundo os autores, a baixa escolaridade dos responsáveis pela propriedade rural pode comprometer uma possível ascensão de suas terras, e deste modo, comprometer também a qualidade de vida da família e a sustentabilidade da agricultura familiar no agroecossistema.

No que tange o acesso aos serviços públicos de saúde, em 100% das propriedades relatam ter acesso aos serviços, através da Secretaria Municipal da Saúde, pela Estratégia de Saúde da Família - ESF, com atendimento de médico, dentista ou agente de saúde. Sobre estes serviços, 66,67% dos agricultores avaliaram estes serviços como bons, 26,67 %, como regulares e 6,66 % como ruins. Nas situações de regular e ruim foi ressaltado que não recebem os remédios que necessitam no posto de saúde. Com relação à participação dos agricultores junto às comunidades, 86,67 % disseram serem membros ativos de igrejas, sociedades

recreativas, clubes de mães, times de futebol, participando em algum deles todos os finais de semana. Quanto à participação em cooperativas, 80% são associados em uma cooperativa, e mesmo sendo sócios, estão desacreditados deste sistema, principalmente por esta cooperativa estar em concordata judicial. Esta situação abalou a confiança dos agricultores e teve impacto nas finanças, pois aqueles que têm produto depositado na referida cooperativa, não conseguem vender nem receber, resultando em transtornos econômicos. O restante, 13,33%, informou que não participam da comunidade, por questões pessoais. Na avaliação dos membros das famílias com aposentadoria ou assalariados, identificou-se este fato em 73,33% das propriedades, demonstrando a existência de outras entradas econômicas.

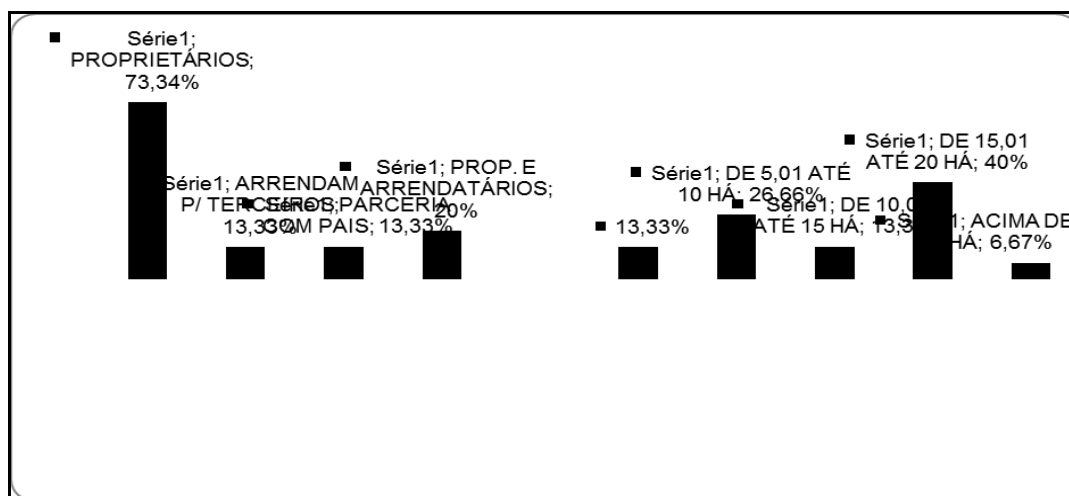
Todas as residências possuem energia elétrica, mas na maioria delas os produtores reclamaram da qualidade no fornecimento, pois nos horários de utilização das máquinas não tem força suficiente, tendo que trabalhar em escalonamento de maquinário. Em 86,66% das propriedades os produtores possuem veículo próprio. Em uma propriedade, foi apontada a dificuldade de locomoção, por não existir no município sistema de transporte público para a população do interior, dependendo de vizinhos ou pagamento de veículo de terceiros quando necessitam ir até a cidade. As condições de acesso à cidade, em relação às condições das estradas, foram consideradas boas por 60% dos entrevistados, regular por 33,33% e ruim por 6,67%. A condição regular e ruim foi ressaltada principalmente nas ruas secundárias, sendo o fato considerado um descaso por parte do poder público, em relação à estes moradores. Alguns entendem que o excesso de chuvas está prejudicando a conservação das estradas, o que de fato ocorreu neste ano no município e região.

Quando perguntados qual a motivação por estarem ou permanecerem na agricultura, foram citados vários motivos, sendo que principalmente as mulheres disseram não terem tido outra opção, pois não estudaram e não tinha emprego na cidade. Outro motivo mencionado é o gosto por trabalhar com a terra, pela qualidade de vida que o local lhes proporciona.

4.3 Indicadores econômicos

Nos questionamentos relacionados aos indicadores econômicos, foram solicitadas informações relativas à questão fundiária das propriedades, que podem ser visualizadas na Figura 4.

Figura 4 - Situação das propriedades quanto à posse e estrutura da terra, nas propriedades pesquisadas, no município de Boa Vista do Buricá/RS, 2013.



Fonte: Autores.

Observou-se que a maior parte dos agricultores, 73,34% possui área própria (Figura 4). Em 3, das 15 propriedades estudadas, as famílias são beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), as quais são consideradas proprietárias, mas que só terão o registro da área de terra em seu nome, sem restrições, após o pagamento de todas as prestações do financiamento via PNCF. Nestas famílias estão as duas propriedades em que os jovens são proprietários. Cabe ressaltar que das propriedades com área própria, 20% também arrendam terra de alguns vizinhos, para aumentar a produção, 13,33% arrendam a área de plantio para terceiros e 13,33% trabalham em parceria com seus pais.

A estrutura das propriedades é bem diversificada, mas em nenhuma das 15 propriedades pesquisadas, a área total ultrapassa 25 hectares. A distribuição por estrato de área das propriedades pesquisadas ocorre da seguinte maneira: 13,34% das propriedades possuem até 5 hectares; 26,66% possuem de 5 a 10 hectares; 13,33% entre 10 e 15 hectares; 40% possuem de 15 a 19 hectares e 6,67% mais de 20 hectares. Nestas áreas estão contabilizadas as áreas arrendadas e em parceria. Com estes dados pode-se verificar que a estrutura das propriedades é pequena, correspondendo, na maioria dos casos, a menos de um módulo fiscal, caracterizadas por propriedades de agricultores familiares. Mesmo sendo propriedades pequenas, a diversificação em produtos para a venda não ocorre na maioria delas, somente na questão da produção para a subsistência ou para o auto consumo.

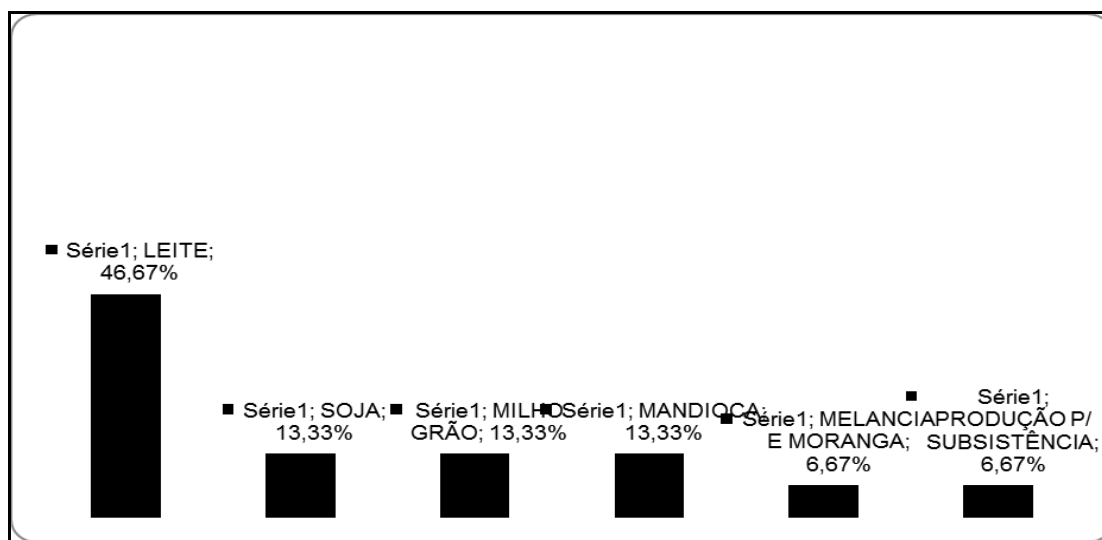
Constatou-se a existência de tratores para a realização do trabalho agrícola em 53,33% das unidades produtivas, além de outros maquinários necessários. No restante das propriedades o serviço é contratado de terceiros. Para Schneider e Costa (2013) o acesso à tecnologia na propriedade, como tratores e implementos

agrícolas, pode representar um falso padrão tecnológico já que contribuiu para a maior dependência do agroecossistema de energia externa não-renovável, principalmente de combustível fóssil e seus derivados. As famílias estudadas informaram que a base da economia ainda é a agricultura, mesmo que em 73,33% das unidades existam aposentados ou assalariados. Os que trabalham fora da propriedade citaram a necessidade de complementar a renda.

Em 80% das propriedades é acessado o crédito rural, através de custeios ou investimentos na produção animal ou vegetal. Entretanto, segundo Panzutti e Monteiro (2015, p.135), “a agricultura familiar sofre com a falta de políticas públicas efetivas, de proteção contra as flutuações acentuadas dos mercados e as variações climáticas da natureza”. Somente 6,67 % das propriedades afirmam não acessarem créditos rurais para financiar suas lavouras. Em 13,33% a área é arrendada, não tendo os proprietários vínculo com agências bancárias, somente recebem parte da produção ou um determinado valor fixo por área arrendada.

Para fins de análise das atividades agrícolas realizadas no município de Boa Vista do Buricá/RS, tanto em termos de produção animal quanto vegetal, foram solicitadas informações referentes à área de cultivo, tipo de cultura, número de animais, produtividade. A Figura 05 apresenta os resultados encontrados.

Figura 5 - Principais atividades agrícolas praticadas nas propriedades rurais pesquisadas, no município de Boa Vista do Buricá/RS, 2013.



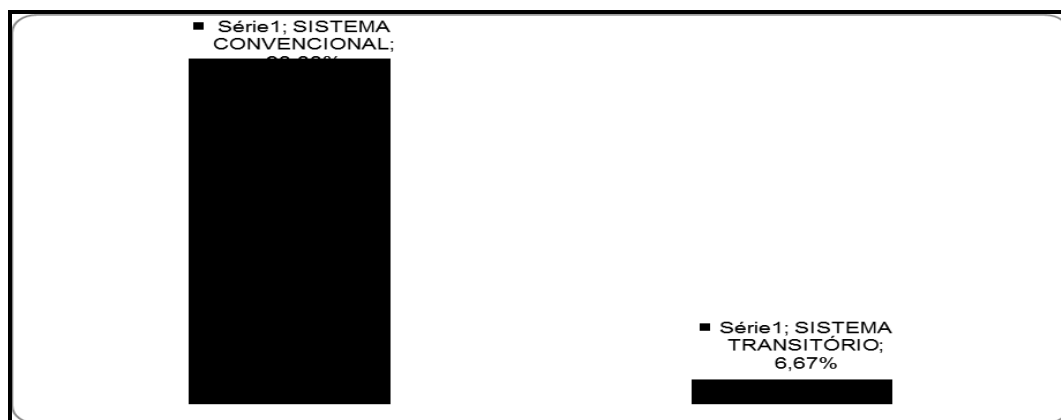
Fonte: Autores.

Sobre a produção familiar, observou-se que as principais atividades são a produção de leite, em 46,67% das propriedades, demonstrando a importância desta atividade para o município. Destas propriedades, 20% possuem em conjunto a suinocultura integrada. Em 13,33% das propriedades a principal atividade é o cultivo da soja, percentual que se repete no cultivo de milho grão em 13,33% das

propriedades. O cultivo da mandioca também pode ser considerado expressivo, pois ocorre em 13,33% das propriedades e é uma atividade que exige uma mão-de-obra significativa, principalmente por ser baseada no uso da mão-de-obra braçal. Em 6,66% das propriedades estudadas, tem-se como atividade principal o cultivo de melancia e moranga. Já a produção de subsistência ocorre em 6,67% das propriedades.

Quanto ao controle econômico da produção, como anotações de entradas, saídas, produção, 93,33% das famílias pesquisadas afirmaram não realizar nenhuma forma de controle. Nas duas propriedades com sistema integrado de suínos os produtores sabem o que recebem ao final do lote de suínos, mas mesmo assim, não descontam os gastos relativos à luz, água e outros custos. Na propriedade com venda moranga e melancia o produtor afirma anotar todos os gastos e saber o retorno de sua produção. Os produtores relataram saber “mais ou menos” o que recebem e o que gastam na produção de leite, soja, milho, mas, em geral, não possuem um sistema satisfatório de análise econômica das atividades produtivas. Outra situação observada principalmente nas propriedades que produzem leite é de que os gastos de toda a propriedade são considerados como da atividade leiteira, não se diferenciando nem os gastos domésticos. Na propriedade que produz moranga e melancia, o produtor afirma que o lucro destes produtos chega a 70%. Na propriedade que produz mandioca para a venda, os agricultores não informaram qual o retorno em porcentagem, mas ressaltaram que este produto tem resultados econômicos positivos, que com isso mantém um nível de vida muito bom, mas que para isso é necessária muita mão-de-obra, considerada pesada. Quanto aos sistemas de produção, os resultados obtidos estão informados figura abaixo.

Figura 6 - Sistema de produção utilizado nas propriedades rurais pesquisadas, no município de Boa Veja do Buricá/RS, 2013.



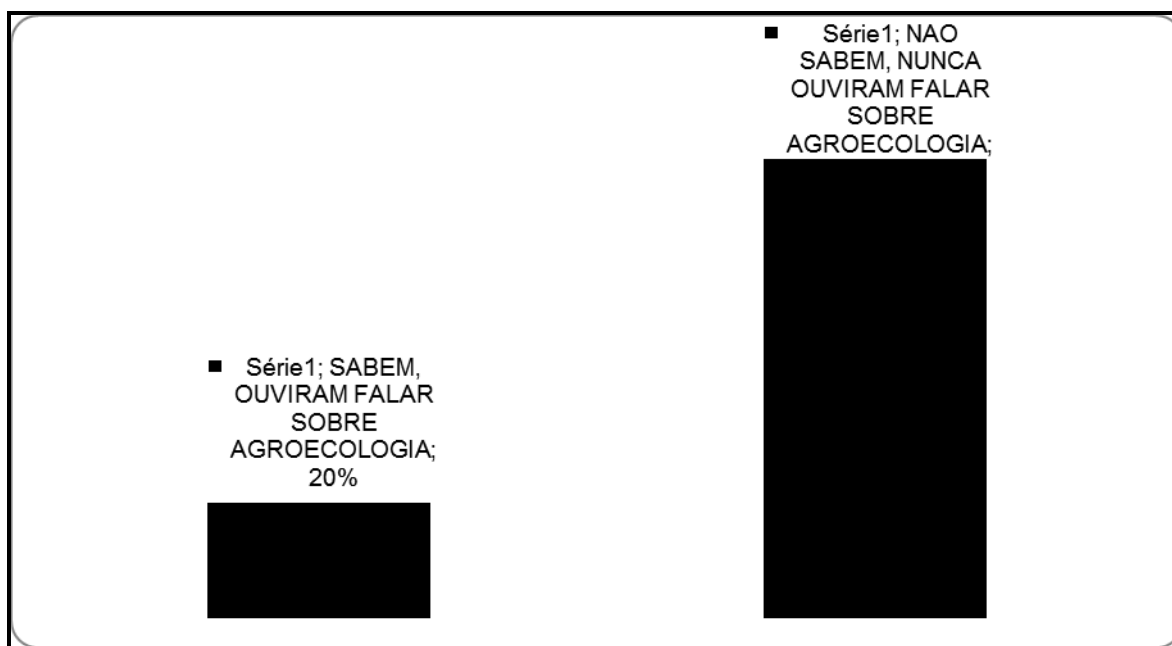
Fonte: Autores.

Em relação aos sistemas de produção utilizados, 93,33% das propriedades informaram utilizar o sistema de produção convencional e 6,67%, o sistema transitório. Na totalidade das unidades de produção pesquisadas, em geral, as áreas destinadas à horta, pomar ou ao cultivo para a subsistência da família também podem ser consideradas como cultivadas em sistema transitório, pois de acordo com as famílias, “pelo menos para comer fazem a produção considerada por eles mais limpa”.

A tecnologia utilizada nas propriedades pode ser considerada média, com utilização de tração animal para as áreas de relevo mais acentuado da propriedade, e o uso do trator e demais implementos agrícolas no restante das áreas agrícolas. Estes implementos não são de alta tecnologia, sendo a maioria adaptados à pequena propriedade. Além disto, as propriedades não podem ser consideradas autosuficientes, em razão da grande dependência de insumos externos. Somente uma das famílias entrevistadas não utiliza adubos químicos, só esterco animal em algumas culturas. Gomes (2004), em estudo da sustentabilidade social e ambiental em comunidades rurais de Caldas, Minas Gerais, enfatiza que as técnicas utilizadas, pela agricultura familiar, tanto na pecuária quanto na agricultura, ainda são bastante tradicionais, de acordo com o processo tecnológico inerente à Revolução Verde, sendo usuárias de agrotóxicos. O autor também destaca a produção muito pequena, a dependência das indústrias químicas e os impactos negativos no meio ambiente, devido ao uso de tecnologias pouco sustentáveis na atividade agropecuária.

Em relação ao manejo dos agroecossistemas, poucas propriedades utilizam práticas como adubação orgânica, cobertura do solo e rotação de culturas. Em 20% das unidades de produção, os produtores mantêm um sistema de plantio direto, com adubação verde. No restante das propriedades, os agricultores dizem realizar o sistema de plantio direto, mas observa-se que não deixam restos culturais, principalmente nas culturas como milho, aveia, azevém, pastagens anuais, devido à utilização destas para fazer silagem de planta inteira ou utilizá-los para o pastoreio dos animais. A melhoria destes aspectos deve ser considerada como bastante importante na busca de agroecossistemas sustentáveis já que, segundo Souza et al. (2013) a adoção de princípios agroecológicos favorece a saúde do solo e a biodiversidade, sendo estas medidas grandes aliados para a conservação das águas. Quanto ao conhecimento dos entrevistados sobre a agroecologia, a Figura 7, apresenta os dados obtidos.

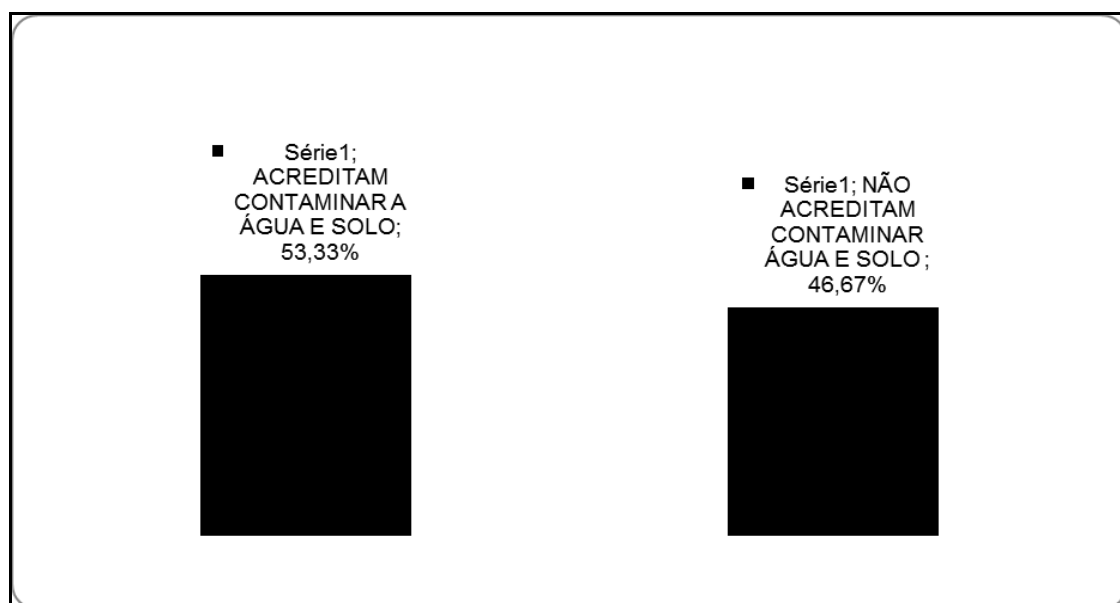
Figura 7 - Conhecimento dos produtores sobre agroecologia, nas propriedades rurais pesquisadas, no município de Boa Vista do Buricá/RS, 2013.



Fonte: Autores.

Os produtores foram questionados sobre agroecologia, se possuem conhecimento ou se já ouviram falar e o que entendem por agroecologia. Em 20% das propriedades, os entrevistados afirmaram que já ouviram falar e entendem que a agroecologia é: “produzir com a natureza; produzir sementes, livres de agrotóxicos, sem transgênicos; produzir ecologicamente correto, não agredindo a natureza”. Mas em 80% das propriedades, os agricultores informaram que desconhecem e nunca ouviram falar em agroecologia, o que é exemplificado e justificado pelo alto índice de produção em sistema convencional. Quando questionados sobre a possibilidade da contaminação do solo e da água com a forma de produção que a propriedade utiliza, 53,33% disseram que a agricultura não contamina a água e nem o solo, já 46,67% dos entrevistados acreditam que sim, que o sistema de cultivo utilizado na propriedade contamina o solo e a água, principalmente pela utilização de agrotóxicos e de esterco líquido de suínos (Figura 8). Em trabalhos como os de Verona (2008) e Corrêa (2007), relacionados à análise dos agroecossistemas, também se observou que a maioria dos produtores rurais tem visão imediatista, baseada nos aspectos econômicos, sem considerar os problemas que podem vir com o modelo de produção que utilizam, e com muito pouca preocupação com a água e o solo.

Figura 8 - Visão dos produtores sobre a forma de produção utilizada nas propriedades e a possibilidade de contaminação do solo e da água, nas propriedades rurais pesquisadas, no município de Boa Vista do Buricá/RS, 2013.



Fonte: Autores.

Os dados obtidos com a pesquisa realizada convergem com os dados fornecidos pela Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente do município de Boa Vista do Buricá/RS, no que se refere às principais atividades agrícolas e pecuárias do município, sendo estas as atividades de produção: leiteira, suinícola, cultivo de soja, milho, trigo e mandioca. No ano de 2013, existiam no município 768 propriedades rurais, nem todas com moradia no local. A Secretaria informou ainda que em 370 propriedades existiam a produção de leite com um rebanho aproximado de 5.270 animais e produção de 653.777 litros de leite por dia, totalizando uma produção anual para venda de 23.535.989 litros. Em 77 propriedades, a suinocultura é praticada em sistema de integração com a produção predominante de suínos em terminação, totalizando 136.000 cabeças terminadas por ano. Em apenas 1 propriedade ocorre o sistema de produção de leitões (UPL 21 dias) e 2 propriedades a produção de suínos em ciclo completo. Em relação a produção de culturas anuais na safra 2012\2013, para a cultura da soja, foram cultivados 3.000 hectares, com produtividade média de 2.400 kg\ha; produção de milho para grão 1.000 hectares com produtividade média de 6.000 kg\ha; milho para silagem 3.000 hectares com produtividade de 40 toneladas de silagem\ha; trigo 700 hectares com produtividade de 2.100 kg\ha e mandioca 150 hectares com produtividade de 2.000 kg\ha. Com relação à produção de milho, os valores correspondem à safra e safrinha.

As informações obtidas na realização deste trabalho demonstram as grandes dificuldades dos produtores rurais em visualizar/trabalhar a propriedade como um todo, de forma sustentável. Para Schneider e Costa (2015) é necessária e urgente a

reorientação do padrão tecnológico e científico, além da proposição de políticas públicas voltadas à agricultura sustentável, que promovam a reformulação do manejo dos agroecossistemas, com vistas na conservação dos recursos naturais e da biodiversidade, com respeito às diferentes realidades ambientais e socioeconômicas do produtor rural. Neste contexto, destaca-se a importância estratégica da agricultura familiar, baseada não somente no seu papel social fundamental na mitigação do êxodo rural e na desigualdade social do campo e das cidades, mas também pela sua capacidade de geração de riqueza, não apenas para o setor agropecuário, mas para a própria economia do país (Panzutti e Monteiro, 2015).

5. CONCLUSÕES

Com o presente trabalho, pode-se analisar e observar algumas necessidades dos agroecossistemas, registrando-se como principais, as seguintes:

- Necessidade de proteger os mananciais existentes para que a população do meio rural possa ter acesso à água com mais qualidade; tratamento da água para consumo humano.
- Em relação ao solo, foi observado em todas as propriedades pesquisadas a necessidade de se implantar melhorias em relação ao manejo, uso e conservação do solo, destacando-se sobre este aspecto, a inexistência do uso das práticas de rotação de culturas e adubação verde.
- Necessidade de ampliação ao acesso da assistência técnica para os agricultores familiares, tendo em vista a colaboração no planejamento das atividades agrícolas da propriedade, à redução ou uso racional de agrotóxicos e de insumos externos.
- Destaca-se a falta de mão-de-obra como um problema na maioria das propriedades pesquisadas, ocasionada tanto pelo envelhecimento da população rural, como pelo êxodo de parte significativa dos jovens rurais, filhos dos agricultores, dando-se ênfase a problemática da sucessão rural.
- Em síntese, observou-se com o trabalho realizado as propriedades pesquisadas no município de Boa Vista do Buricá/RS possuem um bom nível de vida, correlacionado com os aspectos econômicos e, parcialmente, com os aspectos sociais. Mas, no que diz respeito aos fatores ambientais observa-se que os agricultores ainda dão pouca importância para os mesmos, embora estes fatores sejam fundamentais para a promoção da sustentabilidade de um agroecossistema. Ainda é necessário muito trabalho e evolução em relação aos cuidados com a água, com o solo, com o destino dos dejetos, dos resíduos e com a preservação da vegetação nativa na

propriedade rural, bem como o estímulo a uma visão sistêmica dos agroecossistemas, com vistas na promoção do desenvolvimento rural sustentável.

Referências

ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: Bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002. 592p.

ALTIERI, M. A. Agroecologia – A dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. 110p.

BARBOSA, F. R. et al. (org.). **Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Celeiro – RS**. Ed. Unijuí, 76p. 2010.

BEZERRA, A. J. A et al. O processo de conversão de agroecossistemas convencionais para agroecossistemas de base ecológica: um estudo de caso. Resumos do II Congresso de Agroecologia. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.2, n.1, 2007.

BOA VISTA DO BURICÁ. Prefeitura Municipal de Boa Vista do Buricá. **Relatório das Atividades Agrícolas**, 2012.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **O município em números 2011. (Cartilha)**.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **ANUARIO ESTATÍSTICO DO CREDITO RURAL - 2012**. Disponível em < <http://www.mda.gov.br/>>. Acesso em: 12 de dezembro de 2014.

CAPORAL, F. R. e COSTABEBER, J. A. Análise Multidimensional da Sustentabilidade. Uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.3, n.3, Jul./Set. 2002.

CAMELO, G. L. P. e CÂNDIDO, G. A. Potencialidades e Limitações dos Agroecossistemas Familiares de Cultivo do Abacaxi em Touros (RN). **Holos**, ano 28, vol 6, 2012.

CORRÊA, I.V; **Indicadores de sustentabilidade para agroecossistemas em transição agroecológica na região Sul do Rio Grande do Sul**. Pelotas, 2007. 76 f. Dissertação (Mestrado em Ciências: Produção Vegetal). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2007.

GLIESSMANN, S. R.; **Agroecologia**. Processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre. Ed. Universidade/ UFRGS, 2000. 653p.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia** – Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2005. 653p.

GOMES, I. Sustentabilidade social e ambiental na agricultura familiar. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, v. 5, n. 1, 2004.

LOBO, A. Conceitos de agricultura Sustentável. Rede de Agricultura Sustentável. 2002. Disponível em: <http://www.agrisustentavel.com>. Acesso em 14 nov. 2014.

LÓPEZ-RIDAURA, S; MASERA, O.; ASTIER, M. Evaluating the sustainability of complex socio-environmental systems. The MESMIS framework. **Ecological Indicators**, n.2, p.135-148, 2002.

MARTINS, M.; MENDES, A. N. G.; &ALVARENGA, M. I. N. Caracterização de sistemas orgânicos de produção de café utilizados por agricultores familiares em Poço Fundo-MG. **Ciência e Agrotecnologia**, v.28, n.6, p.1306-1313, 2004.

MATOS FILHO, A. M; **Agricultura orgânica sob a perspectiva da sustentabilidade**: uma análise da Região de Florianópolis – SC, Brasil. 2004. 171 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

NACKE, H. et al. Interações entre agroecossistemas e desenvolvimento sustentável. **IN: Scientia Agraria Paranaensis**, v.8, n.1-2, p.72-84, 2009.

ODUM, H.T. Energy of Global Processes. Folio #2. In: Handbook of Energy Evaluation, Gainesville: Center for Environmental Policy, Environmental Engineering Sciences, Univ. Florida, 2000.

PANZUTTI, N.; MONTEIRO, A. V. Agricultura familiar e políticas públicas. **Cadernos Ceru**. v.25, n.2, 2015.

PEREIRA, V. S; **Indicadores de sustentabilidade do agroecossistema arroz orgânico na Bacia do Araranguá (SC)**. 2008. 201 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental, Centro Tecnológico). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

RIO GRANDE DO SUL. SDR – Secretaria Desenvolvimento Rural. **Programas e Projetos**. Disponível em <<http://www.sdr.rs.gov.br/>>. Acesso em: 12 de dezembro de 2013.

SANTANA, L. K. A. et al. Indicadores sociais para avaliar a sustentabilidade na agricultura familiar da comunidade do Arrasto do município de Queimadas-PB. **Qualit@s Revista Eletrônica**. v.17, n.1, 2015.

SCHNEIDER, F.; COSTA, M. B. B. Diagnóstico Socioeconômico, Produtivo e Ambiental dos Agroecossistemas na Microbacia Hidrográfica do Rio Pirapora - Município de Piedade/SP. **Revista Brasileira de Agroecologia**. v.8, n.1, 2013.

SILVA, M. C. C. et al. Avaliação de sustentabilidade de agroecossistemas orgânicos. Resumos do VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia – Porto Alegre/RS – 25 a 28/11/2013. **Cadernos de Agroecologia**. v.8, n.2, 2013.

SOUZA, R. T. M. et al. Indicadores de sustentabilidade em agroecossistemas familiares de produção agroecológica em Chapecó (SC): uma avaliação direcionada aos recursos hídricos. Resumos do VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia – Porto Alegre/RS – 25 a 28/11/2013. **Cadernos de Agroecologia**. v.8, n.2, 2013.

TOSCANO, L. Agricultura familiar e seu grande desafio. **Diário de Votuporanga**, Ano 50, n 12.769, 09 out.2003, p.02.

VERONA, L. A. F; **Avaliação de sustentabilidade em agroecossistemas de base familiar e em transição agroecológica na região sul do Rio Grande do Sul**. Pelotas, 2008. 192 f. Dissertação (Doutorado em Ciências: Produção Vegetal). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.

IV CAPÍTULO II – DESENVOLVIMENTO REGIONAL

1. REFLEXÕES TEÓRICAS PARA O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

MAIA, Cláudio Machado¹

1. INTRODUÇÃO

Este estudo é de caráter exploratório e pode ser interpretado como abordagem teórico-metodológica permitindo discutir componentes teóricos ao processo de desenvolvimento. É construído com base em diversas fontes bibliográficas, tendo como conclusão o entendimento de que no espaço geográfico a ação de políticas públicas pode ser traduzida pela ação do ator e sua importância na questão da ação política. Pois a política pública não pode ser boa, se não houver a participação dos atores locais na sua implementação. Implícito nessa perspectiva está a emergência da sociedade civil, com o desenvolvimento como emergindo das localidades tal como idéia chave para um processo de desenvolvimento endógeno.

Esta reflexão teórica considera o debate contemporâneo sobre o desenvolvimento, especialmente a partir de meados dos anos 1980, refletindo sobre abordagens e teorias sobre o desenvolvimento na era da globalização pós-fordista – a reemergência das regiões, territórios. Ao abordar a perspectiva do papel das regiões no processo de desenvolvimento, o território surge como recurso analítico que estabelece um diálogo multidisciplinar legitimando sistemas de produção territoriais que consideram a geografia (na perspectiva do uso de espaço e poder), a economia espacial (localização das atividades e organização social) e a nova economia institucional (organização social, história e cultura) (SOUZA, 1995). Para tanto, também se utilizou da Sociologia Econômica, que como se sabe, é um campo do conhecimento que pretende investigar os fenômenos econômicos utilizando-se de instrumentos e abordagens da Sociologia.

Para Steiner (2006),

o objetivo mais específico da Sociologia Econômica é analisar a construção social das relações de mercado (concebido de maneira ampla) e a origem (histórica) social dos fenômenos econômicos. Utiliza-se desta abordagem para analisar problemáticas e teorias do desenvolvimento para, mais

¹ Doutor em Desenvolvimento Rural. Professor Titular da Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Unochapecó – Santa Catarina, Brasil. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Unochapecó. Líder do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Regional, Política Pública e Governança e integrante dos Grupos de Pesquisa “Relações Internacionais, Direito e Poder: cenários e protagonismo dos atores estatais e não estatais” e “Cidade, Cultura, Urbanização e Desenvolvimento”. E-mail: claudiomaia.dr@hotmail.com.

especificamente, tratar-se de discussões em torno da temática do desenvolvimento rural (STEINER, 2006).

Conforme Steiner (2006, p.3-4), a abordagem da sociologia econômica, assume uma postura crítica em relação à teoria econômica fundada no comportamento de um agente econômico não socializado, movido unicamente pela busca do ganho máximo (o famoso *homo oeconomicus*), se desenvolve em torno de três dimensões, interligadas, mas que se pode focar separadamente para clareza de apresentação. Em primeiro lugar, estudos sociológicos adentram novamente o campo econômico, aplicando instrumentos da análise sociológica para mostrar como as relações sociais influenciam as ocorrências econômicas, fenômeno atualmente chamado de construção social das relações econômicas – mostrando, por exemplo, como as relações sociais (domésticas, principalmente) redefinem sensivelmente o uso da moeda conforme a origem da renda. Em segundo lugar, a dimensão analítica caracteriza os trabalhos consagrados à explicação sociológica da formação das variáveis mercantis (preço, renda, volume do emprego, etc.) – estudos que demonstram, por exemplo, como o poder das relações sociais (da família, dos amigos e profissionais) explica a maneira como os indivíduos encontram um emprego, ou porque certas redes étnicas são mais bem sucedidas que outras quando se trata de criar empresas. Em terceiro lugar, a sociologia econômica comporta uma dimensão cultural e cognitiva. Os fatos econômicos não podem ser compreendidos independentemente de um conjunto de maneiras de classificar os fatos sociais, que resultam de percepções específicas, sendo que uma das mais enraizadas nos dias de hoje é a tendência de isolar o fato econômico dos demais fatos sociais. A sociologia econômica assume também o fato de que a economia não é apenas uma prática, pois ela é uma representação cultural largamente difundida sob a forma de práticas de gestão e é objeto de uma elaboração científica sob a forma de teoria econômica.

A organização passa a ser tratada como alternativa que os atores escolheram para sua coordenação alternativa ao mercado. Embora toda organização pressuponha conflitos ou racionalidades múltiplas¹, sua instrumentalização se deu através de associações (que minimamente resolvesse os conflitos), regras e instituições que o estruturaram, regras de religiões, valores; condutas implícitas que se passam na memória – embora não se tenha nada escrito, as pessoas continuam produzindo ou tendo certos costumes há tempos – o saber fazer, coordenações de ações, dispositivos cognitivos coletivos.

Conforme Requier-Desjardins (1999, p.3), a globalização constitui uma das características mais contundentes da evolução econômica contemporânea. Num processo que impacta também a agricultura, acarretando o aumento das

¹ Racionalidade limitada: nós não temos a mesma informação a respeito de tudo.

importações e ressaltando a falta de competitividade de sistemas de produção caracterizados pelas pequenas propriedades de baixo nível técnico².

Existe uma competência dos lugares dentro do processo de localização das atividades econômicas, que dá vantagem àqueles que podem proporcionar recursos de fatores de produção ao mais baixo custo (problemática chamada deslocalização), dada a grande mobilidade de capital. Logo, as pequenas explorações camponesas de subsistência dada sua baixa produtividade, não poderiam competir no mesmo nível, por serem enfrentadas no complexo agroindustrial mundial o qual dispõe da tecnologia e recursos de capital, que ao nível mundial dominam entre os recursos disponíveis dos demais fatores de produção (REQUIER-DESJARDINS, 1999, p.4).

Por outro lado, Requier-Desjardins (1999, p.5), cita Krugman (1991, 1995) e Lucas (1998), respectivamente ao considerar que

o protagonismo dos rendimentos crescentes na localização das atividades, resulta sobre padrões de concentração geográfica das atividades econômicas em determinados territórios; o capital humano como fonte de rendimentos crescentes e portanto, de crescimento endógeno, era uma força nascida da proximidade dos agentes econômicos (REQUIER-DESJARDINS, 1999, p.5).

Capital humano, tal como capital social básico.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Refletindo sobre os sistemas produtivos locais e a competitividade

Desde o final dos anos setenta, economistas neo-marshallianos (por exemplo, Becattini, 1979), haviam ressaltado o papel da proximidade geográfica, vinculada a uma proximidade social e organizacional, tratada para compreender as dinâmicas de desenvolvimento industrial que se conhecia em vários países determinados territórios. Conforme Requier-Desjardins (1999, p.5), os economistas neo-marshallianos identificaram que os chamados “distritos industriais” dos anos sessenta e setenta apresentavam características semelhantes ao que Marshall havia registrado ao estudar casos de concentrações industriais em algumas cidades britânicas nos primeiros anos do século XX: agrupamento de numerosas empresas de especialização parecida ou ao menos próxima, produziam para um mercado externo à sua localidade (nacional ou internacional) uma variedade de produtos em pequenas séries – contrastando com a produção de massa das grandes empresas fordistas; existindo nestes distritos um ambiente de competência-colaboração-empréstimo de mão-de-obra ou capacidade produtiva e prática dentre si de subcontratação.

² Devido também a ausência de políticas agrícolas e rurais coerentes com a realidade dos pequenos agricultores, suas capacidades e a ausência de integração aos mercados (tanto em bens finais como em produtos intermediários) (REQUIER-DESJARDINS, 2005, p.2).

Estes comportamentos procuravam uma maior flexibilização produtiva, alcançando um grau de variedade dos produtos propostos, o que caracterizou a chamada especialização flexível (REQUIER-DESJARDINS, 1999, p.5).

Havia também, nesses distritos, um conjunto de instituições vinculadas entre si, que se dedicavam ao fomento da atividade do distrito. Instituições públicas como Governos locais, instituições educativas como ensino técnico, e instituições privadas como associações de produtores, organismos consulares, etc. Esse ambiente de colaboração, difusão de informação técnica ou de mercado, era propiciado por fazer parte de uma história comum entre os atores comprometidos com essas dinâmicas, principalmente laços culturais e comportamentos comuns. Processos históricos que podiam se referir a uma história industrial ou econômica, mas também a uma história política ou religiosa.

Entretanto, o modelo italiano original resultou duas características chaves para o êxito do processo de “clustering” a decidir a competitividade destes sistemas. A primeira característica facilita a repartição de recursos dentro do cluster

a existência de externalidades devidas a proximidade geográfica das empresas: mercados acessíveis de mão-de-obra qualificada e de insumos especializados, facilidade de difusão das inovações técnicas e de mercado, redução dos custos de transação devido a confiança existente entre os atores do sistema local (REQUIER-DESJARDINS, 1999, p.6).

A segunda característica favorece a criação dos ditos recursos e promoção de inovação.

A importância da ação coletiva a nível local para antecipar as atividades do cluster, desenvolver a capacitação de mão-de-obra, a promoção de seus produtos e difusão do conhecimento técnico (REQUIER-DESJARDINS, 1999, p.7).

A eficiência dos clusters ou sistemas produtivos locais se deve não só ao baixo nível dos custos de transação devido as externalidades de proximidade, mas sim a uma perspectiva dinâmica sobre o vínculo entre território e inovação, propiciado por processos de ação coletiva.

2.2 O rural e as virtudes do território

Conforme Abramovay (2007, p.1) a noção de território favorece o avanço dos estudos rurais pelo menos em quatro dimensões:

a. Abandona-se um horizonte estritamente setorial – sob o ângulo operacional, ruralidade torna-se uma categoria territorial, cujo atributo decisivo está na organização de seus ecossistemas, na densidade demográfica relativamente baixa, na sociabilidade de interconhecimento e na sua dependência com relação às

idades; sob uma perspectiva teórica territórios não se definem por limites físicos e sim pela maneira como se produz, em seu interior, a interação social. Os estudos rurais puderam se beneficiar das contribuições neo-marshallianas, sobretudo, de economistas italianos (por exemplo, Becattini) e franceses (Requier-Desjardins e Bernard Pecquer) que abordaram a importância da cooperação e da partilha de conhecimentos e experiências entre atores na formação do ambiente que permitiu o desenvolvimento de algumas regiões italianas³.

b. A segunda virtude da noção de território é impedir a confusão entre crescimento econômico e processo de desenvolvimento. Por exemplo, a pobreza passa a ser encarada como um fenômeno multidimensional. A abordagem territorial, além disso, exige a análise de instituições em torno das quais se organiza a interação social localizada, não se tratando apenas de examinar como se formam e como podem ser reduzidos os custos de transação e sim de abordá-los sob um ângulo histórico e a partir da influência que sobre eles exercem as forças sociais que os constituem (NORTH, 1991, p.97-98; NORTH, 1994, p.362-363).

c. Sendo assim, o estudo empírico dos atores⁴ e de suas organizações é crucial para a compreensão de situações localizadas. Já que um dos principais problemas das organizações territoriais de desenvolvimento em meio rural é a sua dificuldade em ampliar sua composição social além da presença dos representantes da agricultura (perspectiva setorial), processos de cooperação entre municípios podem ser um meio de atenuar tal propensão a adquirir, na prática um perfil de caráter setorial. A abordagem territorial do desenvolvimento estimula o estudo de mecanismos de governança pública em torno à composição e à atuação dos conselhos de desenvolvimento, em torno da pergunta: são capazes de oferecer oportunidades de inovação organizacional que estimule o empreendedorismo privado, público e associativo em suas regiões respectivas?

d. O território dá ênfase na maneira como uma sociedade utiliza os recursos de que dispõe em sua organização produtiva e, portanto, na relação entre sistemas sociais e ecológicos. Territórios são resultados da maneira como as sociedades se organizam para usar os sistemas naturais em que se apóia sua reprodução, o que abre um interessante campo de cooperação entre ciências sociais e naturais no conhecimento desta relação – a questão multidisciplinar.

Conforme Maia (2016),

³ Mesmo que a experiência italiana, evidentemente, não possa ser transportada para outras regiões, seu estudo contribui para realçar o papel dos atores e das organizações no processo de desenvolvimento – daí, conforme Abramovay (2007, p.2) se coloca ênfase em dimensões subjetivas da interação e que resultou na idéia de regiões de conhecimento (OCDE, 2001a), cidades de aprendizagem (2001b) e territórios inteligentes (BEDUSCHI e ABRAMOVAY, 2004).

⁴ É claro que esses atores que provêm de vários setores econômicos e possuem origens políticas e culturais diversificadas.

A introdução de uma nova representação do espaço, o espaço local (espaço-território) e a articulação entre as várias escalas espaciais (do local ao global), em alternativa à representação em uma única escala, a nacional, permitiu revelar fenômenos econômicos, sociais, políticos e culturais importantes que antes estavam escondidos, ou eram ignorados, ou tomados como vestígios do passado, entraves ao processo irreversível de nacionalização do espaço (MAIA, 2016, p.290).

É precisamente quando esta nacionalização enfraquece, perante a crescente importância da escala global, globalização (a nível econômico e financeiro), que os fenômenos localizados se revelam e lhes é reconhecida importância teórica. Num paradigma territorialista que define o espaço-território, assente numa sociocultura comum, com um espaço apropriado onde se formulam estratégias baseadas na solidariedade existente a nível local.

2.3 Participação, sociedade e governança⁵

Refletir sobre o desenvolvimento nos remete às práticas participativas da sociedade civil vis-a-vis a problemática e as políticas de promoção do desenvolvimento. Conforme Bandeira (1999, p.4), a participação da sociedade civil guarda especificidades em âmbito tanto territorial quanto temático.

Em âmbito territorial, tais práticas participativas referem-se a espaços sub-regionais, ou seja, espaços intermediários entre o estado e o município, em que não se encontram instâncias político-administrativas correspondentes. Em âmbito temático, buscam promover não a implementação de ações específicas ou setorialmente bem delimitadas, mas, ao contrário, a articulação social em caráter permanente, visando influenciar o processo de tomada de decisões públicas que se refiram ao desenvolvimento regional (BANDEIRA 1999, p.4).

Nos últimos anos, as principais instituições internacionais⁶ de promoção e financiamento do desenvolvimento têm incorporado práticas participativas às suas rotinas operacionais. No Brasil, cada vez mais é aceita a idéia de que é necessário criar mecanismos que possibilitem participação mais efetiva e direta da comunidade na formulação, no detalhamento e na implementação das políticas públicas. Enfoque que, em parte é fruto do processo de democratização do país, e por outro lado, se deve a uma nova abordagem que tem predominado no contexto internacional.

Entretanto, a inexistência de uma instância político-administrativa intermediária entre o estado e os municípios e a escassez de organizações e instituições de abrangência microrregional contribuem, para que, em regra, não haja identidades regionais bem-definidas nessa escala territorial. O que se constitui num

⁵ Independente da nacionalidade ou opção de escrita de cada autor, assim como sua opção de expressão, as palavras “governância” e “governança” possuem a mesma significação. Por exemplo, Bandeira (1999) adota o termo “governância”, enquanto que Coletti (2010) utiliza “governança”.

⁶ Banco Mundial, Bando Interamericano de Desenvolvimento (BID), United Nations Development Programme (UNDP).

obstáculo para a articulação e para a participação da comunidade, já que a inexistência de uma identidade regional dificulta a compreensão do grau de interdependência existente entre os interesses dos atores sociais e políticos que convivem nesses territórios. Nem sempre há consciência do fato de que muitos dos problemas econômicos e sociais que afetam essas áreas exigem soluções regionais (BANDEIRA 1999, p.6).

Para Bandeira (1999, p.7), o estabelecimento de mecanismos sólidos de participação nesse nível geográfico exige esforço prévio de construção institucional, que leve ao surgimento e à consolidação de organizações que se dediquem, em caráter permanente, a conscientizar a comunidade sobre a natureza dos problemas regionais, buscando, simultaneamente, envolvê-la na formulação e na implementação de ações voltadas para a superação desses problemas.

Muitas das observações de Bandeira (1999) derivam do contato com algumas experiências, no Brasil, de construção institucional desse tipo. A dos conselhos regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul, surgidos a partir de 1991. As experiências do Estado do Ceará, onde, a partir de 1995, começaram a ser implantados os conselhos municipais e regionais de Desenvolvimento Sustentável; a experiência das audiências públicas regionais promovidas, desde 1993, pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais, para a incorporação de propostas da comunidade ao orçamento do estado; a dos fóruns de Desenvolvimento Regional Integrado, implantados junto às associações de municípios de Santa Catarina; e a experiência do Espírito Santo, onde existem esforços para implantar um modelo de regionalização e orçamento participativo em escala estadual, com a realização de assembleias orçamentárias microrregionais.

Conforme a análise de Bandeira (1999, p.7), as experiências brasileiras apresentam algumas características: buscam promover a participação e/ou a articulação de atores sociais em uma escala territorial intermediária entre o estado e o município; estão associadas a esquemas de regionalização e cobrem, ou têm como objetivo chegar a cobrir, todas as regiões de um estado; e, visam estabelecer processos de articulação e/ou participação de caráter permanente, cuja abrangência transcende os limites de um projeto ou programa específico.

Baseado em documentos produzidos por instituições internacionais, Bandeira (1999, p.10-11) apresenta cinco argumentos convergentes em torno da importância da participação da sociedade civil e da articulação de atores sociais em ações voltadas ao desenvolvimento, tanto em escala nacional quanto em escala regional ou local.

O primeiro argumento destaca que consultar as comunidades diretamente afetadas pela concepção, elaboração, implementação e avaliação de programas e projetos específicos relacionados com o desenvolvimento, assegura a eficiência e sustentabilidade das ações e resultados.

O segundo trata que a atuação de uma sociedade civil na vida pública é importante para a boa governância e para o desenvolvimento participativo. Uma vez que a participação da sociedade civil implica na transparência das ações e permite o combate eficiente à corrupção no setor público.

A terceira argumentação relaciona a participação à acumulação de capital social. Segundo estudos recentes, o capital social⁷ — que é composto por um conjunto de fatores de natureza cultural que aumenta a propensão dos atores sociais para a colaboração e para empreender ações coletivas — constitui-se em importante fator explicativo das diferenças regionais quanto ao nível de desenvolvimento.

A quarta estabelece conexões entre a operação de mecanismos participativos na formulação e implementação de políticas públicas e o fortalecimento da competitividade sistêmica de um país ou de uma região.

A quinta, e última argumentação, ressalta o papel desempenhado pela participação no processo de formação e consolidação das identidades regionais, que facilitam a construção de consensos básicos entre os atores sociais que são essenciais para o desenvolvimento.

Segundo Bandeira (1999), estas argumentações destacam dois aspectos da participação. O elemento essencial da própria idéia de democracia, e o seu papel instrumental derivado da funcionalidade da participação para a articulação de atores sociais e viabilização de processos de capacitação e aprendizado coletivo.

Quanto a esses dois aspectos, Bandeira (1999) cita Rueschmeyer (1997):

Uma das mais antigas afirmativas a respeito das condições para a vigência da democracia é a de que a existência de uma densa rede de organizações intermediárias e a vitalidade da participação nessas organizações são de importância crítica tanto para o estabelecimento da democracia quanto para a qualidade da governância democrática (RUESCHMEYER, 1997, p. 1 apud BANDEIRA, 1999, p.11).

Quanto a participação como instrumento de capacitação e de aprendizado coletivo, Bandeira (1999) cita:

A participação social no passado ajuda a superar os problemas da ação coletiva — até mesmo, possivelmente, com respeito a outros temas bastante diferentes — no futuro. (...) A experiência — e a memória coletiva — das ações cooperativas bem-sucedidas, seja ou não em questões relacionadas com poder e política, tem este efeito por diferentes razões: (1) diminui o sentimento de impotência dos indivíduos isolados diante de

⁷ Fazem parte do capital social, portanto, os traços culturais característicos de uma comunidade que contribuem para fazer que seus membros se tornem propensos a colaborar na solução de problemas de interesse comum. Incluem-se aí, por exemplo, as redes de relações interpessoais e os sentimentos de confiança mútua entre os indivíduos que constituem essa comunidade, que tornam possível o empreendimento de ações conjuntas que resultem em proveito da coletividade.

problemas cuja solução exige a cooperação de muitos; (2) aumenta a propensão no sentido de trabalhar em ações de natureza pública (...); e (3) dispõe as pessoas a confiarem na cooperação de seus semelhantes, ao invés de acreditarem que eles tenderão a comportar-se de forma oportunista, apenas aproveitando-se dos esforços alheios (RUESCHMEYER, 1997, p.2-3 apud BANDEIRA, 1999, p.11).

Conforme a literatura produzida pelas principais instituições internacionais da área de fomento do desenvolvimento, a falta de participação da comunidade⁸ é apontada como uma das principais causas do fracasso de vários tipos de políticas, programas e projetos. A falta de interação dos segmentos sociedade tende a fazer que muitas ações públicas sejam mal sucedidas e incapazes de alcançar integralmente os objetivos propostos. Além disso, quando tratada apenas como objeto, e não como um dos sujeitos do processo de concepção e implementação dessas iniciativas, a comunidade tende a não se identificar com elas, reduzindo sua sustentação política e aumentando o risco de que se tornem efêmeras. O que pode fazer com que muitos programas e projetos governamentais concebidos e implantados de cima para baixo não sobrevivam, contribuindo para aumentar o descrédito dos governos em relação à eficácia das ações do setor público.

Além da busca do aumento da eficiência dos projetos e programas específicos, as instituições internacionais buscam incorporar o conceito de governança à abordagem do desenvolvimento. Até a década de setenta predominavam as abordagens focadas na ação do governo, que viam na atuação do setor público como responsável pelo processo de desenvolvimento. Na década de oitenta, essa compreensão passou a focar a administração do desenvolvimento, incorporando a avaliação da capacidade do estado em integrar e liderar o conjunto da sociedade. Na década de noventa, a abordagem ampliou-se ainda mais, passando a ser focalizada na capacidade tanto do estado quanto da iniciativa privada e da sociedade civil como atores do desenvolvimento. Dá-se ênfase à natureza democrática da governança, abrangendo os mecanismos de participação, de formação de consensos e de envolvimento da sociedade civil no processo do desenvolvimento. Passou-se a reconhecer o papel desempenhado pelas organizações não governamentais, reavaliado o papel desempenhado pelas instituições existentes, e passando a ser admitida a necessidade de se desenvolverem novas instituições, mecanismos e processos que desempenhassem funções necessárias para viabilizar essa nova concepção do desenvolvimento (BANDEIRA 1999, p.14).

O Banco Mundial acredita que, para que o processo de desenvolvimento seja sustentável, deve existir um conjunto transparente e previsível de normas e instituições que regulem as ações públicas e privadas. A boa governança é caracterizada por: um processo esclarecido e previsível de formulação de políticas públicas, por servidores públicos profissionalizados,

⁸ A comunidade, aqueles segmentos cujos interesses são direta ou indiretamente afetados pelo programa ou projeto em questão.

por um Poder Executivo que possa ser responsabilizado por suas ações e por uma sociedade civil forte e atuante nas questões de interesse público — todos agindo dentro das regras da lei. A participação é um componente intrínseco da boa governância (relatório de referência preparado pelo Banco Mundial para a reunião do Grupo dos Sete em Lyon, 1996 apud BANDEIRA, 1999, p.14).

A governância abrange, portanto, as estruturas institucionais, as políticas, os processos decisórios e as regras formais e informais, relacionadas com temas de interesse público, que determinam como o poder é exercido, como as decisões são tomadas e como os cidadãos participam do processo decisório (BANDEIRA, 1999, p.15).

A boa governância proporciona a base para o desenvolvimento participativo, na medida em que propicia ao governo as funções necessárias para promover a participação e criar um ambiente favorável para os processos participativos.

No entanto, a boa governância, enquanto função do governo, não se refere apenas ao apoio ao desenvolvimento participativo: à medida que os processos participativos evoluem, a boa governância também evolui para apoiar uma participação mais ampla e mais madura. Nesse sentido, o desenvolvimento participativo também acaba por promover a boa governância (JICA, 1997 apud BANDEIRA, 1999, p.15)⁹.

2.4 Instituições

A abordagem territorial do desenvolvimento rural tem sua origem relacionada, de um lado, ao reconhecimento de novas dinâmicas espaciais – concepção dos destinos dos espaços rurais e as políticas a ele destinadas, por outro lado, isto acontece num momento histórico marcado por um realinhamento dos instrumentos tradicionais do desenvolvimento.

A descentralização das políticas públicas e da atividade industrial, associado à redução e a um certo redirecionamento da intervenção estatal, que particularmente, contribuíram para que, em meados dos anos 80 e 90, se institísse um padrão, onde caberia ao Estado criar condições e um certo ambiente a partir do qual os agentes privados pudessem, eles mesmos, fazer a alocação, supostamente, mais eficiente dos recursos humanos e materiais. Aqueles processos sociais e econômicos de corte eminentemente territorial, e não mais meramente setorial, e este novo padrão, são, em síntese, as principais razões da emergência e consolidação desta nova abordagem (FAVARETO, 2006, p.3-4).

Entretanto, falar sobre essa abordagem do desenvolvimento rural nos leva a considerar o que North (1990, p.3 e p.99) trata, respectivamente, como instituições e a path of institutional change – a dinâmica impulsionada pela existência de incentivos e constrangimentos que reforçam uma determinada direção para as

⁹ Japanese International Cooperation Agency, disponível no site <http://www.jica.ific.or.jp/e-info-part/index.html>).

ações dos indivíduos e organismos sociais uma vez que esta direção tenha sido adotada – uma dependência de caminho que considera a importância da aprendizagem gerada por dinâmicas de longo prazo¹⁰.

Segundo North (1990, p.3; 1991, p.97)¹¹,

Institutions are the rules of the game in a society or, more formally, are the humanly devised constraints that shape human interaction. In consequence they structure incentives in human exchange, whether political, social, or economic. Institutional change shapes the way societies evolve through time and hence is the key to understanding historical change (NORTH, 1990, p.3).

Conforme enfatiza North (1991, p.97)¹²,

Institutions are the humanly devised constraints that structure political, economic and social interaction. They consist of both informal constraints (sanctions, taboos, customs, traditions, and codes of conduct), and formal rules (constitutions, laws, property rights). Throughout history, human beings to create order or reduce uncertainty in exchange (NORTH, 1991, p.97) have devised institutions.

Realizando-se uma reflexão, hipoteticamente, de que não existe como estabelecer uma situação de equilíbrio durante o processo de desenvolvimento uma vez que ninguém sabe a resposta correta que necessitamos para enfrentar as desigualdades regionais ou mesmo rurais que enfrentamos. Desta forma o único tipo de equilíbrio ou eficiência institucional possível de se almejar ao se abordar um processo de mudança institucional para fins de adotar-se uma alternativa de desenvolvimento, cita-se Alchian (1952) *apud* Aguirre (2002, p.181) argumentando sobre uma situação de eficiência adaptativa a qual tem a ver com os tipos de regras que conformam o modo como a economia evolui ao longo do tempo.

Logo, conforme apontado por Aguirre (2002, p.181), eficiência adaptativa e equilíbrio institucional, portanto são conceitos que podem estar em contraposição, pois significam respectivamente mudança e estabilidade. Sendo assim, dá-se mais

¹⁰ Embora cada indivíduo seja um ser único, todos os indivíduos são ligados por alguma coisa em comum – valores, moral, cultura – que tem uma dependência ao longo da história. A chave para concluir a história é o tipo de aprendizado que o indivíduo numa sociedade adquire através do tempo. A transmissão do estoque acumulado de conhecimento ao longo do tempo lembra o termo *Path dependence*. Conforme North (1994, p.364), o termo é usado para descrever a força da influência do passado no presente e no futuro.

¹¹ As instituições são a regra do jogo na sociedade, ou mais formalmente, são constrangimentos humanamente inventados que moldam a interação humana. Conseqüentemente, elas estruturam incentivos na troca humana, seja política, social, ou econômica. A mudança institucional molda os caminhos das sociedades evoluindo através do tempo e a partir daí a chave e o entendimento da mudança histórica.

¹² As instituições são constrangimentos criados que estruturam a interação política, econômica e social. As instituições consistem de dois tipos de constrangimentos – formais (sanções, tabus, costumes, tradições e códigos de conduta) e instituições informais (constituições, leis e direitos de propriedade). Durante a história, instituições tem sido criadas por iniciativas humanas para garantir a ordem ou reduzir a incerteza nas trocas.

um passo a discutir a relação entre estes dois conceitos dentro da economia institucional.

A estrutura institucional desempenha o papel principal no grau em que a sociedade e a economia vão encorajar as tentativas, experimentos e inovações que caracterizam a eficiência adaptativa. Deste modo a eficiência adaptativa é um conceito dinâmico não estático como a eficiência econômica (AGUIRRE, 2002, p.181).

Se a incerteza é a principal razão da existência de instituições e sua estabilidade é garantia de sua subsistência, regras que não são estáveis que são alteradas discricionariamente ou que não são obedecidas não preenchem o requisito de reduzir a incerteza e dessa forma não se qualificam como instituições. Segundo North, mais uma vez, a “Estabilidade é garantida por um conjunto complexo de restrições que incluem regras formais aninhadas em uma hierarquia, onde cada nível representa uma mudança mais custosa que a do anterior” (NORTH, 1990, p. 83 apud AGUIRRE, 2002, p.181).

O processo de mudança econômica (e institucional) deve, necessariamente, contemplar os seguintes aspectos: a incerteza em um mundo não ergódico; os sistemas de crenças, cultura e ciência cognitiva; a consciência e a intencionalidade humanas. Esses aspectos, em conjunto, definem o que ele designa de arcabouço de interações humanas que permitem a construção da estrutura institucional (CONCEIÇÃO, 2008, p.96).

Para North (1991), as instituições existem para reduzir a incerteza nas relações sociais e têm um importante papel a cumprir no que se refere à redução do conflito potencial existente na maioria, senão em todas as relações sociais.

2.5 Uma perspectiva de sociologia do desenvolvimento centrada no ator

Nuijten e Appendini (2002, p.87) apresentam uma reflexão ao concluir pesquisa sobre o papel das instituições em contextos locais:

Al tener como objetivo ciertas instituciones u organizaciones específicas dentro de programas y proyectos de desarrollo, es importante una aproximación abierta y flexible que tome en cuenta las iniciativas locales, y que además contemple los grupos e intereses diversos, dando lugar a espacios amplios de negociación abierta e inclusiva. En esta perspectiva es importante definir las áreas, formas y niveles en que puede llevarse a cabo la intervención, ya que las instituciones se componen de diversos elementos a distintos niveles que van desde la comunidad y la aldea hasta las instancias gubernamentales y la legislación nacional. Así, las acciones a nivel local pueden articularse con programas públicos amplios, como programas educativos masivos, que en última instancia pueden ser medios para el “empoderamiento” de los grupos más pobres y una estrategia general para ampliar su participación en los ámbitos institucionales y organizativos locales (NUIJTEN e APPENDINI, 2002, p.87).

A análise anteriormente apresentada por Nuijten e Appendini (2002, p.87), de alguma maneira lembra a leitura da Sociologia do Desenvolvimento numa perspectiva centrada no ator de Long (2007, p.43), onde:

Una ventaja del enfoque centrado en el actor es que se empieza con el interés de explicar las respuestas diferenciales a circunstancias estructurales similares, aun cuando las condiciones parezcan más o menos homogéneas. Así se asume que los modelos diferenciales que aparecen son en parte creación colectiva de los actores mismos. Sin embargo, los actores sociales no deben figura como simples categorías sociales incorpóreas (basadas en la clase o algún criterio clasificatorio), o destinatarios pasivos de la intervención, sino como participantes activos que reciben e interpretan información y diseñan estrategias en sus relaciones con los diversos actores locales, así como con las instituciones externas y su personal. Las sendas precisas del cambio y su importancia para los implicados no pueden imponerse desde fuera, ni pueden explicarse por los mecanismos de alguna lógica estructural inexorable¹³ (LONG, 2007, p.43).

Long (2007, p.46), afirma que os estudos nutridos pela perspectiva do ator tendem a enfatizar a racionalidade discursiva dos atores a custa da sua consciência prática. Onde a racionalidade não é uma propriedade dos indivíduos, sim de discursos disponíveis que formam parte do entorno cultural da prática social. Refere-se que a construção de agencia segue as concepções de racionalidade, poder e conhecimento que são culturalmente variáveis, e não podem ser separadas das práticas sociais dos atores.

Como referenciado anteriormente, os conceitos orientados ao ator aspiram encontrar espaço para uma multiplicidade de racionalidades, desejos, capacidades e práticas, incluindo, os associados com vários modos de instrumentalismo. A importância relativa destas diversas idéias, sentimentos e maneiras de atuar para dar forma aos componentes sociais e para provocar a mudança só pode evoluir num contexto único, e dependerá de uma multiplicidade de componentes interconectados de recursos sociais, culturais e técnicos. Por outro lado, um ponto conceitual e chave para a discussão em torno da sociologia do desenvolvimento na perspectiva centrada no ator é a questão da agencia. Onde muitos autores têm retrocedido para reconsiderar a natureza essencial e importante da “agencia humana”, cuja noção “metateórica” está no coração de qualquer paradigma revitalizado do ator social, e forma o eixo ao redor do qual giram os “planteamientos” que intentam reconciliar as noções de estrutura e ator (LONG, 2007, p.48).

Em geral, conforme Giddens (1984, p.1-16) apud Long (2007, p.48), a noção de agencia atribui ao ator individual a capacidade de processar a experiência social e desenhar maneiras de lidar com a vida. Dentro de limites de informação e outras

¹³ Como está implícito en el modelo de “periferia desarticulada” de De Janvry (1981) apud Long (2007, p.43): “para un conocimiento más amplio de la postura crítica de la “lógica del capital” en el enfoque de De Javry y su argumento de que el Estado actúa como un instrumento para resolver las crisis de acumulación capitalista”.

restrições (por exemplo, físicas, normativas ou político-econômicas), os atores¹⁴ sociais possuem “capacidade de saber” e “capacidade de atuar”. Intentam resolver problemas, aprendem como intervir no fluxo de eventos sociais ao seu redor, e em certa medida estão em torno de suas próprias ações, observando como outros reagem à sua conduta e tomando nota das várias circunstâncias contingentes.

La agencia está encarnada en las relaciones sociales, y solo puede ser efectiva a través de ellas. No sólo es el resultado de poseer ciertos poderes persuasivos o formas de carisma; la habilidad de influir en otros o dejar pasar una orden – por ejemplo, para conseguir que los otros acepten un mensaje particular – descansa sobre todo en “las acciones de una cadena de agentes, cada uno de los cuales “traduce” [el mensaje] de acuerdo con sus proyectos”, y “el poder se forja aquí y ahora enrolando a muchos actores en un esquema político y social dado” (LATOURET, 1986, p.264 apud LONG, 2007, p.50).

Em outras palavras, segundo Long (2007, p.50), a agência (e o poder) dependem de modo crucial do surgimento de uma rede de atores que devem a ser parcialmente, ainda que quase nunca por completo, envolvidos em um “projeto” de alguma outra pessoa ou pessoas. A agência, então, implica a geração e uso ou manipulação de redes de relações sociais e a canalização de elementos específicos (como demandas, ordens, bens, instrumentos e informação) através dos pontos nodais de interpretação e interação. Desta forma, é essencial tomar conta das maneiras como que os atores sociais se comprometem ou são envolvidos em debates acerca da atribuição de significados sociais a eventos particulares, ações e idéias.

No espaço geográfico a ação de políticas públicas pode ser traduzida pela ação do ator. Deve-se considerar a importância do ator na questão da ação política. Pois a política pública não pode ser boa, se não houver a participação dos atores locais na sua implementação. Implícito nessa perspectiva está a emergência da sociedade civil, com o desenvolvimento como emergindo das localidades – idéia chave para um processo de desenvolvimento endógeno, onde os grupos locais tem alguma solução, a partir de seus valores e capacidade de inovar – como base para se pensar a heterogeneidade.

3. CONCLUSÕES

Neste ensaio, objetivou-se demonstrar que no debate em torno do desenvolvimento, muitos dos conceitos, noções ou abordagens à teoria social, política e econômica devem, ser considerados em termos dos paradigmas ou orientações teóricas, nem sempre explícitos, que os sustentam (STAVENHAGEN, 1985, p.11).

¹⁴ O conceito de ator não deve ser usado para denominar coletividades, aglomerações ou categorias sociais que não tem maneira de discernir para formular ou levar a cabo as decisões (HINDESS apud LONG, 2007, p.49).

As considerações finais deste estudo em muito consideram a percepção apresentada por Stavenhagen (1985, p.11-20), embora complementa-se com percepções apropriadas nas demais abordagens teóricas apresentadas no ensaio.

A palavra (termo, conceito) “desenvolvimento” é cheia de implicações de valor, que, no entanto, ninguém parece ter encontrado uma substituição adequada. Falou-se de subdesenvolvimento ou de países em desenvolvimento – termos que consideram valores implícitos, mesmo antes de se discutir a questão de desenvolvimento.

Conforme sintetizado por Stavenhagen (1985, p.13), nas três décadas, do início dos anos cinqüenta até fins dos anos setenta do século XX, predominou uma concepção linear evolucionista no pensar o desenvolvimento, onde o ponto de partida era o reconhecimento de que algumas regiões do mundo eram “atrasadas” econômica, social, cultural, e até politicamente. Na época, o atraso tal como era entendido, significava pobreza, fome, produto nacional baixo, baixa renda per capita e, em geral baixos padrões de vida para grande parte da população. E, o remédio para o atraso era o crescimento econômico. Diferentes estratégias eram elaboradas e colocadas em prática, visando o crescimento econômico – enfatizavam a necessidade de recursos naturais, ou que o elemento chave era o capital, a tecnologia ou a educação. Entretanto, concluiu-se que nem todos esses elementos juntos resolveriam o problema do atraso. Fez-se importante discussão em torno da distinção entre crescimento econômico enquanto tal (aumento de produto nacional e da renda per capita) e desenvolvimento numa perspectiva mais ampla e institucional. O desenvolvimento social e institucional tornou-se um componente importante.

Nos últimos anos a crítica permanente da teoria do desenvolvimento conduziu a novas abordagens. Passou-se a buscar estratégias alternativas de desenvolvimento, por parte de alguns Governos, de movimentos sociais de diversos tipos, de pequenos grupos de pesquisadores e planejadores, bem como de pessoas de diversas organizações internacionais. A abordagem apresentada neste ensaio contém elementos que nem sempre aparecem em conjunto, embora reconhecesse que seria mais benéfico se ocorressem ao longo do processo alcançando um momento que ocorressem conjuntamente.

Primeiramente, ela implica numa estratégia voltada às necessidades básicas de um grande número de pessoas, mais do que o crescimento econômico por si mesmo. Necessidades básicas considerando-se sempre, como e para quem elas serão definidas.

Em segundo lugar, tal abordagem do desenvolvimento, procura uma visão interna ou endógena. Conforme apresenta Stavenhagen (1985, p.18), o desenvolvimento deve primeiro responder as necessidades do país, coletiva e

socialmente, mais do que ao sistema internacional (numa visão externa e orientada para as exportações e importações).

Em terceiro lugar, procura-se usar e aproveitar as tradições culturais existentes, e não rejeitá-las a priori como obstáculos ao desenvolvimento.

A abordagem se propõe a respeitar o meio ambiente, sendo válida do ponto de vista ecológico. Estaria baseada, sempre que possível, no uso dos recursos locais quer sejam naturais, técnicos ou humanos – numa perspectiva orientada para a auto-sustentação, nos níveis local, nacional e regional¹⁵. Não se trata de rejeitar a cooperação e a solidariedade internacionais, mas de se insistir que elas devem ocorrer nos termos dos países do Terceiro Mundo (SACHS, 1980, 1981 apud STAVENHAGEN, 1985, p.19).

Uma abordagem que é orientada para o povo – quer seja de camponeses ou operários, aldeões ou favelados – que deve participar em todos os níveis do processo de desenvolvimento: desde a formulação de necessidades às etapas de planejamento, execução e avaliação. Conforme aponta Stavenhagen (1985, p.19) o desenvolvimento deve ser deslocado dos escritórios dos burocratas para o seu verdadeiro lugar: as bases. O que coloca, naturalmente, o problema do poder político, que é, talvez a questão fundamental do desenvolvimento hoje.

Finalizando, esta apresentação não se propõe a analisar implicações, possibilidades e limitações de uma abordagem alternativa de desenvolvimento, mas mostrar que seu pensamento surge como resultado de uma mudança de ênfase, do questionamento permanente dos paradigmas anteriormente aceitos e não criticados. Abordagem que surge no campo do debate com outras abordagens, e que se propõe a referir questões, termos e conceitos até aqui ignorados pelas demais abordagens, apesar de constituírem modos de vida e a preocupação básica de milhões de pessoas no mundo inteiro.

Se bem é verdade, nas palavras de Stavenhagen (1985, p.20) “as alternativas de desenvolvimento não são inerentes aos países do Terceiro Mundo ou em desenvolvimento, mas também dos países industrializados, em alguns dos quais tornou-se uma questão política”.

Após esta reflexão teórica, entende-se que a perspectiva apresentada deve ser vista como abordagem teórico-metodológica que busca identificar componentes de um processo de desenvolvimento endógeno, analisado na perspectiva territorial. Uma abordagem analítica composta a partir da observação no território, de um capital social básico, instituições e o fomento de políticas de públicas considerando a

¹⁵ A auto-sustentação significa, que o Terceiro Mundo deve contar, basicamente, com suas próprias forças e recursos, mais do que esperar soluções para seus problemas a partir do mundo industrializado.

importância da perspectiva do desenvolvimento orientada ao ator. Abordagem que considera os conceitos de participação e governança como garantia da eficiência e sustentabilidade dos projetos e políticas para o desenvolvimento.

Referências

ABRAMOVAY, R, 2007. **Para uma teoria dos estudos territoriais**. In: I Colóquio Internacional sobre Desenvolvimento Territorial Sustentável. Florianópolis: UFSC. Consultar o endereço: <http://www.cidts.ufsc.br/articles/Abramovay_Para_uma_teor%C3%ADa_dos_estudos_territoriais.pdf> para mais detalhes.

AGUIRRE, B.M.B, 2002. Mudança Institucional, a perspectiva da nova economia institucional. **Revista de Direito Mercantil Industrial, Econômico e Financeiro**. São Paulo, v. 127, p. 179-187.

BANDEIRA, P. S, 1999. **Participação, articulação de atores e desenvolvimento regional**. IPEA. Textos para discussão, n. 630.

COLETTI, Raffaella. **Curso Cooperación transfronteriza en América Latina: experiencias, instrumentos, metodología**. La experiencia europea como referencia metodológica, módulo 2 e 3. Proyecto Fronteras Abiertas. CeSPI: Roma, 2010.

CONCEIÇÃO, O. A, 2008. A dimensão institucional do processo de crescimento econômico: inovações e mudanças institucionais, rotinas e tecnologia social. **Economia e Sociedade**. Campinas. v.17, n.1(32). p.85-105.

FAVARETO, A, 2006. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional ou “inovação por adição”?** In: XLIV Congresso da SOBER. Fortaleza (CE).

LONG, N, 2007. **Development sociology: actor perspectives**. London and New York, Routledge, 2001. Tradução de Horacia Fajardo, Magdalena Villarreal y Pastora Rodríguez. Mexico: El Colegio de San Luis.

MAIA, Claudio Machado. **Abordagens não dicotômicas do desenvolvimento: ação à distância, tecnologia informacional e o posicionamento estratégico de atores**. In: OLIVEIRA, Odete Maria de. **Relações Internacionais, Direito e Poder: Atores Estatais na Era da Rede Global**. v.III. Editora Unijui: Ijuí, 2016.

NUIJTEN, M. and APPENDINI, K, 2002. El papel de las instituciones en contextos locales. **Revista de la CEPAL**. n. 76.

NORTH, D. C, 1994. Economic performance through time. **American Economic Review**, 1994. v.84, n.03. p. 359-368.

NORTH, D. C, 1991. Institutions. **Journal of Economic Perspectives**. 05(1), p. 97-112.

NORTH, D. C, 2008. **Institutions, institutional change and economic development**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. Consultar o endereço <http://books.google.com.br/books?id=oFnWbTqgNPYC&dq=%22Institutions,+Institutional+Change,+and+Economic+Performance%22&pg=PP1&ots=sWivRfKmX1&sig=gjzm6E_uJvTzaPHMB2sBt1z3hAM&hl=pt-BR&sa=X&oi=book_result&resnum=1&ct=result#PPA6,M1>. para mais detalhes.

NORTH, D. C, 1977. **A agricultura no Crescimento Econômico Regional**. In: SCHWARTZMAN, Jacques. (Org). *Economia Regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/MINTER, p.333-343.

REQUIER-DESJARDINS, D.; BOUCHER, F.; CASASOLA, I. S, 2005. **Agroindustria Rural y Liberalización Comercial Agrícola**: el rol de los Sistemas Agroalimentarios Localizados. In: Quinto Congreso AMER, Oaxaca, México, mayo.

REQUIER-DESJARDINS, D, 2005. **Agro-Industria Rural y Sistemas Agroalimentares Localizados: Cuáles puestas?** In: X Aniversario de PRODAR, Quito, Noviembre de 1999. Consultar o endereço <http://www.ciat.cgiar.org/agroempresas/espanol/Rec_de_info/memoriasiicurs/cd_curso/Contenido/Modulo%203/Submodulos%203.3/air_sial.pdf#search=%22Sistemas%20Agroalimentarios%20Localizados%22> para mais detalhes

SOUZA, M. J. L, 1995. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, I. E. et all (Org). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

STAVENHAGEN, R, 1985. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada do pensamento desenvolvimentista. **Anuário Antropológico**. n.84, p.11-44.

STEINER, P, 2006. **A sociologia econômica**. São Paulo: Atlas.

2. DESENVOLVIMENTO REGIONAL

THESING, Nelson José ¹
 NÜSKE, Mauro Alberto²
 MORAES, Pâmela Andrade de ³
 BIEGER, Thiago Beniz⁴
 FREITAS, Gilberto ⁵

1. INTRODUÇÃO

Investigações realizadas nos últimos anos indicam um relativo consenso entre os pesquisadores, de diferentes matrizes políticas, ou de vertentes teóricas, ao identificar as forças locais como movimentos determinantes no desenvolvimento regional, observáveis pelas manifestações dos sistemas políticos, econômicos, sociais, e culturais que se efetivaram ao longo da história.

Estudos sobre desenvolvimento têm sido desafiados por novos cenários, entre eles: recursos naturais, crises financeiras, conflitos diplomáticos. Certamente são questões complexas, que geram condições de incerteza, que ameaçam países, regiões, ou territórios.

Neste capítulo será objeto de reflexão o ambiente identificado como território, tão bem lembrado por Milton Santos (1978), mas que não tem a pretensão de apresentar uma definição única para esse espaço¹.

Os conceitos de desenvolvimento e território passam a ser operados de modo imbricado. Os territórios tornam-se espaços geográficos onde se desenvolvem economias, ultrapassando as divisões administrativas municipais, que estabelecem sinergias e contradições no conjunto de relações entre poderes públicos, empresariais, instituições e organizações internacionais.

¹ Doutor em Integração Regional pela Universidade Federal de Pelotas UFPel. Professor do Departamento de Ciências Administrativas, Contábeis, Econômicas e da Comunicação e integra o Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional.

² Doutorando em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul, integrante do Grupo Interdisciplinar de Estudos em Gestão e Políticas Públicas, Desenvolvimento, Comunicação e Cidadania – GPDeC

³ Mestranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul, integrante do Grupo Interdisciplinar de Estudos em Gestão e Políticas Públicas, Desenvolvimento, Comunicação e Cidadania - GPDeC.

⁴ Mestrando em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul, integrante do Grupo Interdisciplinar de Estudos em Gestão e Políticas Públicas, Desenvolvimento, Comunicação e Cidadania - GPDeC.

⁵ Mestrando em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul, integrante do Grupo Interdisciplinar de Estudos em Gestão e Políticas Públicas, Desenvolvimento, Comunicação e Cidadania - GPDeC

¹ Camagni (2002); Dallabrida e Becker (2008); Boisier (1996); Santos (1977, 1978, 1994); Llorens (2001); Santos e Silveira (2003); Saquet e Silva (2008).

Portanto, temos como ponto de partida as forças regionais, identificadas nos territórios e que são determinantes para o desenvolvimento, ora como mediadoras de processos de cooperação, ora como ambientes de conflito, mas desafiadas a dialogarem com a economia globalizada. Neste caminhar recebem uma atenção especial os estudos sobre regionalização, territórios e desenvolvimento, para buscarem uma compreensão das dinâmicas oriundas das forças globais, mediante procedimentos metodológicos, no campo de estudos das ciências sociais aplicadas, que no entender de Dallabrida e Becker (2008) significa identificar e compreender os fatores determinantes das diferentes dinâmicas de desenvolvimento territorial que contribui para o avanço de novos conhecimentos.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A estratégia de pesquisa mais adequada para a abordagem deste estudo é a qualitativa, por ser "a que se fundamenta principalmente em análises qualitativas, caracterizando-se, em princípio, pela não utilização de instrumental estatístico na análise dos dados" (VIEIRA, 2004, p.17). O Capítulo tem por base conhecimentos teóricos e empíricos que permitem conferir-lhe cientificidade. No entender de Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa consiste num conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao objeto de estudo, na tentativa de entender ou interpretar os fenômenos. Ainda, contemplam os objetivos nos campos explicativo e descritivo, documental, de campo para identificar as contribuições do ambiente da governança dos APL's, estudos de caso, nas experiências associativas. O estudo de caso é a metodologia apropriada quando se busca explicar o "como e porque" de certos acontecimentos sociais já que "lidam com ligações operacionais que necessitam serem traçadas ao longo do tempo, em vez de serem encaradas como meras repetições ou incidências" no entender de Yin (2005, p. 25).

A população abrangeu os APL's, empresas, cooperativas e associações nas regiões do Noroeste Colonial e Celeiro do Rio Grande do Sul, (RS) Brasil. A escolha da referida amostra foi do tipo não probabilística intencional, no que concerne às organizações na região de atuação de profissionais vinculados a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí), ao elaborar Planejamento Estratégico dos Arranjos Produtivos Pós-Colheita (Noroeste Colonial) e Agricultura Familiar (Celeiro).

O Arranjo da Agricultura Familiar, tendo como campos de pesquisa 37 agroindústrias pertencentes a duas cooperativas que desenvolvem atividades de transformação, produzindo pães, cucas, bolachas e outros derivados, produtos de origem animal, como salames, queijos e bebidas lácteas, além de melado, mel e ainda, hortigranjeiros. Oito cooperativas, tendo como atividade principal, produção leite *in natura* e que fornece insumos e presta serviços para seus associados. Duas

cooperativas trabalham com a diversificação de atividades, produção de leite, supermercado e casa agropecuária, abatedouro de animais (gado).

O APL Metalmecânico - Pós-Colheita - Panambi /Condor produz silos para armazenagem, secagem, limpeza, movimentação e controle de cereais e contempla 80 empresas de Panambi e Condor.

3. MÚLTIPLAS REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO

Entre todos os vocábulos existentes na língua portuguesa, desenvolvimento configura, sem nenhuma dúvida, um caso ímpar (SIEDENBERG, 2012). Trata-se de um termo com muito *appeal*, como afirmam Caiden e Caravantes (1988) *apud* Siedenberg (2012), pois no cotidiano é facilmente constatável que poucos termos usufruem de um uso tão indiscriminado quanto desenvolvimento. É necessário conformar-se com o fato de que desenvolvimento é um termo polissêmico que pode assumir os mais variados significados ao longo da história.

Desenvolvimento, por ser um termo complexo e dinâmico, que no transcorrer das décadas se modificou, se adaptou, transitando nas mais diversas áreas, assume um caráter multidisciplinar segundo Sausen (*apud* SIEDENBERG, 2012). Em uma perspectiva mais ampla, pode-se estabelecer uma relação muito próxima do conceito de desenvolvimento, ao olhar para o conceito de transformação, na qual ocorrem modificações para um melhor aproveitamento e aperfeiçoamento do espaço físico, dos recursos humanos e dos meios disponíveis. Estas modificações acabam por beneficiar toda uma comunidade, local ou regional, promovendo desta forma o seu desenvolvimento.

No entender de Frantz (2003) o desenvolvimento é um fenômeno que não se dá no vazio e sim, ocorre na dinâmica social da economia, da política, da cultura, da educação. Esse movimento permite a incorporação das relações com o meio ambiente, com a natureza.

Para Brandão (2012), é preciso discutir a espacialidade dos problemas e implementar políticas levando em consideração a especificidade desses problemas, em um contexto que contempla um projeto nacional de desenvolvimento.

Na visão de Trennepohl (2011), as análises sobre desenvolvimento regional podem ser feitas com base em diferentes perspectivas teóricas, beneficiando-se de vasta produção intelectual existente sobre a problemática. Por certo que a opção por uma ou por outro caminho não pode ser aleatória ou ingênua, pois nela estarão sendo definidos, em grande medida, os horizontes de análise.

Conforme Cargin (2014), às políticas de desenvolvimento regional, passaram a emprestar uma ênfase quase que exclusiva ao desenvolvimento “local” ou endógeno em detrimento de projetos macrorregionais, estaduais ou nacionais. O

que significa a necessidade de verifica também a competitivamente na ordem econômica globalizada.

3.1 Abordagens Regionalistas e Globalistas

O processo de investigação baseado em territórios passou por uma mudança nas décadas de 1980 e 1990, antes, os territórios eram considerados como um espaço de pesquisa para os historiadores e os geógrafos, passaram a despertar uma atenção especial para os economistas, cientistas políticos, sociólogos. Esse processo é decorrente da noção, de que os fenômenos ocorrem em um lócus e com ele se relacionam independente do olhar que se dê sobre esse fenômeno.

Esse movimento de pesquisa indica que os territórios passam a ser um objeto de estudo, da vida social e econômica, depois de um longo período do processo de produção em massa, ao apresentar novas formas de produção, em diferentes regiões, tendo como indicativo de que o capitalismo no final do século XX apresentava indícios de que a localização, as diferenças regionais e as especificidades institucionais e tecnológicas poderiam apresentar novos caminhos para o desenvolvimento.

Desenvolvimento esse, também, percebido nas novas tecnologias de mercado, um exemplo, as redes sociais, as quais promovem profundas mudanças nos processos produtivos e comerciais, nas estruturas de mercado e nas organizações empresarias. Essas inserções tecnológicas nos ambientes institucionais são percebidas por Raquel Recuero (2010) como importante polo de construção e manutenção de valores sociais.

Para Siedenberg (2008) antes de qualquer tentativa de responder aos desafios propostos, é necessário especificar o que se entende por desenvolvimento regional: “parece óbvio que o termo se refere a um processo de mudanças relativo a aspectos sociais e econômicos que ocorrem em determinado espaço e tempo” (p.167). O autor questiona: quais as características básicas desses processos de mudança? Quem são os atores e agentes envolvidos? Que meios e recursos estão disponíveis?

Se por um lado, surgem questionamentos diante do desenvolvimento no território, na mesma intensidade, são apresentadas diferentes visões da globalização, onde se questiona a separação entre fatores exógenos e endógenos para o desenvolvimento.

A diversidade e a quantidade de investigações sobre o desenvolvimento global e regional, no território, não configura um corpo teórico consolidado, permanece como fenômeno de estudo com várias críticas. Mas para Storper (1997), é um objeto de estudo que está sendo tratado com seriedade por vários cientistas sociais, ao verificar a inovação organizacional e tecnológica, as vantagens

específicas das economias localizadas, permeando as investigações entre fatores exógenos e endógenos, contextualizado os diferentes ambientes que podem induzir a caminhos de “armadilha de certo localismo ingênuo e pouco efetivo”, como lembram Martins, Vaz e Caldas (2010, p. 585).

Caracterizar um desenvolvimento endógeno (NORTH, 1977) sustentável seria identificar uma atividade local que, por meio da geração de renda, mobiliza os setores locais. Com a renda gerada e apropriada pelo “produtor” sendo consumida na sua própria localidade, gerando economias locais, estimularia o entorno da região, gerando diversificação, que geraria alternativas internas para o território.

Merece atenção especial o território, que se constitui em um ambiente singular, construído ao longo dos anos, tem sua história, o que indica a impossibilidade de encontrar um único caminho metodológico, a ‘receita fixa’ para estudar os territórios. O que não significa buscar um relativo consenso entre os estudiosos do desenvolvimento, sobre a governança dos territórios, o que poderia facilitar para os atores neste caminhar, entre outros olhares, o controle social sobre as políticas públicas no processo de desenvolvimento, o que desafia na sequência, as reflexões sobre as concepções regionais e globais no desenvolvimento do território.

3.1.1 Concepções Regionalistas

Ao longo das últimas décadas, um conjunto de questionamentos foram plantados, que poderiam indicar ou não, caminhos para o desenvolvimento das regiões. Entre os primeiros, está presente o comprometimento das esferas públicas nas estruturas de governança territorial, em função da reorganização ou criação de novas instituições, que estabeleceram novos relacionamentos, novos sistemas produtivos, em escalas locais, até as supranacionais.

Entre os novos relacionamentos está o princípio da comunicação, entre as instituições, na medida em que a interação entre o indivíduo e seus pares, estabelecem novos processos de relações sociais. Recuero (2009) fortalece essa afirmação, pelo fato das relações formarem um nó mais centralizado no contexto geral do desenvolvimento, conectando as pessoas, por conseguinte, esse nó poderá ter uma capacidade de influência dentro do território.

Outro questionamento é a redefinição do desenvolvimento regional que está no campo das políticas públicas, ao buscar novas formas internas e externas de desenvolvimento. Outro, é a preservação ambiental e qualidade de vida, que no entenderem de Pike et al.(2006) apenas algumas localidades beneficiaram-se com as novas “oportunidades” fruto de processo globais. Isso não significa que os territórios não lutam para se adaptar aos novos desafios globais, porém fatores

endógenos, são por vezes, insuficientes para promover o desenvolvimento, apontando para as intervenções de políticas públicas em vários níveis.

Faz-se necessário um olhar exigente para com as políticas públicas no entender de Storper (1997), por que os processos globais, embora que flexibilizaram as atividades econômica; não desenvolveram a sensibilidade em relação às desigualdades sociais. Em Pike et al. (2006) a globalização está proporcionando uma maior concentração de renda, por que as atividades econômicas e as riquezas se concentram em poucas regiões e países, o que resulta em desequilíbrios econômicos internos.

Porém, os fatores exógenos ou endógenos permanecem como desafios permanentes em Pike et al. (2006), onde um não é mais importante que outro no processo de desenvolvimento, mas toda intervenção no território, seja por meio de políticas públicas, ou por investimentos econômicos nacionais ou internacionais, promovem alterações significativas no território.

Outro questionamento se localiza no fim dos Estados-Nação e, de acordo com o qual, as barreiras nacionais seriam superadas pelas forças globais para Ohmae (1996). Mas no entender de Dicken (2010), “esse mito foi deixado de lado” pesquisas recentes indicam algumas reflexões sobre a importância do papel da soberania nacional no desenvolvimento do território, até por que os mercados nacionais tendem a ser apoiados por instituições nacionais segundo Rodrik (2011), uma vez que, a fragilidade da autoridade global antitruste, imprime uma regulação global insuficiente, o que fragiliza a governança dos mercados mundiais, gera instabilidade e fraca legitimidade.

Diante deste cenário Pike et al. (2006) indicam quatro movimentos que contribuíram para novos estudos sobre desenvolvimento regional nas últimas décadas. O primeiro, a presença de um capitalismo mais “reflexivo”, consubstanciado por uma enorme incerteza, altos riscos, rapidez nas mudanças econômicas, sociais, políticas, culturais, por fim, um ambiente complexo, onde o sistema econômico tornou-se internacional, informatizado e competitivo, seletivo, indicando caminhos estreitos para boa parte da população, o que significa um aumento das desigualdades sociais.

O segundo movimento, se assim pode ser identificado, indica a importância da presença das esferas públicas nas estruturas de governança territorial. O terceiro, a redefinição do desenvolvimento regional, ao exigir das políticas públicas, novas formas internas e externas de buscá-lo. O quarto envolve debate sobre preservação ambiental e qualidade de vida. O movimento global desenvolve diferentes capacidades, geralmente concentra a riqueza, o que exige a presença de políticas públicas, para administrar os desequilíbrios econômicos internos nos diversos territórios.

Por fim, ao verificar os estudos nas últimas décadas, que investigaram os processos locais, encontra-se a Terceira Itália; a cidade de Toyota (Aichi) no Japão; o Vale do Silício (EUA); o condado de Orange (Califórnia-EUA); a cité scientifique de Paris (França); Baden-Württemberg e Bavária (Alemanha), os distritos financeiros de Londres e Nova York; o distrito de vestuários de Los Angeles; a indústria de entretenimento em Hollywood; entre outros, de produção flexível, baseada no aprendizado. Essas experiências não foram contaminadas pelo movimento global, pela homogeneização, são especificidades regionais, cuja receita não é aplicável em todas as regiões.

3.1.2 Concepções Globalistas

O movimento globalista se manifesta pelas suas influências nos territórios, a partir de fatores exógenos, o oposto do movimento regionalista, que busca o desenvolvimento das particularidades regionais, específicos de cada território.

Em uma perspectiva globalista, as cidades podem ser apresentadas como ambientes de oportunidades para a geração de emprego e renda, bem como do desenvolvimento econômico. No entender de Hall (1988) as cidades procuram parecer um trecho de filme de Disney, indicando a incongruência de ser reais, especialmente para os turistas, em um ambiente de insegurança, insalubre, vulnerabilidade social.

Em Castells (1999) as cidades globais são apresentadas como os nós estratégicos da sociedade em rede, um ambiente que facilitaria a recuperação e revitalização das mesmas, ao seguir uma lógica de padrão global, para atrair investimentos externos, empresas transnacionais, organismos financeiros internacionais.

Os movimentos globais influenciam as economias regionais, o que desafia o papel dos governos e das instituições nacionais. Esse processo aponta críticas, onde o dilema global-local, em Becker (2008), indica a contradição do sistema globalizado, onde o desenvolvimento local depende cada vez mais de iniciativas político institucionais, um processo de governança entre os atores locais e, de outro, o desenvolvimento do sistema de mercado.

Na medida em que o processo globalização se aprofunda, surgem mecanismos que oportunizam alianças entre movimentos e organizações regionais, esse movimento estimula, por vezes, ambientes que possam minimizar alguns de seus efeitos danosos, nas concepções de Gil, Oliva e Silva (2007).

Em Becker (2008) encontra-se um caminho que aponta certa harmonia entre os interesses econômicos, que estão subordinados ao sistema de mercado, e de outro, o contexto sócio-político, que se forma a partir das instituições do sistema regulatório do Bem-Estar. Polanyi (1980) discorda da crença generalizada de que

um mercado autorregulável, indica no mínimo, a separação institucional da sociedade nas esferas econômica e política.

Permitir que o mecanismo de mercado seja, o único dirigente do destino dos seres humanos e do seu ambiente natural, e até mesmo que seja o árbitro da quantidade e do uso do poder de compra, resultaria no desmoronamento da sociedade (POLANYI, 1980, p.83).

Porém, existe a possibilidade de buscar a alianças entre os atores que apostam somente na crença do mercado, um processo de competitividade e de outro, atores que apostam na cooperação regional, tendo como fator estratégico o conhecimento, condição essencial para a qualificação profissional. Neste caminhar a competitividade e cooperação não são práticas conflitantes, mas podem ser complementares por meio de alianças entre os atores presentes nos territórios.

Ao verificar o complexo dilema entre global-local em Klink (2008) encontra-se a necessidade de superar as dualidades, por vezes falsas e simplistas, como as dicotomias entre processos informais e formais de articulação, ou entre processos (governança) e produtos (projetos e programas concretos) de gestão e, ainda, entre a legitimidade funcional e a legitimidade política.

As investigações de Klink (2008) buscam suas fundamentações nas experiências internacionais, nas governanças metropolitanas em Madri, Londres, Marselha e Vale do Ruhr, na Alemanha. Mas registra que seus estudos não permitem desenhar um modelo institucional único e ideal para orientar o processo de organização das áreas metropolitanas, por que são espaços de conflito e de negociação, contemplando um enorme campo de atores e de escalas territoriais de poder – local, regional, metropolitana, nacional e internacional.

Esse caminhar conflituoso, de negociação, de cooperação, desafia as escalas de poder, que são construções políticas, na maioria das vezes, resultados de processos de ente entre entendimento entre os diferentes segmentos. Por isso, torna-se extremante complexo fazer uso de uma única fórmula, mas sim, buscar a melhor forma para a resolução de conflitos em um território.

4. EXPERIÊNCIA REGIONAL - ARRANJOS PRODUTIVOS

No entender de Breitbach *in* Conceição e Feix (2014), por Arranjo Produtivo Local (APL) entende-se uma concentração territorial de estabelecimentos industriais dedicados a atividades setorialmente semelhantes e/ou complementares, cuja dinâmica se fundamenta na ação conjunta dos agentes locais e em características histórico-culturais do território.

Desde o início dos anos 2000, as iniciativas públicas de apoio às atividades produtivas com foco em APL tornaram-se prioridade do Governo Federal, que formalizou os APL's nos seus Planos Plurianuais, no Plano Nacional de Ciência

Tecnologia e Inovação 2007-10 e na Política de Desenvolvimento Produtivo 2008-13.

Em 2007, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) criou a Secretaria de Arranjos Produtivos e Desenvolvimento Local, responsável pela formulação, pela aplicação e pelo controle dos mecanismos de apoio a arranjos produtivos.

A atuação com base no apoio aos APL's nos territórios priorizados foi desenvolvida através do Programa de Promoção e Inserção Econômica de Sub-Regiões. Os APL's foram definidos pelo Programa como:

[...] aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos, mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento (BRASIL/MI, 2009 *apud* CARGIN, 2014).

O Rio Grande do Sul, por sua vez, antecipou-se à esfera federal com um conjunto de ações públicas e privadas direcionadas a fortalecer os arranjos produtivos do Estado que remontam aos anos 90. Recentemente, o Governo do Estado do RS (2011-14) retomou essa política, enfatizando a importância dos APL's para o desenvolvimento regional, conforme expresso no Programa de Fortalecimento de Cadeias e Arranjos Produtivos Locais (BREITBACH *et al*, 2016 *in* MACADAR e COSTA, 2016).

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Investigar a governança nos APL's, como possibilidade de construção de um espaço público e de iniciativas privadas, indica a necessidade de verificar um campo complexo de práticas sociais e empresariais. Segundo Marilena Chauí (2001), neste ambiente os mecanismos de mercado, são por vezes, divinizados, pela possibilidade de organizar a vida econômica, ao estabelecer as regras comerciais.

O estudo da governança em APL's, para Suzigan *et al.* (2007) só merece destaque quando os agentes econômicos e sociais buscam aproveitar as vantagens competitivas decorrentes de economias externas de aglomerações e tentam tomar iniciativas coletivas ou desenvolver ações conjuntas em ambientes regionais. O que significa que a governança de APL's não poderá ser compreendida como uma “receita de bolo”, pelo contrário, é fruto de um processo de gestão planejada.

O processo de planejamento da governança recebe influências do contexto social-cultural e político regional. Essa complexidade da governança de um Arranjo

implica, por outro lado, a constituição de uma equipe técnica e diretiva com competências específicas para atuar no processo administrativo dos APL's e buscar através deste mecanismo o desenvolvimento regional, sem deixar de dialogar com o movimento global, ao estabelecer relações comerciais, tecnológicas e de inovação no processo produtivo.

No caso específico da governança do APL Agricultura Familiar Celeiro² (Plano Estratégico de Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local, elaborado em 2014, por uma equipe da Unijuí), onde o processo de organização da gestão no Arranjo está em estágio inicial, embrionário. Já o APL Metalmeccânico - Pós-Colheita - Panambi /Condor³, apresenta uma importante trajetória administrativa, visto que possui diversas experiências de cooperação entre empresas na direção da consolidação do Arranjo.

Vários são os caminhos para verificar o amadurecimento da governança nos APL's, entre elas, destaca-se o Projeto de Extensão da Unijuí, que assessora os empreendimentos urbanos e rurais. Esse instrumento identificou a necessidade de ampliação das ações de integração e cooperação nas parcerias setor público e setor privado, com as instituições de ensino superior, centros tecnológicos, entre empresas, a formação e capacitação dos trabalhadores e proprietários, a manutenção de uma central de negócios, de projetos financeiros e tecnológicos, quer por novas ações tipo Cooperativa Garantidora de Créditos, quer por melhoria da infraestrutura regional, dinamização da ação política e desenvolvimento e/ou adoção coletiva de novas tecnologias nos empreendimentos empresariais.

Na governança do APL, Panambi/Condor é constatado uma gestão estratégica que se caracteriza pela maximização dos interesses privados, trabalha com a racionalidade utilitária e instrumental, mesmo em um ambiente de governança do APL. Esse agir racional é orientado para um fim específico, o lucro. Por isso, necessita desenvolver com mais profundidade a gestão social, que é pautada pela racionalidade substantiva, que busca uma governança participativa e dialógica, que segundo Tenório (2008) apresenta a racionalidade comunicativa de Habermas como uma perspectiva mais próxima do social. O que indica a necessidade da presença do controle social no processo de gestão na governança. Para de Silva (2010, p. 36):

² Localiza-se na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e compreende 21 municípios: Barra do Guarita, Bom Progresso, Braga, Campos Novo, Chiapetta, Coronel Bicaco, Crissiumal, Derrubadas, Esperança do Sul, Humaitá, Inhacorá, Miraguai, Redentora, Santo Augusto, Sede Nova, São Martinho, São Valério do Sul, Tenente Portela, Tiradentes do Sul, Três Passos e Vista Gaúcha (CENSI, at al..p. 107 e 108, 2014) *In* Planejamento estratégico de arranjos produtivos locais: plano de desenvolvimento do APL agroindústria familiar da região celeiro 2014-2020. (Org.) BASSO, D.; TRENNEPOHL, D. Unijuí, 2014.

³ Arranjo Produtivo Local- APL – Panambi/Condor (THESING, N..J.; KOHLER,R. p.129, 2012) *In*: Planejamento estratégico de arranjos produtivos locais: plano de desenvolvimento do APL metalmeccânico pós-colheita- Panambi e Condor 2012-2022 (Org.) BASSO, D.; TRENNEPOHL, D.,Unijuí, 2012.

O conceito de controle social está relacionado com o envolvimento dos atores sociais no planejamento, monitoramento e verificação se tal plano foi executado e se suas ações alcançaram os objetivos esperados e se efetivamente proporcionou benefícios a sociedade.

Assim as experiências na gestão da governança em APL's são ambientes desafiadores, são permeadas por práticas que não conquistaram um consenso conceitual. Pinho (2010) indica a existência de elementos que ultrapassam as organizações públicas, proporcionando espaços e ações para a emancipação dos agentes. Tenório (2008a, p.36) indica a existência de ações na gestão, a racionalidade instrumental e comunicativa:

A diferença entre os dois tipos de ação é que, enquanto racionalidade instrumental desenvolve uma mediação entre teoria e prática a partir de postulados técnico-formais, a racionalidade comunicativa promove esta mesma mediação por meio do diálogo entre os agentes sociais do processo.

Portanto, as ações na governança em APL's podem ser identificadas pela gestão social e a gestão estratégica. Social é coordenada por um processo coletivo, de interesse comum, onde o entendimento é construído, no caminhar efetivo na esfera pública (público não estatal). Na gestão estratégica os encaminhamentos são orientados, direcionados por um grupo de pessoas, encontra seu espaço na esfera privada.

Ao fazer uma reflexão histórica, da experiência de desenvolvimento regional, constata-se que o APL Pós-Colheita Metalmeccânico - Panambi-Condor criou, em 2003, seu Comitê Gestor, a governança, integrado pelas Prefeituras Municipais – Panambi e Condor, Associações de Classe – ACI-Panambi e ACI-Condor, Associação Centro de Inovação Tecnológica – ACITEC e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE-RS, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUI, Colégio Evangélico de Panambi – CEP, Serviço Nacional de Aprendizagem Técnica Industrial - SENAI e o Instituto Federal Farroupilha de Panambi. Um ambiente que compartilha a gestão social e a gestão estratégica na governança em busca do desenvolvimento regional. Semelhante processo é identificado no APL – Celeiro que integra a agricultura familiar, as associações/cooperativas.

Nas reuniões, nos relatórios dos APL's, quando da realização dos Planos Estratégico em 2012 e 2014, foi identificada a fragilidade na capacidade instalada nas governanças, seja, para a realização da pesquisa e promoção de ações microeconômicas (voltada aos agentes), seja pela produção de indicadores de desenvolvimento macroeconômico (do conjunto do APL).

Por isso, pode-se afirmar que a prática na gestão da governança é uma experiência ainda não suficientemente amadurecida e instiga investigações, se por um lado existe uma manifestação diante do espírito individualista, alimentado pela

gestão estratégica, de outro, existe a presença do espírito de cooperação, fortalecida pela gestão social. No APL Celeiro a prática dos agricultores e de seus familiares não pode ser reduzida simplesmente a um conteúdo econômico, de compra e venda de produtos agrícolas. As práticas dos agricultores, são comunitárias, contêm um alto grau de aspectos culturais, políticos, sociais e até psicológicos, com raízes na colonização, no entender de Frantz (2002), o que cria condições para a efetivação da gestão social, compartilhada com a gestão estratégica.

Nesse sentido, deve-se destacar que a partir de diferentes recortes em APL's, a importância da governança foi discutida em vários estudos. Para Storper e Harrison (1991), o estudo da governança permite conhecer os atores, que podem definir os rumos do desenvolvimento de um APL. Porter (1999); Humphrey e Schmitz (2002) dão destaque ao papel que a governança local tem para exercer a coordenação de atividades interfirmas, para o aumento da competitividade coletiva. Para Schmitz e Knorringa (2000), o tipo de governança local permite avaliar o potencial das ações conjuntas no APL, ou no seu grau de institucionalização. Cassiolato e Szapiro (2003) salientam também o papel da governança privada, especificamente a existência de uma empresa-líder que poderá exercer algum tipo de coordenação de caráter local.

Entende-se que existe uma experiência em construção, um novo espaço público a ser efetivado através da governança nos APL's, onde poderá surgir uma estrutura descentralizada, onde o planejamento é oriundo dos consensos das diferentes partes envolvidas. Em reuniões e relatório, por vezes, foi possível identificar certa desconfiança no processo de participação, mesmo assim, ainda, subsiste a esperança de que seja esse horizonte que contenha os mecanismos que levam a governanças a superar as profundas contradições e carências que caracterizam essas organizações.

Talvez as expectativas, no campo da participação, em determinado momento na história, frustrem o processo de compartilhamento, que atualmente parece estar mais a serviço da área tecnológica, liderada pelo mercado, em que o movimento se concentra na produção, em detrimento da organização social. Mesmo assim, continua a esperança no processo de participação, onde os desafios passam pelas variáveis, de um lado, do movimento associativista, de outro, do mercado, porém existe a possibilidade de conquistar um espaço regionalmente e globalmente.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, é possível afirmar que as forças locais presentes nos territórios, entre eles a governança nos APL's são organizações estratégicos para o desenvolvimento regional, cujas especificidades históricas e culturais têm dialogado com o processo do sistema globalizado. Os integrantes dos APL's são forças que se manifestam em

ambientes econômicos, sociais, políticos e culturais, que se constituíram ao longo da história, estruturam um contexto singular no território.

Ao verificar as evidências empíricas e teóricas; regionais e globais, em épocas distintas, permite indicar o grande desafio de sistematizar ou compreendê-las como uma “receita de bolo”, para analisar os territórios. Porém, isso também permite ressaltar que a busca incessante por entender os conceitos e teorias sobre o desenvolvimento regional e global é importante para a constituição de um referencial teórico para trabalhar a governança nos APL's e nos territórios, mesmo em um ambiente de insegurança, em constante movimento de harmonia e de conflitos, resultado de seus atores sociais, das políticas públicas e das estratégias de governança, dos recursos, de sua identidade.

Finalmente, esse capítulo se justifica, pela necessidade das análises organizacionais caminharem pela busca de referências interdisciplinares para uma melhor compreensão sobre os territórios, para encontrar respostas diante de um ambiente de incertezas, que indicam desafios econômicos, sociais, políticos, pressões ambientais e transformações tecnológicas, ao mesmo tempo as respostas necessitam apresentar sustentabilidade na relação do desenvolvimento regional e global na busca de uma melhor qualidade de vida.

Referências

BECKER, D. F. A contradição em processo: o local e o global na dinâmica do desenvolvimento regional. In: BECKER, D. F.; WITTMANN, M. L. (Orgs). **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008.

BOISIER, S. **Modernidad y Territorio**. Santiago (CHILE): ILPES/CEPAL, 1996.

BREITBACH, Á. **Arranjos produtivos diversificados e especializados in Elementos conceituais e referências teóricas para o estudo de aglomerações produtivas locais** / André Luis Forti Scherer ... [et al.]; organização de César Stallbaum Conceição, Rodrigo Daniel Feix. - Porto Alegre: FEE, 2014.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento nacional. Plano de Ação 2007-2010. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/upd_blob/0021/21439.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2016.

BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Unicamp, 2012.

CARGNIN, A. P. **Políticas de desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul: vestígios, marcas e repercussões territoriais**. 1ª ed. – Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, 2014.

CASSIOLATO, J. E.; SZAPIRO, M. Uma caracterização de arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H. M. M., CASSIOLATO, J. E.;

MACIEL, M. L. (Orgs.). **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, Volume 1. Tradução de Roneide Venancio Majer, 8.ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

CAMAGNI, R. On the Concept of Territorial Competitiveness: sound or misleading? **Urban Studies**, v. 39, n.13, 2002.

CHAUÍ, M. Ética e universidade. In: **Ciência Hoje**, v. 17, n.102, 2001.

CENSI, D. C. Caracterização Geral do Arranjo Produtivo Local Agroindústria Familiar da Região Celeira. In: BASSO, David; TRENNEPOHL, D. (Orgs.). **Planejamento Estratégico de Arranjos Produtivos Locais: Plano de Desenvolvimento do APL Agroindústria Familiar da Região Celeiro 2014-2020**. 1ed.Ijuí-RS: UNIJUI, 2014.

DALLABRIDA, V. R.; BECKER, D. F. Dinâmica territorial do desenvolvimento. In: BECKER, D. F.; WITTMANN, M. L. (Orgs.). **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008.

DICKEN, P. **Mudança Global**. Mapeando as Novas Fronteiras da Economia Mundial. Trad. Teresa Felix de Souza. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

FRANTZ, W. **Desenvolvimento: um fenômeno social complexo**. – (cadernos Unijuí). Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.

FRANTZ, W. **A organização cooperativa é um lugar de educação** Ijuí UNIJUI, 2002. (Cadernos Unijuí).

GIL, A. C.; OLIVA, E. de C., SILVA, E. C. Desenvolvimento da Regionalidade: Novo Campo da Administração. **XXI Encontro da Enanpad**. Rio de Janeiro, 2007.

HALL, P. **Cidades do Amanhã: Uma História Intelectual do Planejamento e do Projeto Urbanos no século XX**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1988.

HUMPHREY, J.; SCHMITZ, H. **Developing country firms in the world economy: Governance and Upgrad-ing in Global Value Chains**. Institut für Entwicklung und Frieden der Gerhard-Mercator-Universität Duisburg, 2002.

KLINK, J. J. Novas governanças para as áreas metropolitanas: O panorama internacional e as perspectivas para o caso brasileiro. Relatório de Pesquisa. **Observatório das Metrôpoles: Território, Coesão e Governança Democrática**, Rio de Janeiro, UFRJ, 2008.

LLORENS, F. A. **Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política**. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

MARTINS, R. D´A.; VAZ, J. C.; CALDAS, E. de L. A Gestão do Desenvolvimento Local no Brasil. (des) articulação de atores, instrumentos e território. **Revista de Administração Pública (RAP)**, v. 44, n. 3, mai-jun. 2010.

NORTH, D. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In SCWARTZMAN, J. **Economia Regional**. Textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

OHMAE, K. **O Fim do Estado Nação**. A Ascensão das Economias Regionais. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

PINHO, J. A. G. Gestão social: conceituando e discutindo os limites e possibilidades reais na sociedade brasileira. In RIGO, A. S.; SILVA JÚNIOR, J. T.; SCHOMMER, P. C.; CANÇADO, A. C. **Gestão Social e Políticas Públicas de Desenvolvimento: Ações, Articulações e Agenda**. Recife: UNIVASF, 2010.

POLANYI, K. **A Grande Transformação**: As origens de nossa época. 3. ed. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PORTER, M.E., **Competição**: estratégias competitivas essenciais. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PIKE, A; RODRÍGUEZ-POSE, A.; TOMANEY, J. **Local and Regional Development**. New York: Routledge, 2006.

RECUERO, R. **Redes Sociais na Internet**. Editora Sulina, 2009.

_____. Social Media. Disponível em: <http://www.pontomidia.com.br> Acesso em 20/11/2016.

RODRIK, D. **The Globalization Paradox**: Democracy and the Future of the World Economy. New York, London. W. W. Norton & Company, 2011.

SANTOS, M. **Sociedade e espaço**: a formação social como teoria e como método, Boletim Paulista de Geografia, v. 54, 1977.

_____. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

_____. **Território globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: Território e Sociedade no início do século XXI. 5.ed. São Paulo: Record, 2003.

SAQUET, M. A.; SILVA, S. S. SANTOS, M. **Concepções em geografia, espaço e território**. Geo UERJ, Ano 10, v. 2, n.18, 2008.

SAUSEN, J. O. Gestão estratégica, competitividade e desenvolvimento: um olhar a partir das suas inter-relações. In: Dieter Rugard Siedenberg. (Orgs.). **Desenvolvimento sob múltiplos olhares**. 1ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2012.

SIEDENBERG, D. R. A Gestão do Desenvolvimento: ações e estratégias entre a realidade e a utopia. In: BECKER, Dinizar F.; WITTMANN, M. L. (Orgs.). **Desenvolvimento regional**: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008.

SIEDENBERG, D. R. Fundamentos, Trajetórias e Abordagens Contemporâneas do Desenvolvimento, In: SIEDENBERG, Dieter Rugard (Orgs.). **Desenvolvimento Sob Múltiplos Olhares**. Ijuí: Unijuí, 2012.

SILVA, F. F. da. **Controle Social no Brasil:** Instrumento de governança no setor público. In: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Equilíbrio Democrático e Controle Social. Disponível em: <http://www.gespublica.gov.br/projetos-acoas/pasta.2009_0715.5584002076/pagina.2010-05-11.0321542124/Equilibrio%20Democratico_WEB.pdf>. Acesso em 27/11/ 2016.

SILVA, F. F. da. **Controle Social no Brasil:** Instrumento de governança no setor público. In: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Equilíbrio Democrático e Controle Social. Disponível em: <http://www.gespublica.gov.br/projetos-acoas/pasta.2009_0715.5584002076/pagina.2010-05-11.0321542124/Equilibrio%20Democratico_WEB.pdf>. Acesso em 20 nov. 2016.

SCHMITZ, H.; KNORRINGA, P. Learning from global buyers. **Journal of Development Studies**, v. 37, n. 2, 2000.

STORPER, M. **The regional world:** territorial development in a global Economy New York, London: The Guilford Press, 1997.

STORPER, M.; HARRISON, B. **Flexibility hierarch and regional developments:** the changing structure of industrial production systems and their form of governance in the 1990. *Research Policy*, North-Holland, v. 2, n. 5, 1991.

SUZIGAN, et al. **Estruturas de governança em arranjos ou sistemas locais de produção.** São Carlos: Revista Gestão & Produção, v. 14, n. 2, maio-ago. 2007.

TENÓRIO, F. G. **Um espectro ronda o terceiro setor, o espectro do mercado.** 3 Ed. Ijuí: Editora da Unijuí, 2008b.

TENÓRIO, F. G. **A Tem razão a administração?** Ijuí: Editora da Unijuí, 2008a.

THESING, N. J; KOHLER, R. Dinâmica de Cooperação entre as Empresas e a Governança do APL. In: BASSO, David; TRENNEPOHL, D. (Orgs.). **Planejamento Estratégico de Arranjos Produtivos Locais:** Plano de Desenvolvimento do APL – Panambi e Condor 2012-2022. 1ed. Ijuí-RS: UNIJUI, 2012.

TRENNEPOHL, D. **Avaliação das potencialidades econômicas para o desenvolvimento regional.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

3. EFICÁCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NO ESTADO DO PARANÁ

FERREIRA, Welinton Camargo¹
SILVA, Nardel Luiz Soares da²
COLTRE, Sandra Maria³
ARAÚJO, Tercio Vieira⁴

1. INTRODUÇÃO

Comumente, associa-se desenvolvimento a crescimento econômico. Todavia, o desenvolvimento que confere pouca ou nenhuma preocupação com as fontes de energia utilizadas e recursos naturais fica condenado ao insucesso. Esta visão de crescimento emergiu após a Segunda Guerra Mundial, e originou um mundo rico, porém ameaçado pelo esgotamento dos recursos não renováveis e, assim, destinado ao empobrecimento face a falta de atenção dos gestores públicos. O conceito de desenvolvimento sustentável surge a partir do relatório de Brundtland, em 1987 (Comisión Mundial Del Medio Ambiente Y Del Desarrollo CMMAD, 1991), a partir do qual se difunde a ideia de que para ser sustentável o desenvolvimento necessita compatibilizar crescimento econômico com distribuição de riqueza e preservação ambiental.

De acordo com o conceito proposto, o desenvolvimento sustentável é, então, aquele que satisfaz as necessidades da geração presente, sem comprometer o bem-estar das gerações futuras, bem como a possibilidade dessas atender a suas próprias necessidades. Desta forma gera-se uma transformação progressiva da economia e da sociedade, o que aumenta seu potencial produtivo e assegura oportunidades iguais a todos (CAPORAL, 2007).

¹ Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/PR). Especialista em Gestão de Cidades pelo Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (UDC/PR). Especialista em Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER/PR). Mestrando em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/PR).

² Graduado em Agronomia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Mestrado em Agro ecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Doutorado em Agronomia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). É professor Associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/PR) nos cursos de Graduação em Agronomia e Zootecnia, e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – PPGDRS.

³ Graduada em Administração pela Faculdade de Educação Ciências e Letras de Cascavel (FECIVEL), Mestra em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina e Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atua na Graduação em Administração e no Programa de Pós-Graduação de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

⁴ Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/PR). Especialista em Auditoria e Controladoria pelo Centro Universitário Cesumar (CESUMAR/PR). Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/PR).

Artigo publicado na Revista Informe GEPEC da Unioeste.

O modelo atual de desenvolvimento econômico provocou forte impacto na natureza, pois esta é tratada como mera mercadoria, e não há preocupação com sua preservação e regeneração. O objetivo é apenas o lucro, o que torna, portanto, um modelo insustentável.

O desenvolvimento rural sustentável aborda, em seu conceito, a gestão do desenvolvimento sob uma visão territorial. Inicia-se com a análise dinâmica e integral das dimensões econômica, sociocultural, ambiental e político-institucional, e busca promover o bem-estar da sociedade rural, assim como potencializar sua contribuição estratégica à sustentabilidade econômica da sociedade (SEPULVEDA, 2008).

Neste contexto, o desenvolvimento rural sustentável deve ser levado em consideração na formulação de estratégias e políticas públicas que conduzam ao desenvolvimento territorial em regiões rurais.

Para a formulação de políticas públicas é necessário que os gestores da Administração Pública mapeiem o ambiente em que desejam implementá-la e identifiquem as oportunidades. Uma vez mapeados os melhores rumos para a ação, a administração deve optar pelo caminho com maior chance de sucesso.

Após o processo de esboço e formulação, as políticas públicas desdobram-se em planos, projetos, base de dados e pesquisas que serão posteriormente colocadas em andamento, tornando possível seu acompanhamento e avaliação (SOUZA, 2003).

No Brasil, na última década, surgiram políticas públicas, organizações não governamentais, conselhos, grupos de estudos e instituições voltadas a pensar, planejar e promover o desenvolvimento comprometido com a sustentabilidade.

O Governo do Estado do Paraná definiu, em seus Planos Plurianuais (PPA) de 2008 a 2011 (Lei n.º 15.757/2007) e 2012 a 2015 (Lei n.º 17.013/2011), programas voltados ao desenvolvimento rural e a preservação do meio ambiente, e definiu as premissas básicas para o desenvolvimento sustentável, são essas: a mitigação de gases de efeito estufa; ações de conservação e recuperação da biodiversidade; inovação tecnológica; o foco no mercado; a sustentabilidade; a integração com entidades; o desenvolvimento regional e o apoio à agricultura familiar.

As metas propostas pelo Estado têm o objetivo de desenvolver o ambiente rural para aumentar a renda e a rentabilidade, preservar o meio ambiente, melhorar a qualidade de vida e promover, assim, a segurança alimentar e nutricional da população rural e urbana.

Entender como o Estado do Paraná trata a questão do desenvolvimento rural sustentável, por meio de suas ações dispostas nos instrumentos de planejamento e

de sua execução orçamentária, revela seu comprometimento com a sustentabilidade no meio rural. Justifica-se, portanto, o estudo, dado que este gerou informações úteis para os atores envolvidos com o meio rural, e serve como base para a sociedade civil exigir do estado mais engajamento com as políticas relacionadas ao desenvolvimento rural sustentável.

Também contribui para que os agentes formuladores de políticas públicas possam ajustar suas ações e, dessa maneira, com o uso eficaz do orçamento destinado ao desenvolvimento rural sustentável, maximizem seus resultados.

Em vista destes argumentos, o estudo respondeu à seguinte questão: Qual a eficácia das políticas públicas do Estado do Paraná para o Desenvolvimento Rural Sustentável?

Este artigo encontra-se estruturado em cinco seções, incluindo a introdução. Na segunda seção, portanto, estão os fundamentos teóricos que auxiliam a analisar a eficácia da política pública voltada ao Desenvolvimento Rural Sustentável. Na terceira são apresentados os aspectos metodológicos utilizados nesta pesquisa. Na seção quatro têm-se os resultados e discussões gerados pelo trabalho e, por fim, as considerações e recomendações finais.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

De modo geral, nos dicionários a palavra sustentável significa “realizado de forma a não esgotar os recursos naturais nem causar danos ambientais”. O termo é originário do latim *sus-tenere* e significa “sustentar, suportar ou manter”.

Em meados da década de 1980 o termo passou a ser empregado com grande frequência, mas as preocupações com os problemas ambientais já existiam e eram debatidos desde os anos 60. Em 1968, o empresário italiano Aurelio Peccei, presidente honorário da Fiat, e o cientista escocês Alexander King se uniram para promover um encontro, no qual seria discutido o futuro das condições humanas no planeta.

A ideia do encontro era convidar personalidades da época para avaliar questões de ordem política, econômica e social com relação ao meio ambiente. A primeira reunião, portanto, aconteceu em uma pequena vila em Roma. Porém, o trabalho mais importante realizado pelo Clube de Roma ocorreu em 1972, quando o grupo, com o auxílio de pesquisadores do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), elaborou um relatório intitulado “Os Limites do Crescimento”.

Este estudo concluiu que se continuasse a serem utilizados os recursos naturais de maneira irresponsável, estes se esgotariam em menos de 100 anos, previsão que gerou grande repercussão na época (PORTAL DA EDUCAÇÃO, 2016).

Ainda em 1972, outro importante evento foi realizado, desta vez em Estocolmo, com o objetivo de conscientizar a sociedade a melhorar a relação com o

meio ambiente e assim atender às necessidades da população presente sem comprometer as gerações futuras.

Este evento é reconhecido como a primeira mobilização mundial visada a preservar o meio ambiente, e através dele surgiu, em 1987, a definição de desenvolvimento sustentável oficializado no Relatório de Brundtland, da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento. O documento o define como aquele que atende às necessidades das gerações atuais, sem comprometer as possibilidades das gerações futuras atenderem suas necessidades (CMMAD, 1992).

No Brasil, 27 anos depois de Estocolmo, 1999, cria-se o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), que uniu em sua estrutura a política de reforma agrária, e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que anteriormente estava atrelado ao Ministério da Agricultura.

Associadas ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e a outros ministérios, são estabelecidas secretarias com a função de traçar novas estratégias para enfrentar os problemas vivenciados no campo brasileiro. Entre elas, cabe ressaltar a Secretaria de Desenvolvimento Territorial, a Secretaria da Agricultura Familiar, a Secretaria Nacional de Economia Solidária e a Secretaria de Reordenamento Agrário.

De acordo com o MDA (2010), essas secretarias têm como missão consolidar o conjunto da agricultura familiar, desenvolvendo os territórios de forma sustentável por meio da valorização humana e da política. Além disso, tais secretarias possuem o compromisso de prezar pelos desejos e anseios das organizações sociais, e nortear-se pelos princípios da descentralização, da democracia e da participação social.

Sobre isso, Silva considera que (2015, p.158), “novas perspectivas surgem no Brasil para a gestão das políticas públicas e dos recursos naturais, as quais primam pela participação conjunta dos diferentes setores da sociedade na discussão, articulação e, conseqüentemente, na ação conjunta com os órgãos de gestão”.

Neste contexto, a Administração Pública é entendida como um conjunto de órgãos públicos que objetiva gerenciar os recursos públicos (financeiros, materiais ou serviços) de maneira que atenda à demanda da sociedade. Para Araújo e Arruda (2009, p. 4), “a administração pública é o conjunto coordenado de funções que visam à boa gestão da coisa pública, de modo a possibilitar que os interesses da sociedade sejam alcançados”.

E, ainda segundo Kohama (2010, p. 9 apud Meireles, 2000, p. 59), “administração Pública é todo o aparelhamento do Estado, preordenado à realização de seus serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas”.

Ela é, então, responsável por cumprir o papel de realizar o bem comum, através do serviço público, com a finalidade de cumprir as funções básicas do Estado, em atendimento às necessidades coletivas de maneira eficaz, ou seja, gerar

resultados positivos que levem ao desenvolvimento, qualidade de vida e gestão adequada dos recursos dos orçamentos públicos.

Por sua vez, o Orçamento Público é a programação de caráter primordial que estima a receita e fixa a despesa para o mesmo exercício, que é apresentado em forma de lei por iniciativa do Poder Executivo e aprovado pelo Poder Legislativo. Pode-se afirmar que o orçamento é um processo pelo qual a administração pública elabora, descreve, executa e avalia o cumprimento do programa de governo, para um período orçamentário (KOHAMA, 2010).

Orçamento público, também conhecido como orçamento-programa, é a materialização do planejamento do Estado, tanto nas ações de rotina quanto nas ações com início, meio e fim, e caracteriza-se como o instrumento do Poder Público para expressar seus programas de atuação (ANDRADE, 2010).

O orçamento-programa, quando bem elaborado, se torna um instrumento de planejamento e deixa de ser apenas um documento formal, representando assim, a evolução do controle preventivo dos recursos públicos.

O Planejamento Orçamentário é, portanto, o meio pelo qual a Administração Pública deve buscar a melhor forma para empregar os recursos públicos arrecadados com a finalidade de minimizar eventuais problemas econômicos e sociais existentes.

A elaboração do planejamento deve ser realizada antecipadamente às ações que serão executadas pela Administração Pública. O planejamento envolve a decisão quanto aos objetivos, recursos e políticas sobre aquisição, utilização e disposição desses recursos (ARAÚJO e ARRUDA, 2009). Para Silva (2009, p. 173), “o processo de elaboração e discussão dos instrumentos de planejamento deve ser capaz de expressar com maior veracidade a responsabilidade do Governo para com a sociedade”. No Brasil, os instrumentos de planejamento são estabelecidos através do art. 165 da Constituição Federal de 1988 (CF, 88), são eles: a Lei do Plano Plurianual (PPA); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); e a Lei do Orçamento Anual (LOA).

O PPA é um instrumento de planejamento estratégico das ações governamentais para um período de quatro anos. Este instrumento tem em sua gênese o comprometimento com o desenvolvimento sustentável da administração pública, e deve apresentar, claramente, os resultados pretendidos pelo administrador público que o elabora (NASCIMENTO, 2008).

Segundo Araújo e Arruda (2009), o PPA consiste em um plano de médio prazo, através do qual se procura ordenar as ações do governo que podem alcançar os objetivos e as metas fixados para um período de quatro anos. O PPA é estruturado em programas que são a base da organização da ação governamental, estes programas reúnem um conjunto de ações que visam alcançar os objetivos propostos para determinada área.

Para conceber um programa a Administração Pública, deve-se identificar as causas do problema a ser solucionado ou as necessidades sociais a serem atendidas, na sequência é gerado, portanto, um conjunto de iniciativas ou ações que combatam aos problemas ou atendam às necessidades anteriormente identificadas (ROSA, 2011).

A LDO é o instrumento que orienta a elaboração dos orçamentos anuais, e deve ser adequada às diretrizes, aos objetivos e às metas estipuladas pelo governo, através do PPA. Em seu artigo 4º. a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC n.º 101/00), estabelece que a LDO tratará do equilíbrio entre as receitas e as despesas, dos critérios e das formas de limitação de empenho, e outras providências quanto às normas de controle de custos e exigências para transferências de recursos às entidades públicas e privadas. Portanto, a LDO tem papel fundamental no processo orçamentário brasileiro, e serve como elo entre o PPA e as leis orçamentárias anuais (NASCIMENTO, 2008).

A despesa pública caracteriza-se por toda saída de recurso público ou todo pagamento realizado para quitar os compromissos previstos na Lei Orçamentária ou em lei especial. Saídas, desembolsos ou dispêndios são expressões sinônimas de despesa, e devem ser classificados como despesa orçamentária e despesa extra orçamentária (ANGÉLICO, 1989).

Os procedimentos adotados na efetivação da despesa pública são de grande importância para a Administração Pública, pois podem resguardá-la de possíveis erros, fraudes ou desvios (ANGÉLICO, 1989).

A lei que trata das previsões de receita e da fixação das despesas é a Lei Orçamentária Anual (LOA), e deve ser elaborada de acordo com o PPA, com a LDO e com as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal, com a finalidade de tornar viável a efetivação das ações planejadas no PPA, assim como de possibilitar a análise e o desempenho da execução orçamentária das administrações públicas.

A Constituição Federal de 1988 em seu art. 165, § 3º, estabelece que o poder executivo deverá publicar até 30 dias após o encerramento de cada bimestre o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), no qual são apresentados o balanço orçamentário e o conjunto de três demonstrativos, sendo um de execução da Receita e dois de execução da despesa, conforme as normas previstas na LRF (LC n.º 101/00).

No Estado do Paraná, a Lei n.º 17.013 de 14 de dezembro de 2011 (PPA 2012-2015) conta, em sua estrutura, com 21 Programas Finalísticos, 4 Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, além das Obrigações Especiais, 370 Iniciativas que envolvem 28 órgãos e, por fim, 122 Unidades Orçamentárias, que orientam todas as ações nas diferentes áreas de atuação, para a manutenção e o desenvolvimento estadual.

Os programas descritos no PPA de 2012 a 2015, sob a responsabilidade da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SEAB) e da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), apresentam de forma excepcional as necessidades a serem trabalhadas pelo Estado do Paraná, com vista ao crescimento e o desenvolvimento rural de forma sustentável.

Neste contexto, o papel dos gestores públicos é garantir que as políticas públicas sejam executadas de maneira eficaz, pois de acordo com Camargo (2013), a eficácia é instrumental na medida em que através dela é que se mantém a relação com os meios e instrumentos empregados pelos gestores públicos para cumprir o que foi previsto em seus programas. Para medir esta eficácia, faz-se necessário estabelecer indicadores avaliativos vinculados a área pública.

Gomes e Salas (1997) consideram que o uso de indicadores permite avaliar, de maneira simplificada, o desempenho da Administração Pública, mediante o uso da análise de desvios ou percentuais obtidos da diferença entre os objetivos iniciais e os resultados alcançados. Com base nos indicadores gerados é possível construir um índice, que para Shields et al. (2002), revela o estado de um sistema ou fenômeno observado.

Corroborando Conto (2008) que no setor público as metas e objetivos relacionados a prestação de serviços à sociedade devem ser avaliados com base em indicadores, tais como a eficiência, eficácia, legalidade, economicidade e satisfação do usuário. Os indicadores, portanto, servem para subsidiar o processo decisório com informações de qualidade ao longo da execução das políticas públicas. Destarte, acompanhar a eficácia da utilização do dinheiro público em prol da sociedade é fundamental para garantir a sustentabilidade do planeta.

3. METODOLOGIA

Este estudo é de cunho descritivo e orientação dedutiva. O corte realizado para análise do estudo foi longitudinal no período de 2010 a 2013, e considerou a evolução dos dados no tempo conforme demonstrado na figura 1.

Figura 1- Apresentação do período da análise do estudo.



Fonte: Elaborado pelos autores

Para a realização das análises foi necessário analisar os Planos Plurianuais

do Governo do Estado do Paraná de 2008 a 2011 (Lei n.º 15.757 de 27 de dezembro de 2007) e de 2012 a 2015 (Lei n.º 17.013 de 14 de dezembro de 2011). A análise foi desenvolvida no período compreendido entre 2010 a 2013, e utilizou os dois últimos anos da PPA de 2008-2011, bem como os dois primeiros do PPA de 2012-2015.

Os dados utilizados são todos de fontes secundárias, dados já registrados, que foram retirados de páginas oficiais do governo do Estado do Paraná e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Além disso, foram coletados os Planos Plurianuais, as Leis Orçamentárias Anuais, e os Demonstrativos da Execução Física e Financeira, dentro do período de 2010 a 2013. Portanto, o estudo é de cunho quantitativo.

De acordo com Richardson et al. apud Lakatos e Marconi (2010), o método quantitativo revela-se pelo emprego da quantificação tanto na coleta de informações quanto no tratamento destas, e também conforme Sabino apud Lakatos e Marconi (2010) a análise quantitativa se dá através de toda informação numérica resultante da investigação que apresentam-se como um conjunto de quadros, tabelas e medidas”. Os dados coletados foram categorizados e tabulados em planilhas eletrônicas e tratados por estatística descritiva.

Na análise dos dados considerou-se apenas os recursos destinados às funções Gestão Ambiental, Agricultura e Organização Agrária, de acordo com a Portaria no 42, de 14 de abril de 1999, do então Ministério do Orçamento e Gestão (MOG) em suas funções e subfunções apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1 - Classificação funcional da despesa das áreas analisadas.

FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO
18 - Gestão Ambiental	541 - Preservação e Conservação Ambiental 542 - Controle Ambiental 543 - Recuperação de Áreas Degradadas 544 - Recursos Hídricos 545 - Meteorologia
20 - Agricultura	605 - Abastecimento 606 - Extensão Rural 607 - Irrigação 608 - Promoção da Produção Agropecuária 609 - Defesa Agropecuária
21 - Organização Agrária	631 - Reforma Agrária 632 – Colonização

Fonte: Portaria MOG no 42, de 14 de abril de 1999, publicada no DOU de 15 de abril de 1999

Esta estrutura apresenta a soma da execução das despesas referentes a transferências de recursos e gastos diretos do governo. Esta classificação é obrigatória no âmbito dos Municípios, dos Estados, do Distrito Federal e da União, o que permite a consolidação nacional dos gastos do setor público. Com esta estrutura definida, foi possível utilizar a Lei Orçamentária Anual (LOA) e o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) para segregar os dados do período de 2010 a 2013 do Governo do Estado do Paraná.

Tabela 2 - Órgãos responsáveis pelas funções pesquisadas.

Funções (Portaria nº 42/99)	Órgão Responsável
18 - Gestão Ambiental	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA
20 - Agricultura	Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento -SEAB
21 - Organização Agrária	Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento -SEAB

Fonte: Portaria MOG no 42, de 14 de abril de 1999 e site oficial do Governo do Paraná

A Tabela 2 apresenta as funções pesquisadas e as secretarias responsáveis, sendo que as funções 20 (Agricultura) e 21 (Organização Agrária) estão sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (SEAB) e, por sua vez, a função 18 (Gestão Ambiental) está sob a responsabilidade da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA).

A análise dos dados avaliou o proposto através dos Planos Plurianuais, bem como verificou o valor destinado para as funções e os recursos utilizados durante a execução orçamentária no período de 2010 a 2013 pelo Governo do Estado e, por fim, analisou a eficácia de suas políticas ao Desenvolvimento Rural Sustentável.

Foram utilizadas fórmulas matemáticas simples, como razões, para a elaboração dos indicadores. Essas razões são apresentadas junto às etapas do trabalho descritas no Quadro 1.

Quadro 1 - Etapas do trabalho de pesquisa.

<p>Etapa 1</p>	<p>Nesta etapa foram selecionados os Planos Plurianuais e, posteriormente, segregados os dados de acordo as funções selecionadas e o corte transversal de 2010 a 2013. Como resultado, esta etapa gerou um indicador de variação do Plano Plurianual no período estudado, conforme a seguinte equação:</p> <p>Indicador de Variação do Plano Plurianual</p> $IVPPA = \frac{(PPA\ 2010 + PPA\ 2011)}{(PPA\ 2012 + PPA\ 2013)} - 1$
<p>Etapa 2</p>	<p>Na segunda etapa foram selecionados valores referentes às funções 18, 20 e 21 e sua participação em cada ano no Plano Plurianual, o que gerou o indicador de participação das funções anuais e a média de participação das funções no PPA do período. Para obter estes resultados foram utilizadas as seguintes equações:</p> <p>Indicador de Participação das Funções do PPA</p> $IPFPPA_a = \frac{PPA\ Funções\ anual}{PPA\ anual} \times 100\%$ <p>Média de Participação das Funções do PPA</p> $MPFPPA = \frac{IPFPPA\ 2010 + IPFPPA\ 2011 + IPFPPA\ 2012 + IPFPPA\ 2013}{N^{\circ}\ Períodos}$
<p>Etapa 3</p>	<p>A terceira etapa iniciou-se com as informações selecionadas nos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO) do período de análise, nos quais comparou-se o valor final do orçamento geral com os valores finais para as funções 18, 20 e 21. Esta etapa originou o indicador de participação final anual e a média de participação final das funções no orçamento. Para obter estes resultados foram utilizadas as seguintes equações:</p> <p>Indicador de Participação Final das Funções no Orçamento</p> $IPFFO_a = \frac{Dotação\ Final\ das\ Funções\ anual}{Orçamento\ Final\ anual} \times 100\%$ <p>Média de Participação Final das Funções do Orçamento</p> $MPFFO = \frac{IPFFO\ 2010 + IPFFO\ 2011 + IPFFO\ 2012 + IPFFO\ 2013}{N^{\circ}\ Períodos}$
<p>Etapa 4</p>	<p>A quarta etapa apresenta, de acordo com o RREO, o valor final do orçamento estadual e o valor executado no período. Com estes dados foi possível criar o indicador de execução do orçamento anual e a média de execução global do orçamento. Para obter estes resultados foram utilizadas as seguintes equações:</p> <p>Indicador de Execução Global do Orçamento</p> $IEGO_a = \frac{Valor\ Executado\ anual}{Orçamento\ Final\ anual} \times 100\%$ <p>Média de Execução Global do Orçamento</p> $MEGO = \frac{IEGO\ 2010 + IEGO\ 2011 + IEGO\ 2012 + IEGO\ 2013}{N^{\circ}\ Períodos}$
<p>Etapa 5</p>	<p>A quinta etapa segregava os valores relacionados com as funções estudadas no período, de acordo com o RREO. Foram analisados os orçamentos finais em relação às execuções realizadas para as funções 18, 20 e 21. Esta etapa possibilitou a criação do indicador de execução do orçamento anual e o índice de execução global das funções no orçamento do</p>

	<p>Estado do Paraná. Para obter estes resultados foram utilizadas as seguintes equações:</p> <p>Indicador de Execução Orçamentária das Funções</p> $IEOFa = \frac{\text{Valor Executado p/ Funções anual}}{\text{Orçamento Final das Funções anual}} \times 100\%$ <p>Média de Execução Orçamentária das Funções</p> $MEOF = \frac{IEOF\ 2010 + IEOF\ 2011 + IEOF\ 2012 + IEOF\ 2013}{N^{\circ}\ \text{Períodos}}$
<p>Etapa 6</p>	<p>A sexta etapa agrupou em um quadro os indicadores de participação das funções no PPA, o indicador de participação das funções na LOA, o indicador de execução global do orçamento do estado e o indicador de execução das funções. Neste quadro são apresentados os valores por período e a média do período pesquisado. Com base nas informações geradas pela média da execução global do orçamento e a média da execução orçamentária das funções, foi possível gerar o índice de eficácia das funções 18, 20 e 21. Para obter este resultado foi utilizado a seguinte equação:</p> <p>Índice de Eficácia da Execução Orçamentária das Funções</p> $IEEOF = \frac{MEOF}{MEGO}$
<p>Etapa 7</p>	<p>A sétima etapa apresenta os indicadores de participação, o indicador de execução global e indicador de execução do orçamento de maneira gráfica, no qual se verifica a eficácia da política pública voltada ao Desenvolvimento Rural Sustentável.</p>

Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na primeira etapa do estudo selecionou-se os Planos Plurianuais e, posteriormente, foram segregados os dados de acordo com as funções entre 2010 e 2013. O resultado, desta etapa gerou um indicador de variação no período estudado.

Tabela 3 - Valores previstos nos Planos Plurianuais do Governo do Estado do Paraná.

Plano Plurianual	Valor Previsto (R\$)	IVPPA
2010/2011	49.513.706.628,00	
2012/2013	68.164.087.831,33	37,67%

Fonte: Planos Plurianuais do Governo do Estado do Paraná de 2008 a 2011 - Lei n.º 15.757 de 27 de dezembro de 2007 e 2012 a 2015 - Lei n.º 17.013 de 14 de dezembro de 2011

De acordo com a Tabela 3, obteve-se a variação global do PPA de 2012 a 2015 em relação ao PPA de 2008 a 2011. O indicador de variação do PPA no período foi de 37,67%. Vale ressaltar que os valores apresentados pelo PPA refletem uma previsão de longo prazo do Estado do Paraná. Tais planejamentos são realizados nos anos anteriores à publicação da lei, com base na projeção de crescimento da economia do estado. Estes valores apresentados pelo PPA servem como referência para a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Os programas relacionados ao Desenvolvimento Rural Sustentável no Estado do Paraná tiveram sua nomenclatura alterada, mas suas ações descrevem o mesmo

rol de atividades nos dois PPAs avaliados, conforme segue apresentado na Tabela 4.

Tabela 4 - Nomenclatura dos programas voltados ao ambiente rural de 2008 a 2015 (em reais).

PPA	Nome do Programa	Órgão Responsável	Valor Previsto(R\$)	IVPPA
2008 – 2011	Diversificação da Agropecuária e Fortalecimento do Agronegócio Familiar	Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento	1.301.117.120,00	
2008 – 2011	Preservação Ambiental e Gestão de Recursos Hídricos	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	614.776.110,00	
2012 – 2015	Desenvolvimento Rural Sustentável e Abastecimento	Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento	1.724.991.091,00	
2012 – 2015	Paraná Sustentável	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	298.402.889,00	5,61%

Fonte: Planos Plurianuais do Governo do Estado do Paraná de 2008 a 2011 - Lei n.º 15.757 de 27 de dezembro de 2007 e 2012 a 2015 - Lei n.º 17.013 de 14 de dezembro de 2011

Os valores agrupados da participação da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SEAB) e da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), bem como os dados referentes ao PPA de 2008 a 2011, foram coletados conforme apresentados na tabela acima.

Já os dados referentes ao PPA de 2012 a 2015 (Lei nº 17.013/2011) e seus anexos, não apresentam os valores estimados ano a ano, apenas evidenciaram-se os valores unitários previstos para 2012. Para determinar o valor de 2013, dividiu-se o saldo residual de forma igualitária pelos três anos restantes.

Apresenta-se, nesta tabela, os valores globais destinados às funções que são objetos deste estudo, entre o PPA de 2008-2011 e o PPA de 2012-2015, neste período, o indicador de variação do PPA para as funções foi de 5,61%. Todavia, este percentual não acompanha a variação da previsão total do PPA do Governo do Estado do Paraná para o mesmo período, conforme demonstrado na Tabela 3.

Na segunda etapa desta pesquisa estão segregados os dados que compõem o objeto da análise, com o objetivo de criar os indicadores anuais de participação das funções em geral, assim como a média de participação das funções (18, 20 e 21), pesquisadas no Plano Plurianual, conforme segue apresentado na Tabela 5.

Tabela 5 - Indicadores anuais e média de participação das funções 18, 20 e 21 no Plano Plurianual do Estado do Paraná.

Ano	PPA Paraná (100%)(R\$)	PPA Funções 18; 20 e 21(R\$)	IPFPPA(anual)
2010	24.254.577.258,00	517.509.810,00	2,13%
2011	25.259.129.370,00	500.077.840,00	1,98%
2012	32.449.758.790,00	466.805.700,00	1,44%
2013	35.714.329.041,33	518.862.760,00	1,45%
Média de participação das funções no PPA			1,75%

Fonte: Planos Plurianuais do Governo do Estado do Paraná de 2008 a 2011 - Lei n.º 15.757 de 27 de dezembro de 2007 e 2012 a 2015 - Lei n.º 17.013 de 14 de dezembro de 2011

Os valores apresentados na Tabela 5 foram agrupados de acordo com o período. Nota-se que a maior variação de participação foi verificada em 2010, com o valor de 2,13% em relação ao PPA global do Estado do Paraná. A média de participação das funções no período ficou em 1,75%.

A terceira etapa inicia-se pela análise da participação das funções pesquisadas na Lei Orçamentária Anual, pois, uma vez apresentados os dados referentes aos PPAs do Governo do Estado e das funções pesquisadas para o período, faz-se necessário entender como estes valores propostos através do Plano Plurianual foram alocados na LOA anualmente.

Para tanto, utilizou-se os dados do Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento, de acordo com as regras da Lei Complementar n.º 101/00.

O relatório em questão apresenta o orçamento inicial, o orçamento programado, o saldo a programar, o total orçamentário, o valor empenhado, o valor pago e o cálculo do percentual de execução do total orçamentário em relação aos recursos empenhados. Para a realização desta análise foram utilizados como base o orçamento total e os valores empenhados, conforme Tabela 6 a seguir.

Tabela 6 - Indicadores anuais e a média de participação das funções 18, 20 e 21 no orçamento final do Estado do Paraná.

Ano	Orçamento (Final) Estado do Paraná (R\$)	Dotação (Final) Funções (18; 20;21) (R\$)	IPFFO (anual)
2010	24.154.724.671,00	517.935.902,00	2,14%
2011	26.423.314.691,00	571.857.232,00	2,16%
2012	31.222.035.681,00	678.341.946,00	2,17%
2013	36.719.289.121,00	755.660.180,00	2,06%
Média de participação final das funções no orçamento			2,13%

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO2010 a 2013

Na tabela 6 encontra-se o total registrado no orçamento final para o período de 2010 a 2013 do Governo do Estado do Paraná, que foi de R\$ 118.519.364.164,00 (cento e dezoito bilhões, quinhentos e dezenove milhões, trezentos e sessenta e quatro mil e cento e sessenta e quatro reais), assim como o valor de R\$ 2.523.795.260,00 (dois bilhões, seiscentos e quinhentos e vinte e três milhões, setecentos e noventa e cinco mil e duzentos e sessenta reais) das funções 18, 20 e 21.

De acordo com os dados apresentados, a média de participação final das funções no orçamento foi de 2,13% no período, indicando que o percentual de participação no orçamento aumentou 21,71% em relação ao previsto no PPA (Tabela 5).

A quarta etapa apresenta, de acordo com o RREO, o valor final do orçamento estadual e o valor executado no período. Com estes dados foi possível criar o indicador anual e a média de execução do orçamento global.

Tabela 7 - Indicadores anuais e a média de execução do orçamento global do Estado do Paraná.

Ano	Orçamento (Final) Estado do Paraná (R\$)	Valor Executado (R\$)	IEGO (anual)
2010	24.154.724.671,00	22.177.333.286,00	91,81%
2011	26.423.314.691,00	24.597.278.589,00	93,09%
2012	31.222.035.681,00	28.490.682.393,00	91,25%
2013	36.719.289.121,00	32.047.015.545,00	87,28%
Média de execução global do orçamento			90,86%

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO do Estado do Paraná

Na tabela 7 evidenciam-se os valores executados pelo Estado do Paraná no período analisado. O ano de 2013 apresentou o menor indicador de execução 87,28%, enquanto a média de execução global do orçamento estadual foi de 90,86%, ou seja, a cada R\$ 100,00 (cem reais) previstos para a despesa geral do estado foram gastos R\$ 90,86 (noventa reais e oitenta e seis centavos).

Na quinta etapa são evidenciados os valores finais e os valores executados para as funções pesquisadas. A tabela 8 apresenta os valores finais destinados na LOA, referente às funções 18, 20 e 21.

Tabela 8 - Indicadores anuais e a média de execução das funções 18, 20 e 21 no orçamento do Estado do Paraná.

Ano	Orçamento LOA (Funções 18; 20; 21) (R\$)	Executado LOA (Funções 18; 20; 21) (R\$)	% Participação
2010	517.935.902,00	351.372.869,95	67,84%
2011	571.857.232,00	410.220.785,41	71,73%
2012	678.341.946,00	541.700.548,08	79,86%
2013	755.660.180,00	570.358.015,32	75,48%
Média de execução orçamentária das funções			73,73%

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO do Estado do Paraná

No ano de 2010 constatou-se o menor indicador de execução, 67,84%. Vale ressaltar que a média da execução orçamentária para as funções estudadas foi de 73,73%, isto significa que de cada R\$ 100,00 (cem reais) previstos para as despesas voltadas ao Desenvolvimento Rural Sustentável foram executados apenas R\$ 73,73 (setenta e três reais e setenta e três centavos).

A sexta etapa apresenta os indicadores de participação das funções no PPA e na LOA, assim como o indicador de execução global do orçamento do estado e o indicador de execução das funções. Na tabela 9, são apresentados os indicadores anuais e as médias geradas no período de estudo.

Tabela 9 - Indicadores e Índices gerados com base nos PPAs, LOAs e RREOs do Estado do Paraná.

	2010	2011	2012	2013	Média
Indicador de participação das funções 18, 20 e 21 no PPA	2,13%	1,98%	1,44%	1,45%	1,75%
Indicadores de participação das funções 18, 20 e 21 na LOA	2,14%	2,16%	2,17%	2,06%	2,13%
Indicador de execução do orçamento global do Estado Paraná	91,81 %	93,09 %	91,25 %	87,28 %	90,86 %
Indicador de execução das funções 18, 20 e 21 no orçamento do Estado do Paraná	67,84 %	71,73 %	79,86 %	75,48 %	73,73 %

Fonte: Elaborado pelos autores de acordo com os Planos Plurianuais 2008 a 2011; 2012 a 2015 e Leis Orçamentárias Anuais e Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO do Estado do Paraná

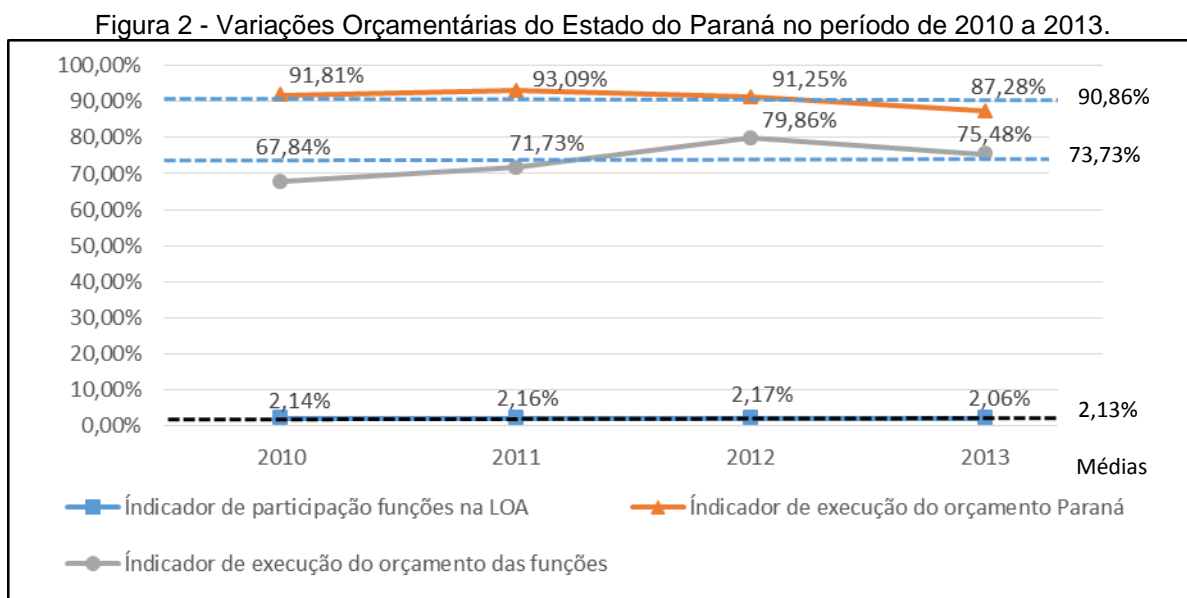
Com a média de execução global do orçamento (MEGO) e a média de execução orçamentária das funções (MEOF), foi possível encontrar o Índice de Eficácia da Execução Orçamentária das Funções (IEEOF).

Quando o quociente deste for superior a 1, significa que a execução orçamentária das funções é superior à execução da despesa global do orçamento. Se o resultado do quociente for igual a 1, haverá equilíbrio, pois, a quantidade executada nas funções objetos deste estudo será igual às executadas no orçamento global.

Além disso, se, finalmente, o quociente for menor que 1, significa uma execução abaixo do índice global da execução do orçamento.

No período estudado, este IEEOF apresentou o valor de 0,81, o que significa que o Estado do Paraná tem executado seus orçamentos voltados ao Desenvolvimento Rural Sustentável de maneira pouco eficiente, pois este deveria ser executado, no mínimo, na mesma proporção do orçamento global do Estado.

Na sétima etapa, descrita a seguir, apresenta-se os indicadores de participação, os indicadores de execução global, os indicadores de execução do orçamento (de maneira gráfica) e suas médias, em que se verifica a eficácia da política pública voltada ao Desenvolvimento Rural sustentável. Como demonstrado na Figura 2:



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO 2010 a 2013.

A Figura 2 evidencia que a desproporcionalidade dos valores destinados às funções frente ao valor global não ocorreram somente no campo do planejamento, no qual, de acordo com os dados, constatou-se que os programas descritos no PPA 2012 a 2015, sob a responsabilidade da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SEAB) e da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), que tratam dos elementos que compõe as políticas públicas voltadas ao Desenvolvimento Rural Sustentável (funções 18; 20 e 21), tiveram um aumento de 5,61%.

Os resultados não acompanharam o aumento da previsão global para o Estado do Paraná, que foi estimado em 37,67%, conforme apresentado nas tabelas 3 e 4, mas também na execução orçamentária do período, conforme evidenciado pelo Índice de eficácia da execução orçamentária das funções (IEEOF) de 0,81.

A média de execução global do orçamento do Estado ficou em 90,86%, enquanto, a execução orçamentária das funções analisadas apresentou média de 73,73%, o que implicou em uma execução orçamentária do período de 18,85%, a menor em relação ao orçamento global.

Portanto, frente aos dados apresentados e em resposta à pergunta do estudo, demonstra-se que as políticas públicas voltadas ao Desenvolvimento Rural Sustentável não têm sido executadas de maneira eficaz, uma vez que, com base

nos dados extraídos dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO), os indicadores e médias apontam que essas não foram executadas na mesma proporção que o orçamento geral do Estado.

O índice de eficiência da execução orçamentária (IEEOF) para as funções abaixo de 1, evidencia que o Governo do Estado do Paraná não prioriza em suas execuções orçamentárias os planos projetados e os orçamentos propostos para o Desenvolvimento Rural Sustentável.

5. CONCLUSÕES

O Estado do Paraná tem como um de seus pilares econômicos a agricultura. Em seu Plano Plurianual de 2012 a 2015 é descrito um panorama da economia paranaense e uma breve avaliação de alguns resultados sociais recentes. Tal visão balizou a construção dos programas analisados nesta pesquisa, e durante a execução deste PPA, em 2013, o Estado do Paraná alcançou o posto de quarta maior economia do país.

Os planos do Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável têm um papel fundamental na consolidação desta posição no ranking, mas somente alcançarão sua eficácia quando os resultados e objetivos almejados pelo Governo do Estado do Paraná forem efetivamente colocados em prática na Lei Orçamentária Anual, e devidamente executados na mesma proporção do orçamento global do Estado, o que evitará o descompasso entre o planejamento e a execução das ações para o setor.

Esta pesquisa abordou um tema relevante para o Desenvolvimento Rural Sustentável, ao demonstrar como o Estado do Paraná trata a questão na dimensão do planejamento e da execução das políticas públicas. Como continuidade ao estudo apresentado, sugere-se que seja investigado o tratamento dado pelo Governo Federal para o Desenvolvimento Rural em seu orçamento anual, deste modo será possível avaliar se as ações do Governo Federal seguem o mesmo padrão do Estado do Paraná.

Destaca-se que ações voltadas ao Desenvolvimento Rural Sustentável necessitam de ações coordenadas entre as entidades públicas federais, estaduais e municipais. É primordial que elas apresentem resultados eficazes frente ao crescimento populacional e seu impacto na sustentabilidade do país.

Se os agentes públicos envolvidos entenderem sua importância no planejamento, na implantação, na execução e no controle de suas ações frente ao Desenvolvimento Rural Sustentável, o campo subsidiará a sustentabilidade da cidade e vice-versa. Em um mundo onde os recursos naturais vêm diminuindo e a população tende a aumentar cada vez mais, buscar o equilíbrio mantendo a qualidade de vida sustentável perpassa pela eficaz gestão dos recursos públicos.

Referências

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade pública na gestão municipal**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ANGÉLICO, João. **Contabilidade pública**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

ARAÚJO, Inaldo; ARRUDA, Daniel. **Contabilidade pública: Da Teoria à prática**. 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

BRASIL. Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964. **Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal**. Portal do Planalto. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm>. Acesso em: 09 ago. 2016.

_____. Lei Complementar n.º101, de 04 de maio de 2000. **Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências**. Portal do Planalto. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm> Acesso em: 28 agosto de 2016.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Portal do Planalto. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 28 jul. 2016.

CAMARGO, Francielle de O; GUIMARÃES, Klicia Maria S. **O Princípio da Eficiência na Gestão Pública**. Revista CEPPG, nº 28, 2013.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, Jose Antônio. **Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER-2007

COMISIÓN MUNDIAL DEL MEDIO AMBIENTE Y DEL DESARROLLO. **Nuestro futuro común**. Madrid: Alianza Editorial, 1991.

CONTO, Angelita Adriane de; GALANTE, Celso; OENNING, Vilmar. **Mensuração da Eficácia na Gestão de Recursos Públicos**. In: 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade, 2008, Gramado – Rs. Anais Gramado: CBC 2008.

GOMES, Josir Simeone; SALAS, Joan Maria Amat. **Controle de Gestão: uma abordagem contextual e organizacional**. São Paulo: Atlas, 1997.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública: Teoria e prática**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo; **Gestão Pública: tributação e orçamento; lei de responsabilidade fiscal; tópicos em contabilidade pública; gestão pública no Brasil,**

de JK a Lula; administração financeira e orçamentária; finanças públicas nos três níveis de governo, 1. ed. São Paulo, Saraiva, 2008.

PARANÁ, Lei n.º 15.757 de 27 de dezembro de 2007. **Institui o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2011**. Palácio do Governo em Curitiba, 2017.

_____, Lei nº 17.013 de 14 de dezembro de 2011. **Institui o Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015**. Palácio do Governo em Curitiba, 2011.

_____. LOA - **Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento - Exercício 2011**. Disponível em <http://www.sepl.pr.gov.br/arquivos/File/Arquivos%20PDF%20AAF/Demonstrativo_AFF_LOA_2011.pdf>. Acessado em 27 de janeiro de 2015.

_____. LOA - **Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento - Exercício 2012**. Disponível em <http://www.sepl.pr.gov.br/arquivos/File/Arquivos%20PDF%20AAF/Demonstrativo_AFF_LOA_2012.pdf>. Acessado em 27 de janeiro de 2015.

_____. LOA - **Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento - Exercício 2013**. Disponível em <http://www.sepl.pr.gov.br/arquivos/File/Arquivos%20PDF%20AAF/Demonstrativo_AFF_LOA_2013.pdf>. Acessado em 27 de janeiro de 2015.

PORTAL DA EDUCAÇÃO. **O Clube de Roma- 1972**. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/biologia/artigos/20122/o-clube-de-roma-1972>>. Acessado em 16 de setembro de 2016.

SEPL - Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral LOA - **Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento - Exercício 2010**. Disponível em <<http://www.fazenda.pr.gov.br/arquivos/File/Orcamento/AFF/AFF2010.pdf>>. **Acessado** em 29 de agosto de 2016.

SEPL - Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral LOA - **Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento - Exercício 2011**. Disponível em <<http://www.fazenda.pr.gov.br/arquivos/File/Orcamento/AFF/AFF2011.pdf>>. **Acessado** em 29 de agosto de 2016.

SEPL - Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral LOA - **Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento - Exercício 2012**. Disponível em <http://www.fazenda.pr.gov.br/arquivos/File/Orcamento/AFF/Demonstrativo_AFF_LOA_2012.pdf>. **Acessado** em 29 de agosto de 2016.

SEPL - Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral LOA - **Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento - Exercício 2013**. Disponível em <http://http://www.fazenda.pr.gov.br/arquivos/File/responsabilidade_fiscal/publicacoes/2013/20136B/anexo_ii_Funcao_SubFuncao.pdf>. **Acessado** em 29 de agosto de 2016.

SEPULVEDA, Sergio Silva; GUIMARÃES, Marcelo Duncan A. **Gestión de territorios rurales en Brasil** – San José, Costa Rica. IICA, 2008

SHIELDS, D.; SOLAR, S.; MARTIN, W. **The role of values and objectives in communicating indicators of sustainability.** *Ecological Indicator*, v. 2, n. 1-2, p. 149-160, nov. 2002.

SILVA, Nardel Luiz Soares; ZAMPIER, Igor Felipe; PASTORIO, Inês Terezinha; WAMMES, Leoni Terezinha; GREGOLIN, Marcos Roberto; SORNBERGER, Neimar Afonso. **Perfil dos Conselhos Municipais de Desenvolvimentos Rural Sustentável no território Centro-Sul do Paraná.** Colóquio - Revista do Desenvolvimento Regional. Taquara, v. 12, n. 2, p.177-186. Jul/dez 2015.

ROSA, Maria Berenice. **Contabilidade do setor público.** 1. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2011.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade Governamental: Um enfoque administrativo da nova contabilidade pública.** 8. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisa, **Caderno CRH 39**, pag.11-24, 2003.

4. PERSPECTIVAS E DISCUSSÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: SÃO FRANCISCO DE PAULA

SILVA, Naiara Machado da¹

STAUDT, Brandaly²

BRANDÃO, Felipe Grando³

1. INTRODUÇÃO

As linhas de estudo sobre desenvolvimento são múltiplas, especialmente ao se analisar as muitas esferas nas quais o tema pode ser abordado. Nesse sentido, torna-se fundamental evidenciar enfoques que extrapolem a visão comumente difundida, que coloca o desenvolvimento como um objetivo universal e o condiciona primordialmente à perspectiva econômica. Dallabrida (2011) define desenvolvimento como “um processo de mudança estrutural, situado histórica e territorialmente, caracterizado pela dinamização socioeconômica e a melhoria da qualidade de vida de sua população” (DALLABRIDA, 2011, p. 17).

Nessa perspectiva, o desenvolvimento não se apresenta como um estágio a ser galgado ou um modelo estático a ser seguido, mas, sim, como um processo. Já, na visão predominante, de um modo geral, não se distingue essa diversidade de contextos. Essa abordagem está explicitada nas palavras de Bresser Pereira: “O desenvolvimento econômico só começa quando um povo se torna uma *nação* e realiza sua revolução nacional e industrial, ou seja, sua Revolução Capitalista. É só a partir daí que acontece a melhoria sistemática do padrão de vida da população.” (PEREIRA, 2014, p. 55).

Entretanto, não se devem estabelecer verdades absolutas quando se trata sobre desenvolvimento, “Assim como a mundialização e a ocidentalização, das quais faz parte e que fazem parte dele, o desenvolvimento é complexo, ambivalente, ou seja, simultaneamente positivo e negativo.” (MORIN, 2013, p. 28). Conforme o autor, frequentemente o desenvolvimento é posto como uma fórmula-padrão, que ignora os contextos humanos e culturais, oferecendo o modelo ocidental como arquétipo universal para o planeta. E ressalta que “[...] uma grande parte das tecnologias “limpas” reside nos saberes ancestrais e nas comunidades marginais”. (MORIN, 2013, p. 44). De modo crítico, ele reconhece que:

¹ Mestranda em Ambiente e Sustentabilidade pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS – Unidade em São Francisco de Paula. naimss@gmail.com.

² Mestranda em Ambiente e Sustentabilidade pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS – Unidade em São Francisco de Paula. brandaly.staudt@gmail.com.

³ Mestre em Gestão Estratégica de Organizações pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI - Câmpus de Santo Ângelo. felipe.brandao@ufrgs.br.

O desenvolvimento capitalista certamente promoveu a ampliação das produções, das trocas, das comunicações; deu origem também a uma mercantilização generalizada, inclusive nos locais em que reinavam as cooperações, as solidariedades, os bens comuns não monetários, destruindo, com isso, numerosas redes de convivialidade. (MORIN, 2013, p. 68).

No que tange ao conceito de desenvolvimento, Saavedra (2014) o entende como complexo e em permanente evolução, mas ressalta que a própria utilização do termo, muitas vezes, remete ao fenômeno da desigualdade de poder entre os países no sistema internacional. Segundo ele, existe:

[...] grande diferença do sistema político mundial que se estrutura em torno dessa clara assimetria de poder entre uma minoria desenvolvida e poderosa diante de uma heterogênea maioria em vias de desenvolvimento e que outros denominam subdesenvolvidos (SAAVEDRA, 2014, p. 18).

Nesse sentido, Castro (1973)¹ relaciona o subdesenvolvimento não à insuficiência ou ausência de desenvolvimento, mas o caracteriza como um produto ou um subproduto do desenvolvimento, “uma derivação inevitável da exploração econômica, colonial ou neocolonial, que segue sendo exercida sobre diversas regiões do planeta [...]” (CASTRO, 1973 *apud* SAAVEDRA, 2014, p. 143).

A partir dessa diversidade de abordagens sobre desenvolvimento, busca-se no presente artigo suscitar algumas reflexões, particularmente, no que se refere a alternativas de desenvolvimento local e regional.

2. Desenvolvimento Regional: partindo de uma perspectiva local

Ao resgatar as mais importantes vertentes teóricas que tratam do desenvolvimento, a partir da década de 80, focadas na escala local, regional ou territorial, Dallabrida (2011) sinaliza que há elementos que são comuns aos três conceitos: “(1) refere-se a um processo de mudança estrutural localizado; (2) remete a uma responsabilidade fundamental à sociedade regional; (3) inclui a dinamização socioeconômica associada à melhoria da qualidade de vida da população.” (DALLABRIDA, 2011, p. 111). Nesse estudo, ele sintetiza os principais autores e obras que tratam do tema e, no seu entendimento, as definições referidas acima parecem indicar alguns parâmetros para o desenvolvimento regional.

Assim, busca-se discutir acerca de alternativas de desenvolvimento local e regional, partindo da perspectiva de atores do município de São Francisco de Paula, localizado no Rio Grande do Sul. Para tanto, utiliza-se de debates que emergiram em seminário com essa temática, promovido a partir do programa de pós-graduação

¹ José de Castro, proeminente intelectual, geógrafo e cientista político brasileiro, diretor da FAO 1952-1956 e representante do Brasil nas Nações Unidas em 1963, em: *El subdesarrollo Primera Causa de Contaminación. El Correo, enero 1973 (año XXVI), p. 20.*

da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), no Mestrado Profissional em Ambiente e Sustentabilidade. O estudo foi sistematizada através da gravação das explanações apresentadas pelos palestrantes, bem como das interações entre estes e o público presente, dados secundários, portanto, em uma abordagem qualitativa. A pesquisa constituiu-se por meio de uma análise crítica e descritiva. No que se refere às pesquisas descritivas “são incluídas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população” (GIL, 2002, p. 42).

Desse modo, visando a proporcionar maior familiaridade com o problema, optou-se por uma pesquisa exploratória e descritiva, pois, “As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática”. (GIL, 2002, p. 42). Buscou-se, assim, aprofundar as principais questões trazidas a partir das análises dos debates.

Contextualizando, a cidade em questão pertence à região fisiográfica Campos de Cima da Serra e fica localizada no extremo nordeste do Rio Grande do Sul (RS). Conforme o sítio institucional de São Francisco de Paula, suas origens remontam às incursões dos bandeirantes na região, que transformaram os índios caáguas, que ali estavam, em presas fáceis, sendo usados como mão-de-obra escrava. Estes indígenas, já por volta de 1700, estavam praticamente dizimados pelos bandeirantes e por doenças. No final do século XVIII, com a expansão da mineração na zona das Gerais, novamente os bandeirantes voltaram ao RS, a fim de buscar mulas para a zona mineradora e o Estado tornou-se o grande fornecedor de animais de tração para a atividade extrativa. Desse modo, o processo de ocupação dos Campos de Cima da Serra ocorreu com o transitar dos tropeiros, visto que a região estava no caminho das tropas. (SÃO FRANCISCO DE PAULA, 2014).

Conforme referem Krone e Menasche (2016):

Contudo, se a pecuária de corte e a produção de queijo têm sua importância para a economia local, ao longo das últimas décadas, vimos instalar-se na região dos Campos de Cima da Serra uma série de novas atividades econômicas. A região, que até então vivia preponderantemente da pecuária de corte extensiva, agora também comporta projetos de fruticultura e de reflorestamento. (KRONE E MENASCHE, 2016, p. 181).

Partindo desse histórico, distingue-se o município, que tem sua economia eminentemente baseada no setor primário. Essa tradição rural evidencia-se na própria geografia do município, que possui 3.274 km², embora conte com pouco mais de 21.000 (vinte e um mil) habitantes, e pode ser percebida nos discursos analisados. Dentre os palestrantes, em uma concepção mais conservadora, muitos vislumbram que o agronegócio é a principal alternativa para o desenvolvimento do município. Embora admitam que deve haver outras atividades, eles entendem que

os investimentos devem ser direcionados à produção rural em larga escala, visto ser esta que sustenta a economia.

No entanto, como ressalta Almeida (1997):

Nesta visão, o desenvolvimento é um processo considerado único, que leva do atrasado ao moderno, tendo portanto uma concepção linear. Este novo “modelo” moderno, “desenvolvimentista”, encampado pelos agricultores empresariais modernos, é o único possível e desejável (ALMEIDA, 1997, p. 41).

Em sua explanação, Manuel Rubem Valim, representante da Associação Rural de São Francisco de Paula, sediada há 82 na comunidade, enfatizou que a entidade está voltada ao desenvolvimento do agronegócio, fomentando e trazendo melhores condições e suporte, ao disponibilizar aos associados, por exemplo, profissionais como veterinário e agrônomo. Ele refere que, além da pecuária, principal atividade no município, com 150 mil animais, atualmente possuem capacidade produtiva para 3.200 hectares de milho e cerca de 3 e 2 mil hectares de batata e hortifrutigranjeiros, respectivamente. E que essas produções são importantes para o município, por trazerem divisas e empregos.

No mesmo sentido, a produtora rural Margarete Marques ressaltou que, em sua experiência como vereadora, identificou que o agronegócio é fundamental, ao aparecer como contribuinte de maior arrecadação de ICMS² no município, cujos recursos são direcionados ao desenvolvimento. “O dinheiro não é separado, se integra na economia”, diz. Ela considera que havia muito medo por parte do produtor rural quando se falava em meio ambiente há alguns anos, em função das fiscalizações, o que vem se transformando. Entende que faltava ao município descobrir a sua vocação, o que agora está ocorrendo, identificada na produção primária, do pequeno produtor ao agronegócio, e na questão ambiental. E avalia que a manutenção da pecuária de forma consistente é a forma possível de se desenvolver atividades secundárias, como o turismo rural, por exemplo.

Por outro lado, o representante da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico, Maurício Guimarães, ressalta que São Francisco de Paula vive do campo, não há como dissociar, mas percebe uma economia mais multifacetada. Retomando o histórico da Vila de São Francisco, relembra que seu desenvolvimento foi impulsionado economicamente pela Guerra do Paraguai, quando se ampliou a produção no campo através da pecuária extensiva. Após, na época de Getúlio Vargas, focou-se na exploração das Araucárias, até seu esgotamento. Afirma que, a cada fim de ciclo, vem uma crise, mas entende que a cidade tem sua economia multifacetada, através de várias culturas, sendo necessário regionalizar para entender o que está acontecendo e como será o desenvolvimento urbano. Com uma

² Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

parte voltada a Cambará e outra a Caxias do Sul, sofrendo essas influências, o município precisa desenvolver sua economia, não desfazendo o que está feito e buscando corrigir legislações inadequadas e encontrar alternativas para solucionar a evasão dos jovens, que, ao se formarem, levam consigo seu potencial e os recursos investidos em sua formação para outras cidades. A seu ver, precisa-se definir, por exemplo, o tipo de turismo que se quer, voltado para que público, e cita o caso do turismo para pessoas da terceira idade, que vem prosperando em locais que investem neste nicho. Nessa abordagem, ele vislumbra a importância de se conceber estratégias de desenvolvimento, sem preconceitos sobre o que dá ou não certo, focando nas questões mais voltadas à exploração econômica desse mercado.

Nesse sentido, conforme refere Dallabrida (2011), ao retomar a visão de Porter (1985; 1986; 1990; 1993; 1998; 1999; 2000) sobre vantagens competitivas:

Comparativamente a uma empresa, localidades, regiões e territórios, poderão racionalizar o uso ao seu favor das vantagens competitivas que o meio oferece, para atrair investimentos ou agregar valor aos seus produtos. Há ainda a possibilidade de desenvolver e estimular o uso de determinadas vantagens competitivas locais ou regionais para favorecer o desenvolvimento regional. (DALLABRIDA, 2011, p. 132).

Ainda, seguindo na linha de desenvolvimento no campo, o representante do Clube de Integração e Troca de Experiências - CITE 78, José Lauri Lucena, ressaltou que as cercas dividem as propriedades rurais, mas não devem isolar os produtores, que tem de haver fator de integração para que eles se organizem e compartilhem soluções, pensando na sua sustentabilidade³. Ele relatou que, embora muitos desses produtores trabalhem em nichos diferenciados, reúnem-se periodicamente – há 32 anos – para trocarem suas experiências.

Também tratando sobre a interação entre os produtores na comunidade, o representante da Cooperativa Serrana, José Evandir da Silva, ressaltou que, desde a sua criação, essa entidade visa a apoiar o produtor rural, que estava e ainda hoje está muito desassistido. Que houve diversas mudanças na legislação, especialmente na ambiental e, para o produtor, é difícil acompanhar e se adequar a tudo isso. Ele percebe um grande receio por parte dos produtores, que, muitas vezes, vêem a fiscalização como algo punitivo. Eles necessitam saber como trabalhar com o meio ambiente, pois têm pouca experiência nesse aspecto, especialmente em um local como São Francisco de Paula, com tantas encostas e áreas de preservação.

De acordo com o estudado, constata-se que essa insegurança explicitada se dá muito em função do modelo desenvolvimentista para o qual foi arrastado o meio rural, especialmente a partir década de 1960, quando vários países latino-

³ Nesse contexto, ele refere sustentabilidade como a viabilidade econômica de manter a produção rural.

americanos engajaram-se na chamada “Revolução Verde”. Esse movimento, conforme refere Almeida (1997), fundamenta-se basicamente nos princípios de aumento da produtividade através do uso intensivo de insumos químicos e de variedades de alto rendimento melhoradas geneticamente, além da irrigação e da mecanização. Como menciona o autor, com isso, criou-se a necessidade do chamado “pacote tecnológico” e, a partir daí, vários problemas se intensificaram neste período, “[...] especialmente no que tange à desigualdade social e especialmente à sustentabilidade (econômica e ecológica) da produção agrícola no longo prazo” (ALMEIDA, 1997, p. 44). Essa dinâmica terminou por interferir em todo o sistema. Nesse sentido, Friedmann (2016) ao tratar sobre a premência de um sistema alimentar sustentável refere que, no sistema alimentar atual:

[...] agricultores cultivam o que exigem os compradores corporativos dominantes, consumidores compram o que é oferecido pelos mesmos atores corporativos, e, dessa forma, ecossistema e saúde sofrem, assim como sistemas sociais e políticos, tanto rurais quanto urbanos. (FRIEDMANN, 2016, p. 90).

Ocorre que, nesse modelo, disseminou-se a necessidade dessas intervenções, mas não as soluções para os problemas delas decorrentes, como a degradação ambiental, por exemplo. Em sua análise, Almeida (1997) ressalta que, através de estruturas de promoção, vulgarização e “extensão” de novas tecnologias, desde o fim dos anos 50 na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, foram colocadas em funcionamento as estruturas do desenvolvimento agrícola e rural que posteriormente foram difundidas em várias partes do mundo. E alerta que, no entanto, essa noção de desenvolvimento é restritiva, não considerando, muitas vezes, a importância das estruturas de cooperação, como as referidas pelos palestrantes do evento.

Conforme o autor:

Essas noções de desenvolvimento agrícola e rural, portanto, conservam uma significação restrita: primeiro, porque as operações reconhecidas como “de desenvolvimento” referem-se quase que apenas àquelas da produção; em segundo, porque os organismos e instituições, oficialmente designados para promover as ações de desenvolvimento, somente reagrupam o conjunto de organismos que se dedicam ao desenvolvimento (econômico, geralmente). Na prática, entretanto, os institutos técnicos, as cooperativas, as ONGs, entre outras, também participam através de suas atividades na difusão de novas técnicas de produção, de comercialização e de gestão. Mesmo que muitas vezes seu papel não seja reconhecido e financiado oficialmente, elas são parte integrante do desenvolvimento agrícola e rural (ALMEIDA, 1997, p. 40).

O autor ressalta que os planos de desenvolvimento oficiais inspirados nesta visão desenvolvimentista passaram a definir as competências dos agricultores e as características do sistema técnico que eles deveriam colocar em operação. Segundo ele: “Os órgãos públicos de difusão de tecnologias têm a tarefa de “enquadrar” os

agricultores no “modelo” de desenvolvimento idealizado, segundo os cânones da modernização” (ALMEIDA, 1997, p. 40).

Nesse sentido, convém resgatar os apontamentos de Saavedra (2014), que ao tratar da história do debate ambiental, ressalta a não adequação das “propostas de solução” oriundas de realidades distintas daquelas vividas na América Latina.

Em outras palavras, os diferentes grupos humanos e/ou de sociedade que habitam este planeta o fazem em condições muito diferenciadas e, portanto, representam a realidade ambiental global e local de forma diferente, o que resulta em propostas de solução com ênfases variadas. Isso não significa que o problema não seja real ou não seja grave, porém é muito diferente a maneira de entender a crise ambiental quando se tem uma renda per capita de 45 mil dólares e a expectativa média de vida de 80 anos ou mais, como ocorre no Primeiro Mundo, contra uma renda per capita inferior a 100 dólares e com uma expectativa de vida de 38 anos ou menos, como ocorre em muitas regiões pobres do mundo, como aqueles afetados mais seriamente pela pandemia da Aids. (SAAVEDRA, 2014, p. 30 - 31).

Dessa forma, percebe-se que há a necessidade permanente de uma leitura crítica dessas realidades e das suas respectivas diretivas de soluções para as questões que envolvem desenvolvimento e meio ambiente.

Em relação aos padrões de desenvolvimento regional, Boff (2007) considera que:

Os padrões de desenvolvimento regionais devem ser compreendidos como as múltiplas alternativas que cada localidade, região ou nação possuem em razão de suas diferenças culturais, ambientais e valores (éticos e morais). A inserção no processo de desenvolvimento fica facilitada por meio da construção regional de um modelo específico, ou seja, o desenvolvimento decorre da capacidade cultural, acumulada regionalmente, dos agentes sociais, políticos e econômicos para constituir, de forma coletiva e associada, seu próprio padrão de desenvolvimento (BOFF, 2007, p. 20).

Desse modo, verifica-se a importância de conhecer as diversas experiências de desenvolvimento regional, porém, não se pode perder de vista o contexto no qual foram concebidas.

Em sua exposição, Mateus Barcelos trouxe a experiência no grupo de condutores ambientais (habilitou-se nessa atividade pelo PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, é professor, formado pelo PLAGEDER – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural, através da UAB - Universidade Aberta do Brasil). Ele considera importante que haja, no município, pessoas preparadas para falar sobre turismo ambiental e que estas conheçam o histórico da comunidade. Refere que, em seu grupo, fazem passeios conduzidos de turismo e turismo de aventura e estão organizando o Grupo de Voluntários de Busca e Salvamento, que, em conjunto com os bombeiros, pode efetuar resgates. Ele enfatizou que ainda estão engatinhando no que tange ao turismo em São Francisco de Paula, pois “é tudo muito amador”, acessos precários,

precisam se profissionalizar. Ressaltou a importância da questão do pertencimento ao local, que busca um desenvolvimento inclusivo, não só nas questões econômica e turística, mas que traga outras atividades e alternativas para a população. O desenvolvimento que existe atualmente nunca chegou à margem social, o agronegócio está em outro setor da sociedade e o emprego que ele oferece não chega nos bairros, com raras exceções, afirmou. O agronegócio é importante por seu potencial econômico, mas não promove desenvolvimento com equidade. Por experiência, a cidade teve uma indústria calçadista sem identificação com a comunidade, tem um fraco comércio e as atividades rurais como agronegócio e silvicultura, que pouco atingem a população. Em sua concepção, o turismo é uma alternativa para São Francisco, com seu imenso potencial natural.

Nesse sentido, Almeida (1997) evidencia que essa visão determinista do desenvolvimento rural explicitado provoca a desvalorização de todas as formas de produção que não estejam calcadas no modelo de desenvolvimento dominante, visto serem os critérios de sucesso desse sistema que pautam a avaliação e o julgamento. Segundo ele:

Dentro deste modo de desenvolvimento, descrito como “moderno” ou “avançado” pela literatura, a diversidade e a diferenciação das formas de produção são consideradas como empecilhos ao desenvolvimento no eixo tradição à modernidade. A tese do retardamento justifica, de um lado, a sustentação (técnica, financeira, política, etc.) aportada às unidades produtivas mais “avançadas” (as mais intensivas) as quais é preciso ajudar a reproduzir-se; de outro, pela eliminação das mais “atrasadas” que não têm nenhuma chance de recuperar o atraso: é o êxodo rural que passa então a ser admitido como inexorável - e mesmo necessário - para permitir aos mais “dinâmicos” se desenvolverem em boas condições. (ALMEIDA, 1997, p. 41).

Na linha do palestrante Mateus, através de uma explanação afinada às alternativas de desenvolvimento sustentável, por meio de uma visão inclusiva e integrada entre natureza e sociedade, o palestrante Fábio Magalhães, ressaltou também algumas questões locais. Integrante da Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMA, ele contou que mora em “São Chico” desde 2005 e que no município aprendeu a ser cidadão, o que é mais difícil nas grandes cidades. Sente ali possibilidade de contribuir para o desenvolvimento da comunidade. Trabalha atualmente em Porto Alegre no projeto de Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE – do Estado, onde o grupo vem desenvolvendo um *software* que será interativo, em ambiente *web*, um instrumento de planejamento para conhecer previamente as peculiaridades, vulnerabilidades, potencialidades e exigências ambientais de cada local ou região, podendo ajudar no seu desenvolvimento. Para ele, em seus estudos criou um arcabouço de informações na área de administração e a utiliza interligando indicadores para buscar entender a cidade. Ressalta que o momento positivo do agronegócio trouxe reflexos no eixo econômico, exemplificando que, em 2012, o RS cresceu 10% e São Chico 15%, aumentando o Produto Interno Bruto (PIB) e a renda *per capita*, conforme a FEE

(Fundação de Economia e Estatística). Mas que, ao confrontar com números do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), por exemplo, observa-se uma grande evasão escolar, ao constatar-se que, enquanto 3 mil alunos ingressam no ensino fundamental, somente 600 chegam ao ensino médio, refletindo em indicadores como o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano, composto por expectativa de vida ao nascer, educação e PIB *per capita*). Esse fenômeno é, em grande parte, afetado pela gravidez precoce, o que também interfere nas questões de gênero e ainda precariza a educação desses filhos, pois muitos acabam sendo criados pelos avós, sem ter a orientação e o suporte necessário dos pais. Para ele, precisa-se focar muito na conscientização das questões éticas e morais para essas novas gerações.

Ainda, ele identifica um imenso potencial turístico no município, que teve recentemente sua avenida principal selecionada entre as 15 mais bonitas do país, isso sem grandes investimentos. Os recursos naturais e a abundância hídrica são evidentes, mas considera que, para alavancar o Turismo, este de fato deve estar no planejamento governamental da cidade, tem de ser um processo, com envolvimento da comunidade, e que nesse sentido a presença da unidade da UERGS tem um papel fundamental. Em suas considerações finais, Fábio mencionou o caso de um estudo de um aluno de graduação, feito em Cambará do Sul, com o qual o município poderia avançar em suas questões ambientais e, também, aumentar a renda de algumas famílias; este projeto, no entanto, não saiu do papel, segundo suas palavras “não houve debate, não houve envolvimento das forças da cidade pois isto é um processo”. Este processo pode ser muito lento, esta integração entre as diferentes esferas da sociedade pode, também, não ser o desejado por alguns indivíduos, e, estes poucos indivíduos, muitas vezes, são aqueles que possuem uma voz mais ativa.

Complementando as ponderações dos palestrantes, houve momentos de questionamentos e considerações por parte dos integrantes da plateia. Estes, por pertencerem a realidades diversas, com diferentes experiências de estudo, trabalho e vida, trouxeram importantes questões ao debate, de modo a trazer à luz novas possibilidades para a região. Em uma das intervenções, um participante, que reside em Porto Alegre, referiu que: “O agronegócio gera recursos, gera, porém, estes não chegam para todos, e quem é de fora enxerga. Deve-se incentivar a juventude nesse meio turístico, assim, eles não iriam querer morar em Caxias do Sul, pois estes cidadãos se identificariam com São Francisco de Paula”. Esta colocação traduz algo que foi explicitado em outros momentos nas discussões: que muitos defendem incondicionalmente o agronegócio, sem perceber que este ramo pode carregar consigo um elemento segregador. Realmente, o agronegócio pode ser uma excelente oportunidade de crescimento econômico, cujos números são visíveis em termos de índices econômicos para a cidade; porém, como um dos palestrantes bem destacou, o município tem uma quantidade extremamente elevada de adolescentes que não concluem sequer o ensino médio, e isto se reflete no IDH.

A questão do turismo regional foi, também, bastante discutida. Alguns debatedores entendem que seria mais proveitoso trazer a juventude local para trabalhar com turismo, mesmo sem um conhecimento teórico/acadêmico, já que estes possuem o conhecimento da região e sabem os melhores lugares para passeios e trilhas. Consideram que, trabalhando nessa área, esses jovens poderiam agregar seus conhecimentos e que isso facilitaria a sua inclusão, tanto na esfera social, pois não se sentiriam marginalizados, quanto na esfera econômica, gerando renda para o município; com isso, retirar-se-ia este adolescente de uma possível situação de vulnerabilidade social, visto que ele estaria inserido no contexto da cidade e se sentiria, inclusive, mais engajado em melhorar certos aspectos da comunidade. Em contrapartida, outro debatedor, cuja área de atuação é o turismo, pontuou, dizendo que “precisa se profissionalizar o turismo; falta parceria pública e privada”. Partindo dessa referência, outra participante, que conhece a realidade de Bento Gonçalves, lembrou que naquele município, o turismo só havia se dado a partir do momento em que o setor privado começou a investir. O palestrante Maurício, então, interveio referindo que a “iniciativa privada precisa investir”.

Sabe-se que o turismo é uma área em crescente expansão, que vem se tornando um mercado amplo e complexo, o que traz a necessidade de um estudo detalhado de caso, pois cada região possui tendência a um tipo de turismo; enquanto regiões vizinhas, como Gramado e Canela, investem em um turismo mais gastronômico e cultural, com vistas a explorar os restaurantes, lojas e museus da região, São Francisco de Paula possui uma tendência ao turismo ambiental, devido à sua exuberante natureza. Preservando-se essas riquezas, este pode ser o turismo ideal para a região, podendo-se dividir em ramos como o do turismo de aventura e de hotéis-fazenda.

Vale destacar que, mesmo que o tipo de turismo não seja o mesmo a ser perseguido, é indiscutível o eficiente trabalho feito em Gramado e Canela, que são exemplos de cidades planejadas para o turismo, com um detalhado estudo para a região. O problema neste caso, segundo as críticas, reside no fato de a população nativa não ter feito parte deste estudo, pois os empresários que investiram na região não eram do local, não conheciam aquela realidade; e essa população, em geral, trabalha no turismo, mas vive às margens, não tendo a chance de interagir para e com o desenvolvimento da região. Outro fato que se evidencia no turismo de Gramado é o de que a cidade possui ruas e casas construídas no “estilo italiano” e no “estilo alemão”, cuja arquitetura é muito característica de cada um destes grupos de imigrantes; contudo, essa configuração de fato não acontece, pois a região mais parece um apanhado de cultura histórica com museus de temáticas atuais e, para complementar, muitos restaurantes e lojas, a maioria deles com nomes estrangeiros, completando este ar de “europa brasileira”.

Do que se depreende dos debates, a região citada termina por carecer de uma identidade cultural genuína, pois essas cidades turísticas foram construídas e

pensadas com um propósito de crescimento econômico, e não sob o prisma de desenvolver de fato a região. Nesta *charla*, os representantes que palestraram posicionaram-se no sentido de não desejarem um turismo ao estilo de Gramado ou Canela, e exaltaram o potencial natural da cidade de São Francisco de Paula, dando ênfase para o ecoturismo.

Nesse ponto, convém resgatar Boff (2007) no que diz respeito às condições relacionadas ao desenvolvimento do turismo:

A grande força do turismo, à luz da pesquisa realizada, não está na simples presença de recursos físicos disponíveis em determinado espaço, mas na capacidade endógena dos territórios para elaborar, executar e monitorar planos de ação, programas e projetos estruturantes, com diretrizes estratégicas e priorização de fatores de competitividade, como os examinados nesta tese. Por essa lógica, cabe destacar que a competitividade depende da organização dos próprios atores regionais (capital social), a partir de uma postura autopoietica (BOFF, 2007, p. 141 - 142).

Ainda, acerca do modelo de desenvolvimento de Bento Gonçalves, comentado anteriormente, não se considera que o caminho para São Francisco seja, necessariamente, a iniciativa privada; naturalmente, seria importante que empresários investissem na região, mas não qualquer tipo de empresário, e sim, aqueles dispostos a manter a identidade cultural do local. Entende-se que não é prudente enaltecer a iniciativa privada como se os problemas da região fossem todos ocasionados pela sua falta. Alguns desses problemas, conforme evidenciado, originaram-se a partir de um modelo de administração antiquado, que perdurou por anos, usando-se de uma matriz econômica quando esta já estava em queda, trocando-se a matriz até também exauri-la e, assim, sucessivamente, sem diversificar essas fontes. Uma alternativa seria incentivar empresários da própria região e/ou com um perfil com maior identificação com o dos moradores da região, para investirem no turismo; assim, com a mediação da prefeitura, fazendo esta ligação entre empresários e população, poder-se-ia diminuir esse vácuo e aproximar as pessoas, inclusive, aquelas até então marginalizadas, que poderiam sentir-se inseridas neste contexto.

Nesse sentido, Boff (2007), sobre turismo e desenvolvimento regional, ressalta-se que “[...] a capacidade de interação e ação articulada entre os diversos atores locais e regionais é concebida como determinante do grau de desenvolvimento regional.” (BOFF, 2007, p. 6). Assim, ainda conforme esse autor:

A vinculação da importância do capital social para o desenvolvimento do turismo se processa, essencialmente, pela natureza das atividades operacionais e conexões que esse setor requer com os demais segmentos econômicos e sociais da região. É necessário que os recursos físicos e humanos estejam alinhados com as práticas e as relações sociais a fim de se transformarem em vantagem competitiva para atrair turistas e investidores para seu território (BOFF, 2007, p. 141).

O palestrante José Evandir pontuou, em suas considerações finais, que o agronegócio engloba toda a cadeia produtiva, desde o pequeno ao grande produtor, sendo que ele não pode ser visto como um vilão. O que é pertinente, pois o conceito da palavra agronegócio é de toda e qualquer relação comercial que envolva a cadeia produtiva; o problema, nesse caso, está no contexto em que o agronegócio está inserido no nosso país e no mundo, em muitos casos, sobrepondo-se aos pequenos produtores e às características culturais de regiões em prol de um crescimento econômico. Pela questão de escala, há também um maior risco de problemas ambientais associados a esse tipo de produção, que pode devastar regiões, deixando fauna e flora fragilizadas. Como agricultor, José buscou mostrar que o sentido primário do agronegócio é este, gerar renda, desde o pequeno ao grande produtor; diferentemente deste outro sentido adotado por grandes latifundiários e empresários do ramo. Durante a conversa, conforme referido, o agronegócio foi defendido como fonte de renda e de crescimento e, no decorrer da discussão, o termo agronegócio tornou-se confuso, na medida em que o representante da cooperativa falava em agronegócio e em cooperativa, como sempre andando juntos na região.

Contudo, ainda que uma maioria dos palestrantes presentes tendesse a concordar com essa ideia, conforme citado no referencial teórica exposta acerca desse modelo, difundido intensivamente a partir da “Revolução Verde”, na maioria das regiões, não é bem o que ocorre, visto que o agronegócio tende a mirar interesses bem diversos daqueles das cooperativas, muitas vezes, inclusive, caminhando em sentido contrário. Nessa perspectiva, o palestrante Mateus contou que, por ter nascido e pertencer a uma das comunidades carentes da região, discorda da ideia de que o agronegócio seja inclusivo. Segundo o relato de sua experiência e, por estar envolvido em diversas atividades no município, ele próprio acaba vivendo esta realidade, onde o agronegócio não traz infraestrutura, escolas ou clínicas para o bairro em que ele vive.

Mais crítico sob outros pontos-de-vista, o palestrante José Evandir enfatizou que o que falta para o município é o “pontapé inicial no processo educativo”, que este é o cerne do problema, a educação; desde a base, com os pais, o planejamento familiar, a educação inclusiva, dar oportunidades para os jovens e, educando-os, para que não se tornem jovens pais, pois, como citado, este é um dos motivos do grande número de evasões escolares. Por fim, o agricultor completou dizendo que “[...] o município é mal distribuído, o centro está em um lado e, do outro, há vilarejos a 140 km de distância deste centro”. Esta afirmação final resumiu o que já havia sido referido, sobre as dificuldades relativas à distribuição territorial do município; problemas estes que vão além da distribuição econômica, atingindo também as esferas social, cultural e geográfica.

Nesse sentido, conforme enfatizado pelo palestrante Mateus, a população que vive nestes locais mais afastados sente-se marginalizada por não ter acesso a

serviços básicos como saúde e educação, e sofre para se deslocar, pois as estradas são muito precárias. Mateus, via de regra, trouxe um contraponto às posições externadas por muitos dos expositores até então, questionando e apresentando elementos divergentes do que é colocado como tradicional e moderno na região de São Francisco de Paula. Essas ponderações vão de encontro ao ideário predominante, voltado excessivamente para o agronegócio ou para a pecuária.

Partindo dessas considerações, pode-se perceber a divergência de pensamentos e interesses, que variam de acordo com o ponto-de-vista dos agentes envolvidos nessas questões. Buscado como um ideal, o desenvolvimento traz consigo o impasse sobre a direção na qual deve seguir, sendo necessário pensar a respeito do tipo de desenvolvimento almejado.

Naturalmente, as atividades que detêm mais poder econômico nos locais direcionam os maiores investimentos para sua sustentação, especialmente através das políticas públicas. O problema é que esse *status quo* apenas mantém a situação estabelecida na sociedade, sem trazer oportunidades para que haja um desenvolvimento inclusivo, que melhore as condições de vida da população em geral. Esse fenômeno ocorre em todos os níveis, o capital financeiro privilegia aqueles que o detêm e transformar essa dinâmica traz conflitos e embates constantes. De forma ampla, conforme ressalta Saavedra (2014), houve grande evolução nos estudos acerca das alternativas de desenvolvimento para a América Latina nas últimas décadas, muitos elaborados por integrantes da CEPAL, desde a Conferência de Estocolmo (1972) até a Rio 92, oportunidade em que as autoridades publicaram o documento da região, chamado de *Nossa Própria Agenda*, no qual, segundo ele:

[...] se posicionaram, claramente, sobre qual era a perspectiva dessa parte do mundo para enfrentar uma crise que era global, mas que atuava de maneira diferenciada segundo as condições geográficas e sociais do planeta. Certamente tratava-se de ter um plano mundial comum e coordenado, mas abordando as características específicas de cada região, sem esperar por medidas idênticas para um mundo que não era uniforme e uma crise ambiental que também não atuava de maneira uniforme [...] (SAAVEDRA, 2014, p. 203).

No mesmo sentido, Sen (2013), defende a relevância de uma “estrutura de desenvolvimento ampla”, em função da necessidade de equilibrar o papel do governo – e de outras instituições políticas e sociais – com o funcionamento dos mercados, conforme refere:

Esse tipo de estrutura envolve rejeitar uma visão compartimentada do processo de desenvolvimento (por exemplo, optar pela “liberalização” ou por algum outro processo único que leve diretamente a uma meta traçada). A busca de uma solução única e multiuso (como por exemplo “abrir os mercados” ou “ajustar os preços”) influenciou acentuadamente o pensamento dos economistas no passado, destacando-se os do próprio Banco Mundial. Em vez dessa espécie de solução, é preciso haver uma abordagem integrada e multifacetada, visando a um progresso simultâneo

em diferentes frentes, incluindo diferentes instituições que se reforçam mutuamente (SEN, 2013, p. 169).

No contexto do Brasil, Santos (1998), ao retomar Bosi (1993), avalia que o país parece enveredar pelo caminho da ruptura. Em sua análise, quanto mais as coisas se fragmentam, mais a elite brasileira, bem como o sistema político no seu todo, parecem tornados por uma exasperação que Bosi chama de "obsessão do descompasso", que, segundo ele, mede a distância entre o Brasil e as sociedades capitalistas avançadas. "Tal obsessão domina a mente de economistas, políticos, homens de mídia, empresários e professores universitários, expressando-se como a síndrome da modernização." (SANTOS, 1998, p. 23 e 24). A modernização, nessa perspectiva, seria necessária, urgente e crucial, conforme ele mesmo resume: a salvação. No texto, ele questiona se a modernização vai ocorrer e o que ela realmente significa. Em um discurso afinado com os autores decoloniais (ou descoloniais) apresentados pelo professor Márcio Zamboni³, esse autor contesta os valores apregoados e impostos para que se siga o caminho conveniente aos interesses econômicos e financeiros, muitos conflitantes com um modelo de desenvolvimento que persiga a igualdade e o bem-estar social. Conforme ele refere:

Talvez a desintegração brasileira seja principalmente um efeito colateral da integração do país na economia global contemporânea. Bosi nota, contudo, que os nossos social-democratas e neoliberais não parecem dispostos a considerar a dependência externa e a participação do Brasil no sistema global; a obsessão do descompasso os mantém pensando no que está faltando, e não no que efetivamente existe. E o que está supostamente faltando é a moderna cultura ocidental, a cultura capitalista, que poderia levar ao desenvolvimento. Assim, a razão do subdesenvolvimento não deve ser procurada na condição neocolonial do país, mas no comportamento atrasado do povo e na "cultura nacional". O problema não é o sistema, o problema é o homem. Os brasileiros precisam mudar, ficar modernos (SANTOS, 1998, p. 24).

Verifica-se, desse modo, que as reflexões suscitadas a partir de estudos como este, que considerem questões fundamentais para o desenvolvimento em suas muitas dimensões, incluindo a local e a regional, e o contexto no qual se dão essas interações, terminam por remeter a autores que debatam e aprofundem a necessidade de compreensão e respeito às particularidades desses locais envolvidos.

3. CONCLUSÕES

A diversidade de abordagens explicitadas neste estudo visa a fomentar a discussão sobre alternativas de desenvolvimento, além daquela apregoada na maioria dos meios como sendo a única possível. Como visto, as diferenciações nas

³ Palestra proferida na disciplina de Desenvolvimento e Ambiente, na UERGS, unidade em São Francisco de Paula, em junho de 2016.

esferas cultural, política, social, ambiental e econômica dos locais interfere categoricamente nessas decisões. Desde as configurações de cadeia produtiva e porte até as questões geopolíticas, cada região tem um tipo de necessidade, não sendo razoável admitirmos que haja de fato um caminho pronto e único, que leve a um desenvolvimento ideal para todos os lugares.

Nesse contexto, segundo Cenci et al. (2014):

Um diagnóstico preciso da realidade, portanto, deve incorporar uma exposição das relações sociais que prevalecem na sociedade, assim como da natureza das relações Estado-Sociedade, considerando que as duas não podem ser entendidas separadas uma da outra. É impossível entender as perspectivas das políticas e projetos de desenvolvimento sem conhecer as características das relações sociais, tanto em nível micro como em macro, se e como aqueles níveis articulam-se entre si, e como este grau de articulação emerge historicamente (CENCI et al., 2014, p. 111).

Nesse sentido, procurou-se também, a partir das pontuações levantadas nos debates, contribuir com reflexões para o entendimento sobre o contexto histórico, político e socioeconômico no qual está inserida a população de São Francisco de Paula. Conforme verificou-se, emergiram questões relacionadas às desigualdades sociais e procurou-se demonstrar as discussões que se aproximaram de uma sinalização, na busca de um melhor entendimento sobre o porquê de persistirem essas vulnerabilidades.

Ao se analisarem os debates trazidos, entende-se que há um embate de interesses e que, nesse embate, muitas vezes a população termina por ser prejudicada. Parece haver, porém, maior dificuldade, para as pessoas que vivem na região, de perceberem ou explicitarem esses problemas. Há uma tendência de minimização ou mesmo de invisibilidade de questões que se mostraram fundamentais nessas dinâmicas sociais e para a resolução dos conflitos. Como já referido, um modelo de desenvolvimento que não seja sentido pela maior parte da população, possui sérias deficiências estruturais.

Assim, retomando as diversas questões abordadas neste estudo, percebe-se que, se há algum padrão no que se refere ao tema, está no longo caminho que temos, como humanidade, para trilhar rumo a um desenvolvimento com equidade.

Referências

ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (orgs.). **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 1ed. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1997. p. 33-55.

BOFF, Vilmar Antônio. **Turismo e desenvolvimento regional: um estudo comparado de duas regiões turísticas do estado do Rio Grande do Sul**. 2007. Tese (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Mestrado e

Doutorado). Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Santa Cruz do Sul, 2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11624/683>>. Acesso em: 3 dez. 2016.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo, Cia das Letras, 1993.

CENCI, Daniel Rubens. et al. Caracterização geral do arranjo produtivo local agroindústria familiar da região celeiro. In: BASSO, David; TRENNEPOHL, Dilson. (Org.). **Planejamento estratégico de arranjos produtivos locais: plano de desenvolvimento do APL agroindústria familiar da região celeiro 2014-2020**. Ijuí: Unijuí, 2014.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Desenvolvimento regional: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não?**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2011.

FRIEDMANN, Harriet. Soberania Alimentar na Região de Golden Horseshoe em Ontário, Canadá. In: CRUZ, Fabiana Thomé; MATTE, Alessandra; SCHNEIDER, Sergio (Org.). **Produção, consumo e abastecimento de alimentos: desafios e novas estratégias**. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

KRONE, Evander Eloí; MENASCHE, Renata. A formação da pecuária de corte e da produção tradicional do Queijo Serrano dos Campos de Cima da Serra. In: WAQUIL, Paulo Dabdab *et al.* (Org.). **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento**. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

MORIN, Edgar. **A Via: para o futuro da humanidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico. **Lua Nova**, São Paulo, 93: 33-60, 2014.

SAAVEDRA, Fernando Estenssoro. **História do debate ambiental na política mundial 1945 – 1992: a perspectiva latino-americana**. Tradução: Daniel Rubens Cenci. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014.

SANTOS, Laymert Garcia. Tecnologia, natureza e a “redescoberta do Brasil. In: ARAÚJO, H. R. de (Org.). **Tecnociência e cultura: ensaios sobre o tempo presente**. São Paulo, Estação Liberdade, 1998. p.23-46.

SÃO FRANCISCO DE PAULA. Histórico. Disponível em: <<http://saofranciscodepaula.rs.gov.br/prefeitura/perfil-da-cidade>>. Acesso em: 4 dez. 2016.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Ed. Schwarcz S.A., 2013.

5. O DESENVOLVIMENTO DA MICRORREGIÃO DE FREDERICO WESTPHALEN/RS: ANÁLISE A PARTIR DO IDESE 2011, 2012 E 2013

WESENDONCK, Claudia Cristina¹
 FÃO, Josiele²
 FICANHA, Andressa Jaqueline³
 BLATT, Magda Maytê⁴
 WOLFART, Thays⁵

1. INTRODUÇÃO

O objetivo desse artigo é analisar o perfil do desenvolvimento da microrregião do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de Frederico Westphalen/RS a partir do indicador de desenvolvimento socioeconômico do Estado do Rio Grande do Sul (IDSE) de 2011 a 2013. Os 27 municípios que compõem esse recorte territorial estão organizados conforme as microrregiões do IBGE, inseridos na grande região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Dos 27 municípios, 21 são atendidos pelo Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) do Médio Alto Uruguai (CODEMAU), e 06 municípios pelo COREDE do Rio da Várzea. Os quais são organismos responsáveis pela governança regional e fóruns de discussões sobre o planejamento estratégico territorial.

O índice utilizado para desenvolver essa pesquisa, é o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Rio Grande do Sul (IDSE), utilizado para medir o desenvolvimento dos municípios, o qual é calculado pela Fundação Estadual de Economia e Estatística (FEE), também do Governo do Estado Sulino. O indicador tem a finalidade de avaliar, acompanhar e monitorar as políticas públicas quanto ao desenvolvimento socioeconômico. O IDSE varia de zero a um e, assim como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), permite que se classifique o Estado, os municípios ou o COREDE em três níveis de

¹ Professora do curso de Graduação em Administração Pública e da Especialização em Liderança e Sustentabilidade/UERGS-FW, integrante do Núcleo de Pesquisas em Prospectivas para o Desenvolvimento da Amazônia Mato-grossense (UNEMAT) e do Grupo de Pesquisas em Gestão e Desenvolvimento Organizacional (UERGS), e-mail: claudia-wesendonck@uergs.edu.br.

² Pós-graduanda da Especialização em Liderança e Sustentabilidade/UERGS-FW e integrante do Grupo de Pesquisas em Gestão e Desenvolvimento Organizacional (UERGS), e-mail: josimfao@hotmail.com.

³ Pós-graduanda da Especialização em Liderança e Sustentabilidade/UERGS-FW, e-mail: andressa_caserial@hotmail.com.

⁴ Pós-graduanda da Especialização em Liderança e Sustentabilidade/UERGS-FW e integrante do Grupo de Pesquisas em Gestão e Desenvolvimento Organizacional (UERGS) e-mail: magdablatt@hotmail.com.

⁵ Pós-graduanda da Especialização em Liderança e Sustentabilidade/UERGS-FW e integrante do Grupo de Pesquisas em Gestão e Desenvolvimento Organizacional (UERGS) e-mail: thays_wolfart@hotmail.com.

desenvolvimento: baixo (índices até 0,499), médio (entre 0,500 e 0,799) ou alto (maiores ou iguais a 0,800), (FEE, 2016).

O índice foi criado no ano de 2003, desde então o IDESE era calculado a partir de quatro indicadores: saúde, renda, educação e saneamento. Atualmente o IDESE avalia a situação socioeconômica dos municípios gaúchos quanto à Educação, à Renda e à Saúde, considerando aspectos quantitativos e qualitativos do processo de desenvolvimento. Destacam-se as mudanças no bloco Renda, onde IBGE e instituições parceiras mudaram a metodologia de cálculo das Contas Regionais. Ocorrendo alterações na série do Produto Interno Bruto (PIB) per capita (2010-13), indicador que compõe o Bloco Renda. Além disso, a publicação de uma nova série de estimativas populacionais (2001-14), divulgada em 2015, afetou indicadores em todos os blocos. A mudança nas estatísticas populacionais provocou a queda no nível de alguns indicadores do IDESE (FEE, 2016).

Todavia, muitas das variáveis analisadas perderam a sua capacidade explicativa, a FEE passou a adotar novos indicadores para calcular o índice de desenvolvimento dos municípios, assim o novo IDESE passa a ser calculado por meio da análise dos dados da Saúde, Educação e Renda (FEE, 2016). O IDESE é formado por 12 indicadores subdivididos em 03 blocos que compõem o índice, os quais seguem explicitados no Quadro 1:

Quadro 1 - Blocos do IDESE.

Blocos	Utiliza de cinco indicadores que se dividem em quatro sub-blocos, de acordo com faixas etárias.			
Educação	Taxa de matrícula na pré-escola (população entre 04 e 05 anos).	Taxa de matrícula no ensino médio (população entre 15 e 17 anos).	Nota da Prova Brasil 5º e 9º ano do ensino fundamental (população entre seis e 14 anos).	Percentual da população adulta com, pelo menos, ensino fundamental completo (população com 18 anos ou mais)
Renda	Divido em dois sub-blocos.			
	Renda apropriada (renda domiciliar per capita de todos os trabalhos).	Geração de renda (PIB per capita)		
Saúde	Utiliza cinco indicadores que são divididos em três sub-blocos:			
	Saúde Materno Infantil. (Taxa de mortalidade de menores de 5 anos e número de consultas pré-natal por nascidos vivos).	Longevidade. (Taxa bruta de mortalidade padronizada)	Condições gerais de saúde. (Taxa de mortalidade por causas evitáveis e proporção de óbitos por causas mal definidas)	

Fonte: FEE (2016).

Para realizar a análise dos índices do IDESE de Desenvolvimento socioeconômicos da microrregião de Frederico Westphalen/RS recorreu-se aos dados oficiais utilizados entre os anos de 2011 a 2013. O objetivo do índice é avaliar e acompanhar a evolução dos indicadores socioeconômicos dos municípios do Estado, bem como fornecer informações para o desenho de políticas públicas específicas, de acordo com as necessidades municipais.

Cabe ressaltar que esse texto faz apenas uma análise descritiva e o estudo comparativo dos resultados do IDESE a partir de dados secundários. Por isso, esse estudo não se aprofunda nos elementos e fatores históricos que condicionaram o processo de desenvolvimento da microrregião de Frederico Westphalen/RS. Porém, estudos capitaneados pelas universidades públicas e comunitárias presentes na mesorregião Norte do Rio Grande do Sul e mesmo estudos da Fundação de Economia e Estatística do RS (FEE) são fecundos em análises que podem ajudar a compreender os condicionantes históricos do desenvolvimento dessa microrregião.

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO TERRITORIAL

Entende-se que o planejamento estratégico é fundamentado a partir das teorias utilizadas em organizações e empresas. Acredita-se que o objetivo das estratégias empresariais é definir quais serão os caminhos, as linhas de ação que devem ser traçadas e praticados para se alcançarem os resultados pretendidos. O planejamento é uma ferramenta para desenvolver sua vantagem competitiva. Há três tipos de planejamento: *operacional* que é basicamente a atribuição, por escrito, dos métodos de desenvolvimento e a introdução de resultados específicos a serem alcançados pelas áreas funcionais; *tático*, desenvolvido em uma área de atuação específica e não como um todo; E o planejamento *estratégico* desenvolvido pelos níveis mais altos onde são estabelecidos os objetivos e também as ações que devem ser desenvolvidas, considerando os fatores internos e externos (OLIVEIRA, 2010).

Neste sentido, apresenta-se a conceituação de planejamento estratégico para Serra et al. (2004) como processo para a decisão dos objetivos de que a organização busca atingir, a definição das ações que devem ser praticadas e a destinação de recursos para alcançá-los. Assim, compreende-se que o planejamento estratégico corrobora com a tomada de decisões em todos os níveis da organização.

A abordagem do planejamento estratégico territorial, que tem relação com as teorias do planejamento estratégico organizacional, entende-se em 7 etapas, sendo elas: *diagnóstico*, parte onde é necessário coletar e organizar dados de uma determinada região; *Análise situacional*, a partir da interpretação de debates entre membros da sociedade civil organizada; *Matriz Swot*, (FOFA) análise de forças e fraquezas internas, oportunidades e ameaças externas; Ações estratégicas, que

define visão, vocação e valores regionais. Na sequência são definidos os objetivos, e elaborado os projetos e ações. Definição de modelo de gestão que será utilizado em todo o decorrer do planejamento. Estas etapas resultam na última, que compreende a divulgação das propostas e sua implementação (ALLEBRANDT et al, 2010).

Para Oliveira (2008) existem quatro fases básicas para elaboração e implementação do planejamento estratégico organizacional, é válido destacar a forma do planejamento estratégico territorial. A sua base auxilia na percepção da construção do modelo, assim as seguintes instruções devem ser adaptadas à realidade no contexto da qual será desenvolvida. As quatro fases básicas seguem apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 - As 4 Fases Básicas do Planejamento Estratégico Territorial.

Fase I	Diagnóstico estratégico: nessa fase devemos definir “como se está”. Esta fase pode ser dividida em cinco etapas: identificação da visão, identificação de valores, análise externa, análise externa e análise dos concorrentes.
Fase II	Missão da empresa: nessa etapa é definida a missão da empresa, a sua razão de ser.
Fase III	Instrumentos prescritivos e quantitativos: nessa fase se estabelece aonde se quer chegar e como chegar na situação que se deseja.
Fase IV	Controle e avaliação: nessa etapa é verificado “como a empresa está indo” para a posição que se deseja alcançar. Esse controle pode ser obtido através do estabelecimento e análise de indicadores, avaliação das pessoas envolvidas no processo, tomada de decisões corretivas, etc.

Fonte: Oliveira (2008).

As concepções em relações das organizações são válidas, na medida em que, consegue-se relacionar com a situação de uma determinada região. O planejamento estratégico deve respeitar alguns princípios são eles: o princípio da contribuição aos objetivos, no qual os objetivos devem ser classificados de acordo com sua importância e atingidos em sua totalidade; o princípio da precedência do planejamento, organização, direção e controle: considera o planejamento como início do processo administrativo; o princípio da maior influência e abrangência: já que o planejamento provoca uma série de modificações nas organizações, como por exemplo, a necessidade de treinamento, as adequações tecnológicas, etc.; e por último o princípio das maiores eficiência, eficácia e efetividade: que busca maximizar o resultado e diminuir as falhas apresentadas pelas empresas (OLIVEIRA, 2008).

Para Allebrandt et al. (2010), existem as macro etapas do planejamento estratégico territorial. A primeira etapa é o *Diagnóstico Tático*, compreende o processo a partir de coleta de dados, em grupos primários e secundários, sobre a situação do local ou região. O período é dividido em sessões temáticas e o planejamento é construído com dados técnicos, políticos e atores comprometidos. Encontrar alternativas de desenvolvimento tem sido objeto de mobilização

comunitária em diferentes regiões do país. Neste viés, o Fórum do COREDE, entidade que congrega as 28 regiões Coredianas do Estado do Rio Grande do Sul, concretizou a elaboração de um planejamento estratégico, para cada região, em consonância com os estudos e planos já elaborados em nível estadual. O planejamento estratégico é um processo gerencial contínuo e sistemático, levando em conta as condições internas e externas à região e sua evolução esperada. No decorrer do processo, é realizado um diagnóstico e análise situacional e *swot* da região, com o intuito de estabelecer vocação, os objetivos, as estratégias, assim como ações que possibilitem um aumento da competitividade e o desenvolvimento.

O Planejamento deve estar alicerçado em referências estratégicas: Juntamente com a matriz FOFA, que ao desencadear o processo de planejamento territorial, aponta a vocação do município ou região, a ser desenvolvido de acordo com sua potencialidade. Só será possível elencar as potencialidades do município ou região, através de uma discussão formal envolvendo os cidadãos e que esses se tornem atores de sua própria realidade e não seja os cidadãos sofrerem a transformação de realidade. Certo é que deve prevalecer diagnóstico com a expressão da coletividade regional. Para se destacar no mercado uma é necessário ser reconhecida por sua excelência nas atividades desenvolvidas, é necessário possuir atribuições que a distingam dos concorrentes, é ter algo a mais para oferecer.

Serra et al. (2004) afirmam que para alcançar vantagem competitiva é necessário o estabelecimento de uma estratégia apropriada, que se baseie em dois fatores: objetivos coerentes e compreensão do negócio. O mesmo, entende-se a partir do desenvolvimento de uma região, diante disso os objetivos devem ir além de obter retorno financeiro, é necessário entender como funciona, e as suas evoluções a nível tecnológico e social que impõem as diferentes situações. A estratégia é definida pelo Porter (1980), “estratégia é uma fórmula ampla para o modo como uma empresa vai competir.” Estratégia e planejamento têm significados diferentes, mas um origina do outro.

Já a vocação de um local ou região para está ligada a habilidade de se fazer alguma coisa com gosto. E tratando-se de planejamento estratégico territorial, é necessário utilizar a vocação para delimitar um campo de atuação. As vocações de um determinado território têm condições de auxiliar na definição e validação dos principais potenciais daquele espaço geográfico, mas também podem ser entendidos como as aptidões, capacidades ou talentos passíveis de serem desenvolvidos pelos municípios e suas instituições (ALLEBRANDT et al, 2010).

Nessa perspectiva, compreende-se a importância de projetar a vocação de um local ou região na busca da promoção do seu desenvolvimento. Destaca-se que o processo de Planejamento deve ser norteado por ações, as situações almejadas de um planejamento. Outro fator relevante quanto às etapas de desenvolvimento do

processo de planejamento estratégico territorial nos remetem a divulgação e implementação do Plano de Desenvolvimento.

Para Allebrandt et al. (2010) é necessário que o processo traga resultados, pois divulgar para a comunidade torna-o mais próximo e desta forma faz com que estes se sintam mais engajados no alcance dos objetivos propostos. O processo de divulgação é fundamental para a implementação ou efetivação do plano de desenvolvimento principalmente à longo prazo.

Com o avanço da tecnologia e do acesso a informação o mundo tem sofrido alterações constantes. Atender as exigências de um mundo globalizado não é uma tarefa fácil. Os recursos são limitados, mas as organizações e instituições regionais precisam estar focadas seus esforços no cumprimento de suas propostas.

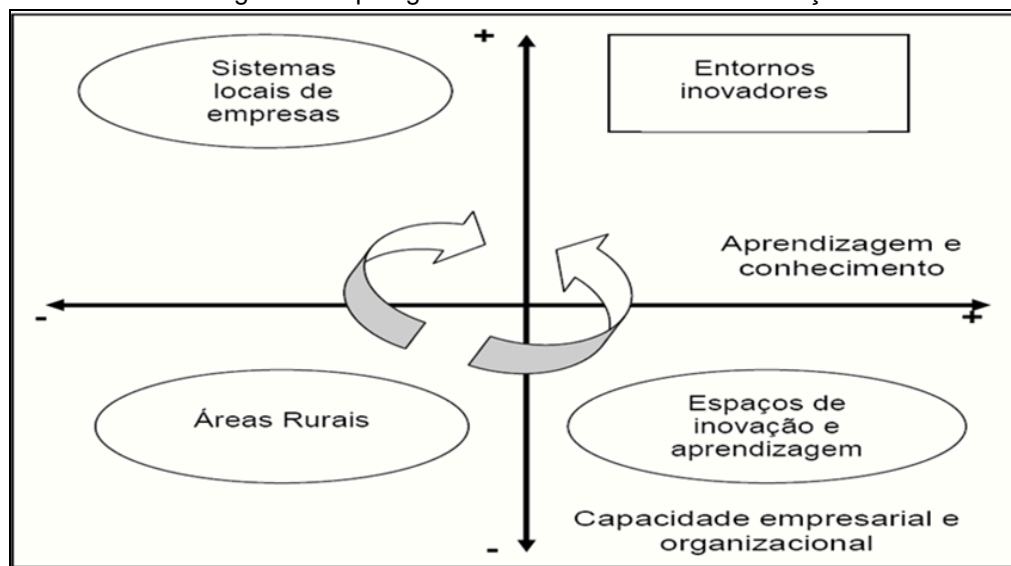
2.1 O DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL

Enfatiza-se a necessidade de se considerar nos modelos de desenvolvimento regional o aspecto de dimensão espacial, isto é, sugerem-se políticas de planejamento para o desenvolvimento regional que atendam aos problemas oriundos dos desequilíbrios setoriais espaciais (TOLOSA, 2001). Para Caldas (2014), o desenvolvimento regional pode ocorrer de duas formas: de forma exógena, que ocorre quando há intervenção de agentes externos à região, e de forma endógena, que basicamente acontece a partir do local.

Todavia, os objetivos propostos nesta pesquisa podem ser relacionados com a teoria do desenvolvimento endógeno, que identifica fatores de produção decisivos, os quais são: capital social, capital humano, conhecimento, pesquisa e desenvolvimento, informação e instituições. Há duas dimensões no desenvolvimento endógeno: o econômico, em que a sociedade empresarial utiliza sua capacidade para organizar os fatores produtivos da região, e o sociocultural cujos valores e instituições servem de base para o desenvolvimento da região (BARQUERO, 1988).

Aliando o conceito de desenvolvimento endógeno e a noção de sistemas locais de produção com estratégias de desenvolvimento regional endógeno, pode-se propor, formular e direcionar políticas públicas, para estruturação de um modelo de tipologia dos sistemas locais de produção, sendo o modelo apresentado na Figura 01 de Barquero (2001), o qual se propõe a diagnosticar as deficiências e carências de uma região, e, com a análise realizada, pode-se formular um planejamento que busque potencializar o desenvolvimento regional de forma sustentada.

Figura 1 - Tipologia dos Sistemas Locais de Produção.



Fonte: Barquero (2001, p. 65).

Em suma, a estrutura de um sistema local de produção pode abrigar, dentro do seu entorno, um apanhado de empresas e indústrias, com capacidades afins e complementares uma das outras, e de variados portes. Essas empresas e indústrias, por sua vez, atraem fornecedores, investidores e outras indústrias correlatas e de apoio, os *stakeholders*¹, cuja presença e importância nos sistemas locais são determinadas por inúmeras forças do mercado. Para que as estratégias de desenvolvimento regional endógeno ocorram dentro da maneira esperada, é necessário o fomento e a criação de um entorno econômico atrativo e favorável à sua aplicação. Em que, proporcione com os recursos disponíveis ou criados em uma região, as possibilidades de desenvolvimento locais e regionais, por exemplo, podem-se citar as indústrias de transformação ou a criação de um polo educacional.

Reforça-se esse pensamento com a ideia da instalação de uma indústria motriz, a qual poderá impulsionar o desenvolvimento de uma região, quando as mesmas forem apoiadas por políticas que incentivem economicamente a permanência das indústrias. Se o incentivo ocorrer de forma adequada, irá promover a agregação de valor, a produção e a retenção do excedente econômico que é gerado nesta economia local. Este processo pode ter como resultado a ampliação do emprego, dos produtos e da renda local e da região (PERROUX, 1967; NORTH, 1977).

Essa exemplificação de um modelo de desenvolvimento regional endógeno vem a corroborar com os objetivos da presente pesquisa. Pois, se a região precisa se adequar ao meio, primeiramente, é necessário verificar sua vocação ou aptidão,

¹ Stakeholders para Kunsh (1997) são considerados os públicos estratégicos das organizações.

e/ou criar meios e suporte para desenvolvê-la, fornecendo capacitação e investimentos ao capital humano e social. Com o processo de desenvolvimento ocorrendo de forma uniforme e qualitativa no espaço, pode-se criar forças de atração de capital humano especializado, empresas, indústrias, entre outras organizações necessárias para que as estratégias de desenvolvimento regional, endógenas ou exógenas, ocorram e potencializem o local e a região.

3. METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos utilizados: análises exploratória, descritiva e explicativa do problema e a avaliação formativa. Realizou-se coletas de dados secundários, a coleta dos dados secundários foi realizado por meio de pesquisa documental em diversos organismos. Os resultados da pesquisa apontaram que nos últimos anos, nenhum dos 27 municípios da região apresentou alto padrão de desenvolvimento no quesito renda do IDESE.

Todavia, ainda se fez uso do método hipotético dedutivo de Popper (1974) o qual possui dois momentos: o primeiro momento é o da criatividade, da construção, da formulação da hipótese; o segundo é o do teste dessa hipótese. Esse teste deve ser encarado como tentativa de refutação ou falseamento, o que caracteriza o procedimento científico que se define pela busca de hipóteses testáveis e a consequente disposição para procurar refutá-las. A refutação ou o falseamento podem ser conseguidos através de levantamento bibliográfico ou documental.

Para Cotrim (2000), o método hipotético dedutivo é responsável por identificar os problemas existentes entre as expectativas e as possíveis teorias. Esses problemas serão testados para que se encontrem soluções mais justas e plausíveis da realidade. Quando se testa uma teoria, analisando-a através do método hipotético de Popper, busca-se compará-la a outras leis ou a outras teorias referentes à temática em estudo, para assim realizar um falseamento.

Esclarecido o método utilizado, essa pesquisa também fez uso de elementos da pesquisa básica, que visa ao desenvolvimento da teoria e do conhecimento necessários para o constructo teórico.

A avaliação de resultados julga a efetividade de um programa ou de um plano para saber se a ideia e/ou a generalização são efetivas ou não e em quais condições, e se poderão avaliar as metas da intervenção. A avaliação formativa se caracteriza pela tentativa de analisar resultados no contexto em que se está trabalhando. Consiste na melhoria ou no acompanhamento para a implantação de planos ou programas. As avaliações de resultados e as avaliações formativas enfatizam as metas da intervenção que o pesquisador propõe, buscando ressaltar os pontos fortes e fracos de um programa ou política. Com isso, é possível analisar a efetividade de intervenções e fazer recomendações para o melhoramento dos processos (ROESCH, 1999).

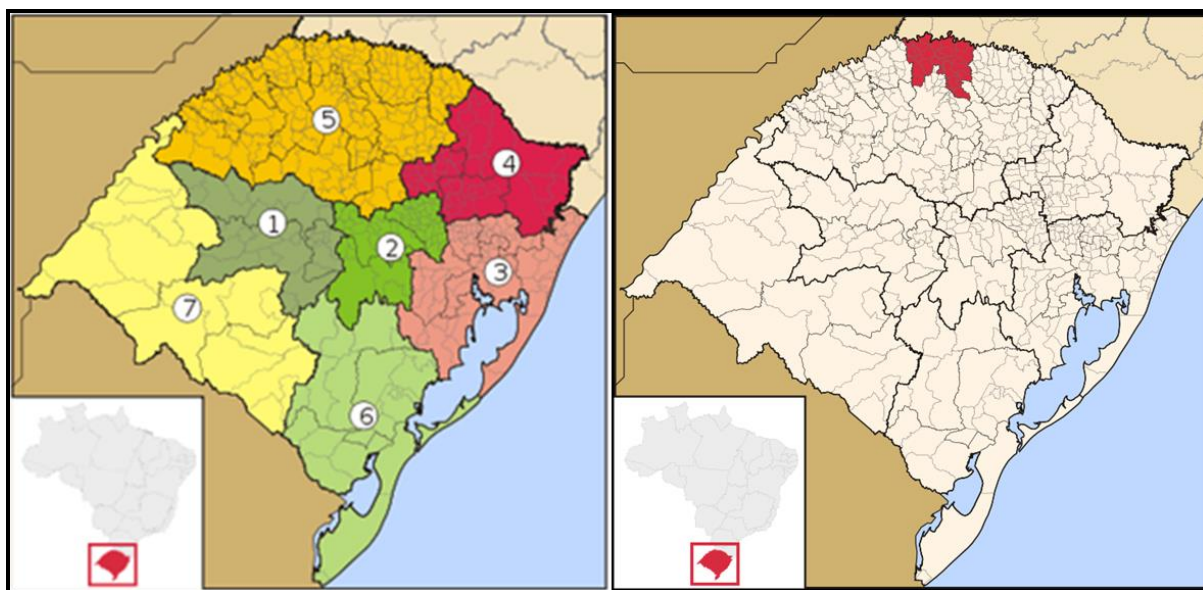
4. O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA MICRORREGIÃO DE FREDERICO WESTPHALEN/RS

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) subdivide o Estado do Rio Grande do Sul em 07 mesorregiões. O estudo concentra-se na mesorregião Noroeste Rio Grandense, a qual possui em seu recorte 216 municípios, subdivididos em 13 microrregiões.

De acordo com a Constituição Brasileira de 1988 (art. 25, §3º), a microrregião é um agrupamento de municípios vizinhos. Sua finalidade é integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, definidas por lei complementar estadual. Portanto, a presente pesquisa concentra-se na microrregião de Frederico Westphalen/RS, a qual possui no seu limite territorial 27 municípios que abrange uma área de 5.174Km². A população total do território é de 174.897 habitantes, dos quais 53% da população moram na área urbana e 47% na área rural, situação distinta do Estado Sulino, onde 85% da população é urbana e 15% rural (IBGE, 2016).

Os municípios são: Alpestre; Ametista do Sul; Caiçara; Constantina; Cristal do Sul; Dois Irmãos das Missões; Engenho Velho; Erval Seco; Frederico Westphalen; Gramado dos Loureiros; Iraí; Liberato Salzano; Nonoai; Novo Tiradentes; Novo Xingu; Palmitinho; Pinheirinho do Vale; Planalto; Rio dos Índios; Rodeio Bonito; Rondinha; Seberi; Taquaruçu do Sul; Três Palmeiras; Trindade do Sul; Vicente Dutra e Vista Alegre. Na Figura 2 pode ter uma noção da localização da Mesorregião Noroeste e da Microrregião de Frederico Westphalen/RS e seus 27 municípios no mapa do Rio Grande do Sul.

Figura 2 - Mapa de localização da Mesorregião Noroeste e Microrregião de Frederico Westphalen/RS.



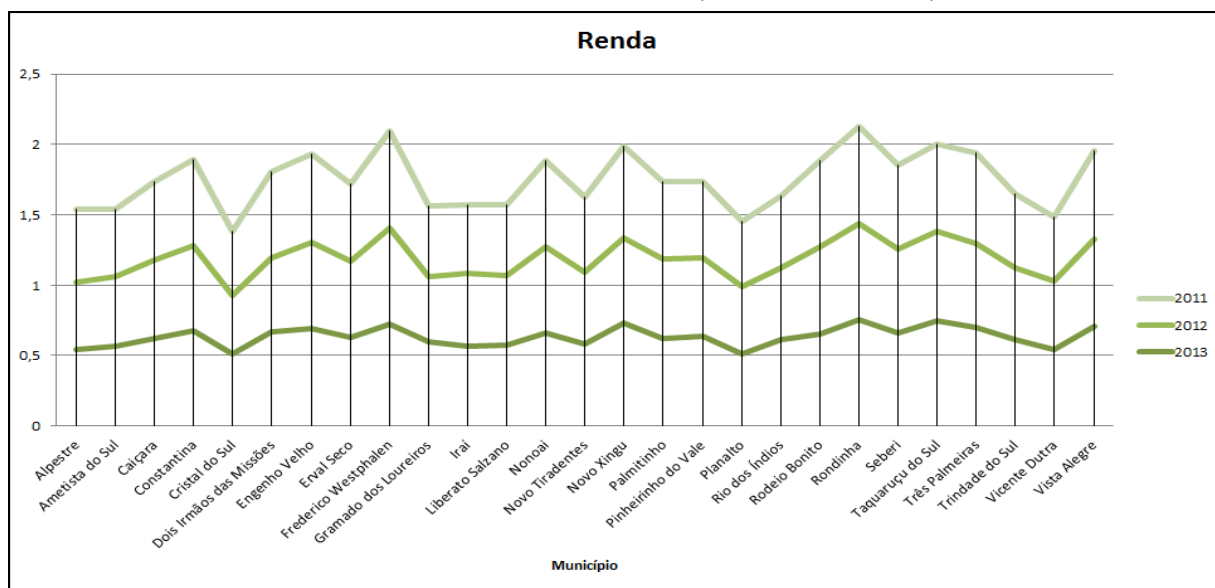
Fonte: IBGE (2016).

A partir desta explicitação pode-se mensurar o perfil do desenvolvimento socioeconômico da microrregião de Frederico Westphalen/RS. A pode ser alterado positivamente por meio de investimentos em capital humano, o que pressupõe maiores inversões em saúde e educação, que são importantes para melhorar o rendimento das famílias. Esses gastos não são despesas, mas sim investimentos na população auferindo mais conhecimento e habilidades, o que lhe tornam mais produtivos. Uma população mais produtiva auferir maiores ganhos em termos de Produto Interno Bruto (PIB), melhorando o PIB per capita e as condições de emprego e da renda das regiões, pois mais produção e produtividade pressupõem mais excedentes e mais competitividade as empresas. Isso torna as regiões mais atrativas aos investimentos. Assim, os investimentos em educação possibilitarão às regiões o crescimento em termos econômicos, mas também a melhoria das condições de vida resultando na melhoria dos indicadores do desenvolvimento (SCHULTZ, 1987).

Analisando-se os indicadores de maneira genérica, observa-se que expressam, na melhor das hipóteses, uma realidade socioeconômica de forma parcial, pois são somente representantes de um aspecto de uma realidade complexa. No caso específico dessa pesquisa, a qual faz uso do IDESE para remeter a um diagnóstico do desenvolvimento socioeconômico da microrregião.

Em análise quanto aos três blocos que formam o IDESE pode-se verificar que há bons resultados quando fala-se em investimento em capital humano “educação e saúde”, mas quanto ao quesito renda, a microrregião não encontra-se no mesmo estágio de desenvolvimento. No Gráfico 1 explicita-se a situação entre os anos de 2011 a 2013 quanto ao desempenho do bloco renda entre os 27 municípios da microrregião.

Gráfico 1 - Bloco Renda do IDESE (2011, 2012 E 2013).



Fonte: IDESE/FEE Dados (2016).

Pode-se perceber que nos três anos de análise os três melhores municípios que se destacaram foram os mesmos apenas com pequena diferença de ordem entre os anos. O mesmo ocorreu quanto aos três piores classificados, onde dois municípios permaneceram entre os menos favorecidos na análise dos últimos três anos do IDESE. Conforme fica claro no Quadro 3 com os dados dos 3 melhores e os 3 piores municípios quanto ao bloco renda do IDESE.

Quadro 3 - Classificação dos 3 melhores e 3 piores no Bloco Renda do IDESE.

MELHORES CLASSIFICAÇÕES			
Ano	Posição	Municípios	IDESE/Renda
2011	1º	Rondinha	(0,695)
	2º	Frederico Westphalen	(0,684)
	3º	Novo Xingu	(0,651)
2012	1º	Frederico Westphalen	(0,689)
	2º	Rondinha	(0,679)
	3º	Taquaruçu do Sul	(0,635)
2013	1º	Rondinha	(0,755)
	2º	Taquaruçu do Sul	(0,749)
	3º	Novo Xingu	(0,730)
PIORES CLASSIFICAÇÕES			
2011	1º	Planalto	(0,467)
	2º	Vicente Dutra	(0,459)
	3º	Cristal do Sul	(0,453)
2012	1º	Planalto	(0,473)
	2º	Gramado dos Loureiros	(0,468)
	3º	Cristal do Sul	(0,419)
2013	1º	Ametista do Sul	(0,441)
	2º	Planalto	(0,514)
	3º	Cristal do Sul	(0,508)

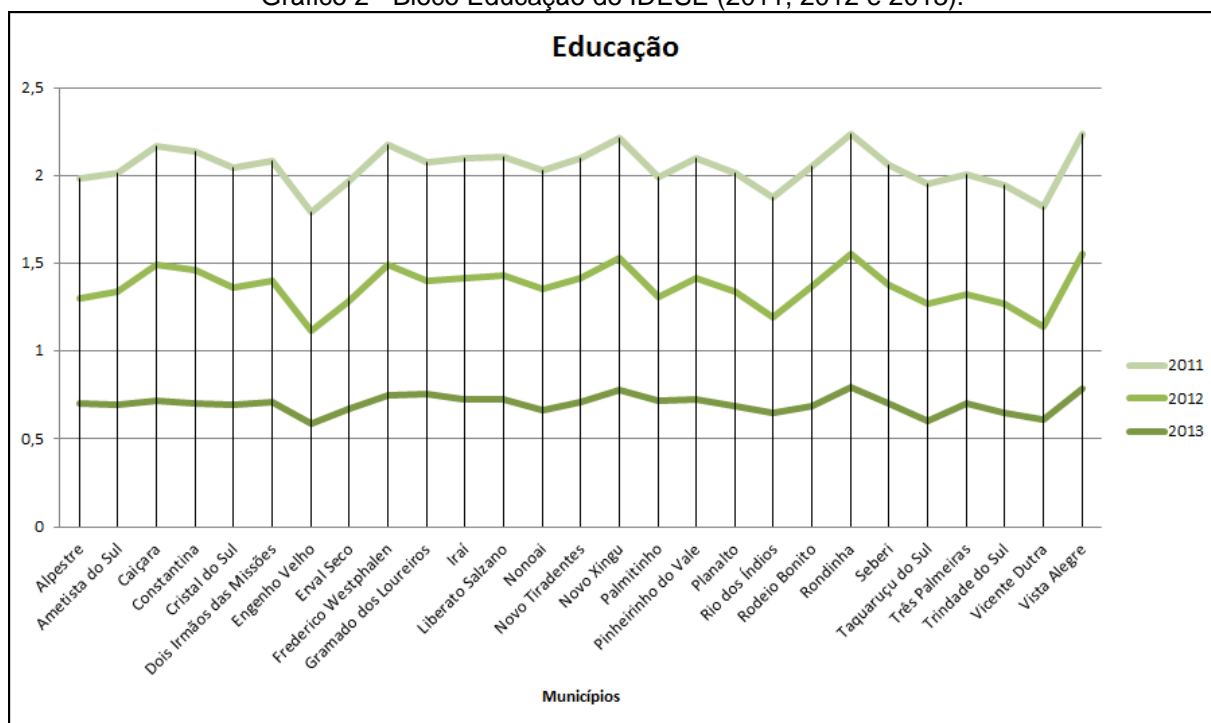
Fonte: IDESE/FEE Dados (2016).

Evidencia-se o quanto estes municípios permanecem estagnados, os melhores continuam entre os melhores, mas com pouca evolução a exemplo do município de Rondinha que mais obteve destaque, mas seu processo evolutivo quanto ao bloco renda teve um crescimento de (0,695) para (0,755). Tal como entre os menos favorecidos a exemplo de Planalto que teve seu índice variando entre (0,467) a (0,514). Percebe-se um leve crescimento. Mas em termos de desenvolvimento socioeconômico não geram o impacto necessário para alavancar as necessidades locais e regionais de toda a região. Extremamente carente de

investimentos em meios que promovam postos de trabalho e alavanquem a renda da população.

Neste viés, seguem os gráficos representativos ao desenvolvimento humano, ou seja, os blocos referentes à saúde e a educação da população. Assim, será possível compreender o aumento no que diz respeito à ‘Educação’ e ‘Saúde’, em algumas cidades da microrregião de Frederico Westphalen². Todavia, com base no Gráfico 02 apresentado a seguir, pode-se perceber o aumento gradativo da ‘Educação’, em algumas cidades distintas, como: Rondinha, Novo Xingu, Frederico Westphalen, Dois irmãos das Missões e Caiçara.

Gráfico 2 - Bloco Educação do IDESE (2011, 2012 e 2013).



Fonte: IDESE/FEE Dados (2016).

Dentre as cidades que se destacam no bloco educação, novamente a cidade de Rondinha chama atenção, mas agora com dados voltados ao desenvolvimento humano da população. Considerando que esta cidade sempre teve certo aumento no decorrer dos anos analisados, de maneira positiva. Já entre as cidades que tiveram um declínio neste quesito, encontram-se: Vicente Dutra, Rio dos Índios, Palmitinho e Engenho Velho.

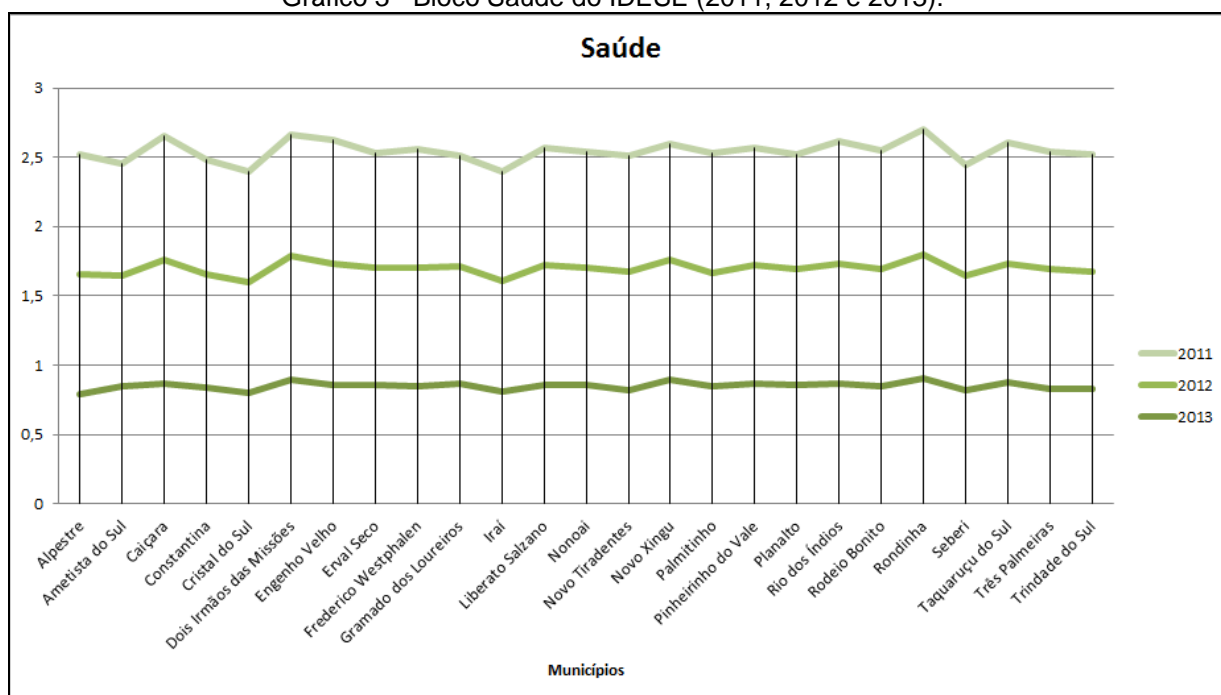
Em relação ao bloco saúde do IDESE, verifica-se a partir do Gráfico 03, que nenhuma cidade se destaca tanto “uma entre a outra”, se comparado com as análises anteriores. Entretanto, a cidade de Rondinha ainda, continua sobressaindo-

² Cidade localizada na microrregião noroeste (IBGE) do Estado do Rio Grande do Sul.

se perante as demais 27 cidades, como pode-se observar. Deste modo, ainda entre as cidades que tiveram um aumento significativo de 18, 51%, onde se encontram dos municípios de Taquaruçu do Sul, Rio dos Índios, Novo Xingu, Dois Irmãos das Missões e Caiçara. Logo, as cidades que decaíram nessa questão resultaram também em 18,51% dos municípios da microrregião, os quais foram às cidades de: Seberi, Novo Tiradentes, Iraí, Cristal do Sul e Ametista do Sul.

Essa mesma temática explicita-se quando se lança um olhar mais apurado ao sub índice da saúde. O que se pode observar no Gráfico 03 a seguir.

Gráfico 3 - Bloco Saúde do IDESE (2011, 2012 e 2013).



Fonte: IDESE/FEE Dados (2016).

Posto isso, acredita-se que o município de Rondinha, destacou-se perante os demais municípios da microrregião do IBGE, pelo fato de que a mesma refere-se a uma localidade agrícola, e que se encontra em uma constante busca pela inovação, principalmente, no que concerne a equipamentos de tecnologia que auxiliem os produtores rurais da cidade. Considera-se que as demais cidades que obtiveram um declínio, conforme apresentado, pode ser mensurar que foi devido à localização das mesmas, o que dificulta sua logística, o que em muitas vezes, afeta diretamente o seu desenvolvimento em relação a questões relativas ao seu desenvolvimento econômico, social e ambiental.

A partir dos dados apresentados entendemos que o planejamento estratégico territorial pode contribuir com o desenvolvimento de uma região, em relação as análises de dados apresentados pela IDESE compreendemos que a divisão dos COREDES faz que com que os municípios de uma mesma região, do IBGE, lutem

pelo desenvolvimento em COREDES opostos, prejudicando o desenvolvimento da regional.

5. CONCLUSÃO

Este texto analisou o perfil do desenvolvimento socioeconômico da microrregião de Frederico Westphalen/RS, a partir do desempenho socioeconômico dos 27 municípios que compõe a microrregião. Os procedimentos metodológicos foram a análise comparativa da última edição do quanto aos anos de 2011, 2012 e 2013. Os resultados demonstraram que a microrregião do estudo necessita capitanear as variáveis de renda. Nesse quesito, o indicador máximo alcançado na região foi o IDESE/Renda 0,755, no município de Rondinha. A grande maioria dos demais municípios se encontra em uma faixa abaixo dos 0,6 chegando ao seu patamar mais baixo de 0,508 no município de Cristal do Sul em 2013.

Os dados quanto a renda demonstra o baixo nível de investimento feito na região. Já as variáveis educação e saúde apresentaram um perfil bem mais avançado. O que por si demonstra uma situação contraditória, pois os investimentos em capital humano não estão se refletindo em melhoria global do IDESE. Isso torna evidente a necessidade de investimento público e a mobilização da sociedade civil em prol de ações para estimular o desenvolvimento socioeconômico local e regional mais equitativo entre os 27 municípios do entorno.

A microrregião tem seu foco nas pequenas propriedades rurais e agroindústrias, possui também grande direcionamento na prestação de serviços, comércio, e atualmente com alto investimento em instituições de ensino. Mas a geração de renda fica a segundo plano dificultando e até aniquilando o desenvolvimento socioeconômico da microrregião.

Todavia, fica a crítica aos governantes do Estado Sulino, quanto a formulação de um real planejamento estratégico territorial que busque a promoção da qualificação dos municípios e da microrregião. Com um retrato fiel a situação, com dados que reconheçam a vocação regional, que busquem a qualificação e melhorias da microrregião como um todo.

Por fim, cabe ressaltar que essa análise discutiu apenas o apresentado em dados secundários (IBGE, IDESE, FEE, etc). Isso remete a necessidade de mais estudos e pesquisas que analisem com mais profundidade as condições e o perfil do desenvolvimento socioeconômico da mesorregião noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, em especial as microrregiões com mais fragilidades, a exemplo da de Frederico Westphalen/RS. Isso irá auxiliar na estruturação de um planejamento estratégico territorial focado na geração de renda, além de fortalecimento do capital humano regional.

Referências

ALLEBRANDT, S. L.; BÜTTENBENDER, P. L.; SIEDENBERG, D. R. **Detalhamento de um modelo de planejamento estratégico territorial**. In: SIEDENBERG, D. R. Fundamentos e Técnicas de Planejamento Estratégico Local/Regional. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010, pp. 49 -79.

COTRIM, G. **Fundamentos da Filosofia**: História e grandes temas. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

BARQUERO, A. V. **Desarrollo local**: Una estrategia de creación de empleo. Madrid, Ed. Pirâmide, 1988.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Tradução de Ricardo Brinco. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. (FEE). Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/>. Acesso em: 23 de abril de 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistemas de Contas Nacionais Brasil, 2016. Disponível em: www.ibge.gov.br/. Acesso em: 23 de abril de 2016

KUNSCH, M. M. K. **Relações Públicas e a Modernidade**. Summus: São Paulo, 1997.

NORTH, D. **Teoria da localização e crescimento econômico regional**. In. SCHWARTZMAN, J. Economia regional: textos escolhidos. Belo Horizonte: CEDEPLAR. p. 291-313, 1977.

OLIVEIRA, D. de P. R. **Planejamento Estratégico**: conceitos, metodologia, práticas. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, D. de P. R. **Estratégia empresarial e vantagem competitiva**: como estabelecer, implementar e avaliar. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PERROUX, F. **L'économie du XX émesiècle**. Paris: PUF, 1967.

POPPER. K. R. **Ciência: conjecturas e refutações**: previsão e profecia nas ciências sociais. In: Conjecturas e refutações. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 1974.

PORTER, M. **Estratégia Competitiva**: Técnicas para análises de indústrias e concorrências. Rio de Janeiro. Campus, 1996.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração**: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertação e estudos de casos. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SERRA, F. A. R; TORRES, M. C. S.; TORRES, A. P. **Administração Estratégica**: conceitos, roteiro prático e casos. 1.ed. Rio de janeiro: Reichmann & Affonso, 2004.

SCHULTZ, T. W. **Investindo no povo**: O segredo econômico da qualidade da população. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1987.

TOLOSA, H. C. **Polos de Crescimento**: Teoria e Política Econômica. São Paulo. EGRT, 2001.

6.SUSTENTABILIDADE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UM ESTUDO SOBRE O ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DO LEITE DE SANTANA DO LIVRAMENTO

MAZZA, Vera Maria de Souza¹
 MADRUGA, Lúcia Rejane da Rosa Gama²
 ÁVILA, Lucas Veiga³
 ZAMBERLAN, João Fernando⁴
 MACULAN, Calusa Grendene⁵

1. INTRODUÇÃO

A sustentabilidade tem sido um tema explorado em diversos setores, diferentes culturas e países, gerando análises e interpretações multifacetadas. Em grande parte é estudada e conhecida pela sua dimensão relativa ao meio ambiente, como as mudanças climáticas, as questões como poluição ou degradação do solo, dentre outras. Entretanto, a questão econômica também é enfocada uma vez que se considera o padrão de produção e consumo atualmente insustentável (NASCIMENTO, 2012).

Dentre os vários aspectos e dimensões inseridos na complexidade do tema sustentabilidade, percebe-se a necessidade de compreensão a respeito das suas implicações para o âmbito social. Segundo Elkington (1998), teremos dificuldades em tratar as questões econômicas e ambientais se não trabalharmos questões sociais, políticas e éticas, acarretando um retrocesso nos rumos da sustentabilidade.

A sustentabilidade social vem sendo trabalhada no campo do agronegócio, tanto em políticas públicas quanto em iniciativas privadas, buscando adequar-se às novas proposições de mercado e às mudanças que têm ocorrido no cenário mundial. No Brasil, a partir da década de 1990, com a abertura econômica, a globalização e o desenvolvimento de novas tecnologias de informação apresentam-se dois processos de desenvolvimento aparentemente antagônicos: a globalização econômica, expressada na crescente competição transnacionalizada, e a regionalização social, com foco no desenvolvimento social endógeno, ou seja, o desafio do desenvolvimento equacionando a produtividade, às questões sociais e ambientais (DANS, 1993; MAIA, 2012; SCARLATO et al., 1994).

¹ Mestre – Programa de Pós-Graduação em Administração – Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

² Doutora em Agronegócios pelo Programa de Pós-Graduação em Agronegócios – PPGA – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGA – Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

³ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Administração – Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Professor da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS.

⁴ Pós doutor em Administração Programa de Pós-Graduação em Administração – Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Professor Adjunto da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ.

⁵ Graduanda do Curso de Administração da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

De um lado, a emergência de uma agricultura científica e globalizada caracterizada principalmente pela monocultura, focada na produção de *commodities* para a exportação e, de outro, a regionalização do espaço rural com foco nas pequenas propriedades.

Nesse contexto, as discussões sobre sustentabilidade no agronegócio emergem de forma quase imperativa, o que considera uma perspectiva de longo prazo com um planejamento que valorize as mudanças de cenário, os possíveis impactos que suas decisões irão acarretar e, mais do que isso, a opinião de várias esferas da sociedade. Dessa forma, além da análise individual de uma ou outra organização é necessário analisar as consequências para um conjunto maior de organizações e pessoas, incluindo-se, no caso das organizações, a perspectiva de seus diversos públicos interessados (*stakeholders*).

No Rio Grande do Sul, no ano de 2015, 28 APLs foram considerados como “enquadrados” e cinco como “reconhecidos”. Os arranjos “enquadrados” recebem recursos financeiros do governo estadual e para tal necessitam comprovar a existência de coordenação e cooperação, evidenciando o funcionamento de uma governança entre as instituições e as empresas e/ou produtores integrantes do APL. Neste estágio os recursos financeiros governamentais devem ser empregados para o desenvolvimento das ações do APL e fortalecimento da governança. Os arranjos “reconhecidos” são aqueles que, embora possuam reconhecimento institucional, ainda não recebem o repasse de recursos do governo (AGDI, 2015).

O APL do Leite de Santana do Livramento é o objeto deste estudo e está na categoria de “enquadrado” pelo governo estadual, embora até o momento da realização desta pesquisa ainda não tenha recebido os recursos governamentais para investimento no mesmo. O APL do Leite de Santana do Livramento foi escolhido para a realização desse estudo por ser um APL em formação e por estar localizado na fronteira oeste do RS, região que vem mudando sua configuração produtiva devido a vários fatores como a produção leiteira, em grande parte oriunda dos assentamentos de reforma agrária, a vitivinicultura, a instalações de instituições de ensino, pesquisa e extensão, dentre outros fatores.

Este estudo contribui com as discussões sobre os *stakeholders* e a sustentabilidade na sua dimensão social, procurando entender como estes dois conceitos se aproximam no contexto de um APL em uma configuração que busca o desenvolvimento local e regional. O presente estudo tem como objetivo caracterizar a sustentabilidade social em Arranjos Produtivos Locais do agronegócio na percepção das “partes interessadas”. A seguir, apresenta-se revisão de literatura, método do estudo, análise e discussão dos resultados e, por fim, as considerações finais.

2. REVISÃO DE LITERATURA

A seguir será apresentada a abordagem teórica e conceitual a respeito do presente estudo, em duas partes. A primeira trata do contexto dos arranjos produtivos locais. A segunda aborda questões relativas à sustentabilidade social.

2.1 Arranjos produtivos locais

As configurações sociais como os Arranjos Produtivos Locais têm origem nos estudos do economista Alfred Marshall ([1890] 2010). Ele percebeu vantagens na aglomeração geográfica de pequenas empresas na Inglaterra em relação a empresas não pertencentes a essa aglomeração, tais como mão-de-obra especializada, interligação entre produtores, fornecedores e usuários, desenvolvimento de serviços de infraestrutura, aprendizado, assim como maior capacidade de inovação devido ao conhecimento gerado de forma coletiva, dentre outras (COSTA, 2010; PUPPIM DE OLIVEIRA, 2009; VASCONCELOS et al., 2005).

As vantagens da aglomeração geográfica de empresas de um mesmo setor em um determinado território apresentam aspectos referentes à competição e à cooperação e são consideradas importantes para o desenvolvimento local e regional. Podemos apresentar como exemplos destas configurações o crescimento de determinadas regiões em detrimento de outras, como no caso do Vale do Silício (Nos Estados Unidos), conhecido pela sua capacidade inovativa. Destacam-se também como exemplos Baden-Wurtemberg (Alemanha), Jutland (Dinamarca), Cambridge (Inglaterra), Barcelona (Espanha), incluindo ainda países como Japão, Brasil, Índia e Paquistão (BATISTI, 2009; LASTRES e CASSIOLATO, 2003; SCHMITZ e NAVDI, 1999).

Segundo Cardoso et al. (2014), o conceito de APL trabalhado pelo Governo Federal define APL como sendo:

[...] aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa (CARDOSO et al., 2014, p. 7).

Esse conceito que embasa as políticas públicas remete à importância das proximidades geográficas, organizacional e institucional, enquanto um sistema fundado em relações de interdependência entre os atores locais (COSTA, 2013).

Entende-se, portanto, que um APL pode estar localizado em áreas tanto urbanas quanto rurais e pode ser composto por empresas, produtores rurais, instituições de ensino e pesquisa, associações, instituições de apoio, dentre outras composições. Os APLs podem se configurar em vários setores e estão presentes tanto em grandes como em pequenas economias, e em vários níveis geográficos (países, estados e cidades) (PORTER, 2009).

Pesquisadores da Rede de Pesquisa em Arranjos Produtivos e Inovativos Locais (RedeSist) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) salientam a visão sistêmica bem como o papel da inovação como fatores importantes para o desenvolvimento e difusão de tecnologias. Dessa forma, passam a denominar os APLs, no contexto brasileiro, como Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (ASPILs) (LASTRES e CASSIOLATO, 2003).

Ao longo dos anos 90, embora tenha sido destacada a relevância dos ASPILs para o desenvolvimento regional, devido ao êxito de experiências passadas, acabaram sendo replicados modelos de forma equivocada, partindo de uma visão de mundo globalizado, sem grandes diferenciações (LASTRES e FERRAZ, 1999). Nessa linha de argumentação, Cassiolato (2010) cita Celso Furtado ao afirmar que a globalização está longe de conduzir à adoção de políticas uniformes, e que as diferenças entre economias não decorrem somente de fatores econômicos, mas também de diversidades nas matrizes culturais e de particularidades históricas que levam à necessidade de uma especificidade da política.

A experiência brasileira aponta para a necessidade de se pensar em uma nova geração de políticas voltadas aos ASPILs que sejam baseadas em experiências brasileiras, considerando a diversidade cultural e a extensão continental do país (CASSIOLATO, 2010). Este mesmo autor afirma que o desenvolvimento atualmente sinaliza para a potencial mudança de paradigma tecnológico em direção a novos padrões de produção e consumo menos dependentes de recursos não renováveis. Essas alterações sugerem novas necessidades em termos de ciência, tecnologia e inovação no Brasil no futuro próximo.

Países como Índia, China e África do Sul já apresentam políticas voltadas para a capacitação, utilização e exploração da especificidade e conhecimento local para promover inovações neles baseadas (CASSIOLATO, 2010). Para o autor há, no Brasil, além da ênfase na inovação, a necessidade de que a política de desenvolvimento produtivo seja raciocinada de forma territorial e sistêmica, e que o país lidere ou, pelo menos, assuma posição destacada no paradigma da sustentabilidade que se apresenta.

2.2 A sustentabilidade social

A sustentabilidade tem sido um tema explorado em análises e interpretações multifacetadas. Dentre as várias dimensões e aspectos que são inseridos na complexidade de seu conceito, destaca-se a necessidade de compreensão a respeito das suas implicações para o social (MADRUGA et al., 2013).

A noção de sustentabilidade tem duas origens. A primeira delas é relativa ao meio ambiente e refere-se à capacidade de recuperação e reprodução dos ecossistemas (resiliência) em face de agressões antrópicas, tais como o uso abusivo

dos recursos naturais, desflorestamento, etc., ou naturais, a saber: terremoto, tsunami, etc. (NASCIMENTO, 2012; SCHARTZ e CARROL, 2008). A segunda, conforme Nascimento (2012), é proveniente da economia, refere-se ao desenvolvimento e apresenta a percepção de que o padrão de produção e consumo em expansão no mundo não tem possibilidade de perdurar. Desta forma, a ideia de sustentabilidade ganha corpo e expressão política na adjetivação do termo desenvolvimento.

Nascimento (2012) aponta que as origens mais recentes dos debates sobre sustentabilidade datam da década de 1950, quando, pela primeira vez, a humanidade percebeu um risco global ao meio ambiente: a poluição nuclear; embora, segundo McCormick (1992), os alertas em relação à necessidade de a sociedade se preocupar com problemas de conservação de recursos naturais já fosse objeto de muitos outros trabalhos desde o século XIX, inspirando políticas públicas adotadas pelos Estados Unidos no início do século XX.

A cientista e ecologista norte-americana Rachel Carson, em 1962, lançou o livro *A primavera silenciosa*, no qual apresenta um questionamento do modelo agrícola convencional e sua crescente dependência do petróleo como matriz energética, nos Estados Unidos, bem como sobre o uso indiscriminado e excessivo de substâncias tóxicas na agricultura (DOBSON, 1994; MARTELL, 1994).

Com foco na conscientização ambiental e no Desenvolvimento Sustentável, a ONU organizou, em Estocolmo, a primeira conferência mundial sobre o Meio Ambiente Humano, em 1987, que culminou com a publicação do relatório “Nosso Futuro Comum”, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), instituída também pela ONU. Nesse contexto, o desenvolvimento sustentável foi definido como: “desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer suas próprias necessidades” (WCED, 1987, p. 42).

A partir do relatório “Nosso Futuro Comum”, a dimensão social da sustentabilidade passou a ser evidenciada, uma vez que, em tal relatório, atribui-se ao modelo de desenvolvimento da época o aumento das desigualdades sociais entre os países, de modo que o social passou a integrar a questão ambiental. Segundo o relatório de Brundtland (1987):

A pobreza é uma das principais causas e um dos principais efeitos dos problemas ambientais do mundo. Portanto, é inútil tentar abordar esses problemas sem uma perspectiva mais ampla, que englobe os fatores subjacentes à pobreza mundial e à desigualdade internacional (BRUNDTLAND, 1987, p. 4).

Houve um movimento, a partir dessa conceituação, que envolveu diversos segmentos da sociedade em busca da operacionalização do conceito para que desse suporte à aplicação prática por parte de organizações, governos e demais

agentes sociais. No âmbito empresarial, na busca de formas sistemáticas para operacionalizar o conceito de sustentabilidade, Elkington (1998) apresentou um modelo por ele denominado *Triple Bottom Line* – TBL, conhecido como Tripé da Sustentabilidade, o qual operacionalizou o conceito em três pilares: econômico, social e ambiental, acrescentando que eles deveriam ser integrados. Segundo Elkington (1998), o objetivo de cada pilar do tripé é:

(i) Social: trata-se do capital humano de um empreendimento, comunidade, sociedade como um todo. Além de salários justos e de estar adequado à legislação trabalhista, é preciso pensar em outros aspectos como o bem estar dos funcionários;

(ii) Ambiental: refere-se ao capital natural de um empreendimento ou sociedade. É a perna ambiental do tripé. Aqui, assim como nos outros itens, é importante pensar no pequeno, no médio e no longo prazo. A princípio, praticamente toda atividade econômica tem impacto ambiental negativo. Nesse aspecto, a empresa ou a sociedade deve pensar em formas de amenizar esses impactos e compensar o que não é possível amenizar; e

(iii) Econômico: refere-se aos temas ligados à produção, distribuição e consumo de bens e serviços, levando em conta os outros aspectos que envolvem o setor em que a empresa atua.

Segundo Elkington (1998), na teoria econômica tradicional, de forma simplista, o capital de uma empresa é a diferença entre seus ativos e suas obrigações e pode ser encontrado de duas formas principais: capital físico e capital financeiro. Para o autor, considerando-se a perspectiva de sustentabilidade, é necessária a ideia de capital econômico que englobe, também, o capital humano, intelectual, natural e social.

O capital humano considera os investimentos em educação, treinamento, assistência médica, e assim por diante. Segundo Elkington (1998), tais investimentos são considerados como investimentos em capital humano porque as pessoas não podem ser separadas de seus conhecimentos, habilidades, saúde ou valores, da mesma forma como podem ser separadas de seus ativos financeiros e físicos.

Para Elkington (1998), o capital natural integra o campo das interações entre lucro e meio ambiente, e o capital social, que decorre da atuação em conjunto por meio das capacidades desenvolvidas nos níveis sociais por meio da difusão, implementação e manutenção de valores como fidelidade, honestidade e interdependência.

O capital social é importante no conceito de sustentabilidade social tendo destaque no meio acadêmico desde 1916, com os estudos de Lyda Judson Hanifan, em escolas comunitárias rurais dos EUA. Este trabalho pioneiro entendia que a

causa da pobreza estava no decréscimo da sociabilidade e das relações de vizinhança (BAQUERO e CREMONESE, 2006).

Os sociólogos Francis Fukuyama (1996), Robert Putnam (2006), Pierre Bourdieu (2003) e James Coleman (1988) retomam a expressão “capital social”, na década de 1980, difundindo-a para diversas áreas da pesquisa e práticas sociais, destacando tanto implícita quanto explicitamente as variáveis confiança, coesão social, redes, normas e instituições (BAQUERO e CREMONESE, 2006).

Segundo Bourdieu (2003), o capital social é um conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento, sendo o homem a ponte entre o capital social e o desenvolvimento econômico. Considerando o desenvolvimento como um processo que tem como resultado a elevação do bem-estar da sociedade e que é obtida com responsabilidade ética e moral perante toda a natureza (SOUZA, 2006).

Para Putnam (2006) o capital social é representado pelos laços de confiança e de reciprocidade, de cooperação e solidariedade entre indivíduos que conjugam uma mesma história, normas, valores, objetivos, obrigações e fluxos de informações. Segundo o autor, o nível de capital social repercutirá no atraso ou avanço econômico.

Baquero (2007) considera o capital social a partir da relação entre Estado e sociedade, ou seja, o capital social surgiria a partir de uma necessidade de encontrar canais efetivos de comunicação entre o Estado e a sociedade. Além desta necessidade, existe a preocupação com a destruição dos laços sociais tradicionais e a ausência de apoio às instituições que mantêm as relações sociais equilibradas. Segundo o autor, o capital social gera ações construtivas para a sociedade, como governos mais democráticos e eficientes, ou instituições governamentais eficientes e legítimas que viabilizem a confiança interpessoal. O autor destaca ainda que o capital social surge de interações cotidianas e não por legislação. Nesse caso o desenvolvimento resultaria da cooperação.

Segundo Baquero (2007), em sociedades nas quais as políticas convencionais não conseguem materializar o potencial do cidadão para se envolver em atividades coletivas, ou ainda em ações para o desenvolvimento comunitário, o capital social, com suas variáveis, como reciprocidade e confiança, pode mudar esta realidade, pois tem efeito positivo.

Referente à sustentabilidade social, Vallance et al. (2011) fazem uma revisão de literatura e traçam uma evolução do que se entende como dimensão social da sustentabilidade e suas implicações, destacando maneiras de como a ideia se conecta com problemas e desafios ambientais e econômicos mais amplos. Os autores argumentam que uma melhor compreensão dos elementos sociais do

conceito de sustentabilidade é fundamental para conciliar demandas por vezes concorrentes do “tripé” ambiente, economia e sociedade, de modo que muitas e variadas contribuições de cientistas sociais têm levado a certa confusão conceitual que compromete a utilidade do termo sustentabilidade social.

Há, segundo Neamtu (2012), certo consenso de que não tem sido dado o mesmo peso aos três pilares da sustentabilidade, e que é escassa a literatura que se concentra especificamente na sustentabilidade social. As preocupações sociais somam-se, no contexto da sustentabilidade social, orientando objetivos de instituições como a ONU (Organização das Nações Unidas), que reafirma o compromisso em respeitar como valores essenciais para as relações internacionais, a liberdade, a igualdade, a solidariedade, a tolerância, o respeito à natureza e a responsabilidade comum (MADRUGA *et al.*, 2013). A Divisão de Desenvolvimento Sustentável da UNCED (*United Nations Department of Economic and Social Affairs*) definiu como indicadores sociais: (i) a equidade, onde incluiu as questões de igualdade de gênero e pobreza; (ii) a saúde, onde estão o *status* nutricional, as taxas de mortalidade, as condições sanitárias, a água potável e cuidado com a saúde; (iii) a educação, onde são medidos os níveis educacionais e de alfabetização; (iv) as condições de moradia; (v) as taxas de criminalidade e (vi) as mudanças populacionais (UNCED, 2006).

Tendo em vista o desenvolvimento sustentável, a sustentabilidade social inclui a ação coletiva por meio do estreitamento das comunidades-base (VÉRON, 2001). Para o autor, no conceito de desenvolvimento sustentável é comum incluir quatro elementos: capital natural, capital físico ou produtivo, capital humano e capital social, sendo que a recente inclusão do capital social trouxe as questões da confiança, das normas, da reciprocidade e das redes de engajamento civis como forças para o sucesso do desenvolvimento.

Segundo Souza (2006), o homem é a ponte entre o capital social e o desenvolvimento econômico que deve ser considerada na sua complexidade para formar a base destas duas estruturas, posto que o desenvolvimento é um processo e tem como resultado a elevação do bem-estar da sociedade que deve ser obtida com responsabilidade ética e moral perante toda a natureza.

Sen (2010) desloca a ênfase do desenvolvimento apenas nas questões materiais e indicadores econômicos, e refere-se a ele como o processo de ampliação da capacidade de os indivíduos terem opções e fazerem escolhas. O autor enfatiza a ampliação do horizonte social e cultural da vida das pessoas, embora considere que a base material do processo de desenvolvimento é fundamental. Todavia, tal fato deve ser considerado como um meio e não como um fim em si. Segundo o autor, o desenvolvimento deve considerar, para além da capacidade produtiva, a importância da melhoria da qualidade de vida em comum, da confiança entre as pessoas e no futuro da sociedade. Destaca, ainda, as

possibilidades das pessoas levarem adiante iniciativas e inovações que lhes permitam concretizar seu potencial criativo e contribuir efetivamente para a vida coletiva.

Sachs (1999) identificou uma série de elementos constituintes da sustentabilidade social, incluindo o alcance de um patamar razoável de homogeneidade social, distribuição justa de renda e o acesso a bens, serviços e emprego. Destaca, assim, a importância da “sustentabilidade cultural”, que requer um equilíbrio entre a mudança imposta externamente com a continuidade e o desenvolvimento internos, ou seja, o equilíbrio entre o respeito à tradição e a inovação. O autor deixa claro que para alcançarmos a sustentabilidade, temos de valorizar as pessoas, os seus costumes e os seus saberes.

Esse mesmo autor salientou a “sustentabilidade política” (nacional e internacional), referindo-se à democracia, aos direitos humanos e ao controle institucional eficaz como, por exemplo, o caso de guerras, a aplicação do princípio da precaução para evitar riscos de gestão e a desmercantilização da ciência e da tecnologia (cooperação nacional e internacional em termos de ciência e tecnologia).

Godschalk (2004) adotou uma abordagem bastante diferente e procurou expor maneiras em que vários elementos da sustentabilidade social podem se alinhar, acrescentando, ao discutir o planejamento urbano, a questão do conflito. Segundo Vallance et al., (2011), é importante porque contraria a maior parte do discurso da sustentabilidade que, simplesmente, assume o pressuposto de que a sustentabilidade social irá gerar resultados desejáveis para todos, todo o tempo.

Andrade e Rossetti (2004) enfatizam a responsabilidade corporativa e suas três dimensões fundamentais: governança, cidadania e sustentabilidade. A governança, segundo os autores, está baseada em senso de justiça, mais transparência, conformidade legal e prestação responsável de contas; a cidadania, para eles, refere-se ao papel social das organizações e a sua adesão a causas de interesse social, tais como a redução da exclusão socioeconômica, o compromisso com a não transgressão dos direitos humanos e a aceitação da diversidade em suas múltiplas manifestações; e a sustentabilidade, enfim, ocupa-se das questões ambientais e das responsabilidades pelas gerações futuras, incluindo as organizações.

Outros estudiosos visualizam a sustentabilidade social em termos de manutenção ou conservação de formas preferidas de vida ou proteção de determinadas tradições sócio-culturais (VALLANCE et al., 2011). Preocupados com esta variedade de enfoques à dimensão social da sustentabilidade, os autores sintetizaram variadas tentativas de definir, organizar e operacionalizar “sustentabilidade social”.

Primeiramente, Vallance et al., (2011) avaliaram tentativas de três diferentes estudiosos, sendo eles Sachs (1999), Godschalk (2004) e Chiu (2002, 2003) em interpretar “sustentabilidade social”. Os autores citados encontraram elementos particularmente úteis em termos de identificação de diferentes aspectos da vida social e ainda com sua conexão ao desenvolvimento sustentável.

Em resumo, Sachs (1999), Chiu (2002, 2003) e Godschalk (2004) identificaram uma gama de abordagens e interpretações para sustentabilidade social e tentaram impor alguma ordem no conceito. Vallance et al., (2011) concluíram, analisando esses autores, que as taxonomias para sustentabilidade social são difíceis de aplicar ou estão incompletas e, então, apresentaram seu próprio esquema tríplice de sustentabilidades sociais, compreendendo sustentabilidade social como “desenvolvimento”, “ponte” e “manutenção”. Dessa forma, os autores procuraram esclarecer o que pode ser entendido pelo tema sustentabilidade social e, também, destacar diferentes maneiras em que a mesma contribui para o desenvolvimento sustentável em geral.

Para Vallance et al., (2011), a “sustentabilidade desenvolvimento” aborda as necessidades básicas, a criação de capital social, a justiça, a equidade e assim por diante; a “sustentabilidade ponte”, por sua vez, refere-se às mudanças no comportamento, de modo a alcançar metas biofísicas ambientais, e, por fim, a “sustentabilidade manutenção” refere-se à preservação – ou o que pode ser sustentado – de características socioculturais em face da mudança, e das maneiras com as quais as pessoas abraçam ativamente ou resistem a essas mudanças.

Autores como Chambers e Conway (1992) não apresentam explicitamente a definição de sustentabilidade social, mas apontam elementos chave que geralmente estão associados com a sustentabilidade social, sendo os mais frequentes a equidade ou o acesso equitativo aos recursos e serviços públicos e os meios de vida sustentáveis. Baines e Morgan (2004) consideram as necessidades básicas e ainda os temas emergentes relacionados a orgulho e sentimento de pertencimento, diversidade social e cultural, empoderamento e participação (OMANN e SPANGENBERG, 2002; SACHS, 1999). Outros autores como Bebbington (1999) apresentam estudos sobre os meios de vida sustentáveis que podem levar à sustentabilidade social, assim como Neamtu (2012), que relaciona a sustentabilidade social com os impactos ambientais os quais evoluíram para uma avaliação de impactos sociais.

Chambers e Conway (1992) consideram que os meios de vida compreendem pessoas, suas capacidades “*capabilities*”, suas formas de vida, incluindo alimentação, renda, bens (ativos). Dessa forma, os autores consideram dois tipos de recursos para que os meios de vida sejam tidos como sustentáveis: recursos tangíveis e recursos intangíveis. Os recursos tangíveis são recursos e reservas, e os intangíveis são crédito ou reivindicações e acesso. Para os autores, um meio de vida

é ambientalmente sustentável quando mantém e aumenta os ativos locais e globais em que os meios de subsistência dependem, e apresentam benefícios em rede (líquidos) que afetam outros meios de vida.

Para Chambers e Conway (1992), um meio de vida é socialmente sustentável quando pode enfrentar e recuperar-se de stress e de choques para dar suporte às gerações futuras. Bebbington (1999) estabelece um esquema analítico para subsidiar a construção de políticas de desenvolvimento rural e enfrentamento da pobreza no campo. O autor utiliza, além dos estudos de Chambers e Conway (1992), o seu próprio trabalho “*Capitals and Capabilities: a framework for analysing peasant viability, rural livelihoods and poverty in the Andes*”, no qual aponta que os meios de vida das famílias dependem do acesso a ativos e a atores.

Uma das conclusões do trabalho de Bebbington (1999) é que as famílias que obtiverem melhorias mais expressivas nas condições de vida são aquelas que conseguiram acessar de forma ampla um conjunto de ativos, e melhorar o acesso a atores estatais, do mercado e da sociedade civil. Nesse debate, o acesso a recursos e a esferas institucionais é um elemento central na determinação da viabilidade e da sustentabilidade das trajetórias de reprodução social de modo sustentável, justificando uma concepção de modos de vida enraizada nessa noção. Para Bebbington (1999), os ativos são recursos de diferentes naturezas acessados para a construção das estratégias. O autor classifica os ativos em cinco tipos de capital: (i) capital natural: qualidade e quantidade de recursos naturais – terra, água, solo etc.; (ii) capital produzido: ativos físicos e de infraestrutura (estradas, energia, meios de comunicação, barragens, etc.), ativos financeiros (dinheiro, poupança, crédito) e meios de produção (máquinas, ferramentas, insumos); (iii) capital humano: conhecimento, saúde, destrezas, habilidades; (iv) capital social: relações de reciprocidade e confiança, participação em organizações e redes sociais; (v) capital cultural: recursos, valores e símbolos apropriados em virtude da cultura dos grupos sociais dos quais se faz parte e que sustentam formas de identidade, costumes, tradições e padrões de interação.

3. MÉTODO DO ESTUDO

Este estudo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa no Arranjo Produtivo do Leite de Santana do Livramento, RS, em três etapas: a primeira etapa compreendeu uma pesquisa bibliográfica sobre os temas: arranjos produtivos locais, teoria dos *stakeholders* e sustentabilidade social por meio de artigos, livros, teses e dissertações.

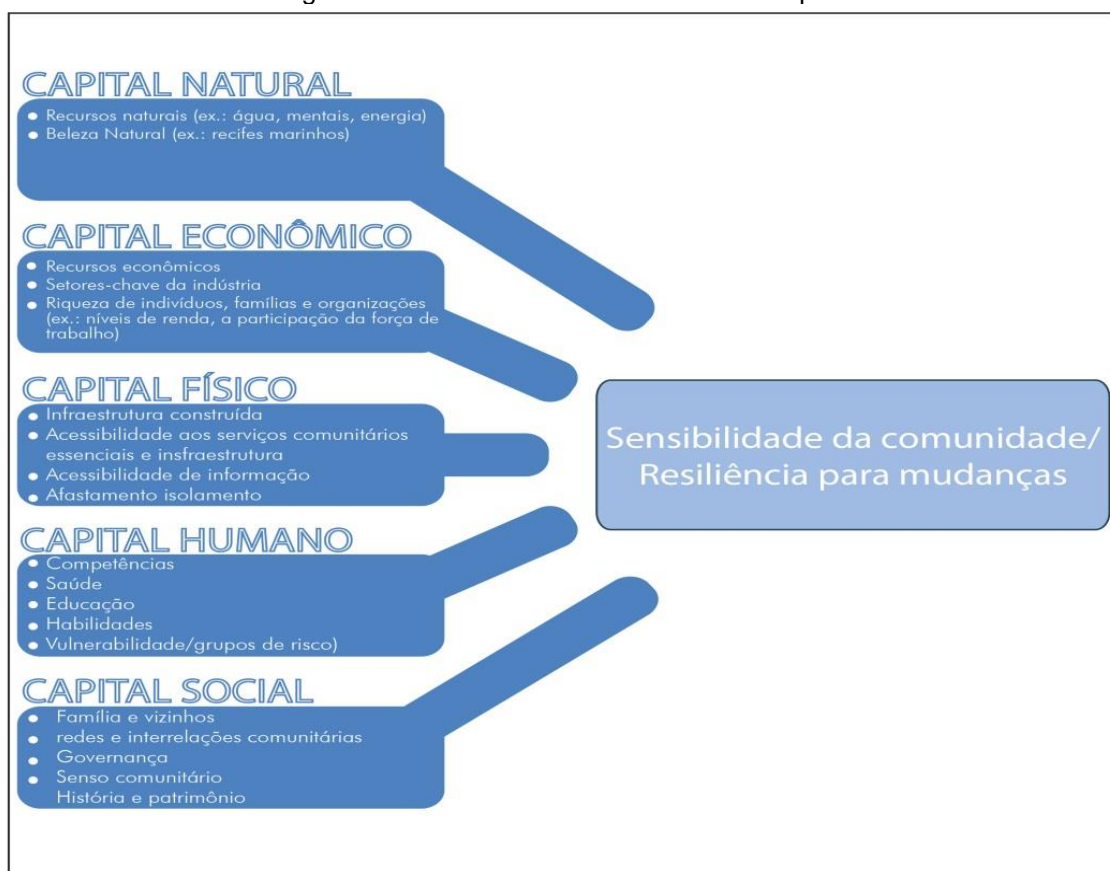
A segunda etapa da pesquisa buscou identificar os *stakeholders* do APL por meio da técnica *snow ball* (bola de neve). Desta forma, a busca pelos sujeitos entrevistados partiu de um critério de indicação, permitido por esta metodologia. Tal técnica é utilizada em pesquisas qualitativas e também é conhecida como “cadeia de

amostragem”, uma vez que o recrutamento de investigados se dá por meio de indicações onde os primeiros entrevistados indicam outros interlocutores e estes indicam outros de forma sucessiva. Trata-se de pessoas que compartilham ou que conhecem outras pessoas que possuem características interessantes para a pesquisa (BIERNACKI e WALDORF, 1981).

Na terceira etapa da pesquisa foi utilizada a entrevista semiestruturada, de acordo com as características da sustentabilidade social evidenciadas na pesquisa bibliográfica sobre o tema. De acordo com Hair et al., (2005), esse tipo de entrevista possibilita ao entrevistador fazer perguntas que não estavam originalmente incluídas, tornando o instrumento flexível a inclusão de novas indagações. Posteriormente foi realizada a transcrição das entrevistas a fim de analisá-las de acordo com os objetivos desta pesquisa.

Para a análise dos dados, procurou-se aliar o referencial teórico desta pesquisa com as respostas encontradas em campo, categorizando estas de acordo com os elementos que compõe a sustentabilidade social, estabelecendo cinco categorias, que estão distribuídas em capital econômico, capital natural, capital humano, capital físico e capital social. As cinco categorias estabelecidas estão descritas na Figura 1.

Figura 1 – Elementos das cinco áreas de capital.



Fonte: Adaptado de Coakes e Sadler (2014).

Analisaram-se, com base na Figura 1, as características da sustentabilidade social no Arranjo Produtivo Local do Leite de Santana do Livramento, RS.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Ao todo, 25 entrevistas foram realizadas com os seguintes investigados: seis representantes da governança do APL, um docente da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA); um docente da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS); um fundador do APL e Docente de Universidade Pública Federal; um fundador do APL e ex-gerente do Banco do Brasil; um técnico administrativo da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA); um docente do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul-riograndense (IFSul); um pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); um responsável pelo escritório da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) em Santana do Livramento; um diretor financeiro da Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Oeste Ltda. (COPERFORTE); um secretário de administração da COPERFORTE; dois produtores rurais associados à COPERFORTE; a coordenadora do APL; o presidente da Cooperativa dos Produtores de Leite de Santana do Livramento (COOPLESA); um fundador do APL e conselheiro da COOPLESA; o presidente do Núcleo Santanense de Criadores de Gado Leiteiro; um médico veterinário da Cooperativa de Assistência Técnica dos Assentados (COPTec); a Secretária da Agricultura de Santana do Livramento; uma estagiária da Secretaria de Agricultura de Santana do Livramento; uma sócia/proprietária da Indústria de Beneficiamento de Leite Beta; uma sócia/proprietária de uma Agroindústria Familiar; um vendedor de insumos (Agropecuária); um proprietário de uma Agropecuária; um morador da vizinhança local e um pequeno produtor rural.

O APL caracteriza-se pela emergência de sua organização, pois não foi criado em função da política pública para APLs, e, sim, de uma necessidade percebida pelos seus *stakeholders*, o que levou ao seu ingresso em políticas públicas para APLs, evidenciando o conceito de capital social proposto por Baquero (2007). Destacam-se na governança o papel das instituições de pesquisa, ensino e extensão, órgãos públicos municipais e federais, Cooperativa de Produtores de Leite de Santana do Livramento, Cooperativa de Assentados de Santana do Livramento, Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos.

Alguns produtores de leite, o membro da vizinhança local, o vendedor de insumos e o proprietário de uma agropecuária local desconheciam a existência do APL. Embora desconhecessem o APL, todos os produtores entrevistados sabiam da existência, e dois deles participavam do seminário anual promovido pelo APL “Rumos da Bacia Leiteira”, o que evidencia a busca do APL pela capacitação do capital humano. Conforme os *stakeholders* consultados, o capital humano

apresentou melhora, pois capacitação dos agentes resultou em melhora na qualidade do leite.

Referente ao capital natural, a preocupação dos *stakeholders* entrevistados recai sobre os riscos que a cultura da soja pode gerar, se não for trabalhada de forma sustentável, à saúde humana e animal, representando também um risco ao bioma pampa. A preocupação quanto ao capital econômico recai sobre os custos de produção e transporte e o baixo valor do leite. A principal reivindicação referente ao capital físico é a infraestrutura, principalmente o estado precário das estradas, fato que dificulta a produção e escoamento do leite e acaba refletindo no preço do mesmo e na pouca fiscalização quanto ao leite vendido *in natura* a preços mais altos.

O capital social destacou a inovação, comunicação e conflitos como pontos relevantes no estudo. Quanto à inovação, um *stakeholder* destacou que, embora houvesse consenso absoluto no conceito de inovação, o próprio surgimento do APL, para ele, era uma inovação visto que tal iniciativa não existia na região. Referente à comunicação foi destacada a dificuldade da participação dos membros nas reuniões, pois esses possuem outros afazeres em seus trabalhos remunerados e, muitas vezes, não conseguem conciliar ou falta motivação, pois há muita burocracia por parte do Governo.

Relativo aos conflitos os interesses divergentes por parte dos integrantes do APL é evidenciado nos depoimentos:

[...] eu acho que como daqui pra frente vai ter a briga do leite... tem os produtores que comercializam leite... e os produtores que beneficiam o leite pras agroindústrias... então pode haver uma briga entre... [...] (ENTREVISTADO X).

[...] negativos é um pouco isso o... o/a ideologia ainda de... alguns... a política... que tá presente... muito forte né pra ti ter uma comunidade... relativamente pequena assim... onde política ela é muito presente... tem a questão dos movimentos sociais... isso atrapalha... bastante às vezes... né... [...] (ENTREVISTADO Y).

5. CONCLUSÕES

Diante das discussões apresentadas é possível observar que o APL em Santana do Livramento busca, entre os cinco elementos que compõe a sustentabilidade social, o desenvolvimento e a valorização do potencial local. Evidencia-se também, que esta busca é fruto do protagonismo dos sujeitos envolvidos frente à organização do APL.

No entanto, é preciso destacar que, mesmo com a organização e envolvimento dos sujeitos da pesquisa para formalização e operacionalização do APL, o atual contexto político e econômico estabelece restrições, como por exemplo,

pode-se citar o atraso no repasse de recursos e também de pagamento para os produtores.

Neste sentido, cabe mencionar que este estudo, realizado na região de Santana do Livramento evidenciou que esta região apresenta o maior número de assentamentos do Estado do Rio Grande do Sul, o que vem alterando a matriz produtiva da região onde a produção leiteira se inseriu como importante elemento de reprodução social. Embora a cidade tenha recebido um número expressivo de famílias oriundas da reforma agrária, a população de Santana do Livramento diminuiu em 9,18%, apresentando um dos maiores índices de evasão populacional de todo o Estado.

O Arranjo Produtivo do Leite de Santana do Livramento por meio de sua organização permite potencializar os recursos locais, gerando assim, além do desenvolvimento endógeno, externalidades positivas. Além disso, sua organização permite apresentar vantagens competitivas, como compras em conjunto. Já no que tange ao desenvolvimento ambiental, econômico e social, esta pesquisa permitiu identificar a emergência de atores sociais, dentre os quais e que são membros ativos na governança do APL destaca-se as cooperativas, as instituições de ensino e pesquisa, e os produtores de leite. Dentre estes atores destaca-se a COPERFORTE como agente intermediário, pois é a responsável pela coleta direta do leite junto aos produtores assentados responsáveis pelo maior volume do produto, comercializando este com terceiros (como programas governamentais e também com a COSULATI).

As Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão, em conjunto com outros atores, por sua vez, destacam-se pela realização do processo de normatização, operacionalização e capacitação do APL. Dentro do contexto, cabe mencionar o trabalho de assistência técnica realizado pela EMATER e COPTTEC que é de grande importância para os produtores, embora não seja suficiente, havendo significativa necessidade de envolvimento da indústria como a COSULATI que adquire a maior parte da produção de leite do APL. Destaca-se que a EMATER assiste diretamente os pequenos produtores não assentados, e a COPTTEC busca dar assistência aos produtores que são assentados. Outro trabalho que se observa é a capacitação dos produtores que é realizado por quatro instituições de ensino, pesquisa e extensão através de projetos. Estas instituições buscam capacitar os agentes tanto no que tange aos aspectos gerenciais e estratégicos, como também nos aspectos agrônômicos e de saúde animal.

Esta pesquisa permitiu também evidenciar a importância de trabalhar na transformação da matéria prima “leite” em produtos derivados agregando valor e renda ao produto e produtores. A matéria prima “leite” ainda é usada como uma *commoditie*, sendo as agroindústrias familiares, que não pertencem ao APL, e uma indústria de laticínios e a COSULATI as únicas a beneficiar o produto.

A sustentabilidade social embora considere os capitais: natural, econômico, físico, humano e social, para fins de análise, os considera indissociáveis, e uma construção de longo prazo que atenda necessidades das gerações presentes e futuras. A ênfase da sustentabilidade em sua dimensão social deve-se ao fato de que a capacitação, ou seja, o desenvolvimento de capacidades humanas leve a um desenvolvimento sustentável, ou seja, por meio do social o econômico seja otimizado, e que os recursos naturais sejam preservados e, se possível, recuperados. Destaca-se no APL a importância do capital social e a ameaça de deterioração do capital natural por força da entrada de culturas como a soja que podem, se não forem bem trabalhadas, apresentar risco ao bioma pampa, um dos mais importantes para a conservação das espécies nativas. Percebe-se a importância do APL como aglutinador e reproduzidor de saberes que pode desenvolver um trabalho ainda mais relevante por intercambiar agentes e aproximar teoria à prática.

Os resultados apontam para a importância dos agentes do APL e sua dependência direta de suas lideranças que têm se mantido ativas por meio da governança, mas carecem de apoio financeiro, fator limitante para a multiplicação de estratégias sociais e que podem potencializar, em longo prazo, o retorno deste capital de forma que vai além de econômica, a social, refletindo em melhora para a sociedade.

Como limitações do estudo destacam-se a dificuldade de acesso aos produtores devido ao estado precário das estradas, além do tempo necessário para maior compreensão da dinâmica do APL. Apesar disso, as entrevistas ocorreram normalmente sendo mais aprofundadas em alguns *stakeholders*.

Os estudos futuros emergentes desta pesquisa poderão incluir temáticas como as políticas públicas, inovações sociais, a perspectiva de negócios sociais, governança em APLs, dentre outros. Além disso, a pesquisa pode ser realizada em outro recorte temporal a fim de tecer comparações com a atual realidade do APL. Outros APLs do mesmo setor ou de outros setores podem ser pesquisados, visando ampliar a compreensão acerca do tema. Métodos quantitativos também poderão ser aplicados.

Por fim, a transformação social é uma evidência empírica da pesquisa quase que incontestável, uma vez que diferentes espaços, momentos e pessoas denotam os resultados sociais, culturais, educacionais e, por que não dizer econômicos, que tais iniciativas proporcionam aos *stakeholders* e à região de Santana do Livramento.

Referências

AGÊNCIA GAÚCHA DE DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO INVESTIMENTO. **Edital de seleção de APLs nº 02/2015**. 2015.

ANDRADE, A.; ROSSETTI, J. P. **Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências.** 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BAINES J.; MORGAN B. 'Sustainability appraisal: a social perspective' in sustainability appraisal. A review of international experience and practice, Dalal-Clayton, B.; Sadler, B. **First Draft of Work in Progress**, International Institute for Environment and Development, London. 2004.

BAQUERO, M. **Capital social, desenvolvimento sustentável e democracia na América Latina.** Porto Alegre: UFRGS, 2007.

BAQUERO, M.; CREMONESE, D. **Capital social: teoria e prática.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

BATTISTI, J. **Transmissão de sinais.** 2009. Disponível em: <http://juliobatisti.com.br>. Acesso em: 15 jan. 2016.

BEBBINGTON, A. **Capitals and capabilities: a framework for analysing peasant viability, rural livelihoods and poverty in the andes**, IIED 'policies that work for sustainable agriculture and regenerating rural economies', background paper. 1999.

BIERNACKI, P. E.; WALDORF, D. Snowball sampling problems and techniques of chain referral sampling. **Sociological Methods and Research**, California, v. 10, p. 141-163, 1981.

BOURDIEU, P. **Escritos de educação.** 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BRUNDTLAND, G. H. **Nosso futuro comum.** Rio de Janeiro: FGV, 1987.

CARDOSO, U. C., CARNEIRO, V. N., RODRIGUES. E. R. Q. – Brasília: Sebrae, 2014. Disponível em: [http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/b8126fa768f69929a146f38122da570b/\\$File/5197.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/b8126fa768f69929a146f38122da570b/$File/5197.pdf). Acesso em: 10 mar. 2016.

CASSIOLATO, J. E. Preâmbulo. In: CAMPOS, R. R. *et al.* **Políticas estaduais para arranjos produtivos locais no sul, sudeste e centro-oeste do Brasil.** Rio de Janeiro: e-papers, 2010.

CHAMBERS, R.; CONWAY, G. **Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21st century.** IDS discussion paper, 296. Brighton: IDS, 1992.

CHIU, R. Social sustainability and sustainable housing. In: FORREST, R.; LEE, J. **Housing and social change: east, west perspectives.** Routledge, London, New York, p. 221–239, 2003.

CHIU, R. Social equity in housing in the Hong Kong special administrative region: a social sustainability perspective. **Sustainable Development**, v. 10, n. 3, p. 155–162, 2002.

COAKES, S.; SADLER, A. Utilizing a sustainable livelihoods approach to inform social impact assessment practice. In: VANCLAY, F.; ESTEVES, A. M. **New directions in social impact assessment.** 2014.

COSTA, E. J. M. **Arranjos produtivos locais, políticas públicas e desenvolvimento regional**. Brasília: Ministério da Integração Nacional/Governo do Estado do Pará, 2010.

COLEMAN, J. S. Social capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**, v. 94, p. 95-120, 1988.

DANS, G. D. Integración y Desarrollo Regional. In: DANS, G. D.; VASSALLO, M. **Integración y desarrollo regional en áreas de frontera**. Montevideo: EPPAL, 1993.

DOBSON, A. **Green political thought**. London: Routledge, 1994.

ELKINGTON, J. **Cannibals with forks: the triple bottom line of 21 st century business**. Oxford: New Society Publishers, 1998.

FUKUYAMA, F. **Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

GODSCHALK, D. R. Land use planning challenges: coping with conflicts in visions of sustainable development and livable communities. **Journal of the American Planning Association**, v. 70, n. 1, p. 5-13, 2004.

HAIR, J. F. *et al.* **Análise multivariada de dados**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J.E. **Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais**. 2003. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/redesist/Glossario/Glossario%20Sebrae.pdf>. Acesso em: 08 de mar. 2016.

LASTRES, H. M. M.; FERRAZ, J. C. Economia da informação, do conhecimento e do aprendizado. In: LASTRES, H. M. M.; ALBAGLI, S. **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Brasil. In: OLIVEIRA, F. B. **Políticas de Gestão Pública Integrada**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

MADRUGA, L. R. R. G; SILVA, T. N.; ÁVILA, L. V. A dimensão social nas atividades de florestamento e/ou reflorestamento: o conteúdo revelado em publicações científicas internacionais. 2013.

MAIA, C. M. **Elementos que conformam a evolução da agricultura na era da globalização: o posicionamento estratégico de atores locais no sul do Brasil**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

MARSHALL, A. **Principles of economics**. Liberty Fund, Inc, [1890] 2010.

MARTELL, L. **Ecology and society**. Polity Press: Oxford, 1994.

McCORMICK, J. **Rumo ao paraíso**. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1992.

NASCIMENTO, E. P. do. Trajetória da sustentabilidade: do social ao ambiental, do ambiental ao econômico. **Estudos Avançados** (USP. Impresso), v. 26, p. 51-64, 2012.

NEAMTU, B. Measuring the social sustainability of urban communities: the role of local authorities. **Transilvanian Review of Administrative Sciences**, n. 37, p. 112-127, 2012.

OMANN, I.; SPANGENBERG, J.H. Assessing social sustainability. In: BIENNIAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL SOCIETY FOR ECOLOGICAL ECONOMICS. **Anais...** 2002.

PORTER, M. E. **Competição**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

PUPPIM DE OLIVEIRA, J. A. **Pequenas empresas**, arranjos produtivos locais e sustentabilidade. FGV Editora. 2009.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SACHS, I. **Social sustainability and while development**: exploring the dimensions of sustainable development. 1999.

SCARLATO, F. C. et al. **Globalização e Espaço Latino-Americano**. 1994.

SCHMITZ, H.; NAVDI, K. Clustering and industrialization: Introduction. **World Development**, v. 27, n. 9, p. 1503-1514, 1999.

SCHWARTZ, M. S.; CARROLL, A. B. Integrating and unifying competing and complementary frameworks: the search for a common core in the business and society field. **Business and Society**. v. 47, p. 148-186, 2008.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo. Companhia das letras, 2010.

SOUZA, J. D. S. Do capital social ao espaço econômico: o salto necessário. In: BAQUERO, M.; CREMONESE, D. **Capital social**: teoria e prática. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS. **Indicators of sustainable development**: CSD theme indicator framework. Disponível em: http://www.un.org/esa/sustdev/natlinfo/indicators/isdms2001/table_4.htm. Acesso em: 23 de out. 2015.

VALLANCE, S.; PERKINS, H.C.; DIXON, J. E. What is social sustainability? A clarification of concepts. **Geoforum**, n. 42, p. 342-248, 2011.

VASCONCELOS, F. C.; GOLDSZMIDT, R. G. B.; FERREIRA, F. C. M. **Arranjos Produtivos**. São Paulo: GV Executivo, v. 4, n. 3, 2005.

VÉRON, R. The 'new' Kerala model: lessons for sustainable development. **World Development**, v. 29, n.4, p. 601-617, 2001.

WORLD COMMISSION FOR THE ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT - WCDE.
Our Common Future. Oxford: Oxford University Press, 1987.

7. A REVOLUÇÃO VERDE COMO PROCESSO DE COLONIALIDADE DO SABER NA AMÉRICA LATINA

CASAGRANDE, Alessandro¹
Corrêa da Silva, Maclovio²

1. INTRODUÇÃO

A tecnologia sempre desempenhou um papel relevante no que tange aos aumentos dos níveis de produção agrícola. Este fenômeno, que teria se iniciado mais destacadamente entre os séculos XI e XIII na Europa ocidental, baseado na renovação das fontes de energia e da invenção tecnológica, teria transformado o mundo do trabalho, levando a uma mudança social sem precedentes. Alguns historiadores medievalistas, a exemplo de Jean Gimpel, propuseram uma desconstrução da ideia de que a revolução industrial teria começado na Inglaterra no século XVIII, mas sim, que as suas raízes remeteriam à idade média, na qual a agricultura obteve um papel central neste processo.

Segundo o autor, credita-se a esta revolução, uma série de engenhos e técnicas surgidos nesta época, como o arado de aiveca, o uso mais eficiente do cavalo e a utilização da ferradura de ferro cravado, o desenvolvimento de sistemas de arreamento e atrelagem menos lesivos aos animais de tração, a rotação de culturas, a publicação de tratados de agronomia e ensinamentos de administração da exploração agrícola, entre outros. Esta revolução agrícola e um regime alimentar mais diversificado no período, conduziram a uma explosão demográfica na idade média. Estes fatos corroboram para que, do ano 1.000 até o ano 1.300, a população europeia passasse de 42 a 73 milhões de pessoas (GIMPEL, 1976).

Após a idade média, apesar dos períodos de fome por que passou a Europa, propagou-se lentamente as novas técnicas dos sistemas de produção sem alqueive, as quais foram responsáveis por um aumento gradativo na produção agrícola (MAZOYER; ROUDART, 2006).

No decorrer dos séculos XVIII e XIX o destacado crescimento demográfico devido à consolidação do capitalismo e a revolução industrial, proporcionou uma elevação da produção de alimentos nos países em processo de industrialização diminuindo a taxa de mortalidade (principalmente na Europa e nos EUA). Este processo conduziu ao aumento populacional, provocando discussões que culminariam em diversas teorias sobre o crescimento populacional, destacando-se o malthusianismo (CARNEIRO, 2015), cuja tese pessimista em relação ao futuro alimentar do planeta se baseava na premissa de que a capacidade de crescimento

¹ Engenheiro Agrônomo, doutorando do PPGTE/UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

² Economista, professora doutora do PPGTE/UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

da população é infinitamente maior do que a capacidade da terra para produzir alimentos para o ser humano. Desta forma, a população não encontrando mais obstáculos, aumentar-se-ia geometricamente, enquanto os alimentos só poderiam aumentar em uma progressão aritmética, levando a humanidade inexoravelmente à fome.

O pessimismo de Malthus repercutiu no século XX e grandes investimentos públicos em pesquisa científica para a agricultura levaram a substanciais aumentos de rendimentos nas safras agrícolas nos países industrializados. A título de ilustração deste processo histórico, podemos demonstrar o exemplo do aumento de produtividade do trigo europeu. Por quase 1.000 anos, houve um pequeno aumento na produtividade, passando de tão somente meia a duas toneladas por hectare, porém em apenas 40 anos do século XX, houve um aumento que passou de duas para seis toneladas por hectare (HAZELL,2003). Além disso, o desenvolvimento das técnicas de hibridação de sementes, de maquinário, dos fertilizantes inorgânicos e de defensivos agrícolas completaram o processo de modernização no campo jamais visto na história da agricultura.

Este avanço no campo agrônômico levou os países industrializados a atingirem excedentes de alimentos já na metade do século XX, eliminando assim a ameaça da fome prometida por Malthus no século XIX.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 A revolução verde - pacote tecnológico ou colonialidade científica?

2.1.1 Contexto da Emergência da Revolução Verde

Após a Segunda Guerra Mundial, muito embora os países desenvolvidos tenham resolvido o seu problema a respeito do desafio da produtividade, o mesmo não aconteceu com os países em desenvolvimento que apresentavam ainda altas taxas de crescimento populacional e a ameaça da fome, mais destacadamente na Ásia e na América Latina.

Destarte, em nome do desafio malthusiano, as fundações privadas Rockefeller e Ford tomaram à frente no sentido de estabelecer um sistema de pesquisa internacional para ajudar a transferir e adaptar os avanços científicos descobertos neste campo para as condições destes países. Assim, iniciaram-se os investimentos em técnicas para o melhoramento de sementes de trigo, milho e arroz, denominadas Variedade de Alta Produtividade (VAP) inicialmente no México (SONNENFELD,1992).

É importante perceber que estas fundações privadas vislumbraram uma oportunidade de investimentos na área agrícola e uma chance para reprodução do capital nos países em desenvolvimento. Vale destacar, que foi durante a Segunda

Guerra Mundial que foram desenvolvidos os primeiros inseticidas orgânicos sintéticos, como o DDT, a fim de proteger os soldados das regiões tropicais e subtropicais da África e da Ásia das pragas transmissoras de doenças como a malária (CLOSMANN, 2009).

2.1.2 A questão da colonialidade científica

É neste contexto histórico apresentado que se verifica a emergência das raízes do pacote tecnológico que se tornaria a Revolução Verde. Muito embora o mote principal desta revolução tecnológica seja a lógica malthusiana e a sua ameaça à humanidade, há em seu ideário um conjunto de fatores técnicos, sociais, políticos e econômicos que também devem ser levados em conta quando se aborda a questão da colonialidade.

Se faz mister também destacar as diferenças entre os termos “colonialidade” e “colonialismo”. Segundo Quijano (2005), “colonialidade” diz respeito a uma relação político-econômica entre dois povos, aquele se refere a um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno e organiza a forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas articulam-se entre si.

A ideia de "inferioridade" de que certos territórios estão marcados sob este signo serve então de justificativa para as políticas de desenvolvimento, onde o território perde a sua diversidade, identidade e riqueza cultural, e passa a ser apenas um repositório de uma visão de um mundo colonial

Além de negar a existência e a complexidade deste território, homogeneizando-o sob a sua ótica hegemônica, o chama de 'pobre' "periférico", "subdesenvolvido. Decide que todos que vivem ali neste território desde tempos imemoriais para que esperem em uma fila o momento para se tornarem "desenvolvidos" (ESTEVA, 2000).

Podemos compreender então o fenômeno da Revolução Verde como uma expressão de um processo de colonialidade, sendo este um modelo de se produzir as ciências humanas como único, universal e objetivo na produção de conhecimentos, além de desconsiderar todas as epistemologias da periferia do ocidente (QUIJANO, 2007).

O processo de colonialidade na América Latina foi alimentado pela égide da modernização na agricultura nos anos 1960 e 70 - momento da história do desenvolvimento também conhecido como o período da "modernização dolorosa" por seus efeitos devastadores sobre o meio ambiente e na área social - que foi desigual e excludente, tanto no que tange ao conhecimento e saberes locais dos colonizados, como ao acesso aos pacotes tecnológicos que ficaram na sua maioria

a cargo de grandes produtores em detrimento dos pequenos agricultores. Este processo, segundo Quijano (2005), teria ocorrido,

...em especial depois da Segunda Guerra Mundial, vinculada com o debate sobre a questão do desenvolvimento-subdesenvolvimento. Como esse debate foi dominado durante um bom tempo pela denominada teoria da modernização, em suas vertentes opostas, para sustentar que a modernização não implica necessariamente a ocidentalização das sociedades e das culturas não-europeias, um dos argumentos mais usados foi o de que a modernidade é um fenômeno de todas as culturas, não apenas da europeia ou ocidental.

É este ideário no qual o autor percebe um modo de se produzir conhecimento que demonstra o caráter do padrão mundial de poder colonial/moderno, capitalista e euro centrado (idem). Esta perspectiva e modo concreto da produção de conhecimento, que o autor chama de eurocentrismo.

Observa-se também o caráter fetichista epistêmico que a Revolução Verde causou na América Latina, ou seja, uma forma na qual os conhecimentos dos colonialistas apresentam-se de maneira sedutora, impondo-se uma colonialidade do saber sobre o colonizado, uma busca incessante de se imitar as práticas agronômicas em detrimento das peculiaridades socioambientais locais.

Esta revolução no campo representou a modernização da agricultura e a territorialização do capital no campo como esperado, porém não eliminou a fome e a pobreza no países latino-americanos, mas sim aumentou o fosso entre os agricultores pobres e agricultores ricos e incentivou a concentração de terras, elevando seu preço, enquanto a dívida externa destes países foi aumentada devido ao pagamento de pacotes tecnológicos importados (DE JESUS, 2016).

2.1.3 A agricultura alternativa e a emergência das tecnologias apropriadas como forma de descolonialidade

O epistemicídio¹, termo cunhado por Santos (2007), dos saberes tradicionais da agricultura na América Latina causada pela revolução verde, criou e também fez emergir resistências no Brasil no sentido de uma descolonização epistêmica e tecnológica no início dos anos 1980, mais especificamente, quando da emergência dos primeiros movimentos em favor de uma agricultura alternativa que se insurgia em resposta ao modelo dos pacotes tecnológicos adotados em larga escala no Brasil a partir dos anos 1970.

¹ Segundo Boaventura de Sousa Santos, epistemicídio é o conceito com que se designa a morte de um conhecimento local perpetrada por uma ciência alienígena. Essa “destruição” criadora que provocou a morte de conhecimentos alternativos acarretou a liquidação ou a subalternização dos grupos sociais cujas práticas assentavam em tais conhecimentos.

Vale lembrar que o processo de modernização da agricultura retirou do agricultor o controle do conhecimento associado ao seu próprio trabalho, criando um mecanismo que,

.. ao mesmo tempo expropriou o saber-fazer das comunidades rurais e transferiu esse poder para as corporações do agronegócio transnacional. Dessa forma, a dependência tecnológica converteu-se em invasão cultural, imobilizando as capacidades autônomas de inovação local e promovendo a desconexão da agricultura com relação aos ecossistemas, às comunidades e ao consumo de alimentos (PETERSEN, 2009, p. 87).

Durante a década de 80, o movimento de descolonialidade tecnológica para uma agricultura alternativa ganhou força com a realização de três “Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAA)””. As críticas se concentravam nos aspectos tecnológicos e na degradação ambiental provocada pelo modelo agrícola trazido pela Revolução Verde, e também pelas condições sociais da produção. Salienta-se que este modelo de agricultura convencional torna o agricultor dependente do uso de agroquímicos, gerando danos à natureza, aos consumidores e a ele próprio, altamente mecanizada, intensiva em capital e excludente de mão-de-obra.

Como resposta a este modelo, neste momento histórico, destaca-se o surgimento da denominação das chamadas “tecnologias alternativas” de produção para designar as várias experiências de contestação à agricultura convencional, passando a ser substituída numa fase seguinte pelo nome de agricultura ecológica, agricultura biológica, natural, permacultura, orgânica, biodinâmica, dentre outras. Estas modalidades de agricultura não usam produtos de síntese química nas explorações, como os fertilizantes e pesticidas sintéticos e dá especial importância à manutenção da fertilidade do solo.

A Agricultura Alternativa é definida como todo o sistema de produção de alimentos e de fibras que busca incorporar de forma mais completa os processos naturais, por exemplo, o ciclo de nutrientes, a fixação de nitrogênio, assim como um melhor relacionamento entre praga e planta; além disso, propõe a redução de *inputs* de fora da fazenda e um melhor gerenciamento da produção e da conservação da terra, água, energia e recursos biológicos (AGRICULTURE, COUNCIL & AGRICULTURE, 1989).

Assim, pode-se inferir que o movimento da Agricultura Alternativa surge também como um rompimento de uma relação do saber entre colonizado e colonizador. Quijano (2007), trata desta colonialidade do saber, entendida como a repressão de outras formas de produção de conhecimento não-europeias, ou seja, no caso da expansão da revolução verde na América Latina as peculiaridades socioculturais, ambientais e tecnológicas do colonizado não estavam em pauta, sendo desconsideradas na aplicação dos pacotes tecnológicos.

Com a contestação das tecnologias de produção até então adotadas, ocorre igualmente um processo de revalorização dos saberes tradicionais, do modo de se produzir sem a necessidade de insumos, máquinas e tecnologias importadas.

Neste sentido, Boaventura de Souza Santos foi um dos autores a propor a descolonização como uma forma de ecologia dos saberes, de crítica ao pensamento que ele chama de abissal: “o pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis (SANTOS, 2007).

No mesmo diapasão, Quijano (1992) entende que a descolonialidade identifica a existência de um processo de epistemicídio, de um racismo epistêmico ou de uma colonização epistemológica, isto é, uma violência sistemática contra os saberes do outro ou possibilidades do outro produzir conhecimentos considerados válidos.

Descreve ainda Santos (idem, ibidem) que este processo é um conjunto de "intervenções epistemológicas que denunciam a supressão dos saberes levada a cabo, ao longo dos últimos séculos, pela norma epistemológica dominante, e que valorizam os saberes que resistiram com êxito [...] as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos".

Com este processo de descolonização tecnológica, surge a necessidade do desenvolvimento de tecnologias adaptadas a um novo padrão de produção. Deste modo, se faz mister repensar a adoção de modelos tecnológicos inapropriados para as reais necessidades existentes nos contextos rurais - um modelo de agricultura que seja fácil de ser implementada pelos produtores, de baixo custo, que reduza os impactos ambientais, utilizando-se de insumos locais, por consequência, valorizando os saberes tradicionais e as práticas culturalmente instaladas nos territórios rurais. É neste contexto que surgiram as primeiras iniciativas no âmbito das tecnologias apropriadas nas zonas rurais dos países em desenvolvimento.

2.1.4 A emergência das tecnologias apropriadas

As raízes do processo de descolonialidade tecnológica por meio do uso de tecnologias adaptadas à realidade local remetem ao início do século XX. O conceito de tecnologia apropriada está relacionado com o conceito proposto por Ghandi na Índia em 1909 conhecido por Sarovaya, baseado no desenvolvimento dos povoados dotados de meios de produção para atender as suas necessidades básicas em propriedades de famílias ou de cooperativas contra o processo de exploração colonialista imposto pelo domínio britânico. Embora Ghandi nunca tenha usado o termo ‘tecnologia apropriada’, o objetivo de sua doutrina era de se evitar o uso intensivo de capital e a exclusão massiva de mão de obra, fugindo dos sistemas das tecnologias de grande escala repassadas pelos países desenvolvidos. Podemos

observar no exemplo da Índia de Ghandi, um paralelo ao que a Revolução Verde impôs aos países em desenvolvimento nos anos 1970.

As ideias de Ghandi ficaram esquecidas durante muitos anos devido à estratégia de desenvolvimento governamental baseada na industrialização de grande escala com ênfase na indústria básica e pesada e apenas foram retomadas anos 1960 quando encontraram espaço no desencantamento e ceticismo que o mundo se encontrava em relação aos processos de desenvolvimento até então praticados (HERRERA, 1981).

Para Dagnino (2009), um dos primeiros autores a retomar este conceito foi Schumacher em meados dos anos 1960. O autor sugeriu o termo “tecnologia intermediária” sendo aquela que combina elementos das tecnologias tradicionais com os das tecnologias avançada. As preocupações ambientais do período fizeram com que esta “nova tecnologia” tomasse corpo e uma profusão de terminologias neste sentido levou mais confusão ao significado do que esclarecimento. Segundo Herrera (1981), em uma reunião no PNUMA (ONU) à época, foram propostas mais de 30 terminologias para a nova forma de tecnologia: progressiva, bioética, branda, do povo, ambientalmente sã, social, radical, comunitária, suave, humana, alternativa, racional, sem desejos, cuidadosa, equilibrada, entre outras.

Outro autor do campo da tecnologia que discutiu a necessidade de um novo padrão tecnológico durante os anos 1970 foi o historiador Gimpel. Baseado nos seus estudos sobre a tecnologia medieval, acreditou ser possível que agricultores dos países subdesenvolvidos pudessem adotar novas tecnologias para o desenvolvimento da agricultura local utilizando-se apenas de recursos locais, sendo considerado um dos entusiastas da chamada tecnologia apropriada ou social em zonas rurais. Gimpel acreditava que a base do desenvolvimento sustentável nos países em desenvolvimento deveria ser as máquinas de baixa complexidade tecnológica, baseadas em modelos medievais e que poderiam ser construídas, mantidas, reparadas e substituídas usando recursos e artesãos locais.

O número de literaturas e de entidades que tratavam da temática também foi muito expressivo nas décadas de 70 e 80, muito embora os resultados práticos do uso de tecnologias apropriadas foram muito limitados principalmente em áreas rurais. As razões para o insucesso foram a falta de financiamento, pessoal especializado e de equipamentos e a falta de estudos socioeconômicos adequados. Na opinião de Herrera, as duas causas principais da baixa performance dos sistemas de P&D que não tem sido levado em conta nos países subdesenvolvidos foram a relação entre as tecnologias e o estilo de desenvolvimento e o processo em si de geração das tecnologias.

No Brasil, podemos perceber as causas acima citadas por Herrera para explicar o fato da lenta incorporação de tecnologias apropriadas nas zonas rurais, pois o modelo de estruturação da extensão rural no país até os anos 2000 foi

baseado na transferência de tecnologias produzidas ainda sob a égide da Revolução Verde – um modelo que colocou cada vez mais o pequeno agricultor à margem do processo produtivo.

A transição deste modelo difusionista tecnológico começou a mudar com as novas políticas públicas para a área, com destaque especial para a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Pnater, instituída pelo Governo Federal em 2003 e se destacando pelas suas diretrizes de fomento à produção de tecnologias e de conhecimento apropriados para a agricultura familiar, além do apoio a projetos de inovação tecnológica da agricultura familiar no semiárido.

Desta forma, pode-se dizer que houve um divisor de águas na política governamental no que tange ao investimento e a valorização da agricultura familiar, com uma política de respeito aos saberes e peculiaridades regionais, conforme descreve Theodoro et al. (2009, p.21),

“Mais recentemente, em função da valorização da agricultura familiar pelo Governo Federal, a extensão rural foi induzida a se reestruturar e a atuar de forma mais participativa, alterando o perfil de transferência de tecnologias e conhecimentos – difusionismo, para uma ação que se utiliza de metodologias participativas e centradas na troca de conhecimentos entre os técnicos e agricultores”.

Parece ser este o cenário ideal da utilização das tecnologias apropriadas em zonas rurais para a agricultura familiar, pois este modelo tecnológico, como sugere (DAGNINO, 2009), estaria mais imbricado à realidade das sociedades locais, gerando respostas mais adequadas aos problemas colocados em um determinado contexto. Em resumo, podemos concluir que, enquanto a tecnologia capitalista convencional é funcional para a grande corporação (em especial para as grandes empresas multinacionais), a tecnologia apropriada aponta para a produção coletiva e não mercadológica.

3. CONCLUSÕES

A revolução verde foi um exemplo clássico de colonialidade do saber, mais especificamente do saber tecnológico. Um modelo que demonstrou um modo de se produzir ciência como único e universal, porque além de desconsiderar outros saberes, desprezou também a natureza e os modos de fazer do colonizado.

Em contraponto ao processo de colonialidade e a desilusão da outrora prometida revolução malthusiana, surgiu no campo das ciências agrárias um lento movimento de descolonialidade tecnológica conhecido por agricultura alternativa. Junto com este processo descolonial, a necessidade do desenvolvimento de tecnologias adaptadas a este novo padrão de produção que é menos intensivo de capital, não demandante de insumos, máquinas e tecnologias importadas, e que

respeita os limites do homem, da sua cultura e da sua natureza, ou seja, uma tecnologia mais condizente aos ideais do desenvolvimento rural sustentável e também dos países em desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

AGRICULTURE, C. R. A. F. M. M. P.; COUNCIL, N. R.; AGRICULTURE, B. **Alternative Agriculture**. National Academies Press, 1989.

CARNEIRO, H. **Comida e Sociedade: uma História da Alimentação**. [s.l.] Elsevier Brasil, 2015.

CLOSMANN, C. E. **War and the Environment: Military Destruction in the Modern Age**. Texas A&M University Press, 2009.

DAGNINO, R. **TECNOLOGIA SOCIAL: Ferramenta para construir outra sociedade**. Unicamp ed. Campinas, 2009.

DE JESUS, R. R. **Os amargos frutos do trabalho brutal: agrotóxicos e saúde do trabalhador**: [s.l.] Planeta Azul Editora, 2016.

ESTEVA, G. El desarrollo. **Antropología del desarrollo**. p.68–96, 2000.

GIMPEL, J. **The Medieval Machine: The Industrial Revolution of the Middle Ages**. Barnes & Noble, 1976.

HAZELL, P. B. R. Green Revolution: Curse or Blessing? **The Oxford Encyclopedia of Economic History**, 2003. Oxford University Press. Disponível em: <<http://www.ifpri.org/sites/default/files/pubs/pubs/ib/ib11.pdf>>.

HERRERA, A. The generation of technologies in rural areas. **World Development**, v. 9, n. 1, p. 21–35, 1981.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **A History of World Agriculture: From the Neolithic Age to the Current Crisis**. Monthly Review Press, 2006.

PETERSEN, D. S. E C. **A construção de uma Ciência a serviço do campesinato**. Rio de Janeiro, 2009.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. **Journal of World Systems Research**, v. VI, p. 342–386, 2007. Disponível em: <<http://books.google.com/books?hl=en&lr=&id=crRclUfeJBsC&oi=fnd&pg=PA93&dq=Colonialidad+del+Poder+y+Clasifi+cacion+Social&ots=3Y39CNkhr3&sig=hpro-GMOX7wpTr6WsE0dx8CsKP0>>. .

_____, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. (E. Lander, Ed.) **A colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino- americanas**, p. 227–278, 2005. Clacso.

_____, A. Colonialidad del poder y clasificación social. **Journal of World Systems Research**, v. VI, p. 342–386, 2007. Disponível em: <<http://books.google.com/books?hl=en&lr=&id=crRclUfeJBsC&oi=fnd&pg=PA913>>

3&dq=Colonialidad+del+Poder+y+Clasifi+cacion+Social&ots=3Y39CNkhr3&sig=hpro-GMOX7wpTr6WsE0dx8CsKP0>. .

SANTOS, B. D. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 79, p. 3–46, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>.

SPIELMAN, D. J.; PANDYA-LORCH, R. **Millions Fed: Proven successes in agricultural development**. 2009.

SONNENFELD, D. Mexico's "Green Revolution," 1940-1980: Towards an Environmental History. **Environmental History Review**, v. 16, n. 4, p. 28–52, 1992. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/10.2307/3984948>>. .

THEODORO, S. H.; DUARTE, L. M. G.; DE SOUZA VIANNA, J. N.; BARBOSA, A. G. **Agroecologia: um novo caminho para a extensão rural sustentável**. Garamond, 2009.

8. O ALIMENTO COMO ESTRATÉGIA DE ATRAÇÃO TURÍSTICA NOS VALES DO RIO PARDO E DO TAQUARI – RS

ZANCHI, Verenice¹
ETGES, Virginia Elisabeta²

1. INTRODUÇÃO

A ressignificação do alimento, para além de expressão cultural e identitária, passa a ser entendida também como possibilidade de geração de renda, tornando-se uma prática cada vez mais presente entre os empreendedores rurais, participantes dos roteiros de turismo rural, na região dos Vales do Rio Pardo e do Taquari, no Estado do Rio Grande do Sul. A pesquisa abrange o período de 1998 – ano em que ocorreu o lançamento da Rota Germânica do Rio Pardinho – até os dias atuais.

Inicialmente, faz-se necessária, uma breve contextualização do papel desempenhado pelos alimentos na dinâmica de atração de turistas em roteiros histórico-culturais existentes no Rio Grande do Sul e do turismo rural.

A manutenção desses empreendimentos tem contribuído, de modo geral, para manter vivas as tradições, preservando costumes originais da colonização por meio da arquitetura, da língua, da gastronomia, do artesanato e de festas típicas. Em outras palavras, o turismo nesta região tem características ligadas ao saber-fazer e à cultura locais, sendo estes, patrimônios imateriais. Destacam-se ainda, as dimensões sociais e econômicas relativas à cultura do alimento, presentes nos roteiros de turismo rural. Alia-se a essas, a paisagem formada por rios, vales, cascatas, riachos e balneários para formar o cenário turístico ideal. É importante, ainda, ressaltar as dimensões culturais, sociais e econômicas relativas à cultura do alimento, presente nos roteiros de turismo rural.

A atividade turística, que vem sendo percebida por parte de muitas famílias rurais como alternativa para complemento de renda, tem repousado, em grande medida, sobre a oferta de “produtos coloniais” e “comidas típicas”, ou seja, alimentos preparados de forma singular, ligados ao saber-fazer local. Essa reflexão, por parte do agente, pode ser entendida a partir de Sen (2000) quando o indivíduo exerce sua condição de agente e de Giddens (2009) como decorrente da capacidade de agência dos atores. Segundo o autor,

¹ Doutoranda e mestra em Desenvolvimento Regional pela UNISC; Especialista em Gestão Empresarial pela FGV; Administradora pela UNIVATES. verenice.zanchi@rbstv.com.br.

² Doutora em Geografia, docente do Curso de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC. etges@unisc.br.

O monitoramento reflexivo da atividade é uma característica crônica da ação cotidiana e envolve a conduta não apenas do indivíduo, mas também de outros. Quer dizer, os atores não só controlam e regulam continuamente o fluxo de suas atividades e esperam que outros façam o mesmo por sua própria conta, mas também monitoram rotineiramente aspectos, sociais e físicos, dos contextos em que se movem (GIDDENS, 2009, P. 6).

A partir da adoção de estratégias relacionadas ao turismo em áreas rurais, verificam-se mudanças na qualidade de vida e bem estar dos moradores, tais como: a reativação do sentimento de pertencimento e, conseqüentemente, a permanência das famílias no campo. Os estudos de Souza e Elesbão (2008) apontam melhorias em termos de bem-estar e qualidade de vida nas comunidades que adotam o turismo rural como opção de complemento de renda.

Nos roteiros localizados nos Vales do Rio Pardo e do Taquari, a cultura do alimento – aqui entendida enquanto parte constituinte do patrimônio imaterial dos empreendedores participantes dos roteiros de turismo rural, transformada em produto de consumo para o turista – também exerce papel fundamental.

A análise crítica das relações no campo, no que se refere a esta intervenção, apoiou-se na no materialismo histórico dialético. Porquanto, entendemos assim como Haguette (1990, p. 32) que “pensar dialeticamente é, portanto, pensar a natureza contraditória da subjetividade humana (transcendência é materialidade) e seu movimento de superação das mediações históricas e sociais em busca de totalidade [...]”. A abordagem dialética une, “[...] a proposta de analisar os contextos históricos, as determinações socioeconômicas dos fenômenos, as relações sociais de produção e de dominação com a compreensão das representações sociais” (MINAYO, 2010, p. 24).

Por esse ângulo, chegamos à compreensão de que cada sociedade existente se constrói num determinado espaço e se organiza de forma particular. Da mesma forma, vive o presente fortemente marcado pelo seu passado e, com as mesmas determinações, constrói seu futuro, em uma dialética constante entre o que está dado e seu protagonismo (MINAYO, 2010).

Entendemos que o método qualitativo é um tipo de pesquisa capaz de captar o sentido, o significado, as representações que os sujeitos sociais têm dos fenômenos (DEMO, 1985). Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, nas quais, “as perguntas são normalmente específicas, mas o entrevistador está mais livre para ir além das respostas” para buscar esclarecimento quanto à elaboração da resposta dada, o que permitiu estabelecer um diálogo com o entrevistado (MAY, 2004, p. 148).

A pesquisa documental nos permitiu reforçar o entendimento, fazer comparações, bem como forneceu material para fundamentar a investigação. A escolha de ferramentas de investigação deste viés teve como objetivo entender a relação provisória, dinâmica e repleta de especificidades entre o mundo real e o

sujeito, isto é, o vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. Neste sentido, o material primordial desta investida qualitativa foi a palavra dos envolvidos nas práticas investigadas. Com isso, captamos o sentido, o significado e as representações que os sujeitos sociais têm em relação a elas.

Na região dos Vales do Rio Pardo e do Taquari, os roteiros de turismo rural expressam a diversidade do patrimônio histórico-cultural, decorrente do processo de colonização portuguesa-teuta-italiana, valorizando os seguintes eixos temáticos: rural, cultural, gastronômico, histórico e religioso. Cabe destacar que os roteiros são constituídos a partir da sobreposição de mais de um eixo temático, o que confere a cada qual, particularidades genuínas.

2. A RELAÇÃO ENTRE O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E O TURISMO RURAL NA REGIÃO DOS VALES DO RIO PARDO E DO TAQUARI

O turismo aparece para os agricultores familiares como alternativa de enfrentamento às adversidades econômicas, decorrentes do processo de mecanização da produção, mais precisamente da Política de Crédito Agrícola brasileira das décadas de 1970 e 1980, a qual estava direcionada a atender médios e grandes produtores (CAMPANHOLA E SILVA, 2000). Assim, o turismo ganha destaque no contexto do desenvolvimento regional, por ser um possível dinamizador do mesmo, uma vez que a atividade evidencia as potencialidades geográficas, culturais e ambientais das áreas rurais, bem como as particularidades da comunidade envolvida.

A necessidade de diversificar as fontes de renda tem levado uma nova dinâmica às áreas rurais. A partir da década de 1990, importantes questões vêm sendo pensadas em termos de estratégias de autonomia dos agricultores, principalmente, como perspectiva de valorização do meio rural. Dentre estas estratégias está o turismo rural, como possibilidade de geração de renda e melhora das condições de vida.

Para Sen (2000), os sujeitos estão ativamente envolvidos na configuração de seu próprio destino, e não apenas esperando passivamente que programas governamentais de desenvolvimento os beneficiem. Segundo o autor, esse agente se sente empoderado e isso cria nele o sentimento de pertencimento, por conseguinte, desperta a vontade de melhorar o lugar em que vive, o que faz com que ele tome decisões que gerem desenvolvimento. Isso porque “o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente” (SEN, 2000, p. 10). Os sujeitos participantes dos roteiros de turismo rural da região

dos Vales do Rio Pardo e do Taquari, na condição de agentes, participam de debates e decidem onde as verbas serão alocadas.

Giddens (2002, p. 9) também aponta que

O eu não é uma entidade passiva, determinada por influências externas; ao forjar suas auto-identidades, independente de quão locais sejam os contextos específicos da ação, os indivíduos contribuem para (e promovem diretamente) as influências sociais que são globais em suas consequências e implicações.

Nesse contexto, o desenvolvimento regional pode ser entendido como “[...] uma estratégia de diversificação e de enriquecimento das atividades sobre um dado território, com base na mobilização de seus recursos (naturais, humanos e econômicos) e de suas energias”. (BENKO, 1999, p. 288). Em outras palavras, para o autor o desenvolvimento de regiões se deve, principalmente, a sua dinâmica interna, ou seja, a fatores endógenos.

Boisier (1996) acrescenta que o desenvolvimento de um território organizado depende da existência, interação e articulação de seis elementos – atores, instituições, cultura, procedimentos, recursos e entorno –, dos quais depende o sucesso ou o fracasso da região. Nessa perspectiva, de acordo com Etges (2001, p. 362), para que uma região de fato exista, ela “tem que ser construída socialmente, a partir de laços comuns, de traços de identidade que se expressam no âmbito do cultural, do econômico e do político [...]” e ainda, precisa ser “organizada, coesa, consciente de sua identidade, capaz de mobilizar-se em torno de projetos políticos comuns, ou seja, capaz de transformar-se em sujeito de seu próprio desenvolvimento”.

Brandão (2004, p. 70) assevera que o desenvolvimento é um processo resultante de variadas e complexas interações sociais:

[...] esse processo deve promover a ativação de recursos materiais e simbólicos e a mobilização de sujeitos sociais e políticos buscando ampliar o campo de ação da coletividade, aumentando a sua autodeterminação e liberdade de decisão. Neste sentido, o verdadeiro desenvolvimento exige envolvimento e legitimação de ações disruptivas e emancipatórias, envolvendo, portanto, tensão, eleição de alternativas e construção de trajetórias históricas, com horizontes temporais de curto, médio e longo prazo.

A partir desta perspectiva, o investimento na atividade turística passa a ser compreendido como gerador de renda, qualidade de vida e bem-estar no meio rural. A contribuição econômica e social desta atividade para o desenvolvimento de regiões rurais tem recebido destaque nos debates e está presente nos projetos de desenvolvimento nas escalas regional, estadual e federal.

Marcadamente a partir da década de 1990, foi promovido um debate entre governo, iniciativa privada, academia e sociedade, com o objetivo de melhorar o

produto turístico em âmbito municipal, do qual resultaram profundas mudanças nas políticas públicas do setor (BENI, 2006).

Ruschmann (1998, p. 56) afirma que “o turismo proporciona às áreas rurais uma segunda chance, uma vez que a primeira muitas vezes se perdeu com a exaustão da sua potencialidade produtiva [...]”. Para Beni (2002, p.72) o turismo “[...] gera emprego e proporciona rendas e, em determinadas ocasiões, pode ser o setor propulsor da economia”. Ainda para o autor, o campo de análise do turismo vai além do enfoque econômico, chegando à satisfação das pessoas envolvidas com o produto turístico, tanto de quem o produz quanto de quem o consome. O turismo apresenta-se, ainda, como atividade intimamente relacionada às características de cada lugar, podendo contribuir com a proteção do meio ambiente e com a conservação do patrimônio natural, histórico e cultural.

De acordo com Beni (2011) no mundo, a atividade turística no meio rural apresenta crescimento na ordem de aproximadamente 6% ao ano, e no Brasil o turismo aparece como o quinto produto gerador de divisas em moeda estrangeira. Os dados do governo brasileiro indicam que o setor turístico, como um todo, vem aumentando sua participação no PIB e na geração de emprego. Trata-se de uma atividade recente no país, haja vista o fato de que o primeiro roteiro completou 30 anos em 2016.

De maneira geral, esses empreendimentos apresentam características comuns entre si, em termos de permanência e utilização de equipamentos, como por exemplo, a hospedagem em casas coloniais antigas de imigrantes, ou em sedes de fazendas, ou ainda em casas de engenho, entre outros (BENI, 2002). Características que também são observadas na região dos Vales do Rio Pardo e do Taquari, considerando-se que, em muitos casos, o turista é hospedado em pousadas – espaços contíguos à casa dos agricultores – e fazem suas refeições em espaços próximos ou na companhia das famílias.

Por trás do fenômeno de crescimento do setor no país, segundo Beni (2011), está um turista que quer ser o protagonista de sua viagem, vivenciando e se envolvendo com a cultura local. Para atender essa demanda, tem aumentado o número de empreendedores que investem em propostas turísticas que privilegiam os locais de convivência e encontro entre as famílias e os visitantes, permitindo ao turista acompanhar rotinas e atividades cotidianas da propriedade.

Para Barretto (2001, p.13) “[...] turismo é uma atividade em que a pessoa procura prazer por livre e espontânea vontade”. Molina (1997, p.30) ressalta que “[...] el turismo contribuye al rescate y la conservación de usos y costumbres locales, de manifestaciones folclóricas y artesanales, recupera y conserva valores y hechos de carácter histórico”, ou seja, acrescenta ao conceito de turismo elementos imateriais. Assim, os bens imateriais, por seu nível de atratividade, excentricidade ou singularidade, são considerados pelos turistas quando da escolha do destino.

Ao abrir a porteira da propriedade, o agricultor passa por um processo de troca cultural. E essa integração é percebida por ele e reforça o pertencimento ao local em que vive, ou seja, o indivíduo se sente parte da sociedade, inserido e valorizado pela comunidade. Percebe-se assim os bens imateriais que a atividade turística proporciona.

Com a inclusão do turismo no rol de atividades da propriedade, as famílias rurais passam a depender não apenas do dinamismo do setor agrícola. Nesse contexto, o conhecimento local é um dos principais recursos utilizados na formatação do produto turístico rural. Alterando assim, a visão equivocada de que

[...] o conhecimento dos agricultores era tido como algo obsoleto e eles mesmos eram vistos como atrasados e responsáveis pelo atraso da sociedade. [...] Portanto, é preciso reconhecer que entre os agricultores e suas famílias existe um saber, um conjunto de conhecimentos que, embora não sendo de natureza científica, é tão importante quanto os nossos saberes. (CAPORAL e COSTABEBER, 2001, p. 46).

No Rio Grande do Sul a expansão da atividade turística pode ser medida a partir da estratégia de criação de roteiros turísticos, que integram empreendimentos de forma temática e regionalizada. Atualmente, o Estado conta com 131 roteiros de turismo, dentre os quais, 34 são especificamente de turismo rural, conforme dados da Secretaria do Turismo do Estado (SETUR, 2016).

Na Região dos Vales do Rio Pardo e do Taquari, o turismo foi introduzido em 1998, a partir de uma parceria entre o poder público e a iniciativa privada, com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento da região, visando fomentar novas atividades no meio rural e reverter o êxodo e o despovoamento das áreas rurais. Em outras palavras, o turismo rural surgiu para os empreendedores como mais uma possibilidade de trabalho e renda.

Nesta região se encontram oito roteiros de turismo rural – Rota Caminho dos Tropeiros; Rota dos Casarões; Rota do Chimarrão; Rota da Erva Mate; Rota Germânica do Rio Pardinho; Rota Germânica Teutônia-Westphália; Roteiro Caminhos da Imigração; e Roteiro Delícias da Colônia.

O turismo rural se desenvolve na região dos Vales, alicerçado nas particularidades históricas e culturais advindas da colonização europeia, responsável pela implementação da agricultura familiar na região, a partir da segunda metade do século XIX. A cultura alimentar, cujas características particularizam a região na atualidade, tem origem nas tradições culinárias dos colonizadores, na grande maioria alemães e italianos. Ao transplantarem a cultura alimentar dos seus países de origem, enriqueceram a formação sócio espacial da região, ao mesmo tempo em que assimilaram e incorporaram hábitos de grupos sociais já presentes na região. Da riqueza dessa interação surgem novos hábitos alimentares que, ressignificados na atualidade, tornam-se atrativos nos roteiros de turismo rural na região.

A importância da cultura do alimento pode ser percebida, de antemão, nos nomes dados aos roteiros, em muitos casos diretamente relacionados às práticas gastronômicas. A saber: o Roteiro Delícias da Colônia refere-se às comidas feitas no fogão a lenha; a Rota dos Tropeiros remete a comida dos tropeiros, como a rapadura, o charque, o churrasco no fogo de chão; a Rota Germânica do Rio Pardinho e a Rota Germânica de Teutônia e Westfália evidenciam a cultura e comida alemã; a Rota da Erva Mate e a Rota do Chimarrão derivam do nome da bebida tipicamente gaúcha.

Essa concepção repousa, portanto, sobre o entendimento de que o turismo rural, em última análise, é um processo de interação social entre famílias e visitantes. Famílias que mobilizam seus saberes e valores ao adotar, como estratégia de atração turística, a cultura do alimento.

3. A RESSIGNIFICAÇÃO DO ALIMENTO NO CONTEXTO DO TURISMO RURAL

Uma das estratégias praticadas pelas famílias que integram os roteiros de turismo rural na região se expressa no resgate e na valorização do preparo do alimento, enquanto expressão de hábitos alimentares herdados dos imigrantes que colonizaram a região, convertido em produto de consumo para os turistas.

Menasche (2009, p. 1) aponta que a cidade, ao demandar alimentos do campo “[...] age na conformação do rural vivenciado pelos que nele habitam, transformando percepções e identidades,” e que desse processo emerge “[...] um rural valorado positivamente [...]”. Nesse contexto, a cidade demanda, para além do alimento, paisagens, costumes, festas, história e cultura.

Para Da Matta (1987), o ato de se alimentar em si vai além da necessidade fisiológica, para o homem transforma-se em prática cultural, pois traz consigo uma história, um passado. Braga (2004) pontua que, independentemente das escolhas, sejam elas tradicionais ou modernas, o comportamento concernente à comida está intimamente ligado à identidade social, uma vez que, a cultura na qual o indivíduo está inserido, também é revelada por suas práticas alimentares.

Neste sentido, segundo Alfonso (2005), o patrimônio alimentar vem sendo empregado no turismo como diferencial, haja vista que ele confere exclusividade ao destino. Assim também a forma como o alimento é produzido, elaborado e consumido, revela a identidade dos indivíduos de diferentes sociedades. Portanto, segundo a autora, a comida está ligada à produção, à maneira como são combinados e preparados e, ao lugar dos quais o alimento provém.

A partir dessa interpretação, pode-se compreender em que medida a participação em um roteiro é entendida pelas famílias como estratégia para

preservação das tradições, dos costumes, das comidas, do artesanato e dos métodos de produção de seus antepassados.

A preservação da comida típica, ou seja, do saber-fazer, segundo Flores (2006, p.5), “é uma forma de expressão da cultura local, que define a identidade, através da qual se estabelecem as relações de indivíduos e grupos”. Em outras palavras, a identidade local pode ser preservada a partir do resgate de receitas, de modos de preparo e de dinâmicas sociais envolvidas à mesa, transmitidos de uma geração para outra. A afirmação vai ao encontro do entendimento de Woortmann sobre a cultura do alimento. Segundo o autor,

as práticas alimentares, que são a própria comida, são textos culturais, que falam sobre família, pai, mãe, as relações simbólicas estabelecidas em determinado contexto, entre outros. A família é uma unidade cultural, um valor central de nossa tradição, ela estabelece uma cadeia de significações que, em sua totalidade, constitui a cultura como universo de representações e de conexões de sentido. Ainda, a família existe nos hábitos da comida (WOORTMANN, 2006, p. 53).

Menasche (2009, p. 203) afirma que “as decisões tomadas pelas pessoas em relação ao alimento colocam em questão seu lugar no universo, sua essência e sua natureza, em uma palavra, sua própria identidade”. Para a autora os distintos usos e significados de um determinado alimento podem ser associados a diferentes percepções do rural e processos de constituição de identidade. A autora aponta ainda que, em ocasiões festivas, por exemplo, os alimentos que remetem à identidade rural são positivamente valorados pelos turistas.

Para Schnell (2011, p. 302) “*Today, connection with food systems and local food traditions is an increasing part of the perceived "authentic" experience of place*”. Ressalta ainda, que tanto nos Estados Unidos quanto no Canadá, “[...] *is the conversion of farms from mere scenic backdrop to active landscapes, destinations in their own right, that travelers would actually want to visit*” (SCHNELL, 2011, p. 294).

Braga (2004, p. 38), ao interpretar as consequências da combinação dessas duas dimensões (alimento e turismo), afirma que “[...] a cultura pode ser entendida como um sistema simbólico, ou seja, um conjunto de mecanismos de controle, planos, receitas, regras e instruções que governam o comportamento humano”. Portanto, “pode-se afirmar que nossos hábitos alimentares fazem parte de um sistema cultural repleto de símbolos, significados e classificações, de modo que nenhum alimento está livre das associações culturais que a sociedade lhes atribui”. E considera que a cultura alimentar refere-se àquilo que dá sentido às escolhas e aos hábitos alimentares – as identidades sociais. As famílias rurais que aderem ao emprego de estratégias ligadas às suas práticas alimentares mobilizam, também, seus valores simbólicos. Já com relação às escolhas, sejam elas

[...] modernas ou tradicionais, o comportamento relativo à comida liga-se diretamente ao sentido que conferimos a nós mesmos e à nossa identidade social. Desse modo, práticas alimentares revelam a cultura em que cada um

está inserido, visto que comidas são associadas a povos em particular. [...] No plano regional, há alimentos que funcionam como demarcadores identitários regionais (BRAGA, 2004, p. 39).

Braga (2004) destaca dois importantes aspectos relacionados à cultura da alimentação: a) os significados da alimentação e sua relação com as identidades de grupos sociais; b) o papel da cidadania, considerado prerrogativa para a segurança alimentar e nutricional.

Considera-se aqui, a cultura como um sistema simbólico e um (re)tecer de significações que, atrelada à alimentação propicia novas (re)apropriações (GEERTZ, 2008), tendo em vista os sistemas imateriais envolvidos no turismo (MOLINA, 1997).

Como afirma Flores (2006, p. 6) “o pensamento sobre território e identidade cultural não está marcado pela ideia de se voltar os olhos para algo que é dado pelo passado, mas que se configura num processo contínuo de transformações proporcionado pelas relações sociais (com o local e o global)”. Em outras palavras, a construção social de um território e a definição de sua identidade cultural é determinada em conjunto pelos sujeitos que participam do processo de construção do território, ou seja, trata-se de uma ação coletiva.

Da mesma forma Giddens (2002, p. 12-13) aponta que esse processo é continuamente revisitado e assim,

na vida social moderna, a noção de estilo de vida assume um significado particular. Quanto mais a tradição perde seu domínio, e quanto mais a vida diária é reconstituída em termos do jogo dialético entre o local e o global, tanto mais os indivíduos são forçados a escolher um estilo de vida a partir de uma diversidade de opções.

Giddens, ao analisar a identidade na modernidade conclui que dentro do contexto específico, a reflexividade da modernidade que se estende ao núcleo do eu - no contexto de uma ordem pós-tradicional - torna o eu um projeto reflexivo. Assim,

as transformações na auto-identidade e a globalização, como quero propor, são os dois polos da dialética do local e do global nas condições da alta modernidade. Em outras palavras, mudanças em aspectos íntimos da vida pessoal estão diretamente ligadas ao estabelecimento de conexões sociais de grande amplitude. Não quero negar a existência de muitos tipos de conexões intermediárias - por exemplo, entre localidades e organizações estatais. Mas o nível do distanciamento tempo-espaco introduzido pela alta modernidade é tão amplo que, pela primeira vez na história humana, "eu" e "sociedade" estão inter-relacionados num meio global (GIDDENS, 2002, p. 36).

Pode-se pressupor que a relação entre a auto-identidade e as instituições, mesmo as presentes nos contextos rurais, não estão isentas da influência direta de vários fatores advindos da alta modernidade, sendo um deles a globalização.

A articulação das dimensões teóricas expostas contribui com o entendimento dos fatores envolvidos na adoção de estratégias ligadas às práticas alimentares,

para a atração de turistas, usadas pelas famílias rurais. Em outras palavras, os referidos pressupostos servem de base teórica para análise da relação entre práticas alimentares, turismo e desenvolvimento rural.

Segundo dados coletados em pesquisa sobre o tema, as estratégias relacionadas à cultura do alimento estão presentes em 63% dos empreendimentos, destes roteiros. E ainda, os empreendedores rurais do turismo parecem apreender o 10 entendimento de que um dos papéis do alimento vai além de unir as pessoas em torno de uma mesa. Em uma dimensão local, empregam, de forma consciente ou não, o conceito básico do movimento *Slow Food*¹ de que “a comida é o elemento por excelência em condições de conectar as pessoas e os grupos sociais” (PETRINI, 2009, p. 191).

Esse processo ocorre em velocidade semelhante à do crescente interesse pela cultura gastronômica entre os turistas. Em outras palavras, o turismo rural se adaptou a esse nicho de mercado, utilizando dessa temática na promoção e divulgação de seus roteiros, os quais estão correlacionados com a “[...] *conservation of national food identity and the survival of family farming*” (BRUNORI, MALANDRIN e ROSSI, 2012, p. 3).

A importância da cultura do alimento para os empreendedores inseridos nos roteiros de turismo rural da região pode ser percebida na preservação das tradições, dos hábitos e dos costumes. Nas entrevistas realizadas aparecem os principais dados acerca da cultura do alimento, da identidade e da qualidade de vida. Primeiramente, os empreendedores consideram positivas as mudanças advindas da implementação das atividades turísticas em suas propriedades, sendo elas: o contato com outras pessoas; melhorias na estrutura interna dos empreendimentos; e o aumento da renda. Mudanças pessoais também foram relatadas pelos mesmos, quais sejam: união familiar; melhora da autoestima; e motivação externa.

Com relação à composição da renda, identificou-se que os empreendimentos que ressignificaram o alimento tem maior percentual da renda advindo da atividade turística que os demais. Todavia, nenhum empreendimento mantém o turismo como exclusiva fonte de renda, ou seja, a renda das famílias é oriunda da combinação de duas ou mais atividades ou fontes.

Devido à forte dependência dos roteiros do setor público, os principais entraves estão relacionados a este, quais sejam, pouca divulgação, falta de infraestrutura, o pouco investimento público e a falta de sinalização. Outro problema identificado pelos entrevistados diz respeito à falta de valorização pela comunidade local.

¹ Iniciado na Itália, em 1986, o movimento, que posteriormente chegou ao Brasil (SIMONETTI, 2012), deu novo impulso ao debate acadêmico sobre a cultura do alimento.

Pela base econômica da região, verifica-se forte ligação entre o rural e o urbano, evidenciada pela composição dos vales, ou seja, dois municípios médios e diversos municípios pequenos. Os dois principais municípios têm cooperativas, indústrias alimentícias e de beneficiamento do tabaco, comércio de eletrodomésticos, vestuário e material de construção de maior porte.

5. REFLEXÕES FINAIS

O papel do alimento nas estratégias de atração de turistas por parte das famílias rurais envolvidas em atividades turísticas ficou evidenciado, de forma especial, pelo percentual de empreendimentos dedicados a práticas ligadas à gastronomia.

Percebemos que o turismo contribuiu com a preservação do patrimônio cultural, histórico, natural e social, uma vez que, as características históricas e culturais que forjaram esses vales se encontram presentes nas pequenas propriedades rurais.

Assim, a atividade turística que desponta no meio rural tem modificado a paisagem e estabelecido novas relações e significações sociais. Os empreendedores rurais que têm como base o alimento relatam como mudanças positivas: a troca de experiências e a união da família.

Constatamos, ainda, a preservação da identidade rural e a existência de empreendimentos, nos quais, a atividade turística se revelou a principal alternativa de trabalho e renda.

Com relação à dimensão econômica, ficou evidenciado que o turismo amplia a renda da família rural. Já o enfoque social revelou que essa renda possibilita outras melhorias de vida, sendo um deles, o resgate do sentimento de pertencimento às comunidades em que vivem estas famílias.

Identificamos que a atividade turística no meio rural promove o encontro de diferentes culturas, ou seja, ocorrem interações de pessoas com diferentes credos, religiões, costumes, entre outros.

Verificamos, ainda, que o turismo rural evidencia o processo de preparo da comida “do interior” e o prazer de comer, relacionando-se assim, com uma redefinição da identidade do alimento, mesmo que esses conceitos não estejam explicitados ou mesmo trabalhados de forma sistematizada pelos empreendedores.

E assim, o turismo se consolida enquanto estratégia de Desenvolvimento Regional, o qual se desenvolve nas pequenas propriedades que têm como base o trabalho da família. As quais ampliam, a partir da adoção da atividade turística, suas

possibilidades de renda, elevam seus ganhos e adquirem maior estabilidade econômica e financeira, além de viabilizar uma melhor qualidade de vida.

Referências

ALFONSO, María J. P. Museos y patrimonio alimentario: del sistema de producción al reclamo turístico: el encuentro del Turismo con el patrimonio cultural: concepciones teóricas y modelos de aplicación. In.: CONGRESO DE ANTROPOLOGÍA, 10., 2005, Sevilla. **Anales...** Sevilla: Fundación El Monte, 2005.

BARRETTO, Margarida. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 11. ed. Campinas, SP: Papirus, 2001.

BENI, Mário Carlos. **Globalização do turismo: megatendências do setor e a realidade brasileira**. 3. ed., ampl. e atual. São Paulo: Aleph, 2011.

_____. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

_____. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI**. Tradução: Antônio de Pádua Danesi. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BOISIER, Sergio. Em busca do esquivo Desenvolvimento Regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 13 (1996). Disponível em: . Acesso em: 18 jan. 2016.

BRANDÃO, C. A. Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda de desenvolvimento territorializado. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 107, p. 57-76, jul./dez. 2004.

BRAGA, Vivian. Cultura Alimentar: contribuições da antropologia da alimentação. **Saúde em Revista**, Piracicaba, 6(13): 37-44, 2004.

BRUNORI, G.; MALANDRIN, V.; ROSSI, A. Trade-off or convergence? The role of food security in the evolution of food discourse in Italy. **Journal of Rural Studies**, Philadelphia, USA, 2012. Disponível em: . Acessado em 15 mar. 2016.

CAMPANHOLA, Clayrton e SILVA, José Graziano da. **O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro**. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (Org.). Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru – SP, EDUSC, 2000.

CAPORAL, F. R. e COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural**. In: ETGES, Virginia E.

Desenvolvimento rural: Potencialidades em questão. Santa Cruz do Sul. EDUNISC, 2001.

DA MATTA, R. **Sobre o simbolismo da comida no Brasil**. O correio da Unesco, Rio de Janeiro, 15 (7), p.22-23, 1987.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1985.

ETGES, Virginia E. **A região no contexto da globalização: o caso do Vale do Rio Pardo**. In: VOGT, O. P. e SILVEIRA, R. L. L. (Org). Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

FLORES, Murilo. A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento: uma visão do estado da arte. **InterCambios**, v. 6, n. 64, 2006. Disponível em: . Acesso em: 18 mar. 2016.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

_____. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

HAGUETTE, André et al. **Dialética hoje**. Petrópolis: Vozes, 1990.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. 3. ed. Porto Alegre: Armed, 2004.

MENASCHE, Renata. Campo e cidade, comida e imaginário: percepções do rural à mesa. **Ruris**, Campinas, v. 3, p. 195-218, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio da pesquisa social**. In: MINAYO, M. C. de Souza. (Org). Pesquisa Social: Teoria, método e Criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MOLINA, Sergio. **Turismo: metodologia para su planificación**. México: Trilhas, Universidad anáhuac, 1997.

PETRINI, Carlo. **Slow Food: princípios da nova gastronomia**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009.

RUSCHMANN, Doris van der M. **O turismo rural e desenvolvimento sustentável**. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. Turismo Rural e desenvolvimento sustentável. Santa Maria: UFSM, CCR, 1998.

SCHNELL, Steven M. The local traveler: farming, food, and place in state and provincial tourism guides, 1993-2008. **Journal of Cultural Geography**. Vol. 28, No. 2, June 2011.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

RIO GRANDE DO SUL. **SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO (SETUR)**. Disponível em . Acessado em 18 mar. 2016.

SILVA, José Graziano da. **Tecnologia & agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999.

SIMONETTI, Luca. **The ideology of Slow Food**. 2012. Disponível em: . Acessado em 15 fev. 2016.

SOUZA, Marcelino de, ELESBÃO, Ivo. **A Introdução de uma Inovação Social entre Agricultores familiares: o turismo rural em dois roteiros do estado do Rio Grande do Sul, Brasil**. In: VII Colóquio Ibérico de Estudos Rurais: Cultura, Inovação e Territórios. Coimbra, Portugal. 2008.

WOORTMANN, Klaas Axel A. **O sentido simbólico das práticas alimentares**. In: ARAUJO, Wilma Maria Coelho; TENSER, Carla Marcia Rodrigues (Org.). **Gastronomia: cortes & recortes**. Brasília, DF: Ed. SENAC, 2006. v. 1.

9. OS POLONO BRASILEIROS E O LEGADO GASTRONÔMICO DA IGUARIA TÍPICA DO PIEROGI EM GUARANI DAS MISSÕES-RS

BERGMANN, Magna Liane¹
 MARQUETTO, Rut Maria Friedrich²
 CASARIN, Vanusa Andrea³
 PIRRA, Antonio José Duque⁴

1. INTRODUÇÃO

Entre os municípios que constituem a Região Missioneira, Rio Grande do Sul (RS) /Brasil, o município de Guarani das Missões mantém em sua essência gastronômica o legado trazido pelos imigrantes durante a chamada Febre Imigratória, ocorrida no período de 1889/90 -1914.

Desde 1996, conhecido como Capital Polonesa dos Gaúchos, o município é considerado o berço da cultura polonesa por ter sido colonizado, em sua maioria, por imigrantes vindos da Polônia e alguns de outros países da Europa. Sua essência cultural resguarda traços dos colonizadores e seus descendentes os expressam pela maneira de falar, pelo dialeto, pelas vivências, religiosidade e costumes como a dança, a música e a alimentação. Contudo, é na gastronomia, na arquitetura e nas festas populares que o legado polonês se materializa revelando o seu ambiente étnico e a sua importância histórica cultural, tanto às novas gerações como aos visitantes.

As festividades Guaranienses trazem em sua essência a forte e marcante contribuição dos imigrantes poloneses, fato esse preservado e priorizado pelos organizadores, colaboradores e convivas, seja ao caracterizar o ambiente dos seus espaços urbanos e residências, seja no seu envolvimento e comprometimento para a realização dos eventos, sempre distintos pelos traços poloneses presentes. Esse é um momento intensamente expressivo, valorizado e reconhecido pelos visitantes, sobretudo através da degustação de diversas iguarias típicas polonesas.

A gastronomia polonesa é composta por diversas iguarias culinárias em seu arcabouço. Mas, é a iguariatípica *Pierogi* a mais representativa uma vez que ela está sempre presente nos eventos sociais, festas familiares e à mesa do dia a dia.

¹ Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI, Santo Ângelo, RS. E-mail: magna.liane@bol.com.br.

² Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI, Santo Ângelo, RS. E-mail: rutmarquetto@gmail.com.

³ Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI, Santo Ângelo, RS. E-mail: vanusa.casarin@gmail.com.

⁴ Universidade de Tras-os-Montes e Alto Douro, Dept^o Agronomia, Escola de Ciências Agrárias e Veterinárias, 5000-801 Vila Real (Portugal) e membro do CQVR- Centro de Química-VR, Grupo de Ambiente; Professor visitante na URI - Campus Santo Ângelo - RS, Brasil, 2014, financiado pela FAPERGS, Edital 17/2013. E-mail: apirra@utad.pt.

A Sociedade Cultural Guaraniense, habitualmente chamada de Casa Polonesa, em polonês, *Dom Polski*, é o local em que se mostra a maior expressão gastronômica da comunidade, sobretudo durante as “pierogadas”¹ (Figura 1).

Figura 1 - “Pierogada” - momento de proporcionar aos convivas, jovens e adultos, a imersão aos costumes Poloneses.



Fonte: Acervo da autora (2015).

A palavra *Pierogi*, significa pastéis em polonês. Há diferentes formas de feitura do *Pierogi* na comunidade de Guarani das Missões, como sejam cozidas, fritas e assadas. Na Polônia a forma mais consumida é a cozida, recheada com requeijão salgado, doce ou frutas tais como: morangos, cerejas, ameixas e/ou maçãs. Porém, em Guarani das Missões, as versões fritas com recheio de requeijão (doce ou salgado) e com recheio de bagos de uva são as mais consumidas, resultantes da influência da culinária brasileira. A sua receita foi transmitida de geração em geração e mantêm viva a história e a cultura gastronômica dos imigrantes poloneses e dos seus descendentes.

2. METODOLOGIA

Este capítulo norteia os caminhos percorridos para a realização desta pesquisa. Os dados foram obtidos mediante contato dos pesquisadores com as pessoas da comunidade envolvidas e/ou participantes no contexto. Estes dados,

¹ Momento de socialização e convivialidade entre a comunidade polonesa guaraniense na Sociedade Cultural – Casa Polonesa, para feitura de Pierogi fortalecendo a identidade, a manutenção e continuidade dos costumes e tradições socioculturais, enraizadas pelos seus imigrantes e absorvidos entre gerações até a contemporaneidade.

foram posteriormente analisados e interpretados, de modo a permitir com clareza a compreensão se dos fenômenos da realidade estudada.

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa pelo fato de se utilizar o ambiente natural como fonte direta de coleta de dados e dos pesquisadores como seu principal instrumento.

Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo exploratório, e realizada durante visitas técnicas nos anos de 2015 e 2016, à Sociedade Cultural Guaraniense - Casa Polonesa, no Município de Guarani das Missões/RS, cenário da coleta de dados. Tais visitas objetivaram diagnosticar os diversos tipos de *Pierogi*, os seus aspectos organolépticos característicos como a feitura (frito, cozido, assado), os sabores (doce ou salgado), a textura e as preferências palatáveis da comunidade, identificados por meio das falas, imagens, observações e degustações.

Desta inserção no campo resultaram os registros cujos conteúdos mostram a forte presença desta culinária na memória das cozinheiras, na lembrança dos comensais, no paladar e no saber popular, sobretudo à mesa das famílias e nas festas celebrativas do Município.

O objetivo fundamental desta pesquisa é resgatar e divulgar a cultura polonesa presente na Região das Missões/RS/Brasil através da sua gastronomia, aqui representada pela sua iguaria típica: o *Pierogi*.

3. A CULTURA POLONESA E A GASTRONOMIA TÍPICA DO *PIEROGI*

3.1 A Febre Imigratória e os Polono Brasileiros – história e identidade

“Partiam atordoados. Libertavam-se da penúria, da opressão, da perseguição. Aliciados e iludidos demandavam o além-mar. Quem poderia resistir à tentação?

Todos tinham casos como senhorio, com o gendarme, com a caterva de vivaldinos.

Os que possuíam coração, os que amavam a Mãe-Terra enxugavam as lágrimas e partiam em busca de areias cintilantes, para o retorno atirá-las aos olhos dos inimigos e cegar os tiranos. Abandonavam searas de trigo. Tentados, aventuravam melhor sorte. Sonhavam com minas de prata, árvores leiteras, frutas-pão, maná em desertos”.
(WACHOWICZ, 1997).

A citação acima é parte do livro de Romão Wachowicz “Homens da Terra” (1997) que tratada sorte das famílias dos imigrantes poloneses no Brasil, constituindo o legado de dezenas de milhares de famílias, que a partir de 1870 criaram, juntamente com outras etnias, o Brasil meridional. Atualmente, os seus descendentes, também estão presentes nos estados do Paraná, Santa Catarina e em outras cidades do Rio Grande do Sul (RS).

Para os jovens europeus as repúblicas americanas eram uma esperança para a estabilidade política, inserção na economia mundial e modernização civilizacional. No entanto, de acordo com SChr (2007), não se pode examinar as questões da imigração polonesa para o Brasil e a configuração dos meios brasileiros de descendência polonesa em separado do contexto das relações polono-brasileira, que vieram para o Brasil nos seguintes períodos (Tabela 1):

Tabela 1 - Períodos da vinda dos imigrantes Poloneses para o Brasil.

Até 1820 - contatos esporádicos e ínfimo conhecimento mútuo;
1820-1870 - pouca imigração da inteligência e profissional, bem como início do interesse científico da parte dos pesquisadores poloneses;
1870-1914 - primeira fase da imigração maciça, de caráter econômico, principalmente rural; início do interesse pelo Brasil por parte dos intelectuais políticos e empresários;
1914-1918 - período de retenção da imigração em resultado da Primeira Guerra Mundial; mobilização patriótica entre os imigrantes poloneses e os seus descendentes, em favor do apoio à pátria em renascimento;
1918-1939 - encetamento de relações diplomáticas e econômicas; período da política emigracional estatal da Polônia independente; emigração permanente, emigração temporária por motivos econômicos e criação das comunidades polônicas sob o patrocínio do governo polonês;
1939-1945 - período da II Guerra Mundial: detenção da imigração maciça; movimento patriótico em favor da cooperação com o país ocupado e o governo polonês na emigração; imigração seletiva, sobretudo de intelectuais e artistas;
1945-1989 - período dos governos comunistas na Polônia; primeira afluência do pós-guerra de uma pequena massa de imigrantes políticos principalmente oriundos do desmobilizado exército Polonês no Ocidente, e de suas famílias; tentativas da utilização instrumental e ideológica dos meios polônicos para fins da política estatal polonesa;
1989 - nova fase das relações entre a Polônia e o Brasil, bem como entre a Polônia e a Comunidade Polônica brasileira.

Fonte: Adaptado de SChr (2007).

A maior onda da imigração polonesa para o Brasil ocorreu no período de 1870-1914, sendo que, segundo estimativas, chegaram no país 102.196 poloneses, período que se denominou de “Febre Brasileira” no qual também imigraram outros grupos étnicos, sobretudo ucranianos e judeus. Contudo, a quantidade de pessoas que afluíam dos territórios que compunham a antiga Polônia era significativamente maior. Wenczenovicz (2002, apud SLODKOWSKI, 2011) destaca que:

No período intitulado de “febre migratória” - 1889/90-1914, aproximadamente noventa mil poloneses chegaram ao Brasil, fixando-se cerca de 50% no Rio Grande do Sul; 40% no Paraná e os 15% restantes em Santa Catarina, São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais.

A partir de 1980, tem início no Brasil um novo período de renascimento do interesse pelo polonismo, nas dimensões popular e intelectual. Renasce nesta época diversas organizações de caráter polônico: em 1989 surgiu a POLBRAS (Federação das Associações Polônicas do Brasil), que agrupava diversas organizações culturais e sociais que já existiam anteriormente. Em 1990, iniciou atividade a BRASPOL (Federação das Organizações Polonesas do Brasil), cujo objetivo é despertar a consciência da origem entre os descendentes dos imigrantes da Polônia. Em 2007, existiam 333 entidades locais da BRASPOL em todo o Brasil, mas, principalmente, nos seus estados sulinos e centrais.

Conforme Polanczyk (2010), o Governo Imperial promoveu a vinda de imigrantes europeus para o Rio Grande do Sul objetivando povoar as áreas passíveis de realização de agricultura, colonizar e ocupar as terras cobertas de matas.

Quando os poloneses chegaram ao Brasil, por volta de 1890, as colônias italianas e alemãs estavam em franco desenvolvimento, e assim os melhores lotes de terras já tinham sido distribuídos pela Diretoria de Terras e Colonização, não havendo lotes demarcados para os novos imigrantes. Os poloneses tiveram, pois que esperar em barracões improvisados, sendo depois instalados entre os italianos e os alemães, em lotes menores, recebendo também frações de terra montanhosa, situadas nas margens do Rio das Antas, da Prata, e São Marcos. Devido às dificuldades de cultivo da terra de fraca produtividade, os poloneses se retiraram dessas colônias e o Estado brasileiro os colocou no Vale do Rio Jaguari e entre as florestas na margem do Rio Uruguai na Região Noroeste do Estado, onde iniciaram, 3 colônias: Jaguari (no ano de 1899), em Ijuí (em 1890), e Guarani das Missões (em 1891).

A colônia Guarani foi implantada nas duas margens do Rio Comandaí, que separava os municípios de São Luiz Gonzaga e Santo Ângelo. No ano de 1897, propiciou-se a instalação de 2 núcleos: um situado nas margens do Rio Uruguai, (chamado de núcleo Uruguai, o qual também chamado de Lucena, hoje cidade de Porto Lucena) e o segundo núcleo Comandahy, constitui hoje a sede do município de Guarani das Missões. Garcez (2003, apud SLODKOWSKI, 2011), enfatiza a organização dos poloneses pelo território gaúcho (Figura 2), ao destacar que “As colônias polonesas se disseminaram pelos mais diversos pontos do território gaúcho: na Serra do Sudeste, onde se implantou Dom Feliciano, até ao Noroeste, onde floresceu Guarani das Missões, passando pela Depressão Central, o Alto Uruguai e vários pontos do planalto, sempre em distritos rurais remotos”.

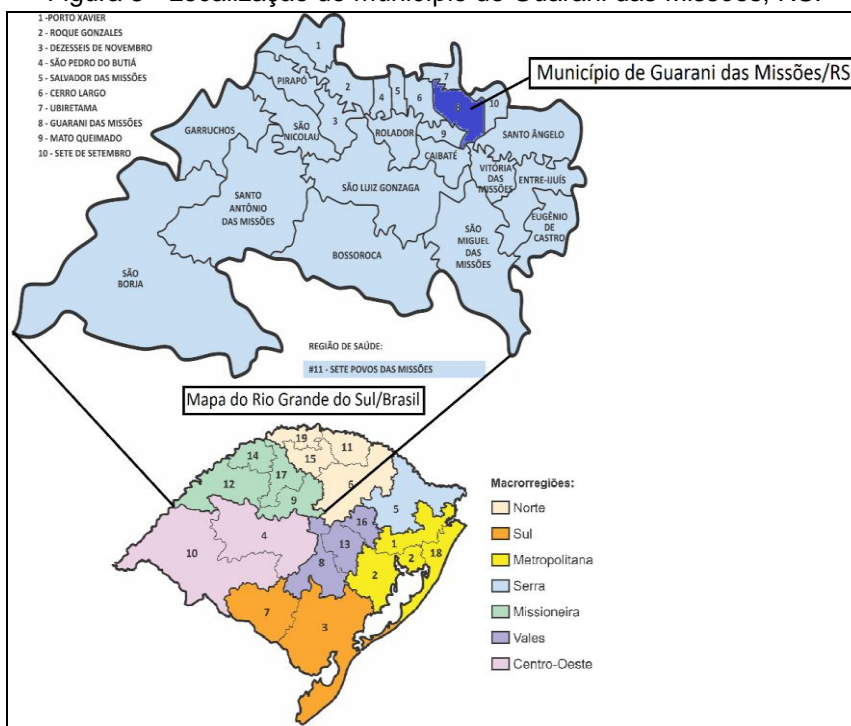
Figura 2 - Diretoria polonesa em Terras brasileiras.



Fonte: Acervo próprio (2015).

O município de Guarani das Missões está hoje inserido na Região das Missões no RS cuja colonização, se iniciou em 1891 com os suecos, seguidos pelos poloneses, italianos, alemães, russos, portugueses, tchecoslovacos, austríacos, espanhóis, ucranianos e outros. A denominação “Guarani das Missões” foi assumida em 1950, sendo de origem indígena e refere-se aos índios Guaranis que aqui habitavam (figura 3).

Figura 3 - Localização do município de Guarani das Missões, RS.



Fonte: Adaptado da Secretaria Estadual da Saúde (2016).

De acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2010) atualmente a população total do município de Guarani das Missões é de 8.115 habitantes e o seu IDH é de 0.737, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2010).

Desde 1996 que a cidade de Guarani das Missões é conhecida como a Capital Polonesa dos Gaúchos, por ser o maior centro de colonização do Estado desta etnia. De fato, admite-se que nesta cidade 80% da população seja descendente de poloneses. A identidade cultural polonesa que se consolidou na comunidade guaraniense, uma vez que na sua essência resguarda traços dos colonizadores e dos seus descendentes, que se expressa pela maneira de falar, pelo dialeto, pelas vivências, religiosidade e pelos costumes (alimentar, dança e a música).

Claval (1999) destaca os códigos culturais como indicadores da materialização da cultura no espaço, através de simbologias específicas, sendo responsáveis pela caracterização dos grupos sociais. Os códigos culturais dividem-se em materiais e imateriais, sendo que os materiais envolvem o vestuário, a gastronomia, o estilo arquitetônico das residências, a religião, a música e o folclore. Os códigos imateriais não sendo visíveis no espaço representam o modo de pensar de cada grupo social por meio da oralidade, das ideologias, valores e convenções.

Tendo como referência o pensamento de Claval (1999), podemos relacionar os códigos culturais com o sentimento de pertença, que é a maneira de criar identidade própria e coletiva, por meio das relações culturais e sociais. As referências pessoais construídas desde a infância são manifestadas no espaço vivido de cada indivíduo.

Relacionando ainda, o período imigratório, identifica-se e salienta-se que juntamente com o sonho da “Terra prometida”, vieram os seus costumes, dialeto, religiosidade, as manifestações culturais, o folclore, os trajes e a sua gastronomia. Esses sinais culturais poloneses difundiram um forte vínculo com a cultura local Guaraniense, desenvolveram laços de pertencimento, criando um sentimento de identidade cultural e atuando de forma significativa nas relações de família e da comunidade Claval (1999).

3.2 Sociedade Cultural Guaraniense – Casa Polonesa

Guarani das Missões resgata e efetiva o interesse pelo polonismo, ao fundar a Sociedade Cultural Guaraniense, a qual é actualmente um centro de atividades culturais e sede do Grupo Folclórico Polonês Águia Branca. A sede, habitualmente chamada de Casa Polonesa, (em polonês *Dom Polski*) atua em favor da inserção social e da disponibilização de práticas saudáveis, alicerçada na dança polonesa,

historicamente rica, sinônimo de um povo sofrido, oriundo de êxodos e na busca de dias melhores.

Historicamente a Sociedade Cultural Guaraniense, tem mantido as tradições, a história e os costumes dos guaranienses. Em seu Estatuto, no capítulo I, a fundamenta como uma sociedade civil sem caráter político, religioso, racial, sendo seus fins puramente culturais, sociais, esportivos e beneficentes. O artigo 2º, dispõe que a sociedade tem por fim (Tabela 2):

Tabela 2 - Finalidade da Sociedade Cultural Guaraniense.

a) congregar os Guaranienses objetivando cultivar suas origens tradições e costumes poloneses;
b) manter um grupo folclórico com danças típicas da Polônia, origem dos colonizadores Guaranienses;
c) elevar o nível cultural, intelectual, artístico e moral de seus associados;
d) representar e divulgar o município de Guarani das Missões junto aos demais municípios e estados do Brasil;
e) manter contato cultural com a Polônia através de seu consulado e com a imigração polonesa no Brasil

Fonte: Estatuto da Sociedade Cultural Guaraniense, 2016.

A Sociedade Cultural Guaraniense promove, desde 1996, a POLFEST (Festa Típica Polonesa), conhecida internacionalmente com participações de países como a Polônia, Suécia, Rússia e alguns Países do MERCOSUL, em especial a Argentina.

Segundo o Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Polônia no Brasil, Jacek Junosza Kisielewski, a POLFEST é a maior festa polonesa da América Latina, onde durante três dias, se vivenciam a cultura, gastronomia, religiosidade, folclore e o artesanato, entre tantas outras manifestações culturais polonesas.

Outro fator marcante priorizado pela organização da POLFEST é a acessibilidade, sendo que não é cobrado qualquer ingresso para ter acesso à festa, permitindo-se que todo e qualquer cidadão participe e goze de momentos de inserção cultural. Porém, no que se refere aos produtos alimentícios, é cobrada uma taxa para degustação (Figura 4).

Figura 4 - Grupo Folclórico com trajes típicos e comercialização de *Pierogi* pela Casa Polonesa, ambos durante a POLFEST/2016.



Fonte: Acervo próprio (2016)

Desta forma, todos os visitantes, tem acesso à gastronomia típica, contribuindo para que o legado gastronômico polonês se materialize e se revele aos sentidos perceptíveis pelo olfato, visão, tato e degustação.

A Casa Polonesa localiza-se no Parque de Eventos Clemente Vicente Binkowski, e é uma das principais estruturas da arquitetura polonesa e um dos espaços de maior representação das manifestações culturais polonesas da cidade. É lá que são realizadas as “pierogadas” – em prol do Grupo Folclórico, cujo evento promove o encontro da comunidade que, unida produz e consome o *Pierogi*, uma espécie de “pastéis” (Figura 5) com características peculiares por ser uma iguaria típica, símbolo do legado gastronômico polonês.

Assim o *Pierogi* não é somente um alimento nutritivo que cumpre sua função biológica de saciar a fome, ele passa a ter valor cultural, representando a preservação do passado histórico e cultural do legado gastronômico polonês em Guarani das Missões.

Figura 5 - Versão frita do *Pierogi* doce, durante “pierogada” na Casa Polonesa.



Fonte: Acervo da Autora (2015).

3.3. Cultura Gastronômica

A alimentação é uma necessidade básica de sobrevivência do ser humano, porém a alimentação hoje em dia supera tal conceito, uma vez que as práticas alimentares e os hábitos relacionados ao ato de comer, são fenômenos socioculturais historicamente construídos pela humanidade, e que variam conforme a cultura, condições geográficas, convenções sociais e acúmulos de experiências. Os hábitos alimentares enquanto aspectos culturais podem revelar identidades e costumes presentes no cotidiano social demarcado no tempo e no espaço. (BARBOSA, 2015).

Podemos considerar a iguaria típica polonesa *Pierogi* uma representação efetiva dos fenômenos socioculturais historicamente construídos pela humanidade, uma vez que tal iguaria típica está presente em diversos países. Apesar da sua origem se chinesa, países como a Itália, Polônia, Rússia, Leste e Oeste da Ucrânia o incluíram em seu acervo turístico gastronômico, adotando como iguaria pertencente ao rol gastronômico para degustação. Atualmente diversos países a apreciam e a consomem regularmente.

O preparo das mais diversas iguarias da culinária brasileira está ligada aos aspectos socioculturais de nossa história e recebeu a influência de outros povos que aqui estiveram em épocas passadas e nos legaram um patrimônio cultural valioso, influenciando e dominando até mesmo na alimentação. A variedade de sabores e preferências regionais, com as suas especiarias e temperos próprios, tornam-se irresistíveis ao paladar mais exigente de qualquer arte da cozinha nacional. (BARROZO, 2010).

A gastronomia constitui-se como um elemento de identidade e pertença, por seus gostos e sabores, por seus saberes e fazeres favorecendo a identificação, pois sendo reveladora, expõe as crenças, valores, costumes, topografia, clima, relevo, gostos, agricultura e pecuária, ou seja, a verdadeira essência do povo ao qual pertence.

3.4 *Pierogi*

Conforme a definição de Filipack (2002, p.283), o *Pierogi* é uma “espécie de pastéis da culinária polonesa, feitos de massa de farinha de trigo, recheados com requeijão ou com batatinha ralada (inglesa), podendo ser fritos no azeite ou cozidos, misturados por fora com requeijão adocicado”. Para o mesmo autor, em Português é comum ser grafado como *pierogi*, *pierogy*, *pierogui* ou *pirogue*. Seu formato de semicírculo lembra o pastel, porém, depois de cozido aparenta o ravióli italiano.

O *Pierogi* é uma iguaria tradicionalmente consumido pelos poloneses, mas a sua origem é da gastronomia Chinesa. Na Polônia, costuma-se rechear o *Pierogi* com requeijão e batata na versão salgada e com requeijão e açúcar na versão doce.

Também se usam como recheio frutas, tais como morangos, cerejas, ameixas, maçãs entre outras, podendo ser servidos como prato principal ou acompanhamento.

O *Pierogi* típico polonês é cozido e guarnecido com molho de nata, de cebola dourada ou bacon frito. Ele é considerado um símbolo nacional e vendido em diferentes locais e restaurantes especializados chamados *Piero garnia*, na Polônia.

Na Região Sul do Brasil, além do tradicional *Pierogi* cozido, também foram criadas versões fritas e assadas, resultantes da influência da culinária brasileira. Como recheio, prevalece a mistura de requeijão e/ou com batatas e/ou com repolho e/ou com arroz, ou somente o requeijão com sal e temperos chamados “cheiro verde”, na versão salgada. Quanto à versão doce, o recheio é de requeijão com açúcar acrescido de canela em pó. Costuma-se também usar bagos de uva e açúcar como recheio na elaboração do *Pierogi* cozido doce.

Assim como as demais iguarias da culinária polonesa, as receitas de *Pierogi* passam de geração em geração, mantendo viva a história e a cultura gastronômica dos imigrantes poloneses que chegaram em terras brasileiras no século XIX.

4. CONCLUSÕES

O legado gastronômico de Guarani das Missões está intimamente representada pelo prato culinário *Pierogi*, tornando-o símbolo da cultura gastronômica polonesa presente no município. Ele desenvolve e nutre o sentimento de pertença entre os convivas, uma vez que sua feitura é uma prática culinária de grupo, comum em eventos comunitários e familiares que valorizam e se orgulham de seu saber, sabor e significado.

Momentos especiais como encontros de famílias, festas populares, eventos culturais, convívio em família durante o final de semana e chás da tarde, espera de visitas nas residências, e até mesmo durante a Semana Santa (celebração religiosa que antecede a Páscoa em que não se ingerem carnes vermelhas) o *Pierogi* leva recheio de ricota em qualquer uma de suas versões e não se adiciona carne em sua composição, a iguaria culinária *Pierogi* está presente.

É através da Casa Polonesa que os aspectos histórico-culturais e a valorização da identidade étnica se fortalecem, permitindo aos convivas compartilhar sabores com experiências degustativas e a partilhar saberes e receitas. Observa-se ainda que ao ceder o espaço físico, para celebrações festivas, exposições, cursos e concursos relacionados com a cultura polonesa e a realização das “pierogadas”, a Sociedade Cultural Guaraniense – Casa Polonesa está congregando e cultivando origens, tradições e costumes poloneses, bem como apoiando a elevação do nível cultural, intelectual, artístico e moral dos Guaranienses. Ela oportuniza o aprimoramento dos fazeres culinários e concretiza a identidade cultural polonesa,

além de elevar e enaltecer a vivência étnico-cultural. Desta forma a comunidade nutre o sentimento de pertença pelo sabor, aroma, cor e textura ao compartilhar e consumir o *Pierogi*.

Durante as “pierogadas” reúnem-se voluntários (homens, mulheres e crianças), motivados e dispostos a participar das atividades produtivas de laborar e manipular os ingredientes, efetuar o acabamento através da fritura ou cocção, e finalizar o *Pierogi* para a degustação e consumo entre os convivas. Uma vez que tudo é feito artesanalmente, desde as colheradas de requeijão condimentado, frutas ou queijos que o recheiam, os garfos que carimbam a solda das massas, até à fritura ou cocção, efetiva-se a tipicidade caseira do *Pierogi*, que embora com aparência de pastel, é marcado pelo seu sabor peculiar e característico do legado culinário polonês.

Impulsionada pela ativação prazerosa da alimentação (biológica, afetiva e cultural), perdura a tradicional iguaria do *Pierogi*, permeando um legado de valorização do patrimônio gastronômico e propiciando a sua degustação, entendendo que o mesmo se faz presente nas principais celebrações, como no Festival do *Pierogi*, nas “pierogadas”, nos concursos, na Polfest (Festa Polonesa) e em visitas a casas de famílias.

No contexto guaraniense, são várias as receitas de *Pierogi* adaptadas para agradar à singularidade dos paladares. Encontram-se versões cozidas, assadas e fritas, com recheio de requeijão salgado ou doce, além da utilização de frutas, em especial as uvas como recheio. Durante as visitas e acompanhamento nas “pierogadas”, identificou-se o *Pierogi* frito doce, como a versão mais consumida pelos apreciadores dessa iguaria culinária, sendo que a versão frita é uma adaptação regional missioneira, cuja massa incorpora farinha de trigo, açúcar de baunilha, açúcar refinado, margarina, cachaça, leite morno, fermento em pó e ovos. O recheio é composto de ricota ou requeijão, açúcar, canela e gema de ovo.

Podemos afirmar, pois que o *Pierogi* favorece a manutenção da sabedoria popular, sendo motivo de encontro entre convivas, e participando no leque enriquecedor da diversidade cultural, gastronômica e étnica da Região Missioneira.

Referências

A cultura Polonesa em Guarani das Missões/ RS 87 **Revista Percurso** - NEMO Maringá, v. 3, n. 1, p. 63-87, 2011 ISSN: 2177-3300.

BARBOSA Talita Prado - Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília. FFC/UNESP - **Antropologia e gastronomia: a identidade de ser brasileiro a partir da alimentação** — CAPES - GT 1 – Culturas, Identidades e Diferenças - páginas 1 a 14. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/8916333-Antropologia-e-gastronomia-a-identidade-de-ser-brasileiro-a-partir-da-alimentacao.html>> Acesso em: 01/08/2016.

BARROZO, Paula. **Folclore Brasileiro**. 2010. Disponível em: <<http://www.paulabarrozo.blogspot.com>>. Acessado em: ago. 2015.

CLAVAL, Paul. **A Geografia cultural**. Tradução: Luiz Fugazzola Pimenta; Margareth Afeche Pimenta. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

DILL, Aidê Campello. A Presença Polonesa na Colônia de São Marcos. **Revista Cekaw**, v. 3, ano II, p. 13. Disponível em: < http://www.poloniapoa.org/revista/03/estudos_e_pesquisas_02.pdf>. Acesso em: out. 2016.

FILIPACK, F. **Dicionário sociolinguístico paranaense**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (orgs.). **Turismo e Patrimônio Cultural**. 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 2003.

GARCEZ, Neusa Cidade. **Colonização e Imigração em Erechim** - A saga de famílias polonesas - 1900-1950. Erechim: Edição da autora, 2003.

GLUCHOWSKI, Kazimierz. **Os poloneses no Brasil**. Subsídios para o problema da colonização polonesa no Brasil. Edição histórica. Tradução: Mariano Kawka Porto Alegre: Rodycz & Ordakowski Editores, 2005.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Canais-Banco de Dados-Cidades@**. <http://www.cidades.ibge.gov.br/>, acesso: out/2016.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARMILICZ, Paulo Tomaz. **A antiga colônia polonesa de Guarani das Missões e suas relações atuais**. Ijuí: Policromia, 1996.

POLANCZYK, Antonio José. **O imigrante polonês e a Colônia Guarany**. Porto Alegre: Renascença: Edigal, 2010.

Registro dos Estatutos da Sociedade Cultural Guaraniense de Guarani das Missões/RS. Reg. nº 032, fls 011 vº a 012, Livro "A".

ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Introdução a Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p.147-167.

SCHR, Zdzislaw Malczewski. **Polônia e Polono-Brasileiros História e identidade**. Ed. Projeções. Curitiba, 2007.

SCHLÜTER, Regina G. **Gastronomia e Turismo**. São Paulo: Aleph, 2003.

Site Oficial de Guarani das Missões – Portal CNM – Confederação Nacional dos Municípios. **Dados Indicadores**. <http://www.guaranidasmissoes.rs.cnm.org.br/>, acesso em out/2016.

Site Secretaria Estadual da Saúde. Institucional. <http://www.saude.rs.gov.br>, acesso em 14/10/2016.

SLODKOWSKI, Aline Carlise. A cultura polonesa em Guarani das Missões/RS: Uma proposta para a práxis educacional interativa em sala de aula. **Revista Percorso – NEMO**- ISSN: 2177-3300 (on-line), Maringá, V.3, n.1, p.63-87, 2011.

STAWINSKI, Alberto Victor. **Primórdios da Imigração Polonesa no Rio Grande do Sul**, 2ª Edição. Porto Alegre: Edições Est, 1999.

WACHOWICZ, Romão. **Homens da Terra**. Curitiba: Ed. Vicentina, 1997.

WENCZENOVICZ, Thaís Janaina. **Montanhas que furam as nuvens: Imigração Polonesa em Áurea – RS - (1910-1945)**. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2002.

10. DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DOS PRODUTORES DE CAFÉ DO MUNICÍPIO DE ARAGUARI-MG

PÓLO, Rodrigo R.¹
REZENDE, Lucas L.²
CAIXETA, Fernando³

1. INTRODUÇÃO

O café chegou ao norte do Brasil, mais precisamente em Belém, em 1727, trazido da Guiana Francesa para o Brasil pelo Sargento-Mor Francisco de Mello Palheta a pedido do governador do Maranhão e Grão-Pará, que o enviara às Guianas com essa missão (TAUNAY, 1936). Em condições favoráveis a cultura se estabeleceu inicialmente no Vale do Rio Paraíba, iniciando em 1825 um novo ciclo econômico no país. No final do século XVIII, os produtores nacionais da época aumentaram significativamente a sua produção e, embora ainda em pequena escala, passaram a exportar o produto com maior regularidade (ABIC, 2016).

O café migrou por diversos estados se estabelecendo de norte ao sul do país, hoje se mantém principalmente nos estados do Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo e Rondônia. Minas Gerais atualmente se destaca como maior produtor nacional da cultura com 22,62 milhões de sacas (50,1%), seguido do Espírito Santo com pouco mais de 12.849,0 milhões de sacas de café (28,5%) (MINAS GERAIS, 2015).

Neste contexto, a cafeicultura tem se mostrado como uma das principais fontes de renda para agricultura da região do cerrado mineiro para pequenos, médios e grandes produtores. De acordo com dados da CONAB e direcionando o foco para o cerrado mineiro especificamente para a safra 2013/14, até aquele momento houve uma produção de 5,835 milhões de sacas de 60 kg, o que representava um aumento de 11,93%, comparativamente à safra anterior. A produtividade média apresentou um incremento de 8,64%, estimada em 33,43 sc/ha. A área de café em produção teve um acréscimo de 3,03% em relação à safra anterior, totalizando 174.554 hectares (CONAB, 2016).

Com a chegada de novas tecnologias e o surgimento de um novo nicho de mercado que exige um nível elevado de qualidade nos produtos oferecidos observa-se as adaptações de diversos e amplos aspectos dentro da cadeia produtiva do café sendo um deles as características socioeconômicas das propriedades rurais.

¹ Graduando em Engenharia Agrônoma pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - Campus Uberlândia. E-mail: rodrigo.rpolo@hotmail.com.

² Graduando em Engenharia Agrônoma do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - Campus Uberlândia. E-mail: lucasl-resende@hotmail.com.

³ Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - Campus Uberlândia. E-mail: fernandocaixeta@iftm.edu.br.

Neste contexto, diagnosticar o perfil dos produtores de café no município de Araguari - MG se mostra importante e necessário, visto que as características encontradas podem expor os aspectos positivos e negativos desta atividade que, hoje segundo a ACA (Associação dos cafeicultores de Araguari) representa 60% do PIB do município (ACA 2016).

Desta forma, o objetivo deste trabalho foi de diagnosticar o perfil socioeconômico de produtores rurais de café do município de Araguari – MG, possibilitando assim, base de informações para elaboração de políticas e ações públicas e privadas para a melhoria das condições apresentadas.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Histórico da utilização do café

O hábito que consagrou a bebida do café como a mais consumida do mundo foi graças aos árabes que, com o aumento do seu império e as viagens dos mercadores europeus em busca de especiarias, levaram a bebida ao mundo (MOREIRA, 2007).

No início, o café era conhecido apenas por suas propriedades estimulantes e a fruta era consumida fresca, sendo utilizada para alimentar e estimular os rebanhos durante as viagens. Com o tempo, o café começou a ser macerado e misturado com gordura animal para facilitar seu consumo. Por volta de 1000 d.C., os árabes começaram a preparar uma infusão com as cerejas, fervendo-as em água. Porém somente no século XIV, o processo de torrefação foi desenvolvido, e finalmente a bebida adquiriu um aspecto mais parecido com o dos dias de hoje (MARTINS, 2012).

Foi então a partir de 1615 o café começou a ser saboreado no Continente Europeu. Pelo Corão, lei suprema do Islã, condenava-se bebidas alcoólicas. Então, os árabes passaram a ter o hábito de tomar uma bebida que era obtida graças à infusão com frutos de uma planta descoberta em Kaffa, província da antiga Absinia, hoje Etiópia, no norte da África (MOREIRA, 2007).

Até o século XVII, somente os árabes produziam café. Alemães, franceses e italianos procuravam desesperadamente uma maneira de desenvolver o plantio em suas colônias. Na época, o café era um produto guardado a sete chaves pelos árabes. Era proibido que os estrangeiros se aproximassem das plantações, e os árabes protegiam as mudas com a própria vida. A semente de café fora do pergaminho não brota, portanto, somente nessas condições as sementes podiam deixar o país (MARTINS, 2012).

Mas foram os holandeses que conseguiram as primeiras mudas e as cultivaram nas estufas do jardim botânico de Amsterdã, fato que tornou a bebida

uma das mais consumidas no velho continente, passando a fazer parte definitiva dos hábitos dos europeus. A partir destas plantas, os holandeses iniciaram, em 1699, plantios experimentais em Java. Essa experiência de sucesso trouxe lucro, encorajando outros países a tentar o mesmo. A Europa maravilhava-se com o cafeeiro como planta decorativa, enquanto os holandeses ampliavam o cultivo para Sumatra. E os franceses, presenteados com um pé de café pelo prefeito de Amsterdã, iniciavam testes nas ilhas de Sandwich e Bourbon (TAUNAY, 1939).

Com as experiências holandesa e francesa, o cultivo de café foi levado para outras colônias europeias. O crescente mercado consumidor europeu propiciou a expansão do plantio de café em países africanos e a sua chegada ao Novo Mundo. Pelas mãos dos colonizadores europeus, o café chegou ao Suriname, São Domingos, Cuba, Porto Rico e Guiana. Foi por meio das Guianas que chegou ao norte do Brasil. Desta maneira, o segredo dos árabes se espalhou por todos os cantos do mundo (NEVES, 1974).

O café chegou ao norte do Brasil, mais precisamente em Belém, em 1727, trazido da Guiana Francesa para o Brasil pelo Sargento-Mor Francisco de Mello Palheta da Coroa Portuguesa a pedido do governador do Maranhão e Grão-Pará, que o enviara às Guianas com essa missão. Já naquela época o café possuía grande valor comercial. (TAUNAY, 1939).

Porém alguns historiadores dizem que havia ocorrido uma entrada no país anteriormente vinda Ásia, e também a hipótese de que a rubiácea poderia ser nativa do Brasil como defendem os autores como Lindolpho Silva, em um artigo a revista Chácaras e Quintais, de 15 de janeiro de 1939, ao apontar a existência de café nativo em Goiás, no artigo dizia que no município de Pilar, existem muitos hectares de terra ocupados por cafezais nativos, onde fazendeiros mandam buscar mudas para suas novas plantações (MOREIRA, 2007).

Em sua trajetória pelo Brasil, o café passou pelo Maranhão, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Minas Gerais. Num espaço de tempo relativamente curto, o café passou de uma posição relativamente secundária para a de produto-base da economia brasileira. Desenvolveu-se com total independência, ou seja, apenas com recursos nacionais, sendo, afinal, a primeira realização exclusivamente brasileira que visou a produção de riquezas (TAUNAY, 1939).

2.2 Cadeia Produtiva do café e o Município de Araguari

Cadeia Produtiva, ou *supply chain*, de forma simplificada pode ser definida como um conjunto de elementos (“empresas” ou “sistemas”) que interagem em um processo produtivo para oferta de produtos ou serviços ao mercado consumidor. Em virtude da globalização, evolução dos mercados consumidores, e implementações

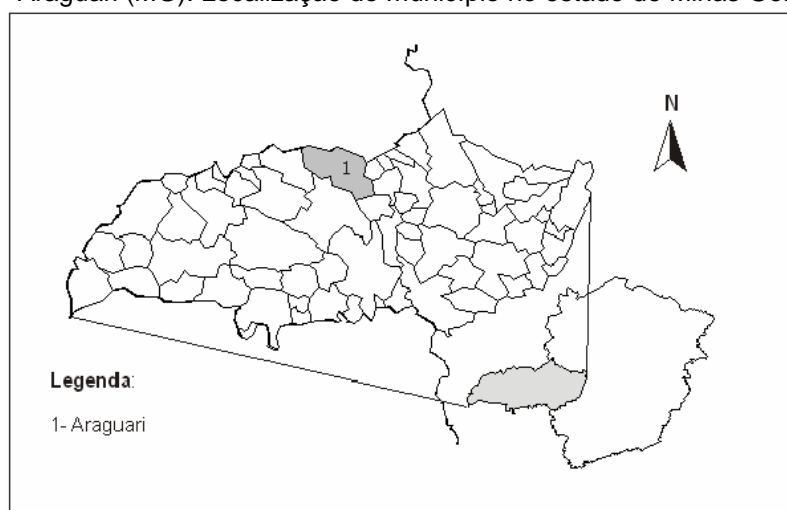
tecnológicas dos processos produtivos; o conceito de cadeia produtiva tem aprimorado (SILVA, 2005).

A cadeia produtiva do café começa antes do plantio dos pés, e é onde estão os fornecedores de insumos (como sementes e fertilizantes) e máquinas e equipamentos (como plantadeiras e colheitadeiras), para daí então ter o início do plantio e posterior colheita. A depender do tipo de café (Arábica ou Robusta), a produção pode ter foco no café em grão, que será vendido verde, como *commodity*, ou como café diferenciado. Também, pode ser produzido café para ser torrado ou transformado em café solúvel. Em seguida, entram os distribuidores, que podem estar voltados para o mercado nacional ou internacional (BRONZERI; BULGACOV, 2014).

A liderança do estado de Minas Gerais na atuação da cadeia do café remonta a década de 1970, pela promoção do Plano de Renovação e Revigoração dos cafezais, proposto pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC). Ademais, pelo plantio de mudas em extensas áreas do cerrado e das geadas nos estados de São Paulo e Paraná, que devastaram suas lavouras. Contribuíram, também, os esforços em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias voltadas ao plantio de café, e pelo clima e os solos desse estado serem favoráveis ao seu cultivo. As principais mesorregiões de expansão das lavouras foram Sul e Sudeste de Minas, Zona da Mata, Alto Paranaíba e Triângulo Mineiro, destacando-se a produção de Araguari – MG (PELEGRINI; SIMÕES, 2011; VALE; CALDERARO; FAGUNDES, 2014).

Neste contexto o município de Araguari é referência em produção, armazenamento e comercialização de café. Localiza-se na porção norte da mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, no estado de Minas Gerais, possuindo como áreas limítrofes os municípios de Uberlândia, Tupaciguara, Cascalho Rico, Estrela do Sul e Indianópolis (Mapa 1).

Figura 1 – Araguari (MG): Localização do município no estado de Minas Gerais (2009).



Fonte: (ARAÚJO; SOARES, 2009).

A área total do município é de 2.730 Km², sendo 2.675 Km² de área rural e 55 Km² de área urbana, e está dividida em cinco distritos, sendo eles: Araguari (distrito-sede), Amanhece, Florestina, Piracaíba e Santo Antônio/Contenda (IBGE, 2010).

O município de Araguari, por estar localizado em área de cerrado, foi beneficiado pelos programas financiados pelo governo federal e estadual, que possuíam como objetivo principal a incorporação de terras relativamente baratas por meio da intensificação do uso de capital, da correção da acidez dos solos característicos dessa região, da mecanização da produção agrícola, que foi possibilitada pelo fornecimento de crédito, pela assistência técnica e pela implantação da infraestrutura básica, como redes elétricas, rodoviárias e de armazenamento. O cerrado tornou-se interessante para a expansão da agricultura devido à sua localização e também pelas suas características físicas, ou seja, a presença de extensas áreas de chapada, que favoreciam a mecanização e a consequente introdução do pacote tecnológico da Revolução Verde (GOBBI, 2004).

A introdução de novas culturas no cerrado, como a soja, o café e o milho, e a valorização do preço das terras decorrente da moderna infraestrutura implantada na região foram os resultados advindos da atuação desses programas, que visavam à modernização da agricultura (ARAÚJO; SOARES, 2009).

3. METODOLOGIA

Nas Ciências Sociais, há dois caminhos que podem ser percorridos na construção da pesquisa científica: o quantitativo e o qualitativo. A diferença básica entre eles é que os métodos quantitativos produzem resultados mensuráveis em termos de quantidade, intensidade e frequência, enquanto os métodos qualitativos buscam a natureza social da construção da realidade e o modo pelo qual a experiência social surge e adquire significado (MINAYO, 1994).

Em razão de a natureza deste trabalho realizar um estudo junto aos produtores rurais, optou-se pela metodologia de pesquisa qualitativa, já que é a que melhor consegue captar esse universo dos significados à luz do entendimento dos atores envolvidos.

O presente trabalho foi realizado junto a produtores rurais do município de Araguari, em Minas Gerais. Este município possui área total de 2.729,5 km² com 3712 imóveis rurais cadastrados, com área de 271.750,9 hectares, com módulo fiscal de 30 hectares (INCRA, 2013).

Durante o levantamento de dados foi adaptado um fluxograma que demonstra brevemente o desenho da cadeia produtiva do café na região que pode ser visualizado na Figura 2.

. Figura 2- Cadeia produtiva da Cafeicultura em Araguari- MG.



Fonte: Adaptado de NOGUEIRA FILHO (2003).

Para a coleta dos dados foi utilizada a aplicação de um questionário composto por questões objetivas com respostas de múltipla escolha, sendo estruturado com perguntas que objetivaram levantar o perfil socioeconômico dos entrevistados.

Os questionários foram aplicados entre os meses de janeiro a outubro de 2016, junto a 26 produtores rurais do município de Araguari – MG. A escolha destes proprietários deu-se de forma não probabilística por acessibilidade (quando o pesquisador tem acesso ao objeto de análise que permita continuar seus estudos). Neste sentido, realizou-se agendamento prévio com os entrevistados e os entrevistadores deslocaram-se até as respectivas propriedades rurais.

A análise dos dados foi realizada seguindo a ordem das perguntas do questionário. Primeiramente, foram descritas as características socioeconômicas das propriedades rurais e em uma segunda etapa interpreta-se estes dados com base na literatura científica, percepções e legislações vigentes. Os dados coletados foram analisados por meio de estatística descritiva e distribuição de frequência, conforme verificados a seguir.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção pretende-se conhecer o perfil socioeconômico dos produtores rurais estudados que é determinante para a implantação e adaptação de inovações, observando as respostas das entrevistas realizadas bem como a confirmação *in loco* nas diversas propriedades rurais da região.

Dos produtores rurais pesquisados, constata-se que 57,69% são produtores de café há mais de 20 anos como pode ser observado na Tabela 1. Observa-se também que o incremento de novos produtores no ramo é de apenas 3,85% dos entrevistados o que pode indicar a dificuldade de entrada de novos agricultores.

Tabela 1 - Período de atividade dos proprietários entrevistados.

	Produtores rurais	Percentuais (%)
Até 5 anos	1	3,85%
6 a 10 anos	4	15,38%
11 a 20 anos	6	23,08%
Mais de 20 anos	15	57,69%

Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

Nota-se que a maior parte dos produtores entrevistados tem grande experiência com cultivo de café no município. Em meados de 1972, um grupo de cafeicultores, constituídos por Antônio Barão, Martinho José Afonso e João Delvaz, chegaram em Araguari, com a finalidade de conhecer a região e adquirir terras para o plantio do café. Os novos cafeicultores, que chegaram em Araguari, encontraram condições excepcionais para iniciar suas atividades. Sem falar do financiamento fácil, a terra era ainda muito barata e sua topografia permitia mecanização (MONTES, 2016).

Todos os produtores entrevistados são alfabetizados, entretanto 58,62% tem nível de ensino fundamental, 31,03% tem nível de ensino médio, 6,9% apresentam nível de ensino superior e 3,45% pós-graduação, não sendo encontrado no grupo entrevistado analfabetos, conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 - Escolaridade dos proprietários entrevistados.

	Produtores rurais	Percentuais (%)
Nível Fundamental	16	61,54%
Médio	9	34,62%
Superior	1	3,85%

Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

O nível de escolaridade do produtor influencia seu interesse na busca de novos conhecimentos, na medida em que possibilita estabelecer comportamentos mais desejáveis na assimilação e adoção das informações recebidas (SILVA, 1995). Deste modo, produtores com nível de escolaridade ensino fundamental necessitam de mais apoio em suas atividades devido ao nível instrucional.

Foi possível constatar que 25 dos 26 proprietários afirmaram haver de 1 a 5 funcionários em sua propriedade, conforme pode ser visualizado na Tabela 8.

Tabela 3 - Número de funcionários nas propriedades.

	Produtores rurais	Percentuais (%)
Até 5	25	96,15%
De 6 a 10	1	3,85%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Foi analisado ainda se estes funcionários encontrados nas propriedades eram membros da família. O resultado obtido foi que em 76,92% das propriedades afirmaram que todos os funcionários seriam os próprios membros da família. Conforme apresentado na Tabela 9.

Tabela 4 - Tipos de mão de obra.

	Produtores rurais	Percentuais (%)
Sim parcialmente	6	23,08%
Sim totalmente	20	76,92%

Fonte: Elaborado pelos autores.

O que também segundo a lei nº 11.326 de julho de 2006, pode caracterizar a propriedade como pertencente ao grupo de agricultura familiar (BRASIL, 2006).

Pelo fato de a cafeicultura nos Cerrados ser desenvolvida em áreas relativamente planas, a mecanização é prática recorrente em, praticamente, todas as etapas da produção, desde o preparo do solo, passando pelos tratamentos culturais, fitossanitários e nutricionais, até chegar à colheita, sendo crescente a cada ano (ORTEGA; JESUS, 2011).

O que reduz gradativamente a quantidade de mão de obra inserida nas pequenas propriedades, principalmente se tratando de um município que contém diversas empresas prestadoras de serviço em todas as etapas de produção do café conforme observado durante as entrevistas.

Nota-se que a maior parte dos produtores que foram entrevistados são pequenos produtores já que 76,92% tem propriedade com menos de 120 hectares, conforme apresentado na Tabela 3.

Tabela 5 -Tamanho da propriedade rural em hectares.

	Produtores rurais	Percentuais (%)
Até 30ha	10	38,46%
De 31 a 90ha	10	38,46%
De 91 a 150ha	6	23,08%

Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

Com base nessas informações, a maioria dos produtores entrevistados podem ser caracteriza como agricultores familiares que segundo a Constituição Federal Brasileira, materializada na Lei nº 11.326 de julho de 2006, considera-se como agricultor familiar, dentre outros aspectos, aquele que desenvolve atividades econômicas no meio rural e que não possui propriedade rural maior que 4 módulos fiscais, que no município de Araguari é 30 hectares (BRASIL, 2006).

Dentre as perguntas foram levantados dados sobre a extensão do cultivo de café na propriedade, neste quesito 88,46% dos entrevistados afirmaram que realizam o cultivo em um perímetro máximo de 30 hectares conforme apresentado na Tabela 4.

Tabela 6 - Área plantada com café.

	Produtores rurais	Percentuais (%)
Até 30ha	23	88,46%
De 31 a 60ha	2	7,69%
De 61 a 90ha	1	3,85%

Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

Dentre os produtores entrevistados foram avaliados quais trabalhavam apenas com café o que representou 61,54% dos produtores e quais produziam outras culturas o que representou 38,46%. Mesmo os que apresentam cultivo de outras culturas, ainda é possível afirmar que podem se tratar de agricultores familiares já que cerca de 60% trabalham com até 90 hectares, conforme pode ser visualizado na Tabela 5.

Tabela 7 - Produtores de culturas além do café por tamanho de propriedade.

	Produtores rurais	Percentuais (%)
Até 30ha	2	20,00%
De 31 a 90ha	4	40,00%
De 91 a 150ha	4	40,00%

Fonte: Elaborado Pelos autores, 2016.

Observou-se durante as entrevistas que produtores com áreas menores tendem a produzir outras culturas consorciadas com café como vagem, repolho, feijão, pimentão, maracujá, dentre outras. Aproveitando assim o espaço das entrelinhas da cultura e produtores com áreas maiores geralmente tendem a produzir culturas anuais como soja e ou milho nas áreas onde não está inserida a cultura do café.

Os produtores de agricultura familiar têm a necessidade de produção de outras culturas intercaladas ao café pois existe uma necessidade de capital de giro conforme informado pelos mesmos, o que significa que necessitam de lucro de outras atividades agrícolas além do café para se manterem ativos no mercado. Como exemplo disso têm-se a produção de vagem rasteira por produtores do distrito de Sto. Antônio/ Contenda e do Amanhece que utilizam as entrelinhas do café para condução da mesma gerando renda extra com a entrega da produtividade em mercados, sacolões e no Centro de Abastecimento (CEASA – MG) da região que fica no município vizinho de Uberlândia-MG.

A escolha das culturas e do tipo de associação deverá levar em consideração, por exemplo, as peculiaridades de cada região e a preferência do mercado em comercializar os produtos (CECÍLIO FILHO *et al.*, 2007). O cultivo consorciado é uma estratégia de proteção da lavoura de café, minimizando os efeitos do ambiente, como ventos fortes, temperaturas elevadas e excessos de radiação (CAMARGO; PEREIRA, 1994).

Observou-se que a produtividade da maior parte dos produtores (69,23%) se encontra na média Mineira que segundo levantamentos da safra 2016 é de 28,69 sc/ha, 24,65% acima do resultado obtido na safra 2015, analisando especificamente a região do cerrado Mineiro a média de produtividade é de 37,73 sc/ha para a safra de 2016 (CONAB, 2016), conforme apresentado na Tabela 6.

Tabela 8 - Média de produtividade das lavouras.

	Produtores rurais	Percentuais (%)
Até 10scs/ha	1	3,85%
De 20 a 50scs/ha	18	69,23%
Mais de 50scs/h	7	26,92%

Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

Foi ainda analisado, se os produtores utilizam algum tipo de tecnologia de agricultura de precisão em sua propriedade para produção, tendo como resultado que 53,85% dos entrevistados afirmaram fazer uso destas tecnologias. Ainda, analisou-se ainda se os produtores se consideram instruídos tecnicamente para realizarem o monitoramento e condução de sua propriedade sozinhos sendo que 92,31% se consideram instruídos tecnicamente.

A base estratégica das nações que mais se desenvolveram no século XX foi a capacidade de gerar e de utilizar as novas Tecnologias de Informação e de Comunicação (conhecidas também como “TICs”) na agricultura. Através do investimento em pesquisa e em seu uso na agricultura, uma nação é capaz de avançar através de seus próprios meios e estruturas, sem depender da aquisição, mediante pagamento, de informações, de processos e de produtos gerados em outros locais (VIERO; SOUZA, 2008).

Baseado nesta afirmação, é possível afirmar que agricultores podem com o tempo adquirir conhecimentos técnico e teóricos suficientes para se adaptarem as condições atuais de produção agrícola. Ainda é possível afirmar que existe grande troca de informações entre vizinhos que auxilia no aprendizado baseados em erros e acertos pelos que os cercam.

Também foi analisado se recebem assistência técnica especializada para condução da lavoura e cerca de 80,77% dos proprietários afirmaram utilizar algum tipo de assistência técnica. Neste sentido, foi questionado qual a frequência que essas assistências ocorriam em suas propriedades, sendo que a maioria (19 proprietários) responderam que são de 1 a 2 assistências no mês conforme pode ser visualizado na Tabela 7.

Tabela 9- Quantidade de assistências técnicas.

	Produtores rurais	Percentuais (%)
1 assistência por mês	9	34,62%
De 1 a 2 assistências por mês	10	38,46%
De 3 a 4 assistências por mês	2	7,69%
Nenhuma	5	19,23%

Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

Foi avaliado se os produtores rurais sentem-se satisfeitos com relação a oferta de produtos e serviços existentes no município e como resultado obteve-se que 92,31% dos produtores sentem-se satisfeitos com a atual oferta que por sua vez é suprida com qualidade, pois o café tem grande representatividade econômica no município com mais de 20 mil hectares plantados com a cultura e quase 15000 empregos ligados a cadeia (ACA, 2016).

Um ponto importante observado é que 38,46% dos produtores afirmaram serem associados a algum tipo de cooperativa ou outras formas de associativismo, enquanto a maior parte dos produtores 61,54% afirmou ter algum tipo de receio em serem cooperados por poder assumir dívidas caso o empreendimento venha a decretar falência conforme foi descrito pelos próprios entrevistados.

O Brasil é o atual maior produtor de café do mundo e Minas Gerais o maior produtor do país com mais de 1 milhão de hectares da cultura. A área de café na região do cerrado Mineiro em produção teve um acréscimo de 7,3% em relação à safra passada. A área total de café na região do cerrado mineiro está estimada em 208.562 hectares, sendo 183.076 hectares em produção e 25.486 ha em formação e renovação (CONAB, 2016).

5. CONCLUSÃO

Com base nas condições experimentais em que este trabalho foi desenvolvido, conclui-se que as características do perfil dos produtores rurais de café entrevistados do município de Araguari-MG foram:

- Produtores rurais experientes na cultura do café na região;
- Produtores rurais com baixo nível de escolaridade;
- Produtores rurais com baixo número de funcionários, o uso da mão-de-obra familiar e tamanho da propriedade abaixo de 4 módulos fiscais o que pode indicar a predominância de agricultores familiares;
- Predominância do cultivo de café em área de até 30 ha;
- Alternância do cultivo do café com outras culturas de fácil comercialização para alguns produtores rurais;
- Produtividade em consonância com a média de Minas Gerais;
- Uso de assistência técnica predominando 1 a 2 visitas mensais.

Referências

ABIC. **O Café no Brasil.** Disponível em: <<http://www.abic.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=38#62>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

ACA. **Associação dos Cafeicultores de Araguari.** Disponível em: <<http://www.aca.com.br/?pg=sobre-nos>>. Acesso em: 24 de out. 2016.

ARAÚJO, F. A. V.; SOARES, B. R. **O processo de modernização agrícola como condicionante à nova relação urbano-rural no município de Araguari (MG).** OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia, v. 1, n. 1, 2009.

BRASIL, **Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Atenção à saúde da pessoa idosa e envelhecimento.** Área Técnica Saúde do Idoso. Brasília, 2010. 44 p.: il. – (Série B. Textos Básicos de Saúde) (Série Pactos pela Saúde 2006, v. 12). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em 30 de out. 2016.

BRONZERI, M. S.; BULGACOV, S. **Estratégias na cadeia produtiva do café no Norte Pioneiro do Paraná: competição, colaboração e conteúdo estratégico.** Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras, v. 16, n. 1, 2014.

CAMARGO, A.P.; PEREIRA, A.R. **Agrometeorology of the coffee crop.** World Meteorological Organization. Geneva: WMO/TD, n. 615, 43 p, 1994.

CECÍLIO FILHO A. B.; REZENDE B. L. A.; CANATO G. H. D. **Produtividade de alface e rabanete em cultivo consorciado estabelecido em diferentes épocas e espaçamentos entre linhas.** Hortic. Bras. v. 25, no.1, p. 15-19, 2007.

GOBBI, W. A. O. **Modernização agrícola no cerrado mineiro: os programas governamentais da década de 1970.** Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 5, n. 11, p. 130-149, fev. 2004.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010.** Disponível em: < http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados_do_censo2010.php>. Acesso em 02 de Nov. 2016.

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL.** 2013. Disponível em:<http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf>. Acesso em 24 out. 2016.

MARTINS, A. L. **História do café.** São Paulo. Editora Contexto, 2012.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MONTES, B. Um café por favor – **A história do café no Brasil e em Araguari.** Disponível em: < <http://www.araguaring.com.br/blog/2016/03/08/408/>>. Acesso em: 30 de out. 2016.

MOREIRA, A. C. **História do Café no Brasil.** 1º São Paulo: Magma, 2007. 192 p.

NEVES, C. **A estória do café.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Café, 1974. 52 p.

NOGUEIRA FILHO, A. **Ações de fomento do Banco do Nordeste e potencialidades da caprino-ovinocultura.** IN: Anais do II SINCORTE. João Pessoa-PB, p. 43-55, 2003.

ORTEGA, A. C.; JESUS, C. M. **Território café do Cerrado: transformações na estrutura produtiva e seus impactos sobre o pessoal ocupado.** Revista Economia Sociologia Rural, Brasília, DF, v. 49, n. 3, p. 771-800, 2011.

PELEGRINI, D. F.; SIMÕES, J. C. **Desempenho e problemas da cafeicultura no estado de Minas Gerais: 1934 a 2009.** Campo Território: Revista de Geografia Agrária, São Paulo, v. 6, n. 12, 2011.

SILVA, L. C. **Cadeia Produtiva de Produtos Agrícolas.** UFES – Universidade Federal do Espírito Santo. Departamento de Engenharia Rural. Boletim Técnico, 2005.

SILVA, U. M. **Extensão Universitária: a interação do conhecimento na Semana do Fazendeiro.** Viçosa: UFV. 199 p. Dissertação de Mestrado, 1995.

TAUNAY, A. E. **História do café no Brasil: no Brasil Imperial 1822-1872**. Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1939.

VALE, A. R.; CALDERARO, R. A. P; FAGUNDES, F. N. **A cafeicultura em Minas Gerais: estudo comparativo entre as regiões Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba e Sul/Sudoeste**. Campo Território: Revista de Geografia Agrária, v. 19, n. 18, 2014.

VIERO, V; SOUZA, R. **Comunicação rural online: promessa de um mundo sem fronteiras - estudo de caso do modelo de monitoramento agrícola do Sistema Irriga da Universidade Federal de Santa Maria**. XLVI Congresso SOBER. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco. Acre, 2008.

11. PROGRAMA ESTADUAL DE AGROINDÚSTRIA FAMILIAR “SABOR GAÚCHO”: ESTUDO DE CASO NA REGIÃO DAS MISSÕES/RS

OLIVEIRA, Viviane Janke de ¹
LEÃES, Fernanda Leal ²

1. INTRODUÇÃO

A agroindustrialização constitui uma importante fonte de renda para as famílias rurais e alternativa inovadora na arquitetura de redes agroalimentares alternativas; circuitos de comércio diferenciados que valorizam práticas e normas sociais que estão na base da autonomia não só mercantil, mas também cultural e política dos agricultores familiares.

Nesse tipo de empreendimento, os agricultores são os protagonistas do processo, passando a atuar em toda a cadeia produtiva. Além disso, promovem a descentralização e a diversificação da produção e o desenvolvimento local, fortalecendo os valores culturais, a sustentabilidade e a oferta de produtos diferenciados e de qualidade.

O incentivo à criação de agroindústrias através de políticas públicas por parte dos governos municipais, estaduais e federal, visando o desenvolvimento regional, aparentemente, possibilita que estas sejam criadas e mantidas por produtores rurais juntamente com suas famílias, buscando assim a agregação de valor aos produtos da agricultura familiar.

Um exemplo claro desse incentivo no estado do Rio Grande do Sul é o Programa Estadual da Agroindústria Familiar (PEAF), “Sabor Gaúcho”, com esse programa o estado busca apoiar a legalização e a implantação de agroindústrias artesanais. Atualmente, segundo dados da Secretaria de Desenvolvimento Rural, o Rio Grande do Sul possui 2.626 agroindústrias familiares cadastradas no Programa de Agroindústria Familiar. Destas, somente 833 agroindústrias estão formalizadas. Na região das Missões, de acordo com a distribuição por Corede, temos 193 agroindústrias cadastradas e 25 inclusas no programa, divididas em 12 municípios pertencentes ao Corede Missões.

Assim, o objetivo deste trabalho consiste em fazer um estudo de caso a respeito da percepção dos atores envolvidos (agricultores beneficiários e entidade gestora) no Programa Estadual da Agroindústria Familiar “Sabor Gaúcho” na Região das Missões - RS, relacionando os objetivos do mesmo e os resultados alcançados.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Agroindustrialização na Região das Missões - RS

O processo de agroindustrialização na Região das Missões, iniciada pelos indígenas e perpetuado pelos colonizadores europeus no final do Século XIX e início do Século XX, foi fundamental para o desenvolvimento da região tanto no passado como nos dias atuais, uma vez que entre as principais atividades econômicas encontra-se a agropecuária, sendo esta região exportadora de alimentos (POLACINSKI et al., 2014).

A tradição agrícola da região das Missões é procedente de empreendimentos que desde o início da colonização são voltados para a agregação de valor aos produtos primários. Como exemplo destas matérias primas, se pode citar o leite, do qual obtemos os seus subprodutos tais como: queijos, iogurtes, doce de leite, nata, requeijão; os subprodutos da cana (álcool, melado, rapaduras, açúcar mascavo, cachaça) e os subprodutos cárneos, onde destacamos o salame, linguiças, murcia, copa, banha. Existe um enorme potencial para a viabilização de empreendimentos agroindustriais dos mais variados portes, com uma grande capacidade de geração de emprego e de renda (POLACINSKI et al., 2014).

Conforme Niederle e Wesz Junior (2009), a partir dos anos 1940, o esgotamento da fertilidade natural dos solos em virtude do manejo agrícola, a queda acentuada da produção e dos preços dos produtos agrícolas e a redução demasiada do tamanho das propriedades em face do sistema de sucessão hereditária das terras por partilha total do lote entre os herdeiros, revelaram uma grave crise nesse sistema. As transformações essenciais que se seguiram à crise, principalmente após os anos 1960-70, estão relacionadas à intervenção do Estado e do capital externo com vistas ao aumento da produção e da produtividade.

Na região das Missões, esse período também é caracterizado pela especialização no binômio trigo-soja e por uma integração crescente dos agricultores a empresas agroindustriais, bancos e cooperativas. Essas e outras mudanças consolidaram uma dinâmica de desenvolvimento agroindustrial exportador amplamente dependente do desempenho de cultivos de alto valor comercial nos mercados internacionais de commodities agrícolas. Além disso, reproduziu-se uma situação de intensa externalização das unidades de produção, significando um aumento expressivo da dependência a recursos externos à unidade produtiva, e resultando em gradativa perda do controle por parte dos agricultores sobre a base de recursos necessária à sua reprodução econômica, social e cultural.

Foi somente a partir da década de 90, que o agricultor familiar tornou-se protagonista das estratégias de desenvolvimento rural (ZERBATO, 2013). Para Prado Junior 1981, citado por Zerbato (2013), a construção histórica desta conjuntura foi realizada através das manifestações dos movimentos sociais e sindicais como também reflexo das lutas camponesas e do esgotamento do modelo de desenvolvimento agrícola vigente, pautado em raízes históricas advindas da época do Brasil Colônia.

Com isso a importância da agricultura familiar e o incentivo à criação de agroindústrias estão cada vez mais evidenciados, prova disso são as políticas públicas que estão sendo elaboradas e colocadas em prática por parte dos governos municipais, estaduais e federal, visando o desenvolvimento regional e buscando assim a agregação de valor aos produtos da agricultura familiar.

2.2 Políticas públicas para a agroindústria familiar

Procurando resgatar as potencialidades dos agricultores familiares e o fortalecimento desse setor da agropecuária nacional, os governos federal e estadual propõem políticas públicas de fomento a programas de agroindustrialização (DOS ANJOS & DE OLIVEIRA CARUSO, 2015).

Quando enfocamos os programas dirigidos ao desenvolvimento rural ou territorial, podemos observar alguns instrumentos de intervenção orientados a beneficiar agricultores mais empobrecidos e com dificuldades de integração ao mercado, bem como os que não tenham assegurada uma fonte de renda compatível com o atendimento de suas necessidades de consumo (DOS ANJOS et al., 2011).

Sob esta visão, o Estado desenvolveu uma série de medidas para facilitar a implantação e a legalização de agroindústrias familiares no Rio Grande do Sul. Para isso, foi criado pela Lei Estadual nº 13.921 de 17 de janeiro de 2012 o Programa Estadual da Agroindústria Familiar “Sabor Gaúcho”.

Segundo a Secretaria do Desenvolvimento Rural e Cooperativismo, SDR, o programa vem contemplando os principais eixos necessários para gerar o desenvolvimento da agroindústria familiar – crédito, Assistência Técnica e Extensão Rural, comercialização, organização e formação – entendeu-se que o Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF) é, atualmente, o principal incentivador para a superação das dificuldades e para a viabilização dessa atividade (SDR, 2015).

O foco principal é possibilitar aos agricultores familiares a agregação de valor à produção primária, melhorando a renda e as condições gerais de vida de suas famílias, promovendo a segurança alimentar e nutricional da população, bem como contribuir para o desencadeamento de um processo de desenvolvimento socioeconômico em nível municipal, regional e estadual.

De acordo como Manual Operativo do Programa Estadual da Agroindústria Familiar, o programa oportuniza linhas de crédito aos agricultores familiares com juros mais baixos; amplia a participação dos agricultores familiares no Programa Aquisição de Alimentos (PAA) e no Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE); oferece serviços de orientação para regularização sanitária e ambiental com a disponibilização de perfis agroindustriais, *layout* de rótulos, entre outros;

disponibiliza novos espaços de comercialização local e também apoia feiras de expressão regional, estadual e nacional; a organização dos agricultores familiares em estruturas associativas e cooperativas também é assistida. São disponibilizados cursos de qualificação nas áreas de gestão, boas práticas de fabricação e processamento dos alimentos; assistência técnica para elaboração de projetos de regularização sanitária e ambiental. Os Serviços de Inspeção Municipal (SIM) serão orientados quanto à sua implantação e adequação, bem como o acesso dos municípios ao Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF) e ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI/POA), pertencente ao Sistema Unificado de Sanidade Agropecuária (SUASA).

A inclusão no programa da agroindústria familiar dá o direito ao beneficiário de usar o selo de marca de certificação “Sabor Gaúcho”, de produtos provenientes de estabelecimentos de produção artesanal. É por meio dele que os produtos serão identificados nos supermercados, feiras e pontos de vendas, como sinônimo de produtos oriundos de agroindústrias familiares rurais produzidos artesanalmente, com desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda no campo e preservação do meio ambiente. Para utilização do selo Sabor Gaúcho nos produtos da agroindústria familiar é necessário que a agroindústria familiar esteja com todas as licenças exigidas para o seu funcionamento, podendo ela participar dos programas das compras governamentais, feiras e eventos patrocinados com recursos próprios do Estado e do emprego do selo de marca de certificação “Sabor Gaúcho” em seus produtos.

Os agricultores familiares do Estado do Rio Grande do Sul constituem o público prioritário do programa. A estratégia de atuação do programa abrange, além da participação dos órgãos coordenadores e executores, o estabelecimento de parcerias com entes governamentais e não governamentais, tanto da esfera pública quanto privada. As ações descentralizadas e as parcerias institucionais são diretrizes fundamentais do programa ao potencializarem a atuação da política pública em atendimento as demandas dos beneficiários.

Segundo o PEAf (RIO GRANDE DO SUL, 2012), para participação no programa o agricultor deve preencher alguns critérios, entre os principais, estão: estar enquadrado como agricultor familiar segundo a Lei 11.326/2006; receber acompanhamento da assistência técnica oferecida pelo programa; regularizar o licenciamento sanitário e ambiental do empreendimento; participar do processo de qualificação nas áreas de legislação, gestão, boas práticas de fabricação e *marketing*; e usar o selo Sabor Gaúcho nos rótulos dos produtos. Além disso, os agricultores devem, preferencialmente, pertencer a organizações de agricultores familiares que formam cooperativas, grupos coletivos ou associações.

Para participar do PEAf, o agricultor deve ainda seguir um fluxo operacional existente no programa, que consiste basicamente de duas fases. A primeira fase é o cadastro no programa, que envolve o preenchimento da ficha de inscrição, avaliação técnica do seu projeto ou agroindústria pelo Comitê Regional de Agroindústrias e recebimento de um número de cadastro no PEAf. A segunda fase é a inclusão do agricultor no programa. Com a inclusão, a agroindústria beneficia-se de serviços como participação em cursos, eventos de comercialização, uso do selo Sabor Gaúcho, serviços de assistência técnica e comercialização com Talão de Produtor Rural para aqueles que são enquadrados como ¹microprodutores rurais. Ressalta-se que para inclusão no PEAf a agroindústria já deve ter o licenciamento ambiental, sanitário e laudo de potabilidade da água devidamente aprovados e formalizados.

Atualmente, segundo dados da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo (2015), o Rio Grande do Sul possui 2.626 agroindústrias familiares cadastradas no Programa de Agroindústria Familiar. Destas, somente 833 agroindústrias estão formalizadas. Na região das Missões, temos 193 agroindústrias cadastradas e 25 inclusas no programa.

Para PERONDI (2007), o crescimento dos empreendimentos agroindustriais familiares na região das Missões, noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, revela uma importante tendência de diversificação produtiva presente em expressiva proporção do meio rural sul-brasileiro desde meados da década de 90.

Neste contexto, evidenciando o importante papel que se atribui às políticas públicas para os agricultores familiares, torna-se relevante a compreensão dos resultados das políticas para os cidadãos beneficiários dos programas (ZERBATO, 2013).

3. METODOLOGIA

Essa pesquisa foi realizada através de levantamento de dados, com a utilização de entrevistas estruturadas.

Para identificar a percepção dos atores envolvidos no programa em relação aos resultados alcançados pelo mesmo, foi feito um levantamento em 11 (onze) agroindústrias localizadas na Região das Missões, beneficiárias do programa, e em 3 (três) escritórios municipais da Emater, Regional Santa Rosa. A Emater é a entidade responsável pela mobilização, orientação e capacitação dessas agroindústrias no programa. A escolha específica desses três escritórios da Emater deve-se ao fato de que a maioria das agroindústrias trabalhadas foram assistidas

¹ Microprodutores rurais, definidos pela Lei Estadual nº 10.045 de 29 de dezembro de 1993, são aqueles que possuem até 4 (quatro) módulos rurais, estejam inscritos no Cadastro Geral do Contribuinte do Tesouro do Estado - CGC/TE e que tenham venda anual de até 15.000 Unidade Padrão Fiscal – UPF.

por técnicos alocados nos referidos escritórios. Quanto à escolha da amostra das agroindústrias pesquisadas, pretendia-se realizar a pesquisa com 15 agroindústrias beneficiárias na região das Missões (total de agroindústrias beneficiárias na região, segundo dados fornecidos pela Emater), mas apenas 11 aceitaram participar da pesquisa.

A coleta de dados foi realizada no período compreendido entre os meses de maio e junho de 2016, através de um roteiro de entrevistas estruturadas com perguntas fechadas – com alternativas fixas e de múltipla escolha – e perguntas abertas – de resposta livre do entrevistado. Nos questionários foram abordadas questões relacionadas aos objetivos traçados no escopo do PEAf e a avaliação dos beneficiários acerca do programa.

Nas análises das entrevistas foram utilizadas abordagens quantitativas e qualitativas. A abordagem quantitativa foi utilizada para a análise das ações do programa, pois se estabeleceu a relação entre as variáveis através da utilização de métodos matemáticos. A abordagem qualitativa foi aplicada nas análises das entrevistas com a entidade gestora buscando o entendimento dos fenômenos por meio de interpretações de opiniões e percepções. Os dados foram tratados através de estatística descritiva.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Saúde Pública do RS. Todos os entrevistados assinaram um termo de consentimento, autorizando a realização das entrevistas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo - SDR, que distribui as agroindústrias cadastradas e inclusas no programa por Corede, no final de 2015, a Região das Missões do Estado do Rio Grande do Sul (Corede Missões), contava com 193 agroindústrias cadastradas no Programa “Sabor Gaúcho”, sendo que apenas 25 encontravam-se inclusas e usando o selo “Sabor Gaúcho”. Para poderem utilizar o selo do programa as agroindústrias deverão estar com todas as licenças fornecidas pelos órgãos competentes e também com os alvarás de funcionamento e registros dos produtos, quando for o caso. O selo é sinônimo de produção oriunda da agricultura familiar, com métodos artesanais, desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda no campo e preservação ambiental.

O número de agroindústrias autorizadas a utilizar o selo “Sabor Gaúcho” na Região das Missões, segundo a EMATER-RS, é de aproximadamente 15 unidades, não demonstrando a integralidade da amostra repassada pela SDR (2015) que perfazia 25 unidades. O possível motivo apresentado pela Emater para essa diferença de dados é que muitas agroindústrias não existem mais e também

algumas daquelas que estão constando na lista da SDR, ainda não possuem a autorização para o uso do selo. A SDR não retornou o e-mail que a autora enviou pedindo informações a respeito desses resultados. A amostra trabalhada nessa pesquisa engloba 11 (onze) agroindústrias, pois os responsáveis pelo restante das agroindústrias (quatro) não aceitaram participar da pesquisa.

4.1 Percepção dos beneficiários do programa

A avaliação dos resultados decorrentes da implementação do PEAf, em comparação aos objetivos propostos pelo programa compreende a etapa de análise da percepção dos beneficiários da política. A Tabela 1 demonstra como os agricultores familiares obtiveram o primeiro contato com o programa.

Tabela 1 – Meio pelo qual os beneficiários obtiveram conhecimento do PEAf.

PERCEPÇÃO	NÚMERO DE AGROINDÚSTRIAS
Meio conhecimento do programa	
Por uma visita de um extensionista	7
Por meio de outro participante	0
Através de alguma entidade	3
Na realização de cursos	1
Outros	0
TOTAL	11

Fonte: autora

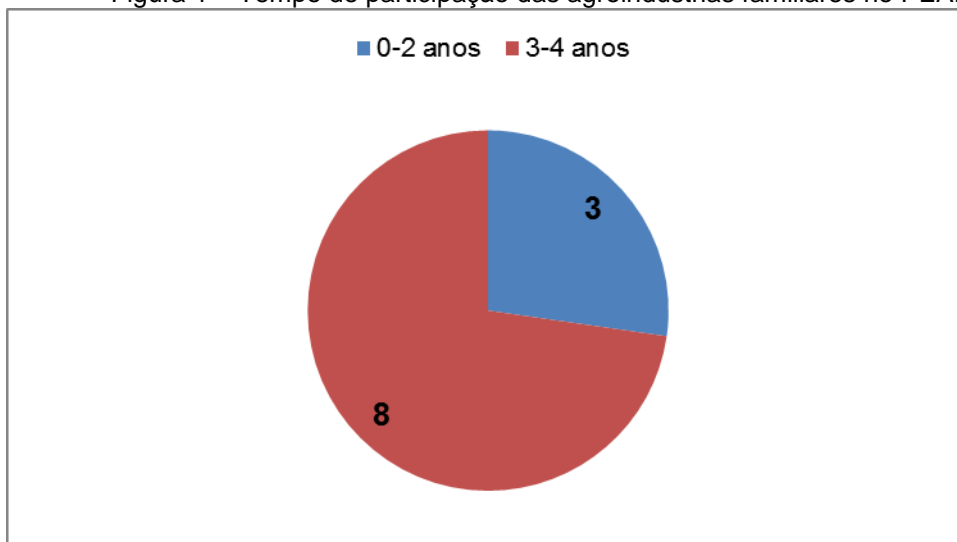
Em 7 (sete) agroindústrias o primeiro contato com o programa ocorreu por uma visita de um extensionista da Emater/RS que identificou as potencialidades do estabelecimento para a participação em um programa como o PEAf. Nesta etapa, consiste a identificação da ideia ou proposta do agricultor e a sua viabilidade em transformar-se em um projeto de implementação de uma agroindústria ou a formalização de um empreendimento já existente. Em 3 (três) agroindústrias o conhecimento do programa foi através de alguma entidade, tal como sindicatos, prefeitura ou associações. Tal fato evidencia a necessidade de maior articulação do programa com essas entidades locais para a prospecção de agricultores que possuem o perfil para a participação na política e em 1 (uma) agroindústria os beneficiários souberam do programa através de cursos oferecidos pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de

Aprendizagem Rural (SENAR), entre outras entidades e nenhum dos beneficiários ficou sabendo a respeito do programa através de outro beneficiário, embora mantivessem algum grau de amizade entre si.

A Figura 1 apresenta o tempo em que as agroindústrias familiares participam do PEAf. O programa foi lançado em janeiro de 2012, estando, portanto com 4 anos de existência. Dentre os participantes do estudo, 8 (oito) agroindústrias estão participando entre 3-4 anos no programa, ou seja, desde quando o programa estadual foi lançado, e 3 (três) das agroindústrias tem até dois anos no programa.

Os beneficiários apontaram como o principal motivo para a participação no programa à geração de renda e a possibilidade de inserção em novos mercados. E também oportunizou a regularização das agroindústrias que se encontravam na informalidade.

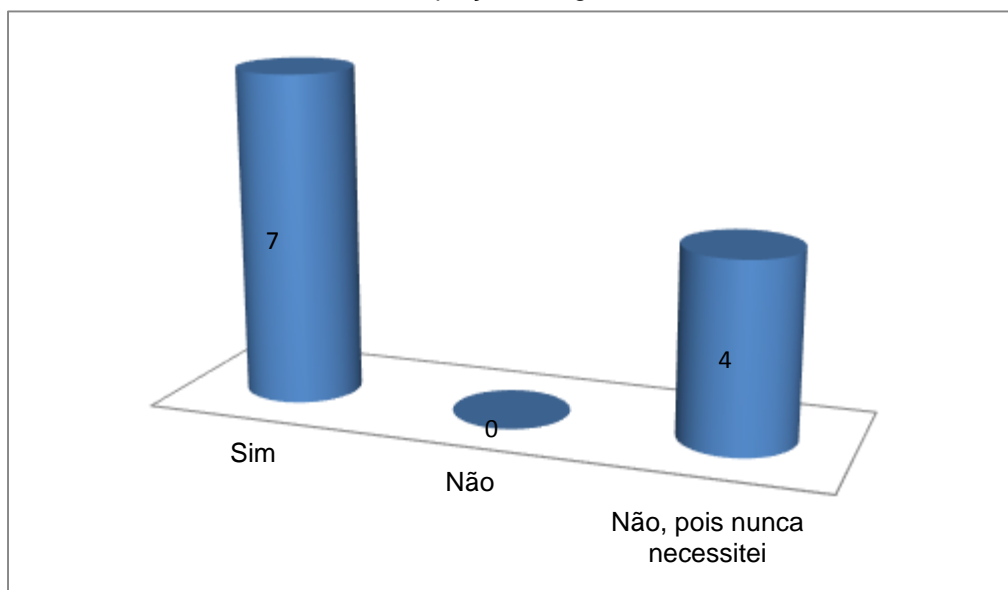
Figura 1 – Tempo de participação das agroindústrias familiares no PEAf.



Fonte: autora.

Em relação ao recebimento de orientação especializada aos estabelecimentos para a implantação, modernização ou adequação das agroindústrias (FIGURA 2), 7 (sete) das agroindústrias receberam essa orientação no início do programa, pois necessitavam de algum tipo de regularização ou adequação para os processos de agroindustrialização e, principalmente, para o atendimento dos procedimentos necessários higiênico-sanitários, 4 (quatro) das agroindústrias não receberam orientação porque não precisaram, ou seja, as agroindústrias estavam atendendo a legislação.

Figura 2 – Orientação especializada ou apoio para implantação, modernização ou adequação da agroindústria.

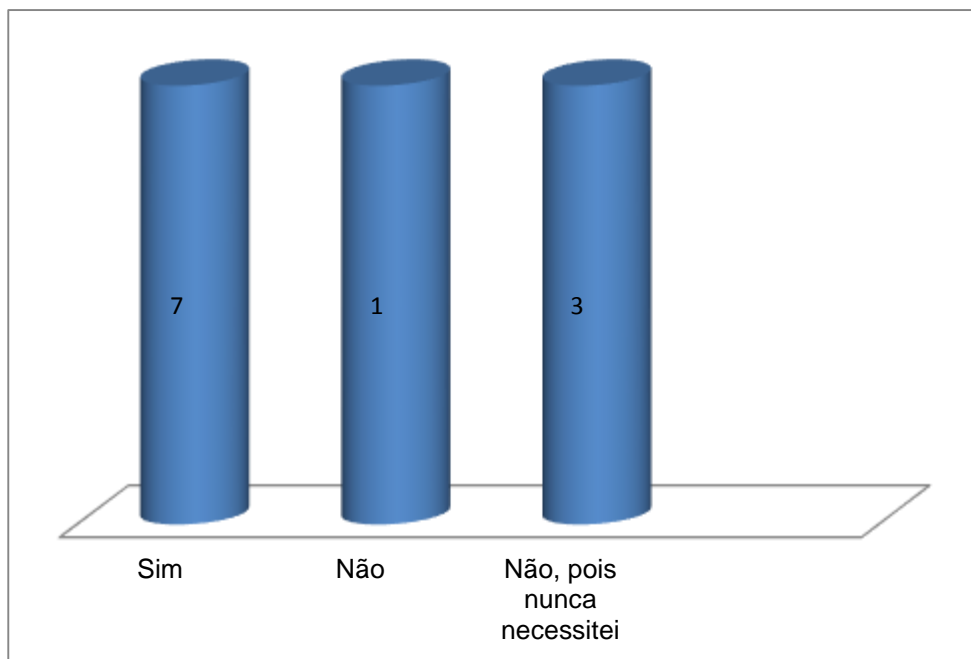


Fonte: autora.

Quanto às ações de orientação especializada de estratégias de comercialização dos produtos, foco no mercado (FIGURA 3), 7 (sete) dos beneficiários afirmaram que receberam tal orientação, 1(um) disse que não recebeu orientação e 3 (três) não receberam, pois não necessitaram. Esta é a relevante estratégia de inserção dos agricultores familiares em diferentes nichos de mercados, com competitividade e oferta de produtos de qualidade, gerando renda e emprego, assegurando a permanência da família rural no campo.

As ações do programa neste sentido estão na realização das feiras em que a exposição de produtos de diversas agroindústrias distribuídas pelo estado, assegura uma grande penetração no mercado para a comercialização e permite a identificação dos consumidores com as marcas e com o programa.

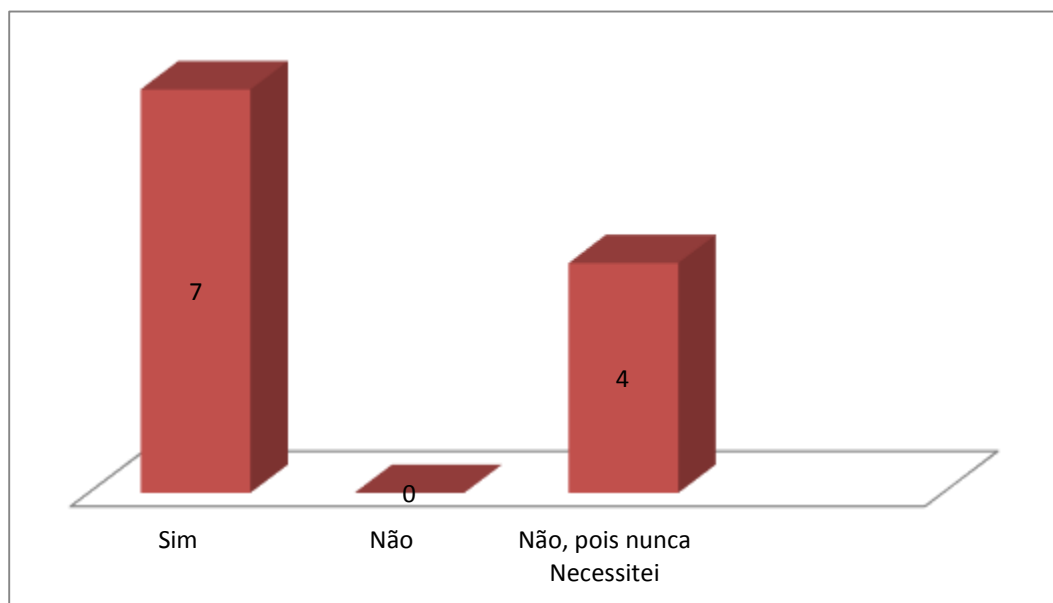
Figura 3 – Orientação especializada para identificação de estratégias de comercialização dos produtos.



Fonte: autora.

Quando questionados sobre as ações do programa voltadas para a adequação e padronização de embalagens, rótulos ou *layout* de logomarcas, 7 (sete) dos beneficiários informaram que receberam orientação quanto a isso e 4 (quatro) disseram não ter recebido, pois não necessitaram, sendo que já tinham tudo conforme (FIGURA 4). A padronização e adequação dos rótulos e embalagens são fundamentais para a comercialização em atendimento a legislação vigente. É fundamental a importância da apresentação visual dos produtos para a efetivação da compra pelo consumidor, sendo para isso estimulado o desenvolvimento das marcas e de *layout* de logomarcas das agroindústrias. O programa implementou um selo que identifica os produtos provenientes das agroindústrias familiares participantes do PEAf.

Figura 4 – Orientação especializada para adequação de embalagens, rótulos ou layout de logomarcas.



Fonte: autora.

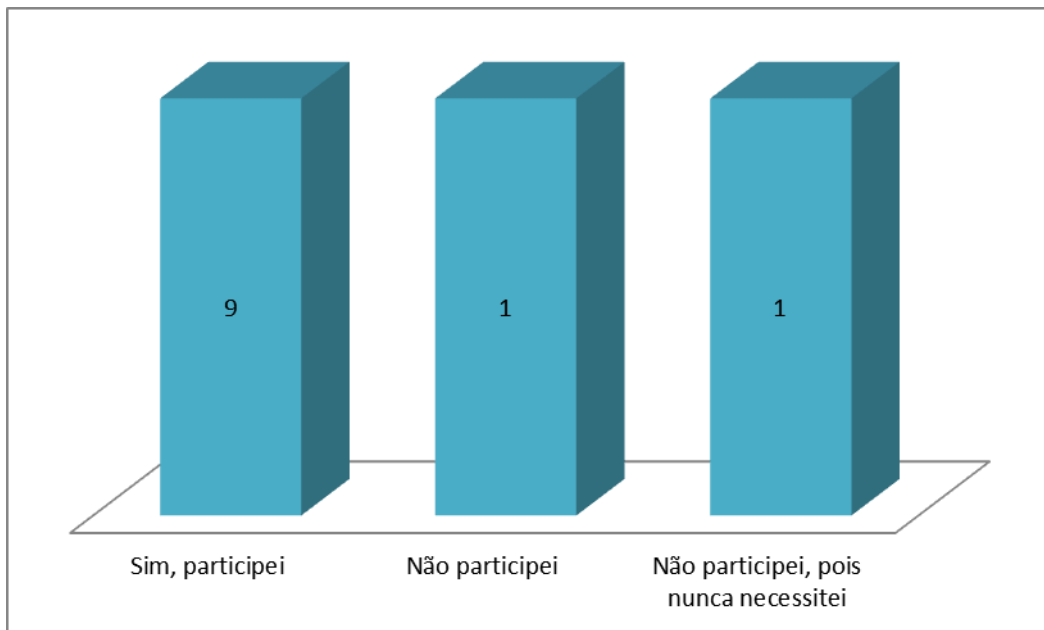
Quanto à participação dos beneficiários em cursos de qualificação ou profissionalização promovidos pelo programa (FIGURA 5), 9 (nove) dos beneficiários já participaram de pelo menos um curso de qualificação ou profissionalização, 1 (um) não participou pois nunca precisou, pois já havia realizado cursos na área de Boas Práticas e julga não ser necessário a realização de outro. Entre os cursos mais citados pelos agricultores estão os cursos de Boas Práticas de Fabricação (BPF) e de técnicas de processo de alimentos.

As agroindústrias vêm sofrendo mudanças significativas na forma de gestão da produção, que visam se adequar não somente às crescentes exigências da legislação do setor, mas também às crescentes exigências dos mercados consumidores, necessitando, desta forma, efetuar ajustes no processo produtivo.

Diante dessa situação, fica clara a necessidade de requalificar sua mão-de-obra, restando, porém, questões cuja compreensão e conhecimento das respostas ainda não se exigências de qualificação dos trabalhadores envolvidos diretamente com o processo produtivo da agroindústria.

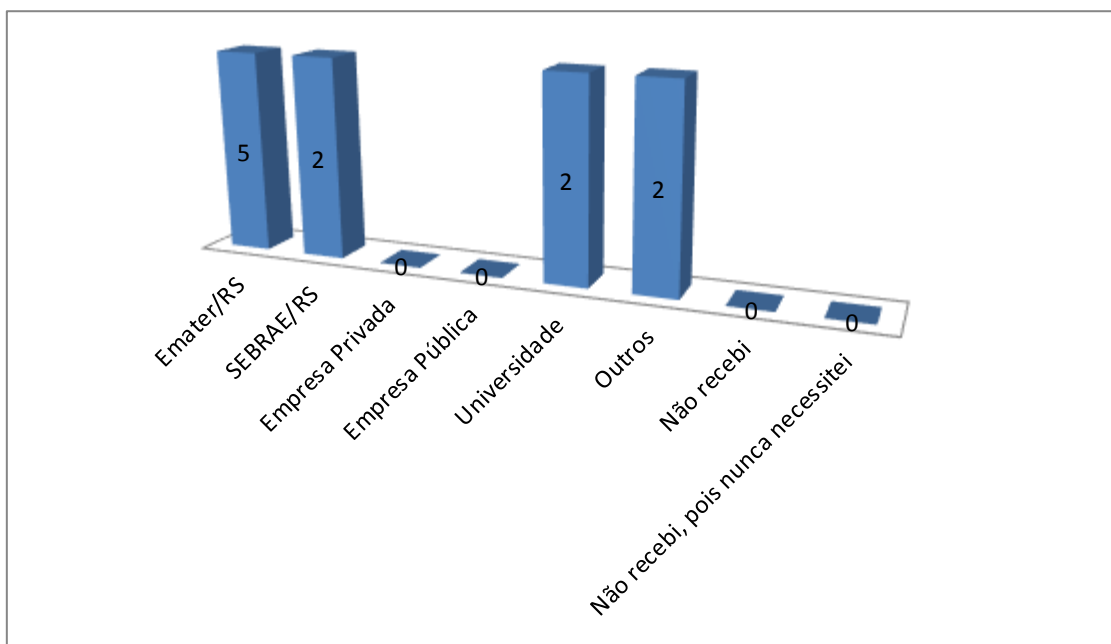
Quanto aos aspectos de extensão rural, assistência técnica e consultoria, em 5 (cinco) dos casos os agricultores receberam assistência da Emater/RS, órgão executor do programa; 2 (dois) deles receberam alguma prestação de serviço do SEBRAE/RS, e 2 (dois) receberam assistência de outras entidades como Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (FIGURA 6).

Figura 5 – Participação dos beneficiários do PEAf em cursos de qualificação e profissionalização promovidos pelo programa.



Fonte: autora.

Figura 6 – Assistência Técnica, extensão rural ou consultoria de alguma entidade.



Fonte: autora.

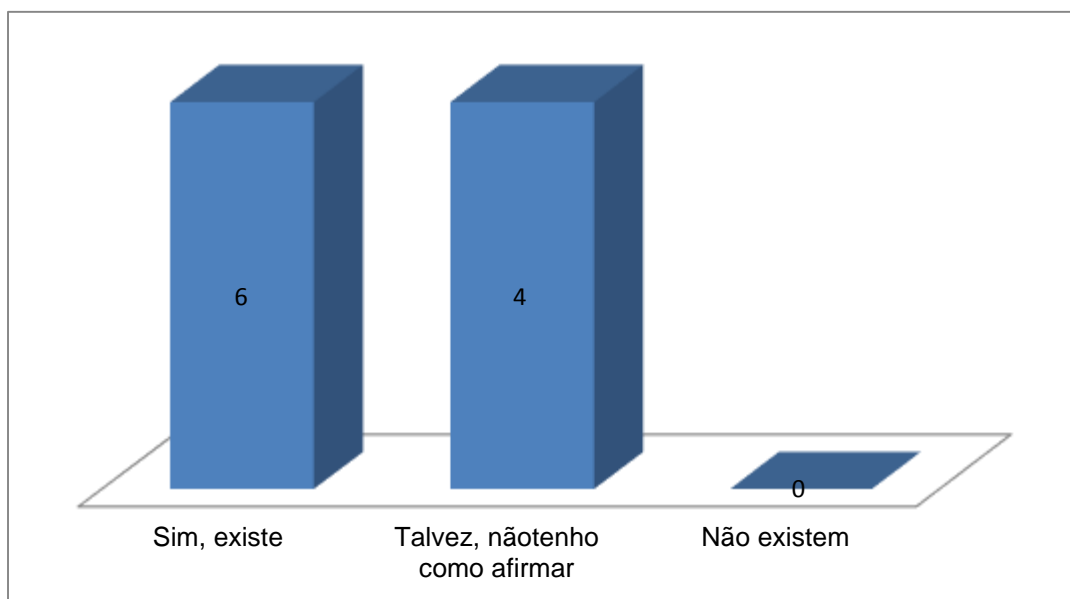
A Assistência Técnica e a Extensão Rural têm um papel fundamental, pois contribui ativamente no desenvolvimento local. A assistência técnica é uma condição para o cadastramento do produtor no programa. Parte-se do princípio que uma matéria prima de qualidade é condição essencial para a produção de produtos diferenciados e de reconhecimento no mercado, assim os produtores devem ser

acompanhados durante o processo produtivo. Uma ATER atuante e de qualidade é vital para qualquer programa que vise melhorar as condições de vida no meio rural.

O trabalho dos extensionistas é um componente importante do programa pelo acompanhamento e assistência técnica nas lavouras, mas também na identificação das oportunidades de integração dos produtores ao mercado pela agroindustrialização.

No Figura 7, estão dispostos os resultados quanto às perspectivas de processo sucessório nas agroindústrias familiares, em 6 (seis) das agroindústrias familiares os agricultores puderam afirmar que realmente existem perspectivas de sucessão pelos filhos nos empreendimentos da família, já 4 (quatro) dos entrevistados não puderam afirmar se haverá sucessão familiar nos empreendimentos, ou seja, se os filhos continuarão na atividade agroindustrial familiar existente. As perspectivas de processo sucessório na agricultura familiar envolvem diversas variáveis como as condições de infraestrutura, cidadania e renda no meio rural.

Figura 7 – Perspectivas em relação ao processo sucessório nas agroindústrias familiares.

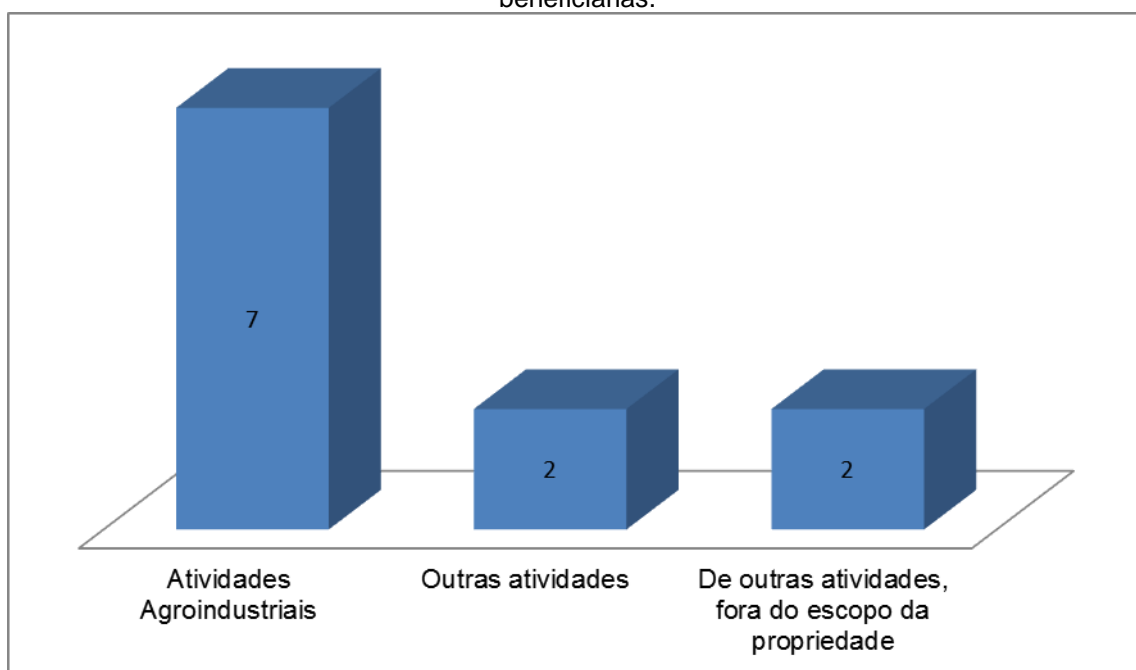


Fonte: autora.

É grande a atração das áreas urbanas e das funções especializadas sobre a juventude do campo, a qual releva em muitos casos as oportunidades no meio rural, centradas em trabalhos mais desgastantes fisicamente, em detrimento do potencial de renda das atividades fora do meio rural (ZERBATO, 2013). Para isso, a premissa principal de verticalização da produção pela agroindustrialização na agricultura familiar tem o intuito de potencializar a geração de renda no campo. As ações do programa também visam estimular o processo sucessório nas agroindústrias familiares, por meio da capacitação da juventude rural (SOUZA, 2011).

De acordo com a fonte de renda das agroindústrias beneficiárias (FIGURA 8), em 7 (sete) das agroindústrias familiares beneficiárias do PEAFF a renda é proveniente das próprias atividades agroindustriais. Neste ponto, a participação das agroindústrias no programa alterou de modo sustentável a geração de renda no estabelecimento. Tal constatação é possível na medida em que os agricultores afirmaram que antes do ingresso na política 2 (dois) dos estabelecimentos já realizavam processos de agroindustrialização, mas tais processos não eram a principal fonte de renda da família. Por outro lado, para 2 (duas) das agroindústrias a principal fonte de renda é proveniente de atividades realizadas fora do estabelecimento.

Figura 8 – Principal fonte de renda das agroindústrias familiares beneficiárias.



Fonte: autora.

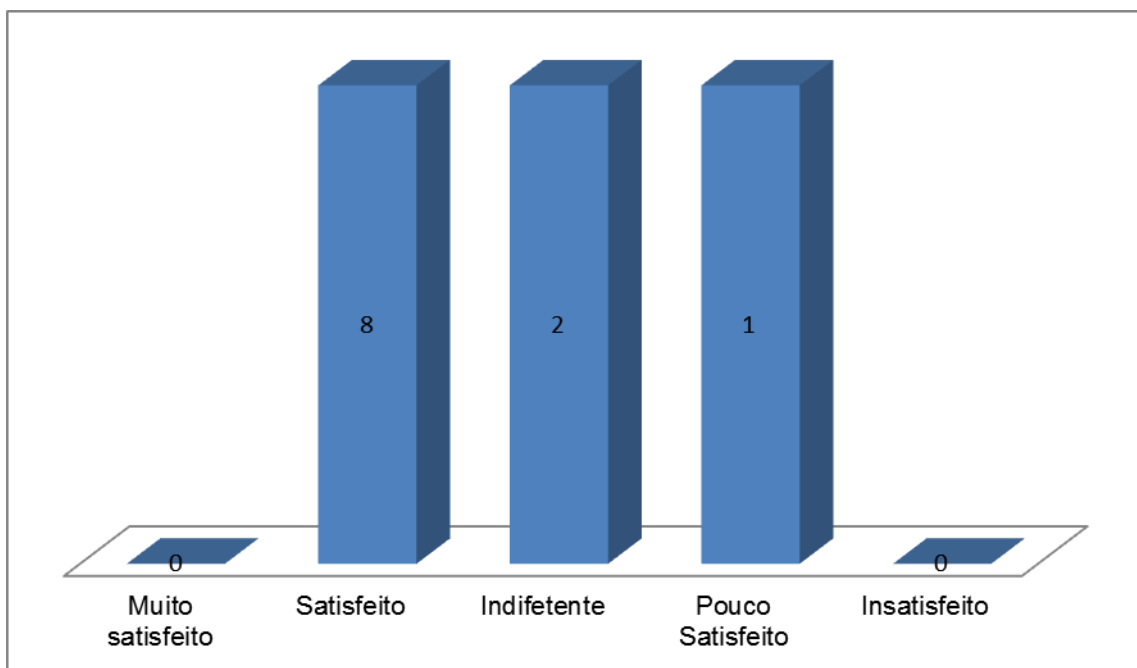
O incentivo a agroindustrialização permite que os agricultores familiares tenham o acesso à modernização das unidades rurais e a novas técnicas de processamento dos produtos agroalimentares. Como resultado desta estratégia, entende-se que a agroindustrialização na agricultura familiar como alternativa de reprodução social busca alçar a agricultura familiar em um elevado nível de geração de desenvolvimento e renda no meio rural (BERGAMASCO; BUENO; 1998).

Deste modo, em consonância aos objetivos estabelecidos, a visão do PEAFF aborda a interação direta do programa nos processos de agroindustrialização e os resultados com os objetivos de desenvolvimento regional e apoio à agricultura familiar apresentam média e alta aderência aos objetivos propostos na política respectivamente, pelos expressivos resultados na geração de ocupações no meio rural, nos processos de agroindustrialização como principais fontes de rendas das

famílias e no elevado índice de capacitação e profissionalização dos agricultores (WESZ JUNIOR, 2010).

Em relação a índice de satisfação dos beneficiários (FIGURA 9), a maioria, 8 (oito) responsáveis por agroindústrias, estão satisfeitos com o programa, evidenciando a partir da visão de uma parcela significativa dos beneficiários que o ingresso no programa permitiu melhorias substanciais na realidade das agroindústrias familiares. Já 2 (dois) dos entrevistados se dizem indiferentes, ou seja, não tem opinião a respeito, e 1 (um) dos entrevistados está pouco satisfeito, sendo que o principal ponto ressaltado é a falta de assistência continua por parte da Emater. Para isso se faz necessário um maior corpo técnico para o atendimento das demandas, sendo que há a disponibilidade exclusiva dos técnicos apenas para o atendimento do PEAf.

Figura 9 – Satisfação dos beneficiários.



Fonte: autora.

4.2 Percepção dos técnicos da emater/RS

A percepção dos técnicos da entidade gestora referem-se à visão desses agentes sobre os resultados alcançados pelo programa decorrentes da sua implementação. O Quadro 1 sintetiza a descrição do perfil dos participantes do estudo.

Abaixo são destacados os principais pontos de opinião a respeito do andamento do programa, segundo a visão dos técnicos da Emater.

Na percepção do que se pretendeu atingir com a implementação da política foi à consolidação das agroindústrias que já existiam e integrar os demais

agricultores em uma proposta de agregação de renda e geração de valor (ENTREVISTADO 1).

Quadro 1 – Formação, cargo, nível de atuação e perfil profissional dos entrevistados da entidade gestora do PEAf.

Entrevistado	Formação/Cargo/Nível de atuação	Perfil Profissional
Técnico 1	Profissional de Nível médio; Extensionista Bem Estar Social; Chefe do escritório Municipal de Entre Ijuís.	Experiência de 25 anos (vinte e cinco) em extensão rural
Técnico 2	Técnico Agropecuário; Extensionista Rural Agropecuário; Responsável pela implantação do Selo Sabor Gaúcho no Município de Mato Queimado	Experiência de 15 anos (quinze anos) em extensão rural
Técnico 3	Profissional Nível Superior; Extensionista Bem estar Social; Chefe do escritório municipal de Salvador das Missões;	Experiência de 20 anos (vinte anos) em extensão rural

Fonte: autora.

Em relação à demanda das agroindústrias ao programa, foi destacado pelo ENTREVISTADO 1 que, apesar do programa ser bem divulgado entre os municípios pela Emater, prefeituras e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e de ter alcançado bons resultados em termos de comercialização da produção e sucessão familiar, não se esperava a baixa demanda pelo programa na região (ENTREVISTADO 1).

O ENTREVISTADO 3 ressaltou que muitos produtores não têm interesse em ingressar no programa e regularizar seus empreendimentos, pois têm receio de contrair dívidas para a aquisição de equipamentos e não poder arcar com o compromisso, endividando-se, preferindo ficar na clandestinidade. E também pelo fato de alegarem que estão bem economicamente, mesmo não estando abertos aos mercados.

Embora a agroindústria de pequeno porte represente uma boa oportunidade de negócio aos agricultores familiares, existem muitas dificuldades para entrar e permanecer nesta atividade, com a falta de domínio da tecnologia de produção, a comercialização dos produtos, o acesso a recursos financeiros, a adequação às leis que regulamentam o setor, a capacidade de articulação com outros atores dos complexos agroindustriais, políticas públicas diferenciadas para o setor, entre outras (PASSADOR et al., 2011).

O maior desafio hoje, segundo o ENTREVISTADO 2, é sensibilizar os municípios e o poder público da importância de projetos que agreguem renda no campo. Segundo o ENTREVISTADO 3, os resultados decorrentes da implementação do PEAf são as facilidades que o produtor pode obter a regularização ou adequação dos produtos às normas vigentes, pelo apoio e as

ações coordenadas desenvolvidas pelo programa para as agroindústrias. O ENTREVISTADO 2 aponta como ponto negativo a não realização da feira do “Sabor Gaúcho” na região, como ocorre em outras regiões do Estado. Isso daria maior visão dos produtos oferecidos frente aos consumidores. Segundo os técnicos a feira não acontece porque não há interesse por parte dos produtores.

Em relação aos recursos atuais que dispõe o programa, existem grandes necessidades de recursos humanos, estruturais e financeiros para o atendimento das demandas que surgem no PEAf. Há a necessidade de mais técnicos extensionistas na Emater/RS para o atendimento das agroindústrias familiares, como também, mais recursos materiais e financeiros para a realização das feiras, cursos e eventos promovidos pela política (ENTREVISTADO 1).

Segundo o ENTREVISTADO 2, o público beneficiário reconhece as boas ações do governo e quando elas proporcionam resultados positivos para a sociedade, por isso as pessoas procuram o programa e os serviços que são prestados com a confiança e seguridade de participação em uma política pública consolidada com resultados extremamente positivos para os participantes.

Na visão geral dos técnicos o programa cumpre suas funções e objetivos, pois possibilita aos agricultores familiares a agregação de valor à produção primária, melhorando a renda e as condições gerais de vida de suas famílias, bem como, contribui para o desencadeamento de um processo de desenvolvimento socioeconômico em nível municipal, regional e estadual, promovendo o desenvolvimento da agricultura familiar e o processo sucessão na agricultura familiar.

5. CONCLUSÕES

O Programa Estadual da Agroindústria Familiar do Estado do Rio Grande do Sul, criado em 2012, como uma política de Estado, voltada para o fortalecimento da agroindustrialização familiar com o propósito de promover a agregação de valor, a geração de renda e emprego das famílias beneficiárias. Através dele, famílias que já comercializavam seus produtos informalmente tiveram o estímulo à implantação e legalização de agroindústrias, saindo da informalidade e podendo ingressar em um mercado mais amplo.

Para o fortalecimento dessas iniciativas, é necessário que o agricultor perceba a necessidade de mudanças, através da realização de um trabalho de orientação, buscando apropriação dele sobre o processo desde a sua instalação até a comercialização final (cadeia produtiva). Entre os aspectos relevantes deste estudo, está a contribuição ao conhecimento das principais características das agroindústrias e os subsídios que ele trouxe para a elaboração de políticas públicas dirigidas para esse segmento.

Com a realização desta pesquisa com 11 (onze) agroindústrias familiares da Região das Missões – RS foi possível identificar a percepção dos agricultores familiares beneficiários dessa política. Como também por meio de entrevistas com técnicos dos escritórios municipais da entidade gestora do programa, a Emater, foi possível identificar conjuntamente os resultados decorrentes da implementação do programa ao longo dos 4 (quatro) anos de existência dessa política e compará-los, classificando-os conforme o nível de aderência desses resultados aos objetivos propostos pelo PEAf. O estudo desenvolvido corroborou para a identificação da importância do programa para o desenvolvimento regional e para a agricultura familiar na Região das Missões - RS.

De acordo com as informações obtidas nos questionários, o programa apresentou resultados significativos em todos os seus objetivos propostos, o nível de satisfação dos beneficiários em relação à política é satisfatório, permitindo concluir que o programa contribuiu efetivamente para melhorias substanciais na realidade das agroindústrias pesquisadas.

Nos objetivos do programa referentes à qualificação profissional, a prestação de assistência técnica e extensão rural e o apoio à comercialização ao público beneficiário teve-se resultados relevantes, contemplando os objetivos dessa política.

Na visão dos técnicos da entidade gestora o programa cumpre suas funções e objetivos, pois possibilita aos agricultores familiares à agregação de valor à produção primária, melhorando a renda e as condições gerais de vida de suas famílias, bem como, contribui para o desencadeamento de um processo de desenvolvimento socioeconômico em nível municipal, regional e estadual, promovendo o desenvolvimento da agricultura familiar e o processo sucessão na agricultura familiar. Apesar disso a demanda do programa não é significativa na região, pois a maioria tem receio de contrair dívidas e não ter como arcar com o pagamento. Para os técnicos, a política necessita de expansão de recursos, tanto humanos, como estruturais e financeiros, dada a magnitude e dimensão da relevância das atividades do programa para a agroindústria do Estado.

Assim, conforme estabelecido como pressuposto deste estudo entende-se que o programa contempla o que foi estabelecido nas premissas da política. A falta de recursos que atinge o programa é um fator fundamental para a expectativa que se tenha uma reformulação da política e permaneçam como premissas, e no planejamento estratégico do programa, o atendimento das demandas dos agricultores familiares que ainda se encontram deficientes.

Referências

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; BUENO; Osmar de Carvalho. **Agricultura familiar e poder local: um exercício de cidadania.** In: FERREIRA,

Angela Duarte Damaceno, BRANDENBURG, Alfio. (Organizadores). *Para pensar outra agricultura*. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1998.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 25 de junho de 2016.

BRASIL. RDC nº 27, de 06 de agosto de 2010. Aprova o “**Regulamento técnico que dispõe sobre as categorias de alimentos e embalagens isentos e com obrigatoriedade de registro sanitário**”. Órgão emissor: ANVISA-Agencia Nacional de Vigilância Sanitária. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2010/res0027_06_08_2010.html. Acesso em: 20 de junho de 2016.

DOS ANJOS, F. S.; DE OLIVEIRA CARUSO, C. Agroindústria Familiar e Políticas públicas no extremo sul gaúcho. **Revista Desenvolvimento Socioeconômico em debate**, v.1, n.1,2015.

DOS ANJOS, F. S.; DE OLIVEIRA CARUSO, C.; CALDAS, N. V. Estado e Agricultura Familiar: O Papel das Políticas Públicas de Incentivo à Agroindustrialização no Extremo Sul do Brasil. **Redes**, v. 16, n. 3, p. 80-97, 2011.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Conselho Regional de Desenvolvimento das Missões: Planejamento Estratégico Regional**. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/forumdemocratico/LinkClick.aspx?fileticket=9UrkJjeva2g%3D&tabid=5363&mid=7972>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2016.

NIEDERLE, P. A.; WESZ JUNIOR, V. J. A agroindústria familiar na região das Missões: construção de autonomia e diversificação dos meios de vida. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009, Londrina. **Anais...** Porto Alegre: Sober, 2009.

PASSADOR, J. L.; ROSA, L. A. B.; PASSADOR, C. S. A comercialização na agroindústria de pequeno porte: a agricultura familiar em evidência – o caso de Londrina. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2004. Cuiabá. **Anais...** Porto Alegre: Sober, 2004. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/12/02O094.pdf>. Acesso em 27 de julho de 2016.

PERONDI, M.A. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. Tese de doutorado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2007.

POLACINSKI, E. (Org.) et alli. **Plano de desenvolvimento do APL da agroindústria familiar da região das Missões (RS)**. 1. ed., Santo Ângelo: FURI, 2014. 340p. Disponível em: http://www.agdi.rs.gov.br/upload/1416225917_Plano%20APL%20Miss%C3%B5es.pdf. Acesso em: 01 de julho de 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Lei Estadual nº 13.921 de 17 de janeiro de 2012. **Institui a Política Estadual de Agroindústria Familiar no Estado do Rio Grande do Sul.** Disponível em:

http://www.sdr.rs.gov.br/upload/20130422160038lei__13.921_institui_a_politica_estadual_de_agroindustria_familiar.pdf. Acesso em: 14 de abril de 2016.

SDR - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E COOPERATIVISMO. **Agroindústrias Familiares Inclusas no PEA/Dezembro de 2015.** Disponível em http://www.sdr.rs.gov.br/upload/20151224103747relacao_de_agroindustrias_inclusas_no_peaf_23_12_2015.pdf. Acesso em: 10 de dezembro de 2015.

SDR - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E COOPERATIVISMO. **Programa Estadual da Agroindústria Familiar: Manual Operativo.** Porto Alegre, 2013. Disponível em: http://www.sdr.rs.gov.br/upload/20140709173707manual_operativo_do_programa_estadual_de_agroindustria_familiar__peaf.pdf. Acesso em: 10 de dezembro de 2015.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL-SESCOOP/RS. **Cooperativas gaúchas faturam R\$ 36,1 bilhões em 2015.** Disponível em: <http://www.sescoopr.rs.gov.br/comunicacao/noticias/2473-cooperativas-gauchas-faturam-r-36-1-bilhoes-em-2015>. Acesso em: 01 de julho de 2016.

SOUZA, J. N. (Org.) et alli. **Programa “Fábrica do Agricultor.” 2011 – 2014.** Curitiba: Instituto Emater, 2011. 24 p. (Serie Documentos, n. 008)

ZERBATO, C. C. **Política pública para a agricultura familiar: Avaliação do programa paranaense “Fábrica do Agricultor”.** Dissertação de mestrado – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Planejamento e Governança Pública, Curitiba, 2013.

WESZ JUNIOR, V. J. Política pública de agroindustrialização na agricultura familiar: uma análise do Pronaf-Agroindústria. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 48, n. 4, p. 567-596, Dec. 2010.

WESZ JUNIOR, V. J. **As políticas públicas de agroindustrialização na agricultura familiar: análise e avaliação da experiência brasileira.** Dissertação de mestrado – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro, 2009.

12. SIMILARIDADES EM MEIO A DIFERENÇAS: INFLUÊNCIAS INSTITUCIONAIS NAS PRÁTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS EM HOTÉIS BRASILEIROS E ALEMÃES

D'ARISBO, Anelise¹

CRUZ, Guillermo²

VOLK, Annalena³

SCHEFFER, Angela Beatriz Busato⁴

1. INTRODUÇÃO

As organizações são consideradas usualmente atores racionais por excelência. Suas ações e o comportamento de seus membros são frequentemente descritos como se fossem guiados apenas por razões individualistas, adaptativas e orientadas para a satisfação de interesses. Mas as escolhas e ações tomadas por organizações (ou, ainda, pelos gestores que dela fazem parte) não são caracterizadas apenas pelo cálculo racional-utilitário ou pela mensuração das “vantagens estratégicas” que podem ser obtidas. Existe uma influência considerável do contexto institucional no qual as organizações e seus membros se encontram imersos. Esse contexto se forma por um conjunto de elementos socialmente compartilhados que funcionam como uma espécie de guia para o comportamento dos atores em suas relações, ditando o que pode ser considerado legítimo ou não (MEYER; ROWAN, 1977). Isso reflete, assim, os valores e crenças compartilhados pelos membros do campo organizacional e constitui um conjugado de entendimentos sociais que definem e justificam o que estabelece um ato legítimo.

Esta influência de forças institucionais também pode ser sentida na gestão de pessoas(GP). No senso comum, a gestão de pessoas é tida como todo o tipo de sistema de gestão de pessoas nas organizações, que serve como suporte nas ações de gestores nos diferentes níveis da estrutura organizacional, influenciando o comportamento dos empregados de modo a alcançar os objetivos organizacionais ao mesmo tempo em que se mantém a estabilidade e a ordem dentro da organização. Essa visão funcional da gestão de pessoas, que é frequentemente incorporada por acadêmicos em suas análises (e.g., FISCHER, 2002; CALDAS;

¹ Doutoranda em administração na área de gestão de pessoas pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGA/UFRGS). Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). E-mail: anelise.darisbo@farroupilha.ifrs.edu.br.

² Doutorando em administração na área de estudos organizacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGA/UFRGS). E-mail: guillermo.cruz@ufrgs.br

³ Mestre pela Universität Bayreuth. E-mail: annalena@volk@yahoo.de.

⁴ Professora no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGA/UFRGS). Doutora em administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: angela.scheffer@ufrgs.br.

TONELLI; LACOMBE, 2011), mantém, entretanto, o risco de uma simplificação exagerada das atividades de gestão de pessoas realizadas, limitando-as a um simples mecanismo dentro de um corpo que, para funcionar de modo “saudável”, precisa manter uma aparência equilibrada, mesmo que isso signifique ignorar as intenções de todos os indivíduos envolvidos em suas ações bem como a influência que o contexto em que estão imersos exerce sobre eles.

Não é de um todo incomum dentro da via funcional de estudos em gestão de pessoas o apelo por uma visão mais “estratégica” da gestão de pessoas, no qual o foco passa a ser o estabelecimento de um link entre as práticas de gestão de pessoas e as estratégias competitivas da firma formuladas por hábeis gestores (e.g., LEGGE, 2005). Tentando alcançar uma exploração mais abrangente o possível de todas as áreas funcionais de gestão de pessoas, este viés busca pela presença, ainda que relativa, de práticas que possam ser vistas como artigos de “alto desempenho”, objetos de luxo do mundo empresarial, já bem conhecidos: o recrutamento, a seleção, o desenvolvimento, a retenção e a comunicação. Desta forma, seria possível conseguir extrair do contexto no qual a empresa se encontra e dos indivíduos que são retirados deste ambiente e movidos para dentro da empresa o “melhor” em termos estratégicos. Estes são apenas alguns de tantos outros exemplos de categorias enfatizadas pela linha funcional-estratégica, tal como os mecanismos que visam “envolver” os empregados nas atividades da empresa de modo a “aumentar” a qualidade do produto, os sistemas de recompensa relacionados ao desempenho, as habilidades e qualificações requeridas para determinados perfis ideais que são estabelecidos e, finalmente, os investimentos no “desenvolvimento” do empregado (e.g., BECKER; HUSELID; ULRICH, 2001).

Intrínseco a estes modelos está aquilo que Legge (2005) chamaria de dicotomia *hard vs. soft*: por um lado há uma linha “dura”, de um tom mais estratégico e funcional, que reforça a importância da manutenção da integração mais próxima entre as diretivas do setor de recursos humanos e os sistemas e atividades formulados na “estratégia” do negócio em questão, onde os empregados são apenas figuras passivas responsáveis pelo bom andamento do processo produtivo; por outro lado há o humanismo desenvolvimental “leve” que também apela para a importância de integrar a gestão de pessoas com os objetivos empresariais, mas tratando os empregados como “ativos valiosos”, como um recurso proativo que só precisa ser “desenvolvido”. Dentro de ambas as visões existe uma crença de que a gestão de pessoas pode ser reduzida a simples atividades normativas (mais “duras”) ou reguladoras (mais “leves”) que atuam sobre indivíduos dentro das organizações em benefício de propósitos gerais. Ambas perspectivas não prestam suficiente atenção a questões tais como as diferenças de poder existentes entre empregador e empregado e exploração exacerbada de trabalho de seres humanos.

É importante reconhecer, ainda assim, que mesmo a formulação de estratégias dentro do universo organizacional não ocorre a partir de processos

completamente racionais, sendo também influenciados pelos mitos legitimados em um contexto mais amplo. O modo como firmas gerenciam o seu quadro pode ser menos uma questão de escolhas autônomas e racionais feitas por gestores do que algo influenciado pelos relacionamentos existentes dentro e fora da organização, os quais se encontram imersos em estruturas institucionais, tanto materiais como, principalmente, simbólicas.

No presente artigo gostaríamos de enfatizar isso, olhando para o ambiente institucional no qual as organizações se encontram imersas. A abordagem institucional pode nos oferecer uma importante contribuição para esta tarefa. Ela pode nos ajudar a entender a adoção de certas formas organizacionais por atores localizados em diferentes ambientes, através de complexas redes de relações técnicas, econômicas e sociais, sempre que houver um processo de tipificação recíproca de ações tornadas habituais (BERGER; LUCKMANN, 1966). Este é um importante elemento para entender a constituição de práticas de gestão de pessoas, de modo a compreender se há um conjunto de entendimento social comuns propagado através de mecanismos isomórficos (miméticos, coercitivos e normativos) que influenciam a aceitação do que pode ser tido como legítimo por organizações dentro de um campo (DIMAGGIO; POWELL, 1983).

De modo a avaliar práticas de gestão de pessoas para além de uma visão puramente racional, nós focamos no campo organizacional no qual as organizações se encontram imersas com o intuito de analisar o impacto de ambiente institucional sobre as práticas organizacionais. Isso significa avaliar a influência de um *framework* institucional sobre organizações pertencentes ao mesmo campo em particular, mesmo que localizadas distantes no espaço geográfico, em países vistos como diferentes em termos socioculturais. Para atingir nossos objetivos, aplicamos um estudo de caso múltiplo exploratório em quatro hotéis, localizados em cidades brasileiras (Bento Gonçalves e Porto Alegre) e alemãs (Randersacker e Marloffstein). Escolhemos um único setor (neste caso, a indústria hoteleira) com o propósito de explorar as diferenças e similaridades no modo em que pessoas são geridas em diferentes contextos fazendo uso de unidades similares de análise dentro de um campo tão rico em elementos culturais como é o campo do turismo.

Nossa pesquisa foi estabelecida com o objetivo de verificar, entre as similaridades identificáveis nos hotéis estudados, a possibilidade de influência de forças institucionais nas práticas adotadas (i.e. como elas foram construídas, como foram recebidas ou difundidas, como elas se estabeleceram e como foram mudadas na prática). Deste modo, a estrutura teórica deste artigo será voltada para a exploração das relações entre a prática de gestão de pessoas e a abordagem institucional. Primeiramente, são apresentados alguns princípios da GP e então uma revisão dos principais pressupostos da tradição sociológica do institucionalismo e as possibilidades que oferece para o estudo das práticas de GP. Em seguida é

prosseguido o método utilizado no estudo e uma reflexão envolvendo a discussão teórica e dos resultados encontrados da imersão no campo hoteleiro.

2. O INSTITUCIONALISMO E AS PRÁTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS

2.1 Gestão de Pessoas

Existem diferentes denominações acerca do que compreende as atividades de gestão de pessoas em uma organização: gestão de recursos humanos; gestão de pessoal; desenvolvimento organizacional; gestão de talentos; gestão de capital humano; departamento de pessoal; relações industriais, setor de pessoas; etc. Uma variação de terminologia que tem o seu significado. O nome é um elemento que faz parte da construção da identidade de um grupo e dos significados que essas denominações possuem para uma área. De modo que cada uma pode envolver uma forma diferente de representação de papéis e funções (BUSSULAR; SCHEFFER; SAWITZKI, 2013).

Na busca por uma definição da atividade de GP, Fischer (2002), por exemplo, define a gestão de pessoas como um conjunto de modelos que advém da articulação de elementos que atuam sobre o comportamento e que são, por sua vez, determinados por fatores internos e externos à organização. Neste sentido, diferentes contextos podem levar a adoção de diferentes modelos. Em outro trabalho, Legge (2005) discute sobre o que entende como sendo as quatro perspectivas principais que conferem significado e orientam os discursos dentro da área de GP. São elas: a normativa; a descritiva-funcional; a crítica-avaliativa; e a descritiva-comportamental. O **modelo normativo** se refere à utilização ideal dos recursos humanos a partir da organização de processos como seleção, desenvolvimento, remuneração e gerenciamento, de modo a atingir os objetivos organizacionais. O **modelo descritivo-funcional** vê a gestão de pessoas como uma atividade de regulação das relações de emprego, levando em consideração que tanto empregador quanto empregado podem divergir com relação aos objetivos da empresa ou os meios através dos quais estes devem ser alcançados. O **modelo crítico-avaliativo** faz uso do conceito de exploração (*exploitation*), considerando o empregador como um stakeholder que possui mais poder que o empregado. Por fim, o **modelo descritivo-comportamental** busca a compreensão do comportamento de especialistas do setor de pessoas nos seus esforços para colocar em prática modelos de gestão de pessoas, bem como a compreensão da percepção da representatividade destes profissionais (LEGGÉ, 2005).

É importante dizer que, por mais abrangentes que essas definições - e os vieses que carregam - possam ser assumidos por uma área, as ações em torno da gestão do trabalho são bastante amplas, não se restringindo apenas a gestão de recursos humanos. É possível considerar inúmeras outras variáveis envolvidas, tais como: a performance, o tamanho da companhia, a estratégia perseguida, a estrutura

organizacional, a integração de cada área com o nível estratégico, entre outros (LEGGE, 2005). Existem outras linhas de estudo que fazem interface com a gestão de pessoas na busca pelo entendimento dos comportamentos e relações estabelecidos dentro da organização e nas interações que estabelece com o contexto em que está inserida, tal como a linha de Comportamento Organizacional, que traz uma forte influência da Psicologia Organizacional (BORGES-ANDRADE; PAGOTTO, 2010) e das Relações de Trabalho (FISCHER, 1985) estudando as relações existentes entre atores sociais que ocupam papéis opostos e complementares no processo de produção econômica (empregadores e empregados). Aqui, há o entendimento que as relações e comportamentos na vida organizacional são influenciados por características sociais, econômicas e políticas da sociedade.

O que torna importante retomar algumas das críticas presentes no campo de gestão de pessoas, em especial a algumas das lacunas que deixa abertas. Clark, Gospel e Montgomery (1999) citam algumas lacunas na gestão de recursos humanos ao nível internacional (International Human Resource Management, ou IGP) que podem ser estendidas ao campo de GP: os estudos em IGP têm se focado nas funções das áreas, tal como as funções de contratação, remuneração, treinamento e etc; tais estudos seriam predominantemente quantitativos, fazendo uso de questionários que nem sempre são adequados ao estudo de temas complexos como os que IGP deve lidar; há poucos estudos longitudinais; o foco tem se centrado em países específicos; tendem a ser etnocêntricos, fazendo amplo uso de instrumentos e teorias que foram desenvolvidos principalmente em países anglo-saxões; e, finalmente, muitos dos estudos em IGP indicam, mas não explicam as diferenças ou similaridades entre países.

Outro ponto importante é destacado por Caldas, Tonelli e Lacombe (2011) e diz respeito aos fatores culturais e institucionais que afetam os atores dentro do campo de gestão de pessoas. Eles lembram que os acadêmicos fazem menção a estes aspectos sem prestar atenção a sua natureza e suas consequências. Eles criticam, por exemplo, a validade do debate entre os vieses funcionalista e crítico - tão presente em países europeus e na América do Norte - em contextos ambíguos e contraditórios, tal como o da América Latina.

Os fatores institucionais são lembrados por Fischer (1985) com relação às relações de trabalho, onde o contexto no qual as organizações se encontram imersas - como um sistema social - é reproduzido e redefinido a partir das políticas de gestão de pessoal que são estabelecidas. Nas condições de trabalho, por sua vez, os processos de revolução social podem modificar as estruturas de dominação - relacionamentos determinados em parte por forças institucionais. Deste modo, a gestão de pessoas (de caráter objetivo) direcionaria as Relações de Trabalho (de caráter subjetivo), mas, como destaca a autora as políticas administrativas da organização não são o resultado exclusivo das decisões de gestores e de

profissionais, elas abrangem todas as condições e características da evolução da vida sociocultural, econômica e política da sociedade em geral (FISCHER, 1985).

No presente estudo pretendemos examinar as diferentes influências recebidas pelas organizações ao tratar da gestão de pessoas, focando nossa análise nas forças institucionais que agem dentro de um campo organizacional específico, o que nos leva a olhar para outra linha que faz interface com a gestão de pessoas: a teoria institucional.

2.2 O Viés Institucional

O estudo das instituições tem experimentado um crescente interesse dentro das ciências sociais desde o final da década de 1970, tendo emergido naquele momento como uma resposta às teorias comportamentais, que representavam o comportamento coletivo como mero agregado derivado de escolhas individuais. O institucionalismo, de modo diferente, buscava enfatizar o modo como as preferências individuais e outras categorias como o ser, a ação social, o estado e a cidadania eram moldados por forças institucionais (DIMAGGIO; POWELL, 1991). Buscava contrapor, igualmente, as diferentes abordagens dentro das teorias organizacionais que, em grande parte, representavam as organizações como atores automatizados, respondendo a circunstâncias situacionais. As organizações eram representadas frequentemente como algo que deveria se encaixar ou se adaptar a requerimentos técnicos, buscando alcançar uma determinada configuração “ótima” (GREENWOOD; OLIVER; SAHLIN; SUDDABY, 2008). Poderíamos falar da teoria da dependência dos recursos, por exemplo, com a sua análise focada no modo como as organizações buscavam alterar a oferta de recursos críticos, levando em consideração suas diferenças em relação a outras organizações. Também poderíamos citar as teorias estruturais e contingenciais que por tantas vezes tentaram representar as organizações como estruturas adaptativas moldadas por uma seleção apropriada de arranjos contextuais considerados como os mais adequados para lidar com as incertezas do ambiente.

Na tradição sociológica, o neo-institucionalismo emergiu buscando enfatizar a influência dos contextos institucional sobre organizações e sobre os gestores que fazem partes delas, prestando uma atenção particular nos entendimentos comuns - ou “mitos racionalizados” - compartilhados pelos atores em um determinado contexto (GREENWOOD *et al.*, 2008). Meyer e Rowan (1977), por exemplo, destacam o modo como as organizações se tornariam isomórficas com o seu contexto institucional de modo a obter legitimidade, conseguir acesso a recursos estratégicos e garantir a sua própria sobrevivência. Essa conformidade com o ambiente institucional poderia assumir uma natureza cerimonial sempre que as pressões institucionais fossem contrárias aos ditames de eficiência, forçando as organizações a desacoplar suas estruturas simbólicas de seu núcleo técnico (afrouxando os

mecanismos de controle e inspeção, por exemplo). Desta forma, as organizações conseguiriam sustentar sua legitimidade sem deixar de parecer eficientes.

Em outra obra clássica, DiMaggio e Powell (1983), viriam a ampliar o escopo dos estudos institucionais, explorando os mecanismos por trás da similaridade entre organizações dentro de um campo. Eles viriam a argumentar que a mudança estrutural nas organizações não era mais orientada pela competição ou pela necessidade de eficiência, mas por “processos que tornam as organizações mais similares sem necessariamente torná-las mais eficientes” (DIMAGGIO; POWELL, 1983, p.147). Nos estágios iniciais da formação de um campo organizacional as organizações apresentariam uma considerável diversidade com relação umas às outras convergindo para a homogeneização na medida em que o campo se consolidasse, a partir da influência de três mecanismos isomórficos: coercitivos, miméticos e normativos.

Tal foco em mecanismos isomórficos e seus efeitos sobre as organizações fez a Teoria Institucional ser considerada não como uma teoria da mudança organizacional, mas como uma explicação geral da similaridade e da estabilidade de arranjos organizacionais em um determinado campo ou população. Em seus primórdios, a Teoria Neo-institucional buscou enfatizar a convergência de práticas ações organizacionais em torno de modelos institucionalmente prescritos. Powell (1991, p.183) reconheceria tais problemas, criticando o que denominou como uma “visão estática, restrita e super-socializada da organização”.

Mais recentemente alguns esforços têm sido feitos para destacar o caráter construtivista das instituições, não apenas restringindo e constringendo organizações e indivíduos dentro delas, mas também permitindo algumas formas de construção social de estruturas organizacionais por meio de significados compartilhados. A escola Escandinava de estudos institucionais, por exemplo, aponta para o processo de “tradução” que ocorre durante a difusão de ideias em um campo (e.g., CZARNIAWSKA, 2008; SAHLIN; WEDLIN, 2008). Ao invés de tratar das práticas e estruturas institucionalmente prescritas como algo que se encontra “lá fora” e que é adotado mais ou menos “como ele é”, processos de tradução ocorrem quando ideias e práticas são interpretadas e reformuladas durante o processo de adoção. Isso implica a transformação deliberada, acidental ou involuntária de idéias à medida que elas são transportadas de um contexto para outro, e a possibilidade de um ajuste contínuo por parte dos atores, como antecipado na noção de estruturação de Anthony Giddens. Em outras palavras, os estudos acerca da difusão e tradução de formas institucionais permitem a emergência de ações autênticas: os atores não mais se apresentam como entidades voluntaristas que se conformam completamente às demandas institucionais, mas interpretam as mesmas, as adaptando e trabalhando sobre elas (GLYNN, 2008).

Algumas vezes os processos de difusão de práticas em um certo campo são facilitados pela ação de associações profissionais, como apontam Greenwood, Suddaby e Hinings (2002). Eles destacam o papel desempenhado por estes atores na teorização e na legitimação da mudança através da construção de um discurso e da difusão deste dentro de um campo, encorajando o estabelecimento de debates entre os atores, negociando e gerenciando este debate, remodelando, assim, as identidades profissionais na medida em que são apresentadas para outros atores de fora do campo. Deste modo, as associações profissionais seriam atores centrais nos processos de institucionalização, fomentando o debate, a construção social de significados e, conseqüentemente, a mudança dentro dos campos institucionais.

Então, como destacado, a teoria institucional busca entender como as formas organizacionais são construídas, questionando a visão da organização como um sistema puramente técnico (como era vista nos anos 1970), enfatizando a influência de prescrições socialmente construídas (i.e. instituições) sobre o comportamento de pessoas dentro das organizações, mas sempre reconhecendo o aspecto social e cultural inerente às práticas de gestão, especialmente seu caráter construtivista. Neste sentido, o viés institucional nos permite entender o comportamento de organizações em face das pressões advindas do contexto social e cultural (ou institucional) ao mesmo tempo em que tentam desenvolver e aplicar práticas de gestão de pessoas à sua maneira.

2.3 Aproximações entre GP e institucionalismo sociológico

Ainda que a Teoria Institucional tenha sido em grande parte empregada nos estudos das organizações de um modo geral - pela linha de Estudos Organizacionais -, alguns acadêmicos têm buscado fazer uma aproximação desta teoria com a área de Gestão de Pessoas. Gooderham, Nordhaug e Ringdal (1999), por exemplo, através de um estudo empírico comparativo entre firmas em seis países europeus verificou que forças e determinantes institucionais afetam fortemente práticas de GP, contribuindo para a sustentação da legitimidade dessas organizações no ambiente em que operam. Em outro estudo eles apontam para a tensão entre, por um lado, a necessidade de manutenção de uma integração global em termos de capacidades organizacionais e, por outro lado, a adaptação isomórfica das práticas de GP ao contexto local (GOODERHAM; NORDHAUG; RINGDAL, 2006).

Estes estudos abriram espaço para outros que trariam a abordagem institucional para próximo da área de GP. No nível nacional tem-se, por exemplo, o estudo realizado por Oderich e Lopes (2001), que buscaram entender o comportamento das organizações em termos de novas competências gerenciais diante das pressões do contexto institucional. Neste estudo eles destacariam as limitações de ambas, teoria institucional e as abordagens acerca das competências em lidar totalmente com as influências socioculturais sobre as habilidades

gerenciais. Para eles, a visão baseada em competências é usada para universalizar habilidades gerenciais para todos os contextos organizacionais, desconsiderando as influências do contexto institucional local. As abordagens institucionais, por sua vez, falhavam em conceber explicações não determinísticas para as ações dos atores e em reconhecer a possibilidade de ações criativas em certas circunstâncias da vida organizacional (ODERICH; LOPES, 2001).

Oderich e Lopes (2001) destacam que é essencial observar as particularidades do contexto no qual as competências são aplicadas, de modo a tentar capturar significado que cada prática adotada tem para os indivíduos que conduzem a organização. Eles comentam ainda que os estudos das práticas de gestão internacional têm indicado que, mesmo que um número crescente de estudos venham indicando a importância de fatores culturais para o sucesso ou fracasso de alianças estratégicas internacionais, gestores ainda agem baseados na racionalidade de seu contexto doméstico. Isto é, os gestores ainda insistem em adotar as mesmas estratégias legitimadas em contextos institucionais diferentes, mesmo que estes contextos não partilhem dos mesmos entendimentos culturais.

Outro ponto de diálogo entre essas duas vertentes teóricas surge no debate legitimidade *versus* eficiência, uma questão levantada na celebrada obra de Meyer e Rowan (1977) acerca das instituições e também presente no campo de estudos de GP. Boon, Paauwe, Boselie e Den Hartog (2009), por exemplo, mostram que as organizações precisam fazer um balanço entre forças institucionais e competitivas lidando com a tensão entre objetivos ligados à eficiência e objetivos ligados à legitimidade. De acordo com eles, uma organização se encontra balanceada quando o ajuste institucional feito em sua estrutura conduz a um nível adequado de conformação às pressões oriundas do contexto social e às pressões por diferenciação por parte dos competidores.

A questão da relação tensa entre eficiência econômica e adequação institucional por legitimidade também surge no estudo de Esteban-Lloret, Aragón-Sánchez e Carrasco-Hernández (2014). Eles observam que o treinamento de gestores é mais direcionado por forças institucionais - em especial por forças normativas e miméticas - do que por fatores competitivos. As organizações decidem treinar seus gestores procurando, em primeiro lugar, obter legitimidade social e, posteriormente, alcançar então uma melhoria de performance. Ainda que os fatores institucionais sejam mais fortes, eles destacam sua aproximação com a questão da eficiência na medida em que ao treinarem gestores orientados pela legitimidade as organizações conseguiria posteriormente melhorassem sua performance, aumentando a eficiência organizacional.

Outros estudos também têm voltado sua atenção para as interfaces entre GP e a análise institucional. É possível citar como exemplos: a influência das interações formais entre as pessoas para o desenvolvimento de políticas organizacionais

(PAPADOPOULOU; HASANAGAS; HARVEY, 2011); o desenvolvimento de práticas formais de GP em firmas familiares, contrastando formalização de práticas com a sua institucionalização (KIDWELL; HOY; IBARRECHE, 2012); a institucionalização do papel de profissionais através de novos atores dentro da organização (GORETZKI; STRAUSS; WEBER, 2013); o uso do viés institucional e de abordagens culturais para examinar as diferentes explicações concorrentes na gestão de recursos humanos (BROOKES; CROUCHER; O'CREEVY; GOODERHAM, 2011); a aplicação da teoria institucional na gestão eletrônica de recursos humanos e em sistemas de informação estratégicos na ação de multinacionais sobre subsidiárias (HEIKKILÄ, 2013); o efeito de valores culturais no empreendedorismo corporativo (TURRÓ; URBANO; ORTIZ, 2014); a motivação institucional e competitiva no treinamento de gestores e nos resultados organizacionais (ESTEBAN-LLORET et al., 2014); e em sistemas de gestão de performance desenvolvidos a partir do isomorfismo e das estratégias de empreendedores institucionais (SUTHEEWASINNON; HOQUE; NYAMORI, 2015).

3. METODOLOGIA

O estudo em questão pode ser configurado como um estudo qualitativo descritivo, com mais de uma unidade integrada de análise. Utilizamos uma abordagem qualitativa com um número relativamente reduzido de casos, que permitiu a triangulação de dados de várias fontes, tais como entrevistas, observação, análise de documentos (YIN, 2010).

Foram envolvidos quatro hotéis, dois no Brasil e dois na Alemanha, contando com quatro (4) cidades diferentes. Um único setor - a indústria hoteleira - foi considerada para permitir observar e reconhecer diferenças e semelhanças na forma de gestão de pessoas, mas com diferenças contextuais nas unidades de análise, já que de países e cidades diferentes. Com isso, é possível seguir a visão institucional ao olhar para em um mesmo campo, assumindo que dentro dele as organizações flutuam ao longo do tempo entre os diferentes níveis de pressão do ambiente técnico e institucional. Assim, em relação a um determinado campo organizacional, esperava-se observar a existência de algumas habilidades específicas para o sucesso incorporadas no ambiente - técnico ou institucional -, exercendo maior impacto ao longo do tempo (ODERICH; LOPES, 2001).

Para a coleta de dados, utilizamos entrevistas semi-estruturadas, realizadas durante os meses de setembro e outubro de 2015, com duração média de 70 minutos. As entrevistas foram efetuadas pessoalmente ou através do Skype. Foi utilizado um roteiro semi-estruturado que envolveu oito perguntas. Além disso, foi realizada análise documental sistemática sobre as redes hoteleiras e sobre o setor de turismo dos locais dos hotéis pesquisados.

Foi ainda construído e seguido um protocolo de pesquisa para direcionar o objetivo de pesquisa de fazer uso da abordagem institucional como um elemento importante na constituição das práticas de gestão de pessoas, mostrando a presença desse elemento e permitindo refletir sobre o tema. Seguindo essa linha, o roteiro da entrevista foi construído para observar as influências dos mecanismos de mudança isomórficos apresentados por DiMaggio e Powell (1983), tanto na definição de políticas e práticas da gestão de pessoas quanto na mudança organizacional. Além disso, o roteiro contemplava a prática de gestão de pessoas incorporada no dia-a-dia e de local e as conexões locais (ou seja, usando interpretação universalista ou contextual específica). Um dos principais propósitos nesse ponto é identificar se o campo de gestão de pessoas é mais influenciado pelo ambiente técnico ou institucional (para entender as diferentes racionalidades observadas).

Dando seguimento, a categorização dos dados foi feita *a priori* a partir do conjunto teórico da abordagem institucional, conforme representado no Quadro 1.

Quadro 1- Categorização dos Dados para Análise.

MACROCATEGORIAS	MICROCATEGORIAS
Mecanismos de Mudança Isomórficos	Isomorfismo Coercitivo
	Isomorfismo Normativo
	Isomorfismo Mimético
Prática de Gestão de Pessoas Incorporada	Das Conexões Locais
	Das Conexões para Além das Locais
	Da Prática Interna
Racionalidades	Racionalidade do Ambiente Institucional
	Racionalidade do Ambiente Técnico

Fonte: Elaborado pelos autores

Foram definidas as macrocategorias 'Mecanismos de Mudança Isomórficos', 'Prática de Gestão de Pessoas Incorporada' e 'Racionalidades'. Elas se subdividem nas categorias: 'Isomorfismo Coercitivo', 'Isomorfismo Normativo' e 'Isomorfismo

Mimético' para a primeira macrocategoria; 'Racionalidade do Ambiente Institucional' e 'Racionalidade do Ambiente Técnico' no último. Em 'Prática de Gestão de Pessoas Incorporada', além das categorias "Conexões Locais" e "Além das Conexões Locais", foi acrescentada uma nova categoria: "A Prática Interna", com o fim de expor elementos da entrevista que não estavam presentes na abordagem institucionalista. Esses elementos são os que não podem ser afirmados como advindos de outros atores ou impostos por um ambiente externo, outrossim, constituem-se no que é percebido como construído na prática em si. a identificação desses elementos que escapam ao institucionalizado era também objetivo da pesquisa efetuada.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Sobre os hotéis e o público entrevistado

O Hotel A, de uma cidade interiorana brasileira, empresa familiar, possui 200 funcionários na matriz e outros 50 em uma subsidiária, também gerenciada pela matriz. Hotel B é centrado na capital de estado ao sul do Brasil. O proprietário delega ao gerente a tomada da maioria das decisões. Tem 19 funcionários (5 deles terceirizados) e 35 quartos. O Hotel C, da aldeia alemã Marloffstein possui sete funcionários em tempo integral e 12 funcionários de meio período. É gerido pelo proprietário, sua esposa e seu filho. O hotel abrange dois restaurantes e 21 quartos. Por último, o Hotel D, de um subúrbio de Wuerzburg na Alemanha tem seis funcionários integrais e dois a três trabalhadores a tempo parcial. É também gerido pelos dois proprietários e tem 31 quartos. As informações sobre os participantes da pesquisa estão resumidas no Quadro 2.

Quadro 2- Dados dos entrevistados.

Entrevistado	Idade	Função Corrente	Tempo de Função	Escolaridade	País
A (Jussara)	46	Supervisor de Recursos Humanos	9 anos	Especialização em GP	Brasil
B (Rodrigo)	29	Gerente General	3 anos	Superior Incompleto (Administração)	Brasil
C (Eva)	55	Gerente General	20 anos	Superior (Administração)	Alema nha
D (Angela)	26	Assistente de Gestão	4 anos	Mestra	Alema nha

Fonte: Elaborado pelos autores.

A análise dos dados é apresentada de forma a possibilitar a percepção do que ocorre pela institucionalização, bem como do que se passa por trás do que está institucionalizado, nas rotinas das organizações, no caso, nas atividades e práticas do setor de gestão de pessoas.

De uma forma geral, foram percebidas mais especificidades e diferenciação entre as organizações do que homogeneidade mesmo que, conforme Meyer e Rowan (1977), as organizações tenham origem em contextos altamente institucionalizados. Forças isomórficas se fizeram presentes nas falas dos entrevistados no sentido de fazer com que as organizações aprendam e incorporem práticas e procedimentos e fizeram perceber a busca pela legitimidade no setor hoteleiro.

Ficou evidente o conhecimento das nomenclaturas formais dos processos e práticas de gestão de pessoas, denotando a influência do ambiente técnico. Grande parte dessa influência se dá pelo fato dos funcionários responsáveis pelas práticas de gestão de pessoas em sua maioria possuírem formação na área de Gestão. Mesmo que muitos dos processos de gestão de pessoas sejam informais ou inexistam nas organizações pesquisadas, há conhecimento da existência das mesmas. Em muitos momentos há preocupação quando da não presença das práticas na organização- o que pode significar uma preocupação com a legitimidade das práticas de gestão de pessoas do hotel:

A gente ainda está patinando, andando nesse sentido de ter levantamento de necessidade, se fazer aquela coisa mensal, formal, isso a gente não tem. A gente trabalha muito no informal nessa parte de treinamento. (...) E hoje a gente só tem avaliação de desempenho formal após contrato. (...) às vezes a gente fica só no achismo, né? A gente imagina que sim, imagina.. algumas coisas chegam para a gente, né, mas com certeza nem tudo chega, né? (Hotel A).

Ainda em relação ao ambiente técnico, pôde-se perceber que uma atenção maior é dispensada nos processos de seleção e recrutamento, e no treinamento apenas quando da integração do profissional, por parte da organização. Outro aspecto que se mostrou presente é o uso das tecnologias, tanto para divulgação do hotel quanto para os processos de seleção e recrutamento. Essa é uma prática comum entre todos e que parece confirmar a existência do hotel no mercado:

Outra coisa que mudou é que tudo está funcionando digitalmente, então você tem que se adaptar a uma nova realidade, que ainda está se movendo através da digitalização. Agora é possível reservar quartos através de plataformas de hotel na Internet. O computador é usado muito mais do que antes (Hotel D).

Também em relação aos processos de gestão de pessoas, a tecnologias de comunicação surgem como prática comum. Apenas o hotel A não faz uso da internet para seleção. As demais afirmam usar (e muito) portais na internet ou na agência de

emprego. Isso demonstra que essa é já uma prática legitimada na gestão de pessoas. As tecnologias de comunicação e informação se tornam necessárias frente à alegação de todos de que a alta rotatividade é o principal ponto de preocupação em relação à gestão de pessoas nos hotéis. A falta de pessoas e de pessoas qualificadas, que são o cerne na prestação de serviços é um aspecto preocupante. Ou seja, procurar novas práticas nos processos de gestão de pessoas se fez necessário frente às exigências do ambiente, tal como DiMaggio e Powell (1983) elucidaram, e pelo compartilhamento de informações, novas práticas são incorporadas, isomorficamente.

Nos cargos de maior qualificação essa preocupação aumenta. Na Alemanha, a figura do Chef se fez relevante devido ao fato de os hotéis terem parte de sua renda advinda dos restaurantes. Nesse país mencionada a contratação de pessoas de diferentes nacionalidades, parte pela presença de refugiados no país, parte pela necessidade de que a procura por profissionais se estendesse para além do local pela pouca oferta, fazendo uso mais uma vez de tecnologias: “foi a única maneira que encontramos um chef após dois anos e meio, via uma agência estrangeira (Hotel C)”. Já no Brasil, o Hotel B alegou que essa nova prática de seleção e recrutamento, proveniente das novas tecnologias de comunicação e compartilhada com outras, oferecem melhor produtividade com menor custo. Ainda, com essa prática, ele afirma ser possível um contato mais direto com o candidato, expondo com antecedência maior descrição do perfil desejado pelo próprio gestor.

Ainda, para compreender o que é legitimado, a comunicação se faz presente entre hotéis através de associações regionais e do sindicato patronal. No Brasil essas associações aparecem com mais força, se fazem mais presentes. Oferecem espaço de comunicação, recolhendo todos os meses informações dos hotéis acerca da taxa de ocupação e também organizando calendário de eventos e até mesmo estimulando e criando eventos novos para atrair mais hóspedes.

Como a gente tem esse grupo do sindicato, muitas informações também vêm através desses relatórios, eles passam diariamente ocupação média, se teve algum pico, se teve movimento, porque teve um movimento maior. Eles passam por e-mail, o presidente do sindicato sempre faz um discriminado, né como é que tá a situação hoteleira no estado, as perspectivas, os próximos workshops, os próximos eventos (...). E o Convention Bureau também... muita informação vem através deles (...) têm outros órgãos que trabalham em captação de evento eles tão trabalhando bastante (Hotel B).

É nesse âmbito que o isomorfismo mimético é possível e também o normativo quando da participação e influência das associações no meio político, para conquistas e disputas do setor hoteleiro: “E o sindicato da Alemanha em 1989 mudou algumas coisas, pois trouxe novos funcionários para nós. Naquela época, era mais fácil como muitas pessoas estavam procurando um emprego (Hotel C).” Há

ainda associações específicas da gestão de pessoas, tem a ADRH que é a Associação de Recursos Humanos aqui de Bento que todo mês tem eventos bem específicos na área de GP, ou na área trabalhista, quando muda. Agora tem a questão do e-social que tá bem nos ouvidos. Eu inclusive faço parte da associação e também faço parte de todos os eventos. Em agosto teve o sétimo seminário de GP. É bem legal porque principalmente essa parte das leis trabalhistas muda muito. Então eles lançam o negócio e te vira! Eu me lembro quando mudou a questão da indenização do aviso prévio que sempre foi de 30 dias, aí lá pelas quantas, a cada ano de trabalho adicionava 3 dias. Só que a lei era duas linhas. Então tem uma porção de dúvidas, sabe? (Hotel A).

Outra força mimética que advém da comunicação fornecida pelas associações e sindicato patronal é que grande parte dos treinamentos dos funcionários é fornecida pelos sindicatos. Assim, o sindicato da organização é um ator importante para se tornar possível oferecer conhecimento técnico aos funcionários: “eles tem treinamento bem profissionais, de *somelier*, de *méitré* (...) eles conseguem (...) como é bastante empresas eles conseguem ótimos profissionais para fazer curso e fica um valor mais em conta para o hotel que quer mandar um funcionário fazer” (Hotel A).

É nós temos o sindicato patronal da empresa e nos funcionários, né? O patronal auxilia nos treinamentos, o dos funcionários é mais.. é questão de dissídio e a gente faz o desligamento dos funcionários junto ao sindicato. O SINDIPOA, ele oferece cursos para quem é filiado, nós somos filiados a gente nem paga nada. Então volta e meia tem curso de gestão, curso de camareira, curso de atendimento, e quando tem disponibilidade e o funcionário tem interesse a gente encaminha sem custo nenhum, a gente abre mão do horário, refaz escala para ser feito treinamento (Hotel B).

Conforme mencionado pelo Hotel B, de outro lado, o sindicato por parte dos funcionários se mostrou muito desarticulado em ambos os países, o que dificulta que por parte dos funcionários haja uma comunicação e organização eficaz:

Não, não há ações de parte do sindicato, o "Nahrung und Genuss". Trata-se de um sindicato realmente fraco e não existe realmente.). Claro, há a associação comercial, que passa por quando ocorre um acidente, passam ocasionalmente. Cada segundo ano vem um médico que verifica a higiene, não só da autoridade de saúde, mas também da associação comercial. Eles também verificam os aspectos de segurança para os funcionários. E a autoridade de saúde vem três a quatro vezes por ano, a fim de controlar (Hotel C).

Assim, percebe-se que as forças isomórficas agem mais em função das respostas das organizações em relação às pressões técnicas e institucionais do ambiente, tal como alegaram Scott e Meyer (1991), ressaltando que esse ambiente não mais se atém ao âmbito local, nem mesmo nos pequenos e familiares hotéis.

Nesse ponto, há que se destacar um ponto mencionado pelos hotéis dos dois países, mas em direções diferentes: a presença de crise econômica.

Se por um lado no Brasil a crise causa a diminuição da taxa de ocupação dos hotéis, diminuindo arrecadação, mas fazendo com que o mercado de trabalho esteja em posição de oferta de trabalhadores, por outro, na Alemanha, se pode pagar pouco para os funcionários, o que gera a falta de trabalhadores, em especial com qualificação. O Hotel B, do Brasil, acusa uma diminuição de 35% na taxa de ocupação do hotel.

Não há muito que se falar em relação ao isomorfismo coercitivo, mas dos mecanismos governamentais de controle. A questão legal em relação aos horários dos funcionários foi bastante mencionada, a considerar que o hotel é do setor de serviços um dos mais afetados pela sazonalidade e, como Hotel C menciona, a flexibilidade é necessária. A limitação de horas semanais é uma preocupação nos hotéis alemães, como a escala de folgas é uma preocupação dos hotéis no Brasil, e um dos fatores alegados como o que torna o trabalho no setor menos atrativo, já que muitos dos hotéis têm mais movimento nos finais de semana.

O salário mínimo mudou algumas coisas, nós precisamos contratar mais pessoas. Nossa equipe recebia o salário mínimo, mas eles o recebiam há muito tempo, porque ninguém vai trabalhar por 8,50 € por hora. Mas não podemos atribuir às pessoas muitas horas, mesmo se eles queiram. Também mudou algo sobre a satisfação dos funcionários, porque eles gostariam de trabalhar mais, mas não é permitido, então eles estão desmoralizados. Estamos trabalhando em turnos. Temos de ter pausas entre duas e cinco horas. Temos de controlar que essas pausas sejam seguidas, temos uma lista e os formandos, com idade inferior a 16 ou 18, não trabalham aos domingos e nem depois das 10 horas da noite (Hotel C).

Também, o Hotel D, quando perguntado sobre os padrões que são seguidos, disse que seriam as leis e contratos. Segundo o entrevistado, existem recomendações da federação de hotéis e restaurantes que indica como se pode atuar. As mudanças viriam principalmente através da política, a exemplo da designação do salário mínimo, as regras de pausa e as horas máximas. No Brasil, os hotéis tiveram que encontrar uma maneira de resolver problemas que surgem de uma lei que obriga a mulher a ter no mínimo 2 dias de folga aos domingos:

para a gente impactou bastante. O setor da governança as camareiras, é só mulher. Tem umas 30 mulheres. E no domingo é quando o hotel tá lotado, precisa de todas praticamente, porque o pessoal sai no domingo, libera apartamento e ali que tem que fazer toda a organização, toda a limpeza, e com essa história de dar dois domingos assim, deu uma quebrada, assim, a gente teve que buscar mais funcionários. Principalmente no RH muda muita questão das leis, né (Hotel A).

Mas ao falar sobre a forma como as políticas de gestão de pessoas são desenvolvidas, além da influência de outras experiências de trabalho dos gestores (como Hotel A e B), a orientação principal é a prática em si, o trabalho do dia-a-dia. A prática informal é realmente representativa nos Hotéis entrevistados. Um exemplo é a escala de dias de folga, construída com a prática. Não há maneira correta exatamente, o Hotel A diz que eles tentam organizar o dia de folga de forma que ninguém se prejudique. Outro exemplo particular:

até o ano passado, a cada dois meses eu tinha que trocar uma camareira, mudar o quadro, mexer no quadro.. também eu não tinha uma governança aqui no hotel, e o que eu fiz eu peguei uma camareira que tava há mais tempo e tinha mais confiança e passei ela para supervisora de andares, e aí com foco no trabalho com ela e com as outras meninas a gente conseguiu segurar um pouco a equipe (Hotel B).

Dessa forma, é visto na forma como eles tentam resolver problemas do dia-a-dia do trabalho, como conflitos e os que vêm de causas externas, mas que influenciam no trabalho interno, como a crise econômica - a exemplo do Hotel B, que decidiu trabalhar com 2 empregados a menos devido à crise. Assim, mesmo que existam padrões, uma linguagem comum, cada hotel faz as práticas por seu próprio caminho, construindo uma gestão interna. Com isso, a informalidade está muito presente: "às vezes há um momento em que o funcionário apresenta uma falha (falando de *feedback*) opa! Preciso te chamar aqui, vamos conversar que aconteceu isso (Hotel A)". A vantagem da informalidade é a ruptura de alguns obstáculos que um processo de padronização geraria. Isso pode ser visto no Hotel A: "a gente tem um espaço bem aberto, né, uma pessoa não tem uma barreira, o funcionário vem à hora que quer pedir suas coisas. ninguém é proibido de chegar lá, a gestão também, precisou tá lá, sabe?".

E sendo cada gestão de hotel uma peculiaridade, isso significa que as mudanças podem ocorrer todos os dias, nem sempre de forma estruturada. Isso também ocorre na gestão de pessoas. Como dito, para resolver problemas, e em um processo de aprendizagem: "A gente vai aprendendo com os erros, né? O que dá certo a gente continua o que não dá a gente muda (Hotel B) ", " eu vejo que o que mais permanece é o que mais dá certo, assim. Nem sempre é o mais correto, mas é o que funciona (Hotel A). Também as práticas podem fazer uso de um toque pessoal:

Eu não gosto é de ficar com quem não está satisfeito. Praticamente em todas as reuniões eu sempre falo isso. Não quer mais trabalhar, vem, senta, conversa, que eu vou botar pra rua, eu demito, eu pago tudo, a gente paga tudo, eu não quero ninguém aqui que não queira trabalhar (Hotel B).

Assim, a gestão de pessoas nos hotéis entrevistados está aberta às personalidades das pessoas, e é afetada por elas. Esse é um fator que mostra que

não há setor estruturado de gestão de pessoas nos hotéis, exceto em A, o qual é de grande porte. Assim, o trabalho é feito com as ferramentas caseiras:

Eles trabalham juntos, são regras não escritas, honestidade com os colegas é realmente importante. Na cozinha, cooperação, se você ver alguém se atrapalhando, você ajuda, mesmo que você esteja em uma posição mais elevada. Um cozinheiro chefe ajuda a lavar pratos, fazendo trabalhos que não fazem parte de sua descrição de trabalho. Compromisso com os outros. A hierarquia não tem que ser seguida o tempo todo. E lá estamos de volta ao problema que tivemos antes, a equipe. Isso não está escrito (Hotel C).

Ou seja, o processo é muito informal. Isso também é mostrado na resposta a esta pergunta: "Existe um modelo, que você siga ou quais são os parâmetros que foram estabelecidos para definir os métodos e atividades?" Hotel C: "Mhhhh". Isso significa, nem sequer é possível pensar nessa possibilidade. A maioria faz gestão de pessoas "entre as outras atividades", sem um treinamento formal da equipe, nem oferecendo um programa para desenvolvimento dos funcionários ou plano de carreira.

5. CONCLUSÃO

Este estudo expõe que as complexidades e oportunidades de cada organização não devem ser subestimadas. Além disso, aprendizagens podem vir de ambientes diferentes, mais do que dos similares.

Foi possível perceber pelos hotéis uma preocupação com a legitimidade de suas ações (DIMAGGIO; POWELL, 1983), no dia-a-dia e no ambiente virtual, sendo o uso da tecnologia uma prática legitimada em si. O uso de termos de gestão, de agências para o recrutamento, de tecnologias, de associações de empregadores e organizações ou sindicatos parece ser a maneira que os hotéis assumem para manter institucionalizadas as práticas que se deseja frente às mudanças ao legitimar discursos dentro do campo (GREENWOOD et al., 2008). Assim, as forças isomórficas agem mais de acordo com as respostas das organizações em relação às pressões técnicas e institucionais do ambiente, como afirmam Scott e Meyer (1991).

Ainda assim, prevalece a prática informal cotidiana que escapa institucionalizada, presente no "significado compartilhado" sofrendo uma "tradução" pelos atores no campo. Essencialmente nos casos estudados, houve uma adaptação à situação local, relacionada à crise econômica e, no caso do Brasil, à passagem política, comportamento observado em Czarniawska (2008) e Sahlin e Wedlin (2008). Assim, mesmo com a existência de padrões e de uma linguagem comum na gestão, cada hotel constrói suas práticas de sua própria maneira com suas práticas interna de gestão de pessoas. Além da informalidade estar muito presente nos hotéis pesquisados, cada gestão de hotel tem uma peculiaridade. É isso que lhes permite aprender com os erros, romper as barreiras, não aplicar as

mesmas estratégias em contextos diferentes, adaptar-se às personalidades das pessoas e trabalhar em equipe.

Esse entendimento pode oferecer respostas. Como afirmado por Oderich e Lopes (2001), as abordagens institucionais não conseguiram conceber uma explicação não determinista para as ações dos atores e reconhecer a possibilidade de ações criativas em certas circunstâncias da vida organizacional. Assim, mesmo que as forças miméticas (DIMAGGIO; POWELL, 1983) estejam presentes nas organizações estudadas, as particularidades do contexto devem ser observadas, de forma a captar o significado que cada prática adotada tem para os indivíduos na organização.

Ainda assim, Caldas, Tonelli e Lacombe (2011) criticam as reivindicações de validade universal de uma ou outra teoria e alertam que a mimetização voluntária ou difusão dependente das chamadas teorias ou críticas universais por estudiosos não reflexivos em países em desenvolvimento causam distorções. É necessário observar as necessidades locais e nacionais e tornar-se aberto a oportunidades. Assim, sugerimos como continuidade deste estudo que mais pesquisas cedam olhar para seu ambiente específico, para a riqueza de suas práticas e para além da chamada visão racional.

Referências

BECKER, B.; HUSELID, M.; ULRICH, D. **Gestão estratégica de pessoas com “scorecard”**. RJ: Campus, 2001.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **The social construction of reality: a treatise in the sociology of knowledge**. New York: Anchor Books, 1966.

BORGES-ANDRADE, J.; PAGOTTO, C. P. O estado da arte da pesquisa brasileira em Psicologia do Trabalho e Organizacional. **Psic.: Teor. e Pesq.** [online], v.26, n.spe, p. 37-50, 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722010000500004>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

BOON, C.; PAAUWE, J.; BOSELIE, P.; DEN HARTOG, D. Institutional pressures and GP: developing institutional fit. **Personnel Review**, v.38, n.5, p.492-508, 2009.

BROOKES, M.; CROUCHER, R.; O'CREEVY, M.F.; GOODERHAM, P. Measuring competing explanations of human resource management practices through the Cranet survey: cultural versus institutional explanations. **Human Resource Management Review**, v.21, p.68-79, 2011.

BUSSULAR, C.; SCHEFFER, A.; SAWITZKI, R. Afinal, o nome da área é Recursos Humanos, Gestão de Pessoas ou o quê? Um estudo com empresas que atuam no segmento de saúde sobre os impactos da mudança de papéis da área na identidade

do grupo. Anais do **XXXVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**, Rio de Janeiro, RJ, Brazil, 2013.

CALDAS, M.; TONELLI, M. J.; LACOMBE, B. IHRM in Developing Countries: Does the Functionalist vs. Critical Debate Make Sense South of the Equator? **BAR - Brazilian Administration Review**, v.8, n.4, p.433-453, 2011.

CLARK, T.; GOSPEL, H.; MONTGOMERY, J. Running on the spot? A review of twenty years of research on the management of human resources in comparative and international perspective. **International Journal of Human Resource Management**, v.10, n.3, p.520-544, 1999.

CZARNIAWSKA, B. How to misuse institutions and get away with it: some reflections on institutional theory (ies). In.: GREENWOOD, R.; OLIVER, C.; SAHLIN, K.; SUDDABY, R. **The SAGE Handbook of Organizational Institutionalism**. London: SAGE, 2008, p.769-782.

DIMAGGIO, P.; POWELL, W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Sociological Review**, v.48, n.2, p.147-160, 1993.

DIMAGGIO, P.; POWELL, W. Introduction. In.: POWELL, W.; DIMAGGIO, P.(Eds.). **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991, p.1-38.

ESTEBAN-LLORET, N.; ARAGÓN-SÁNCHEZ, A.; CARRASCO-HÉRNANDEZ, A. Institutional and competitive drivers on managers' training and organizational outcomes. **BRQ - Business Research Quarterly**, v.17, p.242-258, 2014.

FISCHER, A. L. Um resgate conceitual e histórico dos modelos de gestão de pessoas. In.: FLEURY, M. T. (Org). **As pessoas na organização**. São Paulo: Ed. Gente, 2002.

FISCHER, R. Pondo os Pingos nos Is. In.: FLEURY, M. T.; FISCHER, R. M. **Processos e relações de trabalho no Brasil**. São Paulo: Atlas, 1985, p.19-50.

GLYNN, M.A. Beyond constraint: how institutions enable identities. In.: GREENWOOD, R.; OLIVER, C.; SAHLIN, K.; SUDDABY, R. **The SAGE Handbook of Organizational Institutionalism**. London: SAGE, 2008, p.413-430.

GREENWOOD, R.; SUDDABY, R.; HININGS, C.R. Theorizing change: the role of professional associations in the transformation of institutionalized fields. **Academy of Management Journal**, v.45, n.1, p.58-80, 2002.

GREENWOOD, R.; OLIVER, C.; SAHLIN, K.; SUDDABY, R. Introduction. In GREENWOOD, R.; OLIVER, C.; SAHLIN, K.; SUDDABY, R. (Eds.). **The SAGE handbook of organizational institutionalism**. Sage: London, p.130-148, 2008.

GOODERHAM, P.N.; NORDHAUG, O.; RINGDAL, K. Institutional and rational determinants of organizational practices: human resource management in European firms. **Administrative Science Quarterly**, v.44, p.507-531, 1999.

GOODERHAM, P.N.; NORDHAUG, O.; RINGDAL, K. National embeddedness and calculative human resource management in US subsidiaries in Europe and Australia. **Human Relations**, v.59, n.11, p.1491-1513, 2006.

GORETZKI, L.; STRAUSS, G.; WEBER, J. An institutional perspective on the changes in management accountants' professional role. **Management Accounting Research**, v.24, p.41-63, 2013.

HEIKKILÄ, J-P. An institutional theory perspective on e-GP's strategic potential in MNC subsidiaries. **Journal of Strategic Information Systems**, v.22, p.238-251, 2013.

KIDWELL, R.E.; HOY, F.; IBARRECHE, S. "Ethnic" family business or just family business? Human resource practices in the ethnic family firm. **Journal of Family Business Strategy**, v.3, p.12-17, 2012.

LEGGE, K. **Human Resource Management**. New York: Palgrave, 2005

MEYER, J., ROWAN, B. **Institutionalized organizations**: formal structure as myth and ceremony. *The American Journal of Sociology*, v.83, n.2, p.340-363, 1977.

ODERICH, C.L.; LOPES, F.D. Novas competências e Gerência Internacional - uma análise a partir da perspectiva institucional. **READ - Revista Eletrônica de Administração**, V.7, n.1, p. 1-20, 2001.

PAPADOPOULOU, E.; HASANAGAS, N.; HARVEY, D. (2011). Analysis of rural development policy networks in Greece: Is LEADER really different? **Land Use Policy**, v.28, p.663-673.

POWELL, W.W. Expanding the scope of institutional analysis. In POWELL, W.W.; DIMAGGIO, P.J. (Eds.), **The new institutionalism in organizational analysis**. p.183–203. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

SAHLIN, K.; WEDLIN, L. Circulating Ideas: Imitation, Translation and Editing. In GREENWOOD, R.; Oliver, C.; SAHLIN, K.; SUDDABY, R. **The SAGE Handbook of Organizational Institutionalism**. p. 218-242. London: SAGE, 2008.

SUTHEEWASINNON, P.; HOQUE, Z.; NYAMORI, R.O. Development of a performance management system in the Thailand public sector. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 40, p. 26-44, Jun. 2015.

TURRÓ, A.; URBANO, D.; ORTIZ, M.P. Culture and innovation: The moderating effect of cultural values on corporate entrepreneurship. **Technological Forecasting & Social Change**, n.88, p. 360-369, 2014.

YIN, Robert. K. **Estudo de caso**: planejando métodos. Porto Alegre: Bookman, 2010.

13. TURISMO, GASTRONOMIA E DESENVOLVIMENTO – ROTA VIA ORGÂNICOS

SCHERER, Luciana¹
FERNANDES, Sandra Beatriz Vicenci²

1. INTRODUÇÃO

O Turismo vem conquistando espaço como campo de estudo em diversas áreas, porém muito ainda está por ser feito no sentido de produzir um conhecimento que possa revelar todas as dimensões desse fenômeno que cresce em importância no mundo. É formado por um amplo e diversificado conjunto de atividades econômicas, que englobam uma multiplicidade de setores da economia. Estudar as relações do que se entende por Turismo com as suas mais diversas atividades, características ou complementares é uma estratégia no sentido de tentar buscar entendimento sobre um tema ainda incipientemente abordado, porém importante para o desenvolvimento regional. É também uma tentativa de contribuir, através da produção de conhecimentos e análises críticas sobre instrumentos e processos de desenvolvimento, para a mudança do quadro social no qual estamos inseridos.

O presente trabalho constitui-se em um estudo no campo do turismo, da gastronomia e do desenvolvimento regional, sendo o objeto em análise, o Roteiro Via Orgânicos, produto turístico recém lançado na cidade de Garibaldi, no Rio Grande do Sul.

O objetivo é, além de discutir a importância do turismo para o desenvolvimento regional, apresentar novas discussões sobre a relação do turismo com a gastronomia, e sobre o turismo gastronômico. Parte-se do pressuposto de que a gastronomia é parte integrante do Sistema Turístico, sendo considerada uma atividade de apoio ao turismo. Porém, com a necessidade de se inovar, buscar e desenvolver novos produtos gera-se uma possibilidade - que precisa ser refletida tanto pelo mercado, como pelos órgãos de estruturação do turismo, e obviamente pela academia – que é o olhar da gastronomia não só mais como apoio, e sim como fator motivador da viagem. Esse é o ponto chave para a construção de um segmento no mercado turístico. Para isso, é necessário inovar, desenvolver, qualificar e pensar produtos turísticos baseados na gastronomia integrada ao fator motivacional. Pensar em tendências é importantíssimo nesse cenário.

Em consonância com essa tendência, Garibaldi inova e lança no mercado a Rota Via Orgânica, objeto de análise aqui apresentado. A rota é composta por 10

¹ Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade do Noroeste do Rio Grande do Sul - Unijuí. Bacharel em Turismo e em Administração, Mestre em Ciências Sociais.

² Doutora, Agrônoma. Professora no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul - Unijuí.

empreendimentos que tem como elemento nucleador produtos orgânicos, fruto de uma produção orgânica certificada, todos comprometidos com uma ação sustentável.

As questões teórico-metodológicas desse estudo pautam-se, principalmente, nos seguintes pressupostos: uma pesquisa que combina esforços epistemológicos de análise interpretativa no sentido de tentar entender o turismo e a sua relação com a gastronomia a partir do fenômeno do turismo gastronômico, abordando a estratégia do município de Garibaldi para desenvolver um roteiro gastronômico inédito e criativo. A metodologia utilizada é própria das ciências sociais, de caráter qualitativo, com as seguintes técnicas: pesquisa bibliográfica sobre turismo, gastronomia, turismo gastronômico e desenvolvimento, além da interpretação e análise do Roteiro Via Orgânicos e demais documentos.

A estrutura do trabalho é composta por três sessões, além dessa introdução e das conclusões finais. A primeira discute as relações do turismo e do desenvolvimento regional, tentando trazer definições, entendimentos e a complexidade desses dois termos tão utilizados nos estudos acadêmicos de âmbito regional. Na sequência, abordam-se os conceitos relativos à relação entre turismo, gastronomia e turismo gastronômico. Parte-se do pressuposto que, embora turismo e gastronomia sejam partes integrantes de um mesmo sistema, - e obviamente atividades econômicas que contribuem para o desenvolvimento de uma região, - para considerarmos a existência de turismo gastronômico, é necessário um passo além: trabalhar a gastronomia como fator motivador do deslocamento do turista. Por fim, é apresentado o objeto de estudo: a Rota Via Orgânica, onde são elencados aspectos sobre a tradição da cidade de Garibaldi em relação ao turismo gastronômico, as motivações do lançamento desse produto turístico, as estratégias de promoção, apoio e comercialização propriamente ditas e a importância da Rota Via Orgânica no desenvolvimento do turismo e também na produção consciente e integrada à natureza.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Turismo e desenvolvimento regional

O turismo é um fenômeno relacionado às viagens, com a visita a um local diverso da residência das pessoas. As viagens não são uma novidade da nossa época, pois, desde que se formaram as primeiras sociedades, o homem começou a viajar pelos mais diversos motivos: econômicos, políticos, sociais, culturais, esportivos e científicos.

Entende-se o turismo como uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços. O fenômeno é a composição de uma prática social com base cultural, com herança histórica, meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações

interculturais. O somatório desta dinâmica sociocultural parte de um fenômeno recheado de objetividade/subjetividade, que venha a ser consumido por milhões de pessoas, enquanto síntese – o produto turístico, que está sendo tratado como um fenômeno totalizante, e não dialeticamente – uno/diverso, mas como produto final possível de total controle, suficiente em si mesmo (MOESCH, 2002).

Nos últimos anos, observa-se no mundo o crescimento contínuo do fenômeno turístico. A participação da atividade turística na economia brasileira já representa 3,7% do PIB do nosso país. De 2003 a 2009, o setor cresceu 32,4%, enquanto a economia brasileira apresentou expansão de 24,6% (MTUR, 2012). Para o World Travel & Tourism Council -WTTC, no ano de 2011, cerca de 2,74 milhões de empregos diretos foram gerados pelo turismo e com estimativa de crescimento de 7,7% para o ano de 2012, totalizando 2,95 milhões de empregos (WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL, 2012). Em alguns países, principalmente naqueles em desenvolvimento, o turismo é analisado como uma das melhores alternativas capazes de introduzir melhoria na qualidade de vida da sociedade.

O turismo pode contribuir significativamente com a criação de oportunidades de emprego, favorecendo os jovens e os beneficiários dos programas sociais, visto que é uma atividade econômica que necessita de menor investimento para a criação de postos de trabalho. Para Casemiro Filho (2002), com cada milhão a mais de investimentos, o país triplica o número de empregados, pois o turismo é composto de diversos setores além de ser intensivo em mão de obra, em função da natureza dos serviços envolvidos na sua cadeia produtiva.

Assim, a atividade turística pode contribuir para a melhoria da distribuição de renda entre as diferentes regiões, já que a infraestrutura montada nas regiões mais pobres permite que os turistas das regiões mais desenvolvidas e com maior renda sejam recebidos, fazendo com que ocorra um ingresso de renda das áreas mais ricas para as mais pobres. Sua contribuição para a criação de riquezas e melhoria do bem-estar dos cidadãos faz-se sentir de múltiplas formas: pelo desenvolvimento de empreendimentos de apoio que estimula, pela preservação do ambiente, pelo investimento e inovação que promove, pela recuperação do patrimônio histórico e cultural que requer e, principalmente, pela produção e empregos que gera.

Os benefícios do turismo não se restringem à esfera econômica, embora esta última constitua o argumento mais facilmente visível, tanto às autoridades públicas como ao setor privado e, por si só, basta para o investimento no setor. O turismo pode contribuir para o desenvolvimento social e cultural das populações, desenvolve o enriquecimento pessoal dos viajantes, amplia os conhecimentos humanos, possibilitando acesso aos recursos naturais e culturais de uma nação. Também pode atuar nas ações para a preservação dos bens culturais, tradições e costumes, bem como em relação ao patrimônio natural de determinada região.

Autores que têm se dedicado à análise da relação entre turismo e desenvolvimento apontam que a atividade turística não deve ser vista como um fim em si, mas como uma das alavancas que podem impulsionar o desenvolvimento. Com o posicionamento de que o turismo é um vetor positivo que proporciona inúmeros benefícios e impactos desejáveis e que seu efeito multiplicador é significativo nas economias e nos aspectos político-sócio-culturais em uma região, emerge a possibilidade de pensar essa atividade como uma importante fonte de desenvolvimento regional. Ao pensar na relação entre o turismo e o desenvolvimento regional, a primeira questão que pode ser destacada é a complexidade que ambos os conceitos apresentam. Para se entender desenvolvimento é necessário utilizar-se de perspectiva multidisciplinar e sistêmica, sem deixar de considerar aspectos culturais, sociais, naturais, econômicos e espaciais, (abordagem também necessária para entender o turismo), sendo que a multidisciplinaridade de olhares torna o desenvolvimento objeto de estudo de inúmeras disciplinas e profissionais e diversas áreas (SACHS, 1986).

O termo Desenvolvimento Regional, pode se compreendido como uma derivação do termo Desenvolvimento, entendido como o processo de mudança que articula o avanço da estrutura produtiva da economia, a elevação da qualidade de vida da população e a conservação ambiental. Desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir as alterações do composto do produto e de recursos pelos diferentes setores econômicos, visando a melhoraria de indicadores econômico e social (tais como níveis de renda, índices de pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia) (VASCONCELLOS e GARCIA, 1998). As prioridades de desenvolvimento devem ser capazes de administrar os avanços em cada uma dessas dimensões, contornando os conflitos e tensões entre a economia, a sociedade e o meio ambiente. Ao tratar-se de desenvolvimento regional é necessário considerar não somente o resultado de uma construção apenas teórica ou acadêmica de conceitos, mas sim uma necessidade atual e real, que perpassa todas as regiões e seus atores, uma forma de gerir mais eficazmente os fatores de desenvolvimento, tanto no melhor uso dos recursos como na garantia de uma maior participação dos diferentes atores. Deve, ainda, procurar soluções para os problemas criados pela dinâmica da economia global, especialmente no que respeita à atenuação dos, cada vez mais, evidentes desequilíbrios espaciais.

O processo de desenvolvimento regional compreende o crescente esforço das sociedades locais na formulação de políticas territoriais com o intuito de discutir questões centrais da complexidade contemporânea, o que torna a região o sujeito de seu próprio processo de desenvolvimento (DALLABRIDA, 2000). Uma das estratégias abordadas nesse estudo é o desenvolvimento da uma região a partir do turismo, da gastronomia e do turismo gastronômico.

2.2 Turismo, gastronomia e turismo gastronômico

As distintas possibilidades para pensar a alimentação fazem da gastronomia uma questão multidisciplinar, e de uma forma especial, podem-se destacar as suas interrelações com o turismo. A gastronomia como uma atividade de apoio, integrante do *Sistema Turístico*¹ é uma abordagem consolidada e sem maiores questionamentos, pois não é possível considerar o turismo sem prever - entre outros serviços de apoio, a alimentação para curta ou longa estada, sendo que o turista dificilmente poderá abster-se dela, e desta forma, surge a possibilidade, de um lado, de o turista vivenciar a culinária e a gastronomia da localidade, e de outro, dos empreendimentos gastronômicos beneficiarem-se com o turismo.

Se a gastronomia como um serviço de apoio ao turismo é um tema consolidado, o novo olhar vai ao encontro de considerar a gastronomia como um atrativo ou até mesmo um produto motivador da viagem para determinado destino. Essa nova abordagem é muito importante do ponto de vista turístico, pois a relação entre o turismo e a gastronomia apresenta possibilidades, não tão novas, porém insuficientemente exploradas, que são as diversas formas de turismo voltadas para as características gastronômicas de cada região (FURTADO 2004).

Refletir sobre gastronomia e turismo significa compreender processos sociais e culturais que não são necessariamente quantificáveis, e essa reflexão perpassa, também, o entendimento sobre cultura e turismo. A cultura pode ser definida como:

...o conjunto de práticas, das técnicas, dos símbolos, e dos valores que se devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de consciência social. [...] cultura pressupõe uma consciência grupal operosa e operante que desentranha da vida presente os planos para o futuro (BOSI, 1992 p.11).

Discutir o termo cultura requer cautela (BURNS, 2002), uma vez que, se generalizado, distancia-se de seu significado mais profundo, considerando que assume múltiplos significados de acordo com o contexto em que ocorre. Na visão do autor, a cultura engloba a interação entre as pessoas e como essas aprendem umas

¹ O SISTUR – Sistema de Turismo constitui-se num modelo referencial desenvolvido por Mário Beni, a partir da conceituação de sistema como o conjunto de procedimentos, doutrinas, ideias e princípios logicamente ordenados e coesos. Para o autor o turismo é um sistema aberto e buscando descrevê-lo como um sistema sintetizador dinâmico que demonstrasse as combinações de força e energia, sempre em movimento, Beni (1998) relacionou uma série de funções inerentes a natureza da atividade de turismo, tais como: o conjunto de fatores motivadores das viagens e a escolha das áreas das destinações turística; o deslocamento de indivíduos no continuo espaço tempo; o tempo de permanência na área receptora; a disponibilidade de solicitação de equipamentos de alojamento hoteleiro e extra-hoteleiro, mas também de **equipamentos complementares da alimentação**; o processo de produção e distribuição desses bens e serviços; a fruição dos bens turísticos; e também a estrutura e o comportamento dos gastos do turista. A partir dessa lista, Beni configura o que denomina de diagrama de contexto do Sistema de Turismo, formado por três grandes conjuntos: o das Relações Ambientais, o da Organização Estrutural e o das Ações Operacionais que interagem entre si. Cada componente desses conjuntos pode ser considerado um subsistema em si pois apresenta funções próprias e específicas, assumindo características individualizadas.

com as outras; traz, ainda, a idéia de que essa aprendizagem pode ser acumulada, assimilada e passada adiante através da escrita, fala, comportamento, conhecimento, valores que são adquiridos e passados entre gerações. Nesse enfoque, percebe-se que toda sociedade muda de acordo com o ambiente e a tecnologia a qual está submetida, ou seja, o conceito é dinâmico e as culturas mudam de acordo com o tempo.

Uma das manifestações da cultura é a gastronomia, entendida como

o conhecimento fundamentado de tudo o que se refere ao homem, na medida em que se alimenta. Seu objetivo é zelar pela conservação dos homens, por meio da melhor alimentação possível. Ela atinge esse objetivo dirigindo, mediante princípios seguros, todos os que pesquisam, fornecem ou preparam as coisas que podem se converter em alimentos (BRILLAT - SAVARIN, 1995: 57)

Ainda nesse contexto, Revel (1994) entende que a gastronomia está para além da cozinha, definida por ele como um aperfeiçoamento da alimentação, que passou pelo estágio da cozinha e alcançou um nível de especialização até então jamais visto. A comida, uma ação da cultura sobre o alimento, ganharia distância da natureza à medida que essa transformação adquire maior complexidade.

Embora a identidade cultural não esteja unicamente vinculada à cozinha ou à gastronomia, é resultado de relações estabelecidas entre distintos grupos no sentido de delimitar suas fronteiras. Portanto, separar a gastronomia da cultura é tarefa difícil, já que cada sociedade ao longo do tempo e da variação geográfica caracteriza-se, dentre outros aspectos, pelos pratos e costumes gastronômicos a partir do que é consumido na coletividade, e a partir dessa culinária, é possível construir a identidade regional.

O turismo, como a gastronomia, é outra manifestação da cultura. Ao longo das últimas décadas do século XX, o turismo buscou uma segmentação como uma forma de organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado. A segmentação de mercado no turismo não é uma noção acadêmica, mas sim uma estratégia que busca encontrar, através de recursos de marketing uma maior otimização do setor, seja pelo lado das empresas do sistema turístico na tentativa de maximizar seus lucros, seja pelo lado dos turistas na tentativa de maximizar sua satisfação (LAGE, 1992).

Os segmentos turísticos podem ser estabelecidos a partir dos elementos de identidade baseada tanto em oferta² como em demanda³, sendo aos poucos

² A partir da oferta, a identidade pode ser conferida pela existência em determinada localidade as práticas e tradições (agropecuária, pesca, esporte, manifestações culturais, manifestações de fé), os aspectos e características (geográficas, históricas, arquitetônicas, urbanísticas, sociais) e também determinados serviços e infra-estrutura específicos (de saúde, de educação, de eventos, de hospedagem, de lazer). Configura tipos de TURISMO.

caracterizado em diversos tipos de turismo, visando aproximar-se dos mais diversos públicos. Dentre esses segmentos da oferta turística, podem ser destacados o turismo cultural e o turismo gastronômico. O turismo cultural caracteriza-se como aquele que “compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura” (MTURa, 2007 p.13). Esse tipo de turismo tem sido considerado a partir de um triplo enfoque: como a superação do turismo consumista e de evasão, como forma de unir os povos e como meio de desenvolvimento econômico para regiões sem a oferta clássica de lazer e entretenimento (BAUDRIHAYE, 1997 p.43).

A partir do exposto, cabe lançar um olhar particular ao fenômeno turístico, alicerçado na cultura e gastronomia, com vistas ao desenvolvimento regional. Claro está que a gastronomia faz parte do turismo, mas isso, por si só, não define o turismo gastronômico. Para qualquer tipo de segmentação da oferta turística há que se prestar atenção em dois aspectos: a característica da região receptora (sob o aspecto da oferta turística) e também na motivação do turista (sob o aspecto da demanda turística). Assim, para caracterizar o segmento do turismo gastronômico, além da existência do produto gastronômico deve considerar-se a condição motivadora do turista, ou seja: dentre as forças que o fazem viajar e visitar determinado local, há a vontade de viver a gastronomia local? Se SIM, é possível configurar a viagem como uma viagem de turismo gastronômico, se NÃO, aborda-se somente – mas não menos importante – um fenômeno de turismo e gastronomia.

O turismo gastronômico no escopo desse trabalho, portanto, é entendido como aquele em que a gastronomia é a principal motivadora do deslocamento (PICCINI, 2013). De acordo com Long (2004) essa nomenclatura surgiu, em poucos estudos, no fim dos anos 1990.

Para fins de mercado e identificação de produto turístico, o turismo gastronômico é considerado como um sub-segmento do turismo cultural, sendo que para o Ministério do Turismo, é necessário observar que estejam preservados os princípios da tipicidade e identidade cultural dos produtos gastronômicos. (MTURa, 2007).

Segundo Schluter (2003: 89), “a gastronomia, sem dúvida, está ganhando terreno como atração tanto para residentes como para turistas. Não só nutre o corpo e o espírito, mas faz parte da cultura dos povos” e na mesma linha, Ignarra (1999), corrobora que um atrativo turístico é um recurso da natureza ou da cultura que atrai o turista para visitação. Seguindo este raciocínio, subentende-se que a gastronomia pode ser considerada, enquanto elemento cultural, como um atrativo para o turismo,

³ Com enfoque na demanda, a segmentação é definida pela identificação de certos grupos de consumidores caracterizados a partir das suas especificidades em relação a alguns fatores que determinam suas decisões, preferências e motivações, ou seja, a partir das características e das variáveis da demanda. Configura os tipos de TURISTA.

sendo que a organização de produtos turísticos com elementos gastronômicos passa a ser uma ferramenta de divulgação dos destinos turísticos e conseqüentemente, uma estratégia de atração de turistas e visitantes⁴, a exemplo do lançamento da Rota Turística Via Orgânica, no município de Garibaldi, na região da Serra no Rio Grande do Sul.

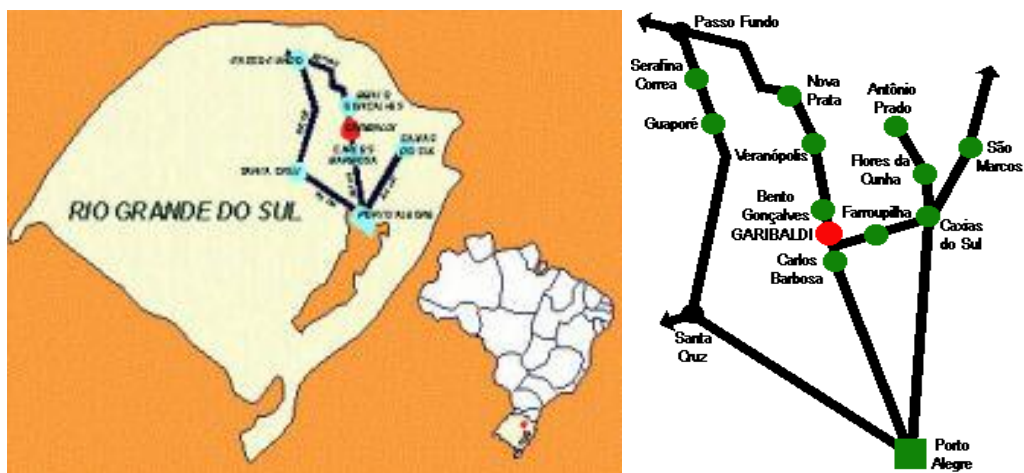
2.3 Rota via orgânica: Garibaldi construindo inovação em turismo e gastronomia

O município de Garibaldi localiza-se na Encosta Superior do Nordeste do Rio Grande do Sul, a 110 quilômetros de Porto Alegre e conta com uma população é 32.578 habitantes. O município pertence à 1ª Colônia da Imigração Italiana e integra a Região Uva e Vinho da Serra Gaúcha e o Vale dos Vinhedos. É reconhecido como a Capital Brasileira do Espumante devido ao pioneirismo e qualidade de seus vinhos e espumantes. A cidade, com um charme especial, guarda as características de um ambiente tranquilo, com uma paisagem bucólica que lhe dá um ar particularmente distinto do nosso tempo.

A economia tem como base econômica a indústria, que responde por 65% de toda a economia do município, e a agricultura, tendo no turismo um dinamizador em função da sua atratividade gastronômica, suas vinícolas e seus espumantes. A conquista do título de Terra do Champanha, ou Capital Nacional do Espumante deu-se em função do pioneirismo nessa produção no mercado brasileiro, em 1913 pela família Peterlongo. Durante quatro décadas o espumante de Garibaldi foi o único produto do gênero produzido no Brasil (www.garibaldi.rs.gov.br). A localização geográfica do município pode ser visualizada na figura 1.

⁴ Segundo a OMT (1999), visitante é o indivíduo que se desloca a um local situado fora do seu ambiente habitual, por um período inferior a 12 meses, cujo motivo principal é outro que não o exercício de uma atividade remunerada no local visitado. Existem duas categorias de visitantes: os excursionistas e os turistas. Os três critérios fundamentais para distinguir os visitantes de outros viajantes são os seguintes: a deslocação deve efetuar-se a um local fora do seu ambiente habitual; a estada no local visitado não deve ultrapassar doze meses consecutivos; o objetivo principal da visita não deve ser o exercício de uma atividade remunerada no local visitado. Vale destacar que, embora seja a definição oficial, merece ressalvas quanto a exclusão do turista de negócios. Turista é entendido como o Visitante que permanece, pelo menos, uma noite num alojamento coletivo ou particular no lugar visitado.

Figura 1 – Mapa de localização do Município de Garibaldi – RS.



Fonte: <http://www.oocities.org/thetropics/paradise/6624/>.

A sua tradição na relação entre turismo, gastronomia e produtos agroalimentares dá-se muito em função de ser detentor do título de Terra do Champanha / Capital Nacional do Espumante, da Festa Nacional do Champanhe e dos seus roteiros turísticos baseados na gastronomia italiana e degustação de espumantes.

Um dos roteiros mais importantes da cidade é a Estrada do Sabor, no qual é oferecida ao visitante a oportunidade de estar em contato com a paisagem, de caminhar pelos vinhedos, degustar vinhos elaborados com um minucioso processo de vinificação, provar os deliciosos pães cozidos em forno a lenha, geléias, grapas e licores caseiros, produzidos em sistema de agricultura ecológica. As copas, os salames e, claro, a mesa farta com antigas receitas mantidas em segredo, que oferecem sutis e delicadas combinações de condimentos e ingredientes, e representam o patrimônio e orgulho das famílias italianas.

Com fins de dinamizar ainda mais essa oferta de turismo e gastronomia, foi desenvolvida, no município, a rota turística Via Orgânica, lançada em outubro de 2016, com uma proposta focada no turismo voltado para a gastronomia, para cultura e para a sustentabilidade. O projeto foi desenvolvido a partir de uma iniciativa conjunta entre o SEBRAE/RS e a Secretaria de Turismo de Garibaldi com o objetivo de criar um destino turístico específico de espaços que cultivem e revendam produtos orgânicos.

Uma rota turística pode ser entendida como um percurso continuado e delimitado cuja identidade é reforçada ou atribuída pela utilização turística, sendo um itinerário com base em um contexto histórico e/ou temático. Uma rota pode contemplar vários roteiros e perpassar várias regiões turísticas (MTURb, 2007).

A Via Orgânica é apresentada como uma das primeiras rotas do Brasil em propriedades orgânicas certificadas. Além de turismo rural, o roteiro inclui restaurante, vinhos e espumantes alternativos, cooperativa, comércio, hospedagem e indústria – todos dentro da temática do alimento aliado à saúde, à sustentabilidade ambiental, social e cultural.

O início da formatação do projeto deu-se no ano de 2014, quando foi criada a Comunidade do Alimento do *Convivium Slow Food* Primeira Colônia Italiana, dando início ao processo de qualificação para o serviço turístico. Essa organização é apoiadora do movimento internacional *Slow Food*⁵, fundado em 1986 por Carlo Petrini, tornando-se uma associação internacional sem fins lucrativos em 1989. Configura-se hoje, em um movimento que opera, em cada país, através de uma rede nacional atenta às características e especificidades de cada território. A sede internacional do *Slow Food* é em Bra, na Itália. O movimento tem alcance tanto localmente como mundialmente junto a organizações internacionais.

A atenção às características de cada território, aliado ao princípio básico do movimento, que é o direito ao prazer da alimentação, por meio da utilização de produtos artesanais de qualidade, produzidos de forma que respeite tanto o meio ambiente quanto as pessoas responsáveis pela produção, foi o que deu origem à ideia para a formatação de um roteiro turístico composto somente de estabelecimentos comprometidos com a produção orgânica de alimentos e bebidas.

Sobre como surgiu a ideia da Via Orgânica, a Secretária de Turismo de Garibaldi⁶ relatou:

“Percebemos um interesse crescente dos turistas que nos visitam, pelo que é autêntico, natural e orgânico e identificamos um potencial fantástico no segmento da produção agroecológica. Chamamos produtores agrícolas para uma reunião e percebemos que muitos tinham características interessantes ao turismo. Convidamos esses empreendedores para que avaliassem seu interesse nessa iniciativa. Foi imediata a adesão de dez empreendimentos e, a partir daí fizemos as parcerias, como a do Sebrae, para fazer com que isso se tornasse uma rota Via Orgânica. Todas as propriedades que se interessaram possuem produtos e propriedade certificados e neste mês lançarão o resultado de seu trabalho. Para os turistas, será uma importante oportunidade de conhecer, comprar, comer e se hospedar, contribuindo com a produção agroecológica e, conseqüentemente, com um mundo mais sustentável. Para as propriedades, será uma importante alternativa econômica”.

A cultura do alimento orgânico vem sendo difundida no município de Garibaldi e conta com incentivo da Secretaria de Turismo da cidade, talvez, muito em função de a cidade participar do movimento *Slow Food*, já que o lançamento da Via

⁵ Maiores informações sobre o movimento *Slow Food* podem ser encontradas no site <http://www.slowfood.com/>.

⁶ Ivane Fávero é a Secretária de Turismo de Garibaldi desde o início de 2013, e grande entusiasta do turismo gastronômico e do enoturismo como fonte de desenvolvimento regional.

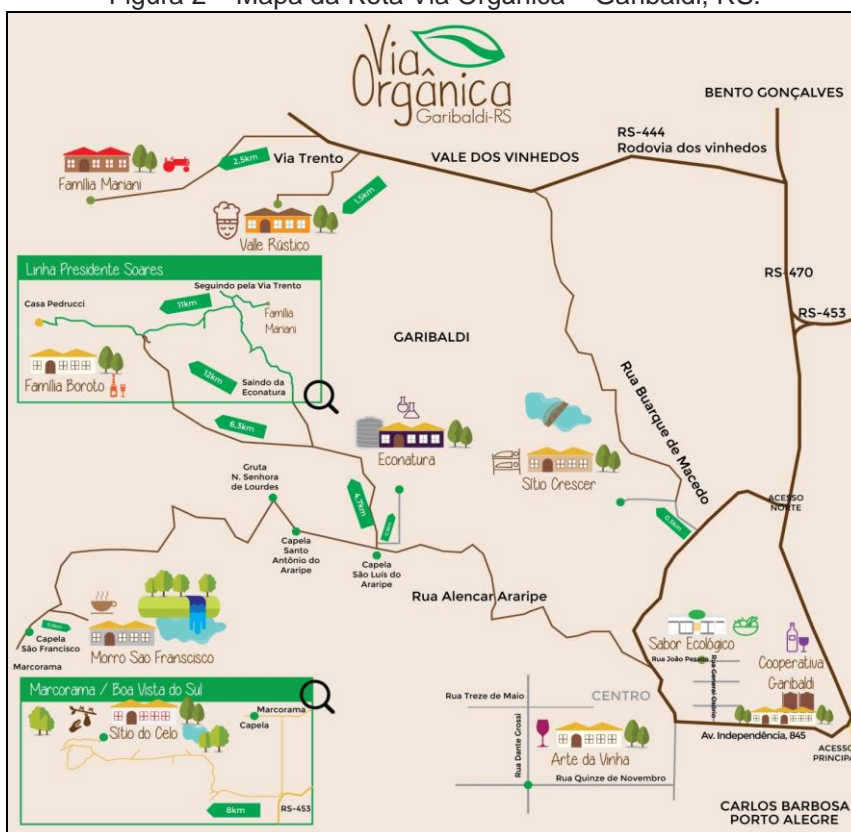
Orgânica reforça o conceito do alimento bom, justo e limpo. Na nova rota, o turista encontra paisagens, resgate de antigas formas de cultivo, aprimoradas pelas novas tecnologias, contato direto com a simplicidade e a experiência de quem produz e prepara o alimento.

A Secretária de Turismo de Garibaldi, e uma das idealizadoras do projeto, posiciona a Rota Via Orgânica como uma alternativa sustentável e inovadora:

“Este lançamento é a realização de um projeto de vida. Cada visitante que conhecer a Via Orgânica sentirá a energia da vida pulsando por aqui. Agora precisamos apoiar esta jovem rota, visitando as propriedades, valorizando seus produtos, adquirindo seus serviços, divulgando a Via Orgânica. Precisamos de um mundo mais sustentável, esta é uma excelente iniciativa”

Ao todo, dez empreendimentos integram a Rota, com o propósito de valorizar o cultivo orgânico e de abrir seus espaços para receber turistas: Arte da Vinha, Cooperativa Vinícola Garibaldi, Econatura, Família Boroto, Família Marini, Morro São Francisco, Sabor Ecológico, Sítio Crescer, Sítio do Celo e Valle Rústico. A Rota pode ser visualizada na figura 2

Figura 2 – Mapa da Rota Via Orgânica – Garibaldi, RS.



Fonte: <https://www.facebook.com/rotaviaorganica/?fref=ts>.

Os 10 empreendimentos integrantes da rota possuem propriedade e produtos certificados como orgânicos. A certificação é resultado de um processo que assegura ao consumidor a qualidade do produto ofertado, em consonância com as regras de produção orgânica. O atestado de conformidade é emitido por um

organismo ou entidade credenciada para tal, que após criteriosa análise e avaliação de todas as etapas de produção emite um certificado de conformidade orgânica. Em ordem alfabética, para fins de apresentação, segue uma breve descrição dos empreendimentos:

- A Arte da Vinha produz vinhos naturais com métodos de vinificação ancestral. A visita em uma cave de porão inclui degustação e explanação sobre a produção natural, biodinâmica e o método ancestral, feito em uma ânfora. O proprietário, Eduardo Zenker ainda compartilha seus conhecimentos em oficinas que detalham os processos.
- A Cooperativa Vinícola Garibaldi integra a lista dos cem melhores vinhos do mundo leva os visitantes para o complexo turístico e suas práticas sustentáveis, além do processo enológico e a história de Garibaldi por trás da cooperativa.
- A Econatura é um estabelecimento construído com materiais de reuso, conhecida também como a “ecofábrica” da de produtos que tem a uva como matéria prima principal. Lá se faz o aproveitamento quase integral da uva, com exceção do cabo. São produzidos sucos, farinhas da casca e da semente da fruta, óleo e vinagres orgânicos. Basicamente formatada para receber visitas técnicas, a Econatura atrai escolas e universidades interessadas em conhecer esse formato de produção, além de turistas interessados em conhecer e consumir seus produtos.
- Família Boroto, que se dedica à elaboração de espumante orgânico e a produção de chocolates artesanais. O visitante pode realizar passeio de carroça pelas videiras e conhecer o processo de produção do espumante e também é oferecido passeio a grutas e a capitéis repletos de histórias, próximos da propriedade.
- Família Marini, onde se compartilha conhecimentos de agroecologia, a família mostra as videiras centenárias, a produção orgânica e a agroindústria. Em um antigo casarão, com ambientes transformados em museu, contam-se histórias da família. O visitante pode realizar passeio de trator, com vista panorâmica, e colher frutas e temperos da época.
- Morro São Francisco, é um local onde o visitante pode experimentar um café colonial ao ar livre: pão de forno, geleias, sucos, sobremesas e outras delícias - tudo preparado pelas mãos da família proprietária da localidade. Para quem gosta de se aventurar, pode encarar um sistema de trilhas com direito às belas vistas, ou para os gostos mais tranquilos, oportuniza-se um agradável passeio nas videiras com fontes d’água.

- Sabor Ecológico é uma loja especializada em produtos naturais e orgânicos. Hortaliças, legumes, frutas, sucos, geleias, molhos, chás, açúcar, café, farinhas, grãos. Muitos dos alimentos são cultivados pelos proprietários. Também fornece linhas de produtos naturais, sem glúten, sem lactose, dietéticos e fitoterápicos.
- Sítio Crescer, é onde o turista tem possibilidade de além de visitar, hospedar-se, pois possui um Hostel, em uma construção sustentável. Produz hortaliças e frutas orgânicas, que podem ser adquiridas. Oferece local para eventos, Sítiotur⁷ entre cascatas com educação ambiental e espaços para espiritualidade, rodeados por jardins. Recebe retiros e serve refeições caseiras mediante agendamento.
- Sítio do Celo: apresenta uma paisagem silvestre, e o local possui diversas plantas nativas e frutas exóticas. Há presença de animais de raça pouco conhecida, como as ovelhas Santa Inês. Destaca-se a degustação do caldo de cana (garapa) feito na hora. Para quem aprecia momentos de tranquilidade, há uma inspiradora trilha com um caminho meditativo até um riacho.
- Valle Rústico é um local com conceitos de enogastronomia e ecogastronomia trabalhados pelo chef Rodrigo Bellora. A refeição é preparada para se apreciar em etapas. O visitante tem a oportunidade de conhecer a horta orgânica, de onde provém a maioria dos ingredientes utilizados. Atua com projeto Horta (entrega de cestas com produtos orgânicos em casa), *foodtruck* e oficinas gastronômicas.

Um aspecto muito importante a ser analisado no contexto de uma rota, roteiro ou produto turístico são as questões referentes a estratégias de promoção, apoio a comercialização e comercialização propriamente dita. A promoção turística diz respeito ao item do composto de marketing que abrange todas as ferramentas mercadológicas utilizadas para estabelecer comunicação com o mercado, incluindo as técnicas a serem aplicadas para promover o produto turístico e a forma como a promoção será transmitida ao consumidor: imagem, linguagem de comunicação etc. O apoio a comercialização diz respeito às ações desenvolvidas por poder público, instituições e organizações públicas ou privadas que visam facilitar o processo de comercialização do produto no mercado turístico. Já a comercialização turística é executada pelo empreendimento, pelo negócio em si. “Resumidamente, o processo de comercialização turística acontece quando um operador distribui produtos turísticos às agências de turismo, que os vendem ao consumidor final” (MTURb, 2007: 41).

⁷ Sítiotur é um conceito proposto pela Rota Via Orgânica, em alusão ao citytur – que configura a visita aos atrativos e produtos turísticos de uma localidade. Seria um paralelo ao citytur, mas no meio rural.

No caso em análise, as estratégias de promoção e apoio a comercialização da rota iniciaram-se mesmo antes do lançamento. Agências e operadoras de turismo receberam informações sobre o produto turístico e foram convidados para participar do lançamento.

Segundo o Ministério do Turismo,

A promoção turística é fundamental para que o roteiro torne-se conhecido e desejado, levando ao aumento da visitação, do tempo de permanência e do gasto médio do turista nos destinos brasileiros. Neste contexto, a montagem de uma estrutura sólida de comercialização é vital para que seja possível, a todos os interessados, o acesso ao produto promovido (MTURb, 2007:42).

Nas palavras da secretária de turismo, “a promoção e o apoio a comercialização estão acontecendo, e vão acontecendo aos poucos conforme o mercado vai conhecendo a proposta”.

As principais ações voltadas para o mercado, tanto turístico como final, já realizadas são:

- *Press Trip*: trata-se da estratégia de trazer jornalistas e/ou fotógrafos (imprensa) para visitar a rota. O objetivo traduz-se na expectativa de que os participantes divulguem as histórias, experiências e imagens sobre a estada.
- *Press Blog*: estratégia voltada especificamente a Blogs especializados em viagens e turismo. “Bloggers” são convidados a vivenciar a rota, e a partir daí divulgam suas experiências em seus blogs de viagem.
- *Famtour*: estratégia voltada para operadores e agentes de viagem, que são convidados a conhecer a Rota Via Orgânica para, a partir disso, conheçam e inseriram esse produto em seus tarifários e opções de viagem para seus clientes. Essa forma de promoção tem como objetivo familiarizar e encantar o distribuidor do produto turístico.

Além disso, destaca-se o esforço de fazer o produto conhecido, por meio de veiculações de reportagens em revistas, jornais, programas de televisão, e internet. Os exemplos já realizados são:

- Página promocional no Facebook⁸.
- Reportagem na revista Adega⁹.

⁸ <https://www.facebook.com/rotaviaorganica/?fref=ts>

⁹ http://revistaadega.uol.com.br/artigo/brasil-lanca-nova-rota-vinhos-organicos_1_0781.html#WBhBKvj8X4.

- Reportagem especial no Jornal Zero Hora, com a experiência relatada pela repórter Camila Kosachenco¹⁰.
- Editoria de opinião no Click RBS – MartaSfredo¹¹.
- Reportagem no Jornal Estadão¹².
- Reportagem de Opinião no site RedeSul¹³.
- Veiculação de reportagens
- SBT RS no programa Negócios da Terra em 26/11/2016¹⁴.
- Rede Globo no Programa Bom dia Rio Grande em 25/11/2015¹⁵.
- RBS TV no programa Jornal do Almoço em 26/11/2016¹⁶.
- TV Globo – Globo Repórter em 18/11/2016¹⁷.

Em relação ao trade¹⁸ turístico, a Via Orgânica foi apresentada durante o Festival de Turismo de Gramado¹⁹, em novembro de 2016. O Festuris é um evento de promoção e apoio a comercialização do turismo bastante consolidados do país.

¹⁰<http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/viagem/noticia/2016/11/conheca-a-via-organica-nova-rota-turistica-de-garibaldi/8190568.html>.

¹¹<http://zh.clicrbs.com.br/rs/opiniao/colunistas/marta-sfredo/noticia/2016/10/rs-ganha-novo-roteiro-turisti-co-focado-em-produtos-organicos>.

¹²<http://paladar.estadao.com.br/blogs/blog-da-belle/vinhos-organicos-e-azeites-balsamicos-farinhas-e-outros-no-sul-do-brasil/>.

¹³<http://www.redesul.am.br/garibaldi-am/noticias/economia/17-10-2016/turistica-via-organica-em-garibaldi>.

¹⁴<https://www.facebook.com/NegociosdaTerra/> ou <http://negociosdaterra.com.br/>.

¹⁵<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/bom-dia-rio-grande/videos/t/edicoes/v/partiurs-garibaldi-se-destaca-pela-producao-organica/5473137/>.

¹⁶<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/jornal-do-almoco/videos/v/partiurs-conheca-a-via-organica-o-novo-roteiro-de-garibaldi/5475892/>.

¹⁷<http://g1.globo.com/globo-reporter/videos/t/edicoes/v/jovem-faz-sucesso-produzindo-vinho-na-garagem-de-casa/5459824/>.

¹⁸Trade turístico são todas as entidades, instituições e integrantes públicos e privados do turismo.

¹⁹O Festival de Turismo de Gramado é um evento de promoção, apoio e comercialização do turismo. Em novembro de 2016 ocorreu a 28ª edição do evento, que contou com 8.031 compradores. A expectativa é de que os negócios futuros gerados pelo evento cheguem a marca de R\$ 253,3 milhões. www.festurisgramado.com.br.

Figura 3 – Imagens da ação de lançamento da Rota Via Orgânica no Festuris.



Fonte: <https://www.facebook.com/rotaviaorganica/?fref=ts>.

A rota possui sinalização turística, indicando os caminhos e os empreendimentos. Esse é outro ponto a destacar: a importância da sinalização em uma rota turística. A falta dela pode provocar grandes transtornos aos turistas, prejudicando a experiência no local, e em casos extremos, influenciar na decisão de não mais retornar àquelas localidades. Na pesquisa realizada pelo Ministério do Turismo, a fim de medir o Índice de Competitividade dos Destinos Indutores do Turismo, um dos itens avaliados é a existência e a qualidade da sinalização turística.

Segundo o Guia Brasileiro de Sinalização Turística (MTUR, 2015)²⁰, com a sinalização são apresentadas as informações que garantem o posicionamento e o reconhecimento espacial, além de serem supridas as necessidades básicas de orientação para deslocamentos em territórios desconhecidos. Cumpre ainda significativo papel quando oferece dados suplementares a respeito do universo e da

²⁰O Guia Brasileiro de Sinalização Turística é um manual de sinalização que apresenta meios para se garantir a eficiência e a segurança do sistema viário para os usuários das vias urbanas e rurais, direcionando-os e auxiliando-os a atingir os destinos pretendidos.

natureza dos atrativos dispostos ao longo da malha viária urbana, ou nos percursos rodoviários existentes entre eles.

Essa sinalização é a comunicação efetuada por meio de um conjunto de placas de sinalização implantadas sucessivamente ao longo de um trajeto estabelecido, tem por objetivo melhorar a mobilidade e o deslocamento de pessoas e garantir a eficiência e a segurança do sistema viário para os usuários das vias urbanas e rurais, auxiliando-os a atingir os destinos pretendidos.

A sinalização de orientação turística, com mensagens que contribuem para a difusão do conhecimento dos atrativos e para o desenvolvimento da atividade turística, reveste-se de grande importância, pois tem função educativa e indicativa, além de dinamizar o setor turístico e integrar o turista com a paisagem visitada.

No caso específico da Rota Via Orgânica, os estabelecimentos contam com a sinalização indicativa da marca da respectiva rota, conforme apresentado na Figura 4.

Figura 4 – Sinalização para indicação dos estabelecimentos integrantes.



Fonte: <https://www.facebook.com/rotaviaorganica/?fref=ts>.

A identidade visual é outro ponto a destacar. A criação de uma marca que identifica a Rota Via Orgânica pode ser entendida como uma ação de promoção e apoio a comercialização que visa facilitar o impulso da imagem do produto junto ao mercado consumidor. “A marca é um ativo da empresa que tem ganho cada vez mais importância e, assim, tem captado de forma crescente a atenção dos profissionais de marketing. Hoje, a marca é um sinônimo de competitividade e de permanência no mercado”. Uma das funções da marca é criar valor para o consumidor e para a organização, sendo a marca considerada uma garantia de origem e de qualidade que identifica e favorece o conhecimento do produto, além de favorecer a fidelização (LENDREVIE et al. 1996: 467). Ainda para os autores, acrescenta valor ao produto valorizando-o fortemente.

No caso da Rota, embora não seja uma “empresa”, essa correlação com a importância da marca pode ser estabelecida no sentido da importância da marca sustentar a identidade visual do produto turístico. Apresentar um produto turístico ao mercado com uma marca é uma estratégia que busca identificar, dar valor, dar vida e identidade àquilo que está sendo ofertado. A identidade da marca é um conjunto único de associações que reflete o que a marca deverá representar, incluindo uma potencial promessa aos visitantes, e é esta identidade que os responsáveis pelo marketing estratégico de destinos turísticos almejam conquistar ou manter.

Para que um destino, ou nesse caso, uma rota turística, possa ser apresentado com sucesso ao seu público consumidor, terá primeiro que definir o que está implícito na sua individualidade – ou seja, a sua identidade. Enquanto a imagem de uma marca tende a ser tática, a sua identidade deverá ser estratégica e reflexo de uma estratégia organizacional capaz de conduzir a vantagens sustentáveis, além de ser capaz de refletir as qualidades duradouras da marca (AAKER, 2007). A marca da Rota Via Orgânica pode ser visualizada na Figura 5.

Figura 5 – Marca da Rota Orgânica.



Fonte: <https://www.facebook.com/rotaviaorganica/?fref=ts>.

Ainda, nas figuras 6 e 7 é possível verificar a utilização da marca e da identidade visual nos produtos comercializados e/ou consumidos nos empreendimentos integrantes e no material informativo e promocional, respectivamente.

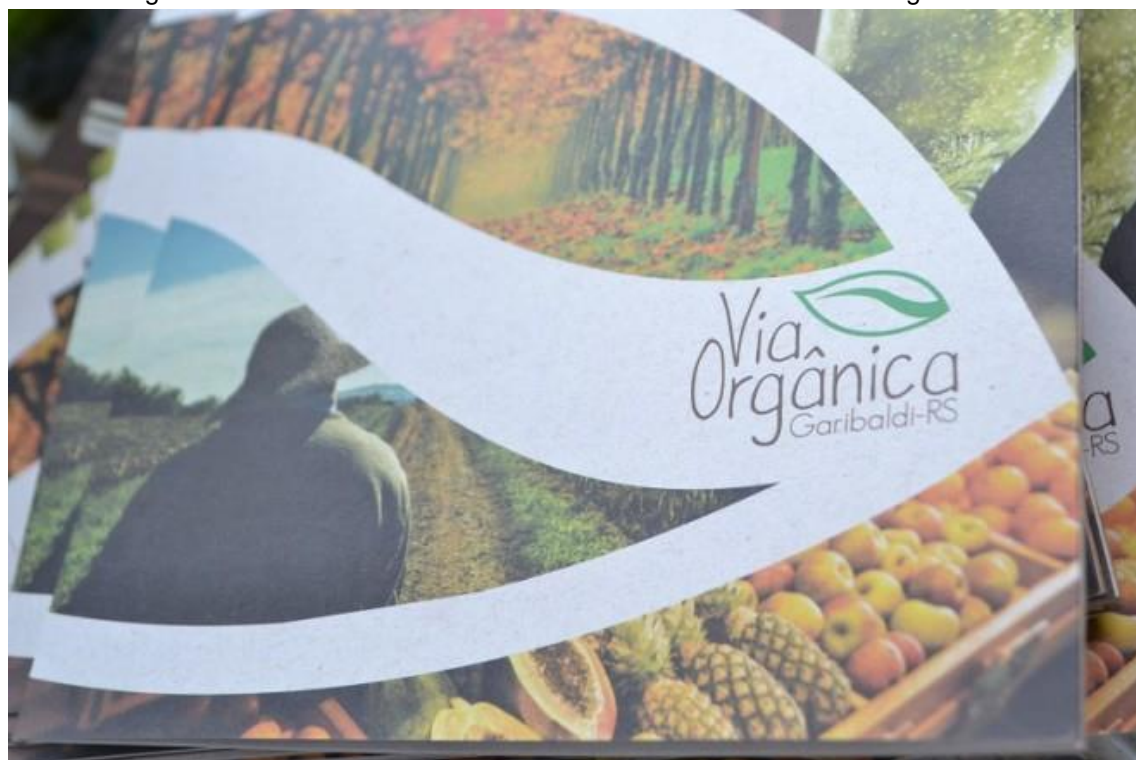
Figura 6 – Produtos com rótulos identificados pelo Roteiro.



Créditos: Alexandra Ungaratto

Fonte: <https://www.facebook.com/rotaviaorganica/?fref=ts>.

Figura 7 – Material Informativo e Promocional com a Marca Via Orgânica.



Fonte: <https://www.facebook.com/rotaviaorganica/?fref=ts>.

Em tempos de complexidade tecnológica, de impactos ambientais, esgotamento dos recursos naturais e incontáveis consequências decorrentes do consumo de agrotóxicos na alimentação, Garibaldi apresenta uma rota turística que desafia essa realidade e provoca uma reflexão ao buscar um modo de vida mais próximos da natureza: simples, saudável e, principalmente, mais humano. O Município reúne produtores e empreendedores de orgânicos que seguem uma relação não predatória com a natureza e também uma maior proximidade entre quem produz e quem consome, e por meio do turismo, da gastronomia, da cultura e da sustentabilidade, promove uma alternativa importante para o desenvolvimento regional.

Iniciativas como esta, adquirem valor por, implicitamente gerarem espaços que convergem tanto iniciativas de desenvolvimento da região como concorrem para a efetiva construção de uma cultura da sustentabilidade, de valorização da cultura local. Ao mesmo tempo, insere-se num contexto internacional de difusão de um movimento que cresce no mundo inteiro, o *Slow Food*.

3. CONCLUSÕES

Pode-se concluir que a gastronomia é muito relevante para o turismo e possibilita inúmeras oportunidades para todos aqueles que souberem explorar esse segmento turístico, direta ou indiretamente. A experiência da Rota Via Orgânica mostra que a gastronomia como produto turístico é um importante motivador, e mesmo quando não é o motivo e/ou elemento principal, sempre estará inserida no contexto e terá o seu papel de destaque na experiência turística.

A gastronomia, frequentemente compreendida como coadjuvante, como um serviço de apoio ao turismo pode assumir um papel de protagonismo ao ser assumido como nucleadora de um produto turístico. No caso abordado no presente trabalho, esse produto turístico assume um caráter inovador, não unicamente por associar uma forma de produção de grande apelo a um conceito de alimentação saudável, mas essencialmente em razão de sua identificação com um modo de vida. Os diversos movimentos voltados à produção agroecológica pautam-se pela ética de respeito ao consumidor ao ofertar um produto de qualidade superior e também a um modo de produção que respeita a vida e preserva o ambiente. Tais valores representam mais do que um mero apelo mercadológico, residindo aí seu caráter inovador.

Sendo como coadjuvante, se tratado como um serviço de apoio ao turismo, ou em casos especiais a serem estudados e considerados nos saberes sobre estratégia de desenvolvimento do turismo, nos quais pode vir a ser o grande e principal produto turístico, a gastronomia, de qualquer forma, está presente. Do exposto é fundamental divulgar a cultura local a partir de suas cozinhas para

contribuir para desenvolvimento regional através do Turismo e do Turismo Gastronômico, pois a gastronomia representa uma fonte inesgotável de recursos turísticos.

Todos os empreendimentos apresentam uma preocupação com a simplicidade, com a hospitalidade, com o atendimento personalizado e detalhado, e com a cultura orgânica de produção. Essas são características que fazem esse produto turístico ser inovador e importante no cenário turístico do Rio Grande do Sul. Novos conceitos, novas produções, novas formas de fazer turismo e desenvolvimento regional são propostas nessa Rota Turística.

Referências

- AAKER, D. **Construindo Marcas Fortes**. São Paulo: Bookman, 2007.
- BENI, M. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: SENAC, 1998.
- BAUDRIHAYE, J. **El Turismo Cultural: Luces y Sombras**. Madrid: Instituto de Turismo de España - Turespaña, Estúdios turísticos, 1997.
- BOSI, A. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BRILLAT-SAVARIN, J. **Fisiologia do gosto**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- BURNS, P. **Antropologia do Turismo: uma introdução**. Tradução Dayse Batista. São Paulo: Chronos, 2002.
- CASIMIRO FILHO, F. **Contribuição do turismo à economia brasileira**, USP. Piracicaba 2002 (Tese de Doutorado).
- DALLABRIDA, V. **O desenvolvimento regional: a necessidade de novos paradigmas**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000.
- FURTADO, F. **A Gastronomia como Produto Turístico**. Revista Turismo, 2004. Disponível em <<http://revistaturismo.cidadeinternet.com.br/artigos/gastronomia.html>> 23 de novembro 2016.
- LAGE, B. **Segmentação do Mercado Turístico** Revista Turismo em Análise. v. 3, n. 2, 1992.
- LENDREVIE, J. et al. **“Novo Mercator, Teoria e Prática do Marketing”**, Publicações Dom Quixote, 1996.
- LONG, L. **Culinary Tourism**. Kentucky: The University Press of Kentucky, 2004.
- MINISTÉRIO DO TURISMO DO BRASIL – MTURa. **Marcos Conceituais da Segmentação do Turismo**. Brasília: MTUR, 2007. Disponível em www.turismo.gov.br, Acesso em 15 de julho de 2016.

MINISTÉRIO DO TURISMO DO BRASIL - MTURb. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 8 Promoção e Apoio à Comercialização**. Brasília: MTUR, 2007.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo já representa 3,7% do PIB**. Out. 2012. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/20121010-2.html>. Acesso em 20 de novembro de 2016.

MINISTÉRIO DO TURISMO DO BRASIL – MTUR. **Guia Brasileiro de Sinalização Turística. Brasília**. MTUR: Brasília, 2015 Disponível em www.turismo.gov.br/publicacoes/item/41-guia-brasileiro-de-sinalizacao-turistica.htm. Acesso em 23 de novembro de 2016.

MOESCH, M. **A Produção do Saber Turístico**. São Paulo: Contexto, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO – OMT. **Recommendations on Tourism Statistics** Decisão 1999/34/CE da Comissão, de 09-12-98 (in Jornal Oficial das Comunidades Europeias nº L 9, de 15-01-1999). Disponível em <unstats.un.org/unsd/publication/SeriesM/seriesm_83rev1e.pdf>. Acesso em 15 de novembro de 2016.

PECCINI, R. **A Gastronomia e o Turismo**. Revista Rosa dos Ventos, 5(2), p. 206-217, abr-jun, 2013.

REVEL, F. **Um banquete de palavras**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

SACHS, I. **Espaços, tempos e estratégias de desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986.

SCHLUTER, R. **Gastronomia e Turismo**. São Paulo: Aleph, 2003.

VASCONCELOS, M; GARCIA, M. **Fundamentos de Economia**. São Paulo: Saraiva 1998.

WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL - WTTC. **Travel & Tourism Economic Impact 2012 Brazil**. Disponível em: <http://wtcc.org/site_media/uploads/downloads/brazil2012.pdf>. Acesso em 22 de outubro de 2013.

SITES CONSULTADOS

CLICK RBS – VIDA E ESTILO - http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/viagem/noticia/2016/11/conheca-a-via-organica-nova-rota-turistica-de-garibaldi_8190568.html

CLICK RBS – OPINIÃO MARTA SFREDO - <http://zh.clicrbs.com.br/rs/opiniao/colunistas/marta-sfredo/noticia/2016/10/rs-ganha-novo-roteiro-turistico-focado-em-produtos-organicos>

FACEBOOK – PÁGINA ROTA VIA ORGÂNICA - <https://www.facebook.com/rotaviaorganica/?fref=ts>

FESTIVAL DE TURISMO DE GRAMADO - www.festurisgramado.com.br

GARIBALDI – www.garibaldi.rs.gov.br

GLOBO – G1 – BOM DIA RIO GRANDE - <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/bom-dia-rio-grande/videos/t/edicoes/v/partiurs-garibaldi-se-destaca-pela-producao-organica/5473137/>

GLOBO G1 – JORNAL DO ALMOÇO <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/jornal-do-almoco/videos/v/partiurs-conheca-a-via-organica-o-novo-roteiro-de-garibaldi/5475892/>

Globo – G1 – PROGRAMA GLOBO REPÓRTEES - <http://g1.globo.com/globo-reporter/videos/t/edicoes/v/jovem-faz-sucesso-produzindo-vinho-na-garagem-de-casa/5459824/>

JORNAL ESTADÃO – COLUNA PALADAR <http://paladar.estadao.com.br/blogs/blog-da-belle/vinhos-organicos-e-azeites-balsamicos-farinhas-e-outros-no-sul-do-brasil/>

OOCITIES – www.oocities.org

PROGRAMA NEGÓCIOS DA TERRA - <https://www.facebook.com/NegociosdaTerra/>
ou <http://negociosdaterra.com.br/>

REDE SUL - <http://www.redesul.am.br/garibaldi-am/noticias/economia/17-10-2016/rota-turistica-via-organica-em-garibaldi>

REVISTA ADEGA - http://revistaadega.uol.com.br/artigo/brasil-lanca-nova-rota-vinhos-organicos_10781.html#WBhBKvj8X4

SLOW FOOD - <http://www.slowfood.com/>

14. NOVAS TECNOLOGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA UVA MERLOT: CASO DA VINIFICAÇÃO NA REGIÃO DE URUPEMA

AMARAL, M. Fabiana ¹
CARO, S.B.Miguel ²

1. INTRODUÇÃO

O consumo e a produção de vinhos finos elaborados a partir de uvas *Vitis viníferas* tem aumentado significativamente no Brasil. Da mesma forma a busca por melhoria na qualidade destes vinhos é cada vez maior. Os produtores de vinhos investem em tecnologia de maquinários, de processos de fermentação e de envelhecimento da bebida.

Santa Catarina, estado que tradicionalmente produz vinhos de consumo popular elaborados com uvas americanas, nos últimos anos tem investido em novas tecnologias e na importação de mudas de uvas *Vitis viníferas*, visando a melhoria na qualidade dos seus vinhos. Contudo, pelo fato da cultura de uvas *Vitis viníferas* ser relativamente nova no estado, não se sabe ao certo qual uva se adapta melhor ao território eleito para o seu cultivo. Atualmente os viticultores estão engajados na escolha das cultivares (tipos de uvas) que melhor se adapte a cada região. As uvas produzidas na região escolhida devem apresentar um alto potencial de qualidade para a elaboração de vinhos finos, traduzindo a expressão da uva cultivada nesta região.

O plantio de uvas *Vitis viníferas* é relativamente recente no estado, onde as primeiras plantações datam de 1999 (AGROPECUÁRIA, 2003), não se sabe ao certo quais as características desenvolvidas por estas uvas durante o estágio de crescimento, o que dificulta a avaliação da sua aptidão para a elaboração de vinhos de alta qualidade.

A utilização de novas tecnologias para a análise da matéria prima, no controle de processos e do produto final pode impulsionar um aumento de qualidade dos vinhos catarinenses e impulsionar o turismo na região. Trabalhos realizado recentemente apontam a região como potencial região para o desenvolvimento do setor do enoturismo. (LOSSO, 2014). Desde que os produtos elaborados e as uvas apresentem alta qualidade boa adaptação. O aumento do fluxo de turistas, impulsionados pelo mercado de vinhos finos, contribuirá para a implantação de comércios para atender a demanda dos turistas, o que, com certeza, aumentara as

possibilidades de renda em uma das regiões do Brasil com menor índice de desenvolvimento humano.

Desta forma a espectroscopia de ressonância magnética nuclear (RMN) tem chamado a atenção dos químicos de alimentos devido ao fato de que procedimentos analíticos mais rápidos, mais potentes e mais limpos estão sendo requeridos para o controle de qualidade nas indústrias e em agências de regulamentação.

A ressonância magnética nuclear de ^1H e ^{13}C também vem se destacando entre as técnicas mais rápidas para a avaliação da maturação de frutas, aonde vem sendo aplicada com sucesso em análise qualitativa e semi-quantitativa permitindo a obtenção de informações químicas de uma grande variedade de compostos de forma rápida e sem destruição da amostra (BELLON, 1992; CHEN 1996; GIL, 2000). A espectroscopia de RMN tem sido utilizada no estudo de vinhos, para a determinação qualitativa da composição de aminoácidos e a associação destes com a localização geográfica (BRESACCIA, 2001, KOSIR, 2001, BRESACCIA, 2013).

Neste trabalho foram estudadas as características físicas, físico-químicas e composição química da uva Merlot, cultivada na região de Urupema em Santa Catarina. As análises de índice de refração, pH e de ressonância magnética nuclear de ^1H (RMN ^1H) foram realizadas em diferentes estágios de crescimento da uva.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

As amostras de uva Merlot, cultivadas no sistema de espaladeira, foram coletadas durante os meses de dezembro, janeiro, fevereiro, março e abril de 2008. O vinhedo selecionado (Santo Emílio), foi formado em 2004, fica localizado na cidade de Urupema a uma altitude de 1119 metros (Latitude de $28^{\circ}05'10.00''$ S e longitude de $50^{\circ}01'43.37''$ O).

As datas de coletas correspondem a 15, 46, 100 e 164 dias após a floração. Em cada amostragem foram coletados 20 cachos em regiões do vinhedo previamente marcadas. As amostras foram levadas ao laboratório em sacos plásticos e congeladas para posterior análise de pH, índice de refração e RMN ^1H . Foram analisadas as características físicas das uvas como: peso médio do cacho, peso médio das bagas, peso médio da raqui e número médio de bagas por cacho.

2.1 Características Físicas do Cacho e das Bagas

O peso do cacho, o número de bagas /cacho, o peso da ráquis e a proporção peso da ráquis/peso do cacho foram obtidos através das medidas feitas em 15 cachos de uva colhidos ao acaso. O peso das bagas foi determinado através da pesagem de três grupos de 100 bagas. A medida do comprimento foram efetuadas com um paquímetro e o resultado final corresponde à média da medida realizada em 5 cachos.

2.2 Índice de Refração e pH

Os valores médios de sólidos solúveis ($^{\circ}$ Brix) e pH do suco extraído das bagas de 5 cachos de uvas coletados ao acaso, foram obtidos em um refratômetro manual (Alla France®) e pH-metro, respectivamente.

2.3 Espectroscopia de RMN ^1H

A composição química caracterizada por RMN de ^1H foi realizada com o suco extraído das bagas de 5 cachos de uvas coletados ao acaso. Utilizou-se suco, o qual foi transferido para um tubo de RMN. Neste tubo foi adicionada D_2O .

Os espectros foram obtidos em um espectrômetro de RMN Varian Mercury Plus 400 equipado com um Magneto Oxford e com gradiente de pulso, operando com uma frequência de 400MHz para ^1H e de 100MHz para ^{13}C , utilizando um probe de 5mm inverso e multinuclear.

Para a identificação e confirmação dos sinais nas amostras foram adicionados padrões dos compostos em análise, realizados experimentos de DEPT e experimentos de 2D homonuclear (COSY) e heteronuclear (HETCOR, HMBC). A Quantificação das substâncias identificadas nas amostras de uva foi realizada através dos espectros de RMN de ^1H por comparação da área do sinal da substância de interesse, com a área do padrão interno utilizado (TMSP) como descreve a Equação 8.

Foram utilizados os seguintes sinais para a quantificação: os sinais 3,34 ppm (multipeto) para a DL-prolina, 1,49 ppm (dubleto) para a DL-alanina, 2,64 e 2,83 ppm (duplos dubletos) para o ácido málico, 3,24 ppm (duplo dubleto) para a β -glicose, 4,11 ppm (dubleto) para a frutose, 5,23 (dubleto) para a α -glicose.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Características Físicas do Cacho e das Bagas

A uva Merlot é uma uva das responsáveis pelas características dos vinhos tintos de Saint Émillion, região de Bordeaux, França. A cv. Merlot, juntamente com outras do grupo das européias, marcou o início da produção de vinhos finos varietais brasileiros. Atualmente, ocupa o segundo lugar em volume de produção entre as cultivares de *Vitis vinifera* L. tintas (RIZZON, 2003).

A evolução do peso médio dos cachos, do número de bagas por cacho e do peso da ráquis nos quatro diferentes estágios de desenvolvimento estão apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 - Características físicas da uva Merlot cultivada no município de Urupema.

Estágios de desenvolvimento (dias após a floração)	Peso médio do cacho (SD)	Número de bagas por cacho (SD)	Peso médio da ráquis (SD)	Peso médio do bago de uva (SD)
15 dias	47,906	168	5,740	0,251
46 dias	129,661	142	7,320	0,851
100 dias	151,578	99	5,774	1,476
164 dias	141,906	101	5,073	1,352

Fonte: autores.

Um aumento no peso médio da baga foi observado entre 15 e 100 dias. Observou-se uma pequena redução do peso da baga antes na época da colheita (164 dias após a floração) e pode ter sido consequência da evaporação da água através da película. Este mesmo efeito já foi observado por outros pesquisadores nesta mesma uva cultivada no Rio Grande do Sul (RIZZON, 2002).

O peso médio final da baga da uva Merlot foi de 1,352g, bagas com peso inferior a 2,0g são consideradas bagas pequenas para *Vitis viníferas* (RIZZON, 2002). Em princípio, bagas pequenas favorecem a liberação de maior quantidade de minerais para o mosto, especialmente potássio, cálcio e magnésio, que interferem na formação de sais dos ácidos orgânicos e, conseqüentemente no pH e na acidez titulável do vinho (RIZZON, 2003).

O peso da baga, embora seja uma característica varietal, pode variar de 25% a 30% em função da safra. Geralmente a baga atinge seu peso máximo quando a concentração de açúcar é mais elevada.

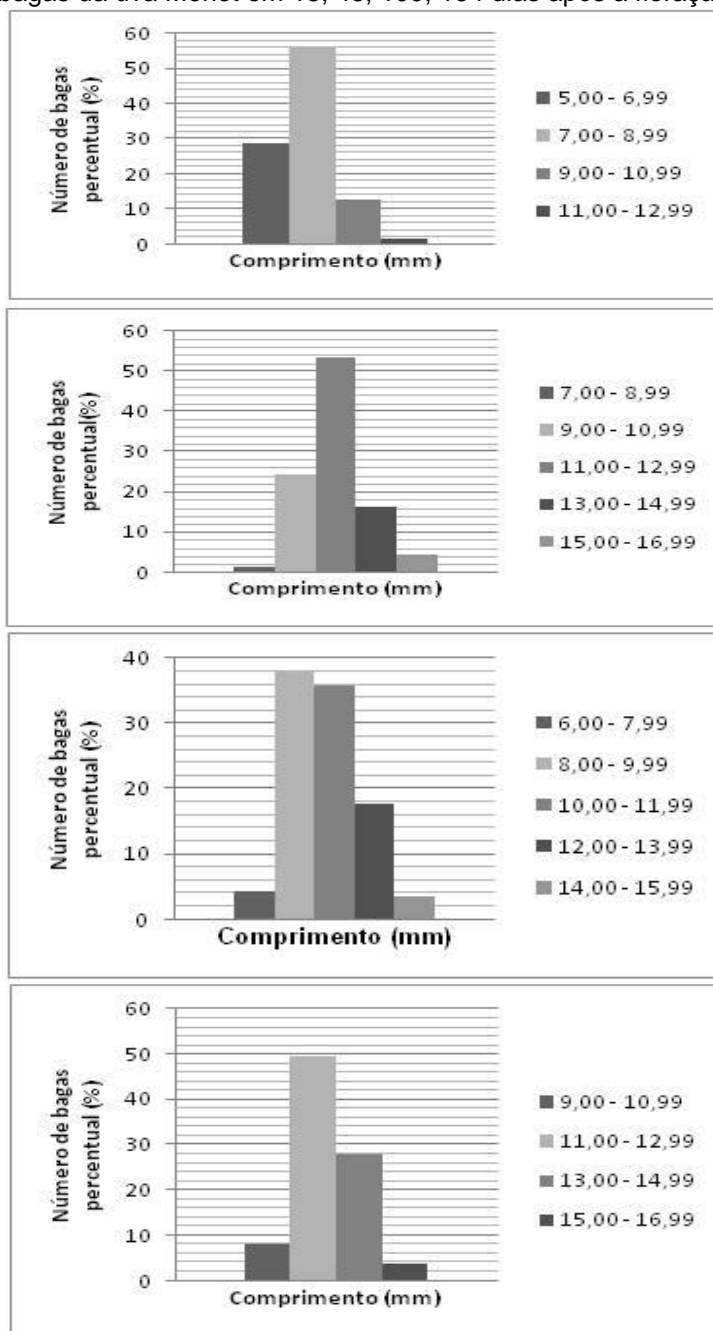
O peso médio do cacho esta de acordo com a média registrada em estudos desta mesma uva realizados no estado do Rio Grande do Sul, no entanto o peso medi da baga esta menor do que o observado nos estudos anteriores.

A Figura 1 apresenta os gráficos de distribuição do tamanho da baga (comprimento em mm) em função do número percentual de bagas, em medidas realizadas em 4 cachos.

Durante os estágios de crescimento 15, 46 e 100 dias após a floração as bagas apresentaram um crescimento homogêneo, no entanto este crescimento teve uma pequena alteração na data de colheita da uva, 164 dias após a floração. O gráfico da relação número percentual de bagas em função do comprimento apresenta uma distribuição monomodal com 49% das bagas com tamanho entre 11.00 – 12.99 mm de comprimento.

A Figura 2 mostra os cachos da uva Merlot cultivada nas datas correspondentes a 46 e 164 dias após a floração.

Figura 1 - Gráfico de distribuição do comprimento da baga (mm) em função do número percentual de bagas da uva Merlot em 15, 46, 100, 164 dias após a floração.



Fonte: Autores.

Figura 2 - Cachos de uvas Merlot do vinhedo Santo Emílo em 46 e 164 dias após a floração.

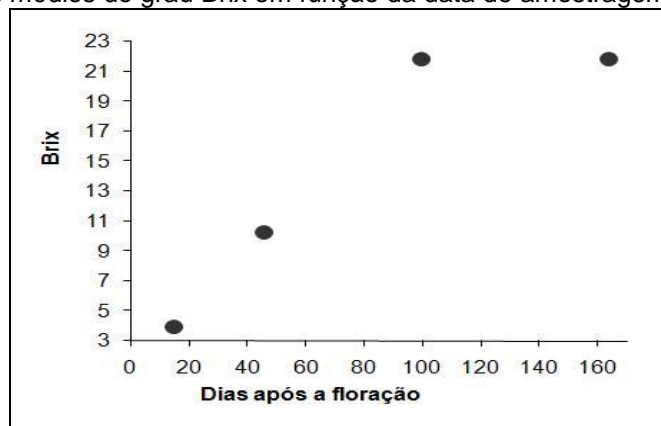


Fonte: Autores.

3.2 Determinação de Grau Brix

As quantidades de açúcares presentes em amostras de frutas são medidas normalmente, através do índice de refração que é proporcional à concentração, em percentagem de sólidos dissolvidos em soluções aquosas (grau Brix). No caso das uvas, 90% dos sólidos totais são os açúcares glicose e frutose que representam, na época da colheita, 99% dos carboidratos presentes no mosto. Os açúcares representam 12 – 27% do peso das uvas maduras (DAUDT, 2001). A Figura 3 apresenta o gráfico os valores médios do °Brix em função da data de coleta das amostras.

Figura 3 - Valores médios do grau Brix em função da data de amostragem para a uva Merlot.



Fonte: Autores.

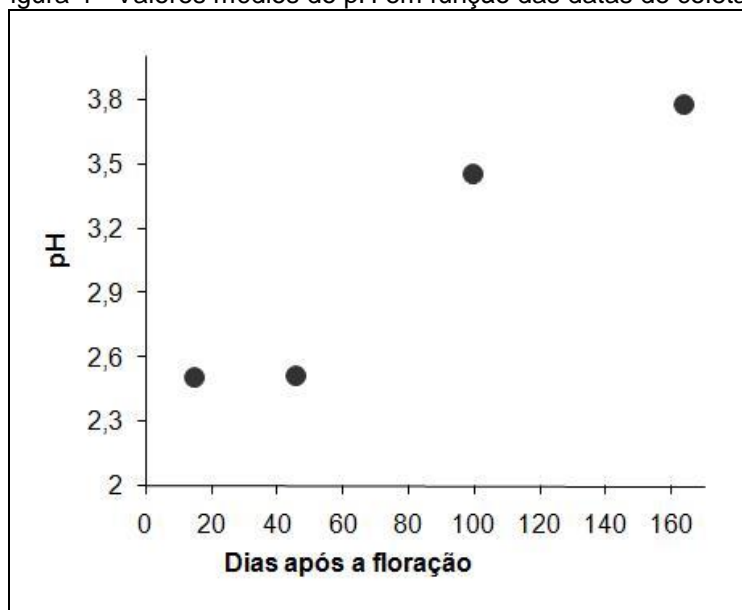
Entre 64 e 100 dias após a floração, observa-se um considerável aumento do ° Brix, supõe-se que nessa etapa, a uva entre no estágio de desenvolvimento chamado de veração. Esse estágio é caracterizado pela diminuição da circulação de nutrientes via xilema, e um aumento da atividade do floema. Esse sistema vascular é o principal responsável pelo transporte de açúcares das folhas ao fruto (. Fisicamente, a fase de veração é caracterizada pelo início de mudança de coloração da uva. Na data da colheita a uva apresentou um valor médio de 21 °Brix. (COOMBE, 1992; RIZZON,2002).

3.3 Determinação de pH

A acidez do suco da uva pode ser avaliada através do pH aparente, que representa a concentração de hidrogênio iônico na amostra. O pH da uva e do vinho depende do tipo e da concentração dos ácidos orgânicos, bem como da concentração de cátions, especialmente do potássio (LAMIKANRA. 1995).

O pH do suco é de grande importância sanitária para a vinificação, pois altos valores de pH podem proporcionar o crescimento de microorganismos indesejáveis, prejudicando a qualidade do suco destinado à produção de vinhos de qualidade. O pH também interfere nos processos fermentativos e nas qualidades organolépticas, como a estabilidade de cor (TORIJA, 2003; LAMIKANRA, 1997; CARROLL, 1982). Na Figura 4 são apresentados os valores de pH médio observados durante o desenvolvimento da uva Merlot.

Figura 4 - Valores médios do pH em função das datas de coletas.



Fonte: Autores.

Através do gráfico de pH, observa-se um pequeno decréscimo dos valores de pH do suco até 46 dias após a floração e um aumento significativo de 2,5 para 3,8 na última data de coleta.

Acredita-se que a diminuição do pH deva-se à síntese de ácidos orgânicos, especialmente málico e tartárico que ocorre no período que antecede a fase de maturação da uva. Próximo ao período de veração (início da maturação) das uvas, as quantidades de ácido málico e tartárico tendem a ser equivalente. O aumento do pH observado entre 46 e 164 dias após a floração pode estar associado a fatores como diluição dos ácidos em função do aumento do volume da baga, o aumento da concentração de íons potássio na uva ou ainda pela diminuição da concentração do ácido málico, consumido durante o processo de respiração oxidativa sofrida pela fruta. O ácido tartárico é mais estável aos processos respiratórios e por este fato, é menos afetado pelas variações de temperatura, sua concentração permanece relativamente constante durante a fase de maturação da uva (PEYNAUD, 1996). Na data da colheita o pH médio observado foi de 3,8. Valores elevados de pH podem comprometer a estabilidade microbiológica e a coloração do vinho.

3.4 Determinação qualitativa da composição química por ressonância magnética nuclear ^1H

Todos os experimentos apresentados nesse capítulo foram realizados em um espectrômetro de RMN operando com um campo de 9,4 Tesla. Em todas as amostras a água deuterada foi usada para o aprisionamento do campo. A avaliação da composição química durante o crescimento e amadurecimento das uvas *Vitis viniferas*, tem sido objetivo de estudo de vários pesquisadores. Grande parte desses estudos, normalmente está concentrado na identificação e quantificação de açúcares e ácidos orgânicos, visto que esses são os principais constituintes da uva e que determinam a época ideal para a colheita das uvas destinadas à elaboração de vinhos de qualidade. Em termos gustativos, o equilíbrio entre a acidez e a quantidade de açúcares é um dos parâmetros que determina a qualidade do vinho (ESCOBAL, 1998).

Muitos estudos têm demonstrado que as variações de composição química das uvas durante o crescimento e maturação, são dependentes das condições de plantio, clima e tipo de cultivar.

As análises de açúcares e ácidos orgânicos em frutas são normalmente realizadas a partir da separação da parte líquida das frutas, seguida de técnicas de extração líquido-líquido e posterior análise por métodos cromatográficos, em especial a cromatografia líquida de alta eficiência (HPLC). Nesse método são necessários procedimentos específicos de extração e separação, e diferentes condições de análise para cada classe de molécula a ser investigada. Deve-se levar

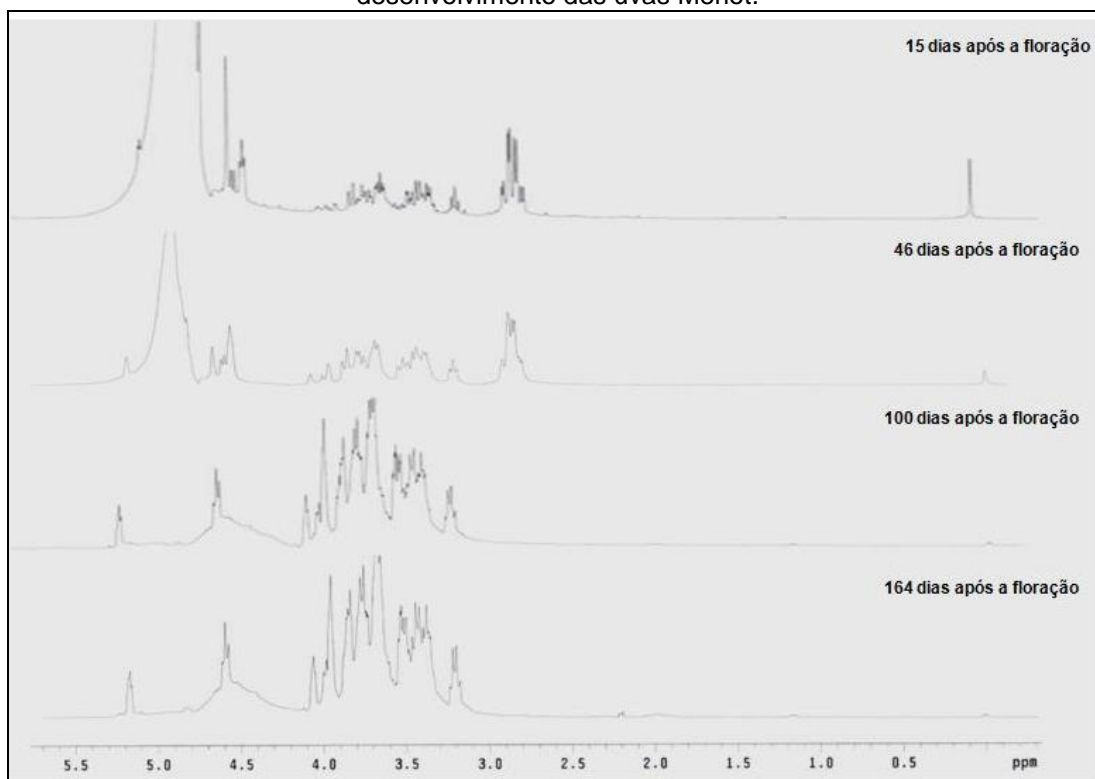
em conta que procedimento de extração, purificação e derivatização podem gerar incertezas qualitativas e quantitativas nas análises (MASÁR, 2001; ESCOBAL, 1997)

Estudos com espectroscopia de RMN realizados em alimentos têm apresentado, sob certos aspectos, vantagens quando comparados com as técnicas cromatográficas. O uso da RMN de ^1H tem possibilitado análise rápida e simultânea de vários compostos presentes em amostra de alimentos, uma vez que as análises são realizadas sem etapas de pré-tratamento das amostras (purificação, concentração e derivatização). Substâncias desconhecidas podem ser identificadas com o auxílio de técnicas de pulso como DEPT HETCOR, HMBC e COSY.

A Figura 5 apresenta os espectros (0 a 6ppm) de RMN de ^1H dos sucos obtidos nas diferentes fases de desenvolvimento das uvas Merlot, em que foi aplicada a técnica de supressão do sinal, para o sinal da água.

Os sinais que aparecem entre 0 ppm e 6 ppm, correspondem aos metabólitos da uva. Os espectros apresentam sinais de maior intensidade, referentes aos compostos majoritários (glicose, frutose e ácido málico), os sinais de menor intensidade são correspondentes aos compostos minoritários (polifenóis e aminoácidos). A fim de obter uma completa identificação dos sinais, foram utilizados experimentos complementares de RMN de 1D e 2D. Dados da literatura bem como adição de padrões foram utilizados como guias na identificação de compostos. Um resumo dos sinais identificados é apresentado na Tabela 2.

Figura 5 - Espectros (0 a 6ppm) de RMN de ^1H dos sucos obtidos nas diferentes fases de desenvolvimento das uvas Merlot.



Fonte: Autores.

Tabela 2 - Deslocamento químico (¹H) e multiplicidade dos metabólitos da uva.

¹ H deslocamento químico (ppm): multiplicidade	compostos: identificação estrutural
1.17: t	etanol: CH ₃
1.49: d	alanina: CH ₃
2.01: s	ésteres derivados de acetatos: CH ₃
2.36: m	prolina: CH ₂
2.64: dd	ácido málico: β-CH ₂
2.83: dd	ácido málico: β-CH ₂
3.24: dd	β-D-glicose: H2
3.40: dd	β-D-glicose: H4
3.41: dd	α-D-glicose: H4
3.46: ddd	β-D-glicose: H5
3.49: t	β-D-glicose: H3
3.53: dd	α-D-glicose: H2
3.65:	etanol: CH ₂
3.72: dd	β-D-glicose: CH ₂ -C6
3.76: dd	β-D-glicose: CH ₂ -C6
3.82: m	α-D-glicose: H5
3.82: m	α-D-glicose: half CH ₂ -C6
3.89: dd	β-D-glicose: half CH ₂ -C6
4.11: d	α -D-frutose: H3
4.43: s	ácido tartárico: CH
4.64: d	β-D-glicose: H1
5.23: d	α-D-glicose: H1

Fonte: Autores.

Com base nas identificações feitas, α-glicose, β-glicose, frutose, ácido málico, etanol, alanina e prolina foram determinadas qualitativamente em cada estágio de desenvolvimento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise da uva Merlot cultivada em Urupema, verificou-se que as variações físicas (evolução do peso médio dos cachos, do número de bagas por cacho, do peso da ráquis e do comprimento das bagas), os teores de açúcar obtidos por medidas de °Brix e os valores de acidez total alcançados para todas as amostras analisadas nas diferentes fases de desenvolvimento, podem indicar que as variedades estudadas apresentam boa adaptação na região do planalto catarinense. No entanto, fatores como pH final da uva devem ter uma atenção especial na colheita.

Os espectros de RMN ¹H e ¹³C apresentam sinais de maior intensidade, referentes aos compostos majoritários (glicose, frutose e ácido málico), os sinais de menor intensidade são correspondentes aos compostos minoritários (polifenóis e

aminoácidos). As análises quantitativas destes compostos serão apresentadas em trabalhos posteriores, bem como as análises do processo de elaboração do vinho.

Os resultados apontam a boa adaptação da uva a região o que intensifica a proposta da região em ser promissora para o desenvolvimento da atividade do enoturismo. Tal perfil de turismo, com certeza, trará a necessidade de infraestrutura apropriada para a região devido ao aumento do fluxo de turismo aumento as possibilidades de emprego e renda.

Referência

Produção de vinhos finos. **Agropecuária Catarinense**, v. 16, n.2, p. 27-32, 2003.

ANDAUR, J.E., GUESALAGA, A.R., AGOSIN, E.E., GUARINI, M.W., IRARRÁZAVAL, P. Magnetic resonance imaging for nondestructive analysis of wine grapes. **Journal of Agricultural and Food Chemistry**, v.52, p. 165 – 170, 2004.

BELLON, V., CHO, S.I., KRUTZ, G.W., DAVENEL, A. Ripeness sensor development based on nuclear magnetic resonance. **Food Control**, p. 45-48, January, 1992.

BRESCIA, M. A., CALDAROLA V., GIGLIO, A., BENEDETTI, D, FANIZZI, F. P., SACCO, A. Characterization of the geographical origin of Italian red wine based on traditional and nuclear magnetic resonance spectrometric determination. **Analytica Chimica Acta**, n. 21716, p. 1-10, 2001.

BRESCIA, A. M., KOSIR, J.I., CALDAROLA, V., KIDRIC, J., SACCO, A. Chemometric classification of Apulian an Slovenian wines using ¹H NMR and ICP-OES together with HPICE data. **Journal of Agricultural and Food Chemistry**, v. 51, n., p. 21-26, 2003.

CHEN, P., McCARTHY, M.J., KIM, S.M., ZION, B. Development of a high-speed NMR technique for sensing maturity of avocados. **Transaction of American Society of Agricultural Engineers**, v. 39(6), p. 2205 – 2209, 1996.

CARROLL, D.E., MARCY, J.E. Chemical and physical changes during maturation of Muscadine grapes (*Vitis rotundifolia*). **American Journal of Enology and Viticulture**, v. 33, n. 3, p. 168 – 172, 1982.

COOMBE, B.G. Research on development and ripening of the grape berry. *American Journal of Enology and Viticulture*, v.43, n.1, p. 101 – 110, 1992.

DAUDT, C.E., SIMON, J.A. Um método rápido para análise de glicose em mostos e sua quantificação em algumas cultivares do rio grande do sul. **Ciência Rural**, v. 31, n. 4, p. 697 – 701, 2001.

ESCOBAL, A., GONZALEZ, I., IRIONDO C., & LABORRA, C. Determination of acids and volatiles compounds in red Txakoli wine by high-performance liquid

chromatography and gas chromatography. **Journal Chromatography. A**, n. 823, p. 349 – 354, 1998.

ESCOBAL, A., GONZALEZ, I., IRIONDO C., & LABORRA, C. Liquid chromatography determination of organic acids in txakoli from Bizkaia. **Food Chemistry**, v. 58, n. 4, p. 381 – 384, 1997.

GIL, A. M., DUARTE, I. F., DELGADILLO, I., COLQUHOUN, I. J., CASUSCELLI H. E., SPRAUL, M. Study of composition changes of mango during ripening by use of nuclear magnetic resonance spectroscopy. **Journal of Agricultural and Food Chemistry**, v. 48, n., p. 1524 - 1536, 2000.

KOSIR, I. J., & KIDRIC, J. Identification of amino acids in wine by one and two dimensional nuclear magnetic resonance spectroscopy. **Journal of Agricultural and Food Chemistry**, v. 49, n., p. 50 - 56, 2001.

KOSIR, J. I., KOCJANCIC, M., OGRINC, N., KIDRIC, J. Use of SNIF-NMR and IRMS in combination with chemometric methods for the determination of chaptalisation and geographical origin of wines (the example of Slovenian wines). **Analytica Chimica Acta**, v., n. 429, p. 195-206, 2001.

KOSIR, I. J., KIDRIC, J. Use of modern nuclear magnetic resonance spectroscopy in wine analysis: determination of minor compounds. **Analytica Chimica Acta.**, v., n. 458, p. 77-84, 2002.

LAMIKANRA, O., INYANG, I.D., LEONG, S. Distribution and effect of grapes maturity on organic acid content of red Muscadine grapes. **Journal of Agricultural and Food Chemistry**, v. 43, p. 3026 - 3028, 1995.

LAMIKANRA, O. Changes in organic acid composition during fermentation and aging of Noble muscadine wine. **Journal of Agricultural and Food Chemistry**, v.45., p. 935 - 937, 1997.

LOSSO, F. B.; PEREIRA, R. M. F. do A. A vitivinicultura de altitude em Santa Catarina (Brasil): espaços privilegiados para o turismo. **Turismo & Sociedade**. Curitiba, v. 7, n. 3, p. 418-445, julho de 2014. Dossiê sobre Enoturismo.

MASÁR, M., KANIANSKY, D., BODOR, R., JÖHNCK M., STANISLAWSKI, B. Determination of organic acids and inorganic anions in wine by isotachopheresis on planar chip. **Journal Chromatography. A**, n. 916, p. 167 – 174, 2001

OGRINC, N., KOSIR, I.J., KOCJANCIC, M., KIDRIC, J. Determination of authenticity, regional origin, and vintage of Slovenian wines using a combination of IRMS and SNIF-NMR. **Journal of Agricultural and Food Chemistry**, v. 49, n., p. 1432 - 1440, 2001.

PEYNAUD, E., BLOUIN, J. Le goût du vin. Troisieme edition, ed. Paris: DUNOD, 1996.

RAFFO, A., GIANFERRI, R., BARBIERI R., BROSIO, E. Ripening of banana fruit monitored by water relaxation and diffusion $^1\text{H-NMR}$ measurements. **Food Chemistry**, v. 89 (1), p. 149 – 158, 2004.

RIZZON, L.A., MIELE, A. Avaliação da cv. Merlot para elaboração de vinho tinto. **Ciência e Tecnologia de Alimentos**, n. 23, p. 156 – 161, 2003.

RIZZON, L.A., MIELE, A. Avaliação da cv. Cabernet sauvignon para elaboração de vinho tinto. **Ciência e Tecnologia de Alimentos**, n. 22 (2), p. 192 – 198, 2002.

RIZZON, L.A., MIELE, A. Acidez na vinificação em tinto das uvas Isabel, Cabernet sauvignon e Cabernet franc. **Ciência Rural**, v.32, n.3, p. 511 – 515, 2002.

TORIJA, M.J., BELTRAN, G., NOVO, M., POBLET, M., ROZÈS, N., MAS, A., GUILLAMÓN, J.M. Effect of organic acids and nitrogen source an alcoholic fermentation: Study of their buffering capacity. **Journal of Agricultural and Food Chemistry**, v. 51, p. 916 - 622, 2003.